Eni Puccinelli Orlandi et. al.
(organizadores)

Textos completos do 4° Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Vale do Sapucaí
27 e 28 de outubro de 2016
Pouso Alegre-MG-Brasil

Orlandi, Eni de Lourdes Puccinelli (Org.)
4º Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses (SIMDT): textos completos: 27 e 28 de outubro de 2016 / organizado por Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi... [et al.]. – Pouso Alegre: Univás, 2016.
376p.

Vários autores.
Bibliografia

ISBN: **978-85-67647-28-9**

1. Artigos - Coletâneas. 2. Linguagem. 3. Linguística. 4. Ciências da Linguagem. 5. SIMDT. 6. NUPEL. 7. Ceddem. I. Costa, Aurecy de Fátima (Org.). II. Fedatto, Carolina Padilha (Org.). III. Massmann, Débora Raquel Hettewe (Org.). IV. Rodrigues, Eduardo Alves (Org.). V. Faria, Joelma Pereira de (Org.). VI. Nogueira, Luciana (Org.). VII. Noronha, Lidia Pereira (Org.). VIII. Chiaretti, Paula (Org.). IX. Barros, Renata Chrystina Bianchi de (Org.). X. Título.

Universidade do Vale do Sapucaí
Reitoria

Prof. Carlos de Barros Laraia
Reitor
Prof. Benedito Afonso Pinto Junho
Vice-Reitor
Prof. Newton Guilherme Vale Carrozza
Pró-Reitor de Graduação
Profª Andrea Silva Domingues
Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa
Prof. Antônio Homero Rocha de Toledo
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
Prof. Antônio Carlos Aguiar Brandão
Diretor da Faculdade de C. da Saúde Dr. José Antônio Garcia Coutinho
Prof. Benedito Afonso Pinto Junho
Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Paccelli
Janua Coeli Faria de Souza
Secretária Geral

Fundação do Vale do Sapucaí
Conselho diretor

Luiz Roberto Martins Rocha
Presidente
Luiz Antônio Silva
Conselheiro
Silvia Regina Pereira da Silva
Diretora Executiva
Gilberto Carvalho Teixeira; Adelson dos Reis Matias; Andrea Silva Domingues
Conselheiros Suplentes
Celina Ap. Siqueira da Costa
Secretária da Presidência

4º SIMDT
Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses

Comissão Organizadora
Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi
Atílio Catosso Sales
Aureci de Fátima Costa
Carolina Padilha Fedatto
Débora Raquel Hettwer Massmann
Eduardo Alves Rodrigues
Joelma Pereira de Faria
Luciana Nogueira
Lidia Pereira Noronha
Paula Chiaretti
Renata Chrystina Bianchi de Barros

Comitê Científico
Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (Univás)
Andrea Silva Domingues (Univás)
Carolina Padilha Fedatto (Univás)
Débora Raquel Hettwer Massmann (Univás)
Eduardo Alves Rodrigues (Univás)
Greciely Cristina da Costa (Univás)
Joelma Pereira de Faria (Univás)
Juciele Pereira Dias
Juliana Santana Cavallari (Univás)
Luciana Nogueira (Univás)
Maria Onice Payer (Univás)
Newton Guilherme Vale Carrozza (Univás)
Paula Chiaretti (Univás)
Renata Chrystina Bianchi de Barros (Univás)
Telma Domingues da Silva (Univás)

Monitores
Áquila Ediani de Roma
Betânia Maciel de Carvalho
Cássio Silva Castanheira
Cleide Donizete Moreira Nunes
Gabriel Alves Nogueira
Gabriel Francisco Cyrio Junior
Isabel Braga
João Roberto Caixeta
Natália Lais Nogueira da Silva
Laisla Miyashiro Andrade Silva
Lázaro Barreto Oliveira
Luana Santana de Oliveira
Maria Isabel Braga Souza
Sonia Maria Martins
Solange Christina Carneiro Rodriguez

Editoração
Renata Chrystina Bianchi de Barros

Jornalismo
Maria Isabel Braga Souza (MTB 13.502 MG)

Apoio/Secretaria
Amanda Marilyn Figueiredo Silva
Beatriz da Silva Gomes Dias
Gislaine Bittencourt Pereira
Guilherme Oliveira Santos
Karen Yan Koi

Realização

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Coordenação
Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Núcleo de Pesquisas em Linguagem - NUPEL
Coordenação
Renata Chrystina Bianchi de Barros

www.cienciasdalinguagem.net

Apoio
Univás, FUVS, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, e
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

Universidade do Vale do Sapucaí
Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470
Pouso Alegre, MG
CEP 37.550-000

www.univas.edu.br

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), promoveu, através de seu Núcleo de Pesquisas em Linguagem (NUPEL), a quarta edição do Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses – 4º SIMDT.

O SIMDT é um evento científico, cuja primeira edição foi realizada em 2010, época em que o evento chamava-se SIMD – Seminário Integrado de Monografias e Dissertações. Em 2010, o evento reuniu pesquisadores de diferentes universidades, que apresentaram trabalhos de conclusão de curso, de iniciação científica e dissertações de mestrado. Em 2012, o evento contou com sua segunda edição e novamente reuniu pesquisadores de diferentes instituições do Brasil. E, em 2014, em sua terceira edição, o evento passou a se chamar SIMDT - Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses, em virtude da instalação do doutorado em Ciências da Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem.

Aberto para toda a comunidade acadêmica da UNIVÁS, bem como para outras universidades da região e de outras partes do Brasil, o SIMDT tem como objetivo abrir espaço para o diálogo intelectual em torno da relação entre linguagem e sociedade entre pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento com vistas a estabelecer um profícuo intercâmbio e debate, a partir de trabalhos de pesquisa realizados e em andamento. Dentre os inscritos com apresentação de trabalhos, em 2016, o evento recebeu pesquisadores da UFF, do MACKENZIE, da UNITAU, da UNIFEI, do Centro Universitário de Itajubá – FEPI e da UNIVÁS, que se propuseram a apresentar o desenvolvimento e/ou resultados de suas pesquisas de iniciação científica, monografia, mestrado e doutorado. Ao todo foram 48 trabalhos inscritos, sendo que 34 deles foram distribuídos em seis plenárias, coordenadas por professores do PPGCL, que compõe esse caderno de resumos, e 14 trabalhos distribuídos em sessões de pôsteres, contando também com a visita e debates de professores do PPGCL. Estas sessões de pôsteres inauguram uma nova modalidade de apresentação na trajetória do SIMDT.

Além disso, o 4º SIMDT contou com duas conferências. Uma de abertura, intitulada “OS CRIADORES DE DISCURSO NO YOUTUBE: SUJEITOS, PERFORMANCES, MATERIALIDADES”, proferida pelo Prof. Dr. Guilherme Adorno de Oliveira (UNICAMP), e outra de encerramento com a Profa. Dra. Luciana Nogueira (PPGCL/UNIVÁS), que teve como título “DISCURSO, SUJEITO E RELAÇÕES DE TRABALHO: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO AUTOEMPREENDEDOR”.

O evento ainda contou com uma sessão de lançamento de livros. Os títulos e a sinopse de cada um dos livros lançados podem ser acessados no endereço eletrônico http://simdtnupel.wixsite.com/4simdt/lancamento-de-livros

Com a realização da quarta edição do SIMDT, o PPGCL, por meio do Núcleo de Pesquisas em Linguagem, deu continuidade às suas atividades voltadas para incentivar a produção discente qualificada por meio da convivência entre pesquisadores, tendo em vista o objetivo central do SIMDT que é criar e manter espaços de encontro, de trocas de reflexões, de experiências acadêmico-científicas entre os alunos de diferentes instituições de ensino superior, buscando investir, de modo regular e produtivo, no desenvolvimento de pesquisas de qualidade e divulgar o trabalho que é realizado nas diversas universidades e em diferentes níveis de ensino.

Comissão Organizadora do 4º SIMDT

Outubro, 2016.

Sumário

O DISCURSO DA "FILOSOFIA DE BOTEQUIM": SILÊNCIO E RESISTÊNCIA NO SAMBA DE ATAULFO ALVES 3
FRANCISCO ANTONIO ROMANELLI 3
FESTEJO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ-MG 25
BRUNA FÁTIMA DE BRITO; ANDREA SILVA DOMINGUES 25
O DITO E O NÃO-DITO NAS TIRINHAS DA MAFALDA 32
TAMYRES FERNANDA XAVIER 32
UM ESTUDO SIMBÓLICO-ARQUETÍPICO DA EDDA EM PROSA 62
VICTOR HUGO SAMPAIO ALVES 62
DISTORÇÕES DA IMAGEM CORPORAL: UM ESTUDO ENTRE FREQUENTADORES DE ACADEMIAS 80
BRUNA RAFAELA SILVA MARCOLINO[1]; ALAÍDE DE SOUZA[2] 80
UM ESTUDO DA ARTETERAPIA COMO RECURSO TERAPÊUTICO: UM PROCESSO TRANSFORMA-DORES 100
RAÍSSA TAINARA DE CÁSSIA AMÂNCIO[1], ALESSANDRO CALDONAZZO GOMES 100
ASPECTOS SIMBÓLICOS DO ALEITAMENTO MATERNO 112
DANIELLE DE FATIMA SILVA FERREIRA 112
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE 129
MARIANA REZENDE DINI 129
A IMPORTÂNCIA DO APOIO PSICOLÓGICO NO PERÍODO GESTACIONAL 146
PATRÍCIA PEREIRA DE SOUZA 146
PSICOLOGIA DO TRÂNSITO: UMA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA COM CANDIDATOS À OBTENÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO 168
JOSIANE FATIMA DA ROSA[1], ALAÍDE DE SOUZA[2] 168
O DISCURSO DA LIDERANÇA ENTRE CHEFE E LÍDER 188
BRUNA GONÇALVES MACHADO 188
DISCURSO, SUJEITO E ORGANIZAÇÕES: EFEITOS DE SENTIDO NAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL 200
MARIA ISABEL BRAGA SOUZA 200
ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS DA LIDERANÇA DE ENFERMAGEM EM UM HOSPITAL DO SUL DE MINAS GERAIS 209
LETÍCIA CRISTINA DE CARVALHO[1], CARLA APARECIDA DE OLIVEIRA PACHECO[2] 209
O DISCURSO E AS POSSÍVEIS FORMAS DE SOCIABILIDADE NA REDE SOCIAL FACEBOOK 240

DIEGO HENRIQUE PEREIRA 240
AS NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS EFEITOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZADO 253
EDMARA BARRA DOS SANTOS 253
SOBRE O PROJETO DE PESQUISA "CÂMERAS DE VIGILÂNCIA URBANA: UM OLHAR ELETRÔNICO NAS RUAS" 267
LUIZ ROBERTO SILVA 267
ESTUDO DE CASO DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E HIPOPLASIA DO CORPO CALOSO 274
GRAZIELLE DE LIMA CLARO[1], ELIANE SOUSA DE OLIVEIRA FERNANDES[2] 274
DISCREPÂNCIAS NORMATIVAS EM TESTES PSICOLÓGICOS PARA CRIANÇAS ATENDIDAS EM CLÍNICA ESCOLA 295
RAFAELA DOS SANTOS VITAL1, MARCOS ANTÔNIO BATISTA2 295
ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO: EFICÁCIA DO SERVIÇO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR 306
LUCIENE PEREIRA MIRANDA[1], MARIA INES BUSTAMANTE[2] 306
ADOÇÃO HOMOPARENTAL: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DO ADOTADO 323
MAYRA EVELYN DE FARIA[1], EMILENE BUENO RODRIGUES[2] 323
DE VOLTA AO ABRIGO: 336
ESTUDO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS NA VIDA DE CRIANÇAS DESTITUÍDAS DA ADOÇÃO. 336
ELLEN MORGANA SANTANA BARBOSA, CAMILA CLAUDIANO QUINA PEREIRA, THIAGO RIBEIRO DE FREITAS 336
OS ASPECTOS SUBJETIVOS DO PROCESSO DE DIVÓRCIO 357
OLÍVIA RIBEIRO GABRIEL[1]; EMILENE BUENO RODRIGUES[2] 357

O DISCURSO DA "FILOSOFIA DE BOTEQUIM": SILÊNCIO E RESISTÊNCIA NO SAMBA DE ATAULFO ALVES

FRANCISCO ANTONIO ROMANELLI

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem.
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

faromanelli@gmail.com

Resumo. *Ataulfo Alves, um dos pais fundadores do samba urbano carioca, compunha utilizando linguagem polissêmica com raízes em ditos de sabedoria popular ou na filosofia do cotidiano – um discurso de resistência ao sistema opressor, econômica, social e politicamente, que questionava as mazelas da vida nos morros. A esse discurso, fruto da ginga malandra dos ritmos negros de origem* bantu, *chamo de "pensamento sincopado" e, à fala consequente, de "filosofia de botequim". Na tese que proponho defender, indagarei sentidos de resistência no discurso polissêmico dos sambas de Ataulfo Alves.*

Palavras-Chave. *Samba. Pensamento sincopado. Filosofia de botequim. Ataulfo Alves.*

Abstract. *Ataulfo Alves, one of the fundatiors of Rio's urban samba, wrote songs using a polyssemic language with roots in sayings of popular wisdom or everyday philosophy – a resistance speech against the economic, social and politic oppressor system, questioning ills of life in the hills. I call this discourse, fruit of trickster waggle of the black rhythms of Bantu origin, of "syncopated thought" and, its consequences, "barroom philosophy". In the thesis that I propose to defend, I will investigate senses of resistance in the polysemic discourse of the sambas of Ataulfo Alves.*

Keywords. *Samba. Syncopated thought. Bar philosophy. Ataulfo Alves.*

1. Por que o discurso malandro no samba?

A tese com a qual pretendo me confrontar durante a pesquisa, e enuncia-la ao final, é a de que há uma linguagem singular no discurso geral do samba tradicional (que aqui será chamado de samba original, para mera distinção) – e, por consequência no gênero samba posteriormente praticado – dependente dos ritmos negros originais, moldada pela síncopa que lhes é característica e que atraiu para o mundo sentidos de resistência e contestação às duras condições de vida dos ex-escravos, descendentes, nativos e pobres – e que, de maneira geral, se lançou e se incrustou no imaginário nacional, por meio de flertes com reflexões filosóficas sobre a vida cotidiana; sentidos esses que continuam produzindo efeitos tanto na canção popular como na vivência do brasileiro. Pretendo demonstrar tais

efeitos de sentido focando e me aprofundando em algumas marcas que o demonstram, obtidas em canções de Ataulfo Alves[1].

Para uma melhor distinção entre as fases de transformações do samba, que eventualmente serão visadas no correr da pesquisa, usarei de alguns termos distintivos, nem sempre coincidentes com os termos utilizados por pesquisadores, estudiosos, repórteres, jornalistas, músicos e uso coloquial. No entanto, tais distinções, sempre que possível, obedecerão ao afloramento do próprio discurso metalinguístico do samba quando textualizados em letras de canções. São elas:

1) Samba de patente: o samba que se montou nos núcleos negros da cidade (região da Praça Onze de Junho), de influência dos negros e descendentes migrantes da Bahia e eram autorados e registrados, propiciando, assim, a apropriação comercial da canção. Também, para efeitos de veiculação midiática, tinham, necessariamente, restrições ao tempo de execução;

2) Samba original: o ritmo que se praticava nas rodas de samba e de batuque tradicionais, praticado nos morros, com a mais forte influência dos negros e descendentes remanescentes dos baianos que lutaram nas recentes guerras do Paraguai e de Canudos, e, mais fortemente, dos ex-empregados da estrada de ferro e remanescentes das fazendas de café do interior do Rio de Janeiro e de São Paulo. Tinha um batido mais próximo das raízes africanas. Eram comunitários, sem identificação de autoria. Não se limitavam a um determinado tempo de execução e muitas vezes ia se compondo no desenrolar das rodas, pelos participantes;

3) Samba batucado: a transformação do samba original em samba com características mercantis, mas ainda restritos ao morro. Contrapunha-se ao samba de patente porque não tinha a vinculação de autoria, nem era registrado[2];

4) Samba de sambar do Estácio[3]: uma nova maneira de ritmar e compor, moldada pelos sambistas do Bairro do Estácio de Sá, meio caminho entre morro e cidade, iniciada nos finais da década de 1920, que agregava o batuque dos morros à maneira "civilizada" de execução dos sambistas da Praça Onze, adotando,

[1] O presente texto é uma explanação rápida e geral sobre os caminhos que pretendo trilhar para desenvolver minha pesquisa e consequente defesa de tese de doutorado como resultado de minha discência em "Análise do Discurso", do programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Vale do Sapucaí – UNIVÁS, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Andrea Silva Domingues.

[2] Essa divisão entre samba de morro e samba da cidade causou uma celeuma só aplanada pelos tempos de Noel Rosa. Tratei do tema, com olhar mais acurado, em "Rio: uma cidade dividida pelo samba" (ROMANELLI, 2015[b], p. 171-173)

[3] Termo cunhado por Humberto Franceschi (FRANCESCHI, 2014, p. 109).

> inclusive, suas técnicas de comercialização. Essa nova formatação do samba é a que se tornou definitiva, constituindo-se em gênero musical típico da nação e permitindo, inclusive, os desfiles elaborados das escolas de samba, que só surgiram após seu aparecimento. O samba do pessoal do Estácio também permitiu o aprofundamento e a complexidade maior da malícia original do lundu e deu, portanto, chance ao aparecimento do samba malandro, do pensamento sincopado e da filosofia de botequim.

A identificação da palavra "samba" como designativo de uma maneira de tocar ou compor, ou um gênero musical, será reconhecida apenas a partir do final do ano de 1916, mais precisamente de novembro daquele ano, quando é registrada, perante a Biblioteca Nacional, a primeira partitura da melodia de uma canção identificada como "samba carnavalesco", por Ernesto dos Santos, o "Donga", ou seja, da canção "Pelo telefone"[4]. Antes desse marco, a palavra identificava reunião festiva e social naquele que chamo de "mundo do Samba" (com inicial maiúscula)[5]. A tais reuniões se dava o nome de "roda de samba" ou "roda de batuque", ou "pagode" (dependendo de certas peculiaridades dos encontros)[6]. Os ritmos ancestrais que influenciaram Donga a "montar"[7] a canção "Pelo telefone", com letra de Mauro de Almeida, o "peru dos pés frios", foram, principalmente, a maneira característica de execução do choro brasileiro e o maxixe, enquanto a malícia típica (que daria oportunidade ao aparecimento do samba malandro) veio do lundu.

O corpus a ser trabalhado será composto de algumas canções de Ataulfo Alves que trazem em seu corpo a demonstração do uso, pelo compositor e intérprete, de estratégias de resistência que são materializadas pelo samba malandro, o samba polissêmico, trazendo

---

[4] Anotam-se cerca de uma outra dezena de canções gravadas anteriormente a "Pelo telefone" em que se apontava, como gênero, a palavra "samba". No entanto, "Pelo telefone" é um marco do surgimento de um ritmo típico, registrado perante a Biblioteca Nacional em primeiro lugar e que, constituindo-se um grande sucesso de carnaval, tornou a palavra definitivamente sinônimo de gênero musical, definindo o marco primeiro do "samba de patente". Essa é uma posição unânime no cânone da canção popular brasileira (ROMANELLI, 2015, p. 58-59).

[5] Chama-se de "mundo do Samba", com "S" maiúsculo, o modo de vida que, como mecanismo de resistência à aculturação caolha imposta pela ideologia dominante, acabou se transformando em um sistema próprio de viver e de pensar, restrito ao universo pobre dos morros e de alguns bairros próximos ao centro do Rio de Janeiro, formado principalmente pelos ex-escravos ou descendentes. Esse modo de vida se organizou em torno da tradição negra e se manifestou através de reuniões festivas, musicais, dançantes, gastronômicas, esportivas, de culto religioso, de aconselhamento, atendimento medicamentoso e convivência social. Os encontros geralmente se davam nas então chamadas "Rodas de samba" ou nos candomblés (ROMANELLI, 2015).

[6] As rodas de samba tinham objetivos mais abrangentes, de socialização, aconselhamento, festa gastronômica, musical, dançante, esportiva etc., enquanto as rodas de batuque eram mais restritas à produção rítmica com danças e disputas de "pernadas" (um provocador e um provocado disputavam, à base de pernadas, quem derrubaria o outro). Muitas vezes, dentro da roda de samba, acontecia a roda de batuque. Existiam, também, reuniões apenas festivas, gastronômicas, musicais e dançantes, que eram chamadas de "pagode" (ROMANELLI, 2015, p. 35; 38)

[7] Porque também é unanimemente reconhecido que "Pelo telefone", tanto em melodia como em letra, é montagem de temas anteriores praticados em reuniões musicais (rodas) e que foram cooptados tanto por Donga como por Mauro de Almeida.

à tona os sentidos do discurso do mundo oprimido do Samba. Dentre outras, serão trabalhadas “Laranja madura”, “Ai, que saudades da Amélia”, “Leva, meu samba”.

1. Dispositivos teóricos

Serão disponibilizados, para o desenvolvimento analítico do discurso que justifica o cerne da tese, principalmente, os dispositivos teóricos da Análise de Discurso sistematizada pelo filósofo francês Michel Pêcheux, com as revisões e os acréscimos que foram apostos pela linguista brasileira Eni Puccinelli Orlandi, sua mais brilhante discípula e continuadora de sua obra. Dentre tais dispositivos teóricos, e de outros, buscados nas pesquisas de estudiosos da língua e do discurso, necessariamente terão de ser acessados aqueles que tratam da ideologia, do sujeito e do assujeitamento, da Língua e da linguagem, do silêncio e do silenciamento (e, consequentemente, da resistência), da memória e da política. Como o cerne da análise será a linguagem polissêmica de Ataulfo Alves, autenticadora do “pensamento sincopado” e da “filosofia de botequim”, naturais do discurso de resistência do samba malandro, naturalmente também serão enfrentados aqueles mecanismos concernentes aos processos metafóricos. Para tanto, por natural, terei que passar pelas formações discursivas em sentido amplo, transitando pelos interdiscursos, pelas formações ideológicas, condições de produção, circunstâncias de enunciação, individualização do sujeito sócio-histórico-capitalista, interpretação e produção de sentidos etc.

Portanto, não se pode esquecer, já às preliminares da pesquisa, que “O discurso em si não diz nada, pelo contrário, é necessário chamar atenção para os diferentes discursos que são produzidos a cerca de um mesmo tema, e notar que da confluência e da intersecção destes é que um acontecimento pode surgir” (COUTO, 2011, p. 2). Essa complexidade de relações discursivas no mundo do samba conflue para o samba malandro, até como uma técnica de composição usada pelos compositores que miravam a resistência cultural e a filosofia do cotidiano como armas de denúncia e crítica. Afinal, os discursos do samba malandro, assim como os discursos em geral, “não estão de forma alguma presos a uma ou outra cadeia de enunciados. Eles estão no fluxo, são de passagens. Ora é preciso que se procure o movimento, o turbilhão da linguagem que se expressa na liquidez” (COUTO, 2011, p. 2).

Observe-se que o sentido de liquidez já está funcionando na própria palavra “discurso”. Por isso que, ao tratar do discurso sobre o samba malandro, procurarei acompanhar, no que me for possível, os movimentos, produtores das derivas, que conduziram, pela historicidade, o discurso em foco. Como leciona Eni Orlandi, a palavra discurso “tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, apud COUTO, 2011, p. 2).

O desate material do discurso é a língua e, no caso da AD, a língua textualmente consolidada, tomando-se o respectivo texto como unidade de análise. Obviamente, texto não é discurso, mas sim o meio material que expõe o discurso ao real. É o produto material do discurso. Além do mais, como a peça material discursiva, o texto traz em si reflexos de inúmeros processos (formações) discursivos e, por natural, em hipótese alguma conseguirá

exaurir qualquer um deles. Essas são intercessões teóricas que o analista terá que confrontar, até porque

> Analisar enunciativamente [discursivamente] um texto não é considerá-lo no momento e lugar em que se deu, mas é analisar como a memória do discurso, o interdiscurso, faz funcionar a língua em um presente. Em outras palavras, a análise da enunciação envolve um fora da situação, a memória do dizer e a língua. Deste modo a análise da enunciação não é ver como uma situação modifica sentidos da língua, mas como o exterior da enunciação constitui sentidos no acontecimento, ou melhor, como a memória interdiscursiva e a língua significam no presente do processo incessante da história dos sentidos (GUIMARÃES, s/d, p. 3).

Há que se deter, por aqui, na necessidade de trazer à pesquisa uma maior dimensão sobre tal "memória do discurso" ou "interdiscurso", que circula em formações ideológicas e, portanto, em formações discursivas como uma potencialidade pré-construída, capaz de, agora, no presente, moldar o texto e os consequentes efeitos de sentido, com o material de discursividades anteriores. Pêcheux destaca o pré-construído tendo como

> uma sua característica essencial, a separação fundamental entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*, com a pré-existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito (PÊCHEUX, 1995, p. 96-97. Grifos do original).

E, adiante, reforça:

> Podemos, de agora em diante, tendo em conta o que acabamos de expor, considerar o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é "sempre-já sujeito", destacando que essa discrepância (entre a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar, independentemente, e o sujeito identificável, responsável, que dá conta de seus atos) funciona "por contradição", quer o sujeito, em toda sua ignorância, se submeta a ela, quer, ao contrário, ele a apreenda por meio de sua agudeza de "espírito" (PÊCHEUX, 1995, p. 153. Aspas do original).

Tal ilusão de autoria está em que o sujeito, ao ser assim interpelado ideologicamente, lança mão da sua memória discursiva, ou seja, daquela grande nuvem de conhecimentos e saberes que, agregadas em formações discursivas sob domínio de formações ideológicas, permanece, sem que ele assim o perceba, em seu campo de saber. No assujeitamento, a memória é acessada e as formações discursivas pertinentes resgatadas. A memória discursiva é "o saber discursivo que torna possível todo dizer e que

retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada" (ORLANDI, 2015[b], p. 29).

Essa interferência da exterioridade anterior, ou da memória discursiva, que é sócio-historicamente determinada, se dá pelo interdiscurso, acima apontado, o que nos remete a que

> Necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade. [...] É a ideologia que produz o efeito de evidência, e da unidade, sustentando sobre o já dito os sentidos institucionalizados, admitidos como naturais. Há uma parte do dizer inacessível ao sujeito, e que fala em sua fala. Mais ainda: o sujeito toma como suas as palavras da voz anônima produzida pelo interdiscurso (ORLANDI, 2004, p. 31).

Isso faz com que, por exemplo, no Brasil, todos falamos a mesma língua oficial, o português brasileiro, mas falamos diferentemente, resultado do fato de que "a) as línguas não são homogêneas, elas se constituem de regiões cuja estabilidade é desigual; b) há uma relação língua/discurso que pode ser observada no fato de que falamos a mesma língua mas falamos diferente" (ORLANDI, 1998, p. 7). Além do mais, "há limites muito frágeis e nuançados entre línguas diferentes em situação de contato, o que resulta na presença de toda forma de mistura em seus modos indistintos" (ORLANDI, 1998, p. 7).

Importa observar, ainda, um dos primados básicos da AD, ou seja, o de que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, e essa ideologia se materializa pela inscrição na língua, que é o "real específico formando o espaço do contraditório do desdobramento das discursividade" (PÊCHEUX, 2011, apud ORLANDI, 2014, p. 162) e nesse "espaço do contraditório" se encontra o político, tecido sobre o qual vai interferir significativamente o discurso resistente, crítico e denunciador do samba malandro. Todo discurso é constitutivamente, também, político. "No entanto, o político, ou seja, os sentidos que dividem ou segregam a sociedade ficam silenciados e produzindo efeitos, cujas consequências deixam marcas na história" (COSTA, 2014, p. 99):

> os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora pareçam os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam essas divisões. Como sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo não só os sujeitos são divididos entre si, como o sujeito é dividido em si (ORLANDI, apud COSTA, 2014, p. 92-93).

Para Pêcheux, dessa divisão resulta que os sentidos sempre podem ser outros, podem ser diferentes ou distantes um dos outros. O discurso sempre será apenas uma "evidência transparente para o sujeito", nada mais que uma evidência, produzindo "ilusões" de completude, de transparência e de autoria. Afinal, "o *sentido* de uma palavra,

de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe 'em si mesmo' [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual [...] são produzidas (isto é, reproduzidas)" (PÊCHEUX, 1997, p. 160. Destaques do original).

Por isso que as colocações discursivas se transformam constantemente, "*segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*". É a inscrição em uma determinada posição ideológica que "determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)" (PÊCHEUX, 1997, p. 160. Destaques do original). Além do mais, os sentidos são sempre dinâmicos, mostrando-se sobre diferentes facetas em razão do momento histórico ou do ambiente social, pois, como diz Orlandi (2004, p. 11), "o sentido está (sempre) em curso". Esclarece a pesquisadora que um texto "é um *bólido* de sentidos. Ele 'parte' em inúmeras direções, em múltiplos planos significantes. Diferentes versões de um texto, diferentes formulações constituem novos produtos significativos" (ORLANDI, 2004, p. 14. Destaques do original).

Outro dos primados básicos da AD, pelos quais necessariamente a pesquisa terá que transitar é o de que "não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia" (ORLANDI, 2015[c], p. 45). O sujeito, por seu turno, é interpelado pela ideologia. Esse processo é aquele que "ilumina" a materialização do discurso quando dá "permissão" não consciente de acesso às formações discursivas interligadas, ideologicamente moderadas, "que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura" (PÊCHEUX; FUCHS, 2001, p. 166-167). Buscando as palavras de Eni Orlandi, "Há um princípio discursivo que diz que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. [...] A materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua" (ORLANDI, 2007, p. 296). E, acrescento, a língua se faz no real pelo texto.

A força da língua nas letras de canções textualizadas no universo do samba malandro, foi, e ainda o é, universalizada pelo uso geral popular, inserida na fala cotidiana pátria como portadora de sentidos outros, sempre renovados, e que, ao ser revivida, remete o ouvinte ao assujeitamentos por uma rede intrincada de formações ideológicas. Nesse fato, reside a força da fala polissêmica e metafórica da canção de Ataulfo Alves, até porque escorada em um discurso resistente e

> o discurso nos mostra justamente como a ideologia e a língua se articulam na produção dos sentidos e dos sujeitos. Além disso, [...] não há possibilidade de haver sentido que não resulte de um confronto do simbólico com o político. Nesse caso, pensamos o político, discursivamente, como o fato de que os sentidos, em uma sociedade como a nossa, são divididos e dependem das condições de sua produção [...] a questão ética é uma questão que já vem posta pela maneira mesma como os sentidos (e os sujeitos) se constituem. [...] Se deixarmos de individualizar a questão da responsabilidade, vemos que ela é uma questão ética e política (ORLANDI, 2007, p. 300).

"[...] a Análise de Discurso tem seu ponto de apoio na reflexão que produz sobre o sujeito e o sentido – um relativamente ao outro – já que considera que, ao significar, o sujeito se significa" (ORLANDI, 1994, p. 55). E a palavra, a Língua, é a possibilidade material do discursivo, que possibilita a interpretação e, consequentemente, o encontro com o ideológico e, nele, a emersão do político, no entrelaçamento com o simbólico da língua:

> O discurso é o lugar em que podemos observar a articulação entre língua e ideologia. A materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Por isto, ao observarmos como a língua produz sentidos, temos acesso ao modo como a ideologia está presente na constituição dos sujeitos e dos sentidos. A ideologia está em que o sujeito, na ilusão da transparência e sob o domínio de sua memória discursiva – alguma coisa fala antes, em outro lugar e diferentemente – pensa que o sentido só pode ser "aquele" quando na verdade ele pode ser outro. O que lhe atribui esta evidência é, na verdade, o fato de que não há sentido sem interpretação e a interpretação é um gesto do sujeito carregada de ideologia (ORLANDI, 2007, p. 296-297. Aspas do original).

Como se disse, a proposta da pesquisa é encontrar o discurso de resistência do mundo do samba, como textualizado por canções de Ataulfo Alves, sob a *persona* de pensamento popular ou filosofia do cotidiano. Tal resistência se dá pelo uso acentuado de linguagem polissêmica, que se desdobra no entremeio da fissura do político e uma de suas principais "estratégias" é a "manipulação" do silêncio. Observe-se que o samba polissêmico é o chamado "samba malandro", e o samba malandro se constitui pelas potencialidades do uso da síncopa no ritmo. Tanto assim que, como disse, chamo a essa maneira de compor e de interpretar de "pensamento sincopado", que se materializa no que chamo de "filosofia de botequim". A perícia no uso da síncopa equivale à perícia do enunciador em se utilizar de pausas e acentos musicais, ou seja, de manipular o silêncio segundo sua intenção de produzir sentidos. Por isso, podemos observar, com Eni Orlandi, que o silêncio é "o estado primeiro, aparecendo a palavra já como movimento em torno" (ORLANDI, 2015, p. 31). Ademais, "*o silêncio é fundante.* Quer dizer, o silêncio é a matéria significante por excelência, um *continuum* significante", o que leva à conclusão de que "O real da significação é o silêncio [e] [...] o silêncio é o real do discurso" ORLANDI, 2015, p. 29. Destaques da autora).

Tal habilidade na manipulação do silêncio é possível em face do processo de retroalimentação ideológica, apontada por Slovaj Zizek, servindo-se de conceitos lacanianos:

> O "cerne" pré-ideológico da ideologia consiste na *aparição espectral que preenche o buraco do real.* É isso que todas as tentativas de traçar uma clara linha separatória entre a "verdadeira" realidade e a ilusão (ou de fundamentar a ilusão na realidade) deixam de levar em conta: para que emerja (o que vivenciamos como) a "realidade", algo tem que ser foracluído dela – em outras palavras, a "realidade", tal como a verdade, nunca é, por definição, "toda". O *que o espectro oculta não é a realidade, mas seu "recalcamento primário",* o X *irrepresentável em cujo "recalcamento" fundamenta-se a própria realidade* (ZIZEK, 1999, p. 26. Destaques do original).

E, adiante, acrescenta: “A ‘realidade’ em si, na medida em que é regulada por uma ficção simbólica, oculta o real de um antagonismo – e é esse real, foracluído da ficção simbólica, que volta sob a forma de aparições espectrais” (ZIZEK, 1999, p. 32), já que “Alguma coisa tem que ser excluída, foracluída, para que a realidade social se constitua” (ZIZEK, 1999, p. 33). Tal parcela foracluída, que, a despeito de rejeitada, acaba por se solidificar em formações ideológicas reconfiguradas, é a potencialidade material da política do silêncio, notadamente do silêncio fundante, analisados por Eni Orlandi (ORLANDI, 2015, p. 102), ou seja aquilo que se excluído discurso e não se diz, para dizer outra coisa, mas que vai retomar seus sentidos através de dadas formações ideológicas. Essa escolha de “caminho” discursivo que, ao ser trilhado, nega os que foram deixados sem uso, como se percebe pelo próprio modelo invocado (o do caminho), é, em muito, maior do que o explícito: ou seja, quando alguém trilha, em uma cidade, uma determinada rua, deixa de trilhar **todos** os demais caminhos da mesma cidade, ou seja, nega-os, rejeita-os, silencia-os, mesmo que isso aconteça de forma inconsciente ou descuidada. Os caminhos silenciados são as possibilidades foracluídas que, portanto, voltarão aos novos discursos sob a forma de aparições espectrais.

O silêncio que se tem do impedimento de falar, ao qual Eni Orlandi dá o nome de “política do silêncio” (ORLANDI, 2015, p. 102), parte de duas situações materiais: o sentido que é calado pela fala diferente (ou seja, se digo “a”, calei todo o resto do abecedário), chamado de silêncio constitutivo, e o silêncio que é imposto pelo processo de censura (silêncio local), lembrando-se que “O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso” (ORLANDI, 2015, p. 102). No caso específico do mundo do samba, onde nascem as canções de Ataulfo Alves, havia um certo número de mandamentos oficiais que direcionavam o que dizer e o que não dizer. Desde a proclamação da república havia uma “ideologia” oficial de perseguição aos negros, por vários motivos[8], e essa política impunha algumas e impedia outras falas. Contra tal política oficial é que surge a resistência negra materializada no samba e, pela época da política populista, do trabalhismo, da valorização familiar e das severas restrições à cultura popular, características dos governos de Getúlio Vargas, período dentro do qual Ataulfo Alves inicia seu movimento composicional, a censura oficial direcionava as falas dos habitantes do mundo do Samba de maneira acentuada e agressiva, atraindo a força da resistência dos oprimidos.

O Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP – criado pelo governo, em vários pareceres relatados em processos de fiscalização de eventos culturais reconhecia a persistência da resistência negra, principalmente por meio do sambista malandro. A resistência é a contrapartida à opressão, ao silenciamento, ao impedimento de falar (ORLANDI, 2015, p. 108 e segs.). “Censura e resistência trabalham a mesma região dos sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 111). Na situação de censura, “a força do significante aparece em cheio” e “é mais forte que o autor, o leitor, o censor, a polícia. Está em todo lugar. Está

[8] O assunto será melhor elucidado na pesquisa e na redação da tese, como complemento às condições de produção do discurso do samba malandro.

onde está o poder. A crítica à ditadura [seja varguista, militar, ou outra qualquer] se expande em todas as direções" (ORLANDI, 2015, p. 124):

> Na censura está a resistência. Na proibição está o "outro" sentido. E isso porque, como dissemos, a censura atinge a constituição da identidade do sujeito.
>
> A identidade, por seu lado, sempre em movimento, encontra suas formas de manifestação não importa em que situação particular de opressão (ORLANDI, 2015, p. 118. Aspas internas do original).

Portando, como se vê, a resistência demonstrada pela canção popular da época era não só a resistência da tradição negra, ainda enfrentando as consequências perversa do escravagismo, mas, atualizada, a resistência também contra a censura oficial, imposta pelo governo central, que, por meio de uma política nacionalista, populista, trabalhista, "tentava" obrigar o mundo do samba a "esquecer" as injúrias passadas e os danos atuais de suas condições sociais e históricas (como se isso fosse possível). No processo normal de fala, "falar é esquecer. Esquecer para que surjam novos sentidos mas também esquecer apagando os novos sentidos que já foram possíveis mas foram estancados em um processo histórico-político silenciador. São sentidos que são evitados, de-significados" (ORLANDI, 2015[c], p. 56).

Ainda, no filão teórico disponibilizado por Eni Orlandi, temos que considerar que a língua de qualquer situação ou regime autoritários, ou "língua de espuma", sempre "trabalha o poder de silenciar" (ORLANDI, 2015, p. 99). E aponta, como "uma manifestação particular de resistência à língua-de-espuma [...] o discurso da Música Popular Brasileira", realçando que "a MPB no Brasil desempenha um papel particular que se poderia aproximar daquele de uma filosofia popular, lugar em que se trabalham identidades, em que se concebem traços importantes do consenso social" (ORLANDI, 2015, p. 99). A pesquisadora refere-se, ainda, ao chamado "samba-duplex", de Chico Buarque, como uma resposta "particular" da música "ao modo torto de significar instalado pela surdez da língua-de-espuma" (ORLANDI, 2015, p. 100). Ora, essa reação ao "modo torto" de o autoritarismo se fazer significar, Chico Buarque a herdou e resgatou da tradição do mundo do samba, ou seja, do samba malandro, do pensamento sincopado (inaugurado por Noel Rosa e seguido por Ataulfo Alves) e, contra a opressão instalada pelo regime militar de 1964, Chico fez legítima "filosofia de botequim", agora nomeando a enunciação polissêmica, sincopada, de "samba-duplex".

Os sentidos foracluídos do discurso (ou da enunciação) do oprimido, que "passa pela fresta", como dito por Caetano Veloso em "Festa imodesta" (1974), são aqueles que retornam na "ginga" do samba malandro, na forma de, no dizer de Eni Orlandi, "discurso de resistência" (ORLANDI, 2015, p. 101). Isso, porque não só o discurso, como também "o silêncio [...] não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar" (ORLANDI, 2015, p. 101). Afinal, "a censura é um sintoma de que ali pode haver um outro sentido. Na censura está a resistência. Na proibição está o outro sentido" (ORLANDI, 2015, p. 118).

"Falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos" (ORLANDI, 2015[c], p. 53). O silêncio e o esquecimento são, portanto, constitutivos da memória. No entanto, há o silenciamento imposto que obriga o desvio dos sentidos. A própria interpretação se apresenta como uma reprodução do discurso original e tal reprodução já contém, em si, deslocamentos, pois, como ensina Eni Orlandi, não existe a re-produção; na tentativa de reprodução "já há a não reprodução", os sentidos se deslocaram para novos sentidos, e, quando os sentidos são desviados, porque "reproduzidos em condições 'particulares', como a da censura, podem ser carregados de outros sentidos, de transformações, de outros sentidos possíveis mas não ditos" (ORLANDI, 2015, p. 112).

Essas "possibilidades" discursivas, das quais o samba malandro, samba duplex ou samba de fresta usam (e, não raro, abusam) se dão, conforme expõe Eni Orlandi (ORLANDI, 2007, p. 296-297) em razão da qualidade, ou falha, metafórica da linguagem, que sempre pode produzir outro sentido, diverso daquele pretendido. A ilusão de transparência é resultado da prática ideológica no sujeito, o que faz com que, "sob o domínio de sua memória discursiva – alguma coisa fala antes, em outro lugar e diferentemente – pensa que o sentido só pode ser 'aquele' quando na verdade ele pode ser outro" (ORLANDI, 2007, p. 297). A metáfora, ainda segundo o ensinamento de Eni Orlandi, é a base da constituição dos sujeitos e dos sentidos:

> a constituição dos sentidos, e dos sujeitos, tem na base a metáfora. Como diz Pêcheux (1975), a metáfora está na base da significação, e eu estendo: a metáfora está na base da constituição dos sujeitos. Os sentidos só existem nas relações de metáfora de que certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório (PÊCHEUX, 1975). A formação discursiva, lembremos, se constitui na relação com o interdiscurso, representando no dizer as formações ideológicas. Assim, o lugar do sentido, e do sujeito, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia (ORLANDI, 1996). Considerando que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, ocupa-me o fato de que, por outro lado, sujeitos e sentidos não coincidem em si, não coincidem entre si (ORLANDI, 2012a). Metáfora, inexatidão, não transparência, movimento, não acabamento (ORLANDI, 2013, p. 6).

No que se refere à ideologia, para entende-la atuando no mundo do Samba, teremos que fazer inicialmente uma distinção entre aquela que Althusser chama de "Ideologia Geral" (ALTHUSSER, 1999, p. 124) e Pêcheux de "Ideologia em geral" (PÊCHEUX, 1995, p. 148-149), ou seja aquela "grande" Ideologia que subjaz a tudo, o tempo todo, em todos os lugares, infinita e eternamente[9] e "ideologia particular" ou "local", para o primeiro e "formação ideológica", para o segundo, ou seja, aquele efeito ideológico particularizado no tempo, no espaço e no meio (ainda que interagente, *mas* em menor escala, com aquela grande nuvem ideológica e com outras muitas formações ideológicas).

[9] Nunca se esquecendo de que a Ideologia é sempre resultado da luta de classes e, portanto, "matizada" sócio-historicamente.

No dizer de Althusser, "*A ideologia* [geral] *não tem história*" (ALTHUSSER, 1999, p. 124. Destaques do original). E, distinguindo-a das "ideologias particulares" (estas, sim, com histórias), afirma "penso ser possível afirmar que *as* ideologias [particulares] *têm uma história própria* (ainda que esta seja determinada, em última instância, pela luta de classes); e por outro, creio ser possível afirmar que *a ideologia em geral não tem história*" (ALTHUSSER, 1999, p. 125. Destaques do original), relacionando essa proposição "com a proposição freudiana de que *o inconsciente é eterno,* isto é, não tem história" (ALTHUSSER, 1999, p. 125. Destaques do original).

Observe-se que, quando se diz que a Ideologia Geral não tem história, e, portanto, que é infinita e eterna, não se quer dizer que haja uma ideologia unânime e definitiva, em qualquer lugar e tempo, por trás de todas as outras "ideologias particulares". Afinal, a ideologia (mesmo a "Geral") é construída, diluída e reconstruída o tempo todo pelas formações ideológicas específicas ou "ideologias particulares", em um processo cíclico que compreende a interatividade da ideologia geral com as formações ideológicas e o desague destas nas formações discursivas, e, por fim, das últimas nos discursos que reprocessam e recompõem as formações discursivas e estas, por sua vez, reestruturam as formações ideológicas que, por sua vez, refazem a ideologia geral, em *motu continuo*.

Os discursos são localizáveis sócio-historicamente e, portanto, as formações ideológicas têm "colorações" diversas nas diversas regiões de espaço, tempo e instâncias e, assim, irão imprimir aquelas suas colorações na grande ideologia do correspondente espaço sócio-histórico. A "Ideologia Geral" ou ("em Geral") é eterna e infinita porque desde sempre e em qualquer lugar, de forma (a)histórica, a partir de quando e de onde a língua/linguagem existiu e permitiu, tornará possível qualquer efeito material discursivo, porque, onde há sentido, há discurso e onde há discurso há interpretação e, portanto, há ideologia: em qualquer possibilidade discursiva há o encontro com o ou o desague do ideológico que o sustém e é a sua matéria prima. Portanto, há um "pano de fundo" ideológico inafastável, ainda que, naturalmente, carregue as colorações das formações discursivas concentradas em tempos, lugares e instâncias diversos. É a esse pano de fundo que se tem chamado de "a" Ideologia (com inicial maiúscula), "Ideologia Geral" (Althusser), "Ideologia em geral" (Pêcheux)

Quanto ao relacionamento ideologia\sujeito, síntese esclarecedora melhor não há do que aquela que vem das seguintes enunciações de Althusser, acolhidas *in totum* pela AD: "1 – só há prática através de e sob uma ideologia; 2 – só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito" e acrescenta "**A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos**" (ALTHUSSER, 1992, p. 93. Destaques do original), não se esquecendo, também, que todos somos "sujeitos e portanto sujeitos ideológicos" já que vivemos, todos, "'espontaneamente' ou 'naturalmente' na ideologia no sentido em que [...] 'o homem é por natureza um animal ideológico'" (ALTHUSSER, 1992, p. 94). E, além do mais, "A existência da ideologia e a interpelação dos indivíduos enquanto sujeitos são uma única e mesma coisa" (ALTHUSSER, 1992, p. 97).

Pêcheux reconhece que há, inevitavelmente, um caráter comum às "estruturas-funcionamentos" respectivas, aquelas que autorizam o desate material discursivo, sendo esse caráter, comum tanto à ideologia como ao inconsciente, "o de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências 'subjetivas'*, [...] 'nas quais se constitui o sujeito'" (PÊCHEUX, 1995, p. 152-153. Destaques do original). Isso quer dizer que "todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer) [...] colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso" (PÊCHEUX, 1995, p. 154).

Como leciona Eni Orlandi,

> O processo ideológico não se liga à falta mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de "evidência", sustentando-se sobre o já-dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como "natural" (ORLANDI, 2015, p. 96-97. Aspas do original).

É a esse falso sentido de evidência que se tem chamado de "ilusão de transparência": o efeito materializado da ideologia, que sempre se oculta, não se expõe, mas "sopra" determinado sentido que "parece" se encontrar no discurso, a partir de sujeitos a ela assujeitadas. Os efeitos do ideológico são condensados no discurso, e portanto, se materializam, pela memória discursiva:

> Ele [Pêcheux] define este [o interdiscurso] como memória discursiva, o já-dito que torna possível todo o dizer. De acordo com este conceito, as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente. O interdiscurso é articulado ao complexo de formações ideológicas representadas no discurso pelas formações discursivas: algo significa antes, em outro lugar e independentemente. As formações discursivas, por sua vez, são aquilo que o sujeito pode e deve dizer em situação dada em uma conjuntura dada. O dizer está pois ligado às suas condições de produção. Há um vínculo constitutivo ligando o dizer com a sua exterioridade (ORLANDI, 2005, p. 10).

A marcação ideológica, no mundo do Samba e, portanto, nos sambas malandros de Ataulfo Alves, é de vital relevância à análise que se pretende empreender na pesquisa, isto porque, além dos eflúvios daquelas ideologias em geral e das formações ideológicas de mais abrangência – ambas, portanto, mais tênues e pouco visíveis – existiam "ideologias particulares", "ideologias localizadas", que realçavam tanto a opressão (seja a social, seja a econômica, seja a política, ou até mesmo a policial) quanto a resistência (sendo o samba, junto com o carnaval, uma das principais vozes resistentes) e essas vozes se materializavam de maneira parcialmente consciente. Ou seja, de um lado, atitudes legais e políticas, de outro, mecanismos de defesa, como a denúncia e a crítica, que só podiam se lançar para

fora do cerco opressivo por instrumentos polissêmicos, dúbios, e, seguramente, o samba malandro, ou "pensamento sincopado", foi o principal deles.

Naturalmente, até porque se parte do princípio de que, como diz Eni Orlandi, relembrando J. J. Courtine, "a Análise de Discurso trabalha com a textualização do político" (ORLANDI, 2005, p. 10), ou seja, do político que sempre se fará presente pelo discurso (onde houver eu + tu e uma produção de sentido/interpretação, ainda que em um indivíduo isolado, o político e o simbólico, entrelaçados, estarão presentes). Isso, porque

> A Análise de Discurso trabalha a textualização do político (J. J. Courtine, 1986) sendo que a apreensão dessa textualização vem de uma análise dos gestos de interpretação inscritos na materialidade do texto. Na medida em que o político é constitutivo, a compreensão, a própria leitura, em Análise de Discurso, é política. Em outras palavras "a análise de discurso se confronta com a necessidade de abrir conjuntamente a problemática do simbólico e do político" (M. Pêcheux, 1982) (ORLANDI, 1998[b], p. 74).

Ao usar a língua, como estrutura, para se pronunciar, para enunciar, o sujeito se constitui no ideológico, se faz incorporar por formações discursivas pré-constituídas, assume-se como "autor" de discurso e "criador" de efeitos de evidência, instaurando o *fiat lux* do acontecimento discursivo no encontro com o real onde, mesclando o simbólico da linguagem ao político do efeito, textualiza e, ao fazê-lo rompem com o *status* estabelecido, com o já-dito. E é nesse movimento que se instaura e se reconhece o efeito político:

> As palavras têm um poder de ruptura. Elas embaralham a evidência segundo a qual as coisas seriam simplesmente o que elas são. Esse poder de ruptura tem múltiplos usos e, notadamente, permite a constituição de coletivos políticos unidos pela vontade de explorar o significado de palavras como liberdade ou igualdade (RANCIÈRE; NATÉRCIA, 2005, p. 16-17).

Não se pode olvidar que o "real da língua é simbólico e é a condição de existência do processo discursivo – sempre sujeito a falhas, deslocamentos, disfarces. Ao criar a unidade, divide-se. E o político é essa divisão ou como o sentido faz sentido dependendo da história na qual ele está inserido" (SILVA, 2006, p. 32). E isso sempre nos remete à eterna e contínua arbitrariedade da língua. E, como leciona Rancière, "por arbitrariedad de la lengua entendemos simplesmente que no hay ninguna razón inmanente a la lengua, que no hay ni lengua divina ni lengua universal, sino solamente una masa sonora que corresponde a cada uno – y cada vez – hacer significar" (RANCIÈRE, 2011, p. 108). Ou, no ensino de Eni Orlandi,

> todo enunciado é constituído por pontos de deriva, podendo deslizar para um outro, diferente de si mesmo, produzindo assim diferentes sentidos para diferentes sujeitos e situações, já que não há linguagem que não se confronte

> com o político. E o político, simbolizando as relações de poder, reside na divisão dos sujeitos e dos sentidos já que a nossa formação social é regida pela diferença, pela divisão, pela dispersão (ORLANDI, 2007, p. 295-296).

Isso acontece porque, nos desvãos desses "pontos de deriva", sempre haverá não-ditos, que podem ser vistos no silêncio: "a política vem constantemente preencher os silêncios de nossa sociedade" (MILNER, apud: INDURSKY, 2013, p. 282-283), ou, no ruído: "A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho" (RANCIÈRE, 1996, p. 42). É nesse jogo de ruptura, de desvãos, que se preenchem por silêncio ou ruído, dependendo da oportunidade e da necessidade discursivas (considerando-se que, por força do simbólico, o desvão, a ruptura, sempre existirão), que trabalha a polissemia e a ambiguidade e, consequentemente, é onde se instaura o político e é onde se pode buscar efeitos políticos produzidos pelo samba malandro em geral e pelo samba malandro de Ataulfo Alves em especial.

Afinal, é no discurso que a tensão entre intensão autoral, interpelação ideológica, manifestação concreta e produção de sentidos se dão e que desaguam no texto, que é a ponta de *iceberg* onde sentidos de um/alguns discurso/s se dão a análise, onde o analista de discurso os indagará. E cabe à língua trazer, do simbólico da ideação para o político da materialização, na textualização, o discurso: "O discurso é o lugar em que podemos observar a articulação entre língua e ideologia" (ORLANDI, 2007, p. 296) e, acrescento, é pelo texto que podemos desvelar o discurso. Portanto, não há materialidade discursiva sem a língua e, por isso, "A materialidade linguística deve ocupar um lugar central na prática de análise" (GASPARINI, 2015, p. 63). Central, inarredável e fundador.

A textualização da resistência do mundo do Samba se encontra, principalmente, nas letras de canções, inobstante, no samba malandro, se encontre na ampla expressão cancioneira, ou seja, também no ritmo, na melodia e na interpretação artística. O texto, materializado pela língua, busca sentidos. "O homem está 'condenado' a significar. Com ou sem palavras, diante do mundo, há uma injunção à 'interpretação': tudo tem de fazer sentido (qualquer que seja)" (ORLANDI, 2015, p. 29-30). No entanto, os sentidos sempre podem ser outros, isso pelo efeito da incompletude que afeta a língua: "porque são várias as linguagens possíveis, porque a linguagem se liga necessariamente ao silêncio, porque o sentido é uma questão aberta, porque o texto é multidirecional enquanto espaço simbólico" (ORLANDI, 2004, p. 18). Campos férteis e abertos ao processo discursivo de resistência do samba.

Ataulfo Alves foi um dos mestres na manipulação da língua para encontrar sentidos de resistência no samba. Por isso, permanece ainda hoje cultuado como um dos pais fundadores do gênero, e sua canção desperta não só interesses como polêmicas. Pode-se dizer "que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui" (ORLANDI, 2015[c], p. 55). Há de se observar, porém, que o *start* criativo do artista é peculiar. Utilizando-se de pré-constituídos, ainda que inconscientemente, ou pouco consciente, o artista é um mestre na arte de recriar o

mundo (ainda que com materiais pré-existentes, soltos no "ar" da atmosfera discursiva. Ele tem o dom de individualizar seu texto, o que somente é possível pelo fato de que

> [...] esse sujeito, uma vez constituído, sofre diferentes processos de individualização (e de socialização) pelo Estado. Assim, se temos o indivíduo como ponto de partida para assujeitamento ao simbólico – e, quanto a este assujeitamento o sujeito não tem controle pois ele se passa "antes, em outro lugar e independentemente" – temos sobre esse sujeito processos que o individualizam e que derivam das diferentes formas de poder. E aí as Instituições e o Poder constituído têm um papel determinante. É nessa instância que se dão as lutas, os confrontos e onde podemos observar os mecanismos de imposição, de exclusão e os de resistência (ORLANDI, 2015[c], p. 55).

2. Relevância do tema

O samba, gênero musical cuja formatação é atribuída ao final do ano de 1916, no Rio de Janeiro, pelo registro da partitura da melodia da canção "Pelo telefone", melodia composta pelo descendente de baianos e de escravos Donga (Ernesto dos Santos), com as alterações que lhe foram impostas, por volta de 1927, por um grupo de sambistas do bairro do Estácio de Sá, capitaneados por Ismael Silva, Alcebíades Barcelos (o "Bide"), Rubens Barcelos (o "mano Rubens"), e que passaram para a história da canção brasileira como o "Pessoal do Estácio", esconde, sob o gingado alegre do ritmo, uma história de perseguições, opressões, desqualificação racial, discriminação ética e social, sonegação econômica e desculturação. Consequentemente, também da correspondente resistência.

Vê-se, pois que não é por acaso que o samba foi elevado à condição de gênero musical típico do Brasil e que é centralizado, por todos os historiadores, como elemento de identificação do povo brasileiro. O discurso do samba interveio profundamente no pensamento brasileiro, nos costumes nacionais, na construção social e na Língua aqui falada, no imaginário e no político. É um veio inesgotável de interesse científico, ainda pouco explorado, sempre aberto a um incontável número de pesquisas nas mais variadas áreas de estudo. Por isso, no meu entender, a pesquisa para a busca de marcas de sentido no discurso do "mundo do Samba", textualizado por letras de canções que caracterizam o chamado "samba malandro", fruto do "pensamento sincopado", é de absoluta pertinência.

No samba de Ataulfo Alves vamos perceber um dos mais completos e felizes encontros de uma dialética malandra de resistência, com farto uso de efeitos polissêmicos e dialógicos, muitas vezes irônicos, mas sempre verdadeiros folhetins de denúncia e crítica ao pesado sistema de opressão econômica, social e política a que foram submetidos (e ainda o são) os habitantes do mundo do Samba. Para tanto, metaforizou o cotidiano por ditos populares, por frases de efeito, por construções irônicas, sempre manipulando com mestria a língua como sistema coletivo de fala, como instrumento de resistência específico de um povo (os pobres em geral e os negros em especial) que se comunicava por jargões e termos específicos. Portanto, há na sua fala enunciativa as características adequadas para se resgatar o "pensamento sincopado" do qual fez largo uso pela mais lídima filosofia de botequim.

3. Condições de produção

Em toda as Américas e em muitos países da Europa e da Ásia, a escravidão, e principalmente a escravidão imposta a negros africanos, forçou os cativos a movimentos de resistência cultural, unindo-se em grupos que tinham práticas linguísticas, de culto e de tradição análogas, criando signos e códigos de convivência e manifestação peculiares, distintos dos códigos dos opressores. No Brasil, caso bem demarcado é o que mostra os negros pós-escravidão, segregados pela elite dominante, que se uniram em um centro urbano, na capital da república, o Rio de Janeiro, e aí, como principal meio de resistência cultural, desenvolveram uma maneira de vida típica, em torno de um pensamento religioso, voltado para o culto aos orixás, e de uma cadência rítmica sincopada – que, tempos depois, foi decisiva na construção do gênero musical denominado "samba".

O poder do ritmo sincopado praticado nos núcleos negros, no Brasil e no Rio de Janeiro com decisiva influência dos negros do estrato etnolinguistico dos povos *bantu* (LOPES, 2011, p. 101-102, 616), que se prestava tanto às reuniões sociais como aos cultos religiosos, às festividades e aos encontros gastronômicos, incorporou a fala, como uma das mais resistentes balizas culturais, influenciando decisivamente, em geral, o comportamento desses núcleos. A ginga característica gerou um modo próprio, amalandrado, de falar e andar, agir e lutar, em pernadas ou capoeiras. Tamanha a influência do controle do corpo pelo ritmo, que autorizou o sociólogo Muniz Sodré a denominar o samba de "o dono do corpo" (SODRÉ, 2007, p. 20-21, 67).

Por outro lado, o conjunto de hábitos agregados à vida que se desenvolveu amalgamada pelo ritmo sincopado – que aqui, para melhor ilustrar a ideia, é chamada de "mundo do Samba" – adquiriu feições peculiares no que se refere à maneira de pensar, expressar-se e lidar com mazelas do cotidiano. Não se pode esquecer que, nesse começo da formação do mundo do Samba, última década do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, na capital federal, havia forte ideologia, impingida pela elite dominante, de inferioridade racial do negro (LUZ, 2010, p. 26; SCHWARCZ, 2015), que se materializava em severas perseguições policiais, impedimentos ao trabalho assalariado, proibição de cultos, exclusão habitacional e econômica, abandono social e discriminação racial.

Tal isolamento ideológico, somado à resistência cultural negra, deu oportunidade única ao mundo do Samba de construir um sistema peculiar de pensamento e linguagem, conservando a dependência ao balanço gingado da síncopa característica dos ritmos negros. Até o final da terceira década do século XX, havia uma cisão na própria cultura negra: de um lado, o núcleo do centro da cidade, ao redor da Praça XI de Junho (englobando Cidade Nova, Saúde, Lapa, cais do porto, Gamboa), de outro os moradores das encostas de morro (ROMANELLI, 2015[b], p. 172). Tal divisão, que deu oportunidade à conhecida "cidade repartida pelo samba", reafirmou ainda mais o isolamento do mundo do Samba nos morros, considerado mais próximo à fala, à tradição e à cultura negras. O mundo do Samba na cidade, por sua proximidade e maior contato com as classes dominantes, conseguia interagir, ainda que sob o desgaste de muitas arestas, com o mundo branco, o

que não acontecia com o dos morros. Aquele, afastando-se mais da ancestralidade, diluía de maneira mais incisiva a aura de sua linguagem, de sua tradição e de sua arte.

Para que os dois mundos – o excluído, da cultura negra segregada aos morros e o dominante, da cultura branca – pudessem dialogar, entendendo-se a partir de linguagens com fundamentos filosóficos e tradicionais distintos, o acento sincopado da fala e do pensamento daquele primeiro, foi essencial, possibilitando e intermediando o contato extrafronteiras. O processo de absorção do pensamento característico do mundo do Samba pela síncopa, na canção popular e no carnaval, e a consequente intermediação com o mundo branco, representado pelos interesses políticos da época (quando se procurava estabelecer a identidade do povo brasileiro) e pela incipiente indústria cultural (início das gravações fonográficas e das transmissões radiofônicas), propiciou o encontro entre as duas culturas conflitantes no curto período de cerca de apenas dez anos. A esse fenômeno, verdadeiro "milagre" cultural, dado o tamanho estranhamento que causou, o antropólogo Hermano Vianna denominou de "o mistério do samba" (VIANNA, 2012, p. 30, 34).

O ponto de aglutinação desse mecanismo ferramental adequado para se dar voz no mundo branco ao mundo negro se colocou no chamado "samba malandro". A linguagem malandra é uma das expressões autenticadas ao mundo do Samba, tanto nos morros como na cidade. No entanto, dadas as peculiaridades de contato com a elite cultural dominante, manifestou-se, assim como a outra grande voz do pensamento e da fala sincopados, a canção, de maneiras típicas. O malandro da cidade resvalou para os pequenos golpes, grupos de capoeiras, cafetinagem, vida boêmia, elegância, hábil manejo de armas brancas, como a navalha, gestos e comportamento esquivos etc. A malandragem nos morros, no entanto, era mais truculenta, violenta, direta, com respaldo em confrontos físicos manuais. Tanto uns como outros, os malandros viviam à margem das regras legais, cometendo transgressões, contravenções e crimes, previstos na legislação penal.

Entre morro e asfalto, surge no bairro Estácio de Sá, um novo ritmo, e uma nova maneira de compor, híbrida, o samba batucado, aquele que Humberto Franceschi chamou de "samba de sambar do Estácio" e que se constituiu em um "novo código de percepção musical até então desconhecido" (FRANCESCHI, 2014, p. 109) e que adequou os signos da comunicação entre mundos branco e negro. Por ele, "numa cadência própria", puderam ser compostas e manifestadas letras "revelando intensa carga do cotidiano, de um cotidiano muito peculiar" (FRANCESCHI, 2014, p. 109). Implícito nesse novo comportamento rítmico e musical, surgiu também um novo comportamento e uma nova fala malandra, que Ismael Silva, um dos principais compositores daquele bairro e um dos pioneiros da "nova canção" – matriz do "samba urbano carioca", ritmo assumido como identidade musical brasileira –, chamou de "malandragem fina" (CARVALHO, 1980, p. 61).

Partindo desse ponto, da "malandragem fina", é que o compositor e cantor Noel Rosa, do bairro de Vila Isabel, trouxe à luz uma linguagem definitiva, o moderno "samba malandro", depois de configurar o malandro como um tipo social e legalmente tolerável, o malandro folgado. A essa figura, típica do imaginário do samba carioca, atribui-se o dom da fala, a linguagem polissêmica e a farta dialogia, capaz de traduzir as diversas nuances das mazelas do mundo segregado do Samba, dando-lhes vida e expressão no mundo erudito das elites culturais. Ao samba batucado atribui-se, também, verdadeira revolução em outra grande voz na linguagem da cultura negra, o carnaval.

Transformando a linguagem da composição popular e propiciando a manifestação da diversidade das vozes do mundo do Samba, Noel Rosa assume a paternidade da aqui chamada "filosofia de botequim", que "se caracteriza por um modo de questionar, através de um discurso polissêmico, as mazelas e as agruras da existência, as questões miúdas individuais e domésticas e outras de interesse particular" enquanto indaga "questões universais, como o amor, a morte, as transformações sociais, a sorte, o dinheiro" (ROMANELLI, 2015, p. 20). Para que tais vozes pudessem ser ouvidas, sem contrariedades e sem grandes discriminações, no mundo branco, deflagrando um processo de reflexão sobre a existência humana a partir da vida "miúda" das pessoas socialmente desafortunadas, o samba malandro usou de signos com significativa dubiedade expressiva, ironia e humor, emprateleirando sentidos, dentro da polissemia que lhe é característica.

Dentro, portanto, de tais condições peculiares ao mundo do Samba, surgidos nos instantes pós-abolição da escravatura e pós-proclamação da república, é que se gesta e evolui o samba, chegando-se até ao samba de Ataulfo Alves, discípulo direto dos fundadores do "samba de sambar do Estácio". Em todo o período, estiveram presentes fortes movimentos de opressão ao sambista: política de branqueamento do povo brasileiro, de inferiorização do povo negro, de repressão ao negro e incentivo à imigração do europeu; política de apenamento à vadiagem, política de sanitarização da capital federal, do desmanche (o "bota-abaixo" de Pereira Passos) das aglomerações negras do centro da cidade, com a consequente expulsão dos pobres para a periferia, principalmente para os morros; opressão policial insistente; censura aos meios culturais; política varguista de valorização do trabalho e punição do vadio, política varguista de valorização da família e da formação do povo brasileiro, com a destruição da cultura ancestral negra; proibição do uso de dialetos e línguas maternas. E muito mais.

Dentro de tal cenário, a incisiva resistência desse povo tão sistematicamente oprimido era de se esperar. E ela veio pelo samba. Primeiramente, como rodas de congraçamento, depois, como gênero musical vendável e, por fim, como o samba malandro e como escolas de samba, capazes de levar para fora do mundo do Samba as críticas aos sistemas político e econômico dominantes. Ataulfo Alves se faz sambista em meio à ebulição desses momentos e, por isso, no seu modo típico de compor e interpretar, engrossou substancialmente a resistência cultural de seu tempo.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1.ª reimp.: 1999]**.** (p. 105-142).

CARVALHO, Luiz Fernando Medeiros de. **Ismael Silva:** samba e resistência. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

COSTA, Greciely Cristina da. Discursividades de inclusão e a manutenção da exclusão. In: **Discursos sobre a inclusão**. FERREIRA, Eliana Lucia; ORLANDI, Eni Puccinelli (org). Niterói: Intertexto, 2014.

COUTO, Varlei Rodrigues do. Memórias na sombra, sombras da memória: a construção da zona e o nascimento da puta. In: **Entremeios**: revista de estudos do discurso. v. 3, n. 1, jun. 2011. Pouso Alegre, UNIVÁS, 2011.

FRANCESCHI, Humberto M. **Samba de sambar do Estácio:** de 1928 a 1931. 1. reimp. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2014.

GASPARINI, Edmundo Narracci. A língua na Análise do Discurso. In: **Revista da Anpoll** nº 39, p. 62-68, Florianópolis, Jul./Ago. 2015.

GUIMARÃES, Eduardo. Textualidade e enunciação. In: **Escritos n. 2 –** Ver e dizer. UNICAMP, s/d. Disponível em: <http://labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos2.pdf>. Acesso em: 02 set. 2016.

INDURSKY, Freda. O ideológico e o político no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda et al. (org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora africana.** 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011.

LUZ, Marco Aurélio. **Cultura negra e ideologia do recalque**. 3. ed. Rio de Janeiro: EDUFBA; Pallas, 2010.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. In: **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 73-81, jan. 1998[b]. ISSN 1984-8412. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915/6378>. Acesso em: 02 set. 2016. doi: http://dx.doi.org/10.5007/6915.

ORLANDI, Eni P. Discurso, imaginário social e conhecimento**.** In: **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994.

ORLANDI, Eni Poncinelli. **Interpretação:** Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In. DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano**: sentido e materialidade digital [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013. Consultada no Portal Labeurb – http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/ Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A relação entre linguagem e o mundo. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em Direitos Humanos:** Fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015[b].

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** No movimento dos sentidos. 6. ed. 4. reimp. Campinas: Unicamp, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Ética e política linguística. In: **Língua e Instrumentos Linguísticos**. v. 1. Campinas: Unicamp: Pontes, 1998. [p. 7-16].

ORLANDI, Eni Puccinelli. Formação ou capacitação?: duas formas de lugar sociedade e conhecimento. In: **Discursos sobre a inclusão**. FERREIRA, Eliana Lúcia; ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Niterói: Intertexto, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. 4. ed. Campinas: Pontes, 2015[c].

ORLANDI, Eni Puccinelli. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. In: **Estudos da Língua(gem)**. n. 1. Jun. 2005. Vitória da Conquista. [p. 9-13]. Disponível em: <http://www.estudosdalinguagem.org/index.php/estudosdalinguagem/article/viewFile/4/3>. Acesso em: 02 set. 2016.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et al. 3. ed. (1997. Reimp. 2001). Campinas: Unicamp, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et al. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1.ª reimp.: 1999]**.** (p. 143-152).

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

RANCIÈRE, Jacques (entrevistado); NATÉRCIA, Flávia (entrevistadora). Em nome do dissenso, filósofo francês redefine termos e conceitos na arte e na política (Entrevista). In: **Ciência & Cultura**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. v. 57, n. 4. São Paulo. Out./dez. 2005 [p. 16-17]. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n4/a11v57n4.pdf>. Acesso em: 06 set. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **Em los bordes de lo político**. Trad. apres.: Alejandro Madrid. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones La Cebra, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento:** política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

ROMANELLI, Francisco Antonio. Rio de Janeiro: uma cidade dividida pelo samba. In: BIANCHI, Leonor (org.). **Rio: 450 anos de histórias**: personagens do Rio, patrimônio, memória e identidade cultural. Nova Friburgo: E-ditora, 2015[b].

ROMANELLI, Francisco Antonio. **Roda de samba, roda da vida**: filosofia de botequim em Noel, Paulinho e Chico. Varginha: edição do autor, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. 13 reimp. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SILVA, Soeli Maria S. da. O *Povo-fala* na TV: O político na argumentação. In: _____ (org.). **Os sentidos do povo.** São Carlos: Claraluz, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2. ed. 2. Reimp. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ZIZEK, Slavoj. Introdução. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1.ª reimp.: 1999]**.** (p. 7-38).

FESTEJO DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ-MG

BRUNA FÁTIMA DE BRITO[10]; ANDREA SILVA DOMINGUES[11]

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
Brunabrito_86@hotmail.com[1] ; Andrea.domingues@gmail.com[2]

Resumo. *Um dos principais movimentos da cidade de São Gonçalo do Sapucaí-MG é o festejo de Nossa Senhora do Rosário, que desde o século XVIII iniciou-se com a realização da congada que é uma representação a coroação dos reis do Congo. Os escravos e forros deram inicio a esse festejo, sujeitos constituídos por uma ideologia, que já traziam consigo devoção em Nossa Senhora do Rosário, através de pequenos ternos de congo, dos santos de adoração. Para a realização de suas devoções os escravos passaram a associarem seus santos africanos aos santos católicos como uma estratégia, como uma forma de resistência e agenciamento para manter suas tradições.*

Palavras- chave. *Festejo; discurso; cultura afro-brasileira.*

Abstract. *One of the main movements of the city is the feast of Our Lady of the Rosary, which since the 18th century began with the realization of the congada which is a representation of the coronation of the kings of the Congo. The slaves and liners gave rise to this celebration, subjects constituted by an ideology, which already brought with it devotion in Our Lady of the Rosary, through small suits of congo, of the saints of adoration. For the accomplishment of their devotions the slaves began to associate their African saints with the catholic saints as a strategy, as a form of resistance and agency to maintain their traditions.*

Keywords. *Celebration; speech; Afro-Brazilian culture.*

1. A FESTA COMO ACONTECIMENTO

[10] Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem. Universidade do Vale do Sapucaí.Bolsita FAPEMIG

[11] Doutora em História (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Pró Reitora de Pós Graduação Professora do curso de História e do Programa de Pós Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí.

A cidade de São Gonçalo do Sapucaí-MG, está localizada as margens da rodovia Fernão Dias, no sul de Minas Gerais, cerca de 275 KM de São Paulo e a 340 KM de Belo Horizonte a capital do estado de Minas Gerais e próxima dos municípios de Pouso Alegre, Varginha, Três Corações e Campanha. As atividades econômicas são os setores de serviço e indústria com destaque para fabrica de alimentos Vigor. Segundo os dados estatísticos do IBGE, a sua população é de aproximadamente de 23.906 habitantes, o município se concentra ainda em uma área de 516,683 km².

Nos textos memorialísticos sobre a cidade, sempre é descritivo que, São Gonçalo do Sapucaí começou como arraial, na fase aurífera, por volta de 1740, uma região com grande fluxo de ouro, sendo povoada primeiramente por bandeirantes e escravos para mão de obra no ciclo do ouro. Depois da fase aurífera, a agropecuária passou a ser o forte na região, com as principais atividades de produção de leite e cafeicultura. São Gonçalo da Campanha do Rio Verde como era denominado, devido o povoado pertencer à cidade Campanha. No ano de 1743 é elevada a categoria de arraial e somente no ano de 1880 o arraial consegue sua emancipação, (NOVIELLO, 1995).

Um dos principais movimentos da cidade de São Gonçalo do Sapucaí-MG é o festejo de Nossa Senhora do Rosário, que desde o século XVIII iniciou-se com a realização da congada que é uma representação a coroação dos reis do Congo, reinos africanos na luta entre mouros e cristãos, os escravos africanos que vieram para o Brasil trouxeram suas ideologias que fazem parte de características marcantes nas comemorações do festejo.

Os significados de coroação do reinado, reis e rainhas ganharam espaço, sendo parte indispensável para o início da festa que se resignificou durante os anos, como uma forma de resistência e afirmação de identidade.

Como nos diz Souza (2002):

> Foi na América portuguesa que a eleição de reis negros e sua comemoração festiva este mais difundida, existindo comprovadamente desde o inicio do século XVII, ganhando força no XVIII, mudando de feições no XIX e ocorrendo ainda hoje em várias localidades brasileiras (SOUZA, 2002, p.179).

Em documentos oficiais como o inventário da cidade de São Gonçalo do Sapucaí-MG, a festa foi oficializada na data de 1939, mas conforme dados do Jornal Sapucaí News (2012) " A primeira citação escrita e documentada, data do ano de 1880, quando João Paulino, apelidado de João Flora, tomou a chefia dos ternos de congada em São Gonçalo do Sapucaí ", porém existem varias fontes informais, como em conversas informais, com moradores da cidade de São Gonçalo que afirmam que o festejo já acontecia muito antes da guerra do Paraguai.

Ao dialogarmos com Sr. João Rufino, este nos diz que:

> A origem aqui mesmo, começou em 1808, certo! Quando começou a festa do Rosário, e já era um arraial ainda sabe, a igreja do Rosário lá, era uma capelinha do cemitério, onde é a igreja do Rosário certo e a festa acontecia. (João A. Rufino, ex presidente da antiga Irmandade).

O senhor Sr. João Rufino, é um homem negro de aproximadamente setenta anos, residente na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, local de seu nascimento, atualmente e oficialmente secretário de cultura da cidade, mas do qual já foi presidente da irmandade dos homens pretos e congadeiro, é possível observar a importância da marca temporal em sua narrativa.

João Rufino fez questão de buscar em sua memória o discurso vinculado a questão da origem, do festejo conectando ao ano de 1808, um tempo que marca a história da escravidão de nosso país, ou seja, mesmo sem ter vivido este período fez questão de afirmar que a festa é algo de tempos remotos, de escravidão, neste momento que observamos que a memória não é algo pronta, acabada e que ela não nasce do nada, temos lembranças que são repassadas de geração a geração, como forma de identidade e de resistência e assim pode neste ato do dialogo nos afirmar que a festa é dos negros, ligada a religiosidade a santa, como o próprio depoente diz a Nossa Senhora do Rosário , considerada em no Brasil como a mãe dos homens pretos e desta maneira a festa "acontecia" para o Sr. João Rufino.

Ao observamos em nosso corpus de análises, seja ele textos memorialísticos e as narrativas orais, percebemos que ambas as produções buscam sentidos para compreender o festejo, e como já nos alerta Domingues (2016) "não apenas como um fato histórico, estagnado no passado em tempos remotos e sim como um acontecimento histórico que gerou o acontecimento discursivo, que produzem efeitos de sentidos a partir da historicidade do acontecimento emitido pelos, discursos, que se atualizam , circulam em diferentes tempos e participam constantemente do processo identitário dos diferentes sujeitos , envolvimento no festejo que é um acontecimento histórico e discursivo", pois, como nos diz ainda Pêcheux (1990, p.17) um acontecimento " é um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória" e desta forma sua interpretação deve estar vinculada ao acontecimento histórico e discursivo que se atualiza no presente , sempre pautado nas experiências do passado e que vai nos conduzindo ao futuro.

Por considerarmos que acontecimento histórico pode ser discursivisado de diferentes formas e produzir efeitos de sentidos diversos (DELA- SILVA, 2008), que faz-se importante compreendermos como ocorre a festa no cotidiano da cidade, refletindo as experiências vivenciadas e suas diversas dimensões, pois como nos aponta novamente Domingues (2016) "o festejo está vinculado a uma redefinição do político, as condições de produções, as formas de se fazer e se dizer no espaço rural e urbano, que se resignificam cotidianamente".

Ao realizarmos a leitura do jornal A Folha do Mineiro (2016), percebemos que a Festa em São Gonçalo do Sapucaí acontece 50 dias após o domingo de páscoa, acompanhando o calendário religioso. Fiéis unem as comemorações de pentecoste com o Louvor a Nossa Senhora do Rosário, onde se comemora a subida de Jesus Cristo aos céus e o agradecimento a Nossa Sra. Rosário pela ajuda aos negros. Além do sentido religioso

neste mesmo corpus de análise é perceptível ao pesquisador resignificar o sentido denominado pelos representantes católicos como um ato profano na festa, quando através do corpus de analises percebemos que a festa iniciada pelos negros, não está relacionada somente a eles e sim a comemorações do catolicismo, deixando-nos uma inquietação, sobre uma tentativa de silenciar o festejo de raízes africana, com o desvio de atenção para comemorações católicas.

Imagem 1- Subida do reinado, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário.

Ao observar a imagem 01, percebe-se a relação do sagrado e profano no acontecimento discursivo do festejo, o standard traz uma imagem de representação católica, do sagrado, a Nossa Senhora do Rosário, sendo carregada por uma mulher negra e cortejada pelos congadeiros que cantam, dançam ao som dos tambores que nos remetem a lembranças do tempo de cativeiros com canções de liberdade e igualdade. O sagrado e profano se hibridam, pois o festejo faz reverência a uma santa católica branca, porém ao mesmo tempo é carregada por vários aspectos culturais oriundos de tempos e povos africanos.

Os escravos e forros deram inicio a esse festejo, sujeitos constituídos por uma ideologia, que já traziam consigo devoção em Nossa Senhora do Rosário, através de pequenos ternos de congo, dos santos de adoração, saiam cantando e dançando durante 14 dias, em agradecimento a Nossa Senhora, uma cultura passada por gerações.

Para o congadeiro Jorge Bala.

> Minha família é uma família tradicional da congada, filhos de escravos, escravos já libertos e estão envolvidos de uma maneira muito especial. Meus avós, bisavós e tataravós escravos, reverenciava nossa senhora de uma maneira muito especial, através das batidas de congo. Mesmo na senzala, na época da escravidão, os escravos queriam a liberdade eles prometiam algo a nossa senhora, e reverenciavam através das batidas. "Jorge Bala. (Radialista congadeiro. Documentário "Conheça a tradição da Festa do Rosário em São Gonçalo do Sapucaí, 2012)".

Jorge Bala, homem negro, congadeiro, radialista, residente em São Gonçalo do Sapucaí-MG, traz em sua, memória um discurso todo perpassado pela "escravidão" , representa o festejo como um acontecimento histórico e discursivo marcado de sentido diversos como a família tradicional, escravos libertos, batidas do congo, senzala e liberdade, ambos na condição de produção que homens e mulheres negros, escravos viviam cotidianamente sob o poder dos homens brancos, explorados e escravizados, porém utilizando de estratégias como a festa de Nossa Senhora do Rosário para clamarem liberdade através das "batidas do congo", um ato de resistência que permanece até os dias atuais, nas canções e movimento do congado, pois estas praticas culturais foram passadas de geração a geração como é representado na imagem 02.

Imagem 02- Subida do reinado.

Na imagem 02, há muitas crianças e jovens participando do ato da congada que através da oralidade e visualização aprenderam o congado e construíram sentido para esta

memória discursiva, pois o sujeito se interpela pela língua, e se identifica para poder se dizer no acontecimento do festejo. Desde pequenas, guiadas pelos seus pais já atuam no cortejo como representantes do congado, assumindo papeis diversos de congadeiros mirim, porta bandeira, instrumentalistas, etc.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário, foi construída aproximadamente no final do século XVIII, segundo o histórico do Bem da Cultura, a capela do Rosário já existia em 1820, a existência também de uma inscrição em um dos sinos da igreja, esta datado em 1808, com referências de "Viva a Nossa Senhora"

Imagem 3- Igreja de Nossa Senhora do Rosário em São Gonçalo do Sapucaí-MG.

Observa-se nos fragmentos apontados que a capela surge na cidade desde o período da escravidão em nosso país, tendo como padroeira a santa considerada protetora dos homens negros, nos vestígios ainda observamos referências de que a construção da capela foi realizada por escravos e até o tempo presente mantém os santos de devoção dos escravos, como São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, segundo Dossiê de Tombamento do Município de São Gonçalo do Sapucaí-MG "A tradição vem ainda da época da escravatura. Os negros, para honrar a Virgem do Rosário, faziam batuques e danças, acompanhados de rezas e cantorias". Para a realização de suas devoções os escravos passaram a associarem seus santos africanos aos santos católicos como uma estratégia, como uma forma de resistência e agenciamento para manter suas tradições.

Os homens negros e mulheres negras, para honrar a Virgem do Rosário, faziam batuques e danças, acompanhados de rezas e cantorias. Para a realização de suas devoções os escravos passaram a associarem seus santos africanos aos santos católicos como uma estratégia, como uma forma de resistência e agenciamento para manter suas tradições.

Referências Bibliográficas

DELA-SILVA, Silmara Cristina. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil:** a imprensa na constituição da TV como grande mídia. 2008. 237 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP

NOVIELLO, Celeste. ***Minha Terra***. Três Corações: Editora Excelsior, 1995.

SOUZA, Marina de Melo. Reis Negros no Brasil Escravista. História da Festa da Coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes**, 1999.

O DITO E O NÃO-DITO NAS TIRINHAS DA MAFALDA

TAMYRES FERNANDA XAVIER

Centro Universitário de Itajubá – FEPI
Av. Doutor Antônio Braga Filho, 687 – 37501-002 – Itajubá – MG – Brasil
tah.fer_nanda@hotmail.com

Resumo. *O tema deste trabalho é a questão social presente nos quadrinhos da Mafalda, personagem escrita e desenhada pelo cartunista argentino Joaquim Salvador Lavado Tejón (Quino). O objetivo deste trabalho é analisar os possíveis discursos que atravessam o texto e como os sentidos circulam nessa textualidade; além de destacar quais ideias são constitutivas a respeito do sujeito e de sua condição como cidadão ao exercer sua democracia perante a política. Também salientaremos os efeitos de sentidos que estas tirinhas podem proporcionar aos leitores, contribuindo assim para a produção de novas interpretações. O procedimento metodológico escolhido é o da pesquisa descritiva qualitativa pautando-se nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso, cujo precursor é Michel Pêcheux. Espera-se, ao término deste trabalho, contribuir para os estudos discursivos destacando a expressão interdisciplinar que a arte sequencial (quadrinhos) pode proporcionar à constituição de um cidadão crítico, além de salientar a necessidade do desenvolvimento de estudos acadêmicos que explorem seu complexo universo.*

Palavras-chave. *Quadrinhos 1. Mafalda 2. Discurso 3. História 4.*

Abstract. *This analysis is focused on Mafalda´s comics meaning and interpretation which have been written and drawn by the Argentinian cartoonist Joaquim Salvador Lavado Tejón (Quino). The target of this project is to analyze the probable interpretations and how the meanings move in the text. To contrast which ideas are in the text about the human and his condition as a member of the society when exercising its democracy towards politics. We are also pointing the meaning effects out that these comics can show to readers, helping with the construction of new interpretations. The chosen methodological procedure was the descriptive and qualitative research, using the theory of Pêcheuxtiano Analysis of Speech. At the end of the research, we aim to help with discursive studies contrasting the interdisciplinary expression that comics can provide in the constitution of a critic member of the society, besides showing the necessity to develop academic studies which investigate its complex universe.*

Keywords. *Comic 1. Mafalda 2. Discourse 3. History 4.*

INTRODUÇÃO

A garotinha argentina Mafalda foi escrita e desenhada pelo cartunista argentino Joaquim Salvador Lavado Tejón (Quino), em 1962. Representante da juventude progressista e pertencente a uma família característica da classe média latino-americana, a personagem expõe suas ideias a respeito da realidade de seu tempo. As primeiras tirinhas de Mafalda foram publicadas em 1964 no suplemento humorístico Gregório da revista literária *Leoplán*. Neste trabalho, pensaremos nos sentidos e discursos circulantes nas tirinhas de Mafalda, na obra "10 anos com Mafalda".

Perceber que desde cedo somos capazes de promover mudanças a partir daquilo que interpretamos é um diferencial para cada indivíduo se estabelecer e se posicionar como cidadão. A possibilidade de compor, compartilhar e construir novos saberes, a partir da análise de diferentes posicionamentos socioculturais dos discursos que atravessam e constituem as tirinhas, aparentemente infantis, é enriquecedora e estimulante. Além disso, uma personagem detentora de opiniões críticas a respeito de si e de seu papel como ser humano, inserida em um determinado contexto em que exerce, ou não, seu papel de cidadã pode nos ensinar muito.

As tirinhas de Mafalda são atravessadas por diversos discursos, cujos sentidos mostram suas condições de produção e compõem sua textualidade, o que nos leva a refletir sobre como esse gênero textual (tirinha) pode contribuir para a constituição de um cidadão crítico diante de sua realidade. Destacar as situações comuns vivenciadas em países e culturas diferentes (Argentina e Brasil), bem como as atitudes da personagem frente à sua realidade nos levam a pensar em sentidos que se repetem nos dando a possibilidade de uma nova interpretação e de um olhar transformador.

Assim, o objetivo deste trabalho é o de analisar os discursos presentes nas tirinhas da personagem e quais efeitos de sentidos contribuem para a constituição utópica de determinada sociedade, destacando quais ideias são constitutivas a respeito do sujeito e de sua condição como cidadão ao exercer a democracia perante à política.

Os quadrinhos da Mafalda estabelecem-se significativamente em uma expressão crítica e política, visto que se destacam questionamentos em relação à postura do Estado e de sua sociedade. Refletir sobre esses textos pode dar visibilidade, outros olhares ou alternativas às instituições políticas formais na formação da cidadania e da democracia. Por tudo isso, o objeto de estudo apontado é um elemento importante na área de pesquisa.

Segundo Paulo Caruso, citado por BITENCOURT (2009, p.14), a irreverência presente no humor de tirinhas políticas discute e ampara a compreensão de fatos cotidianos. Isso pode ser reafirmado por Umberto Eco, também citado por BITENCOURT (2009, p.14), a partir do argumento de que as histórias em quadrinhos atingem certo grau de qualidade assumindo uma função questionadora dos costumes fornecendo pistas de alternativas para mudanças sociais. Isso se torna mais relevante com personagens que merecem destaque pela característica de realidade que carregam, como a Mafalda (menção do mesmo autor).

O procedimento metodológico escolhido para o estudo é o da pesquisa descritiva qualitativa pautando-se nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Pecheutiana.

Ressalta-se o modo de funcionamento da linguagem verbal e não-verbal, pois o discurso é um objeto histórico-social, importando assim suas condições de produção para a construção de sentidos.

O presente trabalho será estruturado em três capítulos: a delimitação do domínio do qual se fala; a apresentação do autor e das condições de produção da obra, e a análise do corpus recortado. Espera-se, ao término deste trabalho, contribuir para os estudos discursivos, destacando a possibilidade de um olhar crítico sobre o que é dito em um texto – por palavras e imagens – e o que não é dito, pelo espaço vazio, pela ausência no quadrinho.

1. SOBRE A ANÁLISE DE DISCURSO

O domínio da Análise de Discurso teve início no final dos anos 1960 na França, com seu precursor Michel Pêcheux (1938-1983), pesquisador da *Escola Normal Superior de Paris* (ENS) e influenciado pelos estudos de Canguilhem, Althusser e Lacan. No Brasil, a Análise de Discurso foi introduzida há quatro décadas pela pesquisadora Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi.

É possível notar no percorrer dos estudos de Pêcheux sua relação determinante com a ideologia, agregando um caráter discursivo a ela, sendo esta considerada como algo que simula sua existência no interior de seu funcionamento.

Para a Análise de Discurso é importante o modo de funcionamento da linguagem, pois faz parte desse funcionamento as condições de produção que exercem instrumentos que orientam os protagonistas e o objeto do discurso, explica Orlandi (2009).

Considerando o funcionamento de discurso, Orlandi (2009) diz que um tipo de discurso é produto do funcionamento discursivo quando caracterizamos um discurso da mesma maneira ou de tal tipo, desempenhando algo ou algum funcionamento discursivo. Segundo Orlandi (2009, p. 152), "(...) a noção de tipo é necessária como princípio de classificação para o estudo do uso da linguagem, ou seja, do discurso. Portanto as tipologias são de emprego relativo, tendo assim mais ou menos generalidade. Orlandi (2009) diz ainda que a dimensão histórica e o funcionamento social da tipologia são capazes de reter o conceito de interação.

Para Pêcheux (1969, p.82), "o discurso é um efeito de sentido entre interlocutores". Assim, a análise de discurso aparece propondo a mudança do foco de um formalismo fechado da linguagem, movendo-o para uma relação com a exterioridade até então negada por muitos estudiosos da linguagem. Com os estudos discursivos, a noção de linguagem também é ressignificada, já que se torna mais que somente um sistema de regras formais, passando a ser considerada como prática, conferindo valor ao simbólico, ao político, como algo mutável, podendo compreender como as relações de poder são significadas e simbolizadas.

Orlandi (2009) salienta a possibilidade de diferenciar 3 tipos de discurso em seu funcionamento (discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário), e os discursos selecionados para a análise deste trabalho, o discurso feminista, o democrático e o midiático, estão no domínio de um ou mais destes três funcionamentos.

No Discurso Lúdico, "o exagero é o non sense" (Orlandi, 2009, p.15). Esse discurso é explicado por Orlandi (2009) da seguinte maneira: "no discurso lúdico a relação de dominância de um sentido com os outros, enquanto seus ecos, se faz de maneira a que se preserve o máximo de ecos" (Orlandi, 2009, p.15), ou seja, uma posição crítica e até impossível em relação à ideologia dominante e à memória lúdica.

Já no Discurso Autoritário "o exagero é a ordem no sentido em que se diz 'isso é uma ordem', em que o sujeito passa a instrumento de comando" (Orlandi, 2009, p.16). Esse discurso é definido por Orlandi (2009, p.163) como aquele em que "se procura absolutizar um sentido só, de tal maneira que ele não se torne apenas o dominante, mas o único". Os argumentos de Mafalda são carregados de críticas, porém essas críticas são feitas de maneira semelhante ao que é criticado, ou seja, a garotinha que parece "gente grande" argumenta suas desaprovações firmada em um discurso autoritário como se a única verdade, certa, fosse aquela dita por ela.

No Discurso Polêmico, "o exagero é a injúria" (Orlandi, 2009, p.15) e "se disputa algum sentido procurando-se privilegiar um ou outro" (Orlandi, 2009, p.163). Portando a multiplicidade de sentidos é controlada por condições em que o objeto de discurso se faz presente, porém com concepções particulares apresentadas pelos integrantes que buscam direcionar, explica Orlandi (2009).

Se lembrarmos que "todo discurso nasce de outro discurso" (Orlandi, 2009, p.26), ou seja, isso é uma articulação social. Quando algo é dito, há uma pessoa que diz de um algum local da sociedade para outra pessoa também de algum local da sociedade, o que é pertencente à significação e desta maneira, o sujeito que produz um discurso também está reproduzido nele. É o que podemos observar nas tirinhas da Mafalda, há uma personagem protagonista que diz algo de um lugar da sociedade para o seu leitor (em algum lugar da sociedade, em outro contexto de produção, diferente daquele que ela estava inserida). Produzindo assim inúmeros novos significados a partir desta interação, relação de significados, da disposição verbal e não-verbal (constitutiva das tirinhas), na construção da interpretação.

Consideramos a materialidade mista da tirinha, em que palavras e imagens estão amarradas em uma mesma textualidade como um espaço em que circulam muitos sentidos já dados em discursos, e que foram atados por um sujeito na posição de autor.

O discurso não é fixo, é constituído de sentidos que possuem existência no sócio-histórico e com isso o discurso é múltiplo, pois é resultado da língua e da linguagem e estas estão em constante transformação.

A problemática presente na Análise de Discurso é compreender a conformidade existente entre os sentidos, harmonia que silencia outras muitas possibilidades de

combinação entre os sentidos e entre os dizeres e muitas outras interpretações.

Orlandi diz que não há sentido sem interpretação. Afirmação que se filia à ideologia, pois diante de qualquer objeto simbólico somos obrigados a interpretar, deparando-nos com a indagação: "o que isto quer dizer? O ofício da ideologia é construir evidências que façam com que o homem se depare na relação imaginária com suas condições materiais de existência" (Orlandi, 2005, p.46).

O efeito ideológico elementar é histórico, pois as maneiras pelas quais ele se dá sofrem mudanças ao longo da história e se conecta com recursos que o instrumento de poder diferencia, fazendo-se um indivíduo reconhecido, controlável e, ao mesmo tempo, "livre". Tudo o que falamos possui uma linha ideológica em relação a outras linhas ideológicas. O indivíduo se constitui como sujeito em relação à linguagem. A relação da língua com a história na composição do discurso:

> A discursividade não é a fala (parole), isto é, uma maneira individual "concreta" de habitar a "abstração" da língua; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. Muito pelo contrário, a expressão processo discursivo visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala. (PÊCHEUX, 1975, p. 91)

Para Pêcheux (1975) não há como analisar o discurso de forma restrita, ou fechada, devido à sua atividade não ser completamente linguística. A Análise de Discurso trabalha na relação de entremeios (linguagem e exterioridade) entre as disciplinas de Ciências Sociais, a Linguística e a Psicanálise.

Baseando nas considerações iniciais de Mariani (1998), percebemos como essa noção de entremeio determina o lugar de onde se fala. Sendo ela uma teoria crítica da linguagem, sempre trabalha com a interpretação e direciona este gesto de interpretar aos princípios do seu plano de conhecimento. Nesse sentido, Mariani estabelece estes planos de conhecimento: "as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito. " (1998, p. 23). A linguagem é debatida e elucidada por meio do que propõe a Análise de Discurso, bem como a natureza do elo estabelecido com a exterioridade, com o propósito de entender as maneiras de definição histórica dos processos de produção dos sentidos, em um viés materialista.

Os fundamentos de materialismo histórico enquanto organização e transformação social, de linguística como sistema não subjetivo de enunciado e a teoria do discurso como definição histórica dos processos semânticos são atravessados pela subjetividade, isto proposto pelo fundador da análise de discurso, Michel Pêcheux. Evidenciando as definições do discurso, podemos perceber a pressuposição teórica centralizada da Análise de Discurso, a qual produz os efeitos de sentido e possui uma particularidade material da ideologia. Além disso, essa pressuposição é estabelecida diante do encontro entre língua e ideologia, já em relação à discursividade, processo social que tem como ponto central a característica de materialidade de sua sustentação (materialidade linguística). A presença do histórico na discursividade se mostra diferente da concepção que temos de cronológico

ou de evolução, mas indica a historicidade: uma produção simbólica constante e organizadora de sentidos, na linguagem, para as relações de poder que se fazem existentes em uma formação social; essa produção simbólica é sempre acometida pela memória do dizer e, também, sempre submetida à probabilidade de haver um rompimento no dizer.

À historicidade filiamos uma outra noção relevante à discussão e essencial ao se pensar em discurso: a formação ideológica. A formação ideológica é considerada como instrumento inconsciente que produz sentido, esta determina o que pode e deve ser dito, dessa maneira os sentidos sempre são definidos ideologicamente. Quando o indivíduo se ocupa de uma formação ideológica ele é interpelado como sujeito do discurso que desempenha esta formação em uma formação discursiva.

Então, as formações discursivas podem ser definidas como propagação dos sentidos nos quais o sujeito está inserido, pois o sentido não existe por si só ele é determinado por meio das posições ideológicas dentro do processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas, ou seja, determina o que pode e o que deve ser dito (Orlandi, 2005, p.42).

Segundo Orlandi (2005), as palavras não possuem sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos de acordo com as formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas se propagam para um interlocutor, sendo uma projeção no discurso, ou um lugar da forma-sujeito de um determinado discurso, essa ligação é exemplificada por Pêcheux como esquecimentos 1 e 2.

No esquecimento 1 o sujeito não se lembra que não pode se achar fora da formação discursiva que o define, projetando a si próprio como origem do discurso. O esquecimento 2 é pré-consciente, no qual o sujeito escolhe, recorta, partilha, no interior da formação discursiva que o define, dando a impressão de que o que ele diz é verossímil.

> Só por sua existência todo discurso marca a possibilidade de desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo em efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 2006, p.56)

O sujeito constrói sua “verdade” a partir dos indícios fornecidos pelo interdiscurso na forma da memória. Então, o interdiscurso é o sentido que existe antes do sujeito que o sustenta, sentido que o sujeito pensa atribuir à suas palavras, portanto o sentido é ele mesmo, efeito do interdiscurso e produto da história. Segundo Guimarães (2010, p.66), “um discurso se produz como trabalho sobre outros discursos”, ou seja, a relação que um determinado discurso estabelece com outros discursos é que fundamenta sua especificidade. O discurso não é homogêneo e sua composição não faz parte da contradição.

Segundo Orlandi (2007, p.12), “todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”, todo dizer estabelece uma relação substancial com o *silêncio*. Porém este não é do mesmo caráter que o implícito, o qual é palavra, mas sim aquilo que consente que ela seja dita e aquilo que a atravessa conservando o silêncio, sendo este então o elemento de onde a linguagem é iniciada. O silêncio fundador estreia toda linguagem, essência constante e não definido, significado legítimo. O ato de dizer é também não dizer (silêncio constitutivo) e o domínio da censura é o silêncio local. Ao contrário, há sentidos que não são silenciados, mas que circulam na memória ou até são cristalizados por ela (e nela). Falaremos posteriormente, de modo mais detalhado, da noção de memória e de silêncio. Tomaremos agora, para aprofundamento, o que se considera como ideologia.

1.1 Ideologia

Quando falamos de ideologia logo pensamos no consenso de que se trata de um ideal pelo qual se vive, princípios ou convicções os quais defendemos, porém não é este o conceito de ideologia compreendido dentro da Análise de Discurso. Para a Análise de Discurso, a ideologia se faz presente a partir do processo de interpretação que torna existente o sentido; seu efeito é o de “tudo parecer natural”, pois é uma relação necessária entre linguagem e mundo e não uma ocultação.

Para entendermos um pouco a respeito da ideologia, começaremos abordando sobre como o domínio de uma classe pode gerar materiais ideológicos. Uma classe dominante dispõe de instrumentos de preservação e impressão de circunstâncias materiais, ideológicas e políticas para exploração, a fim de manter a sua dominação.

Se introduz, então, a função do Estado que, por meio de Aparelhos Repressores (governo, exército, política, prisões, entre outros) e Aparelhos Ideológicos (escola, família, religião, direito, política, etc.), tem como objetivo impor à classe dominada a sujeição à exploração. Os Aparelhos Ideológicos dão origem às condições necessárias de produção, a fim de reproduzir relações de produção.

Há três hipóteses, segundo Brandão (2009), a partir da tese de Althusser, para a existência da ideologia. A primeira é a ideologia como representação do elo imaginário entre um indivíduo e suas condições reais de existência. É a maneira pela qual o homem mantém seu vínculo imaginário com as condições reais de existência, pois ele elabora formas simbólicas de interpretação do seu elo com a realidade concreta. O imaginário é a atuação do homem associado às condições reais de vida, essa associação ao imaginário acarreta um afastamento da realidade. Este distanciamento é capaz de tornar-se “a causa para a transposição e para a deformação imaginária das condições de existência reais do homem, numa palavra, para a alienação no imaginário da representação das condições de existência dos homens. ” (BRANDÃO, 2009, p. 24)

Em segundo lugar, a ideologia existe porque há continuamente um aparelho em sua(s) prática(s). De acordo com uma corrente idealista, a ideologia é um conjunto de ideias atribuídas por definição de existência espiritual, isto é, a conduta de um sujeito que possui

consciência e liberdade para identificar e acreditar nessas ideias. Estas são reconhecidas em suas ações e se não forem, são oferecidas ideias equivalentes aos atos que realiza. A ideologia (natural) tem sua existência substancializada a partir das ações concretas admitindo, assim, traços particulares que moldam as ações, a interpretação de elos vivenciados cinge o envolvimento individual em práticas demarcadas no núcleo de aparelhos ideológicos concretos. Essas práticas só existem devido à ideologia e por meio de uma ideologia.

A terceira e última hipótese, é que o sujeito é interpelado pela ideologia e sua função nessa hipótese firma o indivíduo concreto em sujeito. É significativo dizer que, nessa função, o vínculo estabelecido entre interpelação e (re)conhecimento, inserção do sujeito em si mesmo, e, suas ações, em práticas mensuradas pelos aparelhos ideológicos. Com esse vínculo, a ideologia, diante de suas atividades materiais cotidianas, transforma o indivíduo em sujeito, pois somente por meio do sujeito e no sujeito que a origem da ideologia é factível.

Seja pela existência de um imaginário, pelo aparelho que mantém a prática ou pela consolidação do sujeito, em Análise de Discurso, uma das questões mais significativas é (re)significar a noção de ideologia a partir do julgamento daquilo que acreditamos a respeito da linguagem. Como já sabemos, não existe um sentido sem interpretação e isto nos revela a presença da ideologia. O homem é constantemente instigado diante daquilo que ele não sabe o que, exatamente, quer dizer e podemos perceber a partir disto que a interpretação é movimento e o sentido como destaque tal como se ele estivesse "já sempre lá", ou seja, afirmando e negando simultaneamente a interpretação – o que Orlandi (2005) chama de estado "grau zero".

O que é produzido na relação entre o histórico e o simbólico é naturalizado a partir desse processo de apagamento – ideológico – da interpretação, acontecendo assim a mudança de formas materiais em outras, "arquitetando-se" transparências, não levando em conta a espessura e opacidade presentes na linguagem e na história, a fim de que a interpretação seja feita por determinações históricas apresentadas como inalteráveis, naturalizadas. Concluímos a partir disso que a função da ideologia é produzir evidências, "colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência", conforme explica Orlandi (2005, p. 46).

Primeiramente, podemos dizer que a ideologia é a condição principal para compor o sujeito e os sentidos. Nas palavras de Orlandi (2005, p.46), "o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer". A ideologia assume um papel dissimulador de sua própria existência e no núcleo de seu próprio funcionamento, tecendo evidências que Orlandi chama de "subjetivas", por serem constitutivas do sujeito. Portanto, para que seja possível trabalhar o efeito de evidência do sujeito e dos sentidos é necessária uma teoria materialista do discurso.

O conjunto de formações discursivas que assumem uma posição dominante é visto como transparente a partir da absolvição destes conjuntos, ou seja, há um apagamento do caráter material através da evidência do sentido. E a evidência do sujeito – "ser sempre já sujeito" – exerce o apagamento da interpelação do indivíduo como sujeito pela ideologia.

Essa é a contradição sofrida pelo sujeito ao ser invocado à existência, o que Orlandi (2005) chama de interpelação do sujeito pela ideologia. Nesse sentido, a ideologia é o efeito de tudo "parecer natural", é uma correspondência necessária entre linguagem e mundo e não uma ocultação.

Portanto, em um domínio discursivo, não podemos conceber a ideia de que existe realidade sem ideologia. Na qualidade prática significante, o efeito da ideologia é apresentado como necessário a partir do vínculo entre sujeito, língua e história para assim existir sentido. Orlandi explica que "como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário". (ORLANDI, 2005, p.48). Nesse sentido, as imagens concedem o elo entre palavras e coisas; de outro modo a ideologia é responsável pela existência dos sujeitos.

O trabalho da ideologia é uma atividade de memória e esquecimento, porque é quando se torna anônimo que o que se diz produz seu efeito de literalidade e a ideia de "sentido-lá", de estar sempre na memória.

1.2 Memória

Quando pensamos sobre o conceito de memória temos a concepção comum de que ela está relacionada às lembranças ou aos momentos dos quais sentimos (ou não) saudade, porém não é essa a noção na análise de discurso. Pensamos em memória, neste domínio, como todos os sentidos institucionais ou não, que já circularam ou circulam sobre um determinado assunto. Assim, não é possível, de alguma maneira, dizer que a memória pode ser provada ou suposta a partir de um corpus, ela só pode ser trabalhada quando (re)emoldurada pela elaboração no discurso concreto, no qual estamos inseridos, pois não se pode provar a existência em algum momento ou lugar. Logo, o que trabalharia de forma positiva seriam os múltiplos textos que, associados a uma situação qualquer, produzem a regularidade enunciativa. Deste modo, existiria, então, a inserção em sequência de contextos e repetições, em uma variação entre o linguístico e o histórico, ou seja, a memória aliando-se a um jogo de forças simbólicas.

Tomando como base a posição defendida pela análise de discurso a respeito de memória e, consequentemente, da ordem dos implícitos, Achard explica que:

> A representação usual do funcionamento dos implícitos consiste em considerar que estes são sintagmas cujo conteúdo é memorizado e cuja explicitação (inserção) constitui uma paráfrase controlada por esta memorização [...] Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição "no vazio" de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo (ACHARD, 2007, p.12, p.13).

Segundo Achard, se considerarmos a caracterização da palavra como sua unidade teremos a possibilidade de reconhecê-la em contextos diferenciados. Por outro lado, a repetição pode ser notada a partir do reconhecimento da palavra, tratada como unidade simbólica. A partir de diferentes reincidências desta unidade formal é oferecido um novo contexto, o qual contribui para a construção do sentido de que a unidade pertence. Mas para estabelecermos um sentido a essa unidade é necessário verificar que suas repetições sejam dotadas de regularidade (reconhecimento do que é repetido da ordem do formal).

Portanto, para Achard, o ponto de partida não se trata de um testemunho do que poderia ter sido uma frase, bem como a memória não retoma frases passadas, mas sim "julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrase" (ACHARD, 2007, p.16).

Como analisamos tirinhas, vale pensar no que Jean Davallon, citado por Achard (2007), considera como memória social. Jean Davallon (2007), com o início da atividade de imprensa, ressalta que, com o progresso deste meio, imagem e som se tornaram a causa da transformação da memória social, portanto esta não estaria mais nas cabeças das pessoas, mas sim nas mídias. Davallon (2007) aponta ainda a suposição de que a responsabilidade de associar o sentido de memória coletiva (lembrança e conservação do passado) e de história (quadro dos acontecimentos) é dos operadores de memória social, ou seja, os objetos culturais (livros, escritos, imagens, filmes, arquiteturas, etc.). Assim, podemos considerar as tirinhas de Mafalda objetos culturais em circulação.

Podemos notar, então, que a capacidade de armazenar e depois restituir o conhecimento é também característica dos meios de registro da imagem, os quais se aproximam desta mesma capacidade atribuída aos acontecimentos, tornando assim a importância de concentrar a memória social na "mente" dos sujeitos sociais, portanto a memória social só se faria presente em documentos armazenados pelas mídias, explana Davallon, citado por Achard (2007).

É preciso, para que exista memória, que o acontecimento não seja indiferente, pois, como citado acima, ele detém a capacidade de reter e restituir o conhecimento. Quando o acontecimento se torna significante, ele mantém em si uma força que produz impressão e é justamente essa produção de impressão que o termo 'lembrança' retoma. Maurice Halbwachs, citado por Achard (2007, p.25), retrata a memória como "o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade*".* Um acontecimento só se torna memória quando é lembrado vividamente e reconstruído por membros singulares da comunidade social e principalmente grupal (memória coletiva), defende Halbwachs.

Porém há aí um ponto divergente da memória coletiva, pois se por um lado o grupo conserva o passado há também a debilidade de conforme o que ainda é vivo na consciência deste grupo desaparecer com seus membros. Halbwachs opõe então:

> A memória coletiva à história, o "foco da tradição" ao "quadro dos acontecimentos, a "lembrança" (corrente de pensamento contínua no

> seio do grupo social) ao "conhecimento" (descontínuo e exterior ao próprio grupo). Em compensação, a história resiste ao tempo; o que não pode a memória (ACHARD, 2007, p.25, p.26).

Esta diferença, entre "memória coletiva" e "história", explanada por Halbwachs, explica o motivo, citado anteriormente, de um acontecimento não se tornar forçosamente memória social, pois os objetos culturais estabelecem uma relação estreita entre memória coletiva e história. Um exemplo de operador de memória social é a imagem, a qual veremos logo em seguida.

Primeiramente, o autor revela que a imagem disponibiliza um período de tempo histórico (XVII – até hoje) que torna possível um estoque notável de força – portanto a representatividade da imagem é a realidade e também pode resguardar a força das relações sociais (impressão sobre o espectador), segundo Jean Davallon (2007).

A imagem é um mecanismo, durável no tempo, a qual compete a uma estratégia de comunicação, além de possuir a capacidade de ajustar o tempo e as categorias de recepção desta (imagem – operador de simbolização) em seu agrupamento ou a necessidade imediata da significação. Pode-se salientar ainda que o acontecimento memorizado é produto da imagem como operador de memória social, pois esta é o registro da relação daquilo que é válido e faz relação com o social. Assim, acontece, por exemplo, ao pensarmos em Mafalda como uma imagem, como um operador de simbolização de crítica, de acidez, e não apenas como uma personagem infantil.

Como abordado anteriormente, sabemos que a memória não deve ser entendida no sentido da psicologia, ou seja, da memória "individual", mas "nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador" (*apud* ACHARD, 2007, p.50). Portanto, segundo Achard (2007), embora o acontecimento em processo de inscrição no âmbito da memória tenha se feito presente sob uma dupla forma-limite a qual cumpriu a função de ponto de referência – o acontecimento que não chega a se inscrever – e aquele que é absorvido na memória considerando-o como não ocorrido de fato, a regularização discursiva é vulnerável a se desmanchar diante do peso do acontecimento discursivo novo, o qual vem para desestabilizar a memória. Quando o acontecimento discursivo passa a ser parte integrante da memória, a partir de uma ruptura, ele pode desajustar uma "regularização" e dar início a uma nova, que não estava afixada anteriormente sendo assim produto do acontecimento, além de conservar uma "regularização" que já existia junto aos implícitos que veicula.

A memória, segundo Pêcheux (2007, p. 56), "é um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos". A memória não é um frasco sem exterior, portanto seu conteúdo é um sentido heterogêneo.

Orlandi (2007, p. 59) introduz a memória como "(...) feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos". Orlandi (2007) diz ainda que assim como os sentidos são fundamentados com limites, estes,

da mesma maneira, também são fundamentados com sentidos. Um exemplo disso, citado pela autora, foi a ditadura (década de 60), período em que o silenciamento esteve em linha de frente e os sentidos decretaram limites.

O que a autora discute é o que esse acontecimento discursivo vem se tornar depois de arremeter todo um mecanismo de sentidos diversificados. Isso se aplica não somete ao 'acontecimento' dos anos 60, mas a todos os acontecimentos discursivos que se inscreveram na memória, se estabilizaram nela e finalmente produziram um novo sentido, sem deixar de pertencer àquele já estabelecido inicialmente.

De acordo com a autora, diante de um processo histórico-político silenciador, a construção dos sentidos sofre uma quebra, se podemos assim dizer, pois segundo Orlandi (2007), "a falha é constitutiva da memória, assim como o esquecimento", os sentidos que são silenciados ou, melhor dizendo, censurados são eliminados – apagados – para que não exista um já dito ou já significado que seja parte da memória, embora os sentidos censurados não desvaneçam por completo, ou seja, persistem resquícios do mesmo.

1.3 Silêncio

Para iniciar às formas que ocorrem no (e pelo) silêncio, Orlandi (2007) mostra que é necessário saber que existe silêncio nas palavras. Ele é opaco e ambíguo, tanto quanto as palavras, porque a circunstância singular em que é forma, em sua significação, faz com que ele se produza. É necessário entender a perspectiva da autora sobre a noção do não-dito, que é bem diferente do "implícito" (é o não-dito que se determina em referência ao dito). Para Ducrot, citado por Orlandi (2007, p.12), o implícito "aparece – e algumas vezes se dá – como sobreposta a uma outra significação".

Orlandi (2007) estabelece ainda uma relação substancial entre o dizer e o não-dizer, pois em todo dito existe uma relação relevante de algo não-dito devido ao fato de que há um sentido no silêncio. Diz ainda que o modo de significar do silêncio nos faz entender melhor o que é a censura (fato produzido pela história – ela se constitui a partir daquilo que você pode dizer e não pode dizer simultaneamente e não pode dizer devido a uma força política, ou autoridade, que exerce imposição) – ela vai além do conhecimento que temos de silêncio, pois a censura se torna abrangente, a fim de ser possível entender seja qual for o processo de silenciamento que delimite o sujeito no caminho de sentidos. Porém, ressalta concomitantemente que a força do silêncio deteriora quaisquer sentidos que podem não se tornar em um espaço específico, mas sim em outras localidades. O silêncio move a significação, pois permite ao sujeito deslocar-se fornecendo o espaço necessário para que o sentido se constitua como tal.

> Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou indica que o sentido pode sempre ser outro, ou ainda que aquilo que é mais importante nunca se diz, todos esses modos de existir dos sentidos e do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante (ORLANDI, 2007, p.14).

Como foi dito anteriormente os sentidos completam as palavras de maneira não-dita, por isso dizemos que existe silêncio nelas, que, além de serem atravessadas e fornecerem silêncio, ele se pronuncia por elas, e elas por sua vez o emudecem. A correspondência que estabelecemos com as palavras nos revela que não estamos nela para que possamos pronunciar a respeito delas ou de sua essência, mas sim para dialogarmos com ela, explica Orlandi (2007).

Relembrando o que dissertamos a respeito de formação discursiva. Segundo Orlandi (2007), inicialmente, esta remete às inúmeras produções de enunciados agrupados em tópicos do dizer, em uma seção delimitada de associações de força e de sentido. Além disso, as inúmeras formações discursivas são responsáveis pela produção dos efeitos de sentidos em suas conexões entre sujeitos e sentidos. Estes efeitos de sentido estão prontamente associados à primordialidade da ideologia em sua composição. Portanto, a linguagem acarreta o silêncio, que, por sua vez, é o não-dito observado do núcleo da linguagem, tornando assim o silêncio significante, pois este não existe apenas como acréscimo desta outra, mas sim como a preservação do movimento dos sentidos, ou seja, o dito sempre parte do silêncio.

Primeiramente é o silêncio e a linguagem, subsequente. Se tomamos o silêncio como significativo, logo, adotamos a linguagem, a fim de preservá-lo, ou conservá-lo. Pois a prática da fala esquiva-se do silêncio ao mesmo tempo em que o traz à luz, e a partir do momento em que o homem o estabeleceu como algo significante, ele determina o lugar da linguagem.

Sabemos que as palavras são diversificadas, bem como os silêncios, e a política deste silenciamento faz com que ele seja visto como elemento da retórica dominadora (opressão), como também da retórica do oprimido (resistência). O conhecemos ainda como fundante – um *continuum significante* – ou seja, o silêncio torna-se a existência do discurso, pois este é compreendido por meio das palavras; por outro lado a linguagem é hierarquização do silêncio. A metáfora de Orlandi se vale do estímulo do estudo da língua: "Como para o mar, é na profundidade, no silêncio, que está o real do sentido. As ondas são apenas o seu ruído, suas bordas (limites), seu movimento periférico (palavras) " (ORLANDI, 2007, p.33).

Em nosso cotidiano há uma necessidade de comunicação imediata, rápida e contínua; é absolutamente impossível não se render à urgência da linguagem, porém é muito interessante constatar que o silêncio, muitas vezes "ignorado" por nós, é tão urgente quanto a linguagem e significa tanto quanto, mesmo que de outras maneiras, o que é ainda mais atrativo em seu estudo. Portanto, o silêncio significa em si mesmo, com a presença das palavras ou com a ausência delas, conduzindo assim os processos de significação.

O silêncio, como já foi mencionado, é fundador, ou seja, ele é o começo de toda significação. Sabemos que ele não se refere ao dito, mas sustenta-se como tal, isto é, mesmo se mantendo como silêncio este significa. De acordo com Busset, citado por Orlandi (2007, p.68), "o silêncio não é ausência de palavras; ele é o que há entre as palavras, entre as notas de música, entre as linhas, entre os astros, entre os seres". E não somente ele se faz presente entre as palavras, mas também ele as atravessa, então nos deparamos aí com

o evento primordial da significação, ele é significante por primor. Nos deparamos então com a incompletude característica da linguagem em relação ao seu sentido, similarmente, o sujeito possui uma relação considerável com a incompletude. O sujeito dispõe de uma relação estreita com o silêncio; para que possa se comunicar o sujeito depende do silêncio que é princípio ao sentido e resgatado falando.

> Mas, em nossa concepção, o silêncio é mais ainda – ele significa por si mesmo: O silêncio não são palavras silenciadas que se guardam no segredo, sem dizer. "O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge (*apud* ORLANDI, 2007, p.69).

O sujeito possui uma relação indispensável com o silêncio devido à sua própria ligação com a significação; para ele, o sentido constantemente se faz presente (diante da linguagem). A movimentação entre linguagem/palavra; silêncio/palavra evidencia a significação e gera resultados de sentidos em sua multiplicidade. Bot (1984) diz que "se os sentidos e as palavras não estivessem limitados pelo silêncio, o sentido das palavras já há muito teria dito tudo o que se pode dizer" (Bot, 1984 *apud* ORLANDI, 2007, p.71)

Se previamente vimos o silêncio em sua forma fundante, não podemos deixar de falar a respeito de mais uma de suas formas, a política do silêncio (fragmentação entre o dizer e o não-dizer), a qual possui duas formas de existência associadas: o silêncio constitutivo e o local. Esta é definida por Orlandi devido ao "fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada" (ORLANDI, 2007, p.73). Ademais, a política do silêncio recorta o que está entre o que é dito e o que não é, em contrapartida o silêncio fundador não propõe separação alguma, pois ele significa em si mesmo (faz com que toda significação seja possível).

> [...] o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. [...] Como parte da política do silêncio nós temos, ao lado do silêncio constitutivo, o sentido local, que é a manifestação mais visível dessa política: a da interdição do dizer (ORLANDI, 2007, p.74).

Orlandi toma como exemplo de silêncio local a censura, pois a produção do silêncio, como ela explica, é debilitada. Deste modo há uma associação à política dos sentidos – do proibido. Paralela à opressão, a censura tem como função desautorizar algumas palavras, a fim de reprimir, também, certos sentidos. Agindo desta maneira não é permitido que o sujeito tome o lugar de determinadas "posições" do sujeito, como diz a autora, pois, como já sabemos, dentro do discurso, sujeito e sentido se instituem simultaneamente. A partir da produção cingida no limiar das distintas formações discursivas as quais estão associadas é que se define a censura como fato discursivo.

Como foi citado acima, a censura impede que o sujeito se inscreva em determinadas formações discursivas, e, por conseguinte, interdita também a identidade do sujeito que é

atingida na qualidade de sujeito-do-discurso, dado que a identidade é produto de processos de reconhecimento, conforme o sujeito se inscreve em uma determinada formação discursiva, mas não em outra, a fim de que as palavras proferidas possuam sentido.

Assim como o texto (unidade – e parte do processo de interlocução) sujeito e sentido são, da mesma maneira, evidenciados pela presença de incompletude.

Sabe-se que o sujeito não é origem do discurso – ou de seu processo – Orlandi (2007, p. 78) diz, portanto, que "as suas palavras são também as palavras dos outros. [...] A incompletude do sujeito pode ser compreendida como trabalho do silêncio". O sujeito (e o sentido) têm posse da incompletude, assim como a aspiração de ser completo dando consentimento ao sentimento de identidade. Do mesmo modo, o efeito de literalidade no campo do sentido – o sujeito como "origem" do sentido – ideia de que o sentido é único. Sucedido que o sujeito seja cheio de incompletude, esta o ajuda a atravessar os mais distintos discursos, além de passar ao longo dos limites (o outro e o possível) de diversas formações discursivas.

2. SOBRE A AUTORIA

Para que possamos dissertar a respeito da função-autor, iniciaremos falando um pouco sobre as noções de autor e de sujeito e sua relação com o discurso. Quando falamos de sujeito e de autor é necessário lembrarmos que há uma relação destes com texto e discurso, pois o autor está para o texto em razão da disciplina, organização e unidade, assim como o sujeito está para o discurso devido à sua relação com a dispersão.

Orlandi (2005) retoma a consideração de Vignaux (1979) a respeito do discurso em que ele diz que "o discurso não tem função de construir a representação de uma realidade, mas funciona como assegurador de uma dada representação". Isso reforça o conceito de que a relação entre autor e texto é uma construção do real existente e o discurso garante a 'permanência' dessa construção representativa por meio da interpretação e da relação estabelecida entre sujeito e ideologia.

A partir disso pode-se apontar que há no pilar de todo discurso um projeto totalizante do sujeito, o qual transforma o sujeito em autor e isso é possível quando o sujeito constitui o texto em sua unidade com coerência e completude, as quais são imaginárias, explica Orlandi (2005). O texto é uma organização de sentidos já circulantes na sociedade, mas organizados por um autor. Assim, podemos, por exemplo, inferir que dos muitos problemas passíveis à denúncia na sociedade argentina, Quino foi afetado por alguns que, atados pela função de autor, fizeram-se materializados e circulantes nas ações de Mafalda.

2.1 Função-autor

A autoria é considerada uma função do sujeito, o qual em posição de autor exerce uma função discursiva se estabelecendo então ao lado de duas posições: a de locutor e de enunciador. Orlandi (2005) explica estas funções a partir da definição dada por Ducrot a qual diz que "o locutor é aquele que se representa como 'eu' no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse 'eu' constrói" (ORLANDI, 2005, p. 74). Foucault citado em (ORLANDI, 2005) diz que existem processos que possuem a finalidade de organizar ou dominar as dimensões de acontecimento e acaso do discurso. Pois existem discursos que não precisam necessariamente de um autor, mas apenas de alguém que os assine, ou seja, as considerações de autoria não se aplicam em tudo.

O autor funciona como início de compilações do discurso, como unidade e princípio de suas significações, como ponto de apoio da coerência. Como o autor está para o texto, vemos que o texto possui um efeito discursivo que resulta do surgimento da autoria, portanto esta se faz indispensável para qualquer discurso, levando em consideração a origem da textualidade. O texto pode até não ter um autor, porém através da função autor é delegado a ele uma autoria, esta atividade é a mais afetada por meio de contato social e de repressão. Vemos então que o autor do texto deve se tornar visível, além de tornar-se origem de seu dizer por meio de um texto com coerência e não contraditório, tendo em vista que o sujeito é opaco e o discurso não é transparente.

> É do autor que se exige: coerência, respeito às normas estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância, e, entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto (ORLANDI, 2005, p.76).

Essas condições tem o objetivo de tornar o sujeito visível – em sua condição de autor – levando em conta suas intenções, finalidades e orientação argumentativa. Tais condições fazem com que o sujeito, já visível, seja determinável, reconhecível e passível de monitoração. Na qualidade de autor o sujeito identifica a exterioridade a qual ele deve se referir e simultaneamente refere-se a sua interioridade, edificando a identidade do autor. Orlandi (2005) diz que trabalhando a articulação entre interioridade e exterioridade o sujeito aprende a assumir o papel de autor e o que este acarreta.

Quando um autor rege de maneira precisa determinados mecanismos discursivos, desempenha, por meio da linguagem, a função na ordenação a qual está inscrito, o posicionamento no qual se estabelece, admitindo a incumbência pelo que diz. Porém não é suficiente que o sujeito fale para que ele se torne autor, é necessário que ele esteja inserido na cultura e que tenha uma posição em relação ao contexto histórico no qual ele se encontra, ou seja, sua posição. A partir do momento em que o sujeito aprende a desempenhar o papel de autor é como admitir tal papel social na sua ligação com a linguagem, se estabelecendo e se revelando como autor.

Para que o sujeito seja uno e coerente é necessário que ele passe por diversas representações permissíveis para a composição dessa dispersão em um todo que seja coerente, só aí pode ser apresentado como autor, incumbido pela unidade e coerência do que diz. O foco equivalente para a representação (função) do sujeito é o leitor, o qual deve

ter uma leitura direcionada de modo específico devido ao fato de que, como autor, está afetado por sua inserção histórico-social.

A identidade do sujeito toma forma a partir do lugar social em que é determinada "sua" leitura, ou seja, ele é responsável por ela. Da mesma maneira é com a autoria, pois não somos autores/leitores semelhantemente à maneira como era antigamente e nem precisamos ir muito longe para notarmos que a relação com a interpretação se dá de formas diferentes em cada época, assim como a maneira como o sujeito é constituído é distinta a partir da forma com que ele se identifica e seu vínculo com formações histórico-sociais diversas e diferentes instituições.

2.2 A Autoria e as Condições de Produção

Não seria possível falar a respeito da função-autor sem deixar de considerar as condições de produção do nosso objeto de estudo. Quem é Quino? Como se deu o processo de criação da personagem Mafalda? Qual é a finalidade desta criação?

Comecemos então pelo autor. Joaquín Salvador Tejón (Quino) nasceu no ano de 1932, na Argentina; seus pais, eram espanhóis da Andaluzia. Não é segredo que ele é um grande cartunista e escritor; esta paixão começou desde muito cedo na vida de Quino, paixão incentivada por seu tio, também chamado Joaquín, que era ilustrador. Quino frequentou a Escola de Belas Artes de Mendoza, mas desistiu dos estudos pelo sonho de se tornar escritor de histórias em quadrinhos.

No ano de 1954, já em Buenos Aires, Quino trabalhava em busca de seu sonho e do sucesso, que não foi imediato devido à rejeição das editoras, embora tivesse vendido algumas de suas histórias. Mais tarde com a publicação de Mafalda, Quino se sobressai pelo humor ácido e sarcástico, com uma crítica intransigente da condição humana e é o que veremos a seguir.

Quando vemos as tirinhas da personagem Mafalda logo pensamos que ela é fruto de um impulso revolucionário de Quino, mas na realidade ela foi criada em 1962 a pedido do humorista e escritor Miguel Brascó, o qual intermediou o contato entre Quino e a Agens Publicidad. A proposta era a criação de tirinhas de jornais para a divulgação dos produtos da fábrica de eletrodomésticos Mansfield de forma disfarçada. As únicas exigências de Mansfield eram que nas histórias aparecessem eletrodomésticos e que os nomes dos personagens iniciassem com a letra 'M'.

Logo, Quino deu vida não só à Mafalda, mas também à sua família, uma família típica de classe média (um casal e dois filhos – um menino e uma menina), característica que podemos notar na etapa posterior da personagem. Uma curiosidade foi a escolha para o nome da protagonista das tirinhas, inspirada no bebê do filme *Dar La Cara* (1962), filme baseado em romance homônimo de David Viñas. Após a descoberta da real intenção de *marketing* das tirinhas, o *Diario Clarín* – jornal de maior circulação da Argentina – recusou a oferta da criação de Mafalda e a personagem ficou inativa durante dois anos, até que, em um dado momento, Brascó, que já havia trabalhado com Quino, decide publicar três

tirinhas feitas para a campanha de Mansfield no suplemento humorístico *Gregório*, da revista *Leoplán*, da qual ele era editor. Essa revista literária tinha um editorial bem à frente de sua época.

Ainda neste período, Julián Delgado, diretor da revista *Primera Plana,* faz uma proposta a Quino para que ele publicasse duas tirinhas de Mafalda regularmente na revista, agora, desassociado da carga publicitária. Em 1963, depois da publicação de seu primeiro livro de compilado de desenhos animados *"Mundo de Quino",* ele foi considerado um dos importantes humoristas gráficos de seu país. Após as adaptações feitas, nas tiras já criadas, Mafalda apareceu mais reclamona e carrancuda, diz Quino em uma entrevista à Julián Delgado, diretor da *Primera Plana*, segundo a autora Cláudia S. Coelho na Revista Conhecimento prático – Literatura (Coelho, 2014, p.18). Um deslocamento discursivo, já que novos sentidos foram incorporados à personagem.

O lançamento oficial de Mafalda aconteceu em 29 de setembro de 1964 e posteriormente foram acrescidos mais personagens às tirinhas como, por exemplo, o Papá Tomás, Mamá Raquel e o amigo Filipe. A partir de então a pequena menina reclamona enfrenta a ditadura militar de seu país e fala abertamente sobre censura, feminismo, crises econômicas e política internacional, ou seja, sobre os sentidos circulantes em seu país, tornando-se um símbolo dos anos 70.

A crises enfrentadas pelos argentinos eram retratadas nas tirinhas de Mafalda como, por exemplo, a desvalorização contínua da moeda e baixo desempenho agrícola, e também a recessão e o consequente desemprego de quase um terço dos trabalhadores. Em 1966, a liberdade dos argentinos foi dramaticamente reduzida, estudantes tornam-se alvos da polícia, alguns deles desapareciam de um momento para outro, a censura sobre os jornais era ferrenha, tais acontecimentos eram semelhantes em outros países latino-americanos como o Brasil. O general Ongaína instaurou medidas autoritárias e impopulares, como, por exemplo, fixar os salários, o que inquietava os trabalhadores, além de encarcerar e torturar militares políticos e sindicais que não eram a favor de seu governo, tudo isso por meio de ações violentas.

Tais episódios fizeram crescer a violência do regime, e de forma um pouco minimizada, deslocada, o cartunista Quino trata dessas questões nas tirinhas de "Toda Mafalda". Na universidade de Buenos Aires, alunos, professores e diretores eram expulsos de forma violenta pela polícia, que não hesitava em usar de agressões. Para expressar todo seu descontentamento com a ditadura, Quino encontrou uma forma de expressar isso, o que seria a repulsa de Mafalda por "sopas" e seu visível aborrecimento todas as vezes em que sua mãe insiste em lhe servir o prato. A sopa passa a significar, por um efeito metafórico, o autoritarismo militar, já que não era permitido o combate direto.

Mais tarde, em 1968, a produção jornalística e cultural foi brutalmente censurada por meio do Ato Institucional nº 5. Pode-se considerar que a censura foi um pouco mais branda na Argentina no período compreendido entre 1968 a 1976, diferentemente do que ocorria no Brasil; por isso, as tirinhas de Mafalda dificilmente poderiam ser publicadas aqui. Com o golpe de 1976 na Argentina, a repressão foi intensificada, porém Mafalda não era mais publicada nesta época.

No ano de 1973, Quino decide por não mais desenhar Mafalda, porém sua justificativa foi que diante da “nova” realidade da Argentina Mafalda teria que presenciar coisas que talvez não suportasse. O panorama claro da sociedade argentina apresentado por Mafalda, uma garotinha de 6 anos sem presunção, que ama os Beatles e odeia sopa, era uma crítica voraz aos valores da elite de seu país.

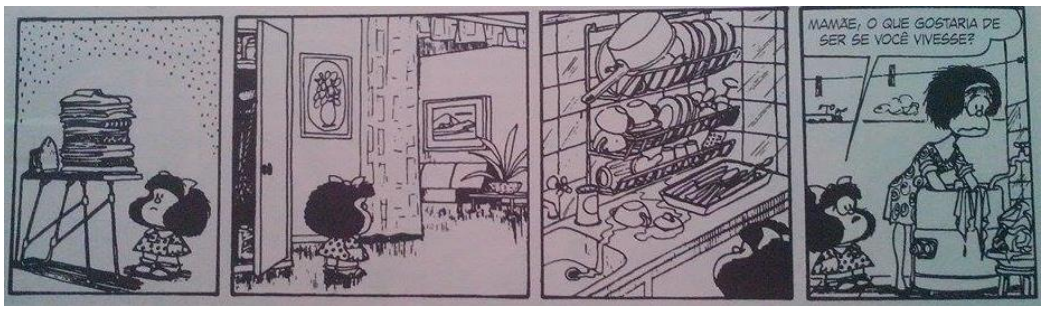
Talvez o que fez com que Mafalda sobrevivesse ao tempo seja sua relação com o discurso vigente na época em que foi criada e produzida, com os acontecimentos vivenciados e então questionados, reivindicados, criticados, expostos de uma maneira aparentemente inocente, porém fortemente incisiva diante da defesa de seus argumentos e ideais. Sentidos que não se mantêm apenas estáveis em um passado ditatorial, mas são atualizados a cada leitura, mesmo que em condições de produção democráticas.

3. REFLEXÕES SOBRE O DITO E O NÃO-DITO

O corpus a ser analisado foi selecionado a partir do compilado de tirinhas, intitulado “10 anos com Mafalda”, do escritor e cartunista Quino. Cada tirinha corresponde às páginas 30, 37, 39, 71, 42 e 101 respectivamente.

Consideramos, no domínio do qual falamos, o dito, aquilo que circula nos discursos presentes nas tirinhas selecionadas, e o não-dito, aquilo que está silenciado nestas devido ao funcionamento ideológico que sustenta todo discurso.

3.1 Discurso Feminista



Humor e ironia são características marcantes nas tirinhas da Mafalda e, para compreendê-las, é necessário que o leitor analise a linguagem verbal e não-verbal – representadas nas imagens – pois estas possuem o mesmo grau de importância para a interpretação dos sentidos presentes nas tiras. Para tanto, a análise será feita a partir de tirinhas selecionadas da obra “10 anos com Mafalda” (2014).

Como já dissemos anteriormente, Mafalda é uma garotinha questionadora e ácida, que não se conforma com a realidade na qual se encontra e, por isso, se recusa a aceitá-la. Quino trata de questionamentos políticos e sociais expondo uma visão crítica da realidade por meio da ironia. Um dos discursos presentes, devido à temática do período em questão (1960), é o discurso feminista, a respeito do papel social da mulher. Mafalda trata sua mãe de maneira substancial em críticas e observações devido ao comportamento submisso e completamente dedicado à vida de dona de casa.

A irreverência, os questionamentos e as sutis, porém firmes, argumentações da garotinha não condizem com a idade e a maturidade da personagem, bem como suas dúvidas e indagações que a deixam inquieta. O que não é diferente na relação de Mafalda com sua mãe, há aí um 'choque' entre o antigo e o novo (natural diante de duas gerações diferentes), entre o tabu e a liberdade de construção do ser feminino dentro de uma progressão na história. De uma maneira um pouco ácida e rude, Mafalda tenta mostrar à sua mãe as mudanças que o papel feminino sofreu ao longo do tempo com as opressões, as diferenças e o controle que costumes como religiões e leis exerceram sobre a mulher.

O ano 1960 foi berço da criação da pequena Mafalda e também marco do movimento feminista no ápice de conquistas que deram à mulher o direito de ser ouvida pela sociedade. Quino expõe, por meio da pequena garotinha, que mesmo que a sociedade tentasse reprimir o feminismo, o progresso chega e as gerações evoluem com mais liberdade e poder de escolha. O feminismo contribuiu muito na sociedade, pois esta já não é representada apenas pela devoção à família, pela preocupação com afazeres domésticos, mas passa a ser provedora do núcleo familiar.

Podemos notar que o discurso de Mafalda é mais forte do que apenas um rótulo de 'feminista'. Quino mostra, por meio da personagem, que a mulher pode se libertar, ser pensante e não alienada, capaz de reavaliar prioridades e sonhar com o futuro do mundo, não com a vida do lar. Na primeira tirinha, vemos que Mafalda considera o trabalho de casa medíocre, sem valor, pois ela observa as roupas passadas, o chão limpo e brilhando e toda a louça lavada em cima da pia. Pode-se inferir, apesar da ausência de falas, a não satisfação da menina diante do trabalho duro de sua mãe, o que se confirma na conclusão de Mafalda ao questionar sua mãe sobre o que ela faria 'se ela tivesse vida'.

Se considerarmos a memória que atravessa e sustenta a tirinha, vemos que a insatisfação de Mafalda é resultado da interpretação de acontecimentos que marcam épocas, ou seja, projetados através dessas internalizando-se na qualidade de memória social, "o que foi 'pensável' numa dada época já é resultado da ação da memória da época em questão" (MARIANI, 1998, p.36).

Pensando em todos os sentidos que o papel da mulher exerce na sociedade, teremos uma memória marcada por lutas e conquistas. Mafalda vê as atividades de sua mãe como inúteis e, pela sua expressão, desanimadora como se essas atividades tivessem sido impostas e não houvesse um escape nem uma opção para querer 'ser'.

Nos três primeiros quadrinhos há um total silêncio da personagem (fala-se aqui do silêncio empírico - ausência de palavras), porém isso não ausenta a produção de significados/ sentidos que podem ser interpretados a partir desses sentidos que completam o discurso de maneira não-dita.

Nesses quadrinhos, podemos ver a atenta observação da garotinha aos afazeres realizados pela mãe de maneira impecável. A fisionomia de Mafalda revela sua não aceitação diante dessas atividades, todas as roupas alinhadas, o cômodo da casa caprichosamente limpo, todas as louças lavadas com esmero, mas "para quê? ". É como se Mafalda se questionasse.

É possível fazer mais do que somente isso, ser ouvida, ser vista e, principalmente, ser reconhecida ativamente como ser pensante. No rosto de Mafalda é nítida a insatisfação diante das atividades exercidas pela mãe, como algo sem retorno que consome tempo, vida e, se posso dizer assim, outros projetos maiores com mais prestígio e reconhecimento.

No quarto e último quadrinho Mafalda pergunta à sua mãe, com uma fisionomia desapontada, o que ela gostaria de ser se ela vivesse; a mãe por sua vez se demonstra surpresa com a pergunta. Mafalda remonta (parafraseia) outra pergunta muito comum que fazemos às crianças, quando as questionamos sobre o que vão ser quando crescerem, da mesma maneira Mafalda é significada (posição sujeito) como a mãe que faz a criança refletir sobre um futuro que não teve.

É considerado pela garotinha que a vida de dona de casa "não pode ser vista como um modo de viver", na verdade seria uma abdicação da vida da mulher perante a rotina de atividades domésticas. De modo que a mulher é vista como alguém que não pode optar por outro destino (obrigação), não tenha desejos maiores do que cuidar de uma casa, ou de realizar outros sonhos, de tornar sua voz ouvida e "impor" seus ideais mudando, ao menos, o seu ambiente próximo.

Os argumentos críticos de Mafalda nos levam a pensar que ela ultrapassa os limites discursivos levando em conta, por exemplo, seu discurso libertador e autoritário funcionando de forma simultânea. É como se Mafalda "pudesse transitar por todos os discursos" e se posicionar criticamente sobre eles, deixando que seus questionamentos se tornem reflexões para seu 'alvo' ou para quem os lê. Isso pode ser comprovado pelo Discurso Lúdico (o nonsense) o qual é explicado por Orlandi (2009) da seguinte maneira "no discurso lúdico a relação de dominância de um sentido com os outros, enquanto seus ecos, se faz de maneira a que se preserve o máximo de ecos", ou seja, uma posição crítica e até impossível em relação à ideologia dominante e à memória lúdica.

Bem como o Discurso Autoritário, definido por Orlandi (2009) como aquele que "se procura "absolutizar" um sentido só, de tal maneira que ele não se torne apenas o dominante, mas o único. " Os argumentos de Mafalda são carregados de críticas, porém essas críticas são feitas de maneira semelhante ao que é criticado, ou seja, a garotinha que parece "gente grande" argumenta suas desaprovações firmada em um discurso autoritário como se a única verdade, certa, fosse aquela dita por ela.

Inicialmente, lembramos que em 1960 a mulher iniciava sua luta pelo reconhecimento, mais fortemente em 1964, pelo direito de ser ouvida, o que não foi fácil. Porque naquela época o certo, ou normal, era que a mulher cuidasse da casa, dos filhos e do esposo, era o que circulava comumente para toda a sociedade e, a partir disso, pode-se salientar a ideologia da época, a qual o sentido que funcionava como natural era a mulher ser dona de casa e ser "vitoriosa" por isso, ser valorizada e reconhecida. Pesando sobre essa ideologia, podemos perceber que ela se faz presente, também, nessa segunda tirinha

a qual as personagens são “fisgadas” pela ideologia através de suas manifestações, possibilitando a identificação de personagem e formação discursiva dominante.

A mãe de Mafalda é o centro primordial da observação crítica e ácida da menina, devido às características de subordinação à vida de dona de casa. Nos dois primeiros quadrinhos a menina observa, com uma fisionomia triste e decepcionada, sua mãe nos afazeres domésticos, limpando o quarto, a cozinha ... Onde podemos perceber a presença do silêncio, assim como na primeira tirinha, e por meio dele significar os sentidos que circulam nesses quadrinhos por meio dos elementos que apresentados pelas personagens e pelo ambiente em que elas se encontram. Até que então, no terceiro quadrinho ela chama a atenção de sua mãe e a questiona, pausadamente como se tivesse receio de perguntar se a capacidade de vencer ou fracassar na vida é hereditária; no último quadrinho o medo e o pavor de que o destino dela seja igual ao de sua mãe é notório, a fisionomia de Mafalda é um dos fatores que transparece essa ideia, bem como a configuração do balão de fala com linha inteiriça, meio trêmula, com ponta direcional semelhante representando a situação de medo.

Esse medo é demonstrado devido a razão de que Mafalda não aceita a realidade de sua mãe. Para a menina, essa realidade é um resultado fracassado, por isso não quer que esse modo de viver se repita com ela, daí o motivo pelo qual ela questiona se esse modelo é hereditário.

3.2 Discurso Democrático

Somando à análise de sentidos relacionados ao discurso feminista, tem-se agora outro discurso presente nas tirinhas de Quino: o discurso democrático, o qual é bastante explorado por meio das críticas da pequena Mafalda. Durante o período de 1960 a 1970, a Argentina, assim como o Brasil, sofreu golpes militares e tal acontecimento resultou transformações em diversas áreas do país. A inconstância e a "fragilidade" política nesse período tornou a vida da sociedade mais difícil, atravancando a aquisição/acúmulo da democracia e o crescimento socioeconômico do país. No ano de 1966, a Argentina contou com regimes autoritários estabelecidos por militares com duração de 25 anos ao todo.

A partir disso, podemos inferir que há na tirinha a presença da censura devido aos regimes autoritários e controladores da época. Inicialmente, vimos que diante de um processo histórico-político silenciador, a construção dos sentidos sofre uma quebra. Orlandi (2007) diz que "a falha é constitutiva da memória, assim como o esquecimento", portanto os sentidos silenciados, ou melhor, censurados, são eliminados – para que não exista um já-dito ou já significado que seja parte da memória, embora estes sentidos censurados não desvaneçam por completo, ou seja, persistem resquícios, como podemos perceber na tirinha pelo discurso democrático.

No primeiro quadrinho, Mafalda procura no dicionário o significado da palavra "democracia" (governo em que o povo exerce a soberania). Considerando o regime em vigor, o militar opressor, podemos salientar a presença da memória de arquivo em que os sentidos são cristalizados em uma lembrança e conservação do passado. Ela busca no dicionário, pois é significado como a fonte do saber, a origem das palavras.

Em seguida, no segundo quadrinho, pode-se inferir o motivo pelo qual a menina cai na gargalhada; apesar de não haver balões de fala, isto é identificado por meio da fisionomia da personagem, afinal o contexto da época era totalmente opressor para a sociedade e a democracia não funcionava como sua definição, pois não era permitido o posicionamento ou exposição de ideias que representassem a vontade do povo.

Sabendo que não há fala em todos os demais quadrinhos, verificamos o silêncio em todas as tirinhas, que, como dissemos, não é ausência de significados a serem interpretados. Ao contrário, dessa maneira não-dita o autor retrata uma crítica forte alicerçada à utilização do recurso de ironia representado pela gargalhada de Mafalda ao se deparar com uma realidade totalmente diferente daquela idealizada no dicionário. Mafalda ocupa uma posição-sujeito que revela a sociedade alienada de seu papel, bem como parte dela que não aceita a situação imposta. Também, é possível observar que durante o período em que Mafalda ri – sem marcas de fala – é retratado o tempo (duração) que ela permanece gargalhando, representado pela presença do sol e da lua no cenário dos quadrinhos 1 e 3.

Partindo das informações históricas do regime ditatorial em vigor, aquilo que funciona como natural é a ideia de inexistência da soberania, que deveria ser exercida pelo povo, porém o povo era obrigado a aceitar quaisquer medidas ou decisões, mesmo que lhes afetasse, sem a permissão de poder questionar ou levantar ideais opostos para compartilhar com o restante da sociedade.

Se a ideia de que democracia é a soberania do povo, como vimos anteriormente, isso significa que a sociedade tem liberdade para construir um Estado que trabalhe em ser favor. Verificamos a democracia relacionada à liberdade na tirinha que segue:

Para dar início à análise, antes, traremos à luz um pouco da história sobre a Estátua da Liberdade, representada na tirinha por Mafalda. O monumento localizado na cidade de Nova York é considerado um patrimônio mundial, bem como uma das sete maravilhas do mundo. Foi um presente dado aos americanos pelos franceses, a fim de celebrar o centenário da independência estadunidense (1876), resultado de um embate contra os ingleses (razão pela qual os franceses decidiram dar o presente).

A carga representativa da estátua se resume em liberdade e democracia ao povo americano; portanto, partindo dessa significação real, captamos a crítica criada por Quino. No primeiro quadrinho, estão Mafalda e o pai, a garotinha está em cima de uma cadeira com uma lâmpada e um livro nas mãos, quando é questionada por seu pai, que parece um pouco surpreso com a atitude da menina, com o que ela fazia ali e então Mafalda responde "sou a liberdade".

Ora, percebemos aí a presença da memória coletiva a qual retoma um sentido já existente na história (representação da Estátua da Liberdade) e a (re)significação feita por Quino diante de seu contexto histórico social vigente. O significado de liberdade e de democracia perante um regime ditatorial opressor – nada além de uma representação que não exerce seu significado verdadeiramente.

Nota-se também que Mafalda segura uma lâmpada (no lugar de uma tocha- como a estátua da liberdade), apagada, e um livro, fechado (assim como a estátua segura a constituição). Sabemos que o significado de lâmpada nos remete a algo que traz luz, que clareia, uma luz que possibilita novos olhares eliminando dúvidas. Com o livro não é diferente, este nos traz o significado de um compilado de conteúdos embasados em veracidade (como no caso da estátua da liberdade a qual segura a constituição de seu país), que tem a finalidade de "abrir a mente" de quem o lê para novas interpretações mostrando diferentes modos de pensar.

A partir disso, é possível compreender que Mafalda não segura a lâmpada e o livro por acaso, pois há uma forte crítica e ironia características de Quino. Pois se a carga significativa que a estátua possui aponta para liberdade e democracia ao povo, como uma

lâmpada apagada e um livro fechado podem representar este significado? A ironia da lâmpada apagada e um livro fechado representando liberdade e democracia nos dá visibilidade de um povo "cego" e de mãos atadas diante do direito de exercer o seu poder, o qual foi oprimido por um sistema ditatorial.

No segundo quadrinho, acresce que o pai de Mafalda a questiona novamente, porém de maneira mais incisiva – perceptível na fisionomia franzida do pai com a boca mais aberta, como se estivesse falando mais alto com a menina além de apontar para ela – quando pergunta se sabe como Mafalda ficará se cair da cadeira e quebrar a lâmpada. Mafalda permanece sem fala – fisionomia da personagem desenhada sem a boca. O momento de silêncio nos diz muito a respeito da crítica produzida por Quino, pois apesar de ser apenas um instante entre um quadrinho e outro nos traz sentidos como o de censura à liberdade de expressão – configurada como o questionamento do pai de Mafalda – e à democracia.

Mafalda responde um pouco desconsertada diante da situação, que ela ficará assim como a liberdade, ou seja, um significado apenas representativo que não é realizado de fato, pois a ideologia presente é a naturalidade de um povo que só possui a liberdade e exerce a democracia no "papel", ou, ilustrado por um monumento, significativo, mas imóvel como estátua; poder popular que, na maioria das vezes, não é exercido de fato.

3.3 Discurso Midiático

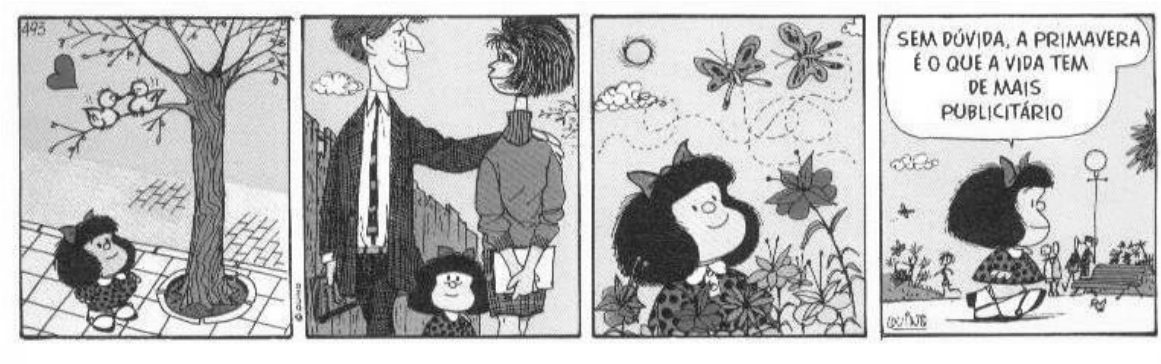
É impossível pensar sobre as críticas presentes nas tirinhas de Quino sem mencionar as que se relacionam ao discurso midiático. Dissertamos anteriormente sobre a opressão e o poder controlador da ditadura militar e continuaremos sob essa perspectiva dominadora, mas agora no viés da mais bela forma de manipular, a mídia.

Inicialmente, abordaremos um pouco sobre os elementos que compõem o funcionamento dos sentidos na tirinha, o primeiro deles é o clima da Argentina. As estações neste país são bem definidas e cada uma agradável ao seu modo, porém uma em especial é a paixão dos argentinos, a primavera. Com início no dia 21 de setembro (também dia do estudante) e término em 20 de dezembro, a chegada da estação das flores traz, para os argentinos, temperaturas mais "quentes" já que no resto do ano (de março a meio de setembro) o clima ainda é um pouco frio.

Esse motivo justifica o amor dos argentinos pela primavera, com a chegada dessa estação, consideram o clima "lindo", o que os faz comemorar. Levando em consideração que as previsões do tempo maximizam o "estado" primaveral, o que para nós brasileiros é considerado, ainda, um pouco frio, para eles é motivo de sair e festejar. Crianças, jovens, adultos, todos saem para fazer seus piqueniques nas praças, nos parques e se divertem durante a tarde toda.

Além da comemoração dos *Hermanos,* o ambiente todo fica mais bonito, devido aos jacarandás que florescem e enfeitam a cidade. A beleza destas árvores atrai não

somente os moradores, mas também os turistas, fotógrafos, mídias como jornais, enfim, é assunto para todos os dias.



A partir desta tirinha, notamos, logo, a admiração pela primavera, tanto por parte do sujeito na posição de autor quanto por parte da personagem. Nos três quadrinhos iniciais, Mafalda passeia pelas ruas, jardins e parques observando tudo à sua volta como os passarinhos juntinhos no galho da árvore, o casal enamorado e as borboletas coloridas voando por entre as belas flores. Apesar de não haver falas nestes quadrinhos podemos perceber, a partir da fisionomia da garotinha, a satisfação pelo lindo dia que se apresenta, pois ela sorri e contempla atentamente como quem admira tudo o que vê.

No último quadrinho, passeando no parque, Mafalda conclui a veracidade da meia estação ser o que a vida tem de mais publicitário, o que não poderia ser diferente. A crítica apresentada neste quadrinho aliada à ironia ácida de Mafalda, recurso muito utilizado por Quino, nos faz retomar o que dissemos inicialmente sobre a relação dos argentinos com a primavera, ou seja, a presença da memória que nos remete a tudo o que já foi falado sobre a estação, a primavera torna tudo magnificamente perfeito.

Se tudo é lindo e perfeito na primavera, podemos inferir que apenas nesta estação as pessoas podem ser e ter momentos felizes em suas vidas, em contrapartida, quando se aproxima outra estação, com ela se achega também a realidade não tão alegre quanto em outrem. E é exatamente essa a crítica de Mafalda à publicidade que, para ela, faz com que as pessoas comprem produtos por momentos e/ou estilos de vida que supostamente se realizam na aquisição destes 'bens'.

É pelo funcionamento natural que possui as formulações desta tirinha que percebemos a circulação daquilo que é ideologicamente tido por "normal". Ou seja, normal é todos serem felizes na primavera, aceitável é que todos se divirtam, que as mídias se favoreçam da beleza do ambiente para vender, que o amor esteja em todos os lugares, principalmente, no coração dos enamorados. Enfim, toda carga emotiva e representativa que a primavera carrega consigo.

A mídia utiliza de todos os elementos disponíveis para cativar seu futuro 'cliente', somente aquilo que é bom pode fazer parte do processo criativo da publicidade. Na televisão, esse discurso é ainda mais forte, devido à grande quantidade de pessoas que

acompanham as produções da telinha. Sabemos do poder manipulador exercido por esse discurso por meio da TV e é exatamente esse ponto que observaremos na tirinha a seguir.

No primeiro quadrinho vemos que Mafalda está indignada com que vê na TV, é perceptível a fisionomia brava da garotinha que, então, desliga o aparelho. “Use” “compre” “tome” “coma” “experimente”, podemos perceber que todos os verbos estão no modo imperativo, recurso muito utilizado pelas mídias, com a finalidade de manipular e convencer os ouvintes. Mafalda questiona ainda “o que eles acham que a gente é? ”, ou seja, a mídia simplesmente impõe seus produtos/ideias e nós apenas aceitamos passivamente, e Mafalda parece não aceitar esse funcionamento.

No questionamento feito pela menina, observamos a utilização do pronome ‘eles’ o qual está relacionado a todos aqueles que fazem parte desse discurso midiático – todos representando um. A escolha do pronome “a gente” nos mostra uma informalidade (representação da sociedade), contrastada com a escolha do pronome utilizado na segunda tirinha. Nesta, Mafalda está sentada, pensativa, um pouco desapontada ao fazer a pergunta a si mesma “quem somos nós? ” Como dissemos há pouco, observamos a mudança na escolha do pronome utilizado, mudando então para “nós” uma maneira mais formal de se referir a um grupo, no caso, a representação de toda a sociedade - Mafalda se inclui.

Mafalda volta atrás e liga, novamente, a televisão. Ela então conclui que ‘os danados’- representação de toda a mídia - sabem que (“nós”) a sociedade ainda “não sabe quem é” então não haverá muitos questionamentos sobre a veracidade das informações circulantes e uma ideia ou a eficácia de certo produto, consequentemente, o poder de persuasão e manipulação exercido pelo meio publicitário será contínuo. A decepção de Mafalda é grande, afinal, a garotinha, crítica e ácida, criada por Quino volta atrás.

Em diversas tirinhas podemos observar que Mafalda critica, ironiza, questiona, comenta e principalmente não aceita se amoldar às imposições da época em que vive. O que nos remete ao discurso lúdico, mencionado inicialmente como um posicionamento crítico e até impossível tomado pela personagem em relação à ideologia dominante e à memória lúdica. É como se Mafalda “pudesse transitar por todos os discursos” e se posicionar criticamente sobre eles, deixando que seus questionamentos se tornem reflexões para seu ‘alvo’ ou para quem os lê, ainda podemos inferir que ela se posiciona

contra esses discursos, porém seu discurso de oposição é construído da mesma forma com que o discurso autoritário da época exercia seu poder.

Ao se render ao discurso dominante da época, Mafalda demonstra uma apatia que não combina com sua personalidade. Isso se deve a presença da função-autor que influencia de certa maneira a construção, ou, o andamento da tirinha, considerando que há uma relação entre Quino e o discurso da época, e que, na verdade, o autor parece estar rendido à ideologia dominante, impotência que se estende à personagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir, neste trabalho, por um viés discursivo, sobre as tirinhas da personagem Mafalda foi uma maneira de ampliar nossa interpretação, já que pensamos sobre os múltiplos sentidos que atravessam nosso objeto de estudo e sua inscrição no processo de análise. Analisamos o silêncio, as ideologias atadas à memória, tentando "ler" o dito e o não dito inscrito nas tirinhas.

Pela organização do sujeito autor Quino, sentidos circulam como crítica ao governo da década de 60, assim como a insatisfação em relação a certos costumes que são questionados e não aceitos. A personagem ácida e não amoldada de Quino transita por diferentes discursos e, mesmo silenciada algumas vezes, a carga de sentidos e significados que ela faz circular são múltiplos. Percebemos essa multiplicidade por meio do discurso que atravessa cada tirinha aliado à personalidade da personagem, e também quando consideramos os gestos e fisionomias das outras personagens, mesmo em um quadrinho atravessado pelo silêncio (muito presente na construção das tirinhas).

Concluímos, assim, que os sentidos estão em um movimento contínuo que por meio da memória se faz atual e, ainda, questionável. As tirinhas tornam-se totalmente atuais e sujeitas à interpretação. Todavia, este foi apenas um olhar concebível sobre nosso objeto de estudo, o que significa que há outros muitos olhares, deslocamentos e reflexões para este mesmo recorte, não esgotados aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARD, Pierre. **Papel da Memória.** Tradução e introdução: José Horta Nunes. 2º ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. I**ntrodução à Análise do Discurso.** Campinas: Unicamp, 2009.

BITENCOURT, Marta Moraes. **As Ponderações da Mafalda sobre Cidadania e Democracia.** Porto Alegre: Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

Buenos Aires para Chicas - Motivos que justificam a loucura dos argentinos com a primavera. Acessado em 30/09/2015 **<http://www.buenosairesparachicas.com/2014/09/5-motivos-que-justificam-loucura-dos.html>**

Buenos Aires Turismo - Tempo em Buenos Aires. Acessado em 30/09/2015 **<http://www.buenosairesturismo.com.br/tempo-clima-temperaturas.php>**

LAVADO, Joaquín Salvador. **10 Anos com Mafalda.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. 6ª ed. Tradução: Monica Stahel.

FERNADES, C. A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os Limites do sentido: Um estudo histórico e enunciativo da linguagem.** Campinas: RG, ed. 4, 2010, p.66.

InfoEscola - Estátua da Liberdade. Acessado em 28/09/2015 **<http://www.infoescola.com/curiosidades/estatua-da-liberdade/>**

MARIANI, Bethania. **O PBC e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989.** Campinas: Revan, 1998.

Nova York - Estátua da Liberdade – Tudo sobre a *"Statue of Liberty".* Acessado em 28/09/2015 **<http://novayorkagora.com.br/estatua-da-liberdade-tudo-sobre/>**

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: As formas do discurso.** Campinas, SP : Pontes, ed. 5, 2009.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, ed. 6, 2005.

_____. **Discurso e Leitura.** Campinas: Cortez, 1993.

_____. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos.** Campinas: UNICAMP, ed.6, 2007.

_____. **Discurso e Leitura.** Campinas: Cortez, 2008.

_____. **Discurso: uma noção fundadora.** Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar.1994.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento.** Campinas: Pontes, ed. 4, 2006.

_____. **"Análise Automática do Discurso."** (1969) In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) (1990) Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp.

_____. FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

_____. **Semântica e Discurso.** São Paulo. Campinas: Unicamp, 2009.

Revista Conhecimento prático – Literatura: **Parabéns Mafalda: 50 anos de Um Símbolo da Resistência da América Latina.** São Paulo. Editora Escala. 2014, ed. N. 55.

UOL educação - O militarismo na América Latina: A ditadura militar na Argentina. Acessado em 29/09/2015 **<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/militarismo-na-america-latina-a-ditadura-militar-na-argentina.htm>**

UM ESTUDO SIMBÓLICO-ARQUETÍPICO DA EDDA EM PROSA

VICTOR HUGO SAMPAIO ALVES

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

victorweg77@gmail.com

Resumo. *Este estudo propôs analisar o primeiro capítulo da Edda em Prosa, o Gylfaginning. Trata-se de um material literário escrito por Snorri Sturluson. O objetivo da obra é servir como manual de mitologia e poesia escáldica, trazendo as metáforas poéticas e narrativas míticas do passado politeísta da Escandinávia. Esta pesquisa objetivou identificar padrões simbólicos que apontem para a perpetuação de símbolos do inconsciente, investigando também o modo como se manifestaram na mitologia nórdica. Explicitou-se a ocorrência de certos arquétipos na obra. Ressaltou-se a importância de que o psicólogo estude a mitologia, visto sua capacidade de revelar aspectos multifacetados da psique humana.*

Palavras-Chave. *Arquétipo. Mitologia nórdica. Psicologia Analítica. Simbologia.*

Abstract. *This study proposed to analyze Prose Edda's first chapter, Gylfaginning. This literary material written by Snorri Sturluson aims to serve as a manual of mythology and skaldic poetry bringing the poetical metaphors and mythic narratives from Scandinavia's polytheist past. This study's objective was to identify symbolic patterns which pointed to the perpetuation of symbols from the unconscious, also investigating how they were manifested in Norse mythology. It was made explicit the occurrence of some archetypes in the opus. It was emphasized the importance of studying the mythology for psychologists, due to its capacity of revealing multifaceted aspects of the human psyche.*

Keywords. *Archetype. Norse mythology. Analytical Psychology. Simbology.*

Introdução

Passamos, no momento atual, por um resgate – mesmo que tímido – da cultura e imagem Viking. Thor, o famoso herói da Marvel inspirado no deus nórdico, apareceu nas telas de cinema pela primeira vez em 2011, consolidou-se com lançamento do segundo filme em 2013, e o terceiro da trilogia supostamente será lançado em 2017. Além disso, teve início, também em 2013, a série *Vikings* do *History Channel*, atualmente em sua quarta temporada. Surgiu, pela primeira vez em tempos, uma série televisiva sobre os nórdicos que alcançou o grande público e que, apesar de seus anacronismos e alguns estereótipos, narra a história a partir do ponto de vista dos Vikings, deixando sua imagem de bárbaros sanguinários um passo a mais para trás.

Os estudiosos do meio acadêmico advindos das mais diversas áreas também têm se dedicado ao estudo dos povos da Escandinávia Medieval. Há, no Brasil, o Núcleo de Estudos Vikings e Escandinavos – o NEVE -, um grupo multidisciplinar e interinstitucional composto por pesquisadores dedicados ao assunto. Inclusive, ano passado houve o lançamento do **Dicionário de Mitologia Nórdica**, escrito exclusivamente por pesquisadores brasileiros e organizado pelo Prof. Dr. Johnni Langer, da UFPB.

Enfim, o momento é propício para que se discutam, sob os mais diferentes ângulos, os aspectos da religião e da mitologia nórdica antiga. Portanto, este estudo consistirá em uma tentativa, por parte da Psicologia Analítica, de aventurar-se brevemente pela mitologia nórdica, utilizando do referencial analítico para ir de encontro a alguns dos símbolos nela presentes. Espera-se, com este trabalho, realizar um esforço para que se desbrave uma das fontes primárias da mitologia nórdica, a Edda em Prosa. Para tal, será feita uma tentativa de que se analisem alguns símbolos e arquétipos presentes neste material mitológico cujos conteúdos nos remetem ainda à Escandinávia dos Vikings.

1. A Edda em Prosa

A Edda em Prosa trata-se de uma obra escrita em nórdico antigo por Snorri Sturluson, um poeta e historiador islândes (LANGER, 2015). É comum conferir a ela também o nome Snorra Edda, ou seja, “Edda de Snorri”, visto que sua autoria costuma ser atribuída a esse político islandês do século XIII (BOULHOSA, 2004).

O conteúdo da Edda em Prosa apresenta um dos mais completos relatos da mitologia nórdica de que dispomos nos dias atuais, além de ser um extensivo manual de versificação escáldica (MOOSBURGER, 2011). Esta era uma técnica de composição presente na poesia dos escaldos, artistas responsáveis por uma forma de arte poética cujo auge foi durante a Era Viking, período que teve início antes de 800 D.C e estendeu-se por mais de dois séculos. No entanto, segundo Moosburger (2011), devido às profundas transformações culturais e espirituais que envolveram o mundo nórdico após a consolidação do cristianismo em suas terras, toda essa tradição mítica e poética ancestral corria o risco de ser esquecida, sendo esse um dos motivos pelos quais Snorri Sturluson resolveu compilá-los e preservá-los em sua obra.

Quanto à origem dos poemas presentes na Edda, nota-se que estes existiam em formato de oralidade por várias gerações antes que alguém se propusesse a escrevê-los, e, de maneira geral, todos os poemas que a constituem são fortemente pagãos em essência, ou seja, de caráter politeísta e não dogmático (BELLOWS, 2014). No período em que os mitos narrados na Edda em Prosa circulavam originalmente, a escrita ainda não havia sido introduzida no norte da Europa, tendo chegado àquela região juntamente ao cristianismo, por volta do ano 1000. É por esse motivo que, até a chegada do alfabeto e a da escrita latinos, a poesia posteriormente encontrada nas Eddas era a princípio feita para ser memorizada e recitada: motivo pelo qual passou por adaptações posteriores para que fosse escrita (COHAT, 2014).

Dessa forma, “a Edda em Prosa tinha por objetivo básico ser um manual de mitologia para os jovens poetas, numa época em que as antigas metáforas poéticas e narrativas míticas estavam sendo esquecidas” (LANGER, 2015, p.143). A Edda em Prosa é

composta por um prólogo seguido por três capítulos: *Gylfaginning*, *Skáldskaparmál* e *Háttatal*, respectivamente. Os dois últimos, se considerados juntos, constituem uma *artes poeticae,* ou seja, um manual de técnicas de composição da poesia escandinava da época (BOULHOSA, 2014). No capítulo *Skáldskaparmál*, cujo significado é "Dicção Poética", a personagem Ægir parte a caminho de Asgard e lá encontra Bragi, com quem tem um longo diálogo sobre toda a arte poética: trata-se de um modo de Snorri Sturluson elucidar sobre os sinônimos (*heiti*) e metáforas (*kenningar*) que poderiam ser usados pelos poetas escaldos (BOULHOSA, 2014). O terceiro capítulo, *Háttatal*, significa "Lista de Métricas" e constitui uma sistematização da linguagem poética espalhada em 102 estrofes redigidas em cem métricas diferentes com o intuito de servir como exemplificação de possibilidades métricas na poesia (BOULHOSA, 2014).

Por sua vez, o primeiro capítulo, o *Gylfaginning* (o embuste de Gylfi), retrata um desenvolvimento mais sistemático e objetivo da mitologia nórdica e "reconta, por meio de um diálogo dos deuses com o Rei Gylfi, toda essa mitologia, desde o início dos tempos até a destruição e a renovação do mundo" (LANGER, 2015, p. 144). Encontramos no *Gylfaginning* temas como a teogonia e a escatologia do(s) mundo(s), além de aventuras e acontecimentos relacionados aos principais deuses. É importante ressaltar, também conforme apontado por Langer (2015), que o capítulo do *Gylfaginning* contém citações de um outro material, advindas da Edda Poética. Esta, ao contrário da Edda em Prosa, não é da autoria de Snorri Sturluson, mas de caráter anônimo: trata-se de uma coleção de poemas, em sua grande parte de caráter mitológico e épico, escritos em nórdico antigo, tidos por vários especialistas como a maior fonte para estudo da mitologia nórdica (LANGER, 2015).

Por fim, apesar das questões religiosas (conscientes ou não) que permeiam o autor e o contexto de escrita da Edda em Prosa, seu autor Snorri Sturluson foi a primeira pessoa a tratar a mitologia escandinava de uma perspectiva acadêmica, selecionando de maneira sistêmica o material que a comporia. Dessa forma, suas atitudes em relação aos mitos narrados na Edda em Prosa não apresentavam cunho moralista e não faziam juízo de valor condenando os antigos mitos pagãos, tampouco os equalizava com demônios, atitudes essas típicas de sua época (LANGER, 2015).

O que Boulhosa (2014) nos diz é que precisamos deixar de lado a ideia de que os textos medievais estejam fundamentados em um único sistema religioso coerente e unificador, refletindo supostamente uma única tradição. Aliás, o que as percepções mais recentes nos revelam sobre a Edda em Prosa é o fato de que a mesma não representa uma fonte "correta", unificada e original a respeito das narrativas antigas, mas é, acima de tudo, um produto de sua época – a Idade Média Central – criando, assim, uma espécie de "nova" mitologia que mostra-se baseada tanto na tradição nativa em questão, ou seja, os mitos do passado pagão da Escandinávia, quanto no imaginário cristão (LANGER, 2015).

2. Snorri Sturluson

É imprescindível, para a proposta do presente estudo, que sejam traçadas algumas poucas considerações, breves e mais essenciais, sobre o escritor da Edda em Prosa. Snorri

Sturluson (1179 – 1241) era um islandês envolvido com a pesquisa histórica, a poesia e a política, sendo aquele a quem se atribui a autoria da Edda em Prosa que, por isso, também é conhecida por Edda de Snorri (LANGER, 2015).

Snorri era o décimo primeiro filho entre sete filhos legítimos e sete filhos ilegítimos de seu pai. Aos dois anos de idade, Snorri foi acometido por um evento que mudaria sua vida. Naquela época seu pai envolveu-se em uma disputa, durante a qual foi atingido no rosto pela esposa do oponente. Após esse acontecimento, resolvera cobrar uma reparação extravagante pelo dano sofrido, "advogando" em causa própria, já que tinha o poder para fazê-lo. O desentendimento só foi finalmente resolvido quando o chefe de uma importante família do sudoeste da Islândia interveio, conversando com Sturla e convencendo-o a aceitar uma quantia muito menor do que a que havia pedido como reparação. Contudo, esse mesmo chefe ofereceu, como reparação, adotar Snorri e deixá-lo sob seus cuidados. E foi dessa forma que a Snorri foi oferecida a oportunidade de ter crescido e sido educado em Oddi, que, no século XVIII, era o maior centro cultural e educacional da Islândia (WANNER, 2008).

De acordo com Langer (2015), depois de adulto, Snorri casou-se com Herdís Bersadóttir, tendo administrado as ricas propriedades da família da esposa. Quando seu sogro morreu, Snorri herdou sua posição de goðorð, uma posição de chefia islandesa. Em 1224 casou-se novamente, desta vez com Hallveig Ormsdóttir e, a partir de então, tornou-se um dos homens mais ricos e de maior prestígio político na Islândia, vindo a ser lögusögumaðr, um recitador de leis. Esta posição, embora não envolva grandes ganhos financeiros diretos, demonstra a dimensão da influência de Snorri em torno das estruturas políticas islandesas.

Entre 1218-1220, fez uma visita à Noruega e conheceu Skúli Bárðarson, tio do rei Hákon Hákonarson e administrador de seu reino enquanto o rei ainda não tinha idade para administrá-lo por conta própria. Snorri torna-se membro da companhia do rei, chegando à posição de maior presença na corte real, sendo adquirida sob a promessa de que iria lutar para promover a submissão da Islândia à Noruega. Neste momento, utilizou de tamanho prestígio para promover seus próprios projetos na Islândia (LANGER, 2015).

Portanto, sua educação em Oddi, suas conexões com a corte e o acúmulo de prestígio são aspectos ligados à produção intelectual de Snorri. Para Langer (2015), seu envolvimento político o colocava em uma boa posição para promover seus interesses intelectuais particulares por meio da escrita.

Não é por menos, então, que tamanha habilidade de Snorri para a escrita é considerada por muitos como excepcional. Seu conhecimento acerca das tradições orais e o modo como atuavam culturalmente é demonstrado ao longo de sua Edda, como, por exemplo, no modo como encaixou, em sua narrativa, referências poéticas e mitológicas advindas de outro material, a Edda Poética.

3. O autor segundo a Psicologia Analítica

Ao ser investigada pela psicologia (desde que o material para tal esteja disponível), a psicologia pessoal do criador revela certos traços do mesmo em sua obra, mas não os explica. O estado atual da psicologia não permite de forma alguma que se estabeleça, no campo dos trabalhos literários, encadeamentos exatos de causa e efeito. No entanto, ela é capaz de revelar certos encadeamentos causais estritos no domínio psicológico, fornecendo descrições pormenorizadas dos acontecimentos psíquicos relacionados aos complexos e arquétipos (JUNG, 2013).

Na obra de caráter literário, a descrição dada pelo autor sobre os fatos que pretende narrar, ainda que possa parecer alheia a qualquer intenção psicológica, é do maior interesse para o psicólogo. Afinal, toda a narração se edifica sobre um pano de fundo psicológico inexpresso e o olhar crítico irá distingui-lo com tanto maior pureza e clareza quanto mais o autor estiver inconsciente de seus pressupostos. Um cuidado a ser tomado, conforme explicita Jung (2013), é que, no que diz respeito à obra de arte, ela nunca deve ser confundida com aquilo que seu poeta tem de pessoal, por mais que sua obra esteja, certamente, permeada de pessoalidade. É indubitável, diz ele, que a visão do poeta seja uma vivência originária autêntica, apesar de qualquer (tentativa de) racionalismo vinda de si. “A obra, portanto, não é algo de derivado, nem de secundário, e muito menos um mero sintoma; é um símbolo real, a expressão de uma essencialidade desconhecida” (JUNG, 2013, p.37).

Uma das categorias em que esse racionalismo é superado por tendências inconscientes de manifestação simbólica é o uso de figuras mitológicas como expressões da experiência íntima do autor (JUNG, 2013). Mesmo os autores que se esforçaram por compilar e registrar materiais mitológicos pertencentes ao seu contexto histórico-social – mesmo que estes estivessem num passado histórico, antes do autor propriamente dito estar vivo – podem ter revelado lapsos do inconsciente em sua obra: um alinhamento ou identificação de seu inconsciente com certos símbolos arquetípicos pode ter feito com que, ao escrever os mitos reunidos, acabasse por enfatizá-los em detalhes, por exemplo. O poeta acaba por criar, conforme afirma Jung (2013), a partir da vivência originária – cuja natureza obscura necessita das figuras mitológicas – essa busca ávida pelos símbolos e temas que lhe são afins para, então, exprimir-se por meio deles. Esta vivência originária é um pressentimento profundo e poderoso que quer expressar-se, é um símbolo vivo, um turbilhão que se apodera de tudo o que se lhe oferece, imprimindo-lhe uma forma visível. Dessa forma, tanto mais fortes sejam esses símbolos internos, tanto mais força fará o inconsciente para esvaí-los em expressões externas.

Para Jung (2013), o papel da psicologia poderá ser, então, o de elucidar a essência dessa manifestação múltipla de pessoalidade (consciente) e essencialidade (inconsciente), principalmente através da terminologia e de materiais comparativos. O que aparece na visão é muitas vezes, com efeito, imagem do inconsciente coletivo, ou seja, da estrutura inata e peculiar dessa psique que constitui a matriz e a condição prévia da consciência.

Na obra do poeta serão identificáveis, então, não apenas indicações semióticas ou alegorias há muito conhecidas, mas símbolos, expressões de dados vivos, antigos e atuantes de sua própria época. Estes dados são, muitas das vezes, os arquétipos (JUNG, 2013). Torna-se importante ressaltar que arquétipo nenhum é, em si mesmo, nem bom, nem mau. Só através de sua confrontação com o consciente é que ele irá se tornar uma coisa ou outra, ou, então, uma dualidade de opostos. Portanto, tal inflexão para o bem ou

para o mal é determinada consciente ou inconscientemente pela atitude humana do sujeito. São numerosas as imagens primordiais desta espécie. (JUNG, 2013). Estes símbolos e imagens ficam por muito tempo sem se manifestar em determinadas sociedades e momentos históricos, até que a consciência acaba se extraviando numa atitude unilateral e, por consequência, falsa. Quando isto acontece a nível coletivo, constituindo um sintoma, os instintos do inconsciente são vivificados e delegam suas imagens aos sonhos dos indivíduos da comunidade e às visões dos artistas e visionários, que voltarão a expressar tais símbolos, na busca de um equilíbrio anímico. Este processo é uma espécie de homeostase psíquica do coletivo (JUNG, 2013).

4. Os arquétipos

Conforme visto anteriormente, a noção de arquétipo está intimamente ligada à de inconsciente coletivo, bem como à relevância do estudo da mitologia para a Psicologia Analítica. A teoria analítica de Jung foi aos poucos caminhando para a percepção de que muitos dos símbolos que influenciam o homem não são de origem individual, mas coletiva. As imagens religiosas detinham um lugar especialmente relevante nesse aspecto. O crente atribui aos símbolos e imagens religiosas uma origem divina, produto de uma revelação feita ao homem, enquanto que o cético garante que foram inventadas. Mesmo não estando nenhum dos dois errados, também não estão inteiramente certos (apesar dos conceitos religiosos serem objeto de cuidadosa elaboração consciente ao longo dos séculos, também não deixam de ter a origem envolta em mistérios do passado). No entanto, “uma categoria destes símbolos é inegavelmente importante: o fato de que eles são representações coletivas” (JUNG, 2008, p. 92).

Segundo explica Frog (2015), mais especificamente sobre os símbolos integrantes de uma mitologia ou sistema religioso, estes símbolos podem ser descritos como investidos de carga afetiva justamente porque sua capacidade de significar e influenciar os indivíduos inseridos em sua sociedade é reconhecida socialmente.

Uma característica importante sobre o funcionamento desses símbolos é que a influência que eles causam nos indivíduos não depende de um entendimento consciente e racional que se façam a respeito deles. Portanto, sobre a extensão da influência dos símbolos, esta não depende de um alinhamento pessoal consciente com a carga afetiva que o símbolo traz. Um ateu pode muito bem responder de maneira positiva ao simbolismo do martírio presente em algum material literário, por exemplo. Dessa forma, “é precisamente o fato de que os símbolos podem ser apontados e reconhecidos como dotados e investidos de carga emocional que permite que sejam usados e manipulados numa sociedade” (FROG, 2015, p.38).

O arquétipo seria, então, justamente esta tendência a formar as mesmas representações de um motivo significativo sem que perca sua configuração original, por mais que estas representações possam ter inúmeras variações de detalhes de acordo com a sociedade e o momento histórico estudados (JUNG, 2008). Eles representam, na verdade, o que Jung definiu como tendências instintivas para representar certos temas e imagens simbólicas.

Quanto mais pesquisamos as origens de uma imagem coletiva, mais vamos descobrindo uma teia de esquemas de arquétipos aparentemente interminável que, antes dos tempos modernos, nunca haviam sido objeto de reflexões mais sérias. Paradoxalmente, Jung (2008) aponta que, apesar de sabermos mais a respeito dos símbolos mitológicos hoje do que qualquer outra geração que nos precedeu, nunca estivemos tão distantes do entendimento original sobre os mesmos. Hoje em dia, com toda a ciência e metodologia, estuda-se o mito, analisa-se o mito. Nos tempos passados, os homens não pensavam em seus símbolos, mas os viviam e eram inconscientemente estimulados pelo seu significado, o que torna nosso esforço atual de tentar compreender a carga afetiva desses símbolos algo ainda mais árduo, visto tal mudança em nosso modo de abordá-los.

5. Os símbolos

Um aspecto acerca dos símbolos que foi desmistificado é que o pensamento e o alinhamento simbólico não são características exclusivas das crianças, poetas e desiquilibrados. Conforme Eliade (2012) afirma, o símbolo é consubstancial ao ser humano, precedendo a linguagem e a razão discursiva. Mesmo multifacetados, os símbolos possuem uma interface que demonstra grande capacidade de revelar determinados aspectos do real, os mais profundos deles, desafiando outros meios de conhecimento lógicos e racionais que não conseguem chegar lá. Entendemos, então, que as imagens, símbolos e mitos não são meras criações irresponsáveis da psique; elas respondem a uma necessidade de preenchimento de uma função. Essa função seria a de revelar as mais secretas modalidades do ser, partindo-se do princípio de que cada ser histórico traz em si uma grande parte da humanidade anterior à História.

Não estamos partindo de nenhum princípio que negue a história ou sua importância no estudo dos símbolos e das religiões, já que o mundo cultural, social e histórico é de relevância inegável quando estudamos essa ou aquela religião ou suas interações e intercâmbios. A diferença reside no enfoque, pois o estudo dos símbolos como ciência autônoma visa, conforme proposto por Eliade (2012), resgatar essa parte a-histórica do ser humano, trazida por ele como uma medalha, a marca de uma existência mais rica, anterior, mais completa e quase beatificante.

Ao falarmos dessa parte a-histórica do homem, não estamos necessariamente ressaltando um retrocesso a algum estado animal da humanidade. Para Eliade (2012), na verdade, nas inúmeras vezes em que o Homem se reintegra pelas imagens e símbolos ele está utilizando de um estado paradisíaco do homem primordial. Nesse aspecto, não importa a existência concreta deste homem que se alinha com os símbolos, visto que o homem primordial apresenta-se, acima de tudo, como um arquétipo impossível de realizar-se plenamente em uma existência qualquer. Portanto, “ao escapar, por meio dos símbolos, de sua historicidade, o homem não está abdicando da qualidade de ser humano e se perdendo na animalidade, mas reencontrando a linguagem e a própria experiência de uma espécie de ‘paraíso perdido’” (ELIADE, 2012, p.9).

Outro aspecto dos símbolos e imagens que merece nossa atenção é a sua estrutura multivalente. Se o espírito e o inconsciente utilizam de certas imagens para captar e demonstrar ao indivíduo a realidade profunda das coisas, é exatamente porque essa realidade se manifesta, no concreto daquele indivíduo, de maneira contraditória, e

consequentemente não poderia ser expressa por conceitos racionais. Portanto, devido a essa capacidade flexível de manifestarem-se de acordo com a necessidade do indivíduo, os símbolos não podem ser estudados de acordo com uma única realidade que podem, no momento, estar apontando: este aspecto não representa o símbolo em si e em toda sua totalidade. A busca, conforme aponta Eliade (2012), está na imagem em si, enquanto conjunto de significações. Esse conjunto é que representa a imagem verdadeira, e não qualquer de suas facetas separadas do resto: uma única das suas significações ou um único dos seus inúmeros planos de referências, separados do todo, nunca podem ser tidos como uma representação fiel da imagem. Concluímos, assim, que, no plano da dialética da imagem, toda redução exclusiva constitui uma aberração.

Dentre os psicólogos que se debruçaram sobre o estudo das imagens e símbolos, Jung foi o que mostrou mais claramente até que ponto os dramas do mundo moderno derivam não só de crises políticas e econômicas, mas também de um profundo desequilíbrio da psique, o que engloba os âmbitos individual e coletivo. Um dos efeitos consequentes desse fenômeno é a esterilização da imaginação. Imaginação, etimologicamente, está ligada a imago – "representação", "imitação" – e a imitor – "imitar", "reproduzir" -. Segundo Eliade (2012), a imaginação, por sua vez, fica encarregada de imitar certos modelos exemplares, que seriam justamente as imagens, buscando reproduzi-los, reatualizá-los e repeti-los indefinida e infinitamente. Dessa forma, as imagens são responsáveis por nos fornecer visões do mundo em sua totalidade, visto que elas têm o poder e a missão de mostrar tudo o que permanece refratário ao conceito. Isso explica a desgraça e a ruína do homem a quem 'falta imaginação': ele é cortado da realidade profunda da vida e de sua própria alma (ELIADE, 2012).

Para melhor definição do conceito de símbolo, nos alinharemos às afirmações de Silveira (2011), ao afirmar que em todo símbolo está sempre presente a imagem arquetípica como fator essencial, que se junta a outros elementos para construí-lo. Assim sendo, o símbolo se constitui enquanto forma altamente complexa onde se reúnem opostos numa síntese que vai além das capacidades de compreensão disponíveis no momento presente e que, portanto, não pode ser muito presa e formulada dentro de conceitos.

Nos símbolos, portanto, consciente e inconsciente aproximam-se, e da manifestação de tal aproximação é que eles surgirão. "De uma parte, o símbolo é uma unidade racional e possui um lado acessível à discussão, análise e à razão; mas, de outro, possui uma constituição inconsciente e primitiva" (SILVEIRA, 2011, p.71). De acordo com Jung (2008), o símbolo não oferece explicações por si só, mas impulsiona aquele que entra em contato com ele para algo que vai além de si mesmo, na direção de um sentido ainda distante, inapreensível, "obscuramente pressentido" e que nenhuma palavra de língua falada poderia exprimir com maior exatidão, sensibilidade ou de maneira satisfatória.

Portanto, segundo Silveira (2011), o conceito junguiano de símbolo situa-o enquanto unidade de ação mediadora que constitui uma tentativa de encontro entre opostos movida pela tendência inconsciente à totalização. Dessa forma, o símbolo é uma linguagem universal infinitamente rica, capaz de exprimir, por meio de imagens, muitas das coisas que transcendem problemáticas específicas dos indivíduos. De acordo com essa visão, os símbolos atuam como unidades coletivas e transpessoais que totalizam e

universalizam a experiência de certos sentidos, tornando-os acessíveis por meio de imagens.

6. Objetivos

O presente trabalho visou realizar um estudo de símbolos e arquétipos que tenham possivelmente sido manifestos e registrados na Edda em Prosa. Não pretendemos com este estudo esgotar os temas, símbolos, motivos e arquétipos presentes na mitologia Viking: tal trabalho teria proporções quase inesgotáveis e consistiria numa pretensão irrealizável. Nos ateremos, então, neste estudo, a dois grandes símbolos que se fizeram profundamente presentes ao longo da obra, tanto na questão de presença nas narrativas, quando na profundidade com que são descritos e delineados: as imagens dos deuses Thor e Loki. Assim, partiremos do princípio de que estes dois símbolos possuíam realmente grande importância e peso no sistema mitológico e religioso da Escandinávia politeísta (por mais que existissem vários cultos a Thor disseminados, mas nenhum a Loki) e corroboramos com a ideia de que ambos possuíam seus valores arquetípicos específicos e exclusivos no inconsciente coletivo desse povo. Também, no momento da escrita, se fizeram mais presentes na mente do autor, seja consciente ou inconscientemente.

Portanto, esta pesquisa de cunho investigativo e qualitativo adotou como ferramenta de análise a psicologia analítica, que oferecerá uma leitura simbólica e arquetípica do material a ser investigado. Partindo da conceituação de Jung no que concerne símbolos e arquétipos, buscaremos por estes dois grandes símbolos na obra, analisando-os e amplificando-os em seguida. Dessa forma, em um primeiro momento analisaremos os sentidos, interpretações e cargas afetivas atribuídas a estes dois símbolos e arquétipos, pensando sua ocorrência dentro de seu contexto cultural, social e histórico, ou seja, a Escandinávia Medieval. Em seguida, amplificaremos brevemente o significado de cada símbolo, buscando por análises e interpretações mais universais e que permitam correlacioná-los com sua ocorrência simbólica em outros lugares, culturas e momentos históricos. Esta constitui uma tentativa de apontar justamente para uma presença de tais símbolos no inconsciente coletivo, ressaltando, portanto, seus valores enquanto arquétipos e imagens universais, mas que adotam diferentes roupagens de acordo com sua cultura e momento histórico.

7. Análise de dados

7.1 Thor

A característica mais marcante de Thor é o fato de que se trata de um deus que se especializou em matar os gigantes. Praticamente quase todos os mitos o envolvendo estão relacionados à temática de matança de algum ser da raça dos gigantes. Dentre eles, o pior inimigo de Thor é a Serpente de Midgard, *Jörgumandr*, a mais poderosa dos gigantes. No fim do *Gylfaginning*, Snorri narra o último dos encontros entre os dois, durante o *Ragnarök*. Neste último embate eles se matam quase que simultaneamente, mas, com a Serpente já

morta, Thor dá nove passos antes de cair morto – vítima do veneno –, fato que sugere uma pequena vitória ao deus, ainda que termine morto (LINDOW, 2001).

Thor viaja frequentemente em companhia de seu assistente, Thjálfi, e em algumas outras ocasiões com Loki ou Týr. Para Lindow (2001), é interessante notar que este primeiro companheiro de Thor é um homem, um símbolo indicador de que Thor possuía um relacionamento bom e próximo dos humanos; o que inclusive possui evidências materiais, vide os amuletos com o martelo de Thor, utilizados na Escandinávia.

Pode-se dizer com segurança que, nos mitos nórdicos trazidos por Snorri, Thor é sem dúvidas um dos deuses que mais se destaca. Afinal, trata-se de ninguém menos do que o campeão dos Æsir e o próprio defensor de *Asgard*, uma figura descrita como grande, de barba vermelha, munida de um martelo, luvas de ferro e um cinto de força. Estas características tornam Thor o herói mais característico do tempestuoso mundo dos vikings: direto, indomável, possuidor de muito vigor e energia, pondo sua confiança em sua própria força e em suas armas simples (DAVIDSON, 2004). Na Edda em Prosa, Snorri nos introduz a este herói divino da seguinte forma:

> Thor é o principal deles [dos deuses], ele é chamado de Thor dos Æsir, ou Öku-Thor; ele é o mais forte entre todos os deuses e homens (...). Ele também possui três coisas de grande valor: uma é o seu martelo Mjöllnir, que os gigantes de gelo e os gigantes da montanha conhecem, quando é erguido para o alto, e não é surpresa que ele já tenha esmagado muitos crânios de seres dessa raça. Ele possui uma segunda coisa valiosa, a melhor delas: o cinto de poder; e quando veste o cinto à sua volta, então sua força divina é aumentada em mais metade. Ainda uma terceira coisa ele possui: suas luvas de ferro; ele não pode ficar sem ela quando precisa levantar seu martelo. (Sturluson, 2006, págs. 35-36).

Conforme Davidson (2004) afirma, encontramos na figura de Thor certa simplicidade. É um deus que obtém prazer ao comer e beber em demasia, características que combinam com sua grande vitalidade e força física. A maneira como progride através dos reinos dos deuses e gigantes era marcada pela contínua derrota de seus adversários e superação dos obstáculos. O método como matava os gigantes era também simples e direto, pois não recorria a nenhum capricho tortuoso como Loki ou Odin, mas simplesmente golpeava-os com seu martelo, partindo seu crânio, ou lançava-os no ar para esmagar suas cabeças.

Nas estórias envolvendo Thor, deparamo-nos muitas vezes com este deus em ação derrubando árvores, destruindo homens com seus arremessos mortais. O próprio reino de Thor difere do de Odin: seu culto na Escandinávia pagã não era aristrocrático. Aliás, um insulto dirigido a Thor em um dos poemas Éddicos alegava que, enquanto Odin recebia em *Valhala* os campeões e reis caídos em batalha, Thor recebia os escravos e servos. Ele era, portanto, uma deidade cujo poder ia longe: deus supremo do céu tempestuoso e da vida em comunidade em todos os seus aspectos (DAVIDSON, 2004).

Dessa forma, encontramos a imagem de Thor enquanto deus do trovão, o mais forte dos deuses e a deidade matadora de gigantes. Além disso, pode-se afirmar que ele é o mais importante deus para o paganismo escandinavo e, com certeza, a figura da mitologia

escandinava mais popular até nossos dias. Thor é filho de Odin (a fúria) com Jörd (terra), casou-se com Sif e veio a ser pai de Módi (Raiva), Magni (Forte) e Thrúd (Poderosa). "Há a probabilidade de que o casamento de Thor com Sif represente a união entre um deus do céu e a deusa terra, denotando o caráter de fertilidade e do ciclo das estações que culminam com a colheita, o que foi somado ao lado mais antigo do deus, que seria o da tempestade" (LANGER, 2015, p.497).

Além da maioria dos mitos de Thor estar relacionada à sua luta com a raça dos gigantes, é de impressionar também a quantidade de gigantas mortas pelo deus. Neste caso, nos deparamos com as representações das forças do caos, que possuíam um forte lado feminino (LINDOW, 2001). Portanto, ao contrário dos mitos envolvendo Odin, os mitos de Thor tendem a enfatizar seu poder sobre o mundo natural, assim como suas muitas disputas contra adversários supernaturais, os gigantes. Ele é associado às tempestades e ao vento, mas acima de tudo aos raios e trovões (DAVIDSON, 1993).

Assim, pode-se detectar, em Thor, a figura típica do herói divino. Para Chevalier & Gheerbrant (1992), o símbolo do herói representa a união das forças celestes e terrestres, geralmente por meio da união de um deus ou deusa com um ser humano, da qual o herói é fruto. No caso de Thor, ele não se trata de um semi-deus, mas de um deus ligado fortemente aos humanos, seja pela personificação percebida em seu companheiro de várias jornadas, Thjálfi – um humano - , seja nas evidências de que havia cultos dos camponeses se dirigindo a Thor como deus da fertilidade e das boas colheitas (LANGER, 2015; DUMÉZIL, 1973).

Segundo Boechat (1996), o arquétipo do herói representa a própria energia psíquica que transita entre o arquétipo do si-mesmo e o ego. Entre as personificações do masculino é a mais geral, oscilando desde o arquétipo do *puer aeternus* até o pai: apenas a figura do velho sábio, dotada de transcendência e de seu aspecto cósmico, escapa ao caráter heroico. Dessa forma, encontramos o arquétipo do herói associado, muitas vezes, aos ritos de passagem, que são centrais na estruturação da consciência.

Se nos ativermos ao indivíduo, portanto, encontraremos esses ritos de passagem enquanto fenômenos transicionais, que são passagens do ego de um nível de consciência a outro, mais diferenciado. Trata-se de um fenômeno energético da psique. O herói, atuando no eixo ego-si-mesmo, proporciona à consciência a energia necessária para uma adaptação ao novo estado de ser. É devido a isso que os modelos míticos mostram sempre o mitologema do herói que mata o monstro. Tal mitologema seria o que configura a estruturação da consciência a partir do inconsciente, do monstro. A morte deste monstro simboliza o domínio ou repressão de impulsos instintivos primitivos (BOECHAT, 1996).

Este símbolo do herói, encarnado na mitologia nórdica no deus Thor, manifesta interessantes relatos sobre essa luta contra os instintos primitivos e as forças do caos, que seriam representados pelos gigantes mortos pelo herói. Conforme narrado pelo próprio Snorri Sturluson (2006), os gigantes de gelo e das montanhas sabiam que o martelo do deus já havia esmagado o crânio de vários outros seres desta raça.

Pode-se alegar, então, que enquanto exista uma tarefa externa que constele o indivíduo, ou enquanto houver rito de passagem ou transição, haverá a figura do herói enquanto arquétipo. Segundo Boechat (1996), este arquétipo do herói permeia todas as manifestações do masculino em sua grande tarefa arquetípica, que seria a de estruturar a

consciência. Em termos de análise, “o herói simboliza o elã evolutivo, ou seja, o desejo essencial, a situação conflitante da psique humana agitada pelo combate contra os monstros da perversão” (DIEL, 2014, p.78).

Por isso atribui-se, ao arquétipo do herói, a tarefa de (re)estruturação da consciência. Segundo Campbell (2007), o herói simbólico é o homem ou a mulher que conseguiu vencer suas limitações pessoais e locais – ou seja, as suas limitações subjetivas e individuais, mas também as sociais e culturais, enfim - e alcançou novas formas válidas e humanas de existir no universo. Mais especificamente no caso das mitologias, essa personificação da estruturação e da transição acontecem de maneiras mais peculiares. Diferente das figuras heroicas encontradas nos contos de fada, por exemplo, nos mitos os heróis obtêm uma vitória e um triunfo que são macrocósmicos e universais. Portanto, encontramos nas figuras mitológicas heróis responsáveis pelo equilíbrio de todas as forças do universo, mantendo as forças do caos distantes, possibilitando que os valores da virtude perdurem.

7.2 Loki

Seja na mitologia nórdica de maneira geral, seja no círculo de Asgard, o lugar ocupado por Loki é de certa forma intrigante. Ele tem um papel de destaque na maioria dos mitos nórdicos conhecidos por nós nos dias de hoje. Considerando o material produzido por Snorri Sturluson como única fonte, Loki talvez seja o personagem de maior destaque entre os deuses do norte, o principal ator nas estórias divertidas e também a força motivadora em um bom número de tramas. Ele traz ao reino dos deuses tanto a comédia quanto as grandes tragédias, como a morte de Baldur (DAVIDSON, 2004).

A figura de Loki apresenta-se evidentemente como força ambivalente que, conforme Davidson (2004), não é boa nem má, embora nas estórias contadas por Snorri especificamente o lado mau predomine. É possível que, ao fim da Era Viking, o lado perverso e perigoso deste personagem possa ter sido fortalecido e exacerbado para compará-lo à figura do diabo, que tomou força na Escandinávia após a ascensão do cristianismo.

Langer (2015) define Loki como a deidade mais enigmática e controversa do mundo nórdico, lembrando que ele é nomeado por Snorri como sendo um deus Æsir. Ainda segundo o autor, vários acadêmicos descrevem Loki como sendo um gigante que mora com os deuses, já que seu pai, Fárbauti, era um gigante. Sua mãe, Laufey – também conhecida por Nál – era uma deusa relacionada às árvores.

Um traço marcante de Loki, comum a nenhum outro deus exceto Odin e Thor, é sua sociabilidade. Ele participa de aventuras em companhia de quase todos os deuses importantes de *Asgard*, com exceção de Freyr. Em grande parte das narrativas é companheiro de Odin e Thor e possui um papel importante tanto na criação do mundo quanto na destruição do mesmo. É importante lembrar a ajuda oferecida por Loki, imprescindível no momento da construção das muralhas de *Asgard*. Loki trata-se, então, de uma entidade que se sente à vontade tanto na companhia dos deuses quanto na de

gigantes e monstros. Contudo, não é possível definir a importância de Loki como divindade para os nórdicos, posto que não há evidências de um culto a esta figura (DAVIDSON, 2004).

Nas estórias trazidas por Snorri acerca de Loki, o encontramos mais como uma entidade manhosa e "levada" do que propriamente perversa. Algumas vezes suas ações causam grandes inconvenientes e sofrimento aos deuses, mas, em outras, é responsável por resgatar os deuses de sérios problemas, como no caso em que ajuda a recuperar o martelo de Thor que havia sido roubado. Muitos de seus atos, no entanto, parecem ser mais traquinagens de um moleque do que crimes graves contra os deuses justos, mostrando-se astuto e manhoso (DAVIDSON, 2004).

Segundo Langer (2015), nas narrativas envolvendo Thor, Loki possui um papel bem-humorado e pouco pejorativo como quando, por exemplo, viajam para recuperar o martelo de Thor que havia sido roubado pelos gigantes e ele, então, se traveste de serva da deusa Feyja. No *Gylfaginning*, Loki participou da jornada para Utgarda-Loki, onde, juntamente de Thor, envolve-se numa competição com os gigantes. Já o seu papel negativo mais óbvio é como causador indireto do *Ragnarök*, cujo gatilho é a morte de Balder, causada por Loki. É neste momento que Loki passa a ser considerado como um inimigo dos deuses, sendo condenado ao submundo e auxiliado somente pela esposa Sigyn. Assim, conforme consta no *Gylfaginning*, quando acontecer o *Ragnarök* Loki não permanecerá ao lado dos deuses Æsires durante a batalha final, libertando-se e se juntando aos monstros e entidades caóticas que habitam o reino de Hel. Neste momento, Loki acabará enfrentando o deus Heimdall e ambos se matam no campo de batalha.

Esta dualidade na natureza de Loki, segundo Davidson (1993) é uma das maiores complexidades que o envolvem. Algumas vezes ele é tido por uma figura simplória, pequena, ágil e astuta, grudada ao cinto de Thor e o acompanhando em suas aventuras, ou levada por uma águia, e às vezes por um poderoso gigante que se soltará de suas correntes e, juntamente ao lobo Fenrir e à Serpente de Midgard, guiarão a raça dos gigantes em um ataque a *Asgard*. Suas atitudes também revelam esta dualidade. Se muitas vezes Loki era responsável por roubar vários objetos dos deuses e levar aos gigantes, muitas vezes era também era o único capaz de encontrá-los e trazê-los de volta aos deuses. Snorri introduz Loki da seguinte maneira:

> Também presente entre os Æsir está aquele que alguns chamam de fomentador do mal, e o primeiro pai da falsidade, e o maior defeito de todos os deuses e homens: ele é chamado de Loki ou Loptr, filho do gigante Fárbauti; sua mãe era Laufey ou Nál; seus irmãos são Býlestr e Helblindi. Loki é belo e formoso à vista, maligno em espírito, muito volúvel em suas atitudes. Ele superou outros homens naquela arte conhecida como destreza com as mãos, e tinha artifícios para todas as ocasiões; ele sempre trazia para os Æsires grandes problemas, para depois resolvê-los com conselhos astutos (Sturluson, 2006, p. 41-42).

Segundo Lindow (2001), parece que na maior parte do presente mítico Loki mantém uma relação de aliança para com os deuses Æsires, mostrando-se um aliado. É frequente a ocorrência de estórias em que Loki sacrifica sua honra – ou algo ainda pior – para ajudar os

Æsires, como, por exemplo, a vez em que metamorfoseou-se em égua para seduzir o cavalo mágico do mestre de obras para que a construção da muralha de *Asgard* não fosse concluída e assim Freyja não tivesse que ser oferecida ao gigante. A dimensão de tal ato é vasta, ainda mais ao se pensar na má conotação que uma atitude dessas teria na sociedade hipermasculinizada da Islândia Medieval. No entanto, no passado mítico, quando se juntou àquela que seria sua esposa, Angrboda, e no futuro mítico – no *Ragnarök* – ele se mostrou descaradamente contra os deuses.

Dessa forma, Davidson (1993) diz que a personalidade de Loki, de maneira geral, assemelha-se à do *trickster*, cuja ocorrência se dá em várias outras mitologias. Essa figura costuma ser ambivalente, perpetuando tanto o bem quanto o mal para as outras deidades com quem estão envolvidos. De certa forma, eles agem como heróis culturais, pois apesar de suas aventuras e jornadas atrapalhadas – que frequentemente trazem contratempos e problemas para eles mesmos – conseguem obter resultados que muitas vezes traziam benefícios duradouros para os deuses e homens. Por meio de seu relacionamento com os outros deuses, estas figuras funcionam como catalizadoras, liberando energia criativa.

Portanto, assim como Loki, o *trickster* é ganancioso, egoísta e traiçoeiro; é capaz de assumir forma animal; aparece em situações cômicas e às vezes nojentas; mesmo assim, consegue reunir em si traços do herói cultural que traz, por exemplo, a luz do sol ou a descoberta do fogo. Também é capaz de assumir forma masculina ou feminina e ter bebês. O *trickster* é uma espécie de xamã semicômico, situando-se entre deus e herói, mas com fortes traços divertidos, astuciosos, lembrando o bobo da corte (DAVIDSON, 1993).

Sobre o arquétipo do *trickster*, Boechat (1996) enfatiza que o termo é tomado da antropologia, especialmente quando Paul Radin visou descrever certa figura mitológica entre os índios norte-americanos Winnebago. Esta figura atua sem limites e sem qualquer lei que não seja a do próprio desejo. Por esta razão, pode-se dizer que o trickster costuma representar a antítese de valores culturais estabelecidos e integrados pela consciência coletiva em forma de rituais, e então, quando surge, personifica a antítese da atitude culturalmente esperada. Até o corpo do *trickster* não é uma unidade integrada, separando-se frequentemente em partes autônomas ou então metamorfoseando-se. Loki, por exemplo, é capaz de transformar-se em fêmea e se metamorfosear em vários animais como salmão, égua, etc. (LANGER, 2015).

Portanto, esta figura do embusteiro personifica o arquétipo da inversão, sendo responsável por trazer à tona tudo o que é recalcado e reprimido culturalmente. Tal manifestação catártica do arquétipo da sombra tem certo efeito benéfico sobre a consciência coletiva, pois propicia a manifestação da sexualidade de forma brincalhona; a agressividade e destrutividade latentes no inconsciente são manifestadas de maneira lúdica, geralmente em fantasias que mais expressam do que disfarçam (BOECHAT, 1996).

Outra função importante do *trickster* ressaltada por Boechat (1996) é a sua capacidade terapêutica dentro de uma cultura. Ele a conecta com seus núcleos instintivos mais profundos, impedindo que ela se torne desenraizada. Como é um conteúdo do inconsciente coletivo, esta figura arquetípica aparece de formas variadas que são calibradas de acordo com a história e cultura de uma determinada sociedade.

Segundo Meletínski (2015), na mitologia de muitos povos do mundo o herói cultural tem um irmão ou, em alguns casos, uma série de irmãos que ora o ajudam, ora o

prejudicam. É também frequente a representação de dois irmãos, um "sábio" e o outro um "idiota", que correspondem respectivamente ao herói cultural e ao *trickster*. Este último tende a aparecer ou imitando de forma desajeitada o herói cultural, ou perpetrando intencionalmente uma série de malfeitos.

Especificamente nos mitos de criação, a presença do arquétipo do *trickster* se explica provavelmente pelo fato de que a ação, nos mitos de criação, está relacionada com o tempo que precede o estabelecimento de uma lei rigorosa de ordenação do mundo. Este fato confere aos contos e mitos sobre o *trickster* certo caráter significativo de válvula de escape legítima, de antídoto seguro contra a regulamentação miúda da sociedade tribal. As imagens do *trickster* estão relacionadas ao olhar do "eu", perdido no passado remoto da consciência coletiva e ainda não diferenciado (MELETÍNSKI, 2015).

Dessa forma, se pensarmos na sua forma clássica, o *trickster* é gêmeo do herói cultural, sendo-lhe oposto não da maneira como o princípio consciente se opõe ao consciente, mas antes, da maneira como o ingênuo, o tolo, o maldoso e o destrutivo se opõem ao sábio e ao criativo. Assim, esta figura arquetípica do moleque-brincalhão mitológico reúne em si um inteiro repertório de desvios da norma, sua inversão e ridicularização (eventualmente como a função supracitada de válvula de escape), principalmente porque esta figura do embusteiro arcaico só pode ser pensada e concebida se tivermos justamente a norma como referencial. Diferente do herói cultural, o *trickster* é a-social – não no sentido de não socializar-se, mas no sentido de não agregar simbolicamente ao social aquilo que é comumente esperado – e por isso mesmo é uma instância mais pessoal. Por este motivo, muitas vezes o *trickster* é apresentado negativamente e como sendo uma figura marginal, muitas vezes até mesmo se opondo à própria tribo ou clã do qual faz parte (MELETÍNSKI, 2015).

Assim como coletivamente o embusteiro tem um valor terapêutico, segundo Boechat (1996), este arquétipo também atua dessa forma na psicodinâmica do indivíduo. O *trickster* seria a representação do masculino emergente, trazendo valores inaceitáveis para a persona, valores esses que vitalizam o ego que se encontra desenraizado do instinto. Em suma, assim como todo símbolo, o *trickster* expressa uma polissemia ambígua. Se por um lado está relacionado à renovação da consciência, espontaneidade, vitalidade e criatividade, por outro lado ameaça o ego de dissociação e de intensa regressão caso esteja presente em excesso e desequilíbrio.

Considerações Finais

Para realização deste estudo, corroborou-se com Mircea Eliade ao conceber os símbolos como interfaces que demonstram grande capacidade de revelar determinados aspectos do real, os mais profundos deles, desafiando outros meios de conhecimento lógicos e racionais que não obtém sucesso nesse quesito. É justamente por isso que eles estão tão presentes no folclore e nas mitologias. No presente caso, nos detivemos a dois destes símbolos, expressos, na Edda em Prosa, por meio das imagens de Loki e Thor. Era de interesse, portanto, procurar pela ocorrência destes símbolos e arquétipos – tendências instintivas a representar os mesmos motivos sem que se mude sua configuração original -

na Edda em Prosa para fazer, em seguida, uma breve discussão contextual e histórica sobre seu significado e ocorrência na mitologia nórdica. Em seguida, amplificou-se brevemente os significados de cada um, em busca de sentidos mais universais e (provavelmente) inatos ao inconsciente coletivo.

Partimos do princípio de que a importância dada a estes dois símbolos, durante o momento de escrita da Edda em Prosa demonstra, primeiramente, o fato inegável de que Thor e Loki eram símbolos fortemente presentes no passado politeísta escandinavo, momento histórico em que com certeza circulavam cultural e ritualisticamente vários sentidos e significados envolvendo estas entidades. Ademais, trabalhamos com a hipótese de que este material envolvendo os dois deuses – ou melhor, o valor arquetípico carregado por cada uma dessas imagens – afetaram de alguma maneira o escritor durante a produção de sua obra. O inconsciente coletivo e a "consciência de sua época", por sua vez, também deviam mostrar-se alinhados a estes arquétipos, funcionando o autor como canalizador dos alinhamentos simbólicos da sociedade.

Por sua vez, em Thor percebemos características do arquétipo do herói cultural, responsável por manter a ordem e o equilíbrio no mundo por meio da eliminação das forças do caos, demonstrando grande apreço pelos humanos, apesar de ser da raça dos deuses.

Loki, por sua vez, encarna a figura do *trickster*, o oposto do herói cultural. Trata-se de uma figura travessa, infantil e egoísta, pondo as próprias vontades e desejos à frente do coletivo e do senso de comunidade. No entanto, vimos sua importância enquanto figura arquetípica do caos e da instintividade, sendo, assim, um símbolo inconsciente que nos coloca em contato com nossas raízes e desejos instintivos. Se por um lado não devemos viver intensamente nossa instância instintiva, por outro, se nos esquecermos dela por completo nos desligamos de nossas raízes e corremos o risco de ficarmos perdidos na racionalidade infrutífera.

Há um retrato nesta obra, portanto, de alinhamentos pessoais e coletivos, subjetivos e universais em relação a estes dois arquétipos. Este processo é o que Jung comparava à homeostase, afirmando que, quando o coletivo e o social se alinham a certos símbolos em demasia – causando o desequilíbrio – os artistas desta época surgem como canalizadores, tentando resgatar os conteúdos opostos numa busca de que se reestabeleça o equilíbrio. Afinal, nenhuma vivência em demasia e excesso de um símbolo é saudável. Como, naquele contexto, o cristianismo estava consolidado, torna-se possível trabalhar a hipótese de que os islandeses perdiam gradativamente seu contato com o arquétipo do herói cultural e do *trickster* – Thor e Loki, respectivamente-. Até mesmo porque a figura do *trickster* é demonizada e negada na mitologia judaico-cristã, enquanto que o modelo de herói por ela trazido difere muito do de Thor: não temos, no cristianismo, um herói da bravura e da luta contra os monstros, mas do martírio. O interesse de Snorri em compilar e organizar este material mitológico pode ter surgido, dentre outros motivos, como este impulso do inconsciente coletivo que lutava justamente para reviver estes símbolos que faltavam ao povo naquele momento, mostrando uma tentativa do inconsciente coletivo de reequilibrar-se. Contudo, este é o mero lançamento de um primeiro olhar hipotético. Vários dos aspectos aqui mencionados merecem pesquisas e estudos à parte.

Esperamos, enfim, que o presente estudo tenha servido para demonstrar a maneira como os símbolos do inconsciente e os arquétipos podem ser registrados e vivenciados nas mitologias e crenças antigas. Eles se fazem presentes nos relatos e narrativas mitológicas

transformando-se em deuses – como os objetos deste estudo –, ou podem igualmente se manifestar em lugares, entidades espirituais ou bestas.

Ao concluir este estudo é importante que se ressalte a parceria que deve existir entre a psicologia e as outras ciências humanas, suas disciplinas irmãs, que abarcam deste a antropologia e a linguagem até os estudos de tradução e a história. Não esperamos e nem temos a presunção de utilizar a psicologia como única ferramenta de análise possível no estudo dos mitos e muito menos como a única maneira de interpretá-los e compreendê-los. Pelo contrário, esperamos que o presente trabalho tenha servido como uma primeira ligação, mesmo que tímida, entre a psicologia e estas outras ciências, na tentativa de desbravar melhor o estudo autônomo dos símbolos, o inconsciente humano e as representações mitológicas do mesmo. Também desejamos, com este estudo, que a psicologia arrisque a se enveredar mais pelos caminhos da mitologia e do folclore, algo que tem acontecido, até os dias de hoje, poucas vezes – e quase sempre voltado à mitologia clássica -.

Referências Bibliográficas

ANÔNIMO. **Saga dos Volsungos**. Tradução e introdução por Theo de Borba Moosburger. São Paulo: Hedra, 2009.

ANÔNIMO. **The Poetic Edda**: The Mythological Poems. Translation and introduction by Henry Adams Bellows. New York: Dover, 2014.

BOECHAT, Walter. Quatro Grandes Mitos Humanos. In: Walter Boechat (Org.), **Mitos e arquétipos do homem contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BOULHOSA, Patrícia Pires. Breves considerações sobre a Edda em Prosa. In: **Brathair**. v. 4. 2004. p.13-18.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil faces**. São Paulo: Cultrix, 2007.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

COHAT, Yves. **The Vikings, Lords of the Seas**. London: Thames & Hudson, 2014.

DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis. **Deuses e mitos do norte da Europa**. São Paulo: Madras, 2004.

DAVIDSON, Hilda Roderick Ellis. **The Lost Beliefs of Northern Europe**. London: Routledge, 1993.

DIEL, Paul. **O simbolismo na mitologia grega**. São Paulo: Attar, 2014.

DUMÉZIL, Georges. **Gods of the Ancient Northmen**. Los Angeles: University of California, 1973.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos: ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

FROG. Mythology in cultural practice: a methodological framework for historical analysis. In: **The Retrospective Methods Network Newsletter**. v.10. 2015. p.33-57.

JUNG, Carl Gustav. **O espírito na arte e na ciência**. Petrópolis: Vozes, 2013.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LANGER, Johnni. Edda em Prosa. In: Johnni Langer (Org.), **Dicionário de Mitologia Nórdica**. São Paulo: Hedra, 2015.

LANGER, Johnni. Edda Poética. In: Johnni Langer (Org.), **Dicionário de Mitologia Nórdica**. São Paulo: Hedra, 2015.

LANGER, Johnni. Loki. In: Johnni Langer (Org.), **Dicionário de Mitologia Nórdica**. São Paulo: Hedra, 2015.

LANGER, Johnni. Snorri Sturluson. In: Johnni Langer (Org.), **Dicionário de Mitologia Nórdica**. São Paulo: Hedra, 2015.

LANGER, Johnni. Thor. In: Johnni Langer (Org.), **Dicionário de Mitologia Nórdica.** São Paulo: Hedra, 2015.

LINDOW, John**. Norse Mythology: a guide to the gods, heroes, rituals and beliefs**. New York: Oxford, 2011.

MELETÍNSKI, Eleazar Mosséievitch. **Os arquétipos literários**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2015.

SILVEIRA, Nise da. **Jung: vida & obra**. São Paulo: Paz & Terra, 2011.

STURLUSON, Snorri. **The Prose Edda**. Translation from Icelandic to English by Arthur Gilchrist Brodeur. New York: Dover, 2006.

WANNER, Kevin. **Snorri Sturluson and the Edda:** The Conversion of Cultural Capital in Scandinavia. Toronto: 2008, University of Toronto Press.

DISTORÇÕES DA IMAGEM CORPORAL: UM ESTUDO ENTRE FREQUENTADORES DE ACADEMIAS

BRUNA RAFAELA SILVA MARCOLINO[1]; ALAÍDE DE SOUZA[2]

Faculdade de Ciências da Saúde Dr. José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Cel. Alfredo Custódio de Paula, 320 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
brunina_12@hotmail.com[1] ; alaide.noronha@gmail.com[2]

Resumo. *Na atualidade, o culto pelo corpo perfeito está em evidência. A mídia influencia, de maneira direta, o cultivo do corpo ideal, forte, saudável, produtivo, de medidas perfeitas: corpos de manequins, bonecas e bonecos. Na busca desse ideal, pessoas de todas as idades, crenças e sexo buscam meios a fim de conseguir alcançar o objetivo, buscando auxílio de profissionais, academias, suplementos, dietas, exercícios físicos, anabolizantes ou procedimentos cirúrgicos. Cada vez mais, a imagem corporal se torna motivo de preocupação, principalmente com o aumento da obesidade e das desordens alimentares. Os estudos referentes à distorção da imagem corporal e, o desenvolvimento do Transtorno Dismórfico Corporal, vêm sendo ampliados, buscando instrumentos seguros para o diagnóstico e formas terapêuticas mais eficazes. Com o objetivo de contribuir neste campo de atuação, a presente pesquisa consistiu na aplicação da Escala de Silhuetas de Kakeshita (2008), para avaliar a percepção da imagem corporal real e a percepção da imagem corporal ideal em uma amostra de frequentadores de academias. Participaram da pesquisa 117 sujeitos, apontando que 71,1% das mulheres e 59,7% dos homens tem uma imagem distorcida do corpo. Foi possível concluir também que 62,2% das mulheres e 43,1% dos homens estão insatisfeitos com a imagem corporal. Na amostra total, 64,17% apresentam distorção da imagem, enquanto que 50,60% apresentam insatisfação corporal.*

Palavras-chave: *Insatisfação corporal. Dismorfia corporal. Escala de silhuetas.*

Abstract. *Nowadays, the cult of the perfect body is in evidence. Media influences it directly by a beauty dictatorship, an ideal, strong, healthy, productive body with perfect measures, like male and female dolls. Seeking this reality, people from all ages, beliefs and genders look for ways of reaching the goal, through gyms, esthetic professionals, supplements, diets, physical exercises, anabolic steroids or medical procedures. Usually, they don't think about the consequences of making the dream of the perfect body come true. Increasingly, the body image becomes a concern between people, especially due to the growth of obesity and eating disorders and, at the same time, joining the idea of social acceptance. The studies that refer to the body image distortion and the development of the Body Dysmorphic Disorder, are increasing, seeking for safe ways to diagnose and more*

effective therapeutic ways. With the goal of contributing to this professional field, this research consists in applying the Figure Rating Scales by Kakeshita (2008), to assess the perception of the real body image and the perception of the ideal body image with gym goers. 117 people answered the research, showing that 71,1% of women and 59,7% of men have a distorted body image. It was also possible to conclude that 62,2% of women and 43,1% of men are dissatisfied with the body image.

Key-Words: *Body dissatisfaction. Body dysmorphic disorder. figure rating scales.*

A beleza ideal e o padrão a ser seguido variam de cultura para cultura, épocas e ambiente social. Para Castilho (2001), o conceito de belo nunca foi estático. As mais diversas culturas se preocupam com a beleza que varia em diferentes populações e, ao longo do tempo. Portanto, a cultura é que determina para seus membros qual ideal de beleza almejar. Muitas vezes, alcançar este ideal significa sacrificar a própria natureza do corpo.

O autor citado comenta que as mulheres chinesas eram consideradas belas de acordo com o tamanho de seus pés, que deveriam ser amarrados, desde a infância, para forçosamente tomarem uma forma que poderia reduzir até um terço do seu tamanho normal, impedindo os movimentos naturais, tornando-as dependentes dos maridos para se locomoverem. A amarração dos pés foi considerada um padrão de beleza e sexualidade na China por quase dois mil anos, até a passagem para a sociedade Mandarim, no século XX.

Atualmente, muitos homens e mulheres investem toda sua energia, dinheiro, disponibilidade e até mesmo a saúde em troca de músculos e pernas definidas. Os homens tentam chegar a um ideal musculoso, forte e viril. Para Nunes, Galvão e Coutinho (2006), as grandes mudanças culturais ocasionaram uma maior valorização do corpo masculino. A preocupação dos homens com sua aparência tem aumentado a incidência de transtornos relacionados à imagem corporal que até algumas décadas atrás, acometiam quase que exclusivamente as mulheres. Assunção (2002) afirma que as distorções de imagens corporais têm sido cada vez mais frequentes em homens.

Segundo Pereira Junior, Campos Junior e Silveira (2013), é aceitável que os indivíduos se preocupem com sua aparência e queiram cuidar de si mesmos. Contudo, quando esse objetivo se torna uma obsessão pode prejudicar as atividades diárias e os relacionamentos desses sujeitos.

Nunes, Galvão e Coutinho (2006), comentam que os exercícios físicos e a prática de esportes podem ser tanto um fator de proteção, como um fator de risco para o desenvolvimento de transtornos relacionados à imagem corporal.

Para atingir um padrão ideal de beleza, o corpo também traz consigo adoecimentos. Assim, dá início aos transtornos, motivo de muitos estudos atuais,

denominados “Transtorno Dismórfico Corporal” (TDC), integrado na classificação do Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC).

Segundo o DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 2014), o TDC encontra-se integrado na classificação do Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC). O TOC é caracterizado pela presença de obsessões e/ou compulsões. Obsessões são pensamentos, impulsos ou imagens recorrentes e persistentes que são vivenciados como intrusivos e indesejados, enquanto compulsões são comportamentos repetitivos ou atos mentais que um indivíduo se sente compelido a executar em resposta a uma obsessão ou de acordo com regras que devem ser aplicadas rigidamente. Alguns outros transtornos obsessivo-compulsivos e transtornos relacionados também são caracterizados por preocupações e por comportamentos repetitivos ou atos mentais em resposta às preocupações.

De acordo com Savoia (2000), o Transtorno Dismórfico Corporal (TDC) é um problema de saúde mental relacionado à imagem corporal, quando o indivíduo tem uma preocupação com um ou mais defeitos percebidos em sua aparência, levando-o a ter uma percepção irracional da própria imagem corporal. Qualquer parte do corpo pode ser alvo de preocupação: nariz torto, olhos desalinhados, imperfeições na pele, boca, cabelos, cabeça, queixo, seios, quadris, genitais, pernas, abdômen, nádegas, ombros, pés, entre muitos outros encontrados pelas pessoas que desenvolvem o transtorno.

Segundo o DSM-V (2014, p. 244) a prevalência ponto entre os adultos norte-americanos é de 2,4% (2,5% no sexo feminino e 2,2% no masculino). Fora dos Estados Unidos (i.e., na Alemanha), a prevalência atual é de 1,7 a 1,8%, com uma distribuição entre os gêneros similar a dos Estados Unidos. A prevalência atual é de 9 a 15% entre pacientes dermatológicos, 7 a 8% entre pacientes norte-americanos de cirurgia estética, 3 a 16% entre pacientes de cirurgia estética em outros países (a maioria dos estudos), 8% entre pacientes adultos de ortodontia e 10% entre pacientes que se apresentam para cirurgia facial ou maxilofacial.

Para Rosen (2003), qualquer parte do corpo pode ser o foco de preocupação do paciente, podendo ser inclusive outros órgãos ou funções, como mau hálito, cheiro corporal, odor dos pés, etc.

O TDC é um transtorno somatoforme, porque sua característica principal é uma excessiva preocupação psicológica com características somáticas. O DSM-V (2014) apresenta a seguinte descrição:

> Quase todos os indivíduos com transtorno dismórfico corporal experimentam funcionamento psicossocial prejudicado devido às suas preocupações com a aparência. O prejuízo pode variar de moderado (p. ex., esquiva de algumas situações sociais) até extremo e incapacitante (p. ex., ficar completamente confinado à sua casa).

> Em média, o funcionamento psicossocial e a qualidade de vida são acentuadamente pobres. Os sintomas mais graves do transtorno dismórfico corporal estão associados a funcionamento e qualidade de vida mais pobre. A maioria dos indivíduos experimenta comprometimento em seu trabalho, no desempenho acadêmico ou de papéis (p. ex., como pai ou cuidador), que são com frequência graves (p. ex., desempenho pobre, faltas à escola ou ao trabalho, não trabalhar). Cerca de 20% dos jovens com o transtorno relatam evasão escolar principalmente devido aos seus sintomas. O prejuízo no funcionamento social (p. ex., atividades sociais, relacionamentos, intimidade), incluindo esquiva, é comum. Os indivíduos podem ficar confinados à sua casa devido aos sintomas do transtorno, por vezes durante anos. Uma alta proporção de adultos e adolescentes é internada em hospitais psiquiátricos. Os defeitos físicos que são claramente perceptíveis (i.e., não leves) não são diagnosticados como transtorno dismórfico corporal. No entanto, beliscar a pele como sintoma de transtorno dismórfico corporal pode causar lesões e cicatrizes visíveis; nesses casos, o transtorno deve ser diagnosticado (p. 245).

Existem as variações do transtorno (TDC), que podem ser: transtorno obsessivo compulsivo (TOC); vigorexia; fobia social e transtornos alimentares, como anorexia, bulimia e obesidade. A Vigorexia, conhecida também como Dismorfia Muscular e Anorexia Nervosa Reversa, foi recentemente descrita como uma variação da desordem dismórfica corporal, enquadrando-se entre os transtornos dismórficos corporais (CAMARGO, COSTA, UZUNIAN, VIEBIG, 2008).

Assunção (2002) afirma que nos TDC típicos, a principal preocupação é com áreas específicas do corpo. Já a maior preocupação do indivíduo acometido pela Vigorexia é não ser suficientemente forte e musculoso em todas as partes do corpo.

Os indivíduos vigoréxicos sentem-se pequenos, fracos, mas na verdade sua musculatura, geralmente fica acima da média da população masculina, o que caracteriza uma distorção da imagem corporal. Eles se preocupam de forma anormal com sua massa muscular, evitando exercícios aeróbicos com medo de perder massa, praticando dietas ricas em calorias e proteínas, além do uso indiscriminado de esteróides anabolizantes (CAMARGO, COSTA, UZUNIAN, VIEBIG, 2008).

O conflito entre o corpo real e ideal estimula a busca de soluções, principalmente pelas mulheres, como dietas e cirurgias plásticas, muitas vezes, com danos à saúde física e mental. Observa-se assim, a multiplicação de casos de distorção da imagem corporal, sendo os mais comuns aqueles que resultam em distúrbios alimentares, como anorexia e bulimia (SECHI, CAMARGO e BERTOLDO, 2009).

É importante destacar ainda, a seguinte descrição do DSM-V:

> Em um indivíduo com transtorno alimentar, as preocupações com ser gordo são consideradas um sintoma do transtorno alimentar em vez do transtorno dismórfico corporal. No entanto, preocupações com o peso podem ocorrer no transtorno dismórfico corporal. Os transtornos alimentares e o transtorno dismórfico corporal podem ser comórbidos; nesse caso, ambos devem ser diagnosticados (2014, p.246).

Kakeshita (2008) afirma que a relação que uma pessoa tem consigo mesma é formada pela inter-relação entre três informações distintas: a imagem idealizada, a imagem representada pela impressão de terceiros e a imagem objetiva.

Gardner (1996, citado por Kakeshita, 2008), ressalta que a imagem individual da aparência física tem dois principais componentes: o reflexo da figura mental-perceptivo e o que corresponde aos sentimentos relativos às atitudes pessoais.

Segundo Andrade e Bosi (2003), rápidas transformações, na esfera técnico-científica, na racionalização dos processos de produção e na modernização dos meios de comunicação, diluem o sentido de identidade e coletividade. A vulnerabilidade que descentraliza o indivíduo das subjetividades acaba em uma busca humana de referências existenciais. Assim sendo, o ser humano recorre ao corpo como critério de identidade. Os indivíduos narcísicos e hedonistas fazem do corpo (e suas sensações) o depositário dos valores pessoais nos tempos modernos.

Segundo Kakeshita (2008), deve se considerar cada pessoa, desde a sua infância, como um ser integral, bem como sua condição de saúde deve ser estado de equilíbrio dinâmico do ser, consigo mesmo e com o seu meio (sócio-econômico-cultural). Os problemas de saúde que são associados à modernidade podem ter seu quadro clínico diretamente afetado pelo estado nutricional e peso corporal, que, por sua vez, são influenciados pelas distorções na percepção da imagem corporal e do comportamento alimentar, com a adoção de métodos inadequados para reduzir ou manter o peso. Como consequência, aparece a perda de peso excessiva e, desnutrição ou excesso de peso e obesidade.

A mídia tem uma significativa responsabilidade, pois, através de seu poder manipulador, discretamente ou escancaradamente, dita regras a serem seguidas: as mulheres necessitam ser magras, sem celulites ou “barriguinhas”, cabelos longos e lisos, seios fartos, entre outras características físicas consideradas belas e aceitas pela sociedade (NUNES, GALVÃO E COUTINHO, 2006).

Para Bosi (2006), existem evidências de que a mídia tem influência sobre os distúrbios na esfera da alimentação e da imagem corporal, pois, contraditoriamente, estimula práticas alimentares não saudáveis na mesma proporção em que exige corpos perfeitos. Apresentam-se em revistas, cinemas e comerciais, o desfile de figuras jovens, com corpos esqueléticos ou musculosos tornando muito difícil, principalmente para os jovens, considerarem a beleza em sua diversidade e

singularidade, ou seja, como componente individual, único e autêntico sem se prender a padrões estéticos cada vez mais inatingíveis.

1. Avaliação psicológica para a identificação de insatisfações corporais

Sabendo da importância de ter uma boa relação com o próprio corpo para ter a boa saúde mental, este tema deve ser aprofundado no campo da saúde. Os recursos diagnósticos têm se destacado pelas grandes tecnologias respondendo às inúmeras indagações sobre doenças desenvolvidas na contemporaneidade. Por outro lado, existem transtornos mentais que permanecem numa esfera secundária, quanto ao diagnóstico e às terapêuticas.

Através dessa busca de esconder ou afirmar o transtorno, muitas vezes negando os sintomas para não caracterizar a doença, o diagnóstico auxilia no estabelecimento das terapêuticas mais adequadas à pessoa. Dessa forma, a avaliação psicológica é um procedimento que muito contribui para o diagnóstico de TDC.

De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Psicologia no. 007, de 2003, pode-se definir a avaliação psicológica como sendo o processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos da relação do indivíduo com a sociedade. Utiliza-se, para isto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas em todo o contexto social e histórico no qual ele se insere (CFP, 2007).

É possível realizar uma análise detalhada, objetiva e fiel sobre a realidade psicológica do paciente sem precisar de um processo muito extenso. É um instrumento precioso para os profissionais de saúde mental, para o diagnóstico psicopatológico (URBINA, 2007).

É importante a dedicação de profissionais do campo da psicologia, visando à criação de instrumentos seguros de medida, que possam contribuir para a avaliação psicológica de pessoas que apresentam sintomas do TDC.

No Brasil, não havia instrumentos próprios ou metodologia testada para avaliação da imagem corporal de adultos ou de crianças. Pesquisas foram realizadas com instrumentos de outras realidades sociais e culturais. Kakeshita (2008) desenvolveu escalas de silhuetas adaptadas ao contexto sócio-econômico e cultural brasileiro, para adultos e crianças, testando sua fidedignidade como etapa inicial do processo de validação e padronização das mesmas.

A autora citada descreve os principais resultados. Concluiu-se que as escalas de silhuetas adaptadas se apresentam adequadas como instrumentos a serem utilizados nas pesquisas sobre imagem corporal, para avaliação do tamanho corporal e da percepção da imagem corporal, de acordo com as faixas etárias descritas e para o contexto brasileiro. Também sugere adequada fidedignidade e validade para a sua aplicação clínica e epidemiológica, de acordo com as faixas etárias descritas. Ainda foi concluído que ocorrem distorções na percepção da imagem corporal pela amostra que foi avaliada no sentido de sua superestimação ou subestimação, tanto para os adultos como para as crianças. Por isso, esses dados devem ser considerados na condução de programas de intervenção para manutenção do peso corporal individual ou de grupos. Por fim, os dados mostraram que a insatisfação da imagem corporal está presente em adultos e crianças de modo geral, o que mostra a pressão que os modelos corporais impostos pela sociedade ocidental contemporânea representam, associados à beleza e ao sucesso profissional e pessoal, porém inatingível para a maioria.

Conforme descrito por Kakeshita (2008), as escalas foram compostas por 15 cartões plastificados para adultos e 11 cartões para crianças, para cada gênero, com 12,5 cm de altura por 6,5 cm de largura, com a figura branca centralizada em fundo negro de 10,5 cm de altura por 4,5 cm de largura. Nas escalas de adultos, as médias de Índice de Massa Corpórea correspondentes a cada figura variaram de 12,5 a 47,5 kg/m2, com diferença constante de 2,5 pontos. Nas escalas de crianças, as médias de Índice de Massa Corpórea correspondentes a cada figura variaram de 12 a 29 kg/m2.

Ainda segundo a autora, os cartões foram dispostos em série, ordenados de forma ascendente. O sujeito foi solicitado a identificar “qual a figura que melhor representa seu corpo atual, como se vê hoje”. E na sequência, identificar “qual a figura que melhor representa o corpo que você gostaria de ter”. Depois, que apontasse “qual a figura que considera o modelo de corpo ideal para as mulheres/os homens em geral”. Esses cartões foram recolhidos e dispostos os cartões do sexo oposto ao do sujeito também em série ordenada ascendente, sendo lhe solicitado apontar “qual a figura que representa o corpo ideal para as mulheres/os homens em geral”.

A escala de silhuetas constitui um instrumento bastante eficaz, para avaliar o grau de insatisfação com o peso e as dimensões corporais na avaliação do componente perceptivo da imagem corporal. Contribui também para o estudo da imagem idealizada e da imagem objetiva, especialmente entre pessoas portadoras de sobrepeso e obesidade, ou que apresentem dificuldades no controle do peso e do comportamento alimentar. Esse instrumento tem como vantagens adicionais o baixo custo, a facilidade e rapidez no manuseio e a boa aceitação.

Zenith *et. al.* (2012) realizaram uma pesquisa com o objetivo de avaliar a percepção e satisfação da imagem corporal em usuários do Programa Academia da Cidade (PAC), em Belo Horizonte. A amostra foi composta de 111 usuários, com idades entre 18 e 59 anos. Foi utilizada a Escala de Silhuetas com 15 silhuetas por gênero. Os participantes foram solicitados a escolherem uma silhueta que representasse seu tamanho atual e uma silhueta que representasse o seu tamanho idealizado. Na análise dos dados para classificar a autopercepção, percebeu-se que apenas 25% da amostra conseguiu classificar de forma

correta a silhueta atual e 75% da amostra classificaram suas silhuetas de forma errônea. No quesito satisfação, 80% da amostra demonstraram estar insatisfeitos. Concluiu-se que ocorrem distorções da percepção da imagem corporal pela amostra avaliada. Observou-se ainda que exista insatisfação com o peso corporal tanto nos homens quanto nas mulheres.

A autora citada observou em sua análise de dados que 81,6% mulheres e 62,5% homens estão insatisfeitos e apenas 18,4% das mulheres e 37,5% dos homens se mostraram satisfeitos com a imagem corporal. Ao considerar ambos os gêneros (111 usuários) concluiu-se que 80% encontram-se insatisfeitos. Sobre a avaliação da percepção, foi analisado que, na amostra estudada, existem 50% dos homens e 77% das mulheres com distorção da imagem corporal. Desta forma, os dados indicam que 25% dos usuários apresentam percepção correta da imagem corporal e 75% apresentam distorção da imagem corporal.

Este trabalho visa confirmar a necessidade de ampliar esforços no campo da saúde mental, compreendendo melhor essa demanda e buscando novas formas de identificação e tratamento. Diante de insatisfações com o corpo e sem um diagnóstico correto, o indivíduo normalmente, busca orientações diversas como procedimentos cirúrgicos, medicamentos, exercícios físicos, entre outros. Na atualidade, o risco é cada vez maior, pois o investimento tem sido em produtos milagrosos para criar grandes expectativas quanto às correções corporais, podendo resultar em grandes insatisfações posteriormente.

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar a percepção da imagem corporal real e a percepção da imagem corporal ideal em uma amostra de frequentadores de academias, analisando a frequência de distorção/insatisfação da imagem corporal.

2. Método

Com o delineamento quantitativo e qualitativo, descritivo, transversal, participaram desse estudo, 117 frequentadores de academias, por um período de seis meses ou mais, de 18 a 59 anos de idade, de ambos os sexos, da cidade de Pouso Alegre-MG. A amostra foi constituída por 46 mulheres (39,3%) e 71 homens (60,7%). Em relação à idade, 61,5% tinham entre 18 a 28 anos, 31,6% de 29 a 39 anos e 6,8% mais de 40 anos. Os solteiros se concentram em 81,2%, enquanto que os casados são 15,4% e os divorciados 3,4%.

Utilizaram-se dois instrumentos para a realização deste estudo, sendo um questionário composto de 17 perguntas, com dados de identificação, seguido de informações relevantes para a presente pesquisa, criado para ajudar a compor o outro instrumento, a escala de Silhuetas. O questionário foi elaborado baseado em perguntas inerentes ao TDC, com opções de sim ou não, contendo duas perguntas com a possibilidade de esclarecer, caso fosse afirmativa a resposta do participante (Apêndice I). Além do questionário, foi utilizada a Escala de Silhuetas de Kakeshita (2008). A escala consiste em

um conjunto de quinze silhuetas para avaliação da percepção e satisfação da imagem corporal em adultos de idades entre 18 e 59 anos, por gênero e com intervalos de Índice de Massa Corporal (IMC) correspondentes a cada figura, que variam de 12,5 a 47,5 kg/m², com diferença constante de 2,5 pontos construída por computação gráfica (Apêndice II).

Após o cadastro do projeto na Plataforma Brasil e a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS, as autorizações das responsáveis pelas academias e a autorização dos participantes da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme preconiza a Resolução do Ministério da Saúde No 466/12, iniciou-se a coleta de dados.

Os dados foram coletados em duas academias da cidade de Pouso Alegre- MG. Os frequentadores foram convidados a participar da pesquisa, em seguida esclarecidos sobre a proposta de investigação. Com a aceitação, o Termo de Consentimento foi assinado e solicitado o IMC (Índice de Massa Corporal), junto à ficha de avaliação dos mesmos. Aqueles que não haviam feito avaliação recente foram pesados em balança de precisão e medidos para a obtenção desse dado.

Em seguida, os voluntários responderam ao questionário, seguido da aplicação do instrumento de escolha das silhuetas. Foram apresentadas as 15 silhuetas, correspondentes ao sexo do sujeito em avaliação, solicitando apontar aquela que melhor representasse seu corpo hoje e, em seguida, a que melhor representasse o corpo que gostaria de ter. A coleta de dados ocorreu nos períodos da manhã, tarde e noite, de acordo com o movimento e disponibilidade dos participantes e de forma individual.

3. Resultados

A análise de dados foi submetida ao software SPSS versão 17, expressos em média, desvio padrão e variância. Em seguida, foi realizado um estudo de correlação de Pearson. Os resultados mais relevantes estatisticamente são mostrados a seguir.

A amostra foi constituída por 117 voluntários, praticantes de no mínimo 6 meses de atividades físicas, onde 60,70% dos entrevistados são do sexo masculino e 39,0% corresponde ao sexo feminino.

Em relação à idade, os indivíduos foram classificados em três grupos. Os indivíduos do grupo de 18 a 28 anos representaram 61,50%; seguido do grupo de 29 a 39 anos, representando 31,60% e, por fim, o grupo de acima de 40 anos, que representou 6,80%.

Quanto ao tempo de academia, ficaram divididos em quatro categorias. Na primeira categoria encaixaram-se os indivíduos que frequentam de 6 a 11 meses, correspondendo 33,30%. Dos que frequentam de 1 ano a 1 ano e 11 meses, correspondem a 13,70%. De 2 a cinco anos a amostra corresponde a 28,2%. Os que frequentam há mais de cinco anos são 24,8% da amostra.

Na tabela 1 são mostrados os dados relativos à média, o desvio padrão e a variância das variáveis IMC, Silhueta Atual e Silhueta Ideal da amostra.

Tabela 1. Média e desvio padrão entre as variáveis IMC, Silhueta Atual e Silhueta Ideal

Variável	Média	Desvio Padrão	Variância
IMC atual (kg/m²)	25,39	4,16	17,35
Silhueta Atual	7,10	2,75	7,59
Silhueta Ideal	6,29	1,66	2,76

O valor do IMC atual encontrado está dentro da média esperada como valor de referência de sobrepeso ou pré-obesidade, que varia de 25 ≤ IMC < 30, segundo o IMC (National Center for Health Statistics (NCHS, 2000, citado por Kakeshita, 2008).

Foi possível verificar ainda a correlação de Pearson, conforme mostrado na Tabela 2, onde o IMC real, a Silhueta Atual ou Real e a Silhueta Ideal ou Desejada demonstram uma correlação positiva que corresponde à figura apontada como sua silhueta atual pelos participantes.

Tabela 2. Correlação de Pearson entre IMC, Silhueta Atual e Silhueta Ideal

	IMC	Silhueta Atual	Silhueta Ideal
IMC	1,00	0,66**	0,46**
Silhueta Atual	0,66**	1,00	0,54**
Silhueta Ideal	0,46**	0,54**	1,00

**Correlação significativa ao nível de p<0,01

Seguem os gráficos referentes às escolhas da “Silhueta Atual” e “Silhueta Ideal”.

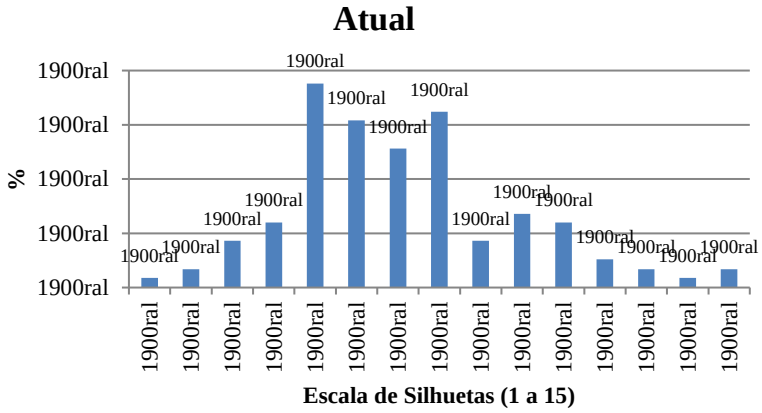


Gráfico 1 - Silhueta Atual

Pode-se observar que as silhuetas mais selecionadas como “atual” foram as de números 5, 6 e 8, sendo a silhueta 5, representada pelo IMC 22,5 kg/m² (KAKESHITA, 2008) a mais escolhida pela amostra, totalizando 18,8% dos sujeitos. Todas as silhuetas foram marcadas, concentrando-se no centro das escalas, uma vez que as extremidades demonstram silhuetas mais extremas, de estados subnutridos ou de obesidade mórbida.

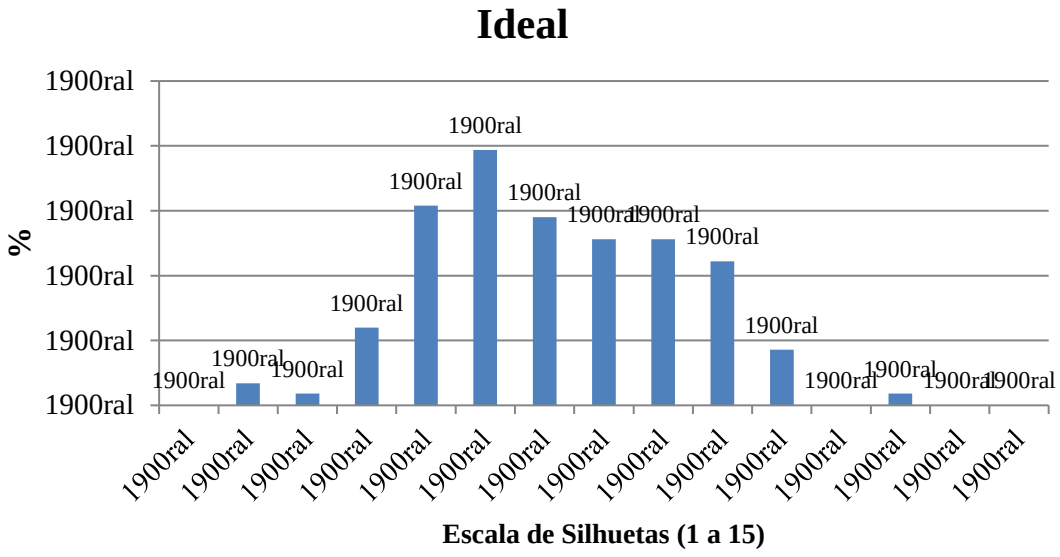


Gráfico 2 - Silhueta Ideal

Pode-se observar que no caso da Silhueta Ideal, as mais escolhidas se concentram nos IMCs entre 22,5 a 27,5 kg/m². As silhuetas maiores não foram escolhidas. Observa-se ainda que a silhueta mais apontada como ideal foi à figura de número 6, representando 19,7% dos usuários.

O gráfico 3 apresenta a análise do nível de Satisfação e Insatisfação dos participantes com a imagem corporal em percentil.

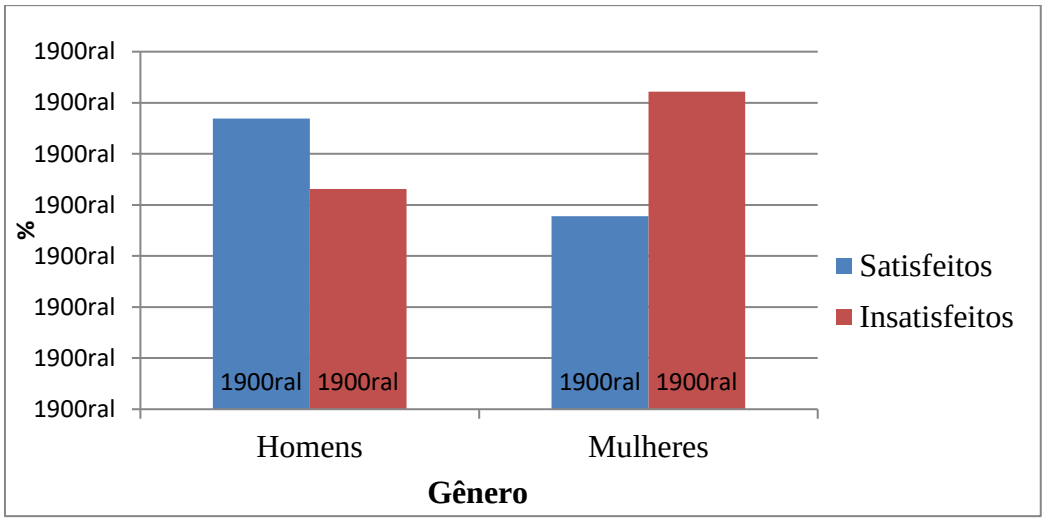


Gráfico 3 – Análise do nível de Satisfação e Insatisfação

Observa-se que 62,2% das mulheres e 43,1% dos homens estão insatisfeitos com a imagem corporal, enquanto que a resposta para "satisfeitos" representa 37,8% das mulheres e 56,9% dos homens. Considerando ambos os gêneros (117 usuários =100%), foi encontrado que 50,60% encontram-se insatisfeitos.

O gráfico 4 apresenta a análise do nível de percepção e distorção da imagem corporal em percentil.

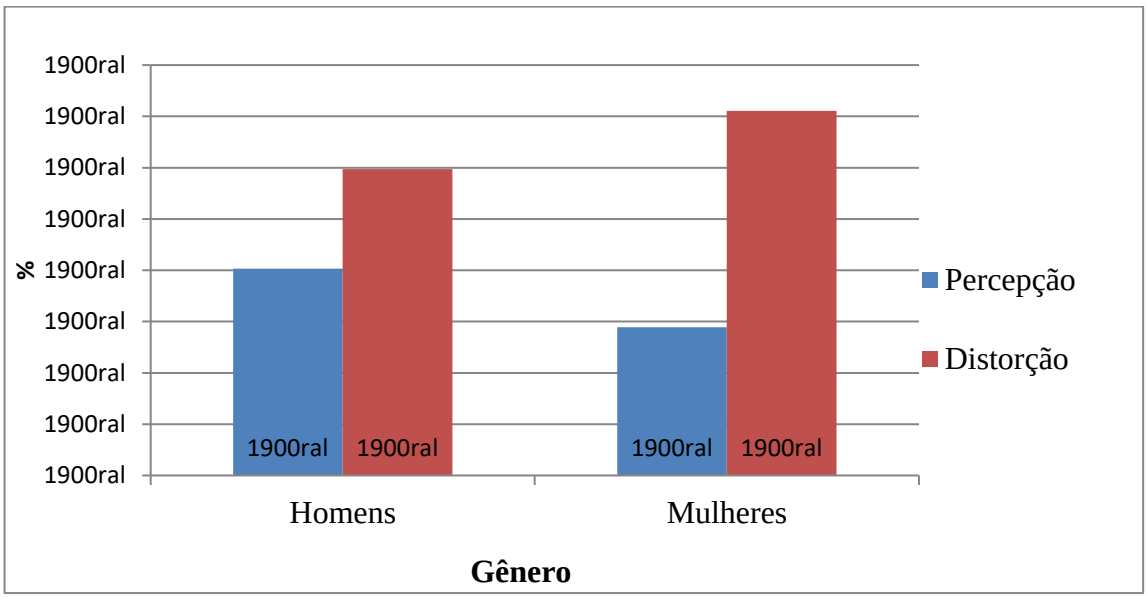


Gráfico 4- Análise do nível de percepção e distorção da imagem corporal

Pode-se observar que 71,1% das mulheres e 59,7% dos homens têm uma imagem distorcida do corpo. A percepção encontrada sobre a imagem corporal foi de 40,3% dos homens e 28,9% das mulheres. Na amostra total, foram verificados 64,17% com distorção da imagem corporal e 35,83% com percepção correta da imagem corporal.

Analisando o questionário aplicado, foram selecionadas quatro perguntas para um destaque, pois se acredita que estas possuam maior enfoque em relação à imagem e aos sentimentos em relação ao próprio corpo.

Quanto à realização de procedimentos estéticos, 86,3% dos entrevistados, representando 101 pessoas não realizaram nenhum procedimento estético, 3,4% realizaram a colocação de prótese nos seios, 1,7% reduziu os seios e 1,7% fez uso de anabolizantes. Outros procedimentos foram realizados, como otoplastia, criolipólise, abdominoplastia, lipoaspiração, etc.

No que se refere às partes do corpo que gostariam de mudar, 42,7% dos indivíduos relatam que não gostariam de mudar o corpo, enquanto que 25,6% gostariam de mudar a região abdominal, 6,8 gostariam de modificar as pernas, 4,3% o peitoral e 3,4% todas as partes. Outros desejos foram também apontados como: mudar braços, nariz, seios, quadril, celulite, culote e alcançar hipertrofia.

Sobre sentir-se influenciado pelos padrões de beleza impostos pela mídia, 37,6% se sentem influenciados, enquanto 62,4% não sentem a pressão da mídia.

Analisando a pergunta do questionário: “Você sente vergonha do seu corpo?”, foi concluído que apenas 9,4% sentem vergonha, enquanto 90,6 % não apresentam vergonha com o corpo.

4. Discussão

Damasceno *et al* (2005), afirma que indivíduos que iniciam atividade física, estão, na maioria dos casos, buscando modificar as proporções do seu corpo bem como as formas.

A silhueta mais marcada como "Ideal" entre os entrevistados, foi a de número 6, totalizando 19,7% da amostra. A figura 6 é representada pelo IMC 25 kg/m², o que segundo os parâmetros estipulados pela OMS, classifica-se um estado de sobrepeso, o que pode contribuir como fator de risco importante no caso de desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas ou mesmo o agravamento, quando já instaladas, providas pelo excesso de peso (KAKESHITA, 2008). Considerando o valor do IMC para pessoas eutróficas, ou seja, dentro das medidas consideradas o ideal para a saúde corporal, 42% escolheram silhuetas encontradas nessa faixa.

De acordo com a tabela 2 há uma correlação significativa entre a silhueta atual e o IMC. Esse dado já era esperado, uma vez que o aumento ou perda de massa corporal está ligado diretamente às proporções da silhueta real do indivíduo.

Por outro lado, também houve uma correlação significativa entre a silhueta ideal (meta a ser alcançada) com o IMC, o que indica que tal objetivo é compatível com a massa corporal. Ou seja, não se trata de uma meta inatingível, apenas uma questão de definição. Esse fato é confirmado novamente através da moderada correlação positiva entre a silhueta real e a silhueta ideal, isso indica que uma é proporcional à outra, ou seja, a distância para se alcançar o objetivo dos esportistas para essa amostra é pequena.

Quanto à distorção, a amostra total verificou-se que 64,17% possuem uma imagem distorcida do corpo, porém na análise por sexo, os homens apresentam 59,7% de distorção, sendo 34,7% superestimaram o próprio peso corporal, imaginando-se maior do que realmente é; já as mulheres obtiveram 71,1% da imagem corporal distorcida, onde 66,7% da amostra apresentaram um resultado positivo para a superestimação do tamanho corporal. Isso constata o estudo feito por Araújo e Araújo (2003), que afirma que as mulheres possuem mais tendência a superestimar o tamanho do próprio corpo.

Na análise de insatisfação, a amostra total conclui que 50,60% estão insatisfeitos com o seu corpo. Separando por sexo, os homens apresentam 43,1% de insatisfação corporal, sendo essa porcentagem dividida por 18,1%, representada pelo desejo de aumentar seu IMC e 25,0% de diminuir. Já, as mulheres correspondem a 62,2%: apenas 8,9% têm a vontade de aumentar o peso e 53,3% deseja diminuir. Segundo Kakeshita e*t al* (2009), para a insatisfação, resultados positivos indicam um desejo de aumentar o tamanho corporal, enquanto resultados negativos, um desejo de diminuí-lo. Os resultados obtidos corroboram com o estudo de Damasceno *et al.* (2005), que pesquisou uma amostra de 186 indivíduos na cidade de Juiz de Fora, distribuídas em 87 mulheres e 98 homens, e pôde-se constatar semelhança na porcentagem de insatisfação corporal em homens (82%) e mulheres (76%), o que pode ter-se dado devido à amostra masculina ser maior do que a feminina, conforme a amostra deste presente trabalho.

Através do questionário aplicado, analisando a pergunta sobre a influência da mídia, considera-se que apesar de a mídia não atingir a amostra, o fato de estarem dentro de uma academia seja por motivos estéticos ou de saúde, de alguma maneira influencia sobre os padrões atuais de beleza, pois uma grande porcentagem gostaria de realizar algum tipo de procedimento estético, principalmente as mulheres, confirmando Secchi, Camargo e Bertoldo (2009). Na pesquisa de Araújo e Araújo (2003), 85% dos sujeitos relataram procurar a prática de exercícios com o objetivo de melhora da qualidade de vida ou prevenção/tratamento de doenças, enquanto 10% reportaram motivos como estética, prazer e lazer, o que pode comparar ao fato de apontarem a mídia não ser influência para a prática de atividades físicas.

Considerações finais

Pode-se concluir que no ambiente de praticantes de atividades físicas, há uma grande distorção da imagem corporal, principalmente pelas mulheres, levadas a uma superestimação do próprio corpo. Os homens representam um pouco mais da metade da amostra, que também é a porcentagem da amostra total.

Na amostra individual, 71,1% das mulheres e 59,7% dos homens tem uma imagem distorcida do corpo e 62,2% das mulheres e 43,1% dos homens estão insatisfeitos com a imagem corporal. Por outro lado, pode-se concluir que a busca de recursos como atividade física é benéfica, ajudando a evitar a dismorfia.

Em relação ao instrumento utilizado, pode-se perceber a limitação da escolha de silhuetas diferentes das que gostariam de escolher, pois se tratando de uma amostra de frequentadores de academia, muitos questionavam não ter silhuetas representando músculos definidos, cinturas mais marcadas ou hipertrofia muscular. Outra limitação é ser um instrumento subjetivo, que apesar de ser vantagem se tratar de um instrumento de fácil compreensão e aplicação, o fato dele ser simples faz-se necessário utilizar com outros instrumentos, pois apenas o uso dele não permite identificar influências externas, como a mídia, familiares, ambiente social, etc.

Conclui-se que há necessidades de mais pesquisas para melhorar o instrumento utilizado ou até mesmo a criação de novos instrumentos para um diagnóstico mais preciso do TDC.

A prática de atividades físicas é benéfica, ajudando a evitar a dismorfia. Um bom acompanhamento multiprofissional, como educadores físicos, nutricionista e psicólogo pode ajudar o praticante de atividades físicas a ter uma melhor percepção da sua imagem corporal, sendo assim cada vez mais possível alcançar o objetivo do corpo ideal.

Referências Bibliográficas

AMERICAN PSYCHIATNC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno 5 - DSM 5** (traduç. revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]) Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, A; BOSI, M. L. M. Mídia e subjetividade: impacto no comportamento alimentar feminino. **Revista Nutrição**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 117-125, 2003.

ARAÚJO, D.S.M.S., ARAÚJO, C.G.S. Autopercepção e insatisfação com peso corporal independem da frequência de atividade física. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia** v. 80, p. 235-42, 2003.

ASSUNÇÃO, S. S. M.; CORDÁS, T. A.; ARAÚJO, L. A. S. B. Atividade física e transtornos alimentares. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 29, p.4-13. 2002

BOSI, M. L.M; LUIZ, R. R; MORGADO, C. M. C; COSTA, M. L. S; CARVALHO, R. J. Autopercepção da imagem corporal entre estudantes de nutrição: um estudo no município do Rio de Janeiro. **Jornal Brasileiro de Psiquiatra**, v.55, n.2, p. 108-113, 2006.

CAMARGO, T. P. P.; COSTA, S. P. V.; UZUNIAN, L. G.; VIEBIG, R. F. Vigorexia: revisão dos aspectos atuais deste distúrbio de imagem corporal. **Revista Brasileira de Psicologia do Esporte**, v.1, p. 01-15, 2008.

CASTILHO, S.M. **A imagem corporal**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha sobre Avaliação Psicológica**. Junho: 2007.

DAMASCENO, V.O. et al. Tipo físico ideal e satisfação com a imagem corporal de praticantes de caminhada. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v.11, n.3, p.181-6, 2005

GARDNER, R. M. Methodological inssues in assessment of the perceptual component of body image disturbance. **Brithish Journal of Psycology**, v. 87, n. 2, p. 327-337, 1996.

KAKESHITA, I. S. **Adaptação e validação de escalas de silhuetas para crianças e adultos brasileiros.** 96f Tese (Doutorado em Psicobiologia) Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

KAKESHITA, I.S. et al. Construção e fidedignidade teste-reteste de escalas de silhuetas brasileiras para adultos e crianças. **Psicologia: teoria e pesquisa**; v.25, n.2, p.263-270, Abr-jun. 2009.

NUNES, M. A.; APPOLINARIO, J. C.; GALVÃO, A. L.; COUTINHO, W. organizadores. **Transtornos Alimentares e Obesidade**. (2a ed.) Porto Alegre: Artmed. 2006.

PEREIRA JUNIOR, M.; CAMPOS JUNIOR, W.; SILVEIRA, F. V. Percepção e distorção da auto imagem corporal em praticantes de exercício físico: a importância do exercício físico na imagem corporal. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, v. 7, n. 42, p.345-352, Nov/Dez. 2013.

ROSEN, J. C. **Tratamento Cognitivo- Comportamental para o Transtorno Dismórfico Corporal.** São Paulo: Santos Livraria, 2003.

SAVOIA, M. G. Diagnóstico Diferencial entre Fobia Social e Transtorno Dismórfico Corporal. **Revista Psiquiatria Clinica**, São Paulo, v. 27, n. 6, p. 316-318, 2000.

SECCHI, CAMARGO, e BERTOLDO. Percepção da imagem corporal e representações sociais do corpo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2009, v. 25, n. 2, p. 229-236, abr-jun 2009.

URBINA, S. **Fundamentos da Testagem Psicológica**. Porto Alegre: Artmed 2007.

ZENITH, A. R.; MARQUES, C. R. C.; DIAS, J. C.; RODRIGUES, R. C. L. C. Avaliação da percepção e satisfação da imagem corporal em usuários do programa academia da cidade em Belo Horizonte - Minas Gerais. **e-Scientia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 09-17, 2012.

Apêndice I

QUESTIONÁRIO

IDENTIFICAÇÃO

NOME:_____
_____

DATA DE NASCIM.:_____ ESTADO CIVIL:_____

SEXO ( ) MASCULINO ( ) FEMININO

PESO :_____ALTURA:_____IMC: _____

1. HÁ QUANTO TEMPO FREQUENTA ACADEMIA?

( ) 6 MESES A UM ANO ( ) UM A DOIS ANOS ( ) DOIS A CINCO ANOS ( ) MAIS DE CINCO ANOS

2. VOCÊ ESTÁ SATSFEITO COM SEU PESO CORPORAL?

( ) SIM ( ) NÃO, GOSTARIA DE AUMENTAR ( ) NÃO, GOSTARIA DE DIMINUIR

3. FAZ EXAMES DE SAUDE REGULARMENTE?

( ) SIM ( ) NÃO

4. JÁ REALIZOU ALGUM PROCEDIMENTO ESTÉTICO? QUAL? (CIRURGIA, CRIOLIPÓLISE, APLICAÇÕES DE ESTERÓIDES ETC).

( ) SIM QUAL _____ ( ) NÃO

5. EXISTEM PARTES DO SEU CORPO QUE GOSTARIA DE MUDAR? SE SIM, QUAL OU QUAIS?

( ) SIM QUAIS _____ ( ) NÃO

6. JÁ DEIXOU DE FREQUENTAR ALGUM LUGAR POR SENTIR-SE ENVERGONHADO DE SEU CORPO?

( ) SIM ( ) NÃO

7. SENTE-SE Á VONTADE EM LOCAIS PÚBLICOS?

( ) SIM ( ) NÃO

8. CONSEGUE USAR, SEM PREOCUPAÇÕES, ROUPAS DE BANHO COMO MAIÔ, BIQUINI OU SUNGA EM LUGARES PÚBLICOS?

( ) SIM ( ) NÃO

9. JÁ SENTIU TRISTEZA OU CULPA POR COMER DEMAIS?

( ) SIM ( ) NÃO

10. SENTE-SE INFLUENCIADO PELOS PADRÕES DE BELEZA IIMPOSTOS PELA MIDIA?

( ) SIM ( ) NÃO

11. VOCÊ TEM REPARADO NA FORMA FÍSICA DE OUTRAS PESSOAS DO MESMO SEXO QUE O SEU E, AO SE COMPARAR, TEM SE SENTIDO EM DESVANTAGEM?

( ) SIM ( ) NÃO

12. AO ESTAR NU(NUA), POR EXEMPLO, AO TOMAR BANHO, VOCÊ SE SENTE GORDO(A)?

( ) SIM ( ) NÃO

13. PENSAR NA SUA FORMA FÍSICA INTERFERE EM SUA CAPACIDADE DE SE CONCENTRAR EM OUTRAS ATIVIDADES (P. EX., VER TELEVISÃO, LER OU ACOMPANHAR UMA CONVERSA)?

( ) SIM ( ) NÃO

14. VOCÊ TEM EVITADO USAR ROUPAS MAIS JUSTAS PARA NÃO SE SENTIR DESCONFORTÁVEL COM SUA FORMA FÍSICA?

( ) SIM ( ) NÃO

15. VOCÊ JÁ SE PEGOU PENSANDO EM REMOVER PARTES MAIS CARNUDAS DO SEU CORPO?

( ) SIM ( ) NÃO

16. VOCÊ SE SENTE MUITO GRANDE E ARREDONDADO(A)?

( ) SIM ( ) NÃO

17. VOCÊ SENTE VERGONHA DO SEU CORPO?

( ) SIM ( ) NÃO

Apêndice II

ESCALA DE SILHUETAS

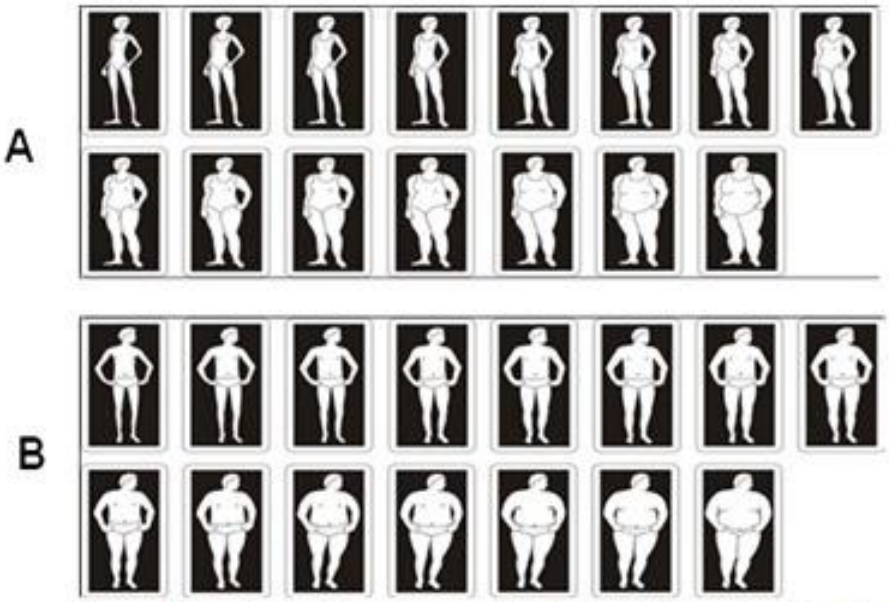


Figura 1- Escala de Silhuetas para Adultos (A- Gênero Feminino B- Gênero Masculimo)

Fonte: Kakeshita, Silva, Zanatta e Almeida.

UM ESTUDO DA ARTETERAPIA COMO RECURSO TERAPÊUTICO: UM PROCESSO TRANSFORMA-DORES

RAÍSSA TAINARA DE CÁSSIA AMÂNCIO[1], ALESSANDRO CALDONAZZO GOMES

Faculdade de Ciências da Saúde Dr. José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

raissapsico93@hotmail.com´

Resumo. *Desde os povos antigos a arteterapia é considerada como um meio de expressão para dar vasão aos sentimentos e emoções. Trata-se de uma área de estudo abrangente, que caminha junto da área da psicologia. A arteterapia ganhou relevância em estudos e em pesquisas aqui no Brasil quando a psiquiatra Nise da Silveira observou que o trabalho com a arte auxiliava no tratamento com pacientes psiquiátricos. Foi a partir de então que as pesquisas e estudos nesta área vêm sendo desenvolvidos no Brasil. Este trabalho tem como objetivo apresentar um estudo referente à arteterapia como instrumento terapêutico utilizado em uma experiência de estágio. Trata-se de um estudo de prontuário de uma criança, aluno de uma instituição de ensino educacional especial de uma cidade do sul de Minas Gerais. Foram realizadas intervenções de arteterapia com a criança, cujos resultados foram analisados à luz da psicologia analítica Junguiana.*

Palavras-Chave. *arteterapia; símbolos; psicologia analítica; psicoterapia infantil.*

Abstract. *Since ancient people the Art Therapy is considered like a means of expression to relief feelings and emotions. It is a vast study area, although it is along with the field of psychology. Art therapy has gained prominence in studies and research in Brazil when the psychiatrist Nise da Silveira noted that the work with art helped treatment with psychiatric patients. Since then, researches and studies in this area have been developed. This essay has the intention to present a study related to art therapy as a therapeutic tool held in internship experience. This is a chart study of a child, a student in a special education teaching from a town in South of Minas Gerais. Art therapy interventions were carried out with the child, which results will be analyzed according to the Jungian analytical psychology.*

Keywords. *art therapy; symbols; analytical psychology; child psychotherapy.*

1. Introdução

Nos tempos antigos da clássica Grécia, período em que todos os países ocidentais europeus tiveram influências advindas da estética, a vida era mais vivida em plano social. Dessa forma, havia um espaço a ser ocupado com diferentes maneiras de entretenimento tais como a leitura e a poesia, além dos poemas históricos como maneira de lazer e de cunho educativo. Em todos os acontecimentos religiosos e sociais a música

era considerada presença obrigatória, pois se constituía como parte do curso educativo (GUIMARÃES RIBEIRO, 2002).

Assim como a filosofia, a literatura e a ciência, a arte também está incumbida neste conjunto de diretrizes que constituem a sociedade e que são submetidas a diversas influências. A arte explana os valores e pensamentos de uma época e de um povo. Em tempos memoriais, a arte era uma forma de transmissão dos eternos valores vigentes, assim como os poemas das grandiosas civilizações, da manifestação do espírito elegante como conceito de beleza da arte grega, que repercutia não só na vida de todos os homens daquela sociedade, mas até os dias de hoje (BARRETO, 2010).

A obra de arte em um só tempo está presente no individuo e no todo, contemplando, então, tanto o coletivo quanto o individual do artista. O papel mágico da arte foi pouco a pouco sendo substituído por outros de natureza diferente: sua função passou a ser a de clarificador das relações sociais; de esclarecedor dos homens e das sociedades que haviam se tornado obscuros; passou, então, a ajudar o homem a reconhecer e a transformar a realidade social. Uma sociedade complexa com suas relações múltiplas e as suas contradições sociais já não poderia ser representada à maneira dos mitos (SOUZA MARTINS, 2012).

De acordo com Guimaraes Ribeiro (2002) é importante perceber que a comunicação nas relações sociais não se serve apenas do argumento e da racionalidade, mas também, de aspectos como a sensibilidade, a emoção e a magia, inerentes a todas às formas de arte, incluindo até mesmo a arte da comunicação. Ao mesmo tempo em que a arte revela e concretiza conteúdos subjetivos em suas várias formas de expressão, seu tempo e ocorrência comunicam as ideias, aspirações, necessidades e utopias de uma época, sendo, portanto, propriedade representativa da sua civilização. Nesse criar, revelar e comunicar, o artista desenvolve o seu trabalho e se qualifica teórica e tecnicamente por meio de um processo contínuo de busca de conhecimento, da imaginação-criação, fazendo de sua própria capacidade inventiva de produção o seu instrumento de trabalho.

As expressões artísticas estão presentes desde a antiguidade, ocupando o psiquismo coletivo e, simultaneamente, reproduzindo a individualidade de cada ser. A abordagem analítica junguiana pressupõe que o ser humano é orientado por símbolos, considerando o fluxo natural de cada um. O trabalho da arteterapia em meio a este processo é o de fornecer os materiais adequados para a expressão, de modo a auxiliar o movimento de toda energia psíquica do indivíduo, possibilitando criações diversas (Philippini, 1990).

Segundo Andrade (2000), Margareth Namburg foi a primeira a estruturar a arteterapia tendo como referência às observações de Freud. Com este embasamento ela começou, a partir de então, o seu trabalho, focando-se nas concepções de educação, na associação livre e nos trabalhos de seu pacientes. Ela também foi responsável por construir práticas de ensino que visavam libertar a expressão artística. Suas pesquisas são tanto de cunho educacional como terapêutico.

Em nível de definição, a palavra arteterapia refere-se à aplicação de técnicas e métodos que podem ser aplicados dentro de um ambiente terapêutico. Imagina-se que a atividade do criar tenha a mesma capacidade para curar. Considera-se também que a arteterapia seja uma via por onde o indivíduo tem a liberdade de explanar e organizar seus conflitos. Seria “a linguagem expressiva da Arte”, que favorece o uso de desenhos, pinturas, modelagem, dança, poesia, música, fotografia e cinema (TOMMASI, 2005).

ser considerada, mas sim a composição.

Conforme a autora citada acima, a arteterapia não se preocupa em formar artistas, mas sim em auxiliar no processo da existência real do criativo e saudável de cada ser. Em consonância com esta construção criativa o individuo será capaz de transmitir suas vivências e conteúdos, que surgem desde o momento da escolha dos materiais e envolvem todas as cores, sons e formas, deixando descobertos seu crescimento interior, e também suas alegrias, tristezas e emoções. Portanto, nesta prática, a preocupação estética não deve ser considerada, mas sim a composição.

2. A Arteterapia Como Recurso Terapêutico

É natural que sejam encontrados obstáculos ao tentar dar sentido às expressões vindouras pelas palavras, principalmente quando os sentimentos encontram-se indefinidos ou ocultos. Quando isto acontece, o meio artístico pode ser um facilitador para expressar tais sentimentos. Porém, por haver a capacidade desta expressão por diversas linguagens, frequentemente essas emoções, sentimentos e visões são muito melhor expressados em imagens, cores, movimentos e sons (BARRETO, 2010).

De acordo com a Associação de Arteterapia do Estado de São Paulo (2010), a arteterapia adentra-se em um contexto de exploração criativa que valoriza o sensível, norteando-se por meio de técnicas artístico-expressivas. Ela traz a cada um a possibilidade de que se entre em contato com seu mundo interno, bem como com o externo.

A arteterapia, portanto, caracteriza-se como método terapêutico detentor da intenção de promover a qualidade de vida ao ser humano por meio de aplicações artísticas que nasceram das artes visuais, mas com uma fissura para uma conversa com outra expressão artística. Portanto, o olhar é para o ser humano em expressão de sua necessidade, visando lhe oferecer um ambiente adequado ao desenvolvimento de uma despretensiosa expressão que lhe proporcione sentido em sua vida. (SEI, 2009).

Phillipinni (1998) indagando sobre a quem pertence o campo de arteterapia, refere que essa é uma pergunta que gera discussão justamente pela questão de sua abrangência. Entretanto, quanto maior for a redução da práxis arteterapêutica, maior será a redundância em sua área de único conhecimento. Dito isso, bem vindos sejam os copiosos entendimentos das estratégicas artísticas, tais como o olhar da psicologia e da educação, visto que cada um poderá auxiliar, de sua forma, o desenvolvimento das teorias da criatividade.

Para Carvalho (2009), é imprescindível que a relação dialógica esteja presente entre o cliente e o arte-terapeuta, contudo, posto isso, não há uma regra pré-formulada para as sessões de arteterapia. É importante que se leve em conta alguns princípios, tais como:

(a) A comunicação deve correr na livre associação das ideias;

(b) Sem orientações prévias a criação irá fluir espontaneamente;

(c) Junto ao seu mundo interno o paciente irá dar vida a suas criações;

(d) Valores comunicativos serão atribuídos às imagens pelo que a associação livre de ideias também for aflorada.

A dança, o canto, os jogos, a poesia, escrita e estória são todos recursos técnicos artísticos que podem ser utilizados. Neste quesito, a variabilidade é imensa, seja a nível expressivo, em que cada um tem seu modelo próprio, seja em nível de aplicação, uma vez

que esta técnica abrange um grande público que faz da arteterapia um recurso terapêutico expressivo, mesmo que não sejam unicamente as artes plásticas. A visualidade de associação nas artes é parte de integração do si-mesmo, e, assim, poderemos nos servir de uma das funções da arte que é justamente a de integração do social às partes do self do criador. Neste caso, a arte atua feito mediador entre vivências do eu e seu meio social (SOUZA MARTINS, 2012).

De acordo com Birtcnnell (1984, citado por SOUZA MARTINS, 2012), são várias as relevâncias da criação de imagens no contexto psicoterapêutico, da mesma forma que existe vasta potencialidade terapêutica neste processo artístico. Neste contexto, é importante que se discuta:

1) Imagem Concreta: o início em arteterapia tem o poder de revigorar as ideias, as emoções, os sentimentos do ser humano em uma realidade como a dos sonhos. Consiste em uma imagem do estado de espírito do ser humano de modo a permanecer no tempo, assim podendo ser trabalhado terapeuticamente em várias etapas do processo.

2) Passe e Continuidade: os trabalhos feitos em arteterapia devem ser preservados do espaço público se não houver autorização do criador para exibi-los. Quando há exposição dos objetos das artes a estudos científicos existe o resguardo na identidade do criador. Considera-se que cada criação está relacionada como parte integrante do "eu", uma parte de seu cenário interior. O individuo criador é livre para decidir o fim de suas produções artísticas, podendo, assim, guardá-las ou destruí-las.

3) Liberdade na comunicação: A reconstituição de algo passado ou perdido, assim como de cenas perturbadoras para o indivíduo, costumam ser comunicadas por meio da comunicação não verbal, utilizando-se a imagem.

4) Desinibição: Colocar de dentro para fora as fantasias e os sentimentos latentes a serem aceitos.

5) Irracionalidade: Por vezes, o caminho das artes pode ser considerado irracional. Ligado à criação artística está, por exemplo, o processo de regressão ao estado infantil, em que se realiza uma interface com a imaginação.

Segundo Acheterberg (2000) quando se realiza a operação artística, o sistema sensório motor, a percepção, a emoção, cognição e imaginação são ativados. Dessa forma, estimula-se e potencializa-se o movimento da energia, da sensibilidade e da intuição, promovendo a ampliação do contato consigo mesmo e com o mundo.

Percebe-se, dessa forma, que a arteterapia promove o contato com a natureza criadora de cada um, realizando esta interlocução entre o mundo interior e exterior. Ela é responsável por permitir a observação, interação, reflexão, elaboração e o diálogo entre ambas as partes, proporcionando o reconhecimento da atividade psíquica (ARCURI, 2009).

3. Sobre o Encontro: Da primeira Vivência á Separação Entre o "Eu" e o "Outro"

Nesta parte do trabalho será apresentado um relato de experiência de estágio em Psicologia Educacional, componente da grade curricular no sétimo período de psicologia da Universidade do Vale do Sapucaí em Pouso Alegre, MG. O estágio foi realizado durante o ano de 2015 e o relato a seguir está em conformidade com a autorização e o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Sapucaí.

Durante o trabalho de estágio foi feito o acompanhamento de uma criança de nove anos de idade, do sexo masculino, estudante de uma Instituição de Educação Especial na

Região do Sul de Minas Gerais. Havia suspeita, na ocasião, de que a criança pudesse estar desenvolvendo uma psicose infantil. Foi observado que o menino apresentava dificuldades de aprendizagem, de fala e também para compreender o que lhe era falado, além de uma dificuldade motora. Os encontros aconteceram semanalmente, totalizando dezesseis.

A criança já estava a quatro anos estudando na mesma instituição, tendo vindo de outra instituição pública. Segundo o relato do pai, a criança sempre apresentou dificuldades em compreender a mensagem falada e escrita, além de também possuir dificuldades de aprendizagem.

Percebido isto, a estagiária sugeriu realizar atividades em arteterapia, oferecendo materiais com tintas, papéis e argila para que ele confeccionasse os trabalhos de livre expressão. No início, a cor predominante era o preto. Com o avanço dos trabalhos, começou a fazer uso também das cores azul e branco. O principal objetivo destas atividades era a passagem e a superação da mensagem falada, por meio da liberação de suas emoções e seus sentimentos. Acreditava-se que, dessa forma, este trabalho com a criança pudesse contemplar as palavras que não podiam ser ditas por ela.

Segundo Neumann (1995) diferente de outros modelos de pesquisas possíveis e necessários que aceitam o desenvolvimento da consciência em sua ligação com as condições exteriores, a psicologia analítica aponta na direção das condições psíquicas interiores que influenciam o caminho deste desenvolvimento, objetivando facilitar as expressões que delas brotam.

Para Jung (2002) o reconhecimento da própria existência psíquica por parte do indivíduo poderá acontecer gradativamente por meio do acompanhamento de conteúdos que podem ser, naquele momento, conscientizados. Portanto, o inconsciente só pode ser falado na medida em que comprovarmos seus conteúdos. De ordem pessoal, os conteúdos inconscientes estão relacionados aos complexos de tonalidade emocional, já os conteúdos de inconsciente coletivo são nomeados por arquétipos.

Para Pieri (2002) o self (si mesmo) denota o conjunto de complexos dos fenômenos psíquicos de um indivíduo. Esta estrutura do si mesmo apresenta, de um lado, a reunião dos objetos da experiência e, portanto, os fenômenos da consciência e outros conteúdos e fatores de ordem consciente. Por outro lado, ela pressupõe aquilo que ainda não se encontra no âmbito da consciência, ou seja, os fatores e conteúdos do inconsciente, fenômenos esses daquela outra parte da psique que permanece ainda incognoscível e não delimitável.

Para Neumann (1995) a primeira fase do desenvolvimento infantil é marcada por duas situações decisivas, sendo a primeira situação relacionada ao encontro com o conflito dos primeiros pais e à construção do ego. Por sua vez, a segunda situação se dá na puberdade, momento em que a formação do ego é considerada como definitiva, desenvolvendo-se, assim, um novo relacionamento entre ego e self.

> O retrocesso da fantasia e das forças artístico-criadoras, que a criança possui por natureza em alto grau, é um dos sintomas típicos do empobrecimento que envolve esse vir-a-ser um adulto. A perda crescente da vivacidade do sentimento e das reações originais no interesse do bom senso e do bom comportamento determina a conduta que é sempre exigida da criança em relação ao coletivo. O

> fortalecimento da eficiência existencial e a expensas da profundidade e da intensidade é a marca deste processo (NEUMANN, 1995, p. 14).

Ao longo do processo da arteterapia a criança realizou diversos desenhos e pinturas. Destes trabalhos, destarecaremos a análise das cores, formas e conteúdos simbólicos.

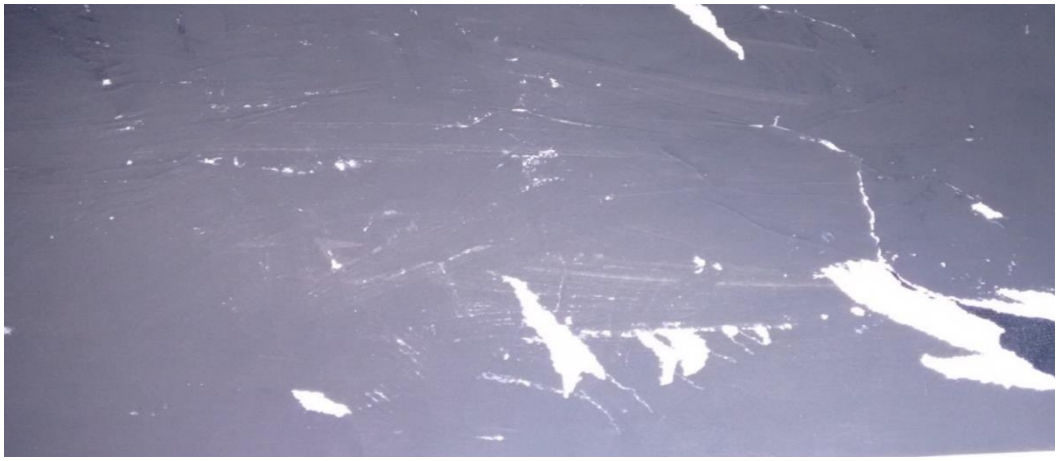


Imagem 1

Neste dia a criança pintou e relatou que gosta de usar a cor preta em suas atividades. Sobre uma folha sulfite ele colocou a tinta da cor preta, cobrindo toda a folha. Pode-se comentar, sobre a presença da cor preta, que ela indica vida, renascimento, instinto e material.

A Forma elaborada sugere a indiferenciação, o ciclo de evolução, as ideias de movimento e continuidade, bem como a união dos princípios opostos. Quanto aos conteúdos, podemos enxergar temas como a criação do mundo, da vida e da psique, que seriam um estado primordial de inconsciência e de desenvolvimento do ego (BONDS, 1999; CHEVALIER e GHEERRBRANT, 1994; NEUMMAN, 1995).

Imagem 2

Nesta imagem ele utilizou a tinta de cor branca, cobrindo o centro da folha. Ao lado, desenhou círculos da cor azul.

Pode-se comentar que a presença das cores branco, preto e azul sugerem aspectos como vida, o caminho do infinito, encontro do real com o imaginário, renascimento, instinto e material. A forma elaborada indica a totalidade e a ausência de divisão. Detendo-nos mais neste ponto, pode-se afirmar que a totalidade representa a união e está ligada ao mundo psíquico que circunda o Eu, no qual este mesmo Eu Vive e, portanto, se integram. Esta integração encontra-se relacionada ao Self, noção esta que exprime a ideia de completude. É perceptível o inicio de formas e a criação dos primeiros elementos (BONDS, 1999; CHEVALIER e GHEERRBRANT, 1994; NEUMMAN, 1995).

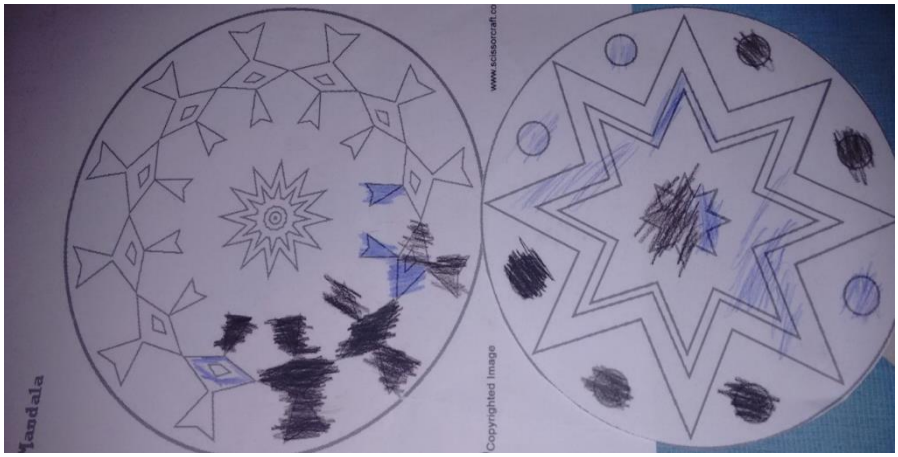


Imagem 3

Nesta atividade, a proposta consistia em um trabalho de colorir mandalas. Jung foi quem trouxe a mandala para o ocidente e introduziu seu uso na psicologia, a partir de um trabalho pessoal. Para Jung (2002), as mandalas representam o símbolo do self e possuem por objetivo promover a ordem interior. Elas são mensagens enviadas pelo inconsciente. Por isso que, por meio dos desenhos e pinturas de mandalas, pode-se observar a concentração, o reequilíbrio e o relaxamento, estimulando a criatividade.

A respeito das cores azul, preto e branco, presentes no desenho, pode-se comentar que estão relacionadas às representações de vida, caminho do Infinito, encontro do real com o imaginário, renascimento, instinto, material. Encontram-se presentes no desenho as formas circulares, indicando ligação dos elementos, totalidade e ausência de divisão (BONDS, 1999, CHEVALIER e GHEERBRANT, 1994).

As formas circulares que representam a mandala a tornam, ao mesmo tempo, uma imagem sintética e dinamogênica. Ela representa a tendência à superação das oposições do múltiplo e do uno, do decomposto e do integrado, do diferenciado e do indiferenciado, do exterior e do interior, do difuso e do concentrado, do visível aparente e do invisível real, do espaço temporal ao intemporal e extra-espacial. Trata-se de uma expressão simbólica da psique. Esta totalidade que representa a união, por sua vez, está ligada ao mundo

psíquico que circunda o Eu, no qual este mesmo Eu vive. A mandala, desta forma, está relacionada ao Self, noção esta que exprime a ideia de completude. Ela traz as ideias do início de formas e a criação dos primeiros elementos (JUNG, 2002; NEUMANN, 1995).

Imagem 4

Na ocasião, realizou-se uma atividade livre. A criança relatou que gostaria de desenhar sua mão, utilizando-se do lápis para fazer o contorno delas. Ao lado, fez rabiscos na cor preta. Não há muita especificidade e clareza nas cores, embora a cor de maior aparência tenha sido o preto. Recapitulando, vimos que esta cor indica vida, renascimento, instinto e material (BONDS, 1999, CHEVALIER e GHEERBRANT, 1994).

A forma elaborada e os conteúdos do desenho indicam retas e linearidade, enquanto que o desenho da mão e dos dedos indique a temática da identidade. Nota-se, portanto, assuntos retratados como caminho, atividade, começo e término de um trabalho, além de desenvolvimento da experiência interior e princípio da vida. Há também presença do princípio masculino, o sol (BONDS, 1999, CHEVALIER e GHEERBRANT, 1994).

Imagem 5

O desenho apresentado não contém cores, embora contenha formas e conteúdos simbólicos que sugerem formas circulares e elementos como o duplo e a divisão. Os números, que aparentemente servem somente para contar, fornecem desde os tempos antigos certa base de escolha para as elaborações simbólicas. Eles exprimem não somente as quantidades, mas também as ideias e forças. Não é por menos que a compreensão dos números é uma das ciências mais antigas da humanidade (BONDS, 1999, CHEVALIER e GHEERBRANT, 1994).

O filósofo Platão considerava que os números representavam o mais alto grau de conhecimento e a essência de harmonia cósmica interior. Compreende-se o duplo a partir de uma relação que liga dois objetos de qualquer natureza, de modo que um possa transformar o outro por meio de operações oportunas. Eles são responsáveis na regulação da harmonia vital e dos espaços físicos e espaciais, ou seja, "o princípio de uma relação eu, tu" (BONDS, 1999, CHEVALIER e GHEERBRANT, 1994).

Conforme JUNG (2002) as formas circulares são ao mesmo tempo imagens sintéticas e dinamogênicas que representam a tendência à superação das oposições entre múltiplo e uno, do decomposto e do integrado, do diferenciado e do indiferenciado, do exterior e do interior, do difuso e do concentrado, do visível aparente e do do invisível real, do espaço temporal ao intemporal e extra- espacial. São, assim, expressões simbólicas da psique.

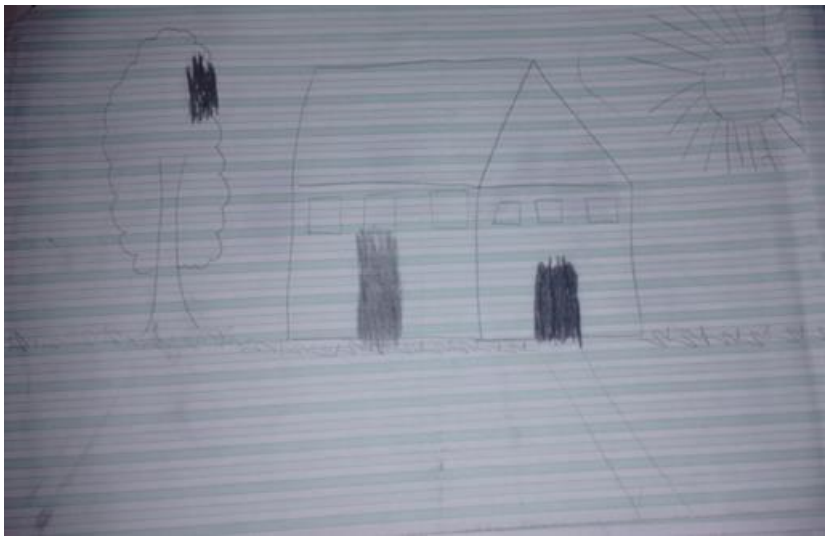


Imagem 6

Este trabalho foi realizado no último dia de estágio na instituição. Desta vez, a criança relatou à estagiária que gostaria de desenhar e colorir. Uma vez concedido este pedido, a criança desenhou uma casa utilizando das cores preto e azul, dizendo que morava na casa azul, enquanto que a estagiária morava na casa preta.

Visto que as cores que contemplam este desenho foram o preto e o azul, sugere-se a presença de elementos como o caminho do infinito, onde o real se transforma em imaginário, vida, renascimento, instinto e material.

A forma elaborada no desenho e os conteúdos apresentados supõem temas como a identidade, formação do eu e personalidade. O exterior da casa simboliza a aparência do homem, sendo o telhado a cabeça e o espírito, ou seja, o controle da consciência. Nota-se o momento de movimento interior, assim como a relação do homem com as forças soberanas do mundo (BONDS, 1999, CHEVALIER e GHEERBRANT, 1994).

Já a árvore caracteriza-se como símbolo da vida em contínua evolução, rumo ao céu. Ela apresenta-nos aquela metáfora de que, partindo de uma minúscula semente, o self, assim como a árvore, pode se manifestar na existência, centrado e contido, à volta do qual podem ocorrer incessantes processos de metabolismo, multiplicação, apodrecimento e auto-renovação (BONDS, 1999, CHEVALIER e GHEERBRANT, 1994).

Considerações Finais

A partir deste estudo foi possível concluir que a arteterapia é um recurso favorecedor da ampliação da consciência. Ela constitui um excelente meio pelo qual as emoções e os sentimentos tomam forma e ganham cor, sendo a psicologia analítica a principal teoria que favorece maior assistência a respeito do assunto. Assim sendo, a arteterapia propicia a superação de conflitos emocionais que, uma vez contidos no inconsciente, na memória do corpo e da alma, dificultam o desenvolvimento da experiência do viver criativo.

Utilizando-nos das discussões simbólicas envolvendo os trabalhos confeccionados pela criança em uma experiência de estágio, pode-se compreender que a arteterapia oferece várias possibilidades de trabalhos não verbais. Portanto, ela concede ao psicólogo uma referência do processo de vida do sujeito em todos os sentidos. A cada desenho realizado pela criança foi possível perceber o seu desenvolvimento e evolução no nível de consciência, assim como sua percepção de si mesmo, manifesta no trabalho arteterapêutico.

Mesmo diante das dificuldades da criança, observou-se que as dificuldades e desprazeres da sua tão pouca experiência vivida não eram pautados somente em sua área psicoeducativa. Eram, acima de tudo, dificuldades advindas de uma linguagem não verbal que transbordavam além do corpo e que só podiam ser compreendidas por meio da linguagem da não-palavra. Exatamente por esse motivo é que, desde o princípio, a escolha de todo material foi proposital, bem como o percurso a ser traçado durante o estágio.

Ao finalizar, cabe antes ressaltar que, diante das construções deste estudo, os questionamentos da arteterapia como um meio facilitador no processo que vai além do criativo não cessam por aqui. Almeja-se que novas pesquisas nesta área sejam realizadas, e que cada vez mais a linguagem da alma que não se faz em palavras possa ser mais bem compreendida. Afinal, o amor é um dos principais meios de transformação, juntamente das cores, tintas, formas e conteúdos que, sem dúvida, ultrapassam a mera beleza estética. Parte-se do princípio de que, primeiramente, deve-se dar vida ao mundo interior, pois então a beleza exterior será consequência deste primeiro movimento que não tem fim.

> Se for ao amor que estivermos nos dedicando, muito embora nos sintamos apreensivos ou assustados, estaremos dispostos a desembaraçar a linha dos ossos da natureza da morte. Estaremos dispostos a ver como tudo isso vai funcionar junto. Estaremos dispostos a tocar o não-belo no outro e em nós mesmos. Oculto nesse desafio está um teste inteligente do Self. Ele se encontra em termos mais claros nos contos em que o belo assume a aparência de feio com o objetivo de pôr à prova a personalidade de alguém. (ESTES,1999).

Referências Bibliográficas

AATES: Associação de Arteterapia do Estado de São Paulo. Disponível em **www.aates.com.br.** Acesso em 23 de Abril de 2016.

ACHTERBERG, Jane. **Imagética e Cura**. São Paulo, Revista Arteterapia nº3, 2000.

ARCURI,G, P, I. **Ampliação da Consciência por meio da Calatônia e Arteterapia.** 2009. 199 f. (Tese Doutorado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de São Paulo.

ANDRADE, Luíz. **Terapias expressivas.** São Paulo, Vetor, 2000.

BARRETO, Ana Helena. **Arteterapia e o Despertar das Emoções.** 2010. 45 f. (Pós Graduação em "Latu Senso") - Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.

BONDS, Lígia. **A Cura Pelas Cores: Um Guia Prático Sobre o Poder Curativo das Cores.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

CARVALHO, Ruy. **A arte de Sonhar Ser. Fundamentos da Arte Psicoterapia Analítica Expressiva.** Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa- Portugal. 2009.

CHEVALIER, Jean, & GHEERBRANT, Anderson. **Dicionário de Símbolos.** São Paulo José Olympio,1994.

DINIZ, Lígia. **Mitos e Arquétipos na Arteterapia. Os rituais para se alcançar o inconsciente.** Rio de Janeiro.Walk, 2010.

ESTES, Pinkola Clarissa. **Mulheres que correm com os Lobos.** São Paulo. Rocco 1999.

FORDHAM, Michael. **A criança como Individuo.** São Paulo. Cultrix, 2006.

GUIMARÃES RIBEIRO, Maria Aparecida. **Concepções e Funções da Arte na Arteterapia.** 2002. 162 f. (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Goiás. G.O

JUNG, Gustav, Carl. **O arquétipo e o Inconsciente coletivo.** São Paulo: Cultrix, 2º edição, 2002

JUNG, Gustav, Carl. **O Homem e Seus Símbolos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira 2º edição especial, 2008.

MARTIN, Katlhen. **O Livro dos Símbolos.** São Paulo: Taschen, 1º edição, 2012.

(2012). O Livro dos Símbolos. 1º edição, Taschen. São Paulo.

NEUMMAN, Erich. **História da Origem da Consciencia.** São Paulo: Cultrix, 10º edição. (1995).

PIERI, Franchesco, Paolo**. Dicionário Junguiano.** São Paulo: Paulus,2002.

PHILIPPINI, A. (1995). Universo Junguiano e Arteterapia. Rio de janeiro: Vol. II Coleção de revistas de Arteterapia "Imagens da Transformação". Revista POMAR.

SEI, Maíra. **A formação em arteterapia no Brasil,** Contextualização. Associação de Arteterapia do Estado de São Paulo. Disponivel em www.aatesp.com.br Acessado em 23 de Abril de 2016.

SILVEIRA, Nise. **O mundo das Imagens.** São Paulo 2001.

SOUZA MARTINS, Daniela. **Arte Terapia e as Potencialidades Simbólicas e Criativas dos Mediadores Artísticos**. 2012. (Mestrado em Educação Artística) p Universidade de Lisboa- Portugal, Faculdade Belas Artes.

TOMMASI, Sônia. **Arteterapeuta, um Cuidador da Psique.** São Paulo: Vetor 2005.

ASPECTOS SIMBÓLICOS DO ALEITAMENTO MATERNO

DANIELLE DE FATIMA SILVA FERREIRA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
danielleferreirapsi@yahoo.com.br

Resumo. *O aleitamento materno exclusivo encontra-se há anos entre as prioridades governamentais nacionais. Embora tenha apresentado progresso, pesquisas indicam que a prevalência do aleitamento materno no Brasil segue abaixo do recomendado. O presente trabalho teve por objetivo fazer uma reflexão sobre a representação simbólica do seio e seu espaço na cultura brasileira, ressaltando a importância da amamentação e a influência que o meio sociocultural estabelece no período do aleitamento materno, sendo grande responsável pelo desmame precoce.*

Palavras-Chave. *Amamentação. Aleitamento materno. Preconceito. Seios*

Abstract. *Breastfeeding has been a priority in Brazilian government and its policies. Although it has been showing progress, some researches indicate that the number of women breastfeeding in Brazil remains below the WHO recommendations. The present work aimed to make a reflection about the symbolic representation of the breast and its place in Brazilian culture, highlighting the importance of breastfeeding and its influence in the sociocultural environment which is established in the period of breastfeeding, being great responsible for precocious unwean.*

Keywords. *Breastfeeding, prejudice, breasts.*

Introdução

A gestação, o parto e a amamentação são processos biológicos mediados pela cultura. Desde a antiguidade, o aleitamento materno vem sendo questionado e sofre adaptações conforme o contexto histórico.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar os benefícios do aleitamento materno, o único alimento natural, completo e complexo para os bebês, que promove também a criação de um laço extraordinário entre a mãe e filho. Existem fatores que influenciam na amamentação e seu desmame precoce, entre eles o preconceito ao amamentar em público, um fator relevante, já que para o sucesso na amamentação, a família, sociedade e estados são de grande importância e responsabilidade.

Os seios são carregados de grande carga simbólica em suas diversas representações que normalmente estão ligadas à feminilidade, maternidade, fertilidade e santidade. O seio desnudo, em função da amamentação, ainda é visto com preconceito por representar função erótica. Uma luta constante de mulheres que buscam através de blogs e grupos de encontro, modificar essa visão, reivindicando seus direitos a favor da vida.

A família, sociedade, órgãos públicos e profissionais da área da saúde, ressaltando a importância do psicólogo, são fundamentais para o sucesso no aleitamento materno, já que a amamentação é um processo influenciado positiva e negativamente por fatores biológicos, culturais, social e psíquico.

1. O Aleitamento Materno

Segundo Oliveira e Souza (2010), a gestação, o parto e a amamentação são processos biológicos mediados pela cultura, sendo assim, fases naturais do ciclo reprodutivo.

Nos séculos XVIII e XIX (e mesmo nas primeiras décadas do século XX), era bastante disseminada a utilização de amas de leite, a "mãe preta". As senhoras da elite da época usavam as amas de leite como substitutas do seu leite, que nem sempre era oferecido aos filhos das classes mais abastadas. Os veículos de comunicação da época, entre eles os jornais brasileiros, proclamavam e anunciavam o aluguel ou a venda de negras, com filhos pequenos, para amamentar os bebês de seus proprietários (REGO, 2001).

A difusão da produção e consumo do leite de vaca, do pasteurizado e do em pó, afirma Silva (1990), teve início há mais ou menos 40 ou 50 anos, facilitando assim, a atribuição à indústria, à difusão dos meios de propaganda e marketing, o abandono do aleitamento, como se a indústria moldasse os indivíduos que, massificados e robotizados, perdiam a sua identidade cultural e a contingência da escolha.

Depois de tantas décadas de "desmame comerciogênico", rompia-se a cultura da amamentação e a alimentação por mamadeira passara a ser vista como natural. Alguns fatores que contribuíram para a adoção do aleitamento artificial foram a crescente urbanização da população mundial, os fatores macroeconômicos e sociais, como, o ingresso de parcela do sexo feminino no mercado de trabalho, o movimento pela igualdade entre os sexos e pela liberação da mulher, fundamentado no movimento feminista, explicam Figueiredo e Bueno (2015).

Para os autores supracitados, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) também contribuíram para a ruptura da cultura da amamentação no Brasil. Agências internacionais como a Aliança para o Progresso e *Food for Peace* dirigiram excedentes da produção de leite em pó para o Brasil, durante as décadas de cinquenta e sessenta. A indústria apresentava a alimentação com mamadeira como uma expressão de modernidade, fornecendo às mães, periodicamente, desde o nascimento de seu filho, sacos de leite em pó nos postos de saúde e unidades da Legião Brasileira de Assistência.

O Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno, criado no Brasil, em 1981, pelo Ministério da Saúde, criava ações nas áreas da saúde, comunicação e educação, em junção com a sociedade civil. A estratégica básica era a do incentivo ao aleitamento materno, divulgando-se os benefícios do mesmo para o bebê (OLIVEIRA & SOUZA, 2010). De acordo com Figueiredo e Bueno (2015) diversas iniciativas, com o intuito de aumentar as taxas de aleitamento materno têm sido criadas. Destaca-se entre elas, o Banco de Leite Humano (BLH), que é definido como um serviço especializado, responsável por ações de proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno. Estas ações são realizadas através de distribuição de leite humano aos lactentes impossibilitados de recebê-lo de sua genitora, além de treinamento, palestras e demonstrações.

O Banco de Leite Humano (BLH) tornou-se um diferencial muito importante, pois, mesmo sem o treinamento efetivo de toda equipe de saúde que cuida das crianças e mães, podia-se contar com funcionários capacitados, a fim de promover e apoiar o aleitamento materno (ALMEIDA & COLS, 2008).

Para Carvalho e Tamez (2005), o leite humano é um milagre da natureza, um líquido que está sempre em transformação. Sua composição é alterada a cada dia e a cada mamada, indo ao encontro das necessidades do bebê. O leite materno é uma mistura aquosa, rica em carboidratos, disponível pela manhã. No período da tarde e à noite, o leite será mais rico e gorduroso. O leite materno se adapta ao ambiente, produzindo células vivas e anticorpos em resposta a muitas doenças. Além desses benefícios, o leite humano tem uma baixa contaminação bacteriana e muitos elementos que impedem a sua deterioração. O leite materno se difere grandemente das fórmulas que é de consistência regular, sempre igual, de mamadeira em mamadeira, as mamadas de leite materno nunca são iguais. O leite materno é tão vivo e importante quanto o sangue que circula pelo corpo da mãe lactante.

A composição do leite materno varia de uma mulher para outra, podendo se modificar até mesmo de hora em hora. É uma solução complexa de carboidratos, proteínas e gorduras, adequada ao crescimento da criança em cada fase do seu desenvolvimento. O conteúdo mineral do leite materno é estável e relativamente independente de sua alimentação, com reservas de seu organismo, completando aquilo que falta na alimentação. As vitaminas lipossolúveis – A, D, E e K –variam pouco de uma amostra de leite para outra, porém, as vitaminas hidrossolúveis, como a vitamina C e todas as vitaminas do complexo B, dependem da ingestão diária da mãe. Quando as vitaminas hidrossolúveis não são bem armazenadas no organismo, precisam ser repostas em cada refeição (CARVALHO & TAMEZ, 2005).

A Organização Mundial da Saúde (OMS), segundo Neves e Marin (2013) afirma que a amamentação o alimento ideal para o crescimento saudável dos recém-nascidos, auxiliando o desenvolvimento motor e cognitivo da criança protege o bebê de doenças crônicas e infecciosas, portanto, é recomendado que os bebês sejam, exclusivamente, alimentados com o leite materno desde suas primeiras horas de vida até completarem seis meses de idade ou mais.

Segundo Saldan e Venâncio (2015), nos primeiros anos de vida, a amamentação é primordial para o desenvolvimento humano e tem impacto em curto e longo prazo para a criança. A alimentação complementar é aconselhada a partir dos seis meses de vida, com a manutenção do aleitamento materno por dois anos ou mais.

Frota, Costa e Cols (2009) acreditam que as mães tenham conhecimento dos benefícios do leite materno para seus filhos, estando cientes de que o correto é amamentá-los, exclusivamente, durante os seis primeiros meses de vida. As mães têm vivenciado obstáculos, nos quais encontram contradições entre posicionamentos, dúvidas e dificuldades à prática do aleitamento materno.

Almeida (1999) define a amamentação como além de um fator social ou fenômeno biológico. A amamentação é uma categoria híbrida, construída através de características, propriedades e atributos que se definem tanto pela natureza como pela cultura.

Poucas crianças são amamentadas com leite materno exclusivamente por mais de algumas semanas. Nas sociedades onde é regra a amamentação, as mães normalmente introduzem alimentação complementar ou líquidos muito cedo. Uma das justificativas mais comuns dadas pelas mães para a interrupção da amamentação ou a introdução de outros alimentos, é a crença de que não terão leite suficiente ou que a qualidade do leite deixa a desejar (SILVEIRA & LAMOUNIER, 2004).

Para Carvalho e Tamez (2005) os principais obstáculos à prática da amamentação são: a falta de conhecimento da população em geral, dos profissionais de saúde e dos gestores; condutas inapropriadas e falta de habilidades dos profissionais de saúde; aspectos culturais; falta de confiança / baixa autoestima da mãe; falta de apoio e suporte familiar e comunitário; trabalho da mulher e; promoção inapropriada de substitutos do leite materno. Esses fatores contribuem negativamente para a prática de amamentação e devem ser levados em consideração pelos profissionais de saúde.

As recomendações, para a alimentação da criança pequena se contradiz, muitas vezes, com as crenças e práticas arraigadas à cultura. No Brasil, a suplementação com água e chás é uma delas. Costuma-se introduzir os chás muito cedo, com o intuito de matar a sede da criança, acalmar, aliviar cólicas e tratar diferentes doenças, destacam Carvalho e Tamez (2005).

A Organização Mundial de Saúde, apoiada pela Academia Americana de Pediatria (AAP) recomenda, de acordo com Rego (2001), que novos alimentos sejam introduzidos a partir dos quatro a seis meses de idade. Porém, o Brasil apresentou uma proposta na Assembleia Anual da OMS, realizada em maio de 2000, em que propõe que a organização adote, como política mundial de incentivo, a amamentação exclusiva durante os seis primeiros meses. Algumas indústrias fabricantes de leite em pó tem apresentado grande resistência ao projeto, que tem como objetivo diminuir os riscos imediatos da alimentação suplementar muito precoce, como desnutrição, doenças infecciosas e crônico-degenerativas, obesidade, hipertensão, arteriosclerose, alergia alimentar, entre outros.

A história da amamentação é construída pelo cotidiano das famílias nos seus ambientes sociais e culturais, por aspectos naturais e biológicos; é influenciada pelo ambiente doméstico, familiar, profissional e a comunidade. Pode-se dizer então, que o leite materno é biologicamente formado e o ato de amamentar é socialmente construído (GALVÃO & SILVA, 2010).

Para os autores supracitados, qualquer pessoa pode desfrutar de uma amamentação agradável, apesar da ausência de pessoas de apoio. Quando se tenta informar com paciência aqueles que não compreendem as necessidades particulares, a oposição pode ser vencida. A partir do momento em que a mãe, o marido e os outros membros da família aprendem a se conhecerem de uma nova forma e a compartilhar a vida de maneira prazerosa, o processo de redefinição de relações pode ser desafiador ou compensador.

2. A simbologia da mama e o preconceito

Seara (2012) explica que a mama tem estrutura glandular, que na mulher segrega e excreta leite após o parto, para alimentação do filho. É considerada um órgão duplo, pois está associada também às sensações sexuais e constitui um componente integrante do comportamento sexual. Na fase da adolescência, o desenvolvimento mamário indica a aproximação do corpo da adolescente ao da mulher adulta e salienta a sua feminilidade. As mamas, especialmente os mamilos, são muito sensíveis à estimulação tátil, os quais respondem com ereção, que é produzida pela contração da musculatura lisa, componente da aréola e do próprio mamilo. As mamas produzem, na mulher, a excitação sexual, sendo assim, uma região erógena e fonte de prazer.

As mamas começam a se desenvolver na puberdade e, segundo Oliveira, Costa, Vieira e Freitas (2009), é responsável pela produção de leite. É formada por tecido glandular, por tecido fibroso de conexão de seus lobos e por tecido gorduroso, no intervalo entre os lobos. Cada mama apresenta uma aréola e uma papila na sua região central. Na papila mamária, ou mamilo, exteriorizam-se 15 a 20 orifícios ductais, que correspondem às vias de drenagem das unidades funcionantes, que são os lobos mamários. A glândula mamária, sendo um órgão par, está apoiada sobre o músculo peitoral maior.

O seio adquire vários significados e representações simbólicas dentro de uma sociedade, em relação à maternidade. Além da nutrição física, ele representa as trocas simbólicas de afeto e exercita as várias possibilidades da maternagem. A psicologia e a psicanálise trazem sobre essa questão, uma construção teórica, enfatizando o seio como objeto pelo qual a mãe estabelece contato com seu filho e lhe proporciona não só o alimento, mas também o prazer e o acolhimento, explica Silva (2008).

O seio foi, por muito tempo, mais valorizado quanto aos aspectos relacionados à maternidade; porém atualmente, essa valorização tem se voltado ao seu significado de

feminilidade. Ele é fortemente explorado como ícone de forte apelo sexual, ideia que é reforçada pela mídia (SILVA, 2008).

Rosa (2005) ressalta que, além de ter como função principal a produção de leite para a amamentação, a mama representa, para a mulher, importância psicológica. Tem papel fundamental na constituição da autoestima e autoimagem, pois embeleza o corpo feminino e tem função erógena e de atração sexual.

A mama é, provavelmente, a parte do corpo feminino com mais carga simbólica, sendo considerada como atributo de maternidade, devido ao contato com bebê, conforto, proteção e sua nutrição; à sexualidade e, por fim, à feminilidade, ressalta Seara (2012).

De acordo com Oliveira (2015), a carga simbólica dos seios está relacionada à cultura, podendo assim ser vista no aspecto maternal entre mãe e filho, proporcionando afeto, ou apenas como papel nutricional; porém, normalmente estão ligados à feminilidade, fertilidade, maternidade, santidade e, até mesmo, à vida.

O final do séc. XVIII e o séc. XIX foram períodos de intensas transformações sociais, econômicas, científicas e políticas. Monteiro, Gomes e Nakano (2006) destacam que o seio feminino foi politicamente transformado em fonte natural de alimento e o ato de amamentar foi visto como um direito natural de todas. Atualmente, vem se criando novas discussões no que se refere à amamentação, marcando um novo modelo de assistência com enfoque tanto na questão biologicista materno-reprodutiva, como resquício do modelo higienista e, num segundo momento, enfocando a perspectiva de gênero na construção social.

As representações de mulher/mãe/nutriz são construídas através de cada cultura, como nos mostram Monteiro, Gomes e Nakano (2006). O seio pode ou não ser erótico e estar ligado à sexualidade. Dependendo da cultura, o leite pode representar forte aspecto simbólico e o aleitamento, pode estar além do aspecto biológico e nutricional. A função nutricional do seio se manteve, por muito tempo, sendo então recente, a sua erotização na cultura ocidental. No final da idade média, a nudez passa a ter sentido erótico, prejudicando, de certa forma, o aleitamento materno e a visão do outro perante o ato de amamentar.

Oliveira (2015) explica que a demanda trazida pelos movimentos feministas e os que defendem o aleitamento materno, insiste na exposição pública dos seios femininos e assumem um papel simbólico na luta pela desvinculação de seu total papel erótico. Trata-se de a mulher ter total liberdade para determinar qual papel ela deseja que o seu corpo assuma, a partir da sua própria demanda, não se tratando, na verdade da negação do erotismo, mas da escolha da mulher.

2.1. Preconceito

Pinheiro (2011) define o preconceito como valores que consiste em juízos preconcebidos perante as representações que o sujeito tem sobre a realidade. Essas construções não são apenas individuais, a cultura exerce papel importante para sua elaboração.

Borges (2006) explica que ideias elaboradas, organizadas e desenvolvidas sobre determinado assunto necessita de reflexão, análise e síntese, chamadas de conceito, porém, antes de estabelecermos conceito sobre algo, formamos um preconceito, que seria a primeira compreensão sobre. Essa opinião se forma sem reflexão e pode, muitas vezes, ter sentido negativo, quando ficamos nele, sem desenvolvê-lo, sendo limitados e impedidos de ver as coisas de uma maneira mais ampla e desenvolvida. Porém, ele também pode ser positivo, quando é bem desenvolvido e esclarecido numa busca de ampliar o conhecimento sobre algo.

Existem diferentes preconceitos referentes aos direitos humanos, complementa Borges (2006), como direitos individuais e direitos públicos, que se referem à concepção individualista da pessoa humana, sendo usada geralmente para denominar uma parte dos direitos fundamentais, sendo ela, a dos direitos civis concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, por isso, não são suficientes para traduzir a amplitude dos diretos humanos.

Para Caniato (2008), o preconceito é uma estratégia perversa de opressão do processo discriminatório. Isto se explica, porque vivemos em uma sociedade democrática que oferece segurança aos indivíduos civilizados. O preconceito é atribuído aos indivíduos através dos moldes propostos pela indústria cultural, por meio de representações ideológicas. Os indivíduos então deixam de pensar criticamente se respaldando em pré-julgamento. A violência do preconceito produz sentimento de culpa pode trazer prejuízos psicológicos.

3. Uma relação entre a psicologia e a amamentação em público

Segundo Lima, Leão e Alcântara (2014) a amamentação é um processo influenciado positiva e negativamente por fatores relacionados à mãe, como características da personalidade, ansiedade, estresse e sua atitude frente à situação de amamentar a criança, à gestação, condições de parto, o período pós-gestacional e o temperamento da criança. Também sofre a influência de fatores circunstanciais, como o trabalho materno, a geração e as condições do cotidiano. Esses aspectos influenciam nas justificativas dadas ao desmame precoce ou à continuidade do aleitamento. É um sistema de valores e crenças que afeta e influencia as práticas do cuidar, transformando-se através da interação com o meio social.

Separar o papel sexual do seio de seu papel maternal tem sido uma difícil tarefa para as mães brasileiras, explica Oliveira (2015). Essas mães têm planejado encontros coletivos, com o objetivo de compartilhar experiências e denunciar o preconceito sofrido por elas. Cita também a internet como ferramenta de grande importância na articulação

política, principalmente as redes sociais, onde eventos como a “Marcha das Vadias”, “Mamaço” e “Toplessaço”, têm sido criados e organizados. Apesar de o território cibernético ter se mostrado conservador, ele tem sido de grande importância em movimentos como estes, que são representativos para a abertura do debate acerca do seio desnudo e sua apropriação do espaço público.

Apesar de ONGs e associações exercerem um intenso trabalho para promover e divulgar os conhecidos benefícios da amamentação para saúde do bebê, Oliveira (2015) destaca que o olhar opressor da sociedade parece não ter tido grandes avanços à prática em locais públicos, que ainda é vista como transgressora.

No ano de 2011, aconteceu o primeiro evento no Itaú Cultural, porém, a repressão ao seio desnudo de mães lactantes continuou a ocorrer nos anos que se seguiram, em outros espaços culturais, como em novembro de 2013, no Sesc Belenzinho, em que uma mãe foi orientada por uma funcionária do local a se dirigir à sala de amamentação, pois era proibido amamentar no local onde se encontrava com o seu bebê. No Sesc Belenzinho, em São Paulo, o Mamaço reuniu cerca de 30 mães, Oliveira (2015).

A situação aconteceu novamente, acrescenta Oliveira (2015), quando em fevereiro de 2014, outra mãe foi repreendida no espaço do MIS (Museu da Imagem e do Som), ao amamentar sua filha, na época com sete meses de idade. Foi realizado então, no mesmo mês, um Mamaço no MIS, com a participação de cerca de 40 famílias contra a proibição. Em dezembro do mesmo ano, a Pinacoteca de São Paulo também foi cenário de proibição à amamentação, quando um segurança do local, na exposição do artista Ron Mueck, repreende uma mãe, ao amamentar sua filha de quatro meses. Após o episódio, foi feita uma denúncia, via Facebook, e outro Mamaço foi organizado ao final de janeiro de 2015, contando com a participação e organização do Matrice, grupo de apoio à amamentação.

É importante destacar a luta e a vitória nos campos dos direitos civis, conquistadas por mães que, apesar da resistência da sociedade em aceitar a exposição do seio desnudo para amamentação em locais públicos, conseguiram um Projeto de Lei, proposto pelos vereadores Aurélio Nomura (PSDB), Patrícia Bezerra (PSDB) e Edir Sales (PSD), que se tornou Lei sancionada pelo prefeito Fernando Haddad (PT). É a lei nº 16.161, de 13/04/2015, que garante à mãe o direito de amamentar em qualquer estabelecimento na cidade de São Paulo, prevendo multa para quem descumpri-la (OLIVEIRA, 2015).

A amamentação, segundo Sampaio, Falbo, Figueira e Cols (2010), está conectada diretamente ao inconsciente, em especial, ao desejo do outro e à posição do sujeito em relação a sua cadeia de significante. Antecipar ou estender o desmame acontece por inúmeros aspectos, podendo ser eles, por caráter biológico, histórico-cultural, econômico-social e psíquico. Como exemplo, podemos citar uma prática cultural que, nas entrelinhas, priva a mãe de amamentar em público. Muitas mulheres sentem um constrangimento ao amamentar publicamente, pois, na maioria das vezes, são retalhadas, sofrendo uma rejeição social. Como forma de superar este contratempo é preciso que a sociedade apoie a mãe a amamentar seu bebê, a qualquer hora, em qualquer lugar. Mesmo estando em local privado ou coletivo, afinal a mulher precisa estar tranquila e à vontade para suprir a fome da criança ou reconfortá-la, se necessário. A mensagem de uma mãe, em período de

amamentação, para a sociedade e familiares é de que este ato é natural, sendo uma prática padrão da mulher moderna (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA, 2014).

A mãe de Marina de 3 anos e Samuel, de 3 meses, contribui com seu depoimento: "Acho que todas as mulheres deveriam amamentar. Como não dá para ficar em casa o tempo todo (…), muito menos deixar a criança chorando de fome na rua, as mulheres devem amamentar em público. Vou continuar a amamentar o meu filho em público até ele desmamar. (…) Talvez algumas pessoas, pelo menos as que convivem comigo, comecem a ver o aleitamento com mais naturalidade" (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA, 2014).

A Organização Pan-Americana (2014) traz informações de que é preciso superar as barreiras que impedem amamentação em público, dessa maneira, essa prática poderá ser vista, novamente, como uma norma social valorizada e sendo a única maneira de alimentar a criança.

Diante de todas essas questões, percebemos que amamentação não se baseia apenas em um ato individual, mas ela também tem seu contexto sociocultural, influenciada pela sociedade e pelas condições que cada mulher está inserida. Podemos perceber estes aspectos através do levantamento histórico da amamentação, ao longo da evolução da humanidade (RESENDE & OLIVEIRA, 2012).

Adotar atitudes positivas em relação ao ato de amamentar, como orientação às mães; apoio e conscientização pode ser um ponto de ação. Em contrapartida, explicam Rollins, Lutter, Bhandari e Cols (2016), as atitudes negativas que estão relacionadas à licença maternidade incorreta, falta de oportunidade para amamentar ou tirar o leite no local de trabalho, a coerção sofrida pela mãe ao amamentar em público, também se encontram como prejudicais na prática do aleitamento materno. É preciso levar em conta que amamentação é uma atitude pessoal, que sua eficácia depende exclusivamente da mulher. Para ser valorizada pela sociedade, a amamentação precisa de um acordo com a Declaração Inocente do "reforço a uma 'cultura da amamentação' e sua defesa vigorosa contra incursões de uma 'cultura da mamadeira'". É possível rever os conceitos sob o ato de amamentar, já que vivemos em uma era onde a comunicação e a propaganda social especializada tem-se inovado.

Para Resende e Oliveira (2012), o profissional da saúde tem um papel essencial na promoção dos recursos naturais e ambientais da amamentação, seja ela natural ou artificial.

Haslinger, Santos, Alves e Cols (2011) falam sobre o trabalho do psicólogo, como sendo o de explorar os medos, ansiedades e frustrações que impedem a mãe de desenvolver um vínculo funcional com o bebê. O acolhimento à mãe associado à escuta qualificada possibilita que a mulher expresse seus sentimentos, auxiliando na relação afetiva entre ambos e contribuindo para uma amamentação prazerosa.

O aconselhamento, em amamentação, ajuda no fortalecimento da mãe, para combater as pressões, trabalhando no aumento da autoestima e autoconfiança, que ocorre

através do estabelecimento de uma relação construtiva entre profissional e mulher (RESENDE & OLIVEIRA, 2012).

Todas as mulheres, em teoria, podem vir a amamentar uma criança, caso estejam física e psicologicamente estáveis. Para que isso ocorra, é preciso ter em mente que não tem regras fixas a serem seguidas. Ao amamentar, destacam Resende e Oliveira (2012), a mulher vivencia um sentimento único de cuidado e intimidade. Cada mulher dá um sentido singular ao ato, dependendo de como está sendo contemplado e o significado dado à maternidade pela mãe, ao se relacionar com seu filho.

Nessa fase, Louzada (2008) afirma que é importante o suporte psicológico. O papel do psicólogo é ajudar a mãe a se conscientizar sobre suas emoções que estão presentes neste período, podendo estar presente nas fases pré-natal e pós-natal. Junto com outros profissionais, o psicólogo contribui para o sucesso da amamentação, evitando o desmame precoce e os possíveis problemas acarretados por ele.

O psicólogo deve levar em conta questões exclusivas do período de amamentação, bem como mecanismos psicológicos e biológicos, auxiliando as mães a quebrar os possíveis obstáculos dessa fase; ajudando-as a lidar com seus conflitos emocionais; desenvolvendo a autoconfiança para amamentar. O apoio psicológico no puerpério, período onde se desencadeia fortes emoções, pode influenciar no andamento da amamentação, completa Louzada (2008).

Não há muitos registros sobre o papel do psicólogo, no ato de amamentar. O que podemos perceber é que os aspectos psicológicos é um dos fatores que influenciam de forma direta no sucesso ou insucesso da lactação. Louzada (2008) aponta que a fonte de trabalho do psicólogo, nesta questão, seria a exploração das emoções da mãe durante o processo, junto com outros profissionais da saúde, ajudando a promover ações; evidenciando que, além dos benefícios físicos, a amamentação também reflete positivamente na subjetividade da mãe e do bebê e; por fim, contribuindo nas suas relações sociais.

Basso, Rocha e Esqueda (2008) trazem a psicologia hospitalar, como uma área diferenciada das outras, pois se pretende, principalmente, humanizar a prática dos profissionais de saúde dentro do contexto hospitalar. A psicologia abrange uma clientela diferenciada e um local distinto, visando a um trabalho psicológico sob uma nova perspectiva, conduzindo a uma mudança na concepção da prática social e coletiva, o que vem resultando na ampliação do seu campo, que tem dado mais destaque a área da saúde.

Os autores supracitados concluem que é necessária a discussão sobre a atuação da psicologia na saúde hospitalar e de que forma esse trabalho contribui para a sociedade. A psicologia comunitária é outra área da psicologia que busca a melhoria das relações dos sujeitos e destes com seu ambiente. O ato de amamentar favorece o contato direto entre a mãe e o bebê e essa interação, favorece o estabelecimento de vínculos afetivos, indispensáveis para o desenvolvimento emocional ao longo de toda a vida.

As dificuldades encontradas no processo de amamentação podem estar relacionadas à falta de informações a respeito da importância e das vantagens do aleitamento materno, sendo obrigação do governo, fazer com que as pessoas tenham acesso a essas informações, orientando e promovendo estratégias no processo educativo (BASSO, ROCHA & ESQUEDA, 2008).

Segundo a Organização Pan-Americana (2014), é necessário, além das diversas resoluções, iniciativas, políticas, diretrizes em nível mundial, para proteger, promover e apoiar o aleitamento materno. Também são de extrema importância que se crie novas estratégias de promoção e comunicação fundamentadas nas evidências dos benefícios para as crianças, que não se restringem apenas à redução do risco de infecção. Tais estratégias devem informar que as crianças estariam mais bem preparadas para a economia global se fossem amamentadas através do seio materno, visto os efeitos positivos nos níveis de inteligência; que as mães teriam maior proteção contra doenças como câncer; que a família e a sociedade seriam favorecidas com a economia de gastos na saúde e; que o meio ambiente seria protegido contra os milhões de latas e mamadeiras descartados nos aterros sanitários.

É necessário que se promova um ambiente social em que as mães se sintam livres para amamentar a qualquer hora, onde estiver, recomenda a Organização Pan-Americana (2014).

3.1. Família, estado e amamentação

Oliveira e Moreira (2013) concebem a amamentação como uma prática progressista que está vinculada ao cenário social e familiar. Faz-se uma interface com a realidade histórica, econômica, cultural e política. Ao longo dos anos, ações para a saúde da mulher e da criança vêm sendo desenvolvidas.

A amamentação é um fenômeno complexo e traz diversas variáveis de natureza fisiológica, psicológica, social e volitiva, dentre outras. A mulher, explica Lima, Leão e Alcântara (2014), tem a liberdade para optar pela amamentação, porém, o Estado é o responsável por garantir esse direito, gerando as condições para que a mesma amamente se optar por, e puder fazê-lo, é papel da sociedade, respeitar o direito da mulher e da criança.

De acordo com Oliveira e Moreira (2013), as políticas de saúde favorecem ações que correspondem à proteção coletiva, provisórias ou permanentes, contra alguns riscos sociais em relação às técnicas, estratégias, instrumentos e objetivos, que são pautados e introduzidos, a fim de promover a seguridade e o bem-estar social. Segundo o Ministério da Saúde (2004), todos os profissionais de serviços e gestores de saúde devem atentar-se às recomendações da Convenção dos Direitos Humanos, em específico, aos direitos da Criança, em acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1989. Em igualdade,

todos devem estar atentos com respeito à Constituição Federal, que assegura às puérperas/120 dias de licença maternidade, que esteja livre de qualquer prejuízo, seja ele de qual ordem for. A mulher tem o direito de amamentar o filho entre duas em duas horas, com pausa de meia hora, direito este que resguarda a alimentação da criança até os seis meses de idade.

A sociedade como um todo é obrigada a se desfazer de quaisquer atos de discriminação ou violência que possa causar algum empecilho à opção da mulher amamentar, seja em qual lugar for, mesmo em espaços públicos. Referente ao Estado, Lima, Leão e Alcântara (2014) explicam que é sabido sobre os fundamentos do direito à amamentação em sua ordem social. Fica obrigado a recolher-se de medidas cabíveis à sua efetivação, em condições adequadas, deixando qualquer ato, executivo ou legislativo, que vá de encontro a estes direitos. Compreende-se que no artigo 6º, que exprime as palavras entre os direitos fundamentais sociais, o direito à saúde e à maternidade, junto ao artigo 227, que coloca à família, à sociedade e ao Estado, o dever de assegurar com prioridade, os direitos primários da criança que está relacionado à vida saudável, alimentação e cuidados.

Considerações finais

Esse trabalho procurou expor os benefícios do aleitamento materno tanto para a mãe quanto para o bebê. Teve por objetivo específico, pensar como o preconceito da amamentação em público influencia o desmame precoce.

Oliveira (2015) explica que apesar de ONGs e associações fazerem um intenso trabalho para promover e divulgar os conhecidos benefícios da amamentação para a saúde do bebê, o olhar opressor da sociedade parece não ter tido grandes avanços à prática em locais públicos, que ainda é vista como transgressora. A Organização Pan-Americana (2014) cita a rejeição social como uma prática cultural que, nas entrelinhas, priva a mãe de amamentar em público, levando ao sentimento de constrangimento.

Através da leitura e análise dos textos previamente selecionados, observou-se que a amamentação é fortemente influenciada por questões biológicas, sociais e psicológicas; sofrendo influências psicossociais.

A família e a sociedade desempenham um papel fundamental na promoção e sucesso da prática da amamentação. O papel do pai também exerce grande influência, já que compartilham da mesma experiência.

O trabalho do psicólogo é explorar os medos, ansiedades, frustrações que impedem a mãe de desenvolver um vínculo funcional com o bebê, trabalhando, simultaneamente, com uma equipe multidisciplinar, que muito tem a acrescentar às nutrizes, apoiando,

esclarecendo e auxiliando durante todo o processo da amamentação, garantindo assim, o sucesso no aleitamento materno.

Esse estudo revelou que, apesar de inúmeras estratégias de incentivo ao aleitamento materno, as percepções das nutrizes não se modificaram significativamente ao longo do tempo. Sugere-se, que, além do incentivo do aleitamento materno por meio de publicidade e discursos, sejam criadas estratégias a fim de atingir a sociedade em geral, contando com o apoio do poder público, para garantir o sucesso da amamentação.

Lima, Leão e Alcântara (2014) afirmam que é garantido à criança o direito à alimentação saudável e em condições de higiene e segurança adequadas, como dimensão de atenção e cuidado. É garantido à lactante, o direito a amamentar, garantindo condições para fazê-lo, se assim escolher, sem prejuízo ou relativização de quaisquer direitos e sem sofrer quaisquer formas de violência ou discriminação, por parte da sociedade ou do Estado.

É certo que a maternidade exige flexibilidade, adaptações, deslocamentos e prioridades, porém, essa tarefa deixa de ser árdua com a cooperação e apoio de familiares e da sociedade.

O ato de amamentar é uma ação perfeita entre mãe e filho! Que ela possa se tornar uma realidade em nossa sociedade, quando todos se conscientizarem da magnitude da relação estabelecida entre mãe e bebê.

Referências Bibliográficas

DE ALMEIDA, Gabriela Garcia. et al. (2008). **Proteção, Promoção e Apoio ao Aleitamento Materno no Hospital Universitário**. Revista Ciência e Saúde /coletiva Vol.13. nº 2. Rio de Janeiro. jan/mar Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200024&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 07 mai 2016.

ALMEIDA, José Aprígio Guerra de. (1999). **Amamentação:** Um Híbrido Natureza-Cultura. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, ISBN: 978-85-85239-17-4.

BASSO, Ilda; ROCHA, José Carlos Rodrigues; ESQUEDA, Marilene Dias. (2008) **II Simpósio Internacional da Educação Linguagens Educativas:** Perspectivas Interdisciplinares da Atualidade; Universidade de Sagrado Coração de Jesus – USC; Bauru, SP: USC, 2008. Disponível em: http://www.usc.br/biblioteca/pdf/sie_2008_psic_arti_aleitamento_materno_um_relato_de_experiencia.pdf. Acesso em: 21mar 2016.

BORGES, Alci Marcus Ribeiro. (2006). **Direitos Humanos Conceitos e Preconceitos**; Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 11, nº. 1248, 1 dez. 2006. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/9225/direitos-humanos. Acesso em: 17abr 2016.

CANIATO, Angêla Maria Pires. (2008). **A Violência do Preconceito:** A Desagregação dos Vínculos Coletivos e da Subjetividade. Revista Arquivos Brasileiros de Psicologia. Vol. 60 nº 2. Disponível em: http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/228/181. Acesso em 09 mar 2016

CARVALHO, Marcus Renato; TAMEZ, Raquel Nascimento. (2005) **Amamentação Bases Científicas**. Vol. 02. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

FIGUEIREDO, Maria Claudia Diniz. et al. (2015). **Human Milk Bank:** The Breastfeeding Counseling and the Duration of Exclusive Breastfeeding. Rev. Bras. Crescimento Desenvolv.Hum. vol.25, n.2. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/103016. Acesso em: 09 jun 2016.

FROTA, Mirna Albuquerque. et al. (2009). **Fatores que interferem no Aleitamento Materno**. Revista Rene. Fortaleza (CE). Disponível em: http://www.revistarene.ufc.br/10.3/html/6.htm. Acesso em: 09 jun 2016

GALVÃO, Dulce Maria Pereira Garcia; SILVA, Isília Aparecida. (2011). **Vivências de Amamentação da Criança Portuguesa em Idade Escolar**. Rev. Esc. Enferm. USP, vol.45, n.5, ISSN 0080-6234. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v45n5/v45n5a04.pdf. Acesso em: 15 mar 2016.

HASLINGER, Camile. et tal. (2011). **O Desejo de Amamentar:** Uma Visão da Psicologia Sobre o Processo de Amamentação. IV Jornada de Pesquisa em Psicologia. Desafios Atuais na Práticas da Psicologia. 25 e 26 de novembro de 2011. UNISC – Santa Cruz do Sul Disponível em: http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/view/10216/42 Acesso em: 15 fev 2016.

LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; LEÃO, Thiago Marques; ALCÂNTARA, Mirã Alves Ramos. (2014). **Proteção Legal à Amamentação,** na Perspectiva da Responsabilidade da Família e do Estado do Brasil. 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/viewFile/75649/79186. Acesso em: 01 mar 2016.

LOUZADA, Viviane Borges. (2008). **Amamentação como Ato Psicossocial**. Monografia apresentada como requisito parcial a obtenção do título de bacharel em Psicologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Governador Valadares. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/viewFile/75649/79186. Acesso em: 14 jun 2016.

MONTEIRO, Juliana Cristina dos Santos; GOMES, Flávia Azevedo; NAKANO, Ana Márcia Spanó. (2006). **Amamentação e o Seio Feminino:** Uma Análise Sob a Ótica da Sexualidade e dos Direitos Reprodutivos. Revista Contexto Enfermagem Vol. 15 nº 1 Florianópolis. Jan/Mar. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000100018. Acesso em: 04 jun 2016.

DE OLIVEIRA, Ana Cristina. et al (2009). **O Câncer de Mama,** Suas Implicações e as Considerações de Enfermagem sobre a Dor. Monografia para obtenção do grau de bacharel em Enfermagem, apresentada à Área de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Vale do Rio Doce – Governador Valadares. Disponível em: http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Ocancerdemamasuasimplicacoeseasconsideracoesdeenfermagemnador.pdf Acesso em: 11 jul 2016.

OLIVEIRA, Nayara de Jesus; MOREIRA, Michele Araújo. (2013). **Políticas Públicas Nacionais de Incentivo à Amamentação:** a In(Visibilidade) das Mulheres; ID-545-20(3)-juç-set-2013.pdf. Artigo de Revisão. Disponível em: http://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-20-3/ID-545-20(3)-jul-set-2013.pdf. Acesso em: 02 ago 2016.

OLIVEIRA, Pamela Luiza Paiva. (2015). **Teta:** Os Papeis Simbólicos do Seio Desnudo na Sociedade Brasileira Urbana Atual. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Universidade de São Paulo. Disponível em: http://myrtus.uspnet.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/artigo_tetas_os_papeis_simbolicos_do_seio_desnudos_na_sociedade_brasileira_urbana_atual_pag_01_a_82.pdfAcesso em: 14 mai 2016.

DE OLIVEIRA, Maria Inês Couto. et tal (2010), **Avaliação do apoio recebido para amamentar:** Significado de mulheres usuárias de unidades básicas de saúde do estado do Rio de Janeiro. Ciênc. Saúde coletiva. 2010, vol. 15, n.2. ISSN 1413-8123. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000200036. Acesso em: 14 jul 2016.

OMS (2014). **Amamentação:** Uma Questão Contemporânea Em Um Mundo Globalizado; Semana Mundial de Aleitamento Materno, 1 a 7 de agosto; Nações Unidas; Aliança Mundial para Ação em Aleitamento Materno (WABA). Disponível em: http://www.paho.org/bra/images/stories/Documentos2/brief%20report%202014%20portugues.pdf. Acesso em: 07 set 2016.

PINHEIRO, Viviane Potenza Guimarães. (2011). **Preconceito, Moralidade e Educação Moral para a Diversidade**. Revista Brasileira de Educação Vol. 16 nº 43 jan/abr. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a12.pdf. Acesso em: 09 jul 2016.

REGO, José Dias. (2001). **Aleitamento Materno**. Vol. 01. São Paulo: Atheneu.

RESENDE, Kenia Mirele; DE OLIVEIRA, Diana Maria Vale. (2012) **A Amamentação como Fator Relevante no Estabelecimento do Vínculo Mãe e Filho.**

http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_producao_cientifica/arquivos/revista1/artigos/Artigo_Kenia_Diana.pdf . Acesso em: 14 jul 2016.

ROLLIS, Nigel C. et al (2016). **Por que Investir** e o Que Será Necessário Para Melhorar as Práticas de Amamentação? Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília. Disponível em: http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v25n1/Amamentacao2.pdf. Acesso em: 14 set 2016.

ROSA, Rodolfo de Oliveira (2005). **Estudos de Parâmetros Físicos de Qualidade de Imagem em Mamografia Convencional Usando Método Monte Carlo**. http://antigo.nuclear.ufrj.br/MSc%20Dissertacoes/Rodolfo/TESERODOLFO.pdf Acesso em: 23 ago 2016.

SALDAN, Paula Chuproski. et al. (2015). **Práticas de Aleitamento Materno de Crianças Menores de Dois Anos de Idade com base em indicadores da Organização Mundial da Saúde**. Rev. Nutr. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732015000400409. Acesso em: 20 mar 2016

SAMPAIO, Marisa Amorim. et al (2010). **Psicodinâmica Interativa Mãe – Criança e Desmame**. Psicologia: Teoria e Pesquisa Vol. 26 n. 4, pp. 613-621 Out-Dez. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n4/05.pdf. Acesso em: 19 jul 2016.

SEARA, Maria de Lourdes Pereira dos Santos. (2012) **Imagem corporal e função sexual das mulheres mastectomizadas;** Tese Submetida ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação de medicina da Universidade de Lisboa, como Parte do Requisito Necessário Para Obtenção do Título de Mestre. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7346. Acesso em: 19 jul 2016.

SILVA, Luciana Codognoto da; DAUBER, Lia. (2008). **Da Amamentação aos Afetos da Vida Adulta**; Revista Interbio v. 2 n. 2 ISSN 1981-3775. Disponível em: http://www.unigran.br/interbio/paginas/ed_anteriores/vol2_num2/arquivos/artigo1.pdf. Acesso em: 21 jul 2016.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. (1990): **Amamentação: Fardo ou Desejo? Estudo Histórico-Social dos Saberes e Práticas sobre Aleitamento na Sociedade Brasileira**. Ribeirão Preto (SP): Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.pgsc.ufma.br/arquivos/amamentacaofardooudesejo.pdf. Acesso em: 19 jul 2016.

SILVEIRA, Francisco José Ferreira da; LAMOUNIER, Joel A. (2004). **Prevalência do Aleitamento Materno e Práticas de Alimentação Complementar em Crianças com até 24 Meses de Idade na Região do Alto Jequitinhonha**. Minas Gerais. Revis Nutr. Vol17 nº 4 Campinas Oct/Dec 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250041310_Prevalencia_do_aleitamento_materno_e_praticas_de_alimentacao_complementar_em_criancas_com_ate_

24_meses_de_idade_na_regiao_do_Alto_Jequitinhonha_Minas_Gerais. Acesso em: 19 jul 2016.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE

MARIANA REZENDE DINI

Faculdade de Ciências Médicas Doutor José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Cel. Alfredo Custódio de Paula, 320 - 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil.
mariana.dini@live.com

Resumo. *Partindo do pressuposto de que fenômenos são construídos nas práticas sociais do cotidiano, este trabalho objetivou investigar a construção social da maternidade contemporânea. Tendo como foco a análise de repertórios linguísticos sobre maternidade, foram analisadas conversas cotidianas, bem como conhecimentos de profissionais da saúde da mulher. A análise sugeriu que em diferentes contextos a ideia que predomina é a de que a função social designada à mulher é justificada por sua "natureza feminina", que implicaria na maternidade e à propensão para se sacrificar pelos outros, embora no contexto imediato a mulher contemporânea esteja, aos poucos, reivindicando uma revolução nesse sentido.*

Palavras-Chave. *Construção Social. Maternidade. Psicologia Social. Repertórios Linguísticos.*

Abstract. *On the assumption that phenomena are constructed in everyday social practices, this study aimed to investigate the social construction of contemporary motherhood. Focusing on the analysis of linguistic repertoires about motherhood, everyday conversations were analyzed, as well as knowledge of professional women's health. The analysis suggested that in different contexts the idea that prevails is that the social role assigned to women is justified by its "feminine nature", which would imply the maternity and propensity to sacrifice for others, although in the immediate context the contemporary woman is gradually claiming a revolution in this direction.*

Keywords. *Social Construction. Motherhood. Social Psychology. Linguist Repertoires.*

Introdução

A maternidade, segundo Malinoeski (1962, citado por PORTO, 2011, p. 31) "enquanto uma atividade associada à manutenção do corpo e à continuidade da vida, é fonte primária de símbolos e interpretações".

Badinter (1985, p. 249), portanto, explicita a convicção dominante que norteia a atividade da maternidade:

> Ora, a maternidade, tal como concebida no século XIX a partir de Rousseau, é entendida como um sacerdócio, uma experiência feliz que implica também necessariamente dores e sofrimentos. Um real sacrifício de si mesma. Se tanto se insiste nesse aspecto da maternidade, com uma certa benevolência, é sempre para mostrar a adequação perfeita entre a natureza da mulher e a função de mãe (BADINTER, 1985, p.249).

Entretanto, ainda de acordo com Badinter (1985, p.339), há quase dois séculos o que foi considerado supostamente um dom inerente à mulher parece estar sendo questionado por elas próprias, pois, apesar de não abdicarem por completo das tarefas que lhes foram atribuídas, elas "mostram, por meio de vários sinais, que desejam compartilhar com seu companheiro o amor pelo filho e o sacrifício de si, como se estes não lhe fossem inerentes".

Diante disso buscou-se explicitar a polissemia e os conhecimentos a respeito da maternidade, sobretudo nas práticas discursivas no cotidiano, tanto em um contexto imediato, representado pelas conversas cotidianas, quanto por um contexto amplo, representado pelos sentidos e conhecimentos de profissionais da saúde da mulher. A conversa, de acordo com Batista, Bernardes & Menegon (2014, p.100), é caracterizada por sua cotidianidade e informalidade que não deixam de ser constitutivas da ciência, fazendo parte de um contexto mais amplo da circulação das ideias, uma vez que, segundo Menegon (1998, p.17), "fazem parte de um mundo que tem história". Essa história consiste em diferentes campos de conhecimento, sendo que, segundo Menegon (1998, p. 18), embasada em autores como Foucault (1969, 1979) e Spink (1994), "as áreas científicas ligadas à saúde, com destaque para as biomédicas, são apontadas como locus privilegiado de formação e difusão de uma grande variedade de repertórios sobre saúde e doença", repertórios esses que influenciam e são influenciados por repertórios referentes à maternidade.

Com a articulação desses diferentes contextos de produção e de circulação de sentidos e conhecimentos, pretendeu-se identificar permanências e tentativas de renovação que compõem a construção da maternidade contemporânea, ou, pelo menos, alcançar um vislumbre dessa construção atual, considerando que a produção de sentidos e conhecimentos, uma vez que é prática social, é constante. Em relação à dialogia inerente às práticas discursivas, Bloch (1977, citado por SPINK, P.K, 2003, p.) afirma: é a coexistência de "diferentes repertórios de análise e de argumentação que permite que aquilo que é visto às vezes como inevitável (ou dominante) seja derrubado".

1. História e reflexão sobre maternidade: Contextualizando a pesquisa

Por meio do que é propiciado por historiadores no que diz respeito à evolução das atitudes maternas, é possível perceber que, segundo Badinter (1985, p.1), "o interesse e a dedicação à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais. As diferentes maneiras de expressar o amor vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou quase nada". Diante desta constatação, a autora supracitada lança mão de um fato de 1780 que denuncia um costume da época:

> O tenente de polícia Lenoir constata, não sem amargura, que das 21 mil crianças que nascem anualmente em Paris, apenas mil são amamentadas pela mãe. Outras mil, privilegiadas, são amamentadas por amas-de-leite residentes. Todas as outras deixam o seio materno para serem criadas no domicílio mais ou menos distante de uma ama mercenária. São numerosas as crianças que morrerão sem ter jamais conhecido o olhar da mãe. As que voltarão, alguns anos mais tarde, ao teto familiar, descobrirão uma estranha: aquela que lhes deu à luz. Nada prova que esses reencontros tenham sido vividos com alegria, nem que a mãe tenha se apressado em saciar uma necessidade de ternura que hoje nos parece natural (BADINTER, 1985, p.18).

A autora propõe então a reflexão sobre a discrepância entre as atitudes maternas do século XVIII e dos séculos XIX e XX: "Por que razões a indiferente do século XVIII transformou-se em mãe coruja nos séculos XIX e XX? Estranho fenômeno, essa variação das atitudes maternas, que contradiz a ideia generalizada de um instinto próprio tanto da fêmea como da mulher! " (BADINTER, 1985, p.20).

Giddens (1993, p.53) menciona a "invenção da maternidade" como uma das influências vigentes no final do séc XVIII que impactaram no comportamento das mulheres. As outras influências, simultâneas e interligadas seriam: o surgimento da ideia de amor romântico; a criação do lar e a modificação das relações entre pais e filhos. De acordo com o autor, durante o período vitoriano, os padrões pais-filhos foram substancialmente modificados com a separação lar e local de trabalho e, nesse sentido, houve um "declínio do poder patriarcal" dentro do ambiente doméstico no final do século XIX. Ryan (1981, citado por GIDDENS, 1993, p. 53) complementa que "o centro da família deslocou-se da autoridade patriarcal para a afeição maternal".

Em seguida, o autor sugere que a naturalização da mulher enquanto esposa e mãe reforçou os papéis de gênero, delimitando ainda mais atividades e sentimentos:

> A idealização da mãe foi parte integrante da moderna construção da maternidade [...]. A imagem da "esposa e mãe" reforçou um modelo de "dois sexos" das atividades e dos sentimentos [...]. O elemento distintivamente novo, aqui, era a associação da maternidade com a feminilidade, como sendo qualidades da personalidade – qualidades estas que certamente estavam impregnadas de concepções bastante firmes da sexualidade feminina (GIDDENS, 1993, p.53, 54).

Vale lembrar, como destaca Knibiehler & Fouquet (1997, p. 210, citado por SCAVONE, 2004, p.173), a incompatibilidade entre este ideal de maternidade proposto pelas classes dominantes com a realidade concreta de muitas mulheres trabalhadoras no século XIX, que encaravam a maternidade sob as condições mais difíceis. Aliás, segundo Zola (1998, citado por SCAVONE, 2004, p.173), há registros referentes à segunda metade do século XIX que alegam que, apreensivas em perder o emprego, vendedoras nas lojas de departamento em Paris costumavam amarrar a barriga para esconder a gravidez, o que geralmente resultava em aborto espontâneo.

A mudança no tamanho da família também reforçaria a mudança nas relações entre pais e filhos previamente mencionada, enfatizando a relação mãe e filho e a consequente naturalização da mulher enquanto esposa e mãe. Diante disso, Giddens (1993, p.53) afirma:

“O controle das mulheres sobre a criação dos filhos aumentou à medida que as famílias ficavam menores, e as crianças passaram a ser identificadas como vulneráveis e necessitando de um treinamento emocional a longo prazo”.

Vale ainda lembrar que, além da condição de diminuição do tamanho da família e de contracepção efetiva que influenciaram na mudança de padrões de maternidade, outra consequência simultânea do processo de industrialização foi, segundo Scavone (2004, p. 174), o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, marcado, aliás, por “profundas desigualdades sociais e sexuais”. Esses fatores em conjunto culminariam na associação do trabalho fora do lar com o trabalho no lar.

Portanto, paradoxalmente, de um lado temos o fato de que a separação lar e ambiente de trabalho decorrente do processo de industrialização propiciou a naturalização da mulher enquanto esposa e mãe, reforçando papéis de gênero. E de outro lado houve o fato de que esta mesma separação propiciou a exigência de que a família diminuísse de tamanho, bem como na inserção da mulher operária no mercado de trabalho, resultando, tanto na “dupla jornada de trabalho”, quanto na revolução da autonomia sexual feminina, por meio da contracepção efetiva,

Apresenta-se assim, diante dessa autonomia feminina, uma necessidade de redefinição da maternidade. Entretanto, apesar de novas indagações e como resposta precipitada às mesmas, o discurso que prosperou em relação à maternidade é o do naturalismo. Uma ideologia que, de acordo com Badinter (2011, p. 12), “prega simplesmente a volta de um modelo tradicional”, convencendo mulheres a “reatar com a natureza e voltar aos fundamentos dos quais o instinto materno seria o pilar”. Portanto, Badinter (2011, p. 12) afirma que, “diante de tantas conturbações e incertezas, é forte a tentação de entregar-se à nossa boa e velha mãe natureza e estigmatizar as ambições aberrantes da geração precedente”. Nesse sentido, com as possibilidades atuais que incluem tanto a função da maternidade quanto a priorização de interesses diversos, as mulheres teriam hoje, ao contrário do século XVIII, as opções de “aderir, recusar ou negociar”. Segundo a autora supracitada, se as mulheres, entretanto, aceitam conceber a maternidade em termos de instinto, então maior será o conflito entre os “desejos de mulher e os deveres de mãe”. O que suscita o questionamento da autora: “Cabe perguntar se o apelo renovado do instinto materno, e dos comportamentos que ele pressupõe, não é o pior inimigo da maternidade! ” (BADINTER, 2011, p. 13).

Diante dessa realidade a autora supracitada constata que a maternidade continua sendo a grande desconhecida e sugere que tal desconhecimento se deve, entre outras coisas, ao fato de que nada é mais inconfessável em nossa sociedade do que a declaração de uma mulher de que sua experiência materna é um fracasso.

> Reconhecer que se enganou, que não era feita para ser mãe, e que obteve com isso poucas satisfações faria de você uma espécie de monstro irresponsável. Contudo, há tantas crianças mal-amadas, mal criadas e abandonadas, em todas as classes da sociedade, que comprovam essa realidade! (BADINTER, 2011, p.24)

A autora conclui afirmando que as virtudes que pressupõem serem próprias da atividade da maternidade e, portanto, da mulher, que é quem a exerce, não são evidentes.

“Nem atualmente, nem no passado, quando ela era um destino obrigatório” (BADINTER, 2011, p.24).

Diante da crença ainda atual de que a regra é o amor materno e que, portanto, toda exceção a esta suposta regra deve ser entendida em termos de anormalidade, Delassus (1999, p. 22) fala exclusivamente em “maternidade psíquica” como sendo a verdadeira maternidade e afirma: “As mães sofrem pelo o que se desconhece da natureza de sua maternidade”. Entretanto, de acordo com a perspectiva de Badinter (1985), o desconhecimento da maternidade, que é, sobretudo, uma atividade que se modifica mediante a época e o lugar, se dá justamente devido à suposição da existência de uma natureza feminina. Segundo Badinter (1985, p. 17) “A moral, os valores sociais, ou religiosos, podem ser incitadores tão poderosos quanto o desejo da mãe”.

> Os valores de uma sociedade são por vezes tão imperiosos que têm um peso incalculável sobre os nossos desejos. Por que não poderíamos admitir que quando não é valorizado por uma sociedade, e, portanto não valoriza a mãe, o amor materno não é mais necessariamente desejo feminino? (...) só hoje começamos a perceber como o desejo de ter um filho é complexo, difícil de precisar e de isolar de toda uma rede de fatores psicológicos e sociais (BADINTER, 1985, p.16).

Em outras palavras, a maternidade encarada enquanto um desejo natural feminino é um equívoco. Além disso, conhecer a maternidade vai além da consciência das subjetividades que a compõem, ou seja, das experiências femininas diversas sobre maternidade – inclusive as experiências negativas que são tão censuradas em nossa sociedade – mas consiste, sobretudo, em ter consciência de que estas experiências estão submetidas à valores sociais e contingências sócio-históricas que influenciam na forma de se experimentar a maternidade.

> À ideia de "natureza feminina", que cada vez consigo ver menos, prefiro a de uma multiplicidade de experiências femininas, todas diferentes, embora mais ou menos submetidas aos valores sociais cuja força calculo. A diferença entre a fêmea e a mulher reside exatamente nesse "mais ou menos" de sujeição aos determinismos. A natureza não sofre tal contingência e essa originalidade nos é própria (BADINTER, 1985, p.16).

1. Produção de sentidos no cotidiano: Como se dá a construção social de um fenômeno

Segundo Spink (2010, p.12) “(...) a existência de um mundo real (realismo ontológico) não é colocada em dúvida, mas o conhecimento é tomado como uma construção social (construcionismo epistemológico)”. A partir desta perspectiva construcionista é possível compreender, portanto, que a produção de sentidos ocorre como prática social do cotidiano, não sendo esta algo que ocorre individualmente e sim, como enfatiza a autora, “um empreendimento coletivo”, movido, aliás, pela necessidade de lidar com situações e fenômenos do mundo social.

> O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das

> relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (SPINK, 2010, p.34).

Segundo Spink (1996, p.39), sendo esta prática social essencialmente dialógica, ela expressa-se através do uso de linguagem verbal, icônica ou gestual. Os discursos provenientes destas práticas discursivas consistem no uso institucionalizado da linguagem e de sistemas de sinais linguísticos, e dependem, segundo Menegon (1998, p.22), "da circulação das ideias da cultura e da sociedade em que estejam inseridos" e, portanto, "(...) podem estar vinculados tanto a produções culturais mais remotas quanto a produções locais e atuais".

Diante desta complexidade, Spink (1996, p.41 citada por MENEGON, 1998, p.22), propõe a incorporação de três dimensões temporais ao processo de produção de sentido de um fenômeno específico: "o tempo histórico que marca os conteúdos do imaginário social; o tempo vivido das linguagens sociais aprendidas pelos processos de socialização e o tempo do aqui-e-agora, marcado pelas práticas discursivas".

De acordo com a autora, no tempo histórico, ou longo, há a possibilidade de "acesso aos múltiplos significados que foram historicamente depositados nos conceitos que usamos hoje para dar sentido ao mundo", sendo esta dimensão temporal a detentora dos repertórios disponíveis que, diante das contingências sociais de cada época, foram alterados e hoje constituem os discursos que circulam por nossa sociedade e, de acordo com Menegon (1998, p.22, 23), "incluem diferentes campos de conhecimento, como senso comum, filosofia, religião, ciência, artes, politica, literatura em geral, etc".

Esta dimensão temporal é particularmente importante, pois, segundo Spink (2003, p. 31):

> Para a Psicologia Social, o passado está sempre no presente por meio de sua contribuição constante aos textos múltiplos do polissêmico dia-a-dia. Não há dúvidas de que os produtos materializados de nossos debates e argumentos doem e matam, mas nós não podemos culpar mais ninguém por sua presença (...). O passado está no presente pelas muitas falas e em tempos diferentes. Essas não são homogêneas, mas heterogêneas; às vezes são consensuais às vezes conflitivas (SPINK, 2003, p.31).

Como tempo vivido, Spink (1996, p.42) designa os processos de socialização pelos quais os conteúdos do tempo histórico passam, sendo expressos por cada indivíduo em sua condição de pertencente à um grupo, à um segmento de classe, à uma profissão, uma faixa etária, etc. A autora fala então em *habitus*, ou seja, "disposições adquiridas a partir da pertença a determinados grupos sociais; a aprendizagem, no tempo de vida de cada um de nós".

No tempo aqui-e-agora, ou tempo curto, a produção de sentidos aos fenômenos existentes ocorre a partir das práticas discursivas, da interação face-a-face. Segundo a autora, é nesse momento que surgem as variadas possibilidades de combinações de discursos motivados pela memória social do tempo longo ou tempo vivido.

Segundo Menegon (1998, p. 23) “esta “divisão tripartite” permite detectar o paradoxo de enunciados que são constituídos tanto por conteúdos mais cristalizados e passíveis de serem compartilhados, quanto por repertórios polissêmicos que estariam garantindo a singularidade dos processos de produção de sentido”.

Neste sentido Bloch (1977, citado por, SPINK, P.K, 2003, p.31) afirma que é a coexistência de “diferentes repertórios de análise e de argumentação que permite que aquilo que é visto às vezes como inevitável (ou dominante) seja derrubado”.

Menegon (1998, p.24), em sua pesquisa sobre a menopausa, aponta para a necessidade de ampliar a compreensão da inter-relação dessas dimensões espaço-temporais e, centrando-se na circulação e uso dos repertórios interpretativos, propõe a busca de sentidos polissêmicos veiculados pelos repertórios.

Segundo Potter e Wetherell (1987, citados por MOREIRA, 2009, p. 26) os repertórios interpretativos são o conjunto de termos, metáforas e imagens comuns que as pessoas utilizam para construir versões das ações e eventos, nesse sentido são as unidades de constituição dos discursos e demarcam o rol de possibilidades das construções discursivas, sendo originadas na comunidade linguística em que somos socializados e transmitidos em nossas relações.

Segundo Aragaki, Piani & Spink, M. J (2014, p. 229), com o intuito de enfatizar que se trata de circulação de unidades de construção das práticas discursivas, o conceito de repertórios interpretativos foi reformulado por Mary Jane (2004) e passou a ser denominado de repertórios linguísticos (ou simplesmente repertórios).

Entretanto, é importante lembrar que sentidos polissêmicos não são veiculados apenas por repertórios. Segundo Law & Hetherington (2001, citados por SPINK, 2003, p.29) “o social é produzido por e simultaneamente produz redes de materiais heterogêneos”, o que inclui “lugares, eventos, pessoas, rostos, artefatos, documentos, impressões, recortes, anotações, lembranças, fotos e sons em partes e em pedaços [...]”. Essa rede de materiais heterogêneos a respeito de determinado tema é o que Spink (2003, p.18) irá chamar de “campo-tema” “onde o campo não é mais um lugar específico, mas se refere à processualidade de temas situados”. Na pesquisa em questão o campo-tema é a maternidade, sendo, portanto, possível acessar diferentes repertórios de análise e argumentos sobre o que é ser mãe, assim como outras materialidades referentes à maternidade, embora o foco aqui seja de fato os repertórios linguísticos.

1. Metodologia

A pesquisa aqui retratada possui como aporte a epistemologia construcionista social e, portanto, baseada nas reflexões teóricas sobre a produção de sentido como prática social do cotidiano, buscou-se identificar e compreender permanências e rupturas nos sentidos que são atribuídos à maternidade em diferentes contextos de circulação e utilização de repertórios associados à maternidade, sendo isso realizado por meio da análise de conversas do cotidiano (contexto imediato), bem como por meio da análise de

entrevistas semiestruturadas com profissionais da área da saúde (contexto maior). A estratégia metodológica de várias modalidades de análise partiu da premissa de Spink (2003) de um "campo-tema" onde o campo passa a ser visto "[...] não como lugar específico, mas como a situação atual de um assunto, a justaposição de sua materialidade e socialidade" (Law & Mol, 1995 citados por SPINK, 2003, p.22).

Segundo Spink (2003, p.36) campo "[...] são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros". Portanto, estamos em "campo" a partir da escolha do tema desta pesquisa, fazendo-se necessário apenas optar pelas maneiras de se estar nele para e, como orienta Spink (2003, p. 37) "conversar com socialidades e materialidades em que buscamos entrecruzá-las, juntando os fragmentos para ampliar as vozes, argumentos e possibilidades presentes". Corroborando com esta perspectiva, Menegon (1998, p.17) afirma que as conversas no cotidiano estão inseridas num contexto mais amplo da circulação das ideias, "uma vez que fazem parte de um mundo que tem história" e, no caso desta pesquisa, este contexto mais amplo pretendido representa os conhecimentos e sentidos atribuídos à maternidade por profissionais na área da saúde da mulher e também conhecimentos e sentidos provenientes de múltiplas fontes de informação, as quais são: a pesquisa bibliográfica e a análise de documentos públicos, que serviram para contextualizar a pesquisa.

1.1. A pesquisa bibliográfica

Inicialmente, por meio da pesquisa bibliográfica, pretendeu-se fazer uma retrospectiva histórica da atividade da maternidade no mundo social, visando ter acesso às principais mudanças dos padrões de maternidade no ocidente ao longo do tempo até as experiências maternas da contemporaneidade, de forma a contextualizar a temática da pesquisa. De acordo com Spink (1996, p.41, citada por MENEGON, 1998, p. 32) "Trabalhar ao nível da produção de sentido implica em retomar também a linha da história, de modo a entender a construção social dos conceitos que utilizamos no nosso métier cotidiano de dar sentido ao mundo".

1.2. Conversas cotidianas sobre maternidade

Posteriormente, tendo como foco o uso de repertórios associados à maternidade em um contexto imediato, porém não desvinculado de um contexto amplo, contemplando, portanto, permanências culturais, rupturas e singularidade de sentidos, foi feita a análise de conversas espontâneas do cotidiano sobre maternidade que foram compiladas para o diário de campo desde o início deste estudo. A opção por analisar conversas no cotidiano entre várias outras modalidades de análise se embasa na premissa teórico-metodológica da pesquisa social de base construcionista de que a "cotidianidade e informalidade são constitutivas da ciência", sendo as conversas, portanto, "centrais na produção de

conhecimento científico". Neste sentido, Nobrega (2006, p. 122, citada por BATISTA, BERNARDES & MENEGON, 2014, p. 100, 101) afirma:

> Conversar é pensar no assunto, é elaborar, resolver, propor. E isso significa dizer que a noção é produzida o tempo todo e que, portanto, este trabalho contribui na medida em que puder falar de um momento, como uma fotografia que registra um olhar possível sobre algo (NOBREGA, 2006, p. 122).

As conversas seguiram, portanto, princípios norteadores propostos por Batista, Bernardes & Menegon (2014, p. 104) os quais seriam: "a) dialogia, b) campo-tema; c) hipertextualidade; d) cotidiano; e e) longitudinalidade".

Segundo o princípio da dialogia "O conhecimento é algo que se faz junto, sendo coletivamente produzido" (BATISTA, BERNARDES & MENEGON, 2014, p. 104), sendo assim foi de fundamental importância o consentimento de todos envolvidos para participar da conversa, garantindo ainda seu anonimato. Este princípio, apontando para o caráter coletivo da produção de sentido, prevê ainda a espontaneidade como elemento fundamental das conversas no cotidiano.

Com base no princípio do campo-tema proposto por Spink (2003; 2008) de que "na pesquisa social o campo é sempre um tema" (BATISTA, BERNARDES & MENEGON, 2014, p. 107) e, sendo um pesquisador no cotidiano caracterizado, segundo Spink (2008, p. 72,73) por ter "conversas espontâneas em encontros situados", não houve um local fixo onde ocorreram as conversas, mas as conversas sobre maternidade que vieram ao encontro da pesquisadora, sendo transcritas para o diário de campo.

> O campo é nosso próprio tema de pesquisa, por isso, estamos em campo o tempo todo, sendo acompanhados pelo acaso (inusitado) e pela informalidade que caracterizam boa parte do trabalho de pesquisa. Com isso, querer eternizar ou replicar as conversas existentes, por meio de gravações, vídeos etc., na esperança de apresentar a prova de que a mesma existiu, não faz sentido. O relato da conversa é compartilhado entre pesquisador/a e participantes a todo o momento, sendo um de nossos melhores companheiros de pesquisa o diário de campo (BATISTA, BERNARDES & MENEGON, 2014, p. 107).

A escolha do diário de campo enquanto instrumento de coleta de dados se justifica uma vez que, segundo Hess (2009, citado por SPINK, M. J, MEDRADO & MÉLLO, 2014, p.283):

> (...) o que produzimos a partir de nossas anotações em pesquisa são ficções situadas que não têm qualquer compromisso com uma suposta verdade pré-discursiva de fatos, mas que estão amplamente comprometidas com os jogos de interpretações que se desenvolvem e nos quais estamos implicados (HESS, 2009).

Esta perspectiva do/a pesquisador/a implicado/a no objeto de estudo tem ainda como base a contribuição das discussões sobre campo-tema de Spink (2003, citado por SPINK, M. J, MEDRADO & MÉLLO, 2014, p.284) que propõe que: "[...] ao relatar, ao conversar, ao buscar mais detalhes, também formamos parte do campo; parte do processo

e de seus eventos no tempo" (p. 25). Portanto, segundo Spink, M. J, Medrado & Méllo (2014, p. 284), a premissa de que "[...] o olhar de quem vê é parte do objeto observado" propõe uma nova perspectiva sobre as inscrições produzidas em diários.

O terceiro princípio é o da hipertextualidade em que é considerado que "muitas vozes e conexões produzem a conversa" (BATISTA, BERNARDES & MENEGON, 2014, p. 110) e diante desta realidade própria das conversas no cotidiano, foi necessário manter o foco no tema da maternidade enquanto construção social e privilegiar as informações nesse sentido.

O princípio da longitudinalidade postula que "as conversas são produzidas a partir de diferentes tempos" e, portanto, foi necessária atenção para identificar tempos diferentes que se apresentaram simultaneamente. Desse modo, como já foi apresentado anteriormente no embasamento teórico, eles subdividem-se em:

> tempo histórico – formações discursivas de diferentes épocas; tempo vivido – conteúdos derivados dos processos de socialização; e tempo presente – o aqui e agora, em que se torna possível a ruptura entre o instituído e o instituinte, possibilitando a atividade criativa e a construção de outros sentidos (SPINK & MEDRADO, 2013, citados por BATISTA, BERNARDES & MENEGON, 2014, p. 116).

Este princípio implica ainda, mais do que na justaposição de tempos diferentes e na possibilidade de rupturas e permanências culturais, na atenção que é necessária no sentido de lidar com a imprevisibilidade das reações que a ação da conversa pode resultar.

1.3. Entrevistas

As entrevistas foram feitas com dois profissionais da área da saúde da mulher, uma enfermeira obstetra e um médico ginecologista, com intuito de mapear um contexto maior de circulação das ideias a respeito da maternidade.

A escolha de profissionais da área da saúde da mulher justifica-se pelo fato de que, segundo Menegon (1998, p. 18), baseando-se em autores como Foucault (1969, 1979) e Spink (1994), "as áreas científicas ligadas à saúde, com destaque para as biomédicas, são apontadas como locus privilegiado de formação e difusão de uma grande variedade de repertórios interpretativos sobre saúde e doença".

A entrevista foi semiestruturada, com duração aproximada de 45 minutos, o áudio foi gravado e deletado após a transcrição. Foram realizadas nos locais propostos pelas colaboradoras, sendo estes locais uma sala de aula e um consultório médico, ambos no município de Pouso Alegre, onde estas profissionais atuam. A temática abordada na entrevista foi: qual o impacto da maternidade na saúde da mulher? Qual a concepção científica sobre a gestação, considerando benefícios e riscos?

A escolha do método da entrevista para compreender a circulação de repertórios sobre maternidade no contexto da área da saúde se baseia na afirmação de Pinheiro (1999, citado por ARAGAKI; LIMA; PEREIRA & NASCIMENTO, 2014, p. 60) de que "[...] para

responder às perguntas feitas, o/a participante recorre às informações constituídas durante suas experiências de vida e que circulam em seu meio, podendo, no decorrer da entrevista, ser agrupadas, questionadas, ratificadas, categorizadas e/ou ressignificadas".

Já a entrevista semiestruturada enquanto enquadre escolhido justifica-se por ser "flexível e dinâmica, permitindo inclusão de outras perguntas, seguindo o fluxo discursivo com base no jogo de posicionamentos e/ou de acordo com o que o/a interlocutor/a vai produzindo com o/a pesquisador/a" (ARAGAKI; LIMA; PEREIRA & NASCIMENTO 2014, p. 62). E essas características da entrevista semiestruturada favorecem justamente o que Pinheiro (1999, citado por ARAGAKI; LIMA; PEREIRA & NASCIMENTO, 2014, p. 60) afirma ser a finalidade da entrevista: "A entrevista propicia processos de negociação de sentidos entre o/a pesquisador/a e o/a entrevistado/a, pois na sua processualidade mantém, transforma e desafia os posicionamentos que vão ocorrendo durante a sua produção".

1.4. Documentos de domínio público

A fonte de documentos selecionada para análise foi uma página pública na rede social *Facebook*. A página é intitulada "Mãe coruja sim". O meio virtual foi escolhido uma fez que implica em um meio privilegiado de circulação de sentidos e conhecimentos devido a sua crescente popularização na contemporaneidade. O primeiro critério estabelecido para a escolha da página foi a abordagem do tema maternidade. O segundo critério foi a quantidade de "curtidas" que a página obteve, ou seja, a popularidade da página entre os usuários do *Facebook*. Portanto, a página supracitada é a mais popular ao buscarmos pela palavra 'mãe' na ferramenta de busca do *Facebook,* contando com 1.917.638 usuários seguindo suas publicações desde a última visualização da página que aconteceu no mês de outubro de 2016.

Os critérios para seleção das publicações analisadas foram, primeiramente, a publicação ter sido realizada no mês de maio, por ser o mês em que há a comemoração do dia das mães e também a abordagem, nestas publicações, da concepção do que é ser mãe. Além disso, optou-se por publicações que sejam imagens, uma vez que, segundo Mansell (1999, p.10, citado por SPINK. M.J, 2008, p.51) "a imagem e seu discurso são primais, originalmente. A linguagem e o discurso entram em cena como secundárias". Segundo Spink (2008, p.51) as imagens, sobretudo as fotos, prendem a atenção dos leitores, pois, citando Scalzo (2004, p.70):

> (...) provocam reações emocionais, convidam a mergulhar num assunto, a entrar numa matéria. Por isso, ter fotos boas em mãos é fundamental. Elas devem excitar, entreter, surpreender, informar, comunicar idéias ou ajudar ao leitor a entender a matéria. Numa época carregada de apelos visuais, o uso da fotografia tornou-se ainda mais relevante (SCALZO, 2004, p. 70 citada por SPINK, 2008, p.51).

Essas publicações caracterizam documentos de domínio público, cuja análise permite compreender a circulação de repertórios linguísticos a respeito da maternidade, uma vez que, segundo Spink (1999, citado por GALINDO & RODRIGUES, 2014, p.172) os

documentos de domínio público são "documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e frequentemente coletivo".

2. Análise dos Dados

Primeiramente foi feita a transcrição sequencial do conteúdo das conversas e entrevistas e, em seguida, a transcrição literal. A primeira transcrição trata-se, segundo Nascimento, Tavanti & Pereira (2014, p. 254), da explicitação de quem fala, em que ordem cada pessoa fala e sobre o que fala, feita a partir da identificação das falas e vozes presentes no áudio. Com esta primeira transcrição foi possível identificar os temas abordados nas conversas e entrevistas e, assim, definir as categorias de análise para construir os mapas dialógicos.

Tabela 1. Exemplo do quadro de transcrição sequencial.

Quem fala	Sobre o que fala	Tema
Pesquisadora	Comenta a imagem selecionada, falando sobre sua pesquisa em andamento e expondo a concepção de que a maternidade é uma construção social.	Contestação da ideia de instinto materno
Participante	Responde que acredita que toda mulher já nasce mãe	Instinto materno

A segunda transcrição, chamada de transcrição literal, trata-se da explicitação de "[...] todas as falas e expressões comunicadas, ou seja, é feita de forma literal, de modo a preservarmos o discurso original do contexto de pesquisa" (p. 258). Lembrando que, segundo Nascimento, Tavanti & Pereira (2014, p. 258) "Uma vez finalizada a transcrição integral, numeramos suas linhas que poderão ser utilizadas para localizarmos, no mapa dialógico e na discussão dos resultados, onde se encontra a fala a que estamos nos referindo".

Portanto, para compor o mapa dialógico o conteúdo das conversas e entrevistas (transcrição literal) foi organizado, respeitando a sequencia das falas, dentro das categorias definidas anteriormente, obtidas através da transcrição sequencial, sendo dispostas em colunas. A primeira transcrição (sequencial) e a segunda transcrição (literal) bem como o mapa dialógico composto por estas transcrições iniciais foram feitos para cada uma das conversas e entrevistas e seguem na íntegra em apêndice 1 e 2 tratando-se da primeira e segunda conversa e apêndice 3 e 4 tratando-se da primeira e segunda entrevista, respectivamente.

> O mapa dialógico é um instrumento utilizado no Núcleo de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, do Programa de Psicologia Social da PUC-SP, para sistematizar o processo de análise, oferecer subsídios para o processo de interpretação e facilitar a comunicação dos passos subjacentes ao processo interpretativo (SPINK, M. J, LIMA, 1999, p.95).

A escolha do mapa dialógico como instrumento de análise justifica-se pelo objetivo da pesquisa de dar visibilidade aos repertórios linguísticos e à dialogia presente nos discursos analisados.

> Quando estudamos as práticas discursivas estamos interessados no modo como as pessoas falam, nos repertórios linguísticos usados ao descreverem o mundo em que vivem, assim como nas outras vozes presentificadas nessas falas, textos ou imagens. Desse modo, no estudo das práticas discursivas, o mapa dialógico é um recurso que nos permite dar visibilidade aos passos dados na construção da pesquisa e à dialogia presente nos discursos analisados (NASCIMENTO, TAVANTI & PEREIRA, 2014, p. 248).

Tabela 2. Exemplo do mapa dialógico.

Linhas	Participantes	Abdicação de si mesma/ Sobrecarga	Ausência/ indiferença do pai	Natureza
1-4	P			"Isso significa dizer que a maternidade não é inerente à mulher e que vai mudar de acordo com a época e o lugar".
5-8	P1			"Toda mulher nasce mãe, mesmo que nunca dê a luz, mesmo que nunca cuide de uma criança, toda mulher nasce mãe (...) acredito que toda mulher já nasce mãe mesmo".

No que diz respeito à análise dos documentos de domínio público, após a seleção dos documentos que consistem em imagens, de acordo com os critérios metodológicos previamente mencionados, foi feito um procedimento de tipo etnográfico, propondo uma apreensão do contexto em que aparece a imagem. Segundo Spink (2008, p.53), no que diz respeito à análise das imagens, o (a) pesquisador (a) deve trabalhar como fosse um estrangeiro nessa cultura, expondo "o que chama a atenção, as hipóteses, os prazeres e

desprazeres que as imagens suscitam e as posições de pessoa que se tornam possíveis por meio do contato com cada imagem".

Considerações Finais

O propósito desta pesquisa foi investigar a construção social da maternidade contemporânea, identificando permanências e rupturas nos repertórios sobre maternidade presentes em diferentes contextos de produção de sentidos. É importante lembrar, entretanto, que esta pesquisa parte da premissa de que os fenômenos, enquanto conhecimentos e sentidos produzidos socialmente, estão em constante processo de ressignificação, sendo historicamente datados e culturalmente localizados. Portanto, esta pesquisa oferece um vislumbre da maternidade atualmente, que está sendo ressignificada o tempo todo, mas por outro lado também procura expor o que ela já foi e que se faz presente ainda hoje.

O primeiro contexto investigado foram as conversas no cotidiano, um contexto imediato de produção de sentidos. Nele foram recorrentes os temas natureza, ausência/ indiferença do pai e abdicação/ sobrecarga da mãe. O tema natureza, sempre quando mencionado, correspondia à ideia de que existe uma "natureza feminina" e que esta tem por eixo a maternidade, todas as vezes associada ao sacrifício em prol dos outros, sendo que, da mesma forma, também foi abordada a ideia de uma natureza própria do homem, que o caracteriza como mais egoísta e indiferente. Tais convicções foram usadas como justificativa para a desigualdade de gênero denunciada nas relações parentais e representam as permanências culturais no contexto imediato das conversas no cotidiano, indicando, portanto, que são convicções atuais ainda nos dias de hoje.

Os temas ausência/ indiferença do pai e abdicação/ sobrecarga da mãe sempre quando mencionados estavam associados entre si e correspondiam à denuncia de que as expectativas sociais em relação à ser mãe e ser pai, embasadas na ideia de um instinto materno, implicam em desigualdade de gênero, isentando o homem da responsabilidade com o filho ao mesmo tempo que sobrecarregam a mãe. Essa denuncia que surge da indignação representa a ruptura cultural no contexto imediato, confrontando a ideia dominante de instinto materno e reivindicando, mesmo que timidamente, uma revolução nas relações familiares.

No contexto de conhecimentos e sentidos de profissionais da saúde da mulher que representa um contexto amplo de circulação de sentidos e conhecimentos, a pergunta norteadora para a entrevista: "Qual o impacto da maternidade na saúde da mulher?", que incitou os temas natureza/ saúde, insatisfação com a maternidade, sexualidade e religião. Os temas natureza/ saúde e insatisfação com a maternidade, todas as vezes associados entre si, tiveram repercussões diferentes nas duas entrevistas.

Na primeira, feita com uma enfermeira obstetra, o que se sobressai é novamente o apelo para a noção de maternidade enquanto intrínseca à "natureza feminina" independente de complicações biopsicossociais que podem precedê-la, ou seja, a concepção de que uma vez que a reprodução é natural a maternidade deve ser encarada

como absolutamente benéfica e a mulher deve encará-la da mesma forma, sendo que, caso esta demonstre insatisfação com a maternidade, as causas só podem ser porque ou ela não foi suficientemente assistida e orientada ou porque há algo de errado com ela. Já na segunda entrevista, feita com um ginecologista, os mesmos temas correspondem à uma consideração das condições biopsicossociais como possíveis impactos da maternidade na qualidade de vida da mulher em detrimento da noção de que esta lhe é natural e, portanto, benéfica e bem-vinda em sua vida, admitindo a concorrência da maternidade com outros interesses pessoais da vida da mulher contemporânea. Entretanto, em menor ou maior grau, ambos os profissionais não cogitam a possibilidade de que a mulher esteja insatisfeita com a maternidade simplesmente porque não a desejava de fato, tendo sido influenciada pela pressão ideológica que circula em seu meio.

Os temas sexualidade e religião também estiveram associados entre si, e correspondiam novamente à convicções diferentes em relação à maternidade. Na primeira entrevista estes temas foram abordados correspondendo à culpabilização da mulher quando esta tem dificuldade de conciliar a experiência da maternidade com sua sexualidade, visto que deve ser encarada com naturalidade, assim como uma isenção de culpa da religião da mulher nessa questão, independente dos preceitos desta religião, e também de sua classe socioeconômica, visto que seja qual for o caso a mulher é quem deve buscar informação. Já na segunda entrevista os mesmos temas foram abordados correspondendo primeiramente à concepção da maternidade exclusivamente enquanto gestação e, neste caso, a dificuldade de conciliação com a sexualidade atribuída unicamente à falta de informação. E, em seguida, associando sexualidade na maternidade à questão religiosa, a convicção que surgiu foi a de que há influências ideológicas provenientes da religião na forma como as mulheres experimentam a maternidade, sobretudo em relação à conciliação com a sexualidade.

No contexto dos documentos de domínio público, que também representam um contexto amplo de circulação de sentidos, as imagens em geral suscitam prazer, carinho, segurança, proteção, intimidade e dedicação, mas também suscitam, sobretudo acompanhadas das mensagens, renuncia de si e dos interesses próprios, complacência, dependência, exploração e sacrifício. Em todas as imagens a mãe é retratada cuidando da criança ou acariciando-a, já o pai, quando raramente retratado, está dormindo enquanto a mãe cuida do bebê. Portanto, fica evidente nesse contexto a ideia dominante de que a função social designada à mulher é justificada por sua natureza feminina que implica na maternidade e consequentemente na propensão à se sacrificar em prol dos outros.

De forma geral pode-se concluir, pelo menos diante desta pesquisa, que a mulher contemporânea está aos poucos confrontando a ideia dominante e tão difundida de instinto materno e reivindicando, mesmo que timidamente, uma revolução nas relações familiares.

Referências Bibliográficas

ARAGAKI, Sérgio Seiji; LIMA, Maria Lúcia Chaves; PEREIRA, Camila Claudiano Quina; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do. Entrevistas: negociando sentidos e

coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado, NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção social de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: ABRAPSO/Centro Edelstein, 2014. pp. 57-72.

ARAGAKI, Sérgio Seiji; PIANI, Pedro Paulo; SPINK, Mary Jane. Uso de repertórios linguísticos em pesquisas. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção social de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: ABRAPSO/Centro Edelstein, 2014. pp. 229-246.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

BATISTA, Cristina Santos; BERNARDES, Jefferson; MENEGON, Vera Sônia Mincoff. Conversas no cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado, NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção social de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: ABRAPSO/Centro Edelstein, 2014. pp. 97-122.

DELASSUS, Jean-Marie. **O sentido da maternidade.** São Paulo: Editora Paulinas, 1999.

GALINDO, Dolores; RODRIGUES, Renata Vilela; Incidentes críticos, um fio de Ariadne na análise documental. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção social de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: ABRAPSO/Centro Edelstein, 2014. pp. 167-184.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

MENEGON, Vera Sônia Mincoff. **Menopausa: Imaginário social e conversas no cotidiano.** 1998. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.

MOREIRA, Renata Leite Cândido de Aguiar. **Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las.** 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) – Universidade Federal de Uberlândia, MG.

NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano; TAVANTI, Roberth Miniguine; PEREIRA, Camila Claudiano Quina. O uso de mapas dialógicos como recurso analítico em pesquisas científicas. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline Isaac Machado; NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção social de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: ABRAPSO/Centro Edelstein, 2014. pp. 247-272.

PORTO, Dora. **O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero**. São Paulo: Revista Redbioética/UNESCO, 2011. pp. 55-66

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. In: SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

SPINK, Mary Jane. O discurso como produção de sentido. In: NASCIMENTO–SCHULZE, Célia Maria. (Org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social.** Coletâneas da ANPEPP, 1(10), 37-46.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena Maria Medeiros. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Editora Cortez, 1999. pp. 93-122.

SPINK, Mary Jane Paris. **Posicionando pessoas como aventureiros potenciais: imagens de risco-aventura em matérias de revista**. Psicologia & Sociedade, v. 20, n. SPE, 2008, p. 50-60.

SPINK, Mary Jane Paris. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, Mary Jane Paris; MEDRADO, Benedito; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, Mary Jane; Brigagão, Jacqueline Isaac Machado, NASCIMENTO, Vanda Lúcia Vitoriano do; CORDEIRO, Mariana Prioli. (Orgs.). **A produção social de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas.** Rio de Janeiro: ABRAPSO/Centro Edelstein, 2014. pp. 273-294

SPINK, Peter Kevin. **Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista.** Psicologia & Sociedade, v. 15, n. 2, 2003, p. 18-42.

A IMPORTÂNCIA DO APOIO PSICOLÓGICO NO PERÍODO GESTACIONAL

PATRÍCIA PEREIRA DE SOUZA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

blzafeminina@hotmail.com

Resumo. *O apoio psicológico é de extrema importância durante o período gestacional da mulher. O presente estudo pretendeu abordar a gestação e seus aspectos psicológicos, juntamente do papel do psicólogo neste contexto. Discutiu-se o excesso de medicalização durante o parto e o alto índice de cesarianas desnecessárias ou agendadas. Na tentativa de responder tais questões e baseado nas recomendações da OMS e na medicina científica, este estudo aborda a humanização do parto. Concluiu-se que as intervenções de humanização durante o parto e a atuação do psicólogo neste momento promovem à gestante um fortalecimento da experiência da maternidade.*

Palavras-Chave. *Gestação. Parto. Humanização. Atuação do psicólogo.*

Abstract. *Psychological support is of extreme importance during women's gestational period. The present study intended to approach gestation and its psychologic aspects, along with the psychologist's role in this context. It was discussed the excess of medicalization during labor and the high level of unnecessary or scheduled caesarean. Attempting to answer these questions and based on recommendations from the OMS and in scientifically-based medicine, this study approaches labor's humanization. It was concluded that the interventions of humanization during labor and the acting of the psychologist in this area, promote a strengthening of the pregnant to the experience of labor and maternity.*

Keywords. *Gestation. Childbirth. Humanization. Psychologist's acting.*

Introdução

No decorrer século XX, significativas mudanças ocorridas na área da saúde e do saneamento básico tiveram por efeito modificar o modo como a sociedade via a gestação e o parto. Nesse contexto de transformações sociais, a gravidez foi redefinida e passou a ser encarada não mais como um evento privado e de inteira responsabilidade da mulher. O processo de maternidade tornou-se um acontecimento de interesse coletivo. A gestação de uma criança e o seu nascimento, antes considerados como algo pertencente exclusivamente ao universo feminino, passou a contar com assistência da sociedade e dos serviços de saúde, sendo fundamental que todo o processo gravídico-puerperal fosse assistido por médicos, em espaços de atenção à saúde, como hospitais e clínicas (Tostes e Seidl, 2016).

Na contextualização das mudanças sociais que se deram com relação à gestação e ao parto, Santos Neto *et al*. (2008) salientam a importância do movimento feminista. Segundo esses autores, dentre as reivindicações feitas por esse movimento internacional, está a questão do processo de maternidade. Assim, com protestos desse grupo, a sociedade ocidental passou a dar mais atenção e cuidados específicos à gravidez e ao parto, tendo como fundamento a necessidade de se proteger a mulher nessa situação.

Conforme exposto acima, a maternidade e todo o processo que a envolve, tornou-se uma questão de interesse coletivo nos últimos tempos. Desse modo, a Administração Pública e seus gestores passaram a assumir, devido a pressões sociais, responsabilidade nos cuidados e apoio à mulher em gestação (Santos Neto *et al*., 2008). No Brasil, foram desenvolvidos diversos mecanismos institucionais para assegurar o amparo necessário à gestante. Um exemplo desse aparato pode ser visto nas orientações e políticas de atenção à saúde básica voltada para o período de gravidez, parto e pós-parto, do Ministério da Saúde.

No contexto da atenção à saúde da gestante como política pública no Brasil, destaca-se a Portaria de número 1.459, de 24 de junho de 2011. Ela instituiu o Projeto Cegonha, que estabelece as diretrizes para os cuidados e atenção à saúde da gestante. A partir da elaboração dessas normas, o Governo Federal estabeleceu as seguintes diretivas como critérios para orientar os equipamentos públicos brasileiros de saúde: promover a implementação de um novo modelo de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança; organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para que esta garanta acesso, acolhimento e resolutividade; e reduzir a mortalidade materna e infantil, com ênfase no componente neonatal.

Sendo considerada uma fase da vida de grande importância, o processo de maternidade está, na atualidade, entre as principais preocupações dos órgãos responsáveis pela administração dos serviços públicos de saúde no Brasil. Todavia, como apontam Santos Neto *et al*. (2008), há ainda diversas desigualdades e falhas nas políticas e nos serviços públicos voltados para essa questão. Muita coisa há para se fazer com relação ao processo gravídico-puerperal. Contudo, esse período não é mais visto como assunto doméstico e feminino, mas sim encarado como uma questão de grande relevância social, isso porque envolve direitos fundamentais, sendo o direito à vida um dos principais implicados no assunto.

1. Gestação: momento de transformações físicas e psicológicas

A experiência da maternidade, de modo geral, diz respeito a um evento ou fase da vida de grande importância para a mulher. Esse período singular é caracterizado por profundas e variadas transformações que exigirão da grávida adaptar-se à nova realidade (Zanatta e Pereira, 2015).

As mudanças pelas quais passa a gestante são várias e podem ser agrupadas como: físicas e psicológicas. No que diz respeito aos efeitos psíquicos da gravidez, podem ser destacados os aspectos emocionais que a gestação, o parto e o puerpério acarretam. Os impactos psicológicos dessa experiência estão ligados a uma grande variedade de

sentimentos. Além das alegrias que uma gravidez comumente traz consigo, a ela também podem estar associadas emoções experimentadas como dolorosas pela gestante. Sendo assim, a chegada de uma criança pode ser experimentada também como um momento de medo, angústia e ansiedade (Zanatta e Pereira, 2015).

Com relação às emoções e sentimentos aflitivos que podem ser vivenciados pela mulher grávida, Oishi (2014) destaca que, na atualidade, os aspectos psicológicos da gestante são bastante conhecidos e levados em consideração por muitos profissionais da saúde. A autora aponta ainda que todo nascimento está relacionado a angústias por aqueles que o vivenciam, nesse caso, mais especificamente os pais e, principalmente, a mãe. O impacto gerado por uma gravidez, do ponto de vista psicológico, é de máxima importância, pois o estado gravídico exige que sejam feitas uma série de adaptações e que também haja remanejamento psíquico. Isso significa que a gravidez pode ser uma ocasião em que os pais resgatam, muitas vezes inconscientemente, as próprias experiências.

Assim, o período da gravidez, ou mais amplamente o ciclo gravídico-puerperal, pode ser experimentado também como uma fase em que conflitos e traumas de natureza psicológica podem ser reativados, principalmente na mulher, porque é ela quem sofre as maiores mudanças trazidas pela gravidez. Nesse contexto de modificações, deve ser levada em consideração também a influência de fatores hormonais, sociais, culturais e demográficos. Acontecimentos geradores de estresse, como por exemplo, um acidente de trânsito, e a personalidade de cada pessoa irá compor uma rede de elementos que farão da gestação uma experiência singular na vida de uma mulher e também na dos que a rodeiam (Oishi, 2014).

Há que se considerar ainda que a história e as experiências vivenciadas pela mulher ao longo da sua vida podem influenciar no modo como ela irá desempenhar a maternidade do seu bebê. Nesse sentido, a relação da mulher com sua figura materna representa o principal modelo ao se tornar mãe. Ou seja, uma vivência satisfatória de cuidados, percebida como uma experiência gratificante, tende a gerar modelos positivos, enquanto experiências negativas associadas aos cuidados e à relação com a figura materna podem favorecer uma experiência dolorosa e até infeliz da maternidade. Assim, esses modelos de identificação fazem parte do universo simbólico da mulher desde a sua infância e é com eles que ela irá se identificar ao desempenhar o papel de mãe (Cabral e Levandowsky, 2012).

A gestação é um momento de profundas mudanças de diversas ordens na vida da mulher, sendo elas: biológicas, somáticas, psicológicas e sociais, caracterizando-se como uma experiência intensa e única que interfere tanto na dinâmica psíquica individual da mulher como nas suas demais relações. As primíparas são mais impactadas por essas mudanças, embora as multíparas também as vivenciem com intensidade. É um período de importantes reestruturações de papéis na vida da mulher, no qual ela passa de filha para também mãe, se vê fazendo reajustes no relacionamento conjugal, na vida socioeconômica e profissional (Piccinini *et al*., 2008).

A experiência da gestação passa pela influência de diversos fatores, tanto de ordem subjetiva como cotidiana, tais como: características da personalidade, capacidade de resolução de conflitos, suporte do companheiro e da família, assim como as expectativas em relação à chegada do bebê. A gestante tende a vivenciar de modo mais tranquilo a

experiência da maternidade se houver um equilíbrio entre esses fatores. Vários autores concordam que a gestação é um momento de preparação psicológica no qual está se constituindo a maternidade (Piccinini *et al*., 2008).

No que diz respeito às expectativas sobre o exercício da maternidade, é comum que as gestantes se mostrem inseguras e preocupadas em relação aos cuidados com o bebê e a sua educação futura. Deve ser levado em consideração que, gestantes primíparas tendem a experienciar as mudanças da gestação de modo ainda mais intenso (Maldonado, 1997; Piccinini *et al*., 2008).

Diante de tantas mudanças físicas e psíquicas, a mulher fica mais suscetível a distúrbios emocionais devido à exacerbação da sensibilidade nesse período (Raphael-Leff, 2000, *apud* Piccinini *et al*., 2008). Sendo assim, é possível que se observe o desencadear tanto de crise emocional quanto o manifestar de um potencial desconhecido no que diz respeito à resolução de conflitos e adaptação.

De acordo com Maldonado (1997), a maneira com que a mulher vivencia as mudanças nessa fase influenciará significativamente a relação entre a mãe e o bebê no futuro.

2. Os tipos de parto e suas implicações

Segundo Rezende Filho e Montenegro (2014), o parto é a fase resolutiva da gestação, trazendo ao mundo exterior o concepto através do canal de parto. Exclui-se qualquer outro tipo de extração do concepto com esta nomenclatura, as quais são legitimamente chamadas de partos abdominais e ou cesarianas. São vários os tipos de parto, no entanto, no presente trabalho serão abordadas as modalidades conhecidas como parto normal ou parto humanizado e cesariana.

O parto normal é sinônimo de parto vaginal e é realizado em ambiente hospitalar. As intervenções de rotina vão desde a permanência da gestante em salas de pré-parto coletivas e sem privacidade e o uso de drogas para acelerar o trabalho de parto até condutas pautadas em protocolos como a episiotomia (corte feito no períneo), que visa facilitar a passagem do bebê. No período expulsivo, a gestante é colocada em posição (Diniz, 2001, *apud* Mandarino, 2009).

O parto humanizado refere-se também ao parto de via vaginal e, embora possa até ser utilizado o procedimento cirúrgico, se necessário, é resultante de um atendimento respeitoso para com a mulher e o bebê, que são considerados como sujeitos e não como objetos. Isso significa para a gestante escolher seu acompanhante, que posição adotar, liberdade de movimento, amamentar na primeira hora de vida do bebê, ou seja, protagonizar seu parto (Mandarino, 2009).

As questões que envolvem o período gravídico e o parto vão muito além dos procedimentos médicos. O parto é um acontecimento de relevância na vida da mulher, uma vez que constitui momento único para o binômio mãe-filho. Por envolver aspectos psicológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais, é considerado por vários autores um

fenômeno complexo, tornando-se objeto de estudo em várias ciências, entre elas a psicologia (Pamplona, 1990).

O parto, entre os povos primitivos, era um acontecimento de pouca relevância, justificando-se pelo fato de que, em geral, a mulher mal interrompia seus afazeres para dar à luz. Entretanto, na sociedade atual, é influenciado pelo excesso de intervenções no intuito de aliviar a dor, pois, desde a infância a mulher escuta sua mãe, parentes e amigos falarem dos sofrimentos da parturição, criando-se, dessa forma, o que se chama de complexo de medo e apreensão (Bezerra e Cardoso, 2006).

No decorrer dos séculos, a assistência ao parto sofreu grandes modificações. Durante muitos anos isso foi considerado "assunto de mulheres", sendo assistido, na grande maioria das vezes, por parteiras e pela mãe da parturiente que, com suas experiências, auxiliavam o parto. Vale ressaltar que nessa época os índices de mortalidade materna e infantil eram altos. No século XVI e XVII o parto passou a ser assistido pelo médico, deixando de ser um assunto tratado apenas entre as mulheres e parteiras. Com o evento da hospitalização, o parto ganhou técnicas e instrumentos que facilitavam o trabalho do médico; no século XVII a cesariana já não levava ao óbito da mãe, surgindo assim a institucionalização do parto (Maldonado, 1997).

No que diz respeito ao trabalho de parto, apesar de ser um ato fisiológico, atualmente requer a internação da mulher em uma maternidade, o que contribui para que a parturiente fique distante da família, visto que na maioria desses locais a presença dos familiares nas salas de parto não é permitida, embora protegida pela lei do acompanhante, de nº 11.108, de 7 de abril de 2005, que obriga os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), da rede própria ou conveniada, a permitirem a presença de um acompanhante escolhido pela parturiente durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato (Brasil, 2005).

2.1 Cesariana: uma epidemia

A cesariana é o procedimento cirúrgico que consiste em incisar o abdome e a parede uterina para a extração do concepto. De acordo com Leguizamon Junior, Steffani e Bonamigo (2013), nos últimos anos, ocorreu, no Brasil, considerável aumento na indicação desse tipo de parto. Esses autores, contudo, ressaltam que os riscos de morbimortalidade materna e perinatal por causa das cesarianas são bem maiores em relação aos partos realizados por via natural. Esses pesquisadores destacam ainda que essa modalidade de parto deve ser prescrita somente em casos de complicações ou riscos para a saúde da mãe e ou do bebê.

Atualmente, no Brasil, as cesáreas tornaram-se o procedimento mais adotado entre os profissionais, chegando a 55% dos partos. No serviço privado o número de cesáreas chega a 84,6% e no sistema público de saúde é de 40%, consideravelmente menor, porém ainda elevado se considerarmos as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que é cerca de 15% dos partos (BRASIL, 2016).

Vale ressaltar que as cesarianas agendadas, feitas sem a indicação técnica adequada, sem que a mulher sequer entre em trabalho de parto, aumentam a probabilidade de surgimento de problemas respiratórios para o recém-nascido, em 25% os óbitos infantis neonatais e triplicam o risco de morte materna. De acordo com o Ministério da Saúde e a OMS, recomenda-se que a forma de nascimento seja decidida, de forma conjunta, entre a mulher e o profissional de saúde (BRASIL, 2016).

2.2 A humanização do parto

O conceito de humanização da assistência ao parto pressupõe a relação de respeito que os profissionais de saúde estabelecem com as mulheres durante o processo de parturição e compreende: o parto como um processo natural e fisiológico; respeito aos sentimentos, emoções, necessidades e valores culturais; disposição dos profissionais para ajudar a mulher a diminuir a ansiedade, a insegurança e outros temores; promoção e manutenção do bem-estar físico e emocional ao longo do processo de gestação, parto e nascimento; informação e orientação permanente à parturiente sobre a evolução do trabalho de parto; espaço e apoio para a presença de um(a) acompanhante que a parturiente deseje; direito da mulher na escolha do local de nascimento e corresponsabilidade dos profissionais para garantir o acesso e a qualidade dos cuidados de saúde (BRASIL, 2011).

A melhoria da qualidade na atenção obstétrica passa, fundamentalmente, pela mudança no atendimento à mulher durante o parto. Com isso, espera-se a diminuição do número de cesarianas desnecessárias, do adoecimento e mortes evitáveis a partir da adoção de boas práticas na atenção ao parto e ao nascimento. É inegável que a cesariana seja uma conquista científica que, quando indicada corretamente, pode salvar vidas, mas ela não deve ser feita indiscriminadamente. Essas diretrizes complementam a conduta médica nas avaliações individuais entre o profissional e o paciente e garantem o melhor procedimento para mãe e bebê (BRASIL, 2016).

2.3 A doula: a acompanhante treinada

Doula é uma palavra de origem grega que significa mulher que serve. Ela pode desempenhar funções importantes no pré-natal, parto e puerpério, desenvolvendo atividades que visem tornar o processo de parto e o nascimento menos tecnocrático e melhor vivenciado pela mulher e sua família (Leão e Bastos 2001). Essa profissão é relativamente nova, somente em 2013 as doulas foram classificadas como ocupação laboral no Brasil, embora, há anos sejam reconhecidas socialmente por desenvolver atividades assistenciais nos mais diversos cenários do trabalho de parto, parto e puerpério (Brasil, 2003).

> As doulas têm sido associadas a diversos resultados positivos na área obstétrica, especialmente por meio de alterações na percepção do parto por parte da gestante, entendendo-o e restituindo-o como evento social e não como doença, ou seja, restituindo a dimensão social que envolve o processo de parir. Assim, por meio do envolvimento da mulher na protagonização do parto e estando ela acompanhada pela equipe de

> saúde, mas também por seus familiares e comunidade, aumenta-se a sensação de sua segurança e dos familiares em relação ao processo gravídico (PUGIN (2008), LOW; MOFAT; BRENAN; KOUMOUITZES-DOUVIA; CARR, 2006 *APUD* FERREIRA JÚNIO *ET AL*. (2014, p. 204).

Brasil (2003) descreve a atuação da doula da seguinte forma:

> A acompanhante treinada, além do apoio emocional, deve fornecer informações à parturiente sobre todo o desenrolar do trabalho de parto e parto, intervenções e procedimentos necessários, para que a mulher possa participar de fato das decisões acerca das condutas a serem tomadas durante este período. Durante o trabalho de parto e parto, a acompanhante: orienta a mulher a assumir a posição que mais lhe agrade durante as contrações; favorece a manutenção de um ambiente tranquilo e acolhedor, com silêncio e privacidade; auxilia na utilização de técnicas respiratórias, massagens e banhos mornos; orienta a mulher sobre os métodos para alívio da dor que podem ser utilizados, se necessários; estimula a participação do marido ou companheiro em todo o processo; apoia e orienta a mulher durante todo o período expulsivo, incluindo a possibilidade da liberdade de escolha quanto à posição a ser adotada (p. 67).

De acordo com Benzecry (2005) seis trabalhos de pesquisa com a presença da doula no parto constataram que seu papel foi significativo, diminuiu o tempo do trabalho de parto em 25%, o uso de medicamentos analgésicos em 30%, a incidência de cesariana em 50%, o uso de ocitocina em 40% e o uso de anestesia peridural em 50%. Além disso, a presença dessa profissional comprovou a redução da ansiedade, medo, dor no parto, além de proporcionar bem-estar à mulher acompanhada, resultando em maior interação da mãe com o bebê e menor índice de dificuldades com amamentação.

3. Os grupos de preparação para o parto

Diversos autores pontuam sobre a importância da participação das gestantes em cursos de orientação e preparação para o parto, Couto (2006) assegura que as gestantes com maior conhecimento sobre os procedimentos como respiração, relaxamento e posições apresentam-se mais tranquilas durante o parto, e que as mulheres que demostraram maior conhecimento sobre o trabalho de parto e confiança no decorrer do curso de preparação vivenciaram o parto de modo menos penoso.

Estudos realizados na Itália evidenciaram que após passarem pelos cursos de preparação para o parto, mulheres tiveram suas competências e conhecimentos aumentados, podendo, assim, se defender da excessiva medicalização da gravidez e do parto. Verificou-se ainda que as gestantes apresentaram menor risco de serem submetidas a cesarianas, maior satisfação com a experiência de parto e maior taxa de amamentação ainda no hospital (Antunes e Patrício, 2007).

Antunes e Patrocínio (2007) revelam que a procura por esses cursos tem aumentado e que os mesmos trazem benefícios para pai, mãe e o bebê e contribuem significativamente para a melhora da saúde mental das gestantes em curto prazo.

É sabido que as mulheres que participam de programas que oferecem intervenções de preparo para o parto, gerenciam melhor o medo, ansiedade e estresse do parto bem como os cuidados iniciais com o recém-nascido. Acrescenta-se ainda, que estudos revelam que essas mulheres tendem a apresentar menor índice de ansiedade e depressão, assim como uma experiência mais positiva em relação ao parto e à maternidade (Silva, 2013).

Desse modo, Klein e Guedes (2008) pontua que há uma gama de possibilidades de atuação do psicólogo, como, por exemplo, o trabalho baseado nos princípios do grupo suporte. O grupo possibilita a troca de experiências e informações sobre essa fase e auxilia na promoção da saúde da mulher.

4 A intervenção da psicologia junto da enfermagem e assistência social com gestantes na sala de espera

O trabalho de preparação para o parto foi realizado com gestantes na sala de espera para a consulta do pré-natal, tendo a metodologia de grupo focal, de estrutura vivencial (Maldonado, 1997).

A experiência teve como característica fundamental o espaço aberto para que as gestantes expressassem as emoções e vivências relativas ao parto, ocasião em que a estagiária de psicologia atuava de modo ativo como facilitadora de livre expressão. A participação da enfermeira e da assistente social que acompanhavam a dinâmica do grupo ateve-se a realizar intervenções de acordo com suas áreas de atuação a partir das falas advindas das integrantes.

Como exemplo de tais intervenções pode-se citar a atuação da profissional de enfermagem que, à medida que eram relatadas emoções devido à aproximação do parto, orientava com informações acerca do processo orgânico do trabalho de parto e parto, detalhamento dos partos cesáreo e normal, rotinas e procedimentos hospitalares inerentes a este trabalho, passos deste processo e suas possíveis alterações (Gomes e Guedes, 2004).

Por outro lado, a profissional da assistência social se dedicava a orientar sobre questões de cidadania da mulher sob a ótica do Serviço Social, os direitos que lhe são assegurados e as providências necessárias para usufruí-los. Portanto, iniciava-se o trabalho com as vivências e gradualmente ao andamento do encontro iam-se acrescentando os informes biológicos e dos direitos civis e políticos da mulher na condição de maternidade (Gomes e Guedes, 2004).

A cada novo encontro a estagiária de Psicologia fazia sua apresentação, do trabalho proposto e das outras coordenadoras, como também pedia às participantes que se apresentassem para o grupo dizendo seu período gestacional e o número de gravidez no qual se encontravam (Gomes e Guedes, 2004).

A técnica empregada pela estagiária foi o uso de perguntas de Fiorini (1978, *apud* Gomes e Guedes, 2004) que consiste em indagar sobre dados precisos da realidade do

paciente, pois a complexidade psicológica da mesma, enredada em muitos detalhes e matizes desta situação, promove ampliações e aclarações de seu relato à medida que explora ao máximo suas respostas. A partir desta técnica, elaboraram-se perguntas relacionadas às experiências de partos anteriores; às expectativas para o parto futuro; ao que pensavam sobre a cesárea e o parto normal; aos sentimentos que tinham em relação ao corpo, se imaginavam a hora de dar à luz e às características do ambiente hospitalar, da família e de si mesma que consideravam fundamentais para viver o momento do parto. Tais perguntas foram acrescidas de outras problemáticas trazidas pelas participantes no curso de acordo com o tema central do dia (Gomes e Guedes, 2004).

Com base nas intervenções acima, a estagiária adotava uma postura ativa na condução das perguntas, ou seja, não esperava que as participantes tomassem iniciativa de falar, incitando-as continuamente. No entanto, em determinados momentos, algumas grávidas viam-se confrontadas com certas perguntas e mergulhavam em reflexão até expressarem-se por meio da fala. Vale ressaltar que a estagiária sempre repetia as respostas das gestantes no intuito de obter confirmação, bem como acompanhar o processo de elaboração das vivências.

Sendo assim, o trabalho com grupo mostra-se de grande valia, pois além de proporcionar a construção de novos relacionamentos, permite ainda entrar em contato com questões em comum; dessa maneira, o grupo como espaço de reflexão propicia que as integrantes possam ver-se umas nas outras, o que contribui para compartilharem situações de sua trajetória de gravidez e parto, favorecendo o processo de formulação conjunta de alternativas a fim de lidarem com o novo, valorizando os aspectos positivos.

4.1 Métodos de preparação para o parto

Grantley Dick-Read foi o precursor ao observar que o estado emocional da mulher interferia na intensidade da dor do trabalho de parto. Em 1933 publicou o livro “Parto Natural”, refundindo para “Parto sem medo”, em 1944, partindo do pressuposto de que a dor do parto era fruto do medo que lhe fora passado desde a infância e reforçado durante a gestação por informações errôneas. Logo nas primeiras contrações o medo gera tensão que dá a impressão de dor, a dor por sua vez aumenta o medo, iniciando assim um círculo vicioso de terror. Segundo o autor, esse medo seria resultante dos seguintes fatores: sugestão, desconhecimento da morfologia e função dos órgãos genitais e fenômenos da parturição, falta de amparo durante o parto e solidão (Benzecry, 2005).

De acordo com Read (1944, *apud* Silva, 2013) o método de preparação para o parto é composto por seis etapas: no início da gestação a mulher/casal deve receber orientações sobre anatomia e fisiologia do parto por meio de figuras explicativas com objetivo de conhecerem as modificações do corpo, desmistificando algumas crenças sobre o parto; em seguida, deve ser abordado o mecanismo da dor e a relação desta com o estado de tensão e angústia, ou seja, o aumento da tensão aumenta a resposta de dor; nesta fase deve-se sugerir a prática de exercícios musculares adequados e relaxamento muscular, favorecendo bem-estar físico e psicológico no intervalo das contrações; essa fase compreende a orientação quanto ao acionamento do médico e ida para a maternidade;

deve-se orientar o casal sobre as fases do trabalho de parto; é importante também abordar questões religiosas, sociais e psicológicas da parturiente

De acordo com Maldonado (1997), o método IPE (Intervenção Psicológica-Educacional) tem por objetivo ser psicoprofilático, pois visa à redução da ansiedade no ciclo gravídico devido à preparação do casal e ou gestante para esse momento e com esse processo o alcance de níveis mais altos de integração e amadurecimento da personalidade.

4.2 Intervenções psicológicas no período da gestação ao puerpério

Por envolver o direito fundamental à vida e ser, portanto, uma questão social e também de ordem pública, as atenções destinadas ao especial e complexo processo da gravidez, parto e pós-parto devem incluir cuidados tanto com o corpo da mulher e da criança como com sua saúde mental e emocional (Santos Neto *et al*., 2008).

Assim, deve ser destinada atenção integral à saúde dos envolvidos nesse processo como sendo um direito básico à vida. Tendo em vista as possibilidades e importância de suas intervenções, a participação dos profissionais da Psicologia nessa fase da vida pode fazer toda diferença, razão pela qual se faz necessário apresentar os modos como o psicólogo poderá intervir e participar de tal processo.

Durante a atuação do psicólogo na clínica perinatal, este se depara com uma realidade complexa, que envolve, geralmente, diversas situações que exigem preparo e condições de fornecer apoio aos envolvidos no processo. Esse profissional pode deparar-se com casos de gravidez na adolescência ou na menopausa; gravidez planejada, a que se dá de surpresa e aquela rejeitada e indesejada pela mãe ou algum outro participante do processo. Há também a ocorrência de gravidez natural e a que resulta de reprodução assistida. O processo perinatal pode ocorrer ainda em um bom estado de saúde da mãe, assim como em meio a disfunções orgânicas e/ou psicológicas. Pode ocorrer em um ambiente social e economicamente desenvolvido, assim como pode estar inserido em conflitos interpessoais e desajustes econômicos, como pobreza e falta de itens básicos (Fortes, 2012).

Todas as possibilidades que podem envolver a gravidez indicam que ela precisa ser pensada como um longo caminho que será percorrido pela mãe e também por aqueles que estão ao seu redor. Dessa caminhada, podem fazer parte tratamentos diversos, uso de medicamentos, preocupações financeiras, medos, insegurança, conflitos familiares, nascimento de gêmeos ou múltiplos, prematuridade extrema, deficiências físicas ou mentais no nascituro e até mesmo a morte da criança (Fortes, 2012).

O cenário da gestação e do nascimento de uma criança é sempre complexo e não pode ser descrito em um único modelo. Sendo assim, diversas serão também as maneiras como a mãe e os demais participantes vivenciarão a gravidez e a vinda ao mundo de um novo ser. Dentre as diversas maneiras ou linhas de abordagem que o profissional de Psicologia pode assumir em sua atuação, há escuta das singularidades e particularidades de cada um dos implicados no processo perinatal. Cada sujeito atribuirá significados

pessoais e responderá de modo específico às circunstâncias que envolvem o processo (Fortes, 2012).

4.2.1 A escuta clínica ainda na maternidade

De acordo com Winnicott (2006, *apud* Fortes, 2012), o relacionamento mãe e bebê é essencial na construção psíquica do sujeito. Cabe ao ambiente cuidar desta mãe sem influenciá-la, ou seja, ouvi-la e acolhê-la sem interferir naquilo que é natural dela. Este conhecimento da maternagem é constituído a partir das vivências psíquicas da mãe enquanto bebê que, ao exercer a maternidade, agora as recupera como traços mnêmicos para ajudá-la nesta tarefa. Considerando os cuidados para com a mãe, deve-se ampliar o conceito de ambiente, possibilitando a ela uma estrutura social, física e econômica que favoreça sua interação com o bebê.

No entanto, experiências de gestação em ambiente hospitalar, assim como a chegada de bebês prematuros e internações em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) favorecem uma situação de extrema ambivalência à mulher e/ou casal. Este sentimento que já é característico da gestação e do desejo de ter um filho torna-se ainda mais ameaçador diante da vulnerabilidade e impotência perante uma internação. Neste contexto, verifica-se a importância do papel do psicólogo na maternidade, proporcionando um espaço de escuta para que envolvidos possam nomear e atribuir significados à situação (Fortes, 2012).

De acordo com Simionato (2008, *apud* Fortes, 2012), esse tempo de escuta do casal e da família é definido como “tempo de cuidado”. Trata-se, portanto, da compreensão de que essas famílias precisam ser maternadas, para então maternar seus bebês. Essa escuta deve ultrapassar as fronteiras do contexto hospitalar, os serviços psicológicos e sociais devem contribuir para que as famílias possam lidar com os fragmentos, “buracos” da história de cada gestação e maternagem. O vínculo estabelecido entre o psicólogo e a gestante ou familiar será de suma importância para que possam acessar as suas fantasias, reposicionando-as e abrindo espaço para o bebê real que se apresenta (Szejer e Stewart, 1997, *apud* Fortes, 2012).

Como exemplo, trazemos algumas situações vivenciadas no atendimento às gestantes e puérperas em uma maternidade, as quais enfatizam a importância da atuação do psicólogo. O caso refere-se à uma gestante que deu a luz a um bebê prematuro após um longo período de hospitalização. O atendimento foi realizado durante todo o período de repouso e no pós-parto. Szejer (2002, *apud* Fortes, 2012, p. 6) afirma que “é exatamente porque toda gravidez tem uma história, que não existe gravidez ideal. Cada uma delas é mais ou menos fácil de viver. Algumas mulheres vivem um sentimento de plenitude, outras vivem estados de angústia”. Buscou-se ouvir a história da gestante respeitando a alteridade que se apresenta. Usou-se nome fictício.

Marina, primigesta em trabalho de parto prematuro, ficaria um longo período internada devido à baixa idade gestacional. Mostrou-se reservada e um discurso racionalizado nos primeiros atendimentos, embora receptiva às estagiárias. A mãe de Marina, bastante presente na vida da filha, manteve-se ao lado dela durante o atendimento. Ao longo do processo, observou-se que Marina apresentava-se sonolenta e,

por vezes, ao entrar no quarto ela dormia em posição fetal. Certo dia, Marina estava sozinha e ouviu-se: “Hoje estou muito triste, quando minha mãe foi embora, chorei”. Promoveu-se conversa a fim de ampliar a percepção sobre seus sentimentos. “Minha mãe me trata como se eu fosse bebê”. Marina parecia sentir-se desamparada com a ausência da mãe, talvez semelhante ao bebê prematuro no ambiente mecanicista da UTI. Devido às regras da UTI, apenas os pais eram autorizados a visitar o bebê. No entanto, Marina foi alçada ao papel de mãe e mulher junto do marido nesse período. Mesmo diante da dor e frustração dos pais em meio à situação, observou-se uma mulher apropriando-se de seu papel com boa desenvoltura, autonomia em relação ao seu filho, inclusive com muito autoestima elevada, já que estava bem vestida e maquiada (Fortes, 2012).

Durante os atendimentos, o bebê veio a óbito com aproximadamente um mês de vida. De acordo com Winnicott (1956, *apud* Fortes, 2012) a mãe se recupera aos poucos do estado regredido, portanto, caso o bebê morra, o quadro da mãe pode revelar-se uma patologia. O autor refere-se a uma fase em que as defesas psíquicas estão reduzidas, facilitando a comunicação entre mãe e bebê. Nesse caso, recomenda-se maternar a mãe, sem suprir a falta, mas estar junto para vivenciar a dor. Manifestou-se um quadro depressivo, não patológico, mas sim parte da elaboração do luto. O papel das psicólogas junto à mãe foi de acolhimento, possibilitando a fala e nomeação da complexidade de sentimentos que envolvem a perda do bebê imaginário e do bebê real.

4.2.2 A intervenção psicológica no pós-parto imediato ainda na maternidade

Uma preocupação bastante comum entre as puérperas é referente aos cuidados com o bebê logo nos primeiros dias de vida, especialmente em relação ao modo de como segurar, amamentar e trocar fraldas. De acordo com Zimmermann *et al*., (2001, *apud* Alves *et al*., 2011), a puérpera apresenta fantasias a respeito da saúde do filho e do seu futuro. Portanto, é importante que recebam orientações, porém, recomenda-se que as instruções à mãe devem obedecer às necessidades dela e do bebê.

Sendo assim, intervenções podem ser realizadas por parte da equipe no que se refere ao próprio ato de dar banho no seu filho ainda na maternidade. A insegurança no momento do banho é o medo de derrubar o bebê e, nesse sentido, uma orientação mais técnica por parte da enfermagem possibilitará instruí-la sobre como segurar o bebê, por exemplo. A intervenção psicológica pode ocorrer também nesse momento do banho, significando à mãe sua importância e a criação de um espaço de segurança, mostrando que ela tem conhecimento do seu filho e que ninguém da equipe de saúde tem tanto tempo de convivência com ele, devido aos nove meses de gestação (Alves *et al*., 2011).

Outro tipo de intervenção psicológica que pode ser feita está relacionada às angústias dos familiares, de modo que o profissional pode orientá-los sobre a importância de criar um espaço seguro para fortalecer a relação mãe-bebê. Um exemplo de tal intervenção seria:

Em um atendimento, a mãe de uma paciente a pressiona constantemente sobre a necessidade de amamentar o filho e de que a filha precisaria ficar calma. Nesse momento, foi necessária a criação de um espaço que mostrasse à avó o quanto a mãe era capaz de “ser mãe”, não a pressionando para a amamentação. Logo, a avó relata que não

amamentou seus dois filhos e ficou nervosa durante a gestação de um. Por isso, atribuiu sua ação a problemas psicológicos de um dos filhos e, preocupada com a possibilidade de haver problemas parecidos para o neto, pressionava a filha. Assim, um dos objetivos do atendimento foi a realização da escuta dessa avó e mostrar a ela o quanto a relação de sua filha, agora com seu bebê, seria diferente da dela com seus filhos. Em relação à paciente, foi importante apoiá-la, visto que pode minimizar as inseguranças envolvidas nesse período (Zimmermann *et al*., 2001, *apud* Alves *et al*., 2011).

A partir dos atendimentos feitos durante o trabalho, percebeu-se a importância do acompanhamento psicológico junto às puérperas no período da internação hospitalar, visto que é um momento em que pode haver cobranças de como ser mãe por parte da família e equipe, bem como da própria paciente pós-parto. É interessante mostrar à família a relevância do apoio e da necessidade de criar um espaço seguro, em que não se pressione a puérpera com ansiedades que provêm dos outros, nesse momento sensível na sua vida. Em relação à equipe, convém realizar uma sensibilização na busca por um atendimento mais humanizado nesse momento. Sendo assim, angústias provindas da internação hospitalar poderão ser reduzidas e a criação de um espaço suficientemente bom para a construção do vínculo mãe-bebê (Alves *et al*., 2011).

5. A depressão pós-parto

A vivência da gravidez pode ser acompanhada por alegria e outras emoções positivas. Contudo, a aceitação e o contentamento não são regras gerais nessa fase da vida. Iaconelli (2012) destaca que, muitas vezes, a gravidez pode ser sobrecarregada por transtornos do humor, sendo a depressão um dos mais frequentes. É comum no processo gravídico puerperal a ocorrência de algum grau de sofrimento. Isso ocorre porque tal experiência está atrelada a mudanças profundas na vida dos envolvidos. A possibilidade do sofrimento vivenciado pode se dar por razões diversas, ligadas à maneira como a gestação e o nascimento de uma criança são vistos. O grau de sofrimento ou de alegria dependerá, portanto, dos significados que são atribuídos ao processo. Nesse sentido, a classe social será um elemento importante, mas não determinante, que influenciará o modo como essa experiência será encarada.

Dentre os diversos modos de atuação do psicólogo no processo perinatal, destaca-se a prevenção e o tratamento da denominada depressão pós-parto. De acordo com Silva (2008), a depressão pós-parto diz respeito a um tipo específico de transtorno mental, que tem uma intensidade e duração própria, geralmente iniciados entre a quarta e a oitava semana após o parto, alcançando intensidade máxima nos primeiros seis meses. Estima-se que de 10 a 15% das mulheres apresentem sintomas depressivos no pós-parto (Brocchi, Bussab e David, 2015).

Ela é caracterizada pela presença de sintomas como: alteração do humor entre depressão e irritabilidade; desinteresse ou falta de motivação; redução de energia e anedonia; redução ou ausência da capacidade de sentir prazer na vida ou com atividades de lazer; choro frequente; sentimento de culpa; alterações no sono; temor de machucar o filho; diminuição ou perda do apetite; e alteração da libido e do nível de funcionamento

mental. Também podem surgir sintomas como ideias suicidas, obsessivas ou maníacas (Brocchi, Bussab e David, 2015).

Vale ressaltar a forte danificação das funções cognitivas e emocionais de quem é acometido. Dessa maneira, uma vez que a mãe apresenta um transtorno de depressão pós-parto, o vínculo entre ela e seu filho poderá ser prejudicado. Essa patologia poderá fazer com que a mãe não tenha disponibilidade cognitiva e emocional para cuidar do recém-nascido e com ele interagir de forma que lhe seja saudável (Brocchi, Bussab e David, 2015).

Entretanto, há diferença entre o transtorno de depressão pós-parto, que é um transtorno psiquiátrico e que precisa de tratamento, e a vivência de tristeza, denominada *baby blue*. De acordo com Gonçalves (2010), no pós-parto a mulher pode ser acometida pela síndrome, cujas características são de labilidade emocional, períodos de ansiedade, irritação generalizada, choro frequente, variações fortes de humor, além de desânimo, ausência de fome e dificuldade de concentração. Tais sintomas aparecem em torno do quarto dia após o parto e tendem a diminuir por volta do décimo segundo dia. Embora a depressão e o *baby blue* apresentem semelhanças sintomáticas, diferem expressivamente na duração dos episódios, que nesta última são passageiros e não expõem a riscos graves a mãe e o bebê.

Iaconelli (2012) aponta que na gravidez e nascimento é comum e até mesmo esperado que as mães vivenciem tristeza ou diminuição da capacidade de sentir prazer. Todavia, essa ocorrência, de modo geral, será passageira, não impedirá a mãe de exercer suas funções e não colocará em perigo sua saúde e a do bebê. Porém, no caso de depressão pós-parto, essas ocorrências de tristeza podem se desenvolver e se transformarem em um transtorno grave, cujos desfechos podem incluir, em casos mais severos, abandono da criança, morte desta pela mãe e suicídio materno.

Brocchi, Bussab e David (2015), juntamente com Iaconelli (2012) citam os fatores de risco relacionados à depressão pós-parto, dentre os quais os mais conhecidos são: depressão e ansiedade pré-natal; autoestima baixa; dificuldade em lidar com o bebê; alto nível de estresse em decorrência de algum evento, como desemprego ou morte de alguém próximo; suporte social precário; conflitos na relação com o parceiro ou familiares; histórico de depressão; presença de melancolia; ser mãe solteira; pertencer a um baixo nível socioeconômico e enfrentar dificuldades financeiras; ter uma gestação não planejada ou não desejada; complicações de saúde na gestação e/ou parto; nascimento de bebês antes do término da gestação, e também nascimento de múltiplos bebês.

5.1 Exemplificando a clínica na depressão pós-parto

Para Delassus (2003, *apud* Moraes e Crepaldi, 2011) a doença materna é um "grito" de impotência e dificuldade para se tornar mãe. Assim, a postura clínica para com mães deprimidas pressupõe o uso da escuta para auxiliá-las a definir a problemática em questão, escuta essa que pode curar a depressão materna, pois, de acordo com o autor, "aqui escutar é ouvir, e ouvir é restabelecer o contato. O contato estabelecido com a mãe em dificuldade permite reencontrá-la na realidade do momento". Em relação aos sofrimentos da puérpera, Rosfelter (1994, *apud* Moraes e Crepaldi, 2011) afirma que é preciso compreender que em sua queixa sobre fadiga, por exemplo, tão comum na depressão pós-

parto, as mulheres estão expressando a própria sensação de desamparo e de abandono pelas pessoas mais próximas, temendo não ser amada e ao mesmo tempo perdendo suas referências.

É preciso ajudar a mãe a passar da dor à doçura, do sofrimento à possibilidade de amar. O tratamento materno, além de preventivo em relação à criança, também é necessário para a mãe. Esse tipo de conduta terapêutica é o que se chama “maternar” a mãe, o que além de aliviá-la em suas angústias, presta-se a um novo modelo de identificação nos cuidados com seu próprio bebê (Delassus, 2003, *apud* Moraes e Crepaldi, 2011). O “apoio” passa a ser entendido como uma postura, um lugar do psicoterapeuta dentro do *setting*, que representa proteção para o paciente contra os riscos inerentes ao mergulho psíquico que é o *insight* e o encontro com afetos reprimidos.

5.2 A morte fetal e seus impactos psicológicos

A gestação diz respeito a um fenômeno que envolve o imaginário particular e social. Por sua natureza, a gravidez está ligada, de modo geral, às representações pessoais e sociais sobre o nascimento, sobre a vida e a esperança. Desse modo, a morte de um feto pode gerar impactos sobre os envolvidos, a comunidade na qual a grávida está inserida e até mesmo na equipe de saúde. Um dos efeitos que podem ser destacados nesse tipo de acontecimento é trazer à tona, além da quebra de expectativas, a finitude humana, algo que pode desencadear sentimentos dolorosos de vários tipos, como impotência, medo e angústia (Faria-Schützer *et al*., 2014).

Em obstetrícia, o óbito fetal diz respeito à morte do feto a partir das 20 a 22 semanas de gravidez. Portanto, trata-se de uma morte que ocorre antes que o feto seja expulso naturalmente do útero ou dele seja extraído por intervenção cirúrgica. Não sendo um acontecimento raro, a morte do feto pode se dar ainda em outros estágios da gravidez. Pode ocorrer entre 20 e 28 semanas de idade gestacional e após 28 semanas completas de gestação, o chamado óbito tardio (Faria-Schützer *et al*., 2014).

Desse modo, como já apontado, seus efeitos são particulares. Muza *et al*. (2013) destacam que a morte de um filho, antes ou logo depois do nascimento, significa uma ruptura com a ordem natural da vida, pois diz respeito à interrupção do ciclo reprodutivo logo em seu início. Com isso, a morte nessa fase da vida tende a interromper sonhos e expectativas que, normalmente, são depositados na criança que está por vir.

A vivência da morte de um feto pela mãe e seus familiares não pode ser representada em um único modelo. A reação a esse evento dependerá de elementos diversos, tais como: a personalidade de cada um, as condições sociais e econômicas dos envolvidos, bem como do grau de informação que eles apresentarem. Todavia, trata-se de uma questão de relevância social, uma vez que está ligada à vida e sua continuidade.

Muza *et al*. (2013) discorrem sobre a importância da atuação do psicólogo nessa questão. De acordo com os pesquisadores, o papel desse profissional é atuar para a "prevenção" de possíveis psicopatologias relacionadas à vida ou morte do bebê. Também a ele caberá prestar esclarecimentos e atenção aos envolvidos no acontecimento de perda: a mãe, o pai, a família e a também a equipe de saúde implicada.

A importância da atuação do psicólogo na ocorrência de morte fetal pode ser vista como de grande importância para o trabalho de luto, que geralmente decorre desse acontecimento. A elaboração dos impactos emocionais da perda de um bebê precisa ocorrer de forma que proteja a saúde mental e promova o reestabelecimento psíquico de todos os que sofreram com essa perda (Muza *et al*., 2013).

5.2.1 Um exemplo de intervenção do psicólogo durante a elaboração do luto de uma mãe após a perda de um filho no período neonatal

Para ilustrar a importância da intervenção do psicólogo durante a elaboração do luto de uma mãe após a perda de um filho no período neonatal, apresentamos um estudo de caso, resultado de atendimentos psicoterápicos individuais breves (24 sessões) realizados no ambulatório de obstetrícia de um hospital público universitário e da análise dos conteúdos dos atendimentos. Observou-se que a expressão do luto através de rituais e psicoterapia agiu como facilitadora para a elaboração de um luto saudável (Oishi, 2014).

"O jardim de Julia"- Elaborando a perda de sua filha

"Sempre quis ser mãe", Ana relata no primeiro atendimento.

Tinha vontade era de "gritar para o mundo sua mais nova conquista. E agora voltei estaca zero", relata. Não sabia exatamente o que estava acontecendo com ela, mas "sentia que era algo ruim. Talvez tenha pressentido o que estava por vir" (a morte dela). O médico pediu que Ana colocasse sua mão sob o crânio de sua filha. Ana conta que se recusou a ver que o crânio de sua filha estava se abrindo. A negação é uma defesa compreensível e, por vezes, necessária para impedir uma desestruturação mental, enquanto o mundo interno está absorvendo o impacto, para, posteriormente, utilizar outras defesas mais adequadas. Quando soube do falecimento, Ana não quis que fosse feita a necropsia, pois "queria acabar com todo aquele sofrimento" com rapidez. Ana: "me sinto uma incompetente por não ter dado certo, porque eu não consegui" (ter o meu filho). Naquele dia, a equipe apresentou o bebê para que se despedissem: o marido de Ana tomou-o em seus braços, enquanto Ana permanecia ao seu lado e pegava em sua mão. Posteriormente, sua filha foi registrada, e realizou-se um pequeno velório. Dessa forma, o casal pôde lidar com a morte de forma muito mais realista, favorecendo a saúde psíquica e o luto normal (Oishi, 2014).

Ao longo dos atendimentos, Ana reproduziu várias vezes o discurso de pessoas de seu convívio, que a aconselhavam a esquecer o que passou e que era "uma perda de tempo pensar num filho que viveu tão pouco tempo, pois ainda era nova e logo teria outro filho". Ana se incomodava profundamente com o comentário dessas pessoas, pois sentia que as pessoas tentavam substituir a filha. "Me falaram que um mês já estava bom demais para me recuperar, que já não me lembraria de mais nada. E se fosse com eles? E se fossem eles quem tivessem perdido o filho deles? Não importa quanto tempo passe, mas todas as vezes que me lembrar dela, com certeza uma lágrima vou derrubar". De acordo com o achado na literatura, a reorganização psíquica ocorre com a superação do trauma da perda, há uma

estabilização familiar e surgem planos para o futuro, costumando ocorrer após um período que varia entre um e dois anos (Tortoni, 2007, *apud* Oishi, 2014).

Outro momento importante é quando o casal decidiu devolver o berço para a loja. A proposta feita por eles era deixar o berço na loja e em cerca de um ano pegá-lo de volta. Nesse momento, percebe-se o forte desejo por um filho. Estratégias facilitadoras para a elaboração do luto: Ana muitas vezes teve a sensação de estar sozinha e de ter sido a única a ter perdido um bebê, o que fazia com que se sentisse incompreendida. Foi sugerido que Ana e o marido participassem do grupo de pais enlutados, paralelamente ao atendimento individual. O casal fez um bom proveito do grupo, conhecendo pais que passaram por situações semelhantes, num espaço onde puderam compartilhar sua dor e serem compreendidos, sentindo-se mais confortados: "Eram histórias diferentes da minha, mas muito tristes também" (Oishi, 2014).

Iaconelli (2012) reforçou essa visão ao concluir em seu trabalho que compartilhar a dor com outros pais enlutados foi uma forma de encontrar o reconhecimento do vivido e de construir representações que dariam conta da perda. A relação entre Ana e o marido é um dos aspectos positivos na elaboração do luto.

Um dia, Ana ouviu de sua tia: "Deus levou a flor mais bonita para enfeitar seu jardim". A partir daí teve a ideia de fazer um jardim em seu quintal: comprou todo o material necessário e assim o fez junto ao marido. Depois de terminado, sentaram-se e observaram por um longo tempo, emocionados. Ana refere-se a ele como "O jardim em homenagem à Julia". No primeiro dia das mães após o falecimento de sua filha, seu marido comprou uma flor e dois cartões: um dele e outro como se fosse da filha. Nele, "Julia" agradecia todo o amor recebido e dizia que Ana havia sido uma ótima mãe. O cartão emocionou Ana, que trouxe o cartão para o atendimento e demonstrou grande satisfação ao relatar sobre o presente. Através das situações relatadas, percebe-se que o ritual de despedida aproximou essa família e viabilizou a separação, como parte integral do processo de vida (Oishi, 2014).

Em um atendimento, Ana conscientiza-se de sua humanidade: "Não temos controle sobre tudo. Achava que tinha tudo: dinheiro, a ciência, o melhor hospital. E na verdade, estava totalmente enganada". No primeiro atendimento, Ana chegou a manifestar o desejo de ter um novo bebê e deixou explícito seu objetivo: "Agora, quero trabalhar a cabeça para engravidar de novo". Caso venha a ter outro filho, tem certeza de que esse nome é o único que não colocará: "Julia foi minha primeira filha, e é única e insubstituível" (Oishi, 2014).

Aos poucos, outros problemas tornam-se o assunto principal dos atendimentos: conflitos da família, apreensão no retorno ao trabalho. Agora, Ana mostra-se mais risonha e consegue encarar com bom humor os outros problemas. Do grupo de pais enlutados que frequentava, diz: "Não pretendo vir na próxima reunião. Sinto que já deu" (que o assunto já se esgotou). Além disso, percebeu que está falando sobre a morte de sua filha com mais tranquilidade. Antes, relata que chorava só de pensar nas lembranças. Agora, sente-se fortalecida, chorando com menos frequência, mas que ainda se emociona em momentos especiais: "Eu não tenho vergonha de chorar. Não choro porque estou deprimida. É a lembrança e a saudade dela que me vem à tona. Se eu não fizer outra coisa além do que chorar, não estarei sendo eu naquele momento". Embora algumas vezes se chore ainda e se tenha saudades, esse fim significa um grau importante de recuperação, aceitação e

adaptação. Recupera-se a estabilidade, a energia, a esperança, a capacidade de ter prazer e investir na vida (Oishi, 2014).

Experiências como esta requerem acompanhamento psicológico, e considerou três aspectos fundamentais para tal: acolher e escutar empaticamente a paciente, facilitando-lhe o contato e a expressão dos sentimentos relativos à perda, os quais são frequentemente ambivalentes; ajudá-la a transformar o que era um projeto de vida numa lembrança saudável (e não esquecê-lo simplesmente); e auxiliá-la com o sentimento de culpa, seja consciente ou inconsciente. Faz-se necessário que os pais tenham um lugar onde expor sua dor, sua raiva, seu medo e sua culpa, pois não se trata de simples catarse, mas sim de poder simbolizar e dar um lugar outro a seu filho. Os caminhos apontados pelos autores citados são essencialmente os mesmos que os atendimentos psicoterápicos realizados procuraram focalizar, ou seja, auxiliar na exteriorização da dor e, consequentemente, na elaboração do luto (Oishi 2014).

Considerações finais

A partir deste estudo foi possível observar que ocorreram avanços em relação ao atendimento à mulher no período gestacional e pós-parto nas últimas décadas. O movimento pela humanização do parto, que tem como objetivo a atenção à saúde da mulher, mais especificamente em relação à gestação e parto, corrobora tais mudanças.

Para que essa assistência se efetive, foram lançadas diretrizes que se baseiam nas recomendações da OMS, além de se optar pelo uso da medicina embasada por evidências científicas, com foco no protagonismo da mulher e em um atendimento respeitoso por parte da equipe de profissionais.

Todavia, a participação dos profissionais da psicologia é de suma importância no que diz respeito ao suporte nas questões que permeiam essa fase, devido à vasta gama de possibilidades de atuação. Como por exemplo, escuta dos anseios, medos, alegrias e expectativas, aconselhamento psicológico, psicoterapia, participação na equipe de cuidados profissionais na preparação para o parto, prestação de orientação à grávida e sua família.

Constatou-se que a intervenção do psicólogo, dentro de seu arsenal teórico ou metodológico, pode contribuir para a expressão dos anseios naturais e ou patológicos dessa fase, ressignificando-os por meio da fala ou de técnicas mais específicas, no sentido de tornar a experiência da maternagem o mais positiva possível. Deve-se levar em consideração que cada indivíduo é único em seu universo psíquico e que cada um é singular diante das experiências vividas.

As informações levantadas neste trabalho tornam-se apenas uma amostra da complexidade humana e das tantas possibilidades da Psicologia. Observou-se também a importância de publicações de relato de experiência de trabalhos feitos por psicólogos. Sendo assim, almeja-se que novas pesquisas sejam feitas a respeito da fase perinatal a fim de ampliar ainda mais os conhecimentos sobre o tema.

Referências Bibliográficas

ALVES, C. F. *et al*. **Intervenções psicológicas no período pós-parto em uma maternidade,** 2011. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/view/10213/3>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ANTUNES, M. S. C.; PATROCÍNIO, C. A malformação do bebê: vivências psicológicas do casal. **Psicologia, Saúde & Doenças,** v. 8, n. 2, p.239-252, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1132/1/PSD%202007%208%282%29%20239-252.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

CABRAL, S.; LEVANDOWSKI, D. Representações de mães adolescentes: aspectos intergeracionais na relação mãe-criança. **Fractal:** Ver. Psicologia, v. 24, n. 3, p. 543-562, set./dez., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300008>. Acesso em: 08 ago. 2016.

BENZECRY, R. A preparação psicossomática para o parto. In: REZENDE, J. **Obstetrícia.** 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

BEZERRA, M. G. A.; CARDOSO, m. V. L. M. L. Fatores culturais que interferem nas experiências das mulheres durante o trabalho de parto. **Rev. Lat.-Am. Enf.,** v. 14, n. 3, maio/ jun., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692006000300016>. Acesso em: 21 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério lança protocolo com diretrizes para parte cesariana,** 2016. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/22946-ministerio-lanca-protocolo-com-diretrizes-para-parto-cesariana>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____. **Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011.** Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – a Rede Cegonha, 2011. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/4837/legislacao>. Acesso em: 17 jun. 2016.

_____. **Parto, aborto e puerpério:** assistência humanizada à mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. **Lei n. 11.108, de 7 de abril de 2005.** Altera a Lei n.8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm>. Acesso em: 16 set. 2016.

BROCCHI, B. S.; BUSSAB, V. S. R.; DAVID, V. Depressão pós-parto e habilidades pragmáticas: comparação entre gêneros de uma população brasileira de baixa renda. **Audiology Commun. Res.,** v. 20, n. 3, p. 262-268, 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/acr/v20n3/2317-6431-acr-20-3-0262.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

COUTO, G. R. Conceitualização pelas enfermeiras de preparação para o parto. **Revista lat.-Am. Enf.,** v. 14, n. 2, p. 190-198, mar./abr., 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n2/v14n2a07.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

FARIA-SCHÜTZER, D. B. *et al*. Fica um grande vazio: relatos de mulheres que experienciaram morte fetal durante a gestação. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia,** v. 5, n. 2, p. 113-132, dez., 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/20199/15901>. Acesso em: 22 mar. 2016.

FERREIRA JUNIOR, A. R. *et al*. A doula na assistência ao parto e nascimento. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do parto e do nascimento.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004. (Cadernos HumanizaSus, volume 4)

FORTES, R. C. **A escuta clínica na maternidade:** o importante papel do psicólogo, 2012. Disponível em: <http://www.institutogerar.com.br/artigos/50_Artigo%20_%20Escuta%20cl%C3%ADnica%20na%20maternidade%202012[1].pdf>. Acesso em: 16 set. 2016.

GOMES, L. A.; GUEDES, C. R. A preparação para o parto como prevenção primária com grupos de sala de espera: a experiência de trabalho interprofissional. **Psicologia Hospitalar,** v. 2, n. 2, dez., 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092004000200005>. Acesso em: 12 set. 2016.

GONÇALVES, M. **Psiquiatria na prática médica:** transtornos mentais em pacientes em período puerperal, 2010. Disponível em: <http://www.polbr.med.br/ano10/prat0710.php>. Acesso em: 16 set. 2016.

IACONELLI, V. **O que é psicologia perinatal:** definição de um campo de estudo e atuação, 2012. Disponível em: <http://www.institutogerar.com.br/artigos/33_ARTIGO_PSICOLOGIA%20PERINATAL%20defini%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20campo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

KLEIN, M. M. S.; GUEDES, C. R. Intervenção psicológica a gestantes: contribuições do grupo de suporte para a promoção da saúde. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 28, n. 4, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000400016>. Acesso em: 20 abr. 2016.

LEÃO, M. R. C.; BASTOS, M. A. R. Doulas apoiando mulheres durante o trabalho de parto: experiência do Hospital Sofia Feldman. **Revista Lat.-Am. Enf.,** v. 9, n. 3, maio, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692001000300014>. Acesso em: 16 jun. 2016.

LEGUIZAMON JUNIOR, T.; STEFFANI, J. A.; BONAMIGO, E. L. Escolha da via de parto: expectativa de gestantes e obstetras. **Revista Bioética,** v. 21, n. 3, p. 509-517, 2013. Disponível em:

<http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/viewFile/798/934>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MALDONADO, M. T. **Psicologia da gravidez:** parto e puerpério. Petrópolis: Vozes, 1997.

MANDARINO, N. R. *et al*. Aspectos relacionados à escolha do tipo de parto: um estudo comparativo entre uma maternidade pública e outra privada, em São Luís, Maranhão, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública,** v. 25, n. 7, jan./jul., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009000700017>. Acesso em: 16 set. 2016.

MORAES, M. H. C.; CREPALDI, M. A. A clínica da depressão pós-parto. **Mudanças:** Psicologia da Saúde, v. 19, n. 1/2, p. 61-67, jan./dez., 2011. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/3041/3059>. Acesso em: 16 set. 2016.

MUZA, J. C. *et al*. Quando a morte visita a maternidade: atenção psicológica durante a perda perinatal. **Psicologia:** teoria e prática, v. 15, n. 3, dez., 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872013000300003>. Acesso em: 16 set. 2016.

OISHI, K. L. O jardim de Julia: a vivência de uma mãe durante o luto. **Psicologia:** Teoria e Pesquisa, v. 30, n. 1, p. 5-11, jan./mar., 2014. Disponível em: <https://revistaptp.unb.br/index.php/ptp/article/view/561/653>. Acesso em: 16 set. 2016.

PAMPLONA, V. **Mulher, parto e psicodrama.** São Paulo: Ágora, 1990.

PICCININI, C. A. *et al*. Gestação e a constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo,** v. 13, n. 1, p. 63-72, jan./mar., 2008. Disponível em: **<http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a07.pdf>**. Acesso em: 08 mar. 2016.

REZENDE FILHO, J.; MONTENEGRO, C. A. B. **Obstetrícia fundamental.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

SANTOS NETO, E. T. *et al*. Políticas de saúde materna no Brasil: os nexos com indicadores de saúde materno-infantil. **Saúde e Sociedade,** v. 17, n. 2, abr./jun., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200011>. Acesso em: 12 set. 2016.

SILVA, E. A. T. Gestação e preparo para o parto: programas de intervenção. **O mundo da Saúde,** v. 37, n. 2, p. 208-2015, 2013. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/102/10.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SILVA, G. A. **Estudo longitudinal sobre prevalência e fatores de risco para depressão pós-parto em mães de baixa renda.** 2008. 212 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-29072009-162342/pt-br.php>. Acesso em: 16 set. 2016.

TOSTES, N. A.; SEIDL, E. M. F. Expectativas de gestantes sobre o parto e suas percepções acerca da preparação para o parto. **Temas em Psicologia,** v. 24, n. 2, jun., 2016. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000200015>. Acesso em: 16 ago. 2016.

ZANATTA, E.; PEREIRA, C. R. R. Ela enxerga em ti o mundo: a experiência da maternidade pela primeira vez. **Temas em Psicologia,** v. 23, n. 4, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2015000400013&script=sci_abstract>. Acesso em: 16 set. 2016.

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO: UMA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA COM CANDIDATOS À OBTENÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

JOSIANE FATIMA DA ROSA[1], ALAÍDE DE SOUZA[2]

Faculdade de Ciências Médicas Dr. José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Alfredo Custódio de Paula, 320 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG - Brasil
josianefatimarosa@gmail.com[2], alaide.noronha@gmail.com[2]

Resumo. *A pesquisa objetivou o estudo de uma amostra de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação - CNH, por ocasião do exame de direção veicular. O método utilizado foi a pesquisa-intervenção, com o intuito de buscar um trabalho inovador no campo da Psicologia do Trânsito, verificando a eficácia de uma intervenção psicológica, junto aos candidatos à prova prática de direção veicular. A intervenção focou a ansiedade dos candidatos, gerada no momento do exame. Foi possível concluir que existe demanda para uma intervenção psicológica, junto a esta população, justificada por um quadro de ansiedade que interfere nos resultados do exame*

Palavras-Chave. *Psicologia. Trânsito. CNH. Ansiedade. Intervenção.*

Abstract. *The research aimed the study of a sample of candidates to the national driver's license (CNH), on the occasion of the driving test. The method used was the intervention-study, with intention of look for an innovative work on the traffic psychology field, analyzing the impact of a psychological intervention, combined to the candidates to the practical driving exam. The intervention focused on the candidate's anxiety, caused at the moment of the practical exam. It was possible conclude that there is a demand for a psychological intervention, within this public, justified by a anxiety framework which interferes on the exam's results.*

Keywords. *Psychology. Traffic. CNH. Anxiety. Intervention.*

1. Introdução

A Psicologia do Trânsito surgiu na primeira década do século XX nos Estados Unidos. Com o final da Guerra mundial, preocupou-se em desenvolver mecanismos para sustentar a economia mundial. Com isso, vários países passaram a ser sustentados pela indústria automobilística. Assim, a Europa precisou ser reconstituída com aumento de ruas e rodovias mais modernas. Portanto, a Psicologia do Trânsito surgiu na época em que as indústrias automobilísticas começaram a produzir mais veículos e, consequentemente, aumentou o número de acidentes. Por meio da avaliação psicológica, atuou colhendo dados para criar condições futuras de reduzir acidentes de trânsito (DIAS, 2014).

Soares (2013) acrescenta que a Psicologia do Trânsito, no ano de 2000, foi incluída e reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), tendo por objeto de estudo o comportamento dos cidadãos que participam do trânsito.

De acordo com Rozestraten (1988), a Psicologia do Trânsito tem se desenvolvido lentamente no Brasil. É uma área da psicologia que estuda, por meio de métodos científicos, os comportamentos humanos no trânsito e os fatores e processos externos e internos, conscientes e inconscientes que os provocam ou os alteram. De modo geral, pode-se dizer que é o estudo dos comportamentos-deslocamentos no trânsito e de suas causas. Todo trânsito supõe deslocamento de pessoas e veículos e, todo deslocamento se realiza através de comportamentos. Importante destacar também, que o trânsito é de comportamentos-deslocamentos num sistema de normas. Esta prática, comum entre os indivíduos maiores de 18 anos, é considerada uma das mais perigosas, o que justifica e demanda mais estudos científicos no campo da Psicologia.

> Tomando como ponto de partida os fatores mais relevantes ocorridos ao longo dessa história, a evolução da psicologia do trânsito no Brasil pode ser estruturada em grandes etapas: a primeira compreende o período das primeiras aplicações técnicas de exame psicológico até a regulamentação da psicologia como profissão; a segunda corresponde à consolidação da Psicologia do trânsito como disciplina científica; a terceira pode ser caracterizada como aquela em que foi verificado um notável desenvolvimento da Psicologia do Trânsito em vários âmbitos e sua presença marcante no meio interdisciplinar; a quarta etapa é marcada pela aprovação do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503, de 23/09/97) e por um período de maior sensibilização da sociedade e dos próprios psicólogos do trânsito na discussão sobre políticas pública de saúde, educação e segurança à circulação humana. (HOFFMAN & CRUZ, 2011, p.17)

De acordo com Abreu (2011), citado por Seirafe (2014), o jovem, pensando na sua independência, tem como primeira atitude, após completar seus 18 anos, a conquista de sua CNH. O primeiro momento deste processo é o psicotécnico, exame exigido para esta obtenção. É indispensável a realização do exame psicológico antes de começar as aulas para direção, pois afirma Gouveia (2002), citado por Seirafe (2014), que qualquer veículo automotor pode virar uma 'arma' das mais perigosas, pelo modo de dirigir ou mesmo qualidade de pelas condições de segurança do local. Por isso, é imprescindível ter muito cuidado no momento de confiar uma arma a um indivíduo, sem saber previamente de quem se trata.

A avaliação psicológica objetiva investigar características dos indivíduos que desejam obter o direito de dirigir, renovar ou mudar a categoria de sua CNH (AREOSA &

SILVA, 2012). Hoffmann, Cruz e Alchieri (2011) conceituam que a história da atuação do Psicólogo do Trânsito no Brasil está ligada ao momento em que se tornou obrigatório o exame psicológico para os candidatos motoristas profissionais e que, mais tarde, estendeu-se a todos aqueles que demonstravam interesse pela direção de veículos.

Segundo Alves, Alchieri e Marques (2002), citado por Coyama (2013), mesmo a avaliação psicológica sendo exclusiva da categoria profissional, pode-se considerar que ela é bastante controvertida, pois os testes realizados não possuem um conceito de "certo" e "errado" como um teste matemático. Enquanto alguns profissionais consideram os instrumentos fundamentais, outros são absolutamente contrários, considerando-os como um instrumento para rotular os indivíduos. A crítica se dá pelo fato das pessoas serem prejudicadas, caso o profissional faça uso inadequado ou incorreto dos testes.

No Brasil, existe ainda pouco investimento no campo da avaliação. Faltam pesquisas que esclareçam melhor as características de personalidade e desempenho no trânsito. A verdade é que não existem subsídios para a compreensão das infrações de trânsito e as características psicológicas envolvidas (AREOSA & SILVA, 2012).

Seirafe (2014) afirma que todas as pessoas que sonham com a sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e não a conquistaram ainda, após exames já realizados, apresentam dificuldades que podem estar ligadas à ansiedade. A mesma autora afirma que os tempos atuais são considerados como a "idade da ansiedade", isso se dá porque a rotina é bem agitada, em virtude de se exigir das pessoas um comportamento ligado à competição e ao consumismo. Com isso, é notável perceber que, o singelo fato do indivíduo existir é fator gerador de ansiedade e deste mal ninguém está livre. O candidato que vai passar pelo processo de exame fica nervoso demais, o que acaba atrapalhando o seu desempenho e mudando o resultado esperado: conquistar a CNH. Ele começa a ficar ansioso quando sabe que é necessário passar por diversos obstáculos: primeiro os testes do exame psicotécnico, provas teóricas e, por fim, o exame de direção veicular.

Com o propósito de mostrar que o psicólogo pode atuar não somente no momento do exame psicotécnico, buscou-se na literatura a possibilidade de intervenções junto ao candidato que se prepara para a realização da prova prática de direção veicular. Segundo Benetti (2012), a ansiedade é umas das principais queixas do aluno, uma vez que é normal o indivíduo apresentar–se ansioso quando é alvo de avalição.

De acordo com Bernardino (2012), citado por Benetti (2012), durante todo o processo de avalição, a ansiedade, o medo e o nervosismo prevalecem, especialmente no exame de direção, que é considerado o mais temido pelos candidatos, pois a reprovação pode acarretar resultados negativos. É um obstáculo para o candidato manter o equilíbrio, a serenidade e a tranquilidade nos momentos que antecedem e durante o exame. Contudo, é importante que o indivíduo procure desenvolver mecanismos para superar as pressões, diminuir a ansiedade e, com isto, não ficar prejudicado.

Dias (2014) também confirma que as provas práticas do DETRAN para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) são temidas pelos candidatos, que mesmo com conhecimentos suficientes para conseguir bons resultados no exame, acabam sendo

reprovados devido ao nervosismo e à ansiedade. O autor destaca que a ansiedade é um estado emocional com componentes psicológicos e fisiológicos em situações ameaçadoras. Quando uma situação é enfrentada, pode levar o indivíduo a emitir resposta de fuga, luta ou um mecanismo psicológico de defesa para diminuí-la. Esse estado é propulsor do desempenho, fazendo parte do espectro normal das experiências humanas. Pressão, tensão, ansiedade e medo são sensações que, na maioria das vezes, fazem parte dos processos seletivos concorridos.

Benetti (2012) também contribui com seus estudos, apontando que os candidatos, mesmo aptos a realizarem as atividades exigidas no exame, sofrem com a ansiedade que reside no momento em que estão sendo avaliados, desestabilizando seu estado emocional e, consequentemente, prejudicando o desempenho.

Em virtude dos fatores emocionais estarem interligados com a conduta do candidato, levando à reprovação na prova prática de direção veicular, a Universidade Estadual de Goiás criou um projeto de extensão com atendimento psicológico aos candidatos reprovados, consistindo em psicoterapia breve e focal. Este programa denominado "*Educando e Valorizando a Vida"*, por intermédio da Coordenação Pedagógica da UEG, é desenvolvido desde outubro de 2010.

Coelho, 2013 (s.p) comenta sobre o trabalho acima citado:

> O ponto positivo desse atendimento ao candidato à CNH é que nós o preparamos emocionalmente para enfrentar uma situação de prova num momento de muito estresse e ansiedade. Nós temos 56% de aprovação depois da psicoterapia. Geralmente o candidato fica mais equilibrado emocionalmente e sabe separar uma questão técnica de uma emocional e sabe que pode enfrentá-las.

Tavares e Cortes (2013) consideram também que as emoções e ansiedades interferem no resultado do exame. O objetivo dos atendimentos clínicos é dar apoio psicológico e suporte emocional ao candidato à prova prática de direção veicular. Entende-se que essa prática deve preparar o candidato, emocionalmente, para enfrentar as dificuldades, proporcionando segurança, autoconfiança e superação para o momento da prova e, consequentemente, obter resultado positivo. Considerando o tempo limitado que as pessoas usam na atualidade e, que o candidato à CNH participa das aulas obrigatórias em intervalos do trabalho ou de atividades escolares, os programas de intervenção psicológica devem atender às reais necessidades do momento, através de encontros focando a ansiedade. Este projeto é um instrumento de desenvolvimento inovador dentro da Psicologia do Trânsito e espera contribuir, conscientizando os profissionais de psicologia sobre a importância desta atuação. Esta prática deve proporcionar mudanças no comportamento do candidato, levando-o a uma maior segurança ao desenvolver o papel

de motorista. Deve contribuir também com toda a sociedade, garantindo que todos tenham direito a um trânsito mais humano.

Araújo, Borloti e Bender (2016) realizaram recentemente um estudo que sustenta também que, dentre as situações que geram ansiedade, a prova prática de direção veicular está presente. O estudo analisou a fundamentação teórica que embasa a intervenção terapêutica em casos de ansiedade em avaliações e provas. Analisou também o processo terapêutico de uma terapia comportamental após tentativas fracassadas na obtenção da licença para dirigir. Posteriormente, relatou-se um estudo de caso de uma paciente com histórico de ansiedade e seis reprovações no teste prático para a obtenção da licença para dirigir. Os autores verificaram que a intervenção terapêutica contribuiu para diminuir a ansiedade, levando o candidato a ter condição necessária para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. A pesquisa destacou também a necessidade de estudos para melhores concepções da relação entre a ansiedade, desempenho e o processo de obtenção de uma licença para dirigir.

2. Métodos

2.1. Delineamento

O presente trabalho consistiu em uma pesquisa-intervenção, incentivando a construção de espaços junto às práticas da Psicologia do Trânsito. Na pesquisa-intervenção, a relação pesquisador/objeto pesquisado deve ser dinâmica, sendo uma produção do grupo envolvido. Portanto, a ação, construção e os caminhos foram determinados pelo próprio grupo, sendo dirigidos pela pesquisadora.

2.2. Participantes

Os participantes foram os candidatos à obtenção da CNH, de ambos os sexos que iriam se submeter ao exame de direção veicular na “Autoescola Pouso Alegre” localizada na cidade de Pouso Alegre - MG, com idade acima dos 18 anos, sendo estes repetentes ou não.

2.3. Instrumento

Para atingir o objetivo proposto nesta pesquisa, foi utilizada uma ficha de identificação com os dados pessoais e informações relevantes para a presente pesquisa (Apêndice I).

Foi realizada uma intervenção psicológica, com foco na ansiedade gerada por ocasião do exame de direção veicular. A intervenção aconteceu em pequenos grupos, utilizando os seguintes instrumentos da psicologia: observação, escuta, relaxamentos e dinâmicas para discussões. A pesquisadora ficou preparada para dar um suporte, realizando as devidas orientações de encaminhamentos àqueles que apresentassem outros sintomas além da ansiedade causada pelo exame, porém, isso não foi necessário.

Ao final de cada sessão, a pesquisadora realizou o registro das atividades e observações relevantes sobre o grupo e pertinentes aos objetivos da investigação, através de uma ficha elaborada pela pesquisadora (Apêndice II).

Na última sessão, foi aplicado um questionário com o objetivo de avaliar o trabalho desenvolvido e sua eficácia para diminuir a ansiedade (Apêndice III).

Os resultados do exame prático de todos os candidatos que participaram da intervenção foram solicitados à autoescola, para a análise do índice de aprovação (Anexo I).

2.4. Procedimentos

Após o resultado de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, incluindo já a autorização assinada pelo proprietário da instituição, foi realizada a divulgação da pesquisa na Autoescola Pouso Alegre entre os candidatos que iriam se submeter ao exame de direção veicular, conforme a relação fornecida pela secretaria.

A autoescola disponibilizou 20 candidatos daquele período, que seriam convidados a participar da pesquisa-intervenção. A proposta era enviar uma carta convite a todos àqueles que atendessem ao período determinado para a intervenção, ou seja, quatro semanas antes do exame. Todos seriam informados sobre o objetivo da pesquisa e, consequentemente, da intervenção a ser realizada e sobre o número limitado de vagas. Para alcançar um contato mais direto com os candidatos e para maiores esclarecimentos, o convite foi realizado via telefone, pela própria pesquisadora.

Na medida em que os contatos foram realizados individualmente, surgiram várias dificuldades pela maioria dos convidados. Por motivos de trabalho, muitos relataram indisponibilidade de horário para participarem da pesquisa-intervenção em quatros encontros. Já algumas pessoas esclareceram não estar interessadas em participar da pesquisa-intervenção.

Observando as dificuldades apresentadas pelos candidatos, foi necessário reorganizar os encontros para obter a participação de um grupo menor. Avaliando os objetivos iniciais, foi considerado viável e possível levantar ansiedades dos participantes e intervir, através da escuta e dinâmicas de grupo, mesmo reduzindo o período planejado. Sendo assim, a pesquisa inicialmente proposta para quatro encontros, foi reduzida para dois encontros com cada grupo, com duração de uma hora. A pesquisadora fez novo contato, via telefone, com os candidatos que haviam demonstrado interesse, esclarecendo a nova proposta. Para aqueles que aceitaram participar da pesquisa, foi feita a inscrição, enquanto outros confirmaram sua participação com a secretaria da autoescola Pouso Alegre.

Foram formados três grupos, totalizando 10 participantes, denominados aqui Grupo A, Grupo B e Grupo C. Os encontros aconteceram em uma sala disponibilizada pela autoescola.

No **primeiro encontro** dos grupos, foi feita a apresentação do objetivo da pesquisa-intervenção, logo após os participantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para leitura e assinatura, a fim de documentar as autorizações. Em seguida, foi solicitado o preenchimento da ficha de identificação, dando sequência às atividades planejadas. Nos três grupos, foi solicitado um breve relato sobre a experiência durante o processo de obtenção da CNH. Posteriormente, foi feito o levantamento das motivações do grupo para a CNH, respondendo às seguintes perguntas: “Por que quero a CNH?” “Como será minha vida com a CNH?” e “O que você mais admira em um motorista? Por quê?” Após respostas por escrito, houve discussão das mesmas.

Em seguida, os participantes foram incentivados a levantar situações que os deixam mais ansiosos, além dos sintomas mais comuns no momento da ansiedade e também a refletir sobre o que pode ser feito para o possível controle. Após a discussão no grupo, foi aplicado um relaxamento, baseado na técnica proposta pelo médico americano Jacobsen. Segundo Jacobsen (1938), citado por Willhelm, Andretta e Ungaretti (2015), esta técnica foca no aumento da percepção corporal e consequente aumento do controle muscular, alcançando a sensação de relaxamento. Nesse relaxamento, deve-se tensionar cada grupo de músculos por aproximadamente 10 segundos, prestando atenção às sensações nos músculos tensos. A seguir, pede-se que se relaxem os músculos rapidamente e que prestem atenção nos contrastes entre as sensações de tensão e relaxamento. É realizada uma breve demonstração dos processos de tensão-relaxamento e técnica de relaxamento pelos quais ele passará.

A sessão foi encerrada com comentários sobre o relaxamento e um fechamento geral da pesquisadora.

O **segundo encontro** foi iniciado com comentários sobre os procedimentos realizados anteriormente, enfatizando a importância do papel de motorista na vida pessoal e as consequências da aprovação para a sua saúde mental. Também foi falado sobre a contribuição do relaxamento para diminuir a ansiedade.

Criado ambiente propício, o pesquisador propôs um breve relaxamento, seguido da atividade denominada: “Construindo a imagem interior do futuro motorista”. A atividade consistiu na construção da imagem de motorista, sempre mostrando que é possível ter segurança e tranquilidade. O participante foi orientado a manter a imagem de que se encontra apto para dirigir em diferentes situações, sem medo ou ansiedade e satisfação. Essa sugestão levou cada um a representar de modo bastante preciso a imagem do seu papel de motorista. Em seguida, o pesquisador abriu para comentários, sendo apontados possíveis sintomas de ansiedade.

A última proposta nos grupos foi retomar os procedimentos exigidos para a realização da prova (material disponibilizado pela autoescola), discutindo sobre os principais passos para o exame com sucesso, as faltas eliminatórias e, consequentemente, que levam à reprovação. Para finalizar a pesquisa, todos os candidatos responderam ao questionário de avaliação do trabalho desenvolvido e sua eficácia para diminuir a ansiedade (Apêndice III).

Seguem abaixo as informações e relatos dos encontros.

Grupo A

Este grupo foi iniciado com três pessoas do sexo feminino, na faixa etária entre 23 e 44 anos, todas repetentes.

No **primeiro encontro**, uma candidata relatou que reconhece sua falta de habilidade com o veículo nos primeiros exames, pois acredita que as 20 aulas práticas são insuficientes para conseguir aprovação no exame. Porém, não conseguiu aprovação, mesmo com mais aulas práticas, quando já considerava apta e preparada. Diz que no momento do exame sente o coração acelerado, sudorese e tremor, principalmente nas pernas. As duas outras integrantes do grupo disseram que se sentem muito pressionadas, desrespeitadas e desmotivadas pelos examinadores. Descrevem essa situação como um “trauma”, que as impede de realizar um bom exame de rua, pois ficam ansiosas. Todas as candidatas relataram não apresentar ansiedade enquanto estão em aula, somente no dia do exame e no momento em que estão sendo avaliadas.

As questões em comuns levantadas pelas participantes, quanto à motivação para obter o documento, referem-se à liberdade, independência, facilidade e melhores condições de trabalho. Destacaram a liberdade de ir e vir, quando e onde quiser, o que torna a vida mais fácil e menos preocupante, além de contar com a satisfação por conseguir algo que acreditava ser impossível.

Quanto a características que admiram em um motorista, elas apontaram a responsabilidade, a capacidade de transmitir segurança ao dirigir, o respeito, o bom senso, o equilíbrio emocional e a paciência.

Após aplicação da técnica de relaxamento, as integrantes do grupo relataram sentir realmente relaxadas, tranquilas, satisfeitas e com uma boa sensação. Foram lembradas do próximo encontro, confirmados o dia e horário.

No **segundo encontro**, compareceu somente uma candidata, as outras duas justificaram suas faltas por não terem conseguido dispensa do trabalho. Com a aceitação da única participante, entrou uma candidata que aguardava essa posição, demonstrando muito interesse, por ser também repetente. Antes de iniciar, foram realizados todos os esclarecimentos e procedimentos éticos, principalmente com a assinatura do Termo de consentimento. Portanto, as atividades foram realizadas com duas participantes, apenas uma dando continuidade.

A candidata iniciante estava aparentemente agitada, relatando reprovação em muitos exames, justificando sua grande ansiedade, principalmente porque o próximo exame seria o último antes de vencer sua pauta, motivo de muita pressão. Não obtendo a aprovação, teria que iniciar todo o processo na autoescola. Como ela não havia participado da primeira sessão, a pesquisadora deu a ela as questões para o levantamento da motivação.

Enquanto isso, a outra candidata relatou que, se sentia mais confiante para o próximo exame e que refletiu durante a semana sobre suas dificuldades e ansiedades. Apontou também que se sentiu bem com a técnica de relaxamento realizada na semana anterior e que teve percepções corporais que antes não tinha.

Assim que a outra candidata terminou de responder ao questionário, ela também comentou sobre as questões, sendo que o comentário foi bastante semelhante aos comentários das candidatas anteriores. Após comentários das participantes, a pesquisadora fez um fechamento apontando os benefícios da CNH, conforme apontado por elas.

Em seguida, foi realizada a atividade denominada: “Construindo a imagem interior do futuro motorista”, mostrando sempre que é possível ter segurança e tranquilidade, conforme descrito acima.

Após a realização dessa atividade, as candidatas relataram o que sentiram. Uma delas disse que se sentia realizada e satisfeita durante a construção da imagem de motorista, o que lhe dava um total bem estar, sem sentimentos negativos. E apontou que gostaria muito de se sentir assim na vida real, principalmente durante o exame, mas acha que não consegue.

A outra candidata a elogiou e disse que gostaria de ter sentido isso também, pois até durante a imaginação teve dificuldades em agir naturalmente devido a sua ansiedade. Disse que, durante todo o tempo, ficou tremendo, com medo de fazer algo errado. Foram retomados os procedimentos para a realização do exame, o que foi útil às candidatas.
Por fim, as candidatas responderam ao questionário de avaliação. A pesquisadora agradeceu as candidatas pela participação, encerrando o trabalho.

Grupo B

O grupo B foi composto por quatro pessoas, também do sexo feminino, na faixa etária entre 19 e 52 anos, duas repetentes e outras duas se preparando para o primeiro exame.

No **primeiro encontro**, após os esclarecimentos e procedimentos iniciais já citados, foram realizadas as atividades propostas. As candidatas reprovadas também consideraram a ansiedade como fator principal de reprovação. Ressaltaram que, diante do exame, a ansiedade aumenta, sentem alguns sintomas que durante as aulas práticas não aparecem. Os principais são: tremor, sentimentos negativos, taquicardia, sudorese e insônia, na noite anterior. Relataram até recorrer aos remédios e chás para controlar e mesmo assim não conseguiram. Esses sintomas aparecem somente quando estão sob pressão ou correndo o risco de reprovação.

Já as candidatas não repetentes relataram que mesmo fazendo tudo correto durantes as aulas, ficam inseguras ao pensar no momento do exame. Acreditam que seria bom assistir aos exames realizados por outros candidatos, com o objetivo de observar as principais faltas.

As candidatas repetentes reagiram contra a sugestão, sugerindo que não seja feito, pois poderia gerar mais ansiedade ao ver pessoas sendo reprovadas. Ressaltaram também que ver os erros dos outros gera um medo de cometer o mesmo erro, o que poderia fazer com que a pessoa acabasse cometendo outros, por ficar tão preocupada com aquele. Lembraram ainda que, por outro lado, quem é observado sente-se intimidado e que essa pressão é geradora de ansiedade.

Posteriormente, foram iniciadas as atividades de intervenção, com o levantamento das motivações do grupo para a CNH. Os itens motivacionais deste grupo foram: liberdade, independência, facilidade, conforto, necessidade, estar dentro da lei e ajudar a família. Destacaram que não dependerão de outras pessoas, terão mais individualidade, mais segurança e mais tempo. Este grupo respondeu que o que mais admira em um motorista é o respeito, a responsabilidade, o cuidado, a atenção, o domínio e a agilidade com o carro.

Para finalizar, foi realizada a técnica de relaxamento, quando os integrantes do grupo disseram se sentir realmente relaxados, leves, calmos e que nunca tinham tido esta percepção corporal, pois na hora do exame, os músculos ficam tensos. Encerrou-se a sessão reforçando a importância da continuidade, na próxima semana.

Todas as participantes compareceram ao **segundo encontro**. Foi iniciado com o relato de todas sobre como se sentiam. Ressaltaram a importância de se abrirem e desabafarem o que sentem, já que isso as deixa mais confortável e mais confiante devido às vivências compartilhadas pelo grupo.

A maioria delas demonstraram estar motivadas com a participação da pesquisa-intervenção, pois conseguiram ter a percepção do quanto a segurança é importante para a realização do exame. Por outro lado, ainda estão com sentimentos negativos, mas sabem da necessidade de enfrentamento.

Conforme o planejamento para essa sessão, foi realizada atividade denominada: "Construindo a imagem interior do futuro motorista". Após, três participantes relataram que, durante todo o tempo, sentiram-se confiantes e seguras com o que estavam fazendo, experimentaram a sensação de liberdade e um sentimento de realização pessoal por conquistar a tranquilidade ao dirigir. Uma candidata sentiu-se insegura, como se todos estivessem olhando para ela, como se estivesse sendo avaliada por muitas pessoas. Dessa forma, não se sentiu satisfeita.

Todas participaram das discussões sobre os procedimentos para a realização do exame, sendo mais uma contribuição ao grupo. Por fim, as participantes responderam ao questionário de avaliação. A pesquisadora agradeceu as candidatas pela participação, encerrando os trabalhos.

Grupo C

Como esse foi o **primeiro encontro** do grupo C, foram feitos os mesmos esclarecimentos iniciais realizados tanto com o Grupo A quanto com o grupo B. O grupo foi composto por duas pessoas, também do sexo feminino, na faixa etária entre 23 e 27 anos, sendo uma repetente.

As duas se apresentaram destacando que são muito ansiosas e que buscam recursos medicamentosos para o melhor controle. A candidata que ainda não passou pelo exame falou que no momento não sentia nada referente à ansiedade, porém acreditava que, diante do exame, a pressão por estar sendo avaliada poderia causar um desconforto e prejudicá-la durante a prova. Diz que já passou por isso em outras situações na vida, em avaliações. Sente que não consegue controlar esse estado de ansiedade e isso também gera tristeza.

A outra candidata relata que ficou ansiosa durante todos os exames realizados anteriormente, mesmo estando preparada após as aulas práticas. Diz que foi reprovada nos exames por esquecer-se de alguns procedimentos durante a prova. Diz também ter insônia no dia anterior ao exame, recorrendo aos chás para relaxar.

Foi feito o levantamento das motivações do grupo para a CNH, tendo destaque a liberdade, a independência e a necessidade. As participantes apontaram a independência como principal mudança em suas vidas. Como características que admiram em um motorista citaram a atenção e a agilidade.

A ansiedade foi bastante explorada com as duas candidatas e, em seguida, foi introduzido o relaxamento, conforme citado acima. As integrantes participaram satisfatoriamente da técnica e apresentaram sensações comuns aos outros grupos, como leveza, tranquilidade e conforto. Encerrou-se a sessão, com a confirmação da data e horário do segundo encontro.

As participantes faltaram no **segundo encontro,** mas justificaram suas faltas por motivos de trabalho.

3. Resultados e Discussões

Para efeito de resultados gerais, consideraram-se as cinco candidatas que participaram e concluíram os dois encontros da pesquisa-intervenção, sendo uma candidata do grupo A e quatro candidatas do grupo B. Considerando os instrumentos utilizados para obtenção dos dados: ficha de identificação (Apêndice I), questionário de registros das sessões (Apêndice II) e questionário de avaliação (Apêndice II), todos elaborados pela pesquisadora, foi possível obter os resultados a seguir.

Ao analisar a ansiedade inicial apresentada pelo grupo, constatou-se que a maioria das participantes demostrou ansiedade, pela forma agitada como se expressavam e relatavam seus sintomas e comportamentos, principalmente no primeiro encontro. A queixa maior de ansiedade foi em relação ao exame de direção veicular: todas relataram vários sintomas, como sudorese, taquicardia, tremores etc. No segundo encontro foi observado o quanto elas refletiram sobre a interferência da ansiedade em suas vidas, conseguindo ter a percepção do quanto a segurança é importante para a realização do exame. A maioria delas demostrou motivação pela participação na pesquisa-intervenção, mesmo ainda com alguns sentimentos negativos e sabendo da necessidade de enfrentamento.

De acordo com Sadock (2007), a ansiedade apresenta dois componentes: a percepção das sensações fisiológicas e a percepção de nervosismo ou temeroso além dos efeitos motores e viscerais. A ansiedade também afeta o pensamento, a percepção e o aprendizado, podendo produzir confusões e distorções da percepção. Isso poderá interferir no aprendizado ao diminuir a concentração e memória. O autor ressalta a ansiedade normal, afirmando que todo mundo experimenta ansiedade. Somente os sintomas tendem a variar entre as pessoas. Por vezes, a ansiedade é acompanhada de sintomas autonômicos, como: tremores, palpitação, aperto no peito, inquietação, taquicardia, reflexos aumentados e vertigem.

As candidatas reprovadas que realizaram entre 25 e 80 aulas práticas, somando todos os retestes, relataram que as reprovações aconteceram por esquecimento de alguns principais procedimentos exigidos no momento do exame e também pela pressão do ambiente, devido ao examinador e à observação de várias pessoas. Notou-se nestas

candidatas, uma menor autoestima e menos motivação em relação às candidatas não repetentes.

De acordo com Tavares e Cortes (2013), o candidato vivencia a ansiedade e o estresse, considerados prejudiciais à sua desenvoltura e concentração, o que ocasiona a reprovação. O estresse é evidenciado no trânsito e refere-se a uma reação do organismo frente às ameaças do ambiente. O corpo reage em condição de alerta e prepara-se para uma situação de emergência: lutar ou fugir. A ameaça pode não ser real, mas simplesmente gerada na mente, levando o candidato a vivenciar situações de emergência e, muitas vezes, a fugir sem concluir o percurso da prova. A reprovação, consequentemente, interfere na rotina diária do candidato, especialmente por dificultar ou impossibilitar o seu direito de ir e vir acarretando prejuízos em vários setores de sua vida.

Compartilhar experiência, discutir sentimentos e comportamentos comuns, foram oportunidades importantes a todos os participantes do grupo. O que ficou mais evidenciado entre as candidatas foi a ansiedade, gerada necessariamente por conta do exame e marcada pelos sintomas citados acima.

Para Castillo *et al* (2000), a reação ansiosa é de curta ou longa duração, e está relacionada ao estímulo do momento ou não, assim pode-se diferenciar ansiedade normal de ansiedade patológica.

Com as candidatas que se preparavam para o primeiro exame, foi possível também observar a presença de ansiedade através de seus relatos. Essa ansiedade se deveu ao fato de estarem prestes a passar por uma avaliação.

O questionário de avaliação foi respondido pelas cinco candidatas que participaram e concluíram os dois encontros.

Tabela 1. Respostas do questionário de avaliação

1) Ao avaliar a intervenção realizada, neste período que antecede o exame de direção veicular, você considera:		
De grande contribuição para o candidato à CNH	De contribuição mediana para o candidato à CNH	De pouca contribuição para o candidato à CNH
05	00	00

2) Ao avaliar a intervenção realizada, neste período que antecede o exame de direção veicular, você se considera:

Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito
00	05	00	00
3) Quanto à intervenção psicológica realizada, no que se refere à segurança para dirigir, você avalia que está:			
03	02	00	00
4) Quanto à intervenção psicológica realizada, no que se refere ao trabalho da pesquisadora, você avalia que está:			
05	00	00	00

5) Você considera que a intervenção psicológica realizada irá contribuir para o seu bom desempenho no exame de direção?	
Sim	Não
05	00

Analisando o questionário de avaliação do trabalho, respondido pelas candidatas que participaram do último encontro, foi possível concluir que mesmo sendo desconhecida a atuação do psicólogo no período que antecede as provas práticas, é de grande contribuição uma intervenção psicológica. Demonstraram estarem satisfeitas ou muito satisfeitas, com a prática realizada. As respostas das candidatas foram reforçadoras para que novas intervenções nesta área sejam criadas, para dar os devidos suportes aos futuros candidatos à obtenção da CNH.

É importante retomar Coelho (2013), que destacando os seus estudos, afirma que o candidato que participa das sessões fica mais equilibrado emocionalmente, e sabe como enfrentar e separar questões técnicas das emocionais no momento do exame. Após os atendimentos psicológicos realizados, obtiveram 56% de aprovação.

O número de aprovações no exame de direção veicular foi também considerado para os resultados finais. A "Autoescola Pouso Alegre" encaminhou o desempenho das candidatas que participaram da pesquisa, sendo que duas dentre as cinco candidatas, conseguiram aprovação.

4. Considerações Finais

Analisando os objetivos estabelecidos para este trabalho, foi possível concluir que existe demanda para uma intervenção psicológica em períodos que antecedem o exame prático de direção veicular, justificada pelo quadro de ansiedade que interfere nos resultados do exame.

Por ser um projeto novo e considerada desconhecida a prática proposta para a pesquisa, alguns convidados demonstraram falta de interesse e outros, apesar de motivados, não conseguiram a organização necessária para a participação total, o que, como já foi falado, deu-se por motivos de trabalho. Com isso, pôde-se considerar que, pelo número de encontros, a intervenção em si não foi satisfatória, até pelo número de aprovados, que foi pequeno.

Espera-se que este trabalho estimule o interesse e o desejo por novas pesquisas e mais projetos de intervenção no campo da Psicologia do Trânsito, além da avaliação psicológica (psicotécnico), na qual o psicólogo é visto como um avaliador. Objetiva-se mostrar a importância da atuação do psicólogo neste campo, de modo que ele seja visto não apenas como avaliador, mas também como um profissional que contribui para melhores condições psicológicas dos candidatos à CNH, durante o exame de direção veicular.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Aline Hessel; BERLOTII, Elizeu; HAYDY, Verônica Bender. Ansiedade em Provas: um Estudo na Obtenção da Licença para Dirigir. Psicol. ciencprof. vol.36 no.1. Brasília, (2016). Disponível em **http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000100034**. Acessado em: 17 out 2016.

AREOSA, Silvia, Virginia, Coutnho; SILVA, Roselaine, Berenice, Ferreira. Avaliação psicológica [recurso eletrônico]: desafios e possibilidades para a psicologia contemporânea, EDUNISC. 1°ed. Santa Cruz do Sul, (2012). Disponível em http://www.vestibular.unisc.br/editora/e_book_026.pdf. Acessado em: 23 jul 2016.

BENETI, Gisele. Ansiedade no processo de obtenção da carteira nacional de habilitação. Artigo apresentado à Faculdade do Vale do Juruena. MARINGA, (2012). Disponível em file:///C:/Users/Particular/Downloads/transito-ansied.pdf. Acessado em: 23 ago 2016.

CASTILLO, Ana, Regina GL; et.al. Transtornos de ansiedade. Rev. Bras. Psiquiatr. v.22 s.2. São Paulo, (2000). Disponível em **http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt**. Acessado em: 02 set 2016

COELHO, Ana, Velasco, Remígio. Atendimento Psicológico ao Candidato Reprovado em Prova de direção Veicular. Universidade Estadual de Goiás – Programa Educando e Valorizando a Vida, (2013). Disponível em http://www.goiasagora.go.gov.br/ueg-presta-atendimento-psicologico-a-candidatos-a-cnh. Acessado em: 16 nov 2015.

DIAS, Raellany Rodrigues. A Ansiedade Como Fator De Reprovação Para Obtenção Da CNH, Monografia. Maceió, AL. (2014). Disponível em http://netrantransito.com.br/arq_download/Monografia%20de%20Raellany%20FINAL.pdf. Acessado em: 16 jul 2016.

HOFFMAN, Maria Helena; CRUZ, Roberto, Moraes; ALCHIERI, João Carlos. Comportamento Humano no Trânsito. 3ª ed. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2011.

KOYAMA, Ivaneide Costa Conceição. Fatores que Influenciam na Reprovação de Candidatos à Renovação de Carteira Nacional de Habilitação e (CNHE). Monografia apresentada à Universidade Paulista/Unip. MACEIÓ – AL. (2013) Disponível em http://netrantransito.com.br/arq_download/MONOGRAFIA%20IVANEIDE.pdf. Acessado em: 23 jul 2016.

ROZESTRATEN, Reinier J. A. Psicologia do trânsito: conceitos e processos básicos. São Paulo: EPU, 2009.

SADOCK, Benjamin J; SADOCK, Virginia Alcott. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 9.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SEIRAFE, Melissa, Vaz de Lima. A Ansiedade Na Avaliação Psicológica Da Primeira Habilitação, Monografia. Maceió, AL. (2014). Disponível em http://netrantransito.com.br/arq_download/Monografia%20de%20Melissa%20VAZ%20%20FINAL%20%20ABRIL.pdf. Acessado em: 16 ago 2016.

SOARES, Allany, Amadine, Amelie, Freire. Avaliação Psicológica: Percepção dos Candidatos à Renovação da Carteira Nacional de Habilitação, Monografia. Maceió, AL. (2013). Disponível em http://netrantransito.com.br/arq_download/MONOGRAFIA%20DE%20ALLANY%20FINAL.pdf. Acessado em: 17 ago 2016.

TAVARES, Fernanda, Maria, Siqueira; CORTES, Geralda, Lais. Projeto de Atendimento Psicológico aos candidatos à obtenção da CNH, II Simpósio de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis, Universidade Estadual de Goiás, (2013). Disponível em file:///C:/Users/Particular/Downloads/3094-8865-1-PB.pdf. Acessado em: 16 nov 2015.

WILHELM, Alice, Rodrigues; ANDRETTA, Ivana; UNGARETTI, Mariana, Steiger. **Importância das técnicas de relaxamento na terapia cognitiva para ansiedade.** Contextos Clínicos, vol. 8, n. **1** (2015). Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v8n1/v8n1a09.pdf. Acessado em: 02 set 2016

APÊNDICE I

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Data de nascimento: Idade:

Profissão:

Há quanto tempo você dirige?

Quantas aulas você fez na autoescola?

Você vai fazer:

( ) 1º. Exame de direção veicular

( ) 2º. Exame de direção veicular

( ) 3º. Exame de direção veicular

( ) outros

APÊNDICE II

REGISTRO DAS SESSÕES

Sessão nº.

Avaliação da ansiedade inicial apresentada no grupo:

( ) todos apresentaram ansiedade

( ) 05 participantes apresentaram ansiedade

( ) 04 participantes apresentaram ansiedade

( ) 03 participantes apresentaram ansiedade

( ) 02 participantes apresentaram ansiedade

( ) 01 participante apresentou ansiedade

Queixa de ansiedade em relação ao exame de direção veicular:

( ) todos apresentaram ansiedade

( ) 05 participantes apresentaram ansiedade

( ) 04 participantes apresentaram ansiedade

( ) 03 participantes apresentaram ansiedade

( ) 02 participantes apresentaram ansiedade

( ) 01 participante apresentou ansiedade

Quanto à motivação do grupo para a obtenção da CNH:

( ) Ótima

( ) Boa

( ) Regular

( ) Ruim

Quanto à participação do grupo durante a sessão:

( ) Ótima

( ) Boa

( ) Regular

( ) Ruim

Observação final do pesquisador quanto à diminuição da ansiedade no grupo.

APÊNDICE III

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

Ao avaliar a intervenção realizada, neste período que antecede o exame de direção veicular, você considera:

( ) de grande contribuição para o candidato à CNH

( ) de contribuição mediana para o candidato à CNH

( ) de pouca contribuição para o candidato à CNH

Quanto à intervenção psicológica realizada, no que se refere à ansiedade, você avalia que está:

( ) muito satisfeito

( ) satisfeito

( ) insatisfeito

( ) muito insatisfeito

Quanto à intervenção psicológica realizada, no que se refere à segurança para dirigir, você avalia que está:

( ) muito satisfeito

( ) satisfeito

( ) insatisfeito

( ) muito insatisfeito

Quanto à intervenção psicológica realizada, no que se refere ao trabalho da pesquisadora, você avalia que está:

( ) muito satisfeito

( ) satisfeito

( ) insatisfeito

( ) muito insatisfeito

Você considera que a intervenção psicológica realizada irá contribuir para o seu bom desempenho no exame de direção?

( ) Sim

( ) Não

O DISCURSO DA LIDERANÇA ENTRE CHEFE E LÍDER

BRUNA GONÇALVES MACHADO

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

bruninhaba@yahoo.com.br

Resumo. *Lançando um olhar crítico sobre as relações de trabalho, buscamos analisar, discursivamente, a produção de sentidos e seus efeitos na constituição dos sujeitos que estão à frente das empresas e organizações atualmente. Nesse sentido, observamos o funcionamento de uma diferença entre duas possíveis discursividades: a do chefe e a do líder. A partir de materiais que funcionam como definidores de sentidos do que é ser chefe e ser líder, nossas análises apresentam como essa diferença foi sendo construída e significada em dicionários impressos de épocas distintas até a maneira como se encontram definidas e compartilhadas, atualmente, no espaço digital.*

Palavras-Chave. *Análise de Discurso. Chefe. Líder. Trabalho. Sujeito.*

Abstract. *Casting a critical eye at labor relations, we analyze, discursively, the production of meanings and their effects on the constitution of the individuals who are at the forefront of companies and organizations today. In this way, we observe the functioning of a difference between two possible discursivities: that of the chief and that of the leader. From materials that function as meanings-makers of what it is to be a chief and leader, our analysis shows how this difference was being constructed and signified in printed dictionaries from different eras to the way they are currently defined and shared in digital space.*

Keywords. *Discourse Analysis. Chief. Leader. Work. Subject.*

1. Os dicionários e o efeito sinonímico

Tomando os dicionários por uma perspectiva discursiva, buscamos trabalhar com as palavras analisadas e suas respectivas definições, como produtos de práticas reais em que as palavras são tomadas em relação aos sujeitos e às relações sociais e históricas (NUNES, 2010). Considerando, segundo Guimarães (2005, p.10), que "as coisas são referidas enquanto significadas e não enquanto simplesmente existentes" o autor observa que:

> Se não se pode pensar a linguagem sem considerar que ela fala de algo fora dela, não se pode também considerar que as palavras significam aquilo que referem, e nem mesmo que a significação, o sentido seja um modo de apresentação do objeto. O que um nome designa é construído simbolicamente. Esta construção se dá porque

> a linguagem funciona por estar exposta ao real enquanto constituído materialmente pela história (GUIMARÃES, 2005, p. 91).

Nesse sentido, buscamos analisar como se deu a construção simbólica do *chefe* e do *líder* no Vocabulário Portuguez e Latino de D. Rafael Bluteau de 1712 (Volume 02: letras B e C) e no primeiro dicionário monolíngue composto por D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Morais de 1795.

CHEFE. Chéfe. (Termo Genealogico.) He aquelle, em que ſe conſerva a baronia da familia, derivada pela linha do filho mayôr. Derivaſe do Francez *Chef*, que quer dizer *Cabeça*. *Qui recto majculorum ordine ab aliquo genus ducit.* ,Pepino filho de Martello, glorioſo *Che-* ,*fe* da ſegunda familia. Ribeyro. Juizo Hiſt. cap. 10. O *Chefe* da linhagem he o- ,brigado de trazer as armas direytas, ſem ,differença, ou miſtura de algumas ou- ,tras armas. Nobil. Portug. pag. 220.

Chefe. (Termo de Armeria.) He a parte ſuperior, & a cabeça do eſcudo. *Scuti caput, itis. Neut. Scuti frons, tis.* Tem ,por armas em campo vermelho quatro ,lanças, &c. & em o *Chefe* huma cruz de ,Chriſto. Nobil. Portug. pag. 249.

Figura 1. Vocabulário Portuguez e Latino. Volume 02: B e C. Bluteau (1712)

CHEFE, ſ. m. o cabeça, principal peſſoa ,, *os chefes da conjuração v. g.* ,, § Peſſoa em quem começou a familia, e os que tem os direitos deſſe em linha de filhos maiores *v. g.* ,, *Pepino filho de Martello, glorioſo chefe da ſegunda familia* ,, *Ribeiro juizo*; os *chefes* devem trazer as armas direitas, ſem differença, ou miſtura d' outras armas. *Nobiliarch.* § *O chefe do eſcudo*, a cabeça, ou parte ſuperior. § *Chefe d'obra*, dizem hoje alguns, por *obra prima*, e acabadamente perfeita no ſeu genero. *Edital da Meza Cenſoria 23. de Fev. de 1769.*

Figura 2. Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)

Embora Nunes (2010) tenha considerado que o primeiro dicionário monolíngue brasileiro não tenha retratado a realidade da sociedade brasileira, os aspectos genealógico e patriarcal, bem como a questão da linhagem das famílias, apontam para a interpelação caraterística do sujeito medieval, ou sujeito religioso (HAROCHE, 1984), submisso à tradição e aos dogmas*: he aquelle, em que fe conferva a baronia da família, derivada da linha do filho mayôr, o chefe da linhagem*.

Todavia, é preciso considerar que o segundo verbete sinaliza, também, indícios da transição para a forma-sujeito-de-direito, ao trazer a questão jurídica para a significação de *chefe*: *os que tem os direitos deffe em linha de filhos maiores*.

A ausência de líder nas duas versões consultadas sugere que ainda não havia sido construída simbolicamente uma significação para esse "nome". Na condição de colônia, o Brasil ainda caminhava como objeto da cultura portuguesa e que, segundo Bosi (2006), só deixaria de ser quando o próprio país passasse a sujeito da sua história. De etimologia inglesa, como veremos mais adiante, é possível que a palavra líder tenha começado a significar, ou a ser simbolizada na Língua Portuguesa apenas com a implantação das indústrias têxteis da Inglaterra no Brasil.

Seguindo com a análise dos verbetes, buscamos também as duas palavras no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001):

> **Chefe** s. 2g. (1545 MMA II 132) 1 pessoa que se destaca pelas qualidades de autoridade, competência, poder de decisão etc. 2 indivíduo que, por essas qualidades, é investido de poder para ocupar um lugar de mando, de direção <escolher um c. entre pares> 3 aquele que ocupa a mais alta posição hierárquica nos organismos oficiais, civis ou militares <c. de Estado> <o c. do governo> 4 fundador ou representante de uma dinastia, um clã, uma família <c. do ramo brasileiro dos Braganças> 5 pessoa que é, reconhecidamente, a maior autoridade dentro de um grupo social, cultural, religioso etc. <c. de família> <c. de escola> <c. de seita> 6 aquele que dirige uma repartição, um serviço e é responsável por seu funcionamento <c. de seção> <c. de clínica> 7 aquele que dirige, orienta ou conduz qualquer organização política, religiosa etc.; dirigente, líder <o c. do partido> < os chefes muçulmanos> 8 a pessoa responsável por uma empresa; patrão 9 aquele que está à frente de um movimento contestatório, cabeça, líder 10 infrm. aquele que, de algum modo, sobressai entre outros <em criança era o c. dos manhosos> 11 us. como interlocutório pessoal <por favor, c. desejo uma informação> 12 MIL comandante militar, capitão, cabo de guerra. s.m HER 13 a parte que ocupa o terço superior do escudo. GRAM tb. Aceita o fem. infrm. Chefa. GRAM/uso colocado após outro subst., ao qual se liga por hífen é um determinante específico. Ger. Flexiona-se no pl. significa 'dirigente', 'hierarquicamente superior a outro(s)', 'principal' (engenheiros-chefe, comandante-chefe)[ou comandante-em-chefe], carro-

> chefe)ETM fr. chef (sIX chief ‘cabeça’, 1172-1174 chef) ‘aquele que está à frente de qualquer coisa’, do lat. caput. itis ‘cabeça, parte superior’, f.hist. 1545 chefre, 1547chef. SIN/VAR cabeça, cabeceira, cabecilha, cabo, cabo-de-guerra, capitão, caudilho, comandante, condutor, corifeu, diretor, dirigente, espadilha, general, guia, **líder**, maioral, mentor, pastor, principal, timoneiro; ver também sinonímia de manda-chuva.(Grifo nosso).

> **Líder** s. 2g. 1 indivíduo que tem autoridade para comandar ou coordenar outros <dir-se-ia quase que o maestro não é o verdadeiro l. dessa banda> 1.1 pessoa cujas ações e palavras exercem influência sobre o pensamento e comportamento de outras <via-se que ela era a líder natural da turma> 2 p. ext. país, Estado, grupo que exerce sobre os congêneres predomínio, domínio, ou tutela nos campos, político, social, econômico e cultural 3 p. ext. porta-voz, **chefe** de um partido ou movimento político <o l. dos trabalhadores> 3.1 parlamentar que representa a bancada de um partido político ou do governo num plenário 4 p.ext. pessoa que se encontra à frente de um movimento de caráter religioso, filosófico, artístico, científico, etc 5 p.ext. indivíduo ou a equipe que vem ocupando o primeiro lugar numa competição ou campeonato. s.m. CINE 6 segmento inicial e final do rolo do filme que não recebe registro de imagem para facilitar o manuseio pelo operador na câmera, no projetor, no ampliador, etc. ETM. ing. leader (sXIV) ‘algo ou alguém que guia, conduz’. SIN/VAR como s. 2g. : liderança; ver tb. **sinonímia de chefe.** PAR líderes (pl.) / líderes(fl liderar). (Grifo nosso).

O *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*, além de uma diversidade de definições, também apresenta exemplos linguísticos, exemplos de falas cotidianas, dentre outros significados, talvez como uma tentativa de reunir em si todos os sentidos possíveis para os verbetes consultados o que, no entanto, reforça as considerações da AD a respeito da insuficiência da língua, da incompletude dos sentidos e da consideração de que algo sempre pode escapar.

Isso porque embora estejam mobilizados diversos possíveis significados para *chefe* e *líder*, o efeito de retorno ao mesmo sentido, de sinonímia é reforçado, ao final de cada verbete, quando **líder** aparece como sinônimo de chefe e **chefe** como sinônimo de líder, em uma espécie de “fechamento” de “conclusão”. A colocação de cada termo no final dos verbetes e não no início, como poderia acontecer, produz no leitor o efeito de que, ainda que exista uma diversidade de significados possíveis para cada um, no fim, eles significam a mesma coisa.

Segundo Nunes (2010, p. 16), “a escrita da palavra resulta de uma relação muito singular dos sujeitos com a palavra e não se restringe a uma ou outra forma de dicionário ou de autoria”. Por isso, outros tipos de textos como verbetes de jornais, revistas, páginas

virtuais, entre outros, também podem ser classificados nessa prática, que tende a se diversificar, ainda mais, com os avanços tecnológicos.

Por essa razão, tomamos com um exemplo de “escrita da palavra”, para observar como estão organizados os verbetes *chefe* e *líder* a página de busca Google. Na primeira consulta, sugerimos a pesquisa pelos termos: *significado de chefe* e *significado de líder* que nos retornaram da seguinte forma:

Figura 3. Verbete Digital Chefe
https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=significado+de+chefe

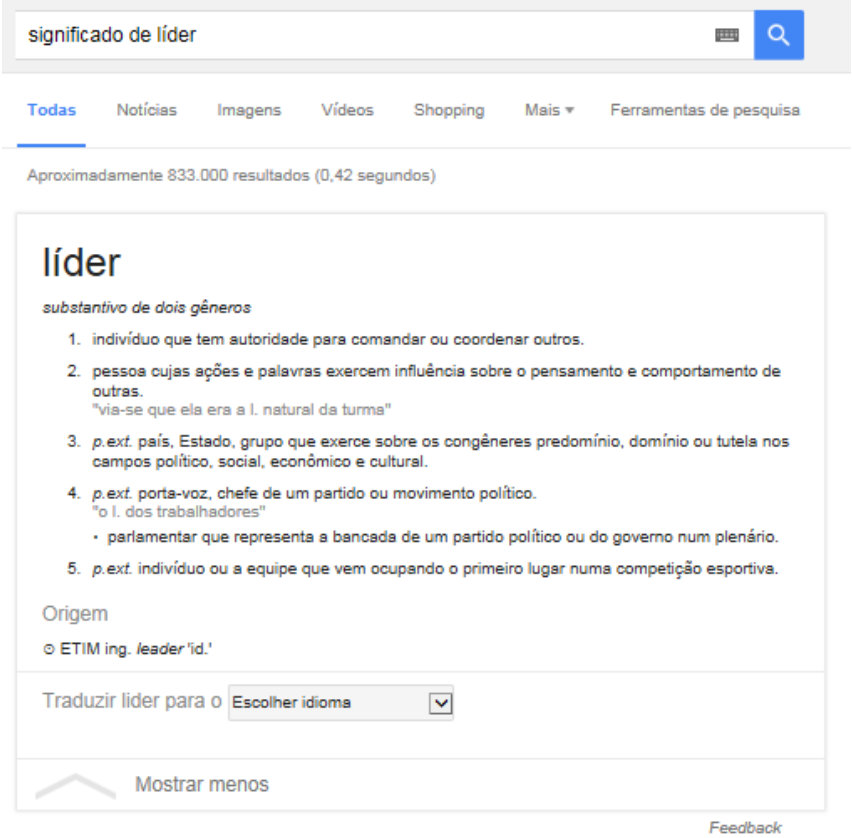


Figura 4. Verbete Digital Líder
https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=significado+de+l%C3%

Os resultados obtidos pela pesquisa são muito semelhantes aos verbetes dos dicionários impressos. Ao sugerir a busca por *significados* o que observamos é a que ferramenta exibe, praticamente, uma versão digital dos dicionários impressos. Os significados são apresentados em tópicos, seguidos por exemplos, da mesma forma como encontramos no dicionário de Bluteau e Houaiss. Outra semelhança, também, está presente no efeito sinonímico dos termos em análise, pois o chefe aparece como sinônimo de líder e vice-versa.

Continuando com a proposta de nossa pesquisa, optamos, então, por sugerir na mesma ferramenta outra forma de busca para *chefe* e *líder*. Dessa vez, apenas informamos "*chefe e líder*" no campo de busca e obtivemos o seguinte resultado:

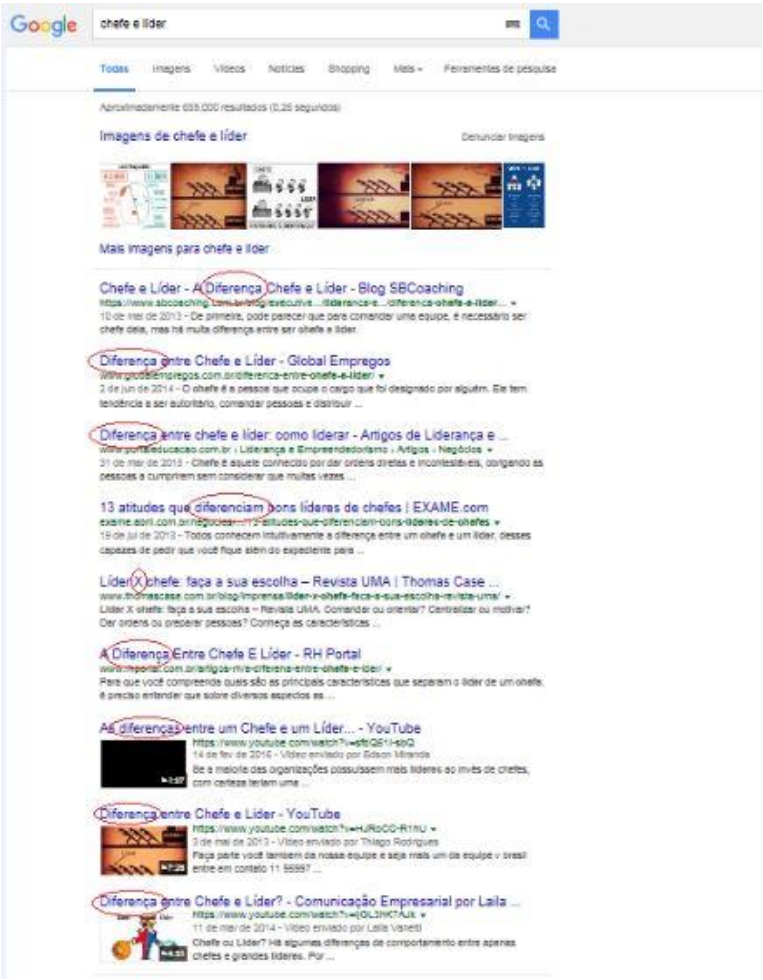


Figura 5. Diferença Chefe e Líder
https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=chefe+e+l%C3%ADder

Figura 6. Diferença Chefe e Líder
https://www.google.com.br/search?q=chefe+e+lider&biw=1366&bih=673&source=lnms&tbm=isch&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwj-zuP6gJfOAhWMh5AKHfMTBxgQ_AUIBigB#imgrc=s8Uz9Y3KNzc7zM%3ª

Quando retiremos a palavra *significado* da opção de busca, a pesquisa retornou com indicações de páginas de *internet,* vídeos e imagens que circulam com certa liberdade pelo espaço digital. Regularmente sem autoria, as formulações encontradas produzem um efeito de um conhecimento já convencionado, de algo já sabido e admitido, sem a necessidade de um "nome" que as legitime, como se "todo mundo já soubesse", produzindo um efeito do planetário, do globalizado da/na rede (SILVA, 2016).

Ao alterar a forma de pesquisa no espaço digital, observamos que um efeito de oposição foi evidenciado. Textualizado na palavra *diferença* ou pelo uso do *X,* em todos os resultados exibidos, tanto nos *links* de páginas, quanto nas sugestões de vídeos a oposição estava simbolizada. Nas imagens a oposição aparecia em forma da polarização das figuras, tanto na vertical quanto na horizontal, os resultados apresentavam as imagens dividas entre o que simbolizava ser o *chefe* e ser o *líder*:

2. O espaço digital: a memória discursiva e os sentidos de diferença

A partir dos resultados obtidos pelas imagens, observamos em funcionamento sentidos que remetem a outros discursos que, ainda que não formulados ou textualizados, se fazem presentes, em suas ausências, por meio do que não está dito (interdiscurso), mas que fornece a identificação dos sentidos com sentidos outros que já se fizeram memória.

Como observa Orlandi (2015, p. 20) o interdiscurso se constitui de "todo o dizer já-dito" sendo ele "irrepresentável" é "aquilo que preside todo dizer", "ele é o saber, a memória discursiva.". De acordo com Pêcheux:

> A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita:

> a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX [1983] 2015, p. 46).

Nesse sentido, observamos que a imagem da esquerda e a da direita são praticamente idênticas, mudando apenas a forma de representação dos personagens. Nas duas figuras, a imagem aparece dividida (imaginariamente) em duas partes no sentido horizontal. Na parte superior das imagens se encontra um personagem sentado atrás de uma mesa que representa uma empresa, pela indicação da legenda, e essa mesa é puxada por uma corda por outros três personagens. Aquele que está sentado aponta para uma direção enquanto os demais puxam a corda. Na imagem da esquerda, a mesa que está sendo puxada se encontra até em um nível mais alto. Este personagem que está sentado é indicado pelas legendas como sendo o *chefe*.

O que funciona nessas imagens, o que pode ser lido nessas representações é a memória dos navios movidos por escravos remadores, do trabalho escravo representado em livros didáticos e filmes, como podemos observar nas imagens a seguir:

Figura 7. Escravos Egípcios https://ccyeshuaenespanol.files.wordpress.com/2015/04/004-baby-moses.jpg

Figura 8. Escravos remadores http://3.bp.blogspot.com/-fdRHBWbHBLE/U5A6IdEK0XI/AAAAAAAABdU/t4RDrueMtLo/s1600/ben-hur-ship-rowers.jpg

No lugar dos capatazes e soldados da época, agora figuram os *chefes* conforme a representação nas imagens. Aqueles que dão a ordem, que apontam a direção que "coordenam" a execução do trabalho. Por sua vez, os *líderes* emergem dentro de um mesmo contexto, mas diferentemente do *chefe* que apenas apontava a direção ele agora puxa a corda também, ele participa do trabalho de maneira efetiva e é isso que, pela imagem constitui a diferença entre os dois.

Todavia, o trabalho (seja escravo, seja assalariado), simbolizado no ato de puxar a corda, continua sendo executado, o ritmo continua sendo mantido e o *líder* aparece nas imagens apenas como uma pessoa a mais para puxar a corda.

A memória do trabalho escravo funciona nas imagens, ainda que as condições de produção do discurso sejam diferentes, e por esse funcionamento é que se pretendem os sentidos de definição da posição discursiva do *líder* como oposta a do *chefe,* como uma nova tomada de posição e como promotora de uma "mudança". Mas que, no entanto, não altera a realização do trabalho em sim, pois seja pelo *chefe,* seja pelo *líder* a realização do trabalho pelo puxar da corda continua sendo realizado.

Já na imagem central, o *chefe* e o *líder* aparecem divididos verticalmente como dois lados de uma mesma face. Novamente o efeito de serem duas posições que um mesmo sujeito ocupa é evidenciado, como nas imagens anteriores, como se fossem duas diferentes posições-sujeito no discurso.

Observamos em funcionamento nessa imagem a memória do ditador nazista Hitler pela referência ao cabelo liso, bem penteado e um bigode quadrado que legitimaram a identidade visual do ditador alemão conhecido por perseguir e executar milhões de judeus e grupos minoritários considerados por ele "indesejados" durante a Segunda Guerra Mundial. Tudo isso funcionando do lado *esquerdo* que seria o do *chefe.* Por sua vez, ao lado *direito* está o *líder*, simbolizado com características intelectuais, representadas pelo uso dos óculos, pela pele lisa e sem barbas e pela calvície, que simbolizando a experiência, a preocupação.

Nessa imagem também se observa a regularidade da comparação entre os dois, que, no entanto, não aparece puramente descritiva, mas também como prescritiva pela evocação da memória visual do ditador em oposição ao intelectual. Ao dizer como se deve fazer ou dizer o texto prescreve pela valoração das palavras, dando um sentido positivo para orientar, acompanhar, confiar e um sentido negativo para mandar, culpar, fiscalizar, desmoralizar.

Ao analisar o Discurso da Qualidade do Sebrae – DQT, Amaral (2005, p. 179) trabalha com essa contraposição de sentidos como um "simulacro de polêmica" entre discursos diferentes que, segundo a autora, "revela a necessidade de criar-se para os sujeitos do discurso a "certeza" de que estão ocorrendo mudanças, de uma estrutura tradicional para uma estrutura moderna".

Dessa mesma forma, também observamos o efeito dessa contraposição no discurso da liderança que, a partir da estruturação de novos sentidos antagônicos entre as posições discursivas de *chefe* e *líder,* procura sustentar a ideia de transformação e de mudança, mesmo que para nós se trate, não mais, de que uma e outra tentativa de dizer que são posições-sujeito diferentes, mas que respondem às mesmas injunções político-ideológicas.

3. Considerações com efeito de fechamento

O que trazemos nesse artigo como "efeito de fechamento", na realidade, são considerações que, ao contrário, de finalizarem nossas propostas de pesquisa, nos colocaram novas e outras questões que trabalhamos, com mais ênfase, na dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Ciências da Linguagem da universidade do Vale do Sapucaí (2016).

Inicialmente, trabalhando com dicionários impressos e com as páginas de pesquisa como formas de escrita da palavra (NUNES, 2010), ou mais precisamente como definidores de sentidos, observamos o estabelecimento de uma oposição entre *chefe* e *líder* onde, até então, funcionava uma relação sinonímica.

Como um fio de linha desprendido de uma peça de roupa, que ao ser puxado vai trazendo consigo uma série de outros fios que, alinhados, davam forma à peça inteira, essa questão foi para nós como a ponta desse fio, que ao analisarmos pelo viés discursivo da contradição, foi trazendo tantas outras questões que abordamos na dissertação de mestrado como oriundas do discurso da liderança.

Discurso esse, por meio do qual buscamos compreender pelo viés discursivo do *chefe* e do *líder*, os processos de significação e constituição dos sentidos e dos sujeitos a partir da relação entre linguagem, discurso e trabalho, não apenas nos dicionários impressos e nas páginas de busca, como também nas relações de trabalho dentro das empresas e organizações, nas redes sociais e no ensino, através de materiais didáticos destinados a níveis diferentes da educação.

A fim de observar o funcionamento de um discurso (o da liderança) que se promove como necessário e inovador, com certa eficácia na interpelação e individuação do sujeito na atualidade, ainda que carregado de um posicionamento discursivo de sustentação e promoção do sistema capitalista.

Referências Bibliográficas

AMARAL, M. V. B. **Discurso e relações de trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2005.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Portuguez e Latino.** Vol. 2. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/>. Acesso em jul. de 2016.

_____. **Diccionario da lingua portugueza** composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 1: A - K)**.** Lisboa : Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/>. Acesso em jul. de 2016.

BOSI, A. **História Concisa da Literatura Brasileira.** 43 eds. São Paulo: Cultrix, 2006.

GUIMARÃES. E. **Semântica do acontecimento.** 2. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HAROCHE, C. [1984] **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1992.

HOUAISS, A. e VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília.** v. 3, dez, p.6-21, 2010. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/viewFile/1981/1305. Acesso em jul 2016.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) **Introdução às Ciências da Linguagem:** Discurso e Textualidade. 3 ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, M. (1983) **Papel da memória.** In: ACHARD, P... (et. al). Tradução e introdução de José Horta Nunes. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

SILVA, T. D. A linguagem e a questão ambiental – representações políticas, cidadania e produção social. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso], Seção Estudos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), vol. 12, p. 129-142, jan. – jun. 2016. DOI:http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol12pagina129a142.

DISCURSO, SUJEITO E ORGANIZAÇÕES: EFEITOS DE SENTIDO NAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

MARIA ISABEL BRAGA SOUZA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
isabelsouza.jornalista@gmail.com

Resumo. *Este estudo tem como tema o discurso empresarial, objetivando a compreensão das estratégias de comunicação das empresas por meio da Análise de Discurso de Linha francesa. As organizações buscam por resultados, seja por parte dos seus funcionários, da sociedade, do mercado, e, para que isso aconteça, investem na elaboração de materiais que produzam efeitos de envolvimento entre ela e o público. Buscamos compreender os mecanismos de funcionamento desses enunciados empresariais que materializam certos posicionamentos da organização, produzindo efeitos de evidência, direcionando sentidos. Refletimos ainda sobre a mundialização e o modo como a atual conjuntura contemporânea afeta os dizeres empresariais.*

Palavras-Chave. *Análise de discurso. Sujeito. Estratégia de comunicação. Comunicação Empresarial.*

Abstract. *This study has as its theme the discourse of enterprise, aiming to understand the communication strategies of companies by means of discourse analysis of French Line. The organizations seek for results, either on the part of its employees, society, the market, and, for that to happen, invest in the development of materials which produce effects of involvement between it and the public. We seek to understand the mechanisms of functioning of these listed enterprise materialized certain positions of the organization, producing effects of evidence, directing senses. We reflect on globalization and how the current situation today affects the business.*

Keywords. *Discourse analysis. Subject. Communication strategy. Corporate Communication.*

Introdução

Encontramos nas Ciências da Linguagem, filiando-nos à Análise de Discurso de linha francesa, uma maneira de compreender a significação dos discursos empresariais. No discurso empresarial, os sujeitos estão sob as regulações das instituições (leia-se, em nosso caso, empresas) e, desse modo, há regulações que colocam o sujeito trabalhador, por exemplo, identificado a determinadas interpretações. A interpretação é um trabalho com

a linguagem e suas diferentes materialidades significantes, e a linguagem é o que constitui o sujeito.

O mercado globalizado impactou as empresas com novas demandas e exigências, reorganizando valores, fazendo emergir novas formas de administração e gestão, e "diretrizes" para as relações entre capital e trabalho. As empresas buscam materializar em seus dizeres imagens de uma organização que seja "compreendida" pela sociedade como detentora de certos atributos, em consonância às formações discursivas do capital, aos sentidos que estão em circulação na atualidade, nessa relação entre produzir, vender e lucrar. Há nos dizeres das empresas, na atualidade, a produção de um lugar de engajamento do trabalhador em relação à empresa, de modo a produzir sentidos de parceria, bem como de uma produção organizada, padronizada, que respeita a natureza e as comunidades onde a empresa atua.

Os materiais de comunicação empresarial institucionalizam os dizeres da organização em textos e imagens, produzindo efeitos de fechamento, direcionando a certas práticas que estabilizam os sentidos, promovendo consenso, que imaginariamente para a empresa, é a "garantia", a "estratégia", para se manter no mercado e dominar o público.

As empresas se valem da comunicação para externalizar procedimentos, normas, entre outras informações que devem ser divulgadas e colocadas em uso pelos sujeitos que fazem parte do contexto organizacional. Pelos materiais de comunicação, busca-se produzir nos dizeres uma identificação com o público, com o mercado, entendendo que a comunicação empresarial pressupõe, antecipa a direção dos sentidos que se deseja dar ao texto, por isso nosso interesse em analisar discursivamente o funcionamento desse discurso empresarial nas "estratégias" comunicativas. Se a empresa se inscreve em discursos de valorização do trabalhador, transparência nas ações, responsabilidade social, entre outros, os materiais de comunicação são elaborados com orientação nestes mesmos discursos.

Nas organizações, há um "fluxo" contínuo de informações, de processos de significação e, na área da Comunicação Social, entende-se que a elaboração destes materiais é importante para o "ambiente" organizacional, sustentando, atribuindo sentidos ao modo como a gestão é realizada. Diferentemente, nos estudos da linguagem, essas formulações funcionam produzindo efeitos de sentido de estabilização em uma relação imaginária entre a empresa e o público.

As organizações inseridas em um sistema capitalista têm metas a serem cumpridas, processos para gerenciar e controlar toda cadeia produtiva e de consumo, e para isso buscam a uniformização dos seus processos de significação nos materiais da comunicação empresarial, que fazem parte das "estratégias" de gerenciamento da marca ou dos efeitos de sentidos que a organização produz em seus dizeres, impactando até mesmo a sua sobrevivência no mercado.

Para alcançarmos nossos objetivos de pesquisa, primeiramente, propomos uma reflexão sobre a prática teórica e analítica da Análise de Discurso de linha francesa, a qual nós nos filiamos, embasados nos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

1. Os modos de significação da empresa por meio do trabalhador na/para sociedade

O controle dos efeitos de sentido nos/dos discursos empresariais é importante na comunicação empresarial, uma vez que são pelos materiais de comunicação que a empresa se posiciona e coloca à prova seus objetivos estratégicos enquanto organização. Trata-se de mobilizar o público das mais diversas formas, com formulações por meio das quais os discursos significam a proposição de ações julgadas significativas para o desenvolvimento da empresa.

Na Análise de Discurso de linha francesa o analista não procura o sentido único e verdadeiro. É importante atravessar o imaginário e saber qual a ordem discursiva que está em funcionamento nas organizações empresariais. Quais instâncias do real da história e da sociedade estão significadas nestes discursos.

Compreendemos a comunicação empresarial como o conjunto de práticas de linguagem que institucionaliza a relação das empresas com a sociedade. Essa comunicação se faz por meio de textos em diferentes materialidades, por exemplo, jornais, boletins internos, textos noticiosos de acontecimentos da empresa enviados à imprensa – denominados na área da Comunicação como *releases*, além de comunicados, manuais, relatórios, propagandas, ou ainda textos como os que são disponibilizados em *sites*, redes sociais, entre outros.

Nos materiais de comunicação empresarial estão os valores, missão e visão da empresa, produzindo discursivamente um "efeito de um compromisso". Ou seja, há a produção de um *sujeito* ideologicamente marcado pelos discursos do capital, do mercado, nos dizeres empresariais, que tomam formas específicas hoje, por exemplo por meio da gestão e da responsabilidade social. Nesses materiais de comunicação, atravessados pelas formações imaginárias que perpassam todo e qualquer discurso, significa-se a empresa, de modo que neles esta adquire uma realidade pública e social que vai além da função de produzir, vender e lucrar.

Tomaremos as "estratégias" de comunicação empresarial enquanto gestos de interpretação que estabilizam, direcionam o movimento dos sentidos. São gestos de interpretação determinados pelo efeito de evidência do capital e do funcionamento do pré-construído de que o capital seria o meio e o fim, a partir do qual a empresa ganha existência social. Nosso trabalho objetiva mostrar a especificidade desse dizer empresarial e a especificidade dos processos discursivos que significam este dizer.

Para domarem os sentidos e se significarem de uma maneira e não de outra, as empresas silenciam seus propósitos e interesses, sobrepondo a eles a evidência de certos comportamentos que se tornam moldes, movimentos que dissimulam, ocultam a realidade

e assumem um caráter institucionalizado de verdade única e ideal no meio corporativo, envolvendo nesses jogos de interesses as relações entre empresa e público.

Os materiais de comunicação empresarial institucionalizam os dizeres da organização em textos e imagens, produzindo efeitos de fechamento, direcionando a certas práticas que estabilizam os sentidos, promovendo consenso, que imaginariamente para a empresa, é a "garantia", a "estratégia", para se manter no mercado e dominar o público. Se pensarmos nas expressões da mundialização – por exemplo, sustentabilidade, responsabilidade social etc. – que ecoam nas empresas, notaremos que há nos materiais de comunicação que analisaremos adiante, um esforço em evidenciar que, por exemplo, a empresa se preocupa com questões ambientais e de saúde .

Considerando essa conjuntura, propomos um recorte de um material de comunicação da Alcoa Alumínio S/A. A empresa se dirige à sociedade e a seus funcionários de maneira institucionalizada, por meio de diferentes discursividades. Para este trabalho selecionamos um texto que foi enviado à imprensa, por uma empresa de Assessoria de Imprensa de Poços de Caldas, que na época da publicação, era prestadora desse tipo de serviço à Alcoa. O material[12] que trouxemos para análise é um texto que foi veiculado em um site de notícias locais. Além de estar disponível na internet, o texto – denominado *release,* também foi enviado à mídia, objetivando dar publicidade a uma iniciativa de voluntariado dos trabalhadores da Alcoa.

No cotidiano do jornalismo, bem como das assessorias de comunicação empresarial, a divulgação de iniciativas por meio de releases e outros materiais organizacionais, como a propaganda, por exemplo, não é interpretada além do texto. No recorte, somos pegos pela evidência de uma informação que destaca a Alcoa em uma atividade socialmente significativa, silenciando outros sentidos.

A notícia sobre uma ou outra ação na sociedade produz imagem de engajamento, diferente da imagem que seria produzida se o texto, por exemplo, falasse sobre os lucros da empresa e/ou sobre os efeitos de sua atividade produtiva no meio ambiente, ou seja, dizer outra (s) coisa (s) silencia sentidos outros. Compreendemos discursivamente que há um fechamento dos sentidos neste material da empresa que se faz representar de um modo e não de outro no espaço onde atua, mostra-se de modo conclusivo.

A mídia é produtora de consenso, assim como os materiais que são elaborados à luz da Comunicação Social, em suas diferentes materialidades. Fatos que são noticiados no texto e que são discursivizados pela mídia, configurando-os socialmente, selecionando, hierarquizando a informação, (re)significando-a, produzindo sentidos direcionados. Conforme Medeiros (2014), a mídia é um lugar de circulação de sentidos, a partir de escolhas, da seleção do que será ou não dito.

> Na mídia, o processo de formulação e circulação discursivo está localizado em um lugar de (re)produção permanente. Em sua prática de produção,

[12]Disponível em: http://www.pocosnet.com.br/noticia.php?id=2282

> a mídia tem, portanto, um lugar de seleção e de permanência desse acervo de saberes sobre, bem como um lugar de circulação de sentidos, a partir das escolhas do que é dito (e mostrado) e do que é silenciado ou deixado de lado [...]. (MEDEIROS, 2014, p.59).

Nos trechos do texto *(release)* que selecionamos, há efeitos de sentido que fortalecem a imagem da empresa e do seu trabalhador enquanto um grupo que têm posturas diferentes, pensam no próximo, na comunidade, atuam em causas sociais. No recorte, somos pegos pela evidência de uma informação que destaca a Alcoa em uma atividade socialmente significativa, silenciando outros sentidos.

Em relação a este texto noticioso da empresa, nos chamou atenção os seguintes trechos:

1) "Entre os participantes da ação comunitária, dois Alcoanos[13] sentiram-se particularmente muito satisfeitos: Alexandre Costa Brunello e Jorge Augusto Ferreira, operadores da Redução e da Refinaria, respectivamente, e moradores do bairro. "É uma satisfação muito grande poder participar de um projeto tão importante, desenvolvido pela minha Empresa, na minha comunidade e na escola onde meu filho estuda", disse Alexandre."

2) "Esta é a primeira ação comunitária da qual eu participo", contou Jorge. "E estou muito feliz pela oportunidade de contribuir com a escola onde estudei e onde meus filhos também estudarão. Eles colherão os frutos do trabalho que realizamos hoje".

Neste material há a fala de dois funcionários, significando a empresa e o trabalho deles, afirmando em seus depoimentos o quanto tal atitude foi importante para a comunidade e para o futuro, que parece ter sido "garantido" àquela comunidade, à escola, pela iniciativa da empresa.

Há a produção de efeito de que ser um trabalhador da Alcoa implica em um consenso de ajuda mútua, de felicidade pelo trabalho e pela ação voluntária, de empresa boa para se trabalhar e que não visa só lucros e metas, mas pensa também no próximo, nas famílias, e nos diversos públicos que a circundam. Essa noção de ajuda mútua, de compaixão ao próximo pode ser até mesmo comparada ao discurso religioso, colocado em prática sem manifestações contrárias, sendo tomado como transparente, evidente. Estas ações seguem a visão e os valores da empresa, são ações, comandos, funcionam como um credo, se assim comparadas ao discurso religioso.

Orlandi (2014) considera que os credos do discurso empresarial produzem efeitos assim como no discurso religioso, no sentido de infalível, que "embasa" decisões e atividades organizacionais, e em nosso caso de análise, a empresa, os Alcoanos, são direcionados, respeitam normas, credos, que os direcionam na propagação e execução das ações de responsabilidade social na comunidade de forma voluntária, produzindo o efeito

[13] A Alcoa Alumínio S/A denomina sua mão de obra como "Alcoano", substituindo colaborador, trabalhador, ou outra denominação que aparece nos textos empresariais.

do correto, amigável, justificando a presença, o funcionamento da empresa, a atuação dos Alcoanos naquele local.

> À modernidade da formação discursiva neoliberal junta-se um lembrete religioso. Os credos são formulações de comando. (...) Tanto mais fortes e mais comprometedores como fala de chefia: a palavra do chefe é um credo. Não há lugar para não aceitar, ao mesmo tempo em que se abranda, se apaga, o efeito é de "segurança" na empresa, integração. Ela tem solidez instituída. E os "credos" não são apenas crença, são "a própria identidade da empresa". Portanto, ao se significar por estes credos, está-se na verdade estabelecendo uma relação de identidade com a empresa: a empresa e o sujeito estão assim identificados pelos credos. (ORLANDI, 2014, p. 40).

Nas ações de responsabilidade social há memória da empresa cidadã, comprometida com outras necessidades sociais que proporcionam valor à organização e aos seus produtos quando estão associados a essas iniciativas de bem comum, trabalhando para o progresso da sociedade, dos seus funcionários, do meio ambiente etc. O imaginário social preenche a imagem da empresa de sentidos que já estão em circulação, são parte das condições de produção dos dizeres organizacionais. O funcionário abre mão do dia de folga, do final de semana, se engaja por meio da empresa e age visando um bem comum, mas como isso se dá por meio da multinacional, é ela quem fica marcada com uma imagem de participação cidadã na sociedade.

De acordo com Reginato e Pozza (2013, p. 143), esse posicionamento das empresas pode ser considerado uma "estratégia" para sua manutenção no mercado, ou seja, "tornou-se praticamente uma exigência mercadológica que os valores da responsabilidade social e da sustentabilidade sejam incorporados pela cultura da organização e comunicados efetivamente a seus públicos", pois essas interpretações têm produzido lugares de identificação e formas de nichos consumidores específicos e especializados em avaliar seus fornecedores, suas posturas mercadológicas e de produção.

O terceiro recorte que propormos acerca do texto *(release)* selecionado é:

3) "A ação comunitária, segundo Action de 2012, marcou a abertura das Semanas Verdes na Unidade, programa promovido pela Alcoa Foundation, em todas as localidades da Companhia no mundo, com o objetivo de inspirar e engajar Alcoanos e a comunidade em iniciativas ambientais que tenham como tema os 3 R (Reduzir, Reciclar e Revitalizar), prioridades da Empresa".

Em relação ao recorte 3, consideramos o discurso ambiental e sua circulação no mundo globalizado, tendo, na maioria das vezes, formas verbais do modo imperativo, produzindo efeitos que levem a atitudes e iniciativas. Percebemos que estes efeitos ecoam neste material da Alcoa para representá-la diante da sociedade, produzindo imagem de uma empresa que incentiva o voluntariado e a conservação do meio ambiente. Dissimulando o foco do lucro, produzindo um efeito de uma obrigatoriedade moral frente ao mercado e a sociedade.

Ao se significar, a empresa também significa seus trabalhadores, interpelando-os em posições que os colocam nivelados a estas posturas globais de iniciativas pró sociedade e pró ambiente, enquanto voluntários das práticas dos 3R – Reduzir, Reciclar e Revitalizar, em conformidade a visão e a política da empresa. O "Reduzir, Reciclar e Revitalizar" são prioridades "da Empresa", mas ela é formada por trabalhadores que precisam se identificar com este discurso de cidadania para se inscreverem nestas posições de voluntariado.

Há nestas formulações uma convocação do trabalhador da Alcoa que representa a multinacional, mas a visibilidade é da "Empresa", representada com letra maiúscula neste trecho que recortamos, produzindo o efeito de nome próprio, levando-nos a pensar em personalidade, em propósito, representando uma característica que é dela e não de toda a sua mão de obra.

O "Reduzir, Reciclar e Revitalizar" são prioridades "da Empresa", mas ela é formada por trabalhadores que precisam se identificar com este discurso de cidadania para se inscreverem nestas posições de voluntariado. Os "3 R" aparecerem neste material com um efeito de ação, tendo aí silenciado um "nós" que aparece quando tomamos para nossas análises as possíveis paráfrases: Nós (*precisamos, temos como prioridade*) Reduzir; Nós (*precisamos, temos como prioridade*) Reciclar; Nós (*precisamos, temos como prioridade*) Revitalizar (*precisamos, há possíveis danos causados pela empresa que atua na mineração, mesmo que isto esteja silenciado*). Há nestas formulações uma convocação dos "Alcoanos" que representam a multinacional, mas a visibilidade é da "Empresa", representada com letra maiúscula neste trecho que recortamos, produzindo o efeito de nome próprio, levando-nos a pensar em personalidade, em propósito, representando uma característica que é dela e não de toda a sua mão de obra.

Outra leitura que nos chamou atenção neste trecho foi a significação dos 3 R na/para empresa, que apontam para "Reduzir, Reciclar e Revitalizar", mas, no discurso sustentável, os 3 R são usados como designações de "Reduz, Reciclar e Reutilizar". Ou seja, a empresa faz um deslocamento e insere "Revitalizar", ao invés de "Reutilizar". Acreditamos que isso se deve ao fato de a empresa atuar na extração mineral, o que causa sérios impactos ao meio ambiente, por isso o "Revitalizar", uma vez que a empresa direciona os sentidos fazendo com que a revitalização seja compreendida como uma "prioridade", silenciando danos possíveis, evidenciando sua postura em zelar também pela natureza, revitalizandoa, por exemplo.

Considerações Finais

Este material que analisamos é direcionado pela mídia à sociedade, produtora e propagadora de opiniões e posicionamentos, interpretações. Dessa forma, os textos são (res)significados segundo as interpretações do público. Esses efeitos do discurso institucional se dão uma vez que os sujeitos se encontram em determinada circunstância e são afetados pela memória discursiva que também está presente nas condições de produção dos enunciados da empresa.

O termo “Alcoano”, e todo o processo discursivo em que este se realiza, produz como efeito a evidência da legitimidade da multinacional, produzindo um imaginário do bom lugar para se trabalhar, da boa empresa, dos bons produtos para se consumir, de uma instituição parceira da sociedade, preocupada com o social e o ambiental.

Os discursos significam a empresa e determinam o funcionário ideologicamente, ou seja, direciona-o no processo de significação, chamando-o para a evidência dos sentidos que se pretende fazer valer neste espaço. As empresas criam espaços discursivos específicos para que suas formulações possam circular e significar, projetando um modelo de organização, um padrão, produzindo consenso, como forma de evitar conflitos. Esse efeito de coerência no discurso é uma forma de poder, já que o político também se faz presente na relação entre o que é dito e os sentidos que se farão compreender. Trazendo essa reflexão para os discursos empresariais, o analista pode entender os mecanismos de funcionamento desses enunciados que materializam o posicionamento da empresa e outras posturas que podem ser consideradas mecanismos de regulação.

Há nos enunciados dos três recortes que apresentamos efeitos de sentidos de comprometimento, da empresa que faz muito além do que simplesmente produzir, como se ela fosse pioneira, criadora desses tipos de iniciativas. Mas, percebemos que nestes trechos está silenciada a obrigatoriedade da empresa enquanto instituição regulada pelo Estado, e por isso, cumpridora de leis. A maneira como essas questões sociais e ambientais são colocadas nos dizeres empresariais ocultam as determinações legais que controlam a empresa, ou seja, as obrigatoriedades que ela tem, em atendimento a legislação ambiental, de promoção social, regimentos de certificações nacionais e internacionais, entre outras exigências para a sua continuidade no mercado.

É o poder justificado, atravessado pelos parâmetros capitalistas que fortemente estão nos textos da atualidade e são incorporados à empresa de modo que o público também se signifique neste discurso, mesmo que não se dê conta disso, de modo a se inscrever numa relação de fidelidade com a empresa.

Referências Bibliográficas

MEDEIROS, Caciane Souza de. O discurso da inclusão pela diferença na relação mídia e sociedade. In: FERREIRA, Eliana Lucia; ORLANDI, Eni (orgs.) **Discursos sobre a inclusão**. Niterói: Intertexto, 2014.

REGINATO, Gisele Dotto; POZZA, Débora Flores Dalla. O discurso da responsabilidade social e da sustentabilidade na comunicação organizacional da Vale. **Revista Orgânico**, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 18, p.138-150, 2013. Disponível em <http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/578>. Acesso em: 01 set. 2015.

ORLANDI, Eni. O método em análise de discurso: uma prática de reflexão. In: MARCHIORI, Marlene (org.). **Linguagem e discurso.** Rio de Janeiro: Editora Senac, 2014.

ANÁLISE DAS CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS DA LIDERANÇA DE ENFERMAGEM EM UM HOSPITAL DO SUL DE MINAS GERAIS

LETÍCIA CRISTINA DE CARVALHO[1], CARLA APARECIDA DE OLIVEIRA PACHECO[2]

Faculdade de Ciências Médicas. Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Cel. Alfredo Custódio de Paula, 240 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
leticiacarvalho18@yahoo.com.br[1], carlapacheco.univas@outlook.com[2]

Resumo. *Trata-se de uma pesquisa que visa identificar a partir de uma perspectiva comportamental quais as atitudes e comportamentos são adotadas pelos líderes de um hospital. Os dados foram coletados por meio da aplicação de um inventário construído pela autora, com base na teoria de liderança de Hersey e Blanchard com o objetivo de verificar a auto percepção dos líderes e a percepção de seus liderados sobre os seus líderes. Os resultados demonstram uma auto percepção mais positiva sobre as atitudes pessoais da liderança, enquanto a equipe de enfermagem aponta para uma visão menos otimista sobre as competências dos líderes.*

Palavras-Chave. *Liderança. Competências Comportamentais. Percepção.*

Abstract. *This is a research that aims to identify from a behavioral perspective that attitudes and behaviors are adopted by leaders of a hospital. Data were collected through the application of an inventory built by the author, based on Hersey and Blanchard leadership theory, in order to verify the self-perception of leaders and the perception of their team on their leaders. The results show a self more positive perception of the personal attitudes of leadership, while the nursing staff points to a less optimistic view about the responsibilities of leaders.*

Keywords. *Leadership. Behavioural Skills. Perception.*

Introdução

Expectativas são percepções do próprio comportamento ou do papel do outro no ambiente organizacional e representam a ideia sobre a função do comportamento de líderes e liderados em relação a sua atuação. Para que essas expectativas estejam coerentes e compatíveis com as das outras pessoas, é importante que todos entendam e aceitem o seu próprio papel e o do outro, pois pessoas tem personalidades diferentes e exercem funções que exigem diferentes estilos de comportamento para se alcançar a eficácia de uma organização. Os líderes devem conhecer as expectativas que seus liderados alimentam sobre o modo como ele se comporta em diversas situações nas organizações, só desta forma, é possível que vejam e aceitem os objetivos dos líderes como os seus próprios (HERSEY & BLANCHARD, 1986).

Robins (2005) define a percepção como sendo o processo pelo qual os indivíduos organizam e interpretam suas impressões sensoriais, com o intuito de dar sentido ao ambiente, podendo ser diferente da realidade objetiva. Isso torna o entendimento da percepção humana um importante constructo para a compreensão do comportamento organizacional, uma vez que o comportamento das pessoas se baseia em sua percepção da realidade, não na realidade em si, ou seja, "o mundo importante para o comportamento é o mundo na forma em que é percebido" (p. 104).

Kanaane (2011) afirma que as ações e reações dos indivíduos e grupos demonstram projeções de interesses e expectativas estabelecidas nas condições sócioprofissionais e nas predisposições atitudinais e comportamentais. A percepção da realidade se faz presente, a partir do contato que o indivíduo mantém, influenciado pelas variáveis circundantes e influenciando-as, sendo caracterizado pelo conjunto de ações e reações evidenciadas neste processo interativo.

Um aspecto que irá influenciar a percepção do indivíduo acerca de suas relações no ambiente organizacional é o comportamento organizacional, que para Kanaane (2011) é definido como sendo as reações dos indivíduos e as respostas que emitem perante os estímulos que recebem por seu trabalho dentro da organização. Estes estímulos são oriundos de um conjunto de características ambientais (adquiridas) com por exemplo, a absorção das pressões exercidas pelo meio ambiente e hereditárias (genéticas). Para Robbins (2005), o comportamento organizacional é o campo de estudos que irá analisar o impacto que indivíduos, grupos e estrutura têm sobre o comportamento das pessoas dentro das organizações, com a intenção de melhorar a eficiência organizacional, ou seja, o comportamento organizacional se preocupa com a análise de como as pessoas se comportam dentro das organizações e de como este comportamento atinge o desempenho das pessoas e das empresas. Este conhecimento surgiu a partir do entendimento da percepção dos indivíduos sobre as relações que se estabelecem no âmbito do trabalho.

Entender as atitudes, comportamentos e o papel dos colaboradores de uma organização é de grande importância, para facilitar e criar um ambiente de trabalho agradável e harmonioso. Conhecer o contexto, possibilita ao líder avaliar e analisar as percepções das pessoas a partir de três perspectivas: a primeira é do **comportamento individual** que está relacionado às reações do indivíduo e sua atuação no âmbito organizacional; a do **comportamento grupal** que é o conjunto de reações dos indivíduos que formam um grupo e ações advindas do comportamento, retratando diversas influências nesta dinâmica, incluindo as pessoas, a interação, o sentimento, as tarefas, a comunicação e os objetivos e; por último, o **comportamento organizacional** que são as manifestações resultantes das interações do indivíduo dentro do contexto organizacional, apontando os controles, o processo decisório e os esquemas técnico-administrativos (KANAANE, 2011).

Para Hersey e Blanchard (1986) o comportamento na maioria das vezes é motivado não só pela percepção, mas, pelo desejo de alcançar algum objetivo. Esta motivação irá depender da intensidade dos motivos, que podem ser definidos como desejo ou impulsos oriundos do indivíduo, podendo ser conscientes ou subconscientes, provocando e

mantendo o comportamento e determinando a orientação geral do mesmo, como molas propulsoras da ação. São os objetivos que dirigem os motivos para ação e, são chamadas de "recompensas esperadas", denominados muitas vezes como incentivos pelos psicólogos. Para os autores, o líder que consegue motivar seus liderados com sucesso, são aqueles capazes de criar um ambiente com objetivos compatíveis com os motivos intrínsecos de sua equipe. Dessa forma, o sucesso refere-se à forma como o indivíduo ou o grupo se comporta e a eficácia é um estado, habilidade ou atitude interna das pessoas e equipes.

O comportamento humano sofre influência contínua de aspectos do meio ambiente, o que lhe confere o caráter de adaptação constante ao determinante sócio organizacional. Numa perspectiva contemporânea, estimular atitudes e comportamentos compatíveis com as necessidades organizacionais e mercadológicas são causas da regularidade da forma como nos comportamos, em que os valores e as crenças formam as bases perceptivas para que um indivíduo adote determinada postura. (KANAANE, 2011). Neste contexto, Hersey e Blanchard (1986) diz que o líder assume um papel importante na construção do comportamento organizacional, uma vez que, o ato de liderar consiste em um processo que irá influenciar nas atividades de indivíduos ou grupos para a execução de um objetivo. A realização desse objetivo se dá com e por meio das pessoas, levando o líder a influenciar não só a execução das tarefas como nas relações humanas, ou seja, "sempre que uma pessoa procura influenciar o comportamento de outra, a primeira é o *líder potencial* e a segunda o *liderado potencial*" (p. 104).

Ainda segundo os autores, tanto no comportamento e quanto no ambiente, há estímulos suficientes para treinar e adaptar os estilos de comportamentos dos líderes em diferentes situações, aumentando a eficácia das lideranças por meio da educação, treinamento e desenvolvimento. Líderes eficazes adaptam seu comportamento satisfazendo às necessidades de seus liderados e do ambiente próprio. O estilo de liderança pode ser considerado um modelo comportamental manifesto quando influencia as atividades de seus liderados e de como é visto por eles, pois a percepção de seus liderados pode ser diferente da visão que o líder tem do seu próprio comportamento (auto percepção).

A combinação de comportamentos é essencial para se definir o estilo de liderança adotado que, para os autores, podem ser classificados como, *comportamento de tarefa,* que organiza e define a função da equipe, explica como e onde as atividades devem ser executadas e realizadas e; *comportamento de relacionamento* que mantém as relações pessoais entre o líder e os membros da equipe, abrindo espaço para a comunicação, gerando apoio socioemocional.

Toda situação em que alguém procura influenciar o comportamento do outro, existe, de acordo com Bergamini (1994), liderança. A definição de eficácia do líder como administrador do sentido e consequente agente de mudança, apoia-se no profundo conhecimento do contexto cultural da organização e na sua capacidade interpessoal em perceber aqueles que dependem dele, facilitando sua aproximação até a auto realização. Segundo a autora "controlar as variáveis do meio ambiente é suficiente para controlar o comportamento" (p.133), porém, em lugar de controlar, os líderes precisam ocasionar o

surgimento de um contexto em que a mudança aconteça e as pessoas não se sintam completamente vulneráveis. Os verdadeiros líderes apresentam grande familiaridade com a história da empresa e o que no passado garantiu seu sucesso. O comportamento organizacional procura descrever aquilo que o líder é por meio da identificação dos traços mais característicos de sua personalidade, configurando aquilo que o líder faz através do seu estilo de comportamento.

Chiavenato (2005) traz a ideia de que a liderança pode ser considerada uma "influência interpessoal exercida em uma dada situação e dirigida pelo processo de comunicação humana para a consecução de um ou mais objetivos específicos" (p.183). O autor analisa a liderança sobre quatros aspectos: o primeiro refere-se ao tipo de influência que exerce entre e sobre as pessoas, que é uma operação interpessoal na qual o líder atua no sentido de modificar ou desafiar o comportamento de uma outra, de maneira intencional. O segundo aspecto refere-se ao exercício da liderança que acontece em uma determinada situação, ou seja, a capacidade para liderar depende não apenas de suas próprias características individuais, mas também da condição na qual se encontra. Trata-se de uma relação funcional que existe somente quando um líder é percebido por um grupo como o possuinte ou o controlador de recursos para a satisfação de suas necessidades. O terceiro aspecto diz respeito ao processo de comunicação humana e a habilidade do líder de influenciar as pessoas, levando suas percepções de objetivos rumo as suas metas e, por último, o papel do líder para realizar a consecução de um ou mais objetivos específicos. Ou seja, o líder surge como um centro para o alcance dos objetivos desejados pelo grupo e seu comportamento deve auxiliar o grupo a alcançar objetivos ou a atingir suas necessidades.

Outro autor que foca seus estudos no papel do líder nas organizações é Lacombe (2011) quando afirma que capacidade do líder está vinculada à sua habilidade para alcançar os objetivos da empresa por meio dos seus liderados, agindo de acordo com a necessidade de cada situação e com o estilo de cada liderado. O exercício desse estilo de liderança está sustentado em atitudes como ordenar, comandar, motivar, persuadir por meio de exemplos pessoais, compartilhamento dos problemas e ações, delegar e cobranr resultados. Liderar é saber lidar com mudanças e o comportamento do líder é previsto e emitido de acordo com a maturidade dos seus liderados.

Uma das teorias referência na contemporaneidade diz respeito à liderança situacional, desenvolvida por Hersey e Blanchard (1986). A teoria situacional propõe a manutenção em um foco maior, que é a habilidade do líder em gerenciar o conhecimento dentro das organizações. Baseia-se numa inter-relação entre a quantidade de orientação e direção que o líder oferece e a quantidade de apoio socioemocional dado pelo líder a partir do nível de prontidão dos liderados para a execução de uma tarefa, função ou objetivo particular. Nesse estilo de liderança define-se a maturidade, na capacidade e vontade dos indivíduos de assumir a responsabilidade de guiar seu próprio comportamento, pois, não existe um único modo de influenciar as pessoas. O estilo de liderança a ser adotado depende do nível de maturidade da equipe que o líder almeja influenciar.

Para os autores, para cada estilo de liderança há uma combinação de comportamentos que envolve tanto a tarefa quando o relacionamento, o que significa estabelecer objetivos e definir os papéis de acordo com o nível de maturidade da equipe.

Isso inclui a dosagem certa de direção e apoio, como em “determinar” para quando a maturidade é baixa, “persuadir” para maturidade entre baixa e moderada, “compartilhar” para maturidade entre moderada e alta e “delegar” para maturidade alta.

Para Duarte e Papa (2011) não é mais possível manter os velhos padrões de liderança, uma vez que o mundo contemporâneo está em busca constante pela competitividade e efetividade da organização no mercado atual. É imprescindível, diante desta realidade, que o líder consiga identificar e diagnosticar situações adversas, estando preparado para trabalhar junto à sua equipe, conhecendo a instituição e sabendo a quem recorrer nas situações mais complexas. O papel do líder é ajudar no que for preciso e promover a todos os colaboradores a direção, o treinamento, o apoio e o incentivo nas metas, podendo propor melhorias nas habilidades, motivação e autoestima de seus liderados. Seu objetivo é proporcionar condições no ambiente de trabalho para que os membros de sua equipe se tornem cada vez mais autossuficientes, autodirigidos e auto motivados.

Corroborando com a ideia dos autores citados anteriormente, Banov (2011) aponta para a situação em que diante da dinamicidade do mercado, não há como definir um único tipo de liderança ou características que sejam válidas para todas as situações. “Quando se fala em liderança, são três fatores que devem ser levados em consideração: o líder, o grupo e a situação” (p.33). Para a autora, a situação irá determinar qual atitude/comportamento deverá ser adoto pelo líder e qual será o papel que ele irá desempenhar. O líder deve ser treinado para desempenhar qualquer estilo de liderança que possibilite a ele se adequar às necessidades tanto do grupo, quanto da situação. Essa postura faz com que os líderes desempenhem um papel que irá fortalecer a eficácia dos indivíduos, dos grupos e das organizações, podendo ele ser agente do sucesso ou do fracasso organizacional.

Simões e Fávero (2003) conceituam o tema liderança com relação às características e habilidades presentes nos indivíduos que se apresentam como líderes, diferenciando-os por estilos comportamentais a partir da valorização dos aspectos situacionais, que se torna cada vez mais urgente a necessidade de enfrentar as mudanças, de serem criadas novas perspectivas de trabalho, com aquisição de novos conhecimentos e habilidades, a fim de que o enfermeiro apresente um melhor desempenho de suas funções.

Galvão, Trevizan, Sawada e Coleta (1998) apresentam o conceito básico da liderança como sendo uma multiplicidade de estilos de liderança que devem se adequar a toda e qualquer situação. Neste modelo, a ênfase recai sobre a análise do comportamento do líder em relação ao nível de maturidade de seus liderados, levando em consideração a individualidade frente a uma tarefa específica. Os mesmos autores trazem uma pesquisa que apontam para a necessidade do preparo do enfermeiro-líder, promovendo um estilo de liderança baseado nas variáveis ambientais e individuais. Esta é uma condição básica para que esse profissional promova mudanças na prática do dia-a-dia de sua equipe e com isso traga melhorias na qualidade do suporte prestado ao paciente, ajustando os objetivos organizacionais com as necessidades do pessoal de enfermagem. Isso só é possível, de acordo com esta pesquisa, se o embasamento teórico sobre as diferentes teorias relacionadas aos estilos de liderança for entendido como aliado a prática do líder, ou seja, é essencial a compreensão dessas variáveis para a capacitação desse profissional.

A liderança institui-se em uma das situações fundamentais para a o exercício do trabalho do enfermeiro. É indispensável que o enfermeiro-líder direcione suas ações de forma eficaz, alcançando os resultados esperados tanto pela organização quanto pela equipe de trabalho. A influência sobre os outros só acontecerá quando a confiabilidade do líder for reconhecida por seus liderados e dependerá do seu esforço próprio pela busca de conhecimento, aprimoramento das habilidades técnicas, no relacionamento interpessoal e na solução de problemas. São esses aspectos que o aprendizado da liderança deve contemplar, pois são competências essenciais para que suas expectativas e de seus liderados sejam atendidas e para que seus colaboradores tenham condições para desempenhar seu trabalho. Conseguir alcançar esses anseios ocorre por meio da obtenção de conhecimentos, habilidades e atitudes que fará a diferença na forma como se administra sua equipe, unidades de serviços e nas organizações. A busca pela construção de um referencial para estabelecer formas eficazes diante das diversas situações envolve o dia-a-dia profissional e somente a partir dessa busca interna que o líder terá incentivo para direcionar a equipe para a realização dos objetivos organizacionais (BALSANELLI, CUNHA, FELDMAN & RUTHES, 2011).

Sousa e Barroso (2009) afirmam que liderança é uma função gerencial do enfermeiro do qual depende o seu exercício efetivo e o desenvolvimento de sua equipe. O exercício da liderança torna-se relevante para uma boa gestão da equipe, motivando-os e convencendo-os a trabalhar para o bem de todos, cuidando de si e do paciente. A sinceridade e a empatia são características que devem estar presentes no dia a dia do trabalho da equipe de enfermagem para que ocorra a conservação de relacionamentos saudáveis dentro da equipe de trabalho, representam, em sua instância maior, o ato de cuidar das relações humanas.

A liderança para o cuidado é baseada na liderança pelo cuidado, podendo o líder influenciar as atitudes por meio de suas falas e atitudes, possibilitando a seus liderados a oportunidade para que consigam dar o melhor de si. Esse envolvimento requer antes de qualquer coisa, que o próprio líder faça suas escolhas no processo de liderar, dando o primeiro passo no sentido de auxiliar sua equipe por meio do cuidado com aqueles que ele lidera. O cuidar na área da enfermagem possui um sentido único e vital, promovendo no outro um comportamento que lhe possibilite enxergar a necessidade e a importância de cuidar de si mesmo para que consigo cuidar do outro.

Para se desenvolver uma boa liderança, Balsanelli, Feldman, Ruthes e Cunha (2011) afirmam que o conhecimento da visão estratégica da organização é essencial, pois saber qual é a missão, visão e quais as crenças e valores da empresa, ajudará no entendimento da orientação adotada. O papel do líder é essencial para que a equipe de enfermagem tome ciência dos conceitos e projetos que a empresa está procedendo a fim de propor mudanças e trabalhar para a implementação de um atendimento eficaz. A administração de equipes, de conflitos e o aperfeiçoamento institui-se em uma das atividades praticadas no cotidiano pelo líder, que garante e eficácia nas ações dessas características.

Ainda de acordo com os autores, o enfermeiro deve buscar conhecimentos teóricos que facilitem acolher opiniões de pessoas de sua confiança, agindo com ética e sensatez, exercendo suas relações de poder alicerçada no embasamento científico, policiando para

não praticar autoritarismo e garantir a participação de todos no processo de liderança é uma das metas a ser atingida. Portanto, é necessário algumas habilidades como: busca para que a equipe desempenhe suas atividades harmonicamente, envolver todos os colaboradores na gerência da unidade e/ou departamento, aproveitar os momentos de crise para rever condutas, planejar para que os objetivos sejam alcançados, conhecer as técnicas do planejamento estratégico, tático e operacional, ter visão sistêmica e capacidade de análise, conhecer o que está ocorrendo no ambiente externo da instituição, tomar decisões com base nos princípios éticos, não se deixar agir pela emoção e usar de justiça e equidade na resolução de problemas. Para executar todas essas habilidades, é preciso que o enfermeiro tenha características atitudinais que possibilite a aplicação da liderança destacando-se a agilidade de raciocínio, bom humor, autoconfiança, empatia e adaptabilidade.

Há uma transformação social vivenciada principalmente pela aquisição de novas tecnologias e dos avanços na área da saúde, mas esta realidade ainda não é capaz de superar ou suprir a necessidade da utilização do capital humano para se atingir as metas e objetivos de uma organização de saúde, assim, os indivíduos continuam sendo o bem mais valioso, uma vez que é o enfermeiro que traz em sua essência o contato com o outro, a arte de cuidar, transformando o ambiente em algo mais aprazível para aqueles que se encontram hospitalizados.

A importância de um bom gerenciamento das equipes de enfermagem, preocupando-se com quem cuida, trabalhando de forma assertiva a resolução de conflitos trazem o equilíbrio necessário para nortear a atuação dos enfermeiros com ética e bons resultados no exercício profissional. Orientar novas condutas, incentivar participação de seus pares na construção de planos e projetos que inspirem os profissionais da saúde, somente é possível se houver um enfermeiro líder capaz de trabalhar com os membros de sua equipe gerando plena satisfação profissional (BALSANELLI & CUNHA, 2005).

O sucesso do trabalho da equipe de enfermagem torna-se ainda mais importante quando se leva em consideração que o foco principal de sua ação é o cuidado deve ser a principal preocupação para com a vida humana. Essa premissa traz como responsabilidade para aqueles que assumem um papel de liderança a necessidade de ter líderes capacitados e que adotem comportamentos que os levem a conduzir de forma assertiva e empática um maior número de trabalhadores, gerando confiança mútua com ações de respeito e acolhimento de seus liderados.

Transformar o ambiente de trabalho passa primeiramente pela adoção de um perfil de liderança coerente com a realidade e o empoderamento de seu lugar na transformação no modo de agir de seus liderados. O desafio daqueles que assumem a função de supervisão dentro do serviço de enfermagem inclui um processo de contínuo aprendizado e que deve alinhar ao conhecimento do perfil individual de seus colaboradores e do ambiente no qual o trabalho é executado, colaborando para que os hospitais alcancem seus objetivos no cuidado com o paciente por meio de profissionais de saúde capazes de ampliar seu cuidado com o outro. (RIBEIRO, SANTOS & MEIRA, 2006). Portanto ao considerar a importância do desenvolvimento de um estilo comportamental para o enfermeiro líder,

esta pesquisa buscou identificar qual o perfil comportamental adotado pelos profissionais de liderança da área de enfermagem de um hospital de atendimento misto (público e particular) da região do Sul de Minas Gerais. Para isso, buscou-se entender o estilo de liderança adotado a partir da auto percepção dos líderes e da percepção dos liderados em relação as atitudes e comportamentos apresentados pelos líderes, relacionando os resultados obtidos, a fim de verificar a existência de coerência entre a forma como o líder se percebe e a percepção de seus liderados.

1. Métodos

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e com metodologia quantitativa para análise dos dados.

1.1 Participantes

Participaram desta pesquisa, um total de 116 funcionários, sendo 28 líderes de ambos os sexos que exercem a função de liderança, 88 técnicos e auxiliares que são subordinados a estes líderes e que atuam no setor de enfermagem de um hospital escola, nos mais diferentes setores e que atende tanto o Sistema Único de Saúde (SUS) quanto particular, situado no sul de Minas Gerais, na cidade de Pouso Alegre.

1.2 Instrumentos

Utilizou-se de dois instrumentos desenvolvidos pela autora, sendo: um Questionário Socioeconômico que buscou avaliar o perfil social dos participantes como faixa etária, sexo, estado civil e tempo atuação na empresa para todos os participantes. Para os líderes, o questionário continha também perguntas a respeito da sua atuação, capacitação e do cargo. O outro instrumento utilizado foi um Inventário de Avaliação de Perfil Comportamental para líderes, com 29 perguntas objetivas e diretivas baseadas na teoria de Hersey e Blanchard (1986), cujo os aspectos comportamentais avaliados foram dentro de 4 fatores que correspondem a: 1) Determinar/Direção; 2) Persuadir/Busca desenvolvimento próprio e incentiva o desenvolvimento e motivação da equipe; 3) Compartilhar/Apoio; 4) Delegar/Incentivo ao trabalho em equipe e cooperação mútua. Os itens do inventário foram avaliados em uma escala de 1 a 3, sendo 1 -característica não desenvolvida, 2 - característica parcialmente desenvolvida e 3 - característica totalmente desenvolvida.

1.3 Procedimentos éticos

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Sapucaí conforme CAAE 55619116.2.0000.5102, em 28/04/2016. Os funcionários participantes da equipe de enfermagem assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como requisito para participação na pesquisa conforme preconiza a Resolução do Conselho Nacional de Saúde No 466/12.

1.4 Coleta e Análise de Dados

O inventário foi aplicado de forma individual e coletiva no próprio posto de trabalho da enfermagem no hospital, em horário combinado com os funcionários e com o líder responsável de cada setor. Para aplicar o questionário os participantes foram instruídos a lerem as 29 características do líder e marcar um "X" a frente de cada pergunta, indicando qual nível se identifica mais ao perfil do líder ao qual está subordinado. Para os líderes, a resposta foi direcionada conforme a auto percepção de si mesmos e para os liderados, a resposta foi conduzida conforme sua percepção em relação ao perfil de seu líder.

Os questionários foram corrigidos e digitados em software SPSS versão 22 e submetido à análise comparativa no Excel, em formato de tabelas.

2. Resultados e Discussão

O perfil social dos participantes demonstra que a maioria (43,6%) dos liderados se encontram na faixa etária de 20 a 30 anos, prevalecendo o sexo feminino com 84,2%, sendo solteiros 49,5% e 47,5% com mais de 5 anos de tempo de atuação na empresa. Quanto aos líderes, a faixa etária predominante é de 30 a 40 anos com 57,1%, prevalecendo o sexo feminino com 85,7%, sendo que 50,0% são casados e 85,7% tem mais 5 anos de tempo de atuação na empresa. Em relação ao tempo de atuação na posição de liderança 35,7% atuam há mais 5 anos e 53,6% lideram um número de até 5 subordinados. 100% dos líderes responderam que gostam de atuar na liderança e 96,4% responderem que se tornar líder foi uma escolha pessoal. A maioria, 82,1% relatam que receberam treinamento para assumir a liderança, 96,4% recebem apoio da empresa/diretoria respaldando seu processo de liderança. 92,9% responderam que a empresa onde trabalham investe em treinamento e/ou reciclagem.

Nota-se um grau de maturidade maior no perfil da liderança, principalmente no que se refere à idade. É uma amostra que apresentou um maior período de experiência tanto na empresa quanto na atuação como líder.

Nos gráficos 1 e 2, são demonstradas as análises comparativas encontradas entre as respostas dos questionários respondidos pelos líderes, que trazem a auto percepção sobre sua atuação como líder e a percepção dos liderados sobre o comportamento de seus líderes. As respostas foram agrupadas e os gráficos apresentam os quatro estilos de liderança apontados por Hersey e Blanchard (1986), conforme mostradas a seguir:

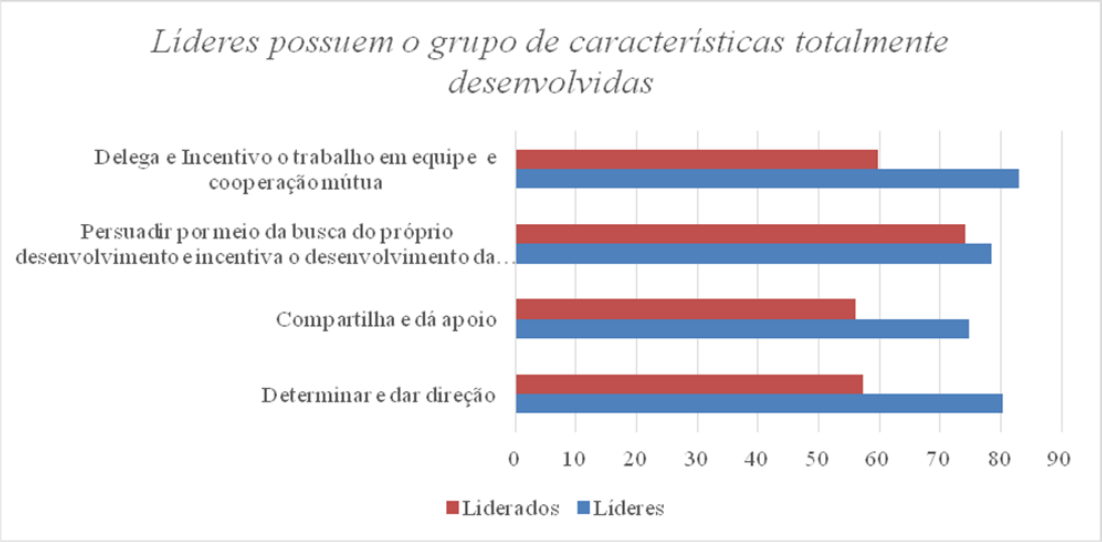


Gráfico 1. Comparação da percepção dos líderes e de seus liderados quando a compreensão dos grupos de comportamento direcionados a cada estilo de liderança

Os resultados, apontados no gráfico 1, demonstram a avaliação dos líderes diante dos quatro estilos de liderança: delegar, persuadir, compartilhar e determinar propostos por Hersey e Blanchard (1986). As respostas apontam para os percentuais referente às características, dentro de cada um dos estilos propostos e que são percebidos pelos próprios líderes e por seus liderados como totalmente desenvolvidos. 80,35% dos líderes consideram que seu estilo de liderança está voltado determinar e dar direção, estilo adequado quando se trabalha com equipes de maturidade baixa.

Lourenço e Trevizan (2002), afirmam que o trabalho do enfermeiro se caracteriza por uma série de atividades em diversas situações e abrange a coordenação da assistência prestada pelos colaboradores que apresentam diferenças individuais. Entende-se que se o enfermeiro líder demonstrar flexibilidade de estilos de liderança, adaptando seu comportamento à situação e à maturidade de sua equipe, poderá exercer uma liderança eficaz. Desta forma estes profissionais apresentam facilidade para trabalhar com liderados com níveis moderados de maturidade, mas podem apresentar dificuldade em trabalhar com grupos imaturos, bem como com grupos competentes de alta maturidade, pois apresentam dificuldade em delegar.

Somente 57,25% dos liderados percebem seus líderes dentro deste estilo. No estilo *compartilhar*, que é direcionado a equipes com moderada a alto grau de maturidade, 74,82% líderes apontaram se encaixarem neste perfil e somente 56,05% dos liderados os percebem com essas características. Nas características relacionadas ao estilo *persuadir*, que busca desenvolvimento próprio e incentiva o desenvolvimento e motivação da equipe, estilo direcionado a equipes com baixa a moderada maturidade, 78,5% dos líderes se classificam neste grupo de comportamentos e 74,2% dos liderados avaliam seus líderes

com este perfil. O segundo perfil que obteve mais discrepância entre a percepção do líder e a de seus liderados foi o estilo *delegar* que incentiva o trabalho em equipe e a cooperação mútua que é adequada para equipes com alto nível de maturidade, 82,9% dos líderes se percebem neste estilo e somente 59,68% dos liderados percebem seus líderes neste padrão de comportamento.

Diante do exposto, percebe-se que o enfermeiro na instituição hospitalar, muitas vezes por falta de referenciais sobre liderança, acaba utilizando um "jeito próprio" de coordenar a equipe de trabalho, desconsiderando, muitas vezes, o ambiente, a situação e o papel ativo do liderado.

Para transformar-se em um líder eficaz, é necessário compreender o que é liderar e demonstrar auto percepção adequada para que possa desenvolver essa capacidade. O enfermeiro líder deve buscar o seu desenvolvimento por meio de um referencial teórico sobre como atuar situacionalmente para que possa se tornar um líder eficaz e um agente de transformações (LOURENÇO & TREVIZAN, 2002).

Gráfico 2. Comparação da percepção dos líderes e de seus liderados quando a compreensão dos grupos de comportamento direcionados a cada estilo de liderança.

Os resultados obtidos no gráfico 2 apontam para as características pessoais do líder que se encontram parcialmente desenvolvidas. No estilo *direção*, 18,75% dos líderes responderem possuir comportamentos que definem ser este o seu estilo de liderança. De acordo com os liderados, 39,5% ainda precisam trabalhar o desenvolvimento desses comportamentos, pois os mesmos ainda se encontram parcialmente neste estilo. No estilo *compartilhar*, 25,18% consideram que possuem os comportamentos parcialmente desenvolvidos e

38,13% relatam que eles se enquadram parcialmente neste estilo. No estilo *persuadir* por meio da busca de desenvolvimento próprio e incentivo ao desenvolvimento e motivação da equipe, 21,5% dos líderes responderam que se auto percebem com as características parcialmente desenvolvidas neste estilo e 23,6% de seus liderados relatam que seus líderes possuem as características parcialmente desenvolvidas neste perfil. 17,1% dos líderes responderam que incentivam o trabalho em equipe e a cooperação mútua parcialmente contra 33,84% dos liderados.

Nesta situação, para transformar-se em um líder eficaz é preciso compreender como sua liderança é percebida, qual sua percepção sobre seu estilo de liderar e de como poderá desenvolver e amadurecer as competências necessárias para a aplicação de um estilo de liderança adequado à sua equipe. Ter a percepção de seu papel é fundamental para que o enfermeiro líder possa desenvolver no cotidiano a habilidade de liderar, porém, vale ressaltar que considerar-se líder, não é sinônimo de liderar efetivamente uma equipe. Desenvolver habilidades de vivências práticas de como gerenciar e administrar um grupo, envolve uma percepção de si mesmo que pode favorecer um relacionamento no qual os enfermeiros estejam receptivos ao diálogo e à diversidade de opiniões, desenvolvendo uma característica essencial no exercício da liderança, que é o saber ouvir (EDILÂNIA, ROSÂNGELA & SOLANGE, 2010).

Portanto encontrou-se nos resultados da pesquisa o relato de um processo auto perceptivo que tendem a ser mais positiva e melhor avaliado, no que se refere a presença de características e competências classificados como totalmente desenvolvidas nos quatro estilos de liderança propostos por Hersey e Blanchard. Este percentual cai significativamente em relação aos líderes que se auto avaliaram como possuindo essas características e competências parcialmente desenvolvidas. O percentual de líderes que se auto percebem não possuindo os comportamentos que descrevem os estilos de liderança encontra-se entre 2% a 6%.

Nota-se discrepância entre a auto percepção dos líderes e a percepção de seus liderados sobre os estilos de liderança adotados. Esta discrepância mostra-se mais atenuada no estilo delegar que envolve uma equipe de trabalho com grau alto de maturidade. O estilo que obteve maior grau de concordância entre as partes foi o persuadir, que envolve a busca do desenvolvimento próprio e incentivo do trabalho em equipe, envolvendo uma equipe com maturidade entre baixa e moderada.

Para mais de 70% dos líderes seus comportamentos e atitudes estão totalmente desenvolvidas em quase todos os estilos de liderança propostos por Hersey e Blanchard, mas nota-se o não alinhamento nas respostas quando comparado à percepção de seus liderados. Para os líderes, o perfil de liderança está bem desenvolvido em relação ao cargo de supervisor de enfermagem, demonstrando uma avaliação muito positiva de si mesmo.

Segundo a percepção dos liderados, as perguntas respondidas como sendo característica parcialmente desenvolvida foram: sabe motivar a equipe, entendendo as situações e orientando para o bom resultado; investe na capacitação de seus funcionários; estimula seus funcionários a buscarem novos conhecimentos e aplicá-los no trabalho.

As perguntas respondidas como sendo característica totalmente desenvolvidas foram: demonstra capacidade para se colocar no lugar do outro de forma verdadeira; demonstra paciência diante das situações adversas; é dedicado ao trabalho, demonstrando interesse nas suas atividades; promove continuamente o trabalho em equipe e a união de todos; consegue ouvir os seus liderados de forma assertiva; demonstra total domínio técnico da sua área de atuação; sua formação profissional está adequada ao cargo; consegue se adaptar a situações difíceis lidando adequadamente com as frustrações; possui visão ampla do trabalho, propondo ações que facilitem o trabalho da equipe; consegue estabelecer prioridades, garantindo o resultado do trabalho; sabe motivar a si mesmo; informa e envolve a equipe em todas as situações relacionados ao trabalho e aos resultados; Incentiva constantemente o desempenho da equipe e a qualidade do trabalho; demonstra flexibilidade para lidar com os funcionários e as situações do dia a dia; identifica os pontos fracos e dificuldades da equipe, propondo ações para corrigi-las; demonstra equilíbrio emocional; possui autonomia para tomar decisões; reconhece as particularidades de cada membro da equipe, sabendo atuar de acordo com as expectativas e necessidades de cada um; reconhece as particularidades de cada membro da equipe, sabendo atuar de acordo com as expectativas e necessidades de cada um; partilha seu saber (conhecimentos técnicos) com os demais membros da equipe; é sensível as dificuldades de seus funcionários, buscando ajuda-los sempre que possível; Incentiva às relações sociais dentro da equipe; estimula e apoia a equipe no alcance dos objetivos da empresa; demonstra humildade para reconhecer suas dificuldades e busca apoio para superá-las; age prontamente frente às situações; dá autonomia para a equipe para que possam participar das decisões; mostra-se auto motivado.

Portanto, percebe-se a necessidade de se desenvolver uma metodologia de treinamento e capacitação da liderança, que aprimore os comportamentos delineados pelos líderes de maneira a alinhá-los com a realidade percebida por seus liderados, uma vez que se nota o desalinhamento no que se refere à percepção de seus liderados sobre a forma como os líderes se comportam perante o papel de liderança proposto com o comportamento avaliado por meio da auto percepção dos líderes.

Considerações Finais

Observa-se por meio da análise das características do comportamento dos líderes em relação a si e a visão de seus liderados, que o grau de sinergia esta intrinsecamente associado à capacidade da liderança como referência. Uma equipe motivada por uma comunicação efetiva e bem direcionada tende em última instância, a obter melhores resultados e conseguir atingir as metas e objetivos comuns. Quando os líderes são indutores no processo comunicação e consegue gerar empatia no grupo, tendem a surgir liderados com atitudes proativos, no que se refere as atribuições não vigiadas, ou seja, aquelas em que o liderado cria por si soluções imediatas para situações-problemas dentro do ambiente de trabalho na organização.

Quando o poder é determinado de forma vertical, ou imposta de forma que vise somente atender as demandas de uma meta setorial, sem a interação do grupo, surgem

dissipações de autoridade, dificultando o processo de trabalho em equipe. Nota-se que em grupos de liderados, que possuem as diretrizes bem claras e estabelecidas, surgem focos de autonomia, com delegação de tarefas, e há o aumento da participação efetiva dos liderados, dentro de um quadro de valorização do indivíduo perante ao grupo, aumentando assim a cooperação entre todos.

Portanto, a coerência entre a maturidade da equipe e o alinhamento das respostas sobre a atuação da liderança, encontra-se desajustada no que se refere ao total desenvolvimento da característica do líder, pois, há uma autovalorização de si mesmo em relação aos atributos de seu trabalho e perfil comportamental.

Sendo assim, destaca-se a importância de capacitar e desenvolver as equipes de liderança, a fim de que possam receber treinamento focado no desenvolvimento humano, tendo como alcance a saúde do trabalhador e não somente a do paciente em questão. Pois, para cuidar do outro, todos precisam de cuidado. Entender esse outro, aprendendo a ouvir e esclarecer as dúvidas da equipe, favorecerá para um resultado mais alinhado entre o que o líder acha dele mesmo e o que os liderados acham de seus líderes.

A empatia, motivação e a capacitação é fundamental no processo de liderança, pois, saber se colocar no lugar do outro, de forma sincera e verdadeira, aumentará a autoestima e a valorização do trabalhador, alinhando as percepções de toda a equipe de enfermagem para que tenham opiniões comuns acerca da atuação do líder. Portanto, está pesquisa pode ser utilizada pela instituição para direcionar, de forma efetiva, seu processo de treinamento direcionado e focado nas características específicas que precisam se desenvolver dentro das equipes de liderança, para então alcançar o sucesso, os objetivos e a qualidade de vida no trabalho da enfermagem.

Pôde-se perceber que não existe um estilo ideal de líder. É necessário ter flexibilidade para lidar com diferentes tipos de pessoas, personalidades e grupos de trabalho, pois somente assim haverá uma percepção positiva de seus liderados. Cada equipe demanda um tipo de postura da liderança e entender qual é a necessidade de cada um, as dificuldades e conhecimentos individuais, facilitará muito a atuação do supervisor de enfermagem no âmbito hospitalar.

Ter equilíbrio emocional para se adaptar as diversas situações de conflitos e ser proativo na resolução de problemas é uma das características comportamentais fundamentais para atuar como líder. Tendo isto, a equipe se sentirá valorizada e reconhecida. Outro ponto positivo é a devolutiva a respeito do trabalho de ambos, para assim saber o que precisa melhorar ou o que está bem desenvolvido no trabalho da equipe. Tendo essas características as respostas estarão alinhadas entre a percepção de si mesmo com as de seus liderados e os objetivos comuns serão alcançados com êxito.

Referências Bibliográficas

BALSANELLI, Alexandre Pazetto; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. **Liderança no contexto de enfermagem.** Rev Esc Enferm USP. 2006.

BALSANELLI, Alexandre Pazetto; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm; FELDMAN, Liliane Bauer; RUTHES, Rosa Maria. **Competências gerenciais:** desafio para o enfermeiro. 2. Ed. São Paulo: Martinari. 2011.

BANOV, Márcia Regina. **Psicologia no gerenciamento de pessoas.** (2. ed.). São Paulo:Atlas. 2011.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança:** a administração do sentido. Revista de Administração de Empresas, *34* (3), 102-114.1994.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **O Líder Eficaz.** (1ª. ed). São Paulo: Atlas. 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas:** transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005.

DE SOUSA, Leilane Barbosa; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. **Reflexão sobre o cuidado como essência da liderança em enfermagem.** Reflexão, *13* (1), 181-187. 2009.

DUARTE, Giselle Aparecida; PAPA, Adriana Cássia. **A utilização da liderança situacional como diferencial estratégico para as organizações comtemporâneas.** Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 4* (3), 364-377. 2011.

GALVÃO, Cristina Maria, TREVIZAN Maria Auxiliadora, SAWADA, Namie Okino & COLETA, José Augusto Dela. **Liderança situacional:** estrutura de referência para o trabalho do enfermeiro-líder no contexto hopitalar. Rev.latino-am.enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 81 90. 1998.

HERSEY, Paul; BLANCHARD, Kenneth. **Psicologia para administradores:** a teoria e as técnicas da Liderança Situacional. (E. A. Royer, trad.). São Paulo: EPU. 1986.

KANAANE, Roberto. **Comportamento humano nas organizações:** o homem rumo ao século XXI. (2ª ed). São Paulo: Atlas. 2011.

LACOMBE, Francisco. **Recursos humanos:** princípios e tendências. (2. ed.). São Paulo: Saraiva. 2011.

LOURENÇO, Maria Regina; TREVIZAN, Maria Auxiliadora. **Liderança situacional:** análise de estilo de enfermeiros-líderes. Acta Paul. Enf., v.15, n.1, p.48-52, 2002.

DA LUZ, Edilânia Donizete, DA SILVA, Rosângela Ferreira & AVELAR, Solange de Andrade. **Percepção do Enfermeiro sobre seu Papel no Exercício da Liderança.** Revista Enfermagem Integrada – Ipatinga: Unileste-MG-V.3-N.1-Jul./Ago. 2010.

RIBEIRO, Mirtes, DOS SANTOS, Sheila Lopes, & MEIRA, Taziane Graciet Balieira Martins. **Refletindo sobre a liderança em enfermagem.** *Reflexão, 10* (1), 109 - 15. 2006.

ROBBINS, Stephen. **Comportamento Organizacional. (**11. ed., R. Marcondes, trad.). São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2005.

SIMÕES, Ana Lúcia de Assis; FÁVERO, Neide. **O Desafio da liderança para o enfermeiro.** Rev Latino-am Enfermagem; 11(5):567-73. 2003.

A RELAÇÃO ENTRE AFETIVIDADE MÃE-FILHO NOS ANOS INICIAIS E A PREDISPOSIÇÃO A DELIQUÊNCIA

SARAH RISSATTI DO PRADO LAVARINI[1], RITA HELENA REZEK NASSAR[2]

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
sarah_lavarini@yahoo.com.br[1], rhrezek@hotmail.com[2]

Resumo. *O presente artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica que teve por objetivo investigar, sob a ótica da psicanálise, as relações afetivas entre mãe e filho nos* primeiros *anos de vida da criança e a importância dessas relações para o desenvolvimento posterior da personalidade e também para o surgimento de comportamentos antissociais na juventude. Verificou-se que, mesmo não se tratando de causalidade, os traços de personalidade herdados das relações nos anos iniciais da vida poderão influenciar as escolhas que o indivíduo fará ao longo de sua existência, inclusive no que diz respeito a comportamentos antissociais e violência.*

Palavras-Chave. *Afetividade. Delinquência Juvenil. Psicanálise.*

Abstract. *This article consists of a literature review that aimed to investigate the perspective of psychoanalysis, the affective relations between mother and child in the early years of children's lives and the importance of these relationships for the further development of the human being and also to the emergence of antisocial behavior in youth. It was found that, even if it is not causality, personality traits inherited from the relationship in the early years of life may influence the choices that individuals make throughout his life, including with regard to antisocial and violent behavior.*

Keywords. *Affectivity. Juvenile Delinquency. Psychoanalysis.*

1. A relação entre afetividade mãe-filho nos anos iniciais e a predisposição à delinquência

De acordo com o Vocabulário da Psicanálise (1967):

> Afeto exprime qualquer estado afetivo, penoso ou desagradável, vago ou qualificado, quer se apresente sob a forma de uma descarga maciça, quer como tonalidade geral. Segundo Freud, toda pulsão se exprime nos dois registros do afeto e da representação. O afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas variações (LAPLANCHE; PONTALIS, 1967, p. 34).

Nesta definição, aparecem diversos conceitos que indicam o caminho que pode ser seguido para se compreender a noção de afetividade na perspectiva psicológica. São eles: terminologia psicológica, estado afetivo, pulsão e energia pulsional. Mesmo sendo incompleta, essa apresentação feita pelo vocabulário referido é aqui tomada como o ponto de partida para o desenvolvimento da temática deste artigo. Assim, a afetividade está relacionada a uma série de fenômenos psicológicos que, dentre outros, envolvem diversas pulsões, tais como auto-cuidado, desejo de se ligar ao outro, desejo sexual, prazer, raiva, medo. Essa é a primeira pontuação que pode ser feita sobre esse conceito.

Tratando da afetividade, Bock, Furtado e Teixeira (2007, p. 189) destacam que “são nossos afetos que dão colorido especial à conduta de cada um e às nossas vidas. Eles se expressam nos desejos, sonhos e fantasias, expectativas, nas palavras, nos gestos, no que fazemos e pensamos. É o que nos faz viver." Destacando que os afetos seriam aquilo que faz o ser humano viver, esses autores destacam que, dada a importância da vida afetiva, ela deve necessariamente ser objeto de estudo da psicologia e também dos psicólogos.

Desenvolvendo suas reflexões sobre a importância da psicologia ter como objeto de estudo a vida afetiva Bock, Furtado e Teixeira (2007, p.190) fazem estas afirmações:

> Nossas expressões não podem ser compreendidas se não considerarmos os afetos que as acompanham. E, mesmo os pensamentos, as fantasias - aquilo que fica contido em nós - só têm sentido se sabemos o afeto que os acompanham. Por exemplo, aquela idéia de que o melhor amigo irá se sair mal em uma competição, só adquire sentido quando descobrimos que sua origem está na inveja que se tem dele. O Psicólogo, em seu trabalho não pode deixar de lado esse aspecto constitutivo da subjetividade - a vida afetiva - e estudar apenas a vida cognitiva e racional dos indivíduos. Agindo assim, certamente não irá compreendê-los em sua totalidade.

Em concordância com as considerações feitas acima, Dalgalarrondo (2008) também destaca que a vida afetiva diz respeito a uma dimensão do psiquismo humano a qual confere cor, brilho e calor a todas as vivências humanas. Esse autor destaca ainda que, se não fosse à afetividade, a vida mental seria um terreno vazio e sem sabor. Contudo, esse pesquisador destaca que afetividade é um conceito bastante genérico e que está relacionado a várias tonalidades de vivências, as quais envolvem o humor, as emoções e os sentimentos.

2. A vida afetiva humana e a vida racional

Discorrendo sobre a relação entre afetos e razão, Pinto (2005) destaca que se tornou comum na cultura ocidental acreditar que a natureza psicológica humana estaria dividida em duas partes: a racional e a afetiva. Nessa divisão, feita com frequência, a afetividade seria contrária à razão. Ou seja, o mundo afetivo seria uma parte do ser humano que não combinaria com a sua parte racional. Nesse sentido, os afetos não somente seria uma realidade muito diferente da razão como poderiam até mesmo atrapalhar a vida racional. Nesse modo de se ver o ser humano, uma coisa seria aquilo que ele pensa, outra bem diferente seria o que ele sente afetivamente. Razão e afeto, nessa crença, seriam coisas diferentes e que não combinariam. O ser humano seria então uma realidade dividida, composta por duas partes: racional e afetiva.

Confirmando os apontamentos de Pinto (2005), Loos e Sant'Ana (2007) também indicam que tornou-se comum acreditar que os afetos e a razão seriam realidades diferentes e que não combinariam. Sendo que os afetos poderiam até mesmo atrapalhar o raciocínio e a tomada de decisões acertadas. Ou seja, os afetos atrapalhariam o pensamento. Assim, por exemplo, não seria uma boa atitude tomar decisões em estados onde a afetividade estivesse presente.

Por outro lado, contrariando o modo de pensar do senso comum, Loos e Sant'Ana (2007) apontam que, nos dias de hoje, um novo modo de pensar o ser humano tem aparecido. Nesse sentido, o homem já não é visto mais como uma realidade dividida entre afetos e razão. Atualmente, segundo esses autores, a natureza humana tem sido vista como sendo formada pela razão e pela afetividade.

3. As relações afetivas e a família

Ao se falar da importância das relações afetivas para o desenvolvimento do ser humano, é de grande importância que se fale da família, pois ela é uma instituição fundamental em nossa sociedade. Confirmando essa idéia, Zuanazzi e Sei (2014) comentam que os grupos familiares desempenham um importante papel para o indivíduo e sociedade. Desse modo, destacam esses autores que a família desempenha a importante função de ser um dos agentes que irão preparar seus membros e ser uma peça chave a auxiliar no processo de internalização de valores e também das crenças que estão presentes no meio cultural e social no qual o indivíduo vive e se desenvolve. Por essa razão, a família, nesse modo de se considerá-la, atua como uma mediadora entre a pessoa e a sociedade.

Um fator que está implicado nos contatos que se dão no ambiente familiar são as relações afetivas. Zuanazzi e Sei (2014) e Rohenkohl e Castro (2012) destacam que as relações afetivas estabelecidas na família constituem um elemento de destacada importância para o desenvolvimento infantil. É a partir dos contatos afetivos tidos pela

criança em seu meio familiar que ela irá aprender as diferentes formas de ver o mundo, e também, a construir as relações sociais que irá desenvolver ao longo de sua vida.

Também tratando da importância da família como elemento essencial para o desenvolvimento humano, Dessen e Polônia (2007) destacam que as experiências familiares criam a oportunidade para que se dê a formação de um conjunto de comportamentos e de ações. Outro aprendizado importante para a criança no contexto familiar é o da resolução dos problemas que irá encontrar ao longo de sua vida, pois esses ensinamentos são passados para ela pelas figuras que fazem parte de sua família. Eles dizem respeito, por exemplo, ao autocuidado, aos cuidados com a higiene, com a alimentação, com a satisfação das necessidades fisiológicas.

Como apontam Zuanazzi e Sei (2014), Rohenkohl e Castro (2012) e Dessen e Polônia (2007) o grupo familiar pode ser pensado como um espelho no qual a criança que está em desenvolvimento aprende a se ver e, com isso, adquire valores e referências para aprender a lidar consigo mesma, com os outros e também com a sociedade.

3.1 As relações afetivas mãe-bebê e o desenvolvimento humano

De acordo com Maciel e Rosemburg (2006) a personalidade é o que existe de mais básico quando se pensa no comportamento dos seres humanos. Ou seja, há uma forte e inseparável relação entre as características da personalidade de uma pessoa e o modo como ela se comporta. Mas, como destacam esses autores, a criança, quando nasce não tem ainda uma personalidade formada e nem um conjunto de comportamentos que lhes sejam próprios. Desse modo, o que se vê é que o recém-nascido, quando chega ao mundo se encontra na condição de desamparo. Por isso, ele irá precisar de alguém que cuide dele, que lhe ensine a sobreviver e que, enquanto ele não puder fazer isso por si mesmo, ajude-o a fazê-lo.

Maciel e Rosemburg (2006) destacam ainda que a condição de desamparo com a qual o recém-nascido chega ao mundo faz com que ele desenvolva uma necessária relação de dependência com sua mãe. Por essa razão, pelo fato da criança ser fortemente dependente da figura materna, principalmente nos primeiros anos da sua vida, o desenvolvimento de sua personalidade será influenciado pela forma e qualidade das relações afetivas que se darão entre ela e sua mãe.

Maciel e Rosemburg (2006) apontam que, de acordo com a teoria psicanalítica, a qualidade da interação afetiva entre o recém-nascido e a figura materna é um elemento muito importante para a formação da personalidade de uma pessoa. Esses autores destacam que a figura materna não é somente a de uma mulher, mas ela pode ser exercida pelo pai, por uma avó ou avô, tio e até mesmo uma pessoa estranha. O que importa é que a criança desamparada precisa de cuidados constantes, proteção, afeto, carinho, calor humano que podem ser dados por qualquer pessoa. Sem esses afetos, sua personalidade

poderá sofrer prejuízos. Assim, uma mãe ou a pessoa que representar essa figura suficientemente equilibrada e amadurecida é de fundamental importância para que as necessidades físicas e emocionais do recém-nascido sejam atendidas e para que ele tenha também um bom desenvolvimento (MACIEL; ROSEMBURG, 2006).

3.2 As relações afetivas mãe-bebê segundo Freud

De acordo com Laplanche e Pontalis (1967), a noção de afeto passou a assumir destacada importância com os primeiros trabalhos teóricos desenvolvidos por Freud e Breuer, especialmente com a obra Estudos Sobre a Histeria, produzida no ano de 1895. Nesse livro, os autores irão apontar que os sintomas da histeria estariam relacionados a um acontecimento traumático para a pessoa que o vivenciou e que não teve as condições para descarregar a energia que esse acontecimento produziu. Desse modo, a partir das publicações dos estudos freudianos, a idéia de afeto passa a ser considerada de duas maneiras. A primeira entende os afetos como os efeitos e os alcances emocionais ocorridos em uma situação experimentada por uma pessoa em sua vida, ou seja, em uma experiência vital forte. A segunda compreensão de afeto originada a partir de Freud diz respeito às pulsões vitais propriamente ditas. Nesse sentido, os afetos estariam relacionados às quantidades de energia pulsional que uma pessoa emprega em suas vivências ao longo da vida.

Tratando das elaborações psicanalíticas sobre a afetividade, Dalgalarrondo (2008) destaca que uma das maiores contribuições oferecidas pela Psicanálise ao campo da psicopatologia se deu com as teorizações de Freud sobre os afetos, mais especialmente sobre a angústia. Com relação a este conceito, na teoria freudiana, ele aparece como um afeto que surge no indivíduo que vivencia o conflito entre os seus impulsos primordiais e as restrições impostas pela civilização. Assim, a angústia, em Freud, pode ser considerada como um afeto sempre experimentado pelo homem, pois este sempre tem desejos, vontades e necessidades que, muitas vezes, são proibidos pela sociedade.

Dos escritos freudianos sobre o desenvolvimento humano é importante destacar também as considerações que ele faz sobre a relação entre o aparecimento da sexualidade e o vínculo mãe-bebê. Nesse sentido, Freud (1976b) aponta que a sexualidade humana se estrutura através dos fenômenos que ele chamou de Complexo de Édipo e Complexo de Castração. De acordo com essas teorias freudianas, tanto o menino como a menina têm a mãe como o primeiro objeto amoroso, no início da vida, Assim, ambos desenvolvem com ela um apego muito forte através da vinculação amorosa que se dá entre eles. Porém, os laços de amor e apego que unem a criança com sua mãe, com o tempo, toma rumos e formas distintas.

De acordo com Freud (1976b), o desenvolvimento sexual pelas relações afetivas mãe e filho nos anos iniciais da vida se dá de modo diferente entre o menino e a menina. Segundo a teoria freudiana, o menino, tendo forte ligação amorosa com sua mãe e sendo

dela muito dependente, ao ver a atenção da figura materna sendo dividida com a figura paterna, desenvolve com relação ao pai forte ciúme e passa a tê-la como seu rival. Ele se torna para a criança uma figura ameaçadora. Imaginariamente, a criança sente que seu pai poderá extrair seu pênis, uma vez que há, também no plano da imaginação, uma rivalidade entre ambos. Esse, de modo geral, é a situação que Freud (1976b) denominou Complexo de Castração.

Com relação à menina, Freud (1976b**)** destaca que o percurso do aparecimento da sexualidade é diferente do menino. Com o desenvolvimento afetivo, ocorre um movimento no qual a criança do sexo feminino irá, ao poucos, diminuindo a força do apego com a sua mãe. Ou seja, com o passar do tempo, a menina tende a ir se desligando da mãe. Essa figura, mesmo tendo a importância que tem para a menina, com a evolução do desenvolvimento irá perder um pouco de sua força e a dependência tenderá a ser menor. Contudo, essa diminuição do apego e da forte vinculação e dependência da menina para com sua mãe se dão devido ao fato de que ela passa a direcionar sua energia afetiva ou libidinal para a figura do pai. Ou seja, ocorre uma espécie de transferência de apego e de investimento afetivo (FREUD, 1976b).

De acordo com Farias e Lima (2004), as considerações feitas por Freud (1976) sobre o desenvolvimento da sexualidade no menino e na menina são de grande importância para se compreender a sexualidade humana e a importância das relações entre a criança e sua mãe nos anos iniciais de vida. De acordo com esses autores, a teoria freudiana sobre o desenvolvimento sexual humano tem nas relações entre mãe e filho nos primeiros anos de existência um ponto fundamental. O desenvolvimento humano, para o Pai da Psicanálise, passa necessariamente pelos vínculos amorosos que se dão no início da vida e também nos desdobramentos posteriores dessa ligação tão forte.

Para o menino, o pai funcionará como um rival na disputa pela atenção da mãe. A menina, por sua vez, terá na figura paterna um novo referencial afetivo e nela investirá sua energia. A passagem por esses estágios, de acordo com Freud (1976b), diz respeito a um acontecimento natural e de grande importância para a maturação humana. Os efeitos desses estágios do desenvolvimento irão se fazer presentes pelo resto da vida, determinando inclusive, conforme defende Freud (ibid.), a saúde mental do adulto e a qualidade das relações que ele irá estabelecer com as pessoas e também com o mundo a sua volta. Por isso, para se compreender um ser humano à luz da teoria freudiana, de acordo com Farias e Lima (2004), é necessário que se olhe para as relações que ele estabeleceu nos seus primeiros anos de vida com a figura materna.

3.3 As relações afetivas mãe-bebê segundo Melanie Klein

Segundo Roudinesco e Plon (1998), Melanie Klein pode ser considerada como a principal representante da segunda geração psicanalítica mundial. Isso porque ela inseriu

grandes transformações na teoria freudiana clássica. Desse modo, ela foi capaz de dar origem a um novo método terapêutico: a análise de crianças.

Farias e Lima (2004) destacam que, para atingir o seu objetivo de compreender o mundo psíquico infantil, Klein utilizou o recurso de brincadeiras, desenvolvendo na clínica atividades lúdicas com seus pequenos pacientes. Ela tornou-se capaz de interpretar as fantasias, as angústias e outras manifestações do inconsciente infantil. Contudo, essa pesquisadora da psicanálise tinha em mente que o modo como a criança dava vazão ao seu inconsciente no espaço terapêutico era o simbólico. Assim, um gesto, um silêncio, o modo de organizar as atividades de brincadeira, a relação estabelecida com o analista e outros, para Melanie Klein, eram de grande importância, isso porque, por meio deles, o funcionamento do inconsciente da criança se manifestaria.

4. A mãe e o seio bom alimentador como primeiro objeto interno do bebê

Klein (1991) afirma que, do ponto de vista da psicanálise, a compreensão do modo como às pessoas se comportam nos seus ambientes sociais deve passar pela investigação da forma como o indivíduo se desenvolveu desde sua infância até a maturidade. Assim, diz ela que "A exploração do desenvolvimento do indivíduo remete o psicanalista, através dos estágios graduais, à infância" (KLEIN, 1991, p. 281).

Em seu trabalho, Klein (1991) apresenta sua hipótese sobre a figura do seio materno como objeto simbólico fundamental nos anos iniciais da vida. Para ela, o bebê recém-nascido passa, durante o nascimento e após se inserir no mundo, por experiência de ansiedade de perseguição. Essa ocorrência teria como causa o fato de que o bebezinho não ser capaz de explicar intelectualmente os desconfortos que o seu próprio organismo lhe causa bem como os que sobre ele vêm do mundo exterior.

Desse modo, a criança recém-nascida, de acordo com Klein (1991), o fato de não haver no bebê recém-nascido as estruturas mentais que lhe permitiriam compreender a si e ao mundo em sua volta, gera nele o que ela chama de ansiedade persecutória. Tudo o que lhe acontece de desconfortável é visto e como uma forma de perseguição por forças a ela estranha. Ou seja, seria como se o mundo, na forma de experiência infantil, estivesse voltado contra a criança e lhe fosse agressivo. Assim, o que ocorreria nessa experiência seria a presença constante de ansiedade, uma vez que o recém-nascido estaria na condição de constante ameaça pelo mundo interno e externo.

Klein (1991) destaca que a primeira experiência do recém-nascido é a vivência do medo das forças ruins para ele, por causarem desconforto. Essas forças podem ser compreendidas como as mudanças do corpo: fome, calor, necessidades fisiológicas, dores próprias do organismo recém-nascido e outras. Há ainda, para o bebê, as forças ruins presentes nos barulhos externos: luminosidade, excesso ou falta de vestes, trepidações, solavancos, contatos e movimentos bruscos e outras. Todo esse conjunto de experiências

e fenômenos assolam o recém-nascido de forma negativa. São forças ruins que lhe causam medo, ansiedade e sensação de perseguição.

Por outro lado, Klein (1991) destaca que ao bebê recém-nascido pode e deve ser dada as condições para protegê-lo das forças experimentadas por ele como ruins e ameaçadoras. Diante dos fatos e ocorrências desconfortáveis, a criança poderá ser compensada e protegida se a ela for oferecido conforto prontamente. Os medos e ansiedades sofridos pelo recém-nascido poderão ser anulados ou equilibrados se ele receber daqueles que dele cuidam calor, afeto, modo carinhoso de ser segurado e embalado nos braços e alimentação adequada, dentre outras. Essas compensações dão ao bebê a possibilidade de experimentar emoções mais felizes.

A proteção, cuidado, calor, afeto e alimentação dados ao recém-nascido são de fundamental importância para sua saúde física e emocional. Com elas, cria-se um ambiente de conforto que é sentido pela criança como vindo de forças boas. Assim, o mundo passa a ser experimentado como um lugar também de bem-estar, de segurança, de prazer, enfim, como um espaço onde coisas boas também acontecem (KLEIN, 1991).

As condições favoráveis para o desenvolvimento saudável e adequado passa pelo cuidado e doação de amor e compreensão pela mãe ao bebê. Contudo, ser capaz de conviver com as frustrações, a dor, a perda e o medo corresponde a uma capacidade que a criança deverá aprender para que se torne um adulto equilibrado, capaz de lidar com as perdas e frustrações que a vida irá lhe impor (KLEIN, 1991).

Klein (1991) destaca ainda que a relação da mãe com o bebê, principalmente nos primeiros seis meses de vida, será marcada pela ambiguidade. Por ser alguém capaz de cuidar, dar amor e afeto, a mãe é vista como representante das forças boas da vida. Simbolicamente, Klein (1991) destaca que tal atitude e situação são vista como a mãe boa doadora de um seio bom para o bebê.

Por outro lado, a mãe ou figura materna naturalmente falhará em sua condição de provedora de um seio bom. Com isso, a figura materna se apresenta para o bebê também como representante das forças ruins do mundo. Nesse sentido, afirma Klein (1991, p. 282): "tanto o que é bom quanto o que é mal vêm à sua mente como provindos dela, o que leva a uma dupla atitude em relação à mãe mesmo sob as melhores condições possíveis".

Ser doadora de um seio bom como mãe boa e estar sujeitas a falhas, representando assim um seio ruim, cria para o bebê as circunstâncias nas quais ele poderá se desenvolver como alguém capaz de lidar com as contradições, frustrações e perdas da vida, bem como pode se configurar no ambiente portador de ameaças e de forças ruins destruidoras. Nesse contexto, a relação que a figura materna é capaz de estabelecer com o recém-nascido é de fundamental importância para se compreender os rumos que o desenvolvimento da personalidade do adulto tomará, bem como com sua forma de lidar com o mundo e enfrentar seus medos, dores e frustrações (KLEIN, 1991).

5. Delinquência juvenil, afetividade e família na contemporaneidade

Paula e Assumpção (2013) destacam que a delinquência como comportamento desviante ou antissocial praticado por crianças e adolescentes, tornou-se uma questão social importante a partir do início do século XIX. Nesse período histórico, ocorreu grande desenvolvimento de indústrias e também se deu o aparecimento e formação de grandes cidades. Assim, a industrialização e a urbanização transformaram o modo de organização da vida social. Nesse contexto, começaram a chamar a atenção da sociedade ocidental condutas de crianças e jovens chamadas delinquenciais. Esse grupo de pessoas, com as mudanças ocorridas no cenário urbano, começou a se destacar porque alguns de seus membros começaram a se comportar de modo indesejável cometendo atos de violência e de autodestruição.

A prática de ações antissociais por crianças e adolescentes é um fenômeno que merece ser estudado e compreendido. Isso porque trata-se de uma situação em que a vida e o futuro, de indivíduos que estão em fase de amadurecimento são colocados em risco. A ordem social também é comprometida quando esse grupo nessas faixas etárias se envolve em práticas delinquenciais (PAULA; ASSUMPÇÃO, 2013).

Mesmo tratando-se de uma questão de forte importância, a conduta delinquencial de crianças não será abordada nesta pesquisa. O foco que será dado é no envolvimento de adolescentes em práticas antissociais e, à luz da teoria psicanalítica, tentar relacionar esses comportamentos às relações afetivas ou ao ambiente afetivo que eles tiveram nos seus anos iniciais de vida.

Nesse sentido, Patias, Silva e Dell'Aglio (2016) destacam que o envolvimento de adolescentes com a violência, além dos danos sociais, coloca em risco a saúde mental desses jovens. Isso porque suas estruturas cerebrais estão em desenvolvimento e ainda não se desenvolveram plenamente. O risco para esse grupo social também se dá porque a prática de violência por um adolescente pode ser indicativo de alguma doença mental nele existente ou aumentar as chances de aparecimento de alguma patologia preexistente.

De acordo com Coutinho, Santos, Folmer e Puntel (2013), a adolescência é a fase da vida entre os 10 e 19 anos de idade, período que marca a passagem da infância à vida adulta. Essa fase é geralmente caracterizada por diversas transformações de natureza biológica, psicológica e social. Dessa maneira, conforme destacam esses pesquisadores, esse período tão repleto de mudanças na vida do sujeito facilita a exposição a comportamentos de risco à saúde. Somado a essa vulnerabilidade da adolescência está o desejo de novas experiências, de testar limites, necessidade de confrontar, de questionar regras e normas. Todas essas marcas irão atuar para que o adolescente possa constituir um espaço de afirmação e conquista, enfim, criar uma identidade (COUTINHO et al., 2013).

A delinquência na adolescência pode ser pensada como a prática de atos de violência por jovens nessa faixa etária. Tratando dessa questão, Patias, Silva e Dell'Aglio (2016) apresentam o conceito de violência como sendo a utilização, por um ou mais

indivíduo, da força física, do poder ou de ameaça para a obtenção de algum objetivo. O resultado dessas ações resulta em dano, morte, privação ou dano psicológico. Essas consequências podem se dar tanto para o agressor como para o agredido ou para ambos.

Tomando a definição de delinquência ou violência juvenil dada acima, Patias, Silva e Dell'Aglio (2016) destacam também que a conduta violenta pode ser dividida em alguns tipos específicos. A violência praticada por adolescentes pode ser aquela que o sujeito realiza contra si mesmo, denominada autodirecionada, como por exemplo, automutilação e suicídio. Existe também a do tipo interpessoal, que diz respeitos aos atos nocivos praticados por um agente contra uma ou mais pessoas. Por fim, pode-se pensar na modalidade de violência dita coletiva. Esta diz respeito à violência de natureza social, política e econômica. Ela pode ser cometida por grandes grupos de indivíduos, como gangues ou bandos. Todos esses tipos de violência podem se expressar de forma física, psicológica, sexual e se dar tanto por ação como por omissão. Ou seja, fazer alguma coisa contra alguém pode se caracterizar em violência assim como deixar de fazer. Um exemplo disso seria a omissão de um pai ou mãe quanto aos cuidados com uma criança, deixando-a passar fome.

Os atos de delinquência juvenil, quando se tornam repetitivos e intensos, podem ser a manifestação de sintomas de diversos quadros psicopatológicos ou ainda de dificuldades para assimilar, compreender e respeitar as regras e leis da sociedade. Esses comportamentos geralmente iniciam-se em idades precoces: na infância e na adolescência. Depois eles tendem a se tornarem mais duradouros no decorrer do desenvolvimento (DAVOGLIO; GAUER, 2011).

A delinquência ou a prática de violência por adolescentes geralmente está associada a dificuldades escolares, de relacionamento com outras pessoas, incluindo colegas e familiares, e ao abuso de drogas e álcool. Os indivíduos dessa faixa etária que entram em conflito com a lei ao apresentarem comportamentos antissociais, conforme destacam Gallo e Williams (2008), têm características comuns, sendo algumas delas: desrespeito frequente às regras sociais; destruição de patrimônio público; dificuldade para se relacionar com outras pessoas; tabagismo; envolvimento com drogas e abuso de álcool; brigas; impulsividade; humor depressivo; tentativas de suicídio; ausência de sentimento de culpa; hostilidade; institucionalização; vandalismo; rejeição de professores e colegas; envolvimento com pares desviantes; baixo rendimento acadêmico; fracasso e evasão escolar.

Todavia, conforme apresentam Paula e Asssumpção Jr. (2013), esse quadro desarmonioso da situação acima descrita não deve ser encarado como uma questão moral, no sentido de afirmar que os indivíduos que nela estão são pessoas ruins, más. Antes, o que deve ser visto, de acordo com esses autores, é o fato de que a prática de delinquência por adolescentes pode ser a expressão de psicopatologias que estão acima das capacidades de controle do sujeito. Nesse sentido, (DAVOGLIO; GAUER, 2011) destacam que as características comuns que podem ser vistas em adolescentes em conflito com a lei, de modo geral, representam também critérios para diagnósticos clínicos.

A delinquência juvenil é um fenômeno de destacada relevância e tem desdobramentos sociais significativos. Portanto, envolve questões importantes que exigem atenção de toda a sociedade. No que diz respeito aos aspectos jurídicos que envolvem a questão do comportamento violento de adolescentes o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a lei que descreve os chamados atos infracionais e as medidas que o Estado deve tomar diante deles. Criado no ano de 1990, o ECA - Lei n. 8.069/90 (Brasil, 1990) - estabelece que os jovens delinquentes ficarão sujeitos à legislação especial. Através desse ordenamento jurídico, aqueles adolescentes que praticarem atos antissociais de violência estarão sujeitos a medidas socioeducativas (MSE), tais como: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação com privação de liberdade, esta nunca superior a 3 anos.

O comportamento antissocial de adolescentes, em suas variadas formas, é um fenômeno de alcance público que exige da sociedade medidas que possam assegurar proteção aos indivíduos dessa faixa etária. Uma das formas de se avançar nesse caminho é a produção de reflexões de natureza científica que sejam capazes de fornecer elementos para o enfrentamento dessa situação (LOPES; REZENDE, 2014). Desse modo, em concordância com os objetivos deste trabalho, crê-se importante relacionar o papel da família no contexto da delinquência juvenil.

6. Família, ausência de afetos e comportamento antissocial de adolescentes

Como apontado acima, Freud (1908, 976b) e Klein (1991, 1959) destacam a importância das relações afetivas familiares para o desenvolvimento e formação da personalidade da criança. O espaço familiar pode ser pensado como o lugar no qual a criança desenvolverá sua humanidade, principalmente a partir dos afetos que ela receber.

Os afetos que uma criança recebe ou não recebe poderão influenciar no desenvolvimento de sua personalidade. Essas influências como apontam Bock, Furtado e Teixeira (2007), poderá ser vista na capacidade de julgar as situações e contextos da vida cotidiana ao longo do desenvolvimento.

Pode-se pensar que uma criança que foi negligenciada, maltratada ou tratada com indiferença poderá apresentar dificuldades em julgar adequadamente as situações da sua vida, quando se tornar adolescente (KLEIN, 1991/1959). Isso porque sua afetividade pode ser comprometida por não ter recebido nos anos iniciais de sua existência referências de reconhecimento, ternura, carinho, cuidado, compaixão, zelo. Não tendo sido tratada nesses termos, é razoável supor que ela também poderá não aprender a se comportar assim no meio social em que vive.

Diante do que foi apresentado, pode-se pensar que uma das maneiras de se compreender a deliquência juvenil seria a ausência de afetos nos primeiros anos de vida. Não que situações de negligência, maus tratos ou indiferença sejam as causas da deliquência, pois o ser humano para se constituírem como tal, sofre influência de fatores

culturais, políticos, religiosos, sociais, genéticos e familiares (BOCK, FURTADO & TEIXEIRA, 2007). Por outro lado, como aponta Klein (1991/2007), a vida adulta pode ser pensada como tendo raízes na infância. Muitos dos medos, angústias, dificuldades e traumas experimentados por um adulto podem ser compreendidos como sido originados nas primeiras relações afetivas que ele teve. Desse modo, pode-se supor que a delinquência juvenil pode ser vista como uma dificuldade afetiva principalmente em se colocar no lugar do outro e julgá-lo com carinho, compreensão, ternura e acolhimento.

Mesmo que não seja possível estabelecer uma relação de causalidade direta, é possível supor que um ser humano que não foi amado, respeitado, cuidado, acolhido e compreendido nos anos iniciais de sua vida, poderá ter dificuldades em desenvolver essas habilidades e manifestar esses entraves afetivos por meio de comportamentos nocivos à sociedade e a ele próprio (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2007; KLEIN, 199, 1959).

A fim de sustentar a proposta deste trabalho, é importante pensar na situação das organizações familiares contemporâneas e no modo como elas podem contribuir para a negligência afetiva e a possível manifestação de dificuldades dessa natureza na adolescência através da delinquência.

Zanetti e Gomes (2011) destacam que, atualmente, a sociedade encontra-se estruturada com base na democracia. Assim, nesse contexto, dominam os valores de igualdade e liberdade. A criança, ao nascer nesse contexto, entra então num ambiente que, geralmente, assegura-lhe maior liberdade para exploração e conhecimento do mundo e do ambiente familiar.

Outro dado importante, das condições criadas à criança pela democracia atual, diz respeito ao fato de se poder conviver mais nos dias de hoje com a diversidade. Essa possibilidade pode trazer contribuições importantes para a formação das subjetividades e identidades na família e, consequentemente, para a sociedade.

A democracia, conforme apontado acima, pode criar um espaço positivo para o desenvolvimento de uma criança. Por outro lado, Zanetti e Gomes (2011) também apontam que esse contexto de liberdade e igualdade pode trazer complicações e dificuldades para as relações familiares e, consequentemente, para o desenvolvimento da personalidade infantil, com reflexos em seu comportamento futuro. De acordo com esses autores, os tempos atuais são marcados por mudanças rápidas nos valores sociais, sendo que o consumismo pode ser visto como um comportamento bastante disseminado entre as pessoas. Ou seja, comprar roupas da moda, ter o carro do ano e adquirir objetos que satisfaçam os desejos de consumo são práticas comuns na atualidade. Esse quadro pode ter por efeito a fragilização das funções parentais, ou seja, tantos apelos para o consumo e tantas mudanças nos valores sociais podem ter por consequência a existência de pais que não capazes de se apropriarem de todas essas mudanças de um modo equilibrado e, por isso, podem se tornar incapazes de oferecer um modelo de educação adequado para seus filhos.

Considerações Finais

As mudanças que podem ser observadas na sociedade e nas estruturas familiares atualmente podem ter consequências tanto positivas como negativas na maneira como os pais irão se relacionar e dar afeto aos filhos. Assim, se os pais não tiverem condições para assegurar carinho, cuidado, zelo, reconhecimento, ternura e proteção à criança que deles dependem, poderão refletir na constituição de uma afetividade com dificuldades para experimentar e expressar esses sentimentos. Desse modo, esses entraves poderão contribuir para a manifestação de comportamentos delinquenciais.

A ausência de afetos na infância, como se procurou demostrar ao longo desta pesquisa, pode se dar por diversas maneiras. Uma família ou a figura materna pode não dar à criança os cuidados que ela precisa, tanto físicos como emocionais. Essa negligência pode ter por origem no mundo atual, por exemplo, pela necessidade cada vez maior que os pais têm em trabalhar e ficar fora de casa, a fim de satisfazer suas necessidades materiais, o que os distancia da criança. Por outro lado, a presença física ou a distância dos pais ou da figura materna não significam que a criança não receberá os afetos que precisa para se desenvolver com referenciais positivas. O que procuramos destacar neste trabalho é que a presença, mesmo que limitada pelas obrigações da vida cotidiana, de uma figura suficientemente boa em termos de dar afeto à criança é fundamental para que ela cresça e se desenvolva de maneira saudável (KLEIN, 1991, 1959).

Conforme procurou-se destacar nessa pesquisa, a deliquência é um fenômeno complexo que envolve fatores culturais, sociais, políticos, econômicos, genéticos e familiares. A ausência de afetos adequados nos primeiros anos de vida pode ser um fator relevante para a compreensão desse fenômeno.

Esta pesquisa procurou apontar pistas para o entendimento dessa problemática. Novos estudos e pesquisas deverão ser realizados com a finalidade de compreensão dessa temática, e também, para que ferramentas possam ser fornecidas às famílias e à sociedade para que sejam capazes de enfrentar essa dificuldade. Neste sentido, o papel e a atuação da psicologia são fundamentais. Essa área da ciência pode oferecer recursos para o entendimento desse problema e instrumentos para seu enfrentamento tais como: debates, pesquisas, orientação a instituições relacionadas ao acolhimento e acompanhamento de jovens infratores; apoio e orientação às famílias desses jovens; suporte e apoio a eles próprios a fim de que possam desenvolver suas habilidades afetivas para consigo e para com os outros à sua volta.

Referências Bibliográficas

BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo : Saraiva, 2007.

COUTINHO, Renato Xavier; SANTOS, Wendel Mombaque dos; FOLMER, Vanderlei; PUNTEL, Robson Luiz. Prevalência de comportamentos de risco em adolescentes. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 21, n. 4, p. 441-449, 2013. https://dx.doi.org/10.1590/S1414-462X2013000400013

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais** (2a ed.). São Paulo: Artmed, 2008.

DAVOGLIO, Tárcia Rita; GAUER, Gabriel José Chittó. Adolescentes em conflito com a lei: aspectos sociodemográficos de uma amostra em medida socioeducativa com privação de liberdade. **Contextos Clínicos**, v. 4, n.1, p. 42-52, jun. 2011. Recuperado em 08 de setembro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198334822011000100100&ng=pt&tlng=pt.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/90 (Brasil, 1990).

FARIAS, Cynthia Nunes de Freitas; LIMA, Glaucineia Gomes de. A relação mãe criança: esboço de um percurso na teoria psicanalítica. **Estilos da Clinica**, v. 9, n. 16, p. 12-27, jun. 2004. Recuperado em 18 de julho de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141571282004000100002&lng=pt&tlng=pt.

FREUD, S. **Sobre as teorias sexuais infantis**. In Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad.) (Vol. 9). Rio de Janeiro, RJ: Imago, [1908] 1976b.

GALLO, A.E.; WILLIAMS, L.C.A. A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 133, p. 41-59, abr. 2008. http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742008000100003

KLEIN, M. **Inveja e gratidão e outros trabalhos**: 1946-1963. (Obras Completas de Melanie Klein, Vol. III). Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário de Psicanálise.** Pedro Tamen (trad). Lisboa - Portugal: Moraes editores, 1967.

LOOS, H.; SANT'ANA, R. S. Cognição, afeto e desenvolvimento humano: a emoção de viver e a razão de existir. **Educar em Revista**, (30), p. 165-182, 2007. https://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602007000200011.

MACIEL, R. de A.; ROSEMBURG, C. P. A relação mãe-bebê e a estruturação da personalidade. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 96-112, set. 2006. https://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000200010

PATIAS, Naiana Dapieve; SILVA, Doralúcia Gil da; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Exposição de adolescentes à violência em diferentes contextos: relações com a saúde mental. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 1, p. 205-218, mar. 2016. https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-14

PAULA, Maria de Lourdes Bersogli; ASSUMPÇÃO Jr., Francisco B. Delinquência juvenil e família. **Revista Psicopedagogia**, v. 30, n. 91, p. 43-51, 2013. Recuperado em 08 de setembro de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862013000100006&lng=pt&tlng=pt

PINTO, F. E. M. A afetividade na organização do raciocínio humano: uma breve discussão. **Psicologia:** Teoria e Prática, v. *7,* n.1, 35-50, jun. 2005. Recuperado em 15 de junho de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872005000100004&lng=pt&tlng=pt.

ROUDINESCO, E.; PLON, M.. Dicionário de psicanálise. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1998.

ROHENKOHL, L. M. I. A.; CASTRO, E. K. de. Afetividade, conflito familiar e problemas de comportamento em pré-escolares de famílias de baixa renda: visão de mães e professoras. **Psicologia:** Ciência e Profissão, v. 32, n. 2, p. 438-451, fev. 2012. https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000200012

ZUANAZZI, A. C.; SEI, M. B.. Psicoterapia familiar psicanalítica: reflexões sobre os fenômenos transferenciais e contra transferenciais em um serviço-escola de psicologia. **Vínculo**, v. 11, n.1, p. 16-24, jun. 2014. Recuperado em 20 de junho de 2016, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902014000100004&lng=pt&tlng=pt.

O DISCURSO E AS POSSÍVEIS FORMAS DE SOCIABILIDADE NA REDE SOCIAL *FACEBOOK*

DIEGO HENRIQUE PEREIRA

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
diegopereiraconsultor@hotmail.com

Resumo. *As possíveis formas de sociabilidade entre sujeitos vêm produzindo derivas nos processos históricos da humanidade, em especial a partir de do funcionamento de diferentes ferramentas colocadas pela evolução tecnológica. Analisar o funcionamento discursivo de redes sociais, de modo a compreender a partir dos dispositivos teóricos e analíticos deste campo da ciência (Análise de Discurso), os sentidos de socialização e a interação, a partir do advento das tecnologias digitais, fez-se objetivo neste artigo. Tomou-se como recortes de análise, materiais relativos à rede social virtual Facebook. A relevância da pesquisa reside na busca da compreensão dos mecanismos de sociabilidade entre sujeitos, das diferentes e não estanques formas de 'interação' na materialidade desta rede, não descartando a análise de como os efeitos destes sentidos que produzem deslizes culturais, ideológicos e históricos. Observou-se que maneira o sentido, ao poder sempre vir a ser outro, a partir de uma série de formulações e reformulações que, por um lado, controlam/restringem as formas de sociabilidade dos sujeitos, e por outro, criam dispersões, derivas, espaços de significação nos quais novos sentidos podem se instalar.*

Palavras-chave: Discurso Digital. *Facebook*. Sociabilidade.

Considerações Iniciais

O homem, mesmo vivendo em milhares de espaços distintos, comunga do mesmo espaço virtual, através das redes sociais de relacionamento, produzindo a impressão de uma proximidade, muitas vezes não existente, mas que produz sujeitos e busca compreender novas formatações e regimes de sociabilidade. Transitar entre os espaços virtuais sugere ao homem maior poder de interação, possibilitando interpretação e significação de si e do outro.

O artigo busca compreender discursivamente o funcionamento de alguns ícones/comandos presentes na rede social virtual *Facebook,* bem como a produção de sentidos que funcionam a partir desses comandos. Analisar discursivamente as relações atuais balizadas pelas redes sociais virtuais, de forma particular no *Facebook,* e seus impactos na produção de sentidos.

Trilhar os caminhos propostos pela Análise de Discurso é levar em consideração o sujeito, demonstrado por este campo teórico em sua não transparência. Todavia, ponderar sobre a opacidade tanto da linguagem, quanto do sujeito, 'coloca-nos' a analisar os deslizamentos destas noções. O jogo dos sentidos funciona no trânsito entre sujeitos, discursos e sentidos, pois não existe discurso sem sujeito, e nem sentido sem discurso; daí considerar a não transparência na linguagem é fundamental para a Análise de Discurso.

Serão tomados como *corpus*, recortes como ferramentas, recursos e disposições gráficas, ícones de direcionamentos e outros materiais relativos ao funcionamento do *software online* da referida rede. Assim, acerca das diferentes formas de interação e sociabilidade no *Facebook*, mostrar-se-ão as possíveis derivas produzidas pelo comando 'Curtir', e ícones do comando 'Reagir'.

1. Diferentes Formas de Sociabilidade no Facebook

A circulação dos discursos nas redes sociais, inclusive aquelas que funcionam em ambientes virtuais, produzem sentidos (co)relacionados à objetividade dos processos, em que a brevidade se torna comum em uma relação trabalhosa; a massificação dos relacionamentos incide na ilusão da facilidade de que, em 'apenas um clique', todas as complexidades estarão resolvidas – principalmente, aquelas que se movimentam ao redor das diferenças.

O *Facebook* surgiu a partir de uma experiência do jovem em Harvard, que na ocasião buscava desenvolver um *site* (*software*) que media a popularidade das pessoas, por comparações entre perfis, traz, hoje, uma memória afiliada à projeção da imagem que, não diferente de antigamente, busca evidenciar várias formas sujeito, retratando sua particularidade (traços da personalidade), sendo reais ou imaginários (KIRKPATRICK, 2011).

Quando se fala de materialidade, além da produção de evidências dos sentidos, ela também representa, mas não somente, a parte material do discurso – o espaço que circulam e se fazem presentes os processos discursivos. Falar sobre redes sociais é mais uma forma de buscar compreender o complexo funcionamento das relações interpessoais; pois neste espaço funciona novas formatações, diferentes posições sujeitos e sentidos nas mais diferentes materialidades, principalmente quando tomamos como foco o discurso digital.

Na rede social virtual – *Facebook* – percebe-se o movimento da identidade na relação sujeito e projeção individual que está baseada em diversos fatores para que esse movimento seja possível, por exemplo o capitalismo, que produz sujeitos de consumo; o hedonismo que mostra a capacidade do sujeito buscar sem medidas o prazer como o bem supremo. Identidades são produzidas na ilusão de serem controladas a partir das formas que são descritas/escritas, faladas ou representadas através das redes sociais. Logo, percebe-se que, no ambiente virtual, os usuários utilizam da escrita – linguagem escrita para 'ser' – logo, para pertencer ('ser') a grupos sociais é preciso inscrever-se neles como participantes ou simpatizantes das mesmas ideias ou formações ideológicas. Percebe-se o jogo dos sentidos e o movimento dos sujeitos na relação indireta – entre linguagem, pensamento e mundo; no entanto, identidades transitam na rede na velocidade da tecnologia. O sujeito, com a ilusão do 'poder ser' o que quiser, o leva em uma projeção baseada em aspectos narcisistas.

Atualmente, as redes sociais virtuais, de forma especial o *Facebook,* possibilitam-nos indiretamente realizar estas escolhas baseadas em comparações e julgamentos. Na rede, temos a oportunidade de realizar estas escolhas de maneira sutil, funcionando inclusive, através do 'Curtir', ou até mesmo 'deixar de curtir' conteúdos e perfis.

Analisando este comando 'Curtir' discursivamente, uma nova maneira de percebê-lo é colocada em funcionamento, pois a superficialidade linguística relaciona-se à textualidade de tal ícone, à discursividade que o mesmo produz. Portanto, analisar o comando 'Curtir', é transitar pelo jogo dos sentidos, observando os processos que os produzem, evidenciando as inúmeras possibilidades de produção de efeitos de sentido.

Diversas possibilidades de sociabilidade são colocadas em funcionamento da rede social virtual *Facebook;* por sua vez, busca 'controlar' ou ao menos 'abarcar o controle' a partir de comandos que propõe seu acionamento de forma simples e eficaz. Porém percebe-se que comportar-se de forma 'indiferente' (não estar na relação) às postagens de outros usuários da rede, pode produzir um efeito de 'indiferença' (mesmo que ilusório), viola a 'impressão' de dominância e controle daqueles que postam, em relação às postagens, pois no momento em que se deixa de curtir postagens de 'amigos', como são chamados os usuários do *Facebook* – uma relação de 'não reciprocidade' pode se produzir.

No advento das redes sociais virtuais, derivas são produzidas nos efeitos de sentido em relação aos comandos que o *Facebook* disponibiliza; pois considerando a linguagem um sistema aberto, muitas possibilidades se edificam na produção de evidências. A Figura 1 exibe um recorte que mostra o comando 'Curtir', que se encontra disposto abaixo de cada postagem, podendo ser acionado a qualquer momento, tornando assim possível o funcionamento de vários efeitos de sentido, assim mostrando o linguístico (verbal) tentando administrar os sentidos.

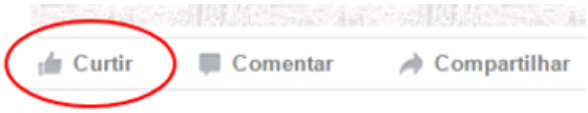


Figura 1 – Recorte 1: Ícone curtir
Fonte: Página do *Facebook* (2016)

Do lado inferior esquerdo de cada postagem – seja ela na forma de texto, imagem ou vídeo, encontra-se o comando nomeado pelo próprio *Facebook* de 'Curtir', acompanhado com o ícone figurado por uma mão com o polegar levantado, indicando o sinal de positivo; um signo linguístico que retoma a memória do 'joia', do 'positivo'. A partir de processos parafrásticos (o mesmo) e polissêmicos (o diferente), o discurso se produz à medida em que o interdiscurso afeta a formulação, ou seja, ao dizer algo, outros discursos afetam e funcionam naquilo que 'enunciamos'. Dar-se aí, o que a Análise de Discurso propõe como constituição histórica dos sentidos.

Considerando a memória do dizer, o indicativo do sinal de positivo, ao ser representado simbolicamente pelo 'joia', pode-se recorrer a uma interpretação possível que se orienta em direção a 'gostar'. Interpretação que pode se sobrepor a outros sentidos, que por sua vez continuam funcionando e produzindo sentidos. Analisando linguisticamente, a palavra 'curtir' funciona em uma relação sinonímica com a palavra

'gostar', que traduzido da palavra inglesa *like*, deriva para diversas possibilidades de sentidos, filiando-se também a diferentes discursos.

A manifestação da opinião em relação a qualquer postagem na rede social virtual *Facebook* pode ser feita através do comando 'Curtir', este que não se cerca somente no sentido de 'Gostar', mas produz derivas em diferentes formações discursivas. No Brasil, o comando é nomeado como 'Curtir', diferentemente da maioria dos países do continente americano e europeu, mesmo com língua diferente da língua inglesa, que mantém o ícone com o nome *'like'*. Verifica-se, então, que a modificação do nome do comando orienta as interpretações possíveis sobre ele no contexto brasileiro, fazendo com que os sentidos deste comando tomem novos rumos, novas possibilidades de sentidos que não se cercam na associação do gostar; mesmo funcionando aí esse pré-construído. A partir de um esquema parafrástico, percebe-se o movimento dos sentidos, desta forma mostrando mais uma vez que a relação mundo, pensamento e linguagem não é direta. Os processos simbólicos trazem à análise um olhar diferenciado, o olhar que a Análise de Discurso constitui seus dispositivos teóricos e analíticos (ORLANDI, 2007).

Observam-se no esquema parafrástico da Figura 2, na sequência, elementos hedonistas presentes nas derivas propostas na série da esquerda, em que o 'gostar' inicia esse movimento no jogo dos sentidos. Uma vez que a ideia de que para o ser viver a completude da vida é preciso usufruir a 'felicidade' constantemente. Percebe-se que a felicidade muito mais que uma situação da vida, passa a ser elemento que protagoniza a identidade do sujeito, formando assim aspirações para que o mesmo se formule enquanto um 'sujeito de conquistas'.

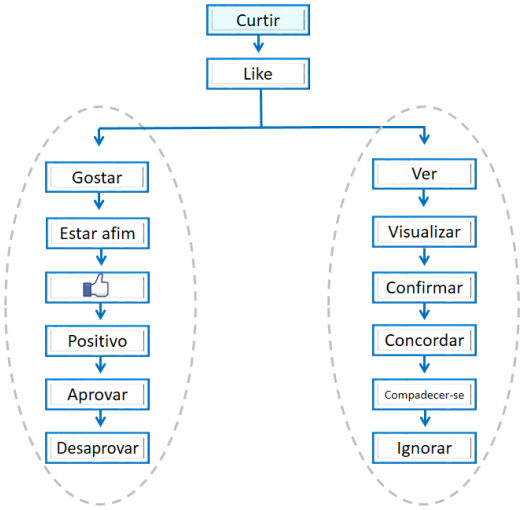


Figura 2 –Esquema de paráfrases do comando 'Curtir'
Fonte: Elaborada pelo autor (2016)

Baseado na busca de prazer, o sujeito vive a tensão entre a 'felicidade' vinda do prazer e a ausência de contrariedades que delimitam ou até mesmo impedem que as situações prazerosas venham à tona. Porém, quanto mais o sujeito tenta diminuir o 'sofrimento', colocado em contraponto com o prazer, mais frustrado o mesmo se torna, uma vez que a vida é feita também de situações não muito agradáveis, que o sofrimento é natural e dominante. Verifica-se que o sujeito nas redes sociais, projeta uma identidade ao mesmo tempo livre de sofrimentos (quando convém), mas na contramão do bem-estar

proporcionado pelo prazer e a associação com a fruição produzem sujeitos e sentidos hedonistas.

Segundo Costa (2011), o homem se produz como um ser ansioso frente aos sofrimentos naturais da vida; e em cada possível situação da falta de prazer, ele reage como produtor do mesmo a partir de alguma falha de conduta, e/ou cumprimento de obrigações. Portanto, o 'Discurso Hedonista' pode ser mobilizado pelo comando 'Curtir', que representa a busca constante do sujeito pela aprovação de outros sujeitos, como se houvesse necessidade de receber, por meio de um gesto positivo de confirmação, e/ou aprovação do conteúdo ou até mesmo do usuário.

Contudo, além de derivar-se para o sítio do 'Hedonismo/Externalização da Subjetividade', produz efeitos de sentidos distintos daqueles analisados no esquema de paráfrases acima, em que o '*Like*' pode deslizar-se para o 'Ver'. Além da visão fisiológica do homem – retratada como um dos cinco sentidos humanos, essa análise busca compreender os possíveis sentidos do 'ver', mobilizado recentemente pelo esquema de paráfrase que produz os seguintes deslizes: ver; visualizar; confirmar; concordar; compadecer-se; ignorar.

Verifica-se nesse esquema parafrástico que diferentes sentidos podem ser produzidos a partir da externalidade do discurso – interdiscurso; colocando em funcionamento uma série de processos discursivos e efeitos de sentido (ORLANDI, 2015a), dentro do 'Discurso de Vigilância'. O esquema de paráfrases exposto mostra esse movimento do mesmo e do diferente, da paráfrase e da polissemia trabalhando na produção e circulação do dizer.

Considerando o movimento dos sentidos, é impossível afirmar a literalidade de um enunciado, que pode deslizar-se ou/e deslocar-se por diferentes direções no discurso; sendo assim, o enunciado 'ver' pode deslizar para o 'visualizar', que seguindo o jogo dos sentidos, deriva-se para outros prováveis. O interdiscurso no processo de produção dos possíveis sentidos de 'Curtir', perpassa a memória do 'gostar', da 'aprovação do outro', a partir do que ele diz em tal rede por suas postagens. No entanto, o usuário, sempre 'livre' para postar, também possui uma liberdade para 'Curtir', ou deixar de curtir postagens de outros usuários; sendo as duas ações produzidas por inúmeras possibilidades.

Compreende-se que o 'Curtir' apela para uma memória discursiva relacionada à aprovação, afinal, o usuário pode acionar o comando do 'Curtir', silenciando assim outras formas do gostar, a não ser pela aprovação, assim censurando outros sentidos (ORLANDI, 2015a).

O ícone 'Curtir' no *Facebook* propõe também a circulação do sentido 'gostar de', ou pelo menos, os usuários são inseridos em condições de produção que possibilita seu acionamento. Logo, percebe-se que o modo como o *Facebook* se organiza, suas ferramentas etc., possibilita que tal pré-construído possa entrar em funcionamento, a fim de articular a ilusão da unicidade desse sentido (gostar), em que a aprovação é materializada através do acionamento do comando.

Dentre várias direções que os sentidos de 'Curtir' podem tomar, que neste campo teórico tratar-se-á como noção de deriva, atentar-se-á a duas formações discursivas, que se movimentam na evidência e silenciamento de alguns sentidos, para que outros circulem e, assim, fazendo assim funcionar processos de significação. Logo 'Curtir', que é verbo transitivo direto, exige um complemento – objeto direto; porém percebe-se que no

comando o objeto não é explicitado; permitindo um espaço equívoco pela elipse do complemento.

Quando se aciona o botão curtir, pode-se fazer circular o sentido de 'aprovar', concordar com o elemento postado, demonstrando afinidade não somente ao conteúdo postado (que podem ser muitos), mas também àquele que posta. A aprovação pode sofrer deslizamentos significativos, possivelmente sendo assinada tanto pelo ícone 'Curtir', quanto pelo ícone compartilhar – sentido de uma escala mais apurada do aprovar; ou seja, de tanto que se aprova, também compartilha. Desconsiderar as condições de produção dos discursos é o mesmo que dificultar a interpretação de outras direções para os sentidos, pois além de se tratar de uma importante parte do processo discursivo, esta mobilização ajuda na interpretação das formulações do dizer.

O assujeitamento ideológico é aquele em que o sujeito individual se inscreve em uma formação discursiva, e desta forma se identifica em um sítio de sentidos e não outros, desta forma fazendo produzir tanto processos ideológicos, já que pode ser considerado uma prática. Funcionando de forma a interpelar o indivíduo em sujeito, a ideologia produz evidência a partir da constituição dos sujeitos e dos sentidos. A forma de compreender o mundo e suas relações sociais coloca o sujeito frente a formações discursivas variadas, e são elas a serem abordadas neste trabalho, representando as diferentes classes sociais, representada pelos bens materiais instaurados por este regime econômico.

No espaço digital/virtual, a influência do Estado Capitalista torna-se perceptível através das postagens dos usuários da rede *Facebook,* na qual circula além de grupos específicos baseados na situação socioeconômica, um bombardeio de publicidade tem tomado o espaço de interação entre as pessoas, evidenciando aspectos financeiros como divisor de grupos de referência, ou seja, só pertenço quando tenho. A partir da aprovação, engendrada pelo comando 'Curtir', uma espécie de aprovação circula entre os sítios de formações discursivas relacionadas à afinidade, ou melhor, ao curtir a postagem de um usuário, os sentidos podem ser diversos, mas também podem funcionar como 'ponte' para pertença a um grupo de referência. Pertencer a uma formação discursiva, em suma é filiar-se a redes de sentidos, assim**,** integrando o discurso a sua exterioridade (interdiscurso) que funciona na relação dos já ditos; ou seja, a estratificação de sentidos engendrados por uma memória, aqui chamada de memória discursiva (ORLANDI, 2007).

Alguns possíveis equívocos que são produzidos a partir do comando 'Curtir' – ver, visualizar, confirmar, concordar, compadecer-se, ignorar –, que se filia no 'Discurso de Vigilância'; portanto, ao acionar o ícone 'curtir', o sentido de mostrar que o conteúdo foi 'visto' também ser considerado como efeito de sentido. É possível observar que nem sempre, quando se curte alguma postagem no *Facebook,* o sentido comum de gostar *'like'* é colocado em circulação, pois, por conta das projeções sociais, o comando também pode ser acionado porque a postagem está ligada a alguém com quem busco estabelecer uma 'relação'.

Segundo Nunes (2013), na especificidade da busca da relação entre o clique e o 'gostar' é determinante que haja um gesto que os coloque em funcionamento, ou seja, há uma injunção [do sujeito] a se clicar em determinada postagem. Sobre esta injunção 'clicar-gostar', compreendemos que este gesto se efetua no sentido de obrigatoriedade e pressão das circunstâncias – ou interesse específico.

Negroponte (2006) parte do princípio de que o gesto de 'clicar' e 'curtir' é estruturante da relação sujeito com a materialidade virtual, sendo que tal gesto inscreve simbolicamente o sujeito nesta relação. O autor é citado por Nunes (2013, p. 327),

considerando que esse gesto é uma "propriedade que funda uma evidência: quando se está navegando, lendo em tela, falando com alguém no *Facebook* há injunção ao clicar!" A quantidade de curtidas de uma postagem no *Facebook* pode representar a popularidade tanto do conteúdo postado, quanto do usuário que posta.

Outro possível efeito de sentido do comando 'Curtir' é o de 'importar-se', 'compadecer-se', ou até mesmo o 'ignorar' – este último que circula no contraponto do sentido de compadecimento. Diferentes efeitos de sentidos podem ser produzidos a partir do comando 'Curtir', logo a possibilidade de uma postagem ser vista e não ser curtida faz funcionar possivelmente o efeito de 'neutralidade' – ou seja, fazendo com que o usuário seja indiferente à postagem de outro usuário, seja por qual for o motivo do não acionamento.

O silêncio atravessa as palavras dando sentido às mesmas; portanto, não tratar-se-á o silêncio como ausência de palavras, ou como pausa da fala, mas como parte do processo de produção de sentidos (ORLANDI, 2015b). Verifica-se que a partir do silenciamento do enunciado 'Curtir', outros sentidos são colocados em funcionamento, mesmo não estando linguisticamente inscritos, mas funcionam como se estivem materialmente presentes; aspecto retratado na próxima análise – a do 'Não Curtir'. O esquema de paráfrases que segue na Figura 3, apresenta uma possível relação entre 'Curtir' e 'Não curtir'.

Figura 3 – Esquema do batimento, curtir e não curtir
Fonte: Elaborada pelo autor (2016)

O 'não curtir' remete a uma memória de depreciação em relação a opinião alheia, principalmente em uma rede social com a dimensão do *Facebook*, na qual escolher o comando 'não curtir' em relação as postagens alheias, faria funcionar a desaprovação de tal postagem ou de seu conteúdo.

No sítio dos sentidos que se relacionam com a 'desaprovação', a 'afronta' pode produzir sentidos de 'repulsa', ou até mesmo, 'condenação' da postagem, no esquema, na sequência. No mesmo, percebe-se o funcionamento da 'intolerância' das 'diferenças', sejam elas sociais, intelectuais, culturais ou, até mesmo, socioeconômicas; situações que, ao postar um conteúdo em que a 'livre expressão' é articulada. O incômodo daquele que vê, pode ser uma forma de discordar, como pretexto para críticas ou até processos de segregação previstos pelo *Facebook* – por exemplo, por meio de outros comandos como 'ocultar atualizações' ou 'não quero mais ver isso', 'bloquear' ou 'denunciar' – como na Figura 4.

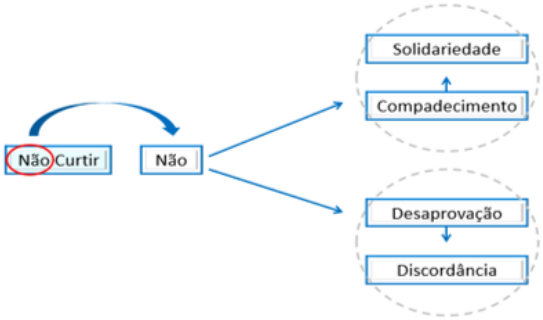


Figura 4 – Esquema de formações discursivas do 'Não Curtir'
Fonte: Elaborada pelo autor (2016)

Segundo Orlandi (2015b), o silêncio não é transparente, mas é fundador, ao mesmo tempo que trabalha as ambiguidades, tanto quanto as palavras. O estar em silêncio, não necessariamente, produz o sentido de abster-se do dizer; pelo contrário, silenciar-se pode dizer bem mais do que as palavras podem expressar.

Mesmo não possuindo o comando icônico no *Facebook* do 'não curtir', não impede, muito menos apaga a memória da censura; pelo contrário, ela funciona na repressão da 'livre expressão', do dizer algo querendo dizer outro, pois este outro circula na memória do dizer.

Busca-se exemplificar o funcionamento da paráfrase 'não curtir', a situação do recorte 2, que segue na Figura 5, por meio de seu recorte, em que um usuário do *Facebook* posta em seu perfil uma imagem com os dizeres em letras maiúsculas e garrafais 'O Brasil vai mudar quando o povo entender que herói... É isso aqui e não isso aqui'.

Figura 5 – Recorte 2: Postagem do 'usuário X' – 'Curtir versus Não Curtir'
Fonte: Página do Facebook (2016)

O 'é isso aqui' refere-se à imagem da esquerda na qual é possível observar um homem, possivelmente, escrevendo fórmulas em um quadro-negro. Já o 'e não isso aqui' refere-se à imagem da direita na qual é possível observar Neymar, famoso jogador da seleção brasileira com seu uniforme

Ao realizar essa postagem, com diferentes materialidades significantes, o usuário assume uma posição em relação a situação do Brasil – de (des) valorização da educação, uma vez que a imagem à esquerda deixa funcionar a memória do professor convencional – lecionando a partir de anotações no quadro-negro, mesmo que o sujeito professor não esteja graficamente explícito. O contraponto entre o professor e o jogador de futebol é colocada na relação da posição-sujeito 'herói', pois o ponto de paridade e diferença entre os dois sujeitos está justamente ligada a maneira que a sociedade 'povo', representa cada um.

Os aspectos econômicos, ou financeiros dos diferentes cargos representados no recorte, é silenciado pelo *status* dos próprios cargos (relação de poder), pois na textualidade apresentada acima, não é mencionado, diretamente, o salário do professor e do jogador, mas, o mesmo está dito através do interdiscurso; ou seja, a memória do dizer. O discurso materializado pela palavra 'herói', mostra-nos o funcionamento de, ao menos, dois processos discursivos: o herói da luta, da batalha, do sofrível e; o herói que usufrui do *status* da vitória. Ressalta-se que, ambos podem ganhar ou perder no seu trajeto.

Em uma segunda interpretação possível do sentido de 'curtir' aqui está relacionada ao 'compadecimento ou solidariedade'. O 'não curtir' materializado no 'curtir' também pode ter o sentido do 'lamento', do compadecimento às questões dos outros, pois quando se 'curte' a postagem do outro, não necessariamente o sentido de 'gostar' está em funcionamento, mas, diferentes sentidos podem ser produzidos a partir desta formação discursiva mencionada a pouco (compadecimento).

Em suma, o discurso, bem como a língua é um sistema aberto, no qual os sentidos não estão em seu interior já prontos, mas sim, circulam na mesma intensidade da ideologia. Por isso, não se pode reduzir a produção de sentidos como o funcionamento da língua mais o contexto, mas, processos sócio-históricos que circulam nos discursos, inclusive compreendendo de uma forma constitutiva a produção de sentidos, não sendo reduzidos como uma correlação entre sujeitos e sentidos (ORLANDI, 2015a).

Considerando a linguagem dinâmica, e o discurso sempre em curso, é importante ressaltar que durante a escrita desta pesquisa, quando as análises do ícone 'Curtir' já estavam sendo elaboradas, um novo ícone é colocado em funcionamento, ou ao menos disponibilizado pela rede social virtual *Facebook* para utilização, o 'Reagir'. O comando que 'coloca-nos' frente a uma nova perspectiva discursiva em relação ao 'curtir', pois sendo uma nova formulação, o ícone é representado por várias imagens já utilizadas no meio digital – os '*emoticons',* que do inglês '*emotions',* significa emoção; palavra que mobilizará uma série de paráfrases que mostram o movimento dos sentidos, o que de fato interessa aos analistas de discurso.

Podemos considerar que a utilização de figuras/ícones promove a ilusão de se estar no controle dos sentidos (ORLANDI, 2011). No entanto, a partir da Análise de Discurso, é possível perceber a não contenção dos sentidos, muito menos seu controle, já que a linguagem está em uma relação não-linear com o sujeito, pensamento e mundo.

Figura 6 – Recorte 3: 'Emoticons' que buscam representar o 'reagir'
Fonte: Página do Facebook (2016)

Este recorte mostra uma nova ferramenta do *Facebook,* colocada em circulação no ano de 2016, tempos depois dos usuários deste *software* terem a possibilidade de acionar o ícone 'curtir', assim podendo 'retratar' (mesmo que ilusório) possíveis sensações.

Associado ao comando 'curtir', o comando 'reagir' (como é nomeado pelo próprio *Facebook*), funciona como uma espécie de 'extensão' do 'curtir', associando-se a outros ditos (inter) relacionados ao enunciado – interdiscurso. Quando se posiciona o *mouse* sobre o dispositivo 'curtir' em alguma publicação, aparece em fileira horizontal as imagens dos *emoticons.* Portanto, é importante salientar que não existe um ícone/comando próprio para o 'reagir' – ele encontra-se dentro do 'curtir', de forma a compartilhar de alguma maneira um sítio discursivo.

Ao descrever algo, o sujeito busca tomar o sentido como único, ou seja, através da descrição é engendrada uma espécie de 'garantia' de que aquilo que se diz é transparente em relação à "intenção" de quem disse. Porém, através do estudo em Análise de Discurso, chega-se à fundamentação teórica de que a linguagem é atravessada por diferentes elementos, assim a tornando não transparente e repleta de equívocos. Percebe-se então, na utilização de ícones, imagens, figuras (os *emoticons*) uma tensão entre o verbal e não-verbal, daquilo que diz como imagem e do que diz enquanto palavras. Por trabalharem com diferentes materialidades, os discursos propõem a circulação de diversos sentidos a partir dos deslizamentos e deslocamentos.

O poder midiático, principalmente o que funciona pela afetação capitalista, utiliza de forma maciça de imagens, figuras, cores; buscando a significação, ou até uma (re) significação de elementos que circulam nos meios de comunicação, independentemente de sua materialidade. Segundo Orlandi (2011), mesmo sabendo que os sentidos não são estanques, na relação entre sujeito, interpretação e significação. Pensar em sentidos dominantes é trabalhar de uma outra forma a literalidade que, também como memória do dizer, produz incompletudes no jogo dos sentidos. Os fenômenos linguísticos colocam a própria linguagem na dinamicidade do simbólico, quebrando, assim, o paradigma da literalidade, do sentido estar colado nas palavras.

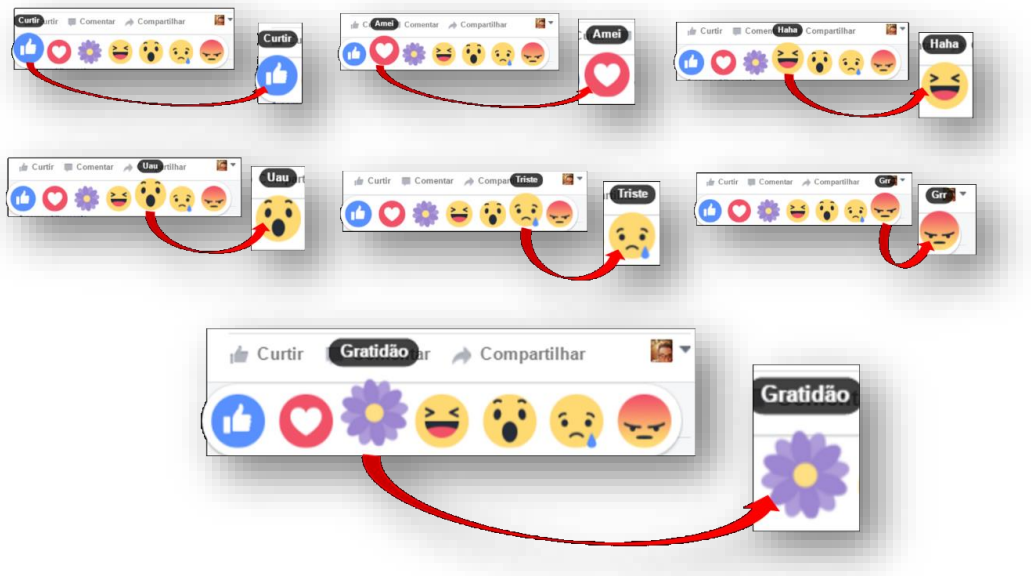
O primeiro ícone desta série de ícones, nomeados pela rede social virtual *Facebook* como 'Reagir' é composto pelo próprio 'curtir', simbolizado por uma mão com o polegar levantado, remetendo à memória de 'positivo'. Logo em seguida, um coração branco dentro de um círculo rosa é acompanhado pelo enunciado 'amei'.

De todos os ícones representados pelo 'reagir', o terceiro é materializado por um *emoticon* sorrindo, normalmente utilizado em aplicativos de mensagens *online* e bate-papos de redes sociais – este utiliza da onomatopeia 'haha' como nomeação. A expressão 'uau' acompanha o *emoticon* figurado pela relação com a surpresa, na qual um rosto 'boquiaberto' atenua uma expressão facial bem delineada. O próximo ícone exibe um *emoticon* com traços de 'cabisbaixo'/'abatido', inclusive com uma lágrima saindo do seu olho direito – este vem acompanhado pelo enunciado 'triste'. A última representação

icônica dessa série de *emoticons,* é explicitada por um rosto 'bravo', com as sobrancelhas abaixadas, mostrando também o rosto avermelhado, como se estivesse 'esquentado' por uma 'insatisfação'. Ao passar o cursor do *mouse* nesta figura, uma outra onomatopeia é apresentada: 'grr'.

Uma vez que o processo discursivo conta com o funcionamento de elementos textuais e não textuais para a produção de sentidos, percebe-se então a incompletude da linguagem deixa de ser velada no caso desse funcionamento específico na medida em que pela apresentação de diferentes materialidades significantes (imagens e palavras) deixa entrever a insuficiência de cada uma delas. É porque não basta a apresentação do *emoticon*, sujeito à múltiplas interpretações, que é necessário apresentar uma palavra associada a ele. Isso desfaz a completude de sentido.

Ao enunciar as palavras, associadas aos ícones de imagens, o *Facebook* silencia outras possíveis, que funcionariam como (co) relações entre reações e efeitos de sentidos. Desta forma, será analisado na sequência, os enunciados organizados no recorte 4, mostrado pela Figura 7 legendada, que acompanham os *emoticons*, bem como sua superficialidade linguística.



Legenda: 'Curtir' – Verbo regular em ação; 'Amei' – Verbo regular no indicativo/pretérito perfeito; 'Haha' – Figura de linguagem/onomatopeia; 'Uau' – Interjeição; 'Triste' – Adjetivo primitivo; 'Grr' – Figura de linguagem/onomatopeia em inglês; Gratidão' – Substantivo abstrato

Figura 7 – Recorte 4: Ícones, palavras e classes gramaticais
Fonte: Página do Facebook (2016)

Observa-se ainda além dos seis ícones que buscavam representar de forma clara as possibilidades de reação, um novo ícone que foi colocado em funcionamento no dia das

mães de 2016, em tal rede social virtual, materializado por um desenho de flor na cor lilás, acompanhada pela palavra 'gratidão'.

Após a data comemorativa do dia das mães, o ícone denominado de 'gratidão' desapareceu do rol de reações possíveis, evidenciando assim a 'incompletude' da linguagem no caso específico das reações do *Facebook,* pois se a mesma fosse transparente, não seria necessário criar um ícone temporário para representar a gratidão

A utilização de diversas classes de palavras que, desfaz por um lado a homogeneidade da nomeação, faz funcionar um efeito de 'exatidão' do comando, às custas da variação de classes gramaticais. De certa maneira seria como se o usuário suposto pela ferramenta, ao eleger um destes comandos, excluísse todas as outras possibilidades de 'reação', já que somente uma pode ser escolhida.

Ao possibilitar a escolha de diferentes classes gramaticais, porém os restritos enunciados e ícones, a ferramenta busca 'amenizar' a equivocidade do comando principal 'curtir' – ação que é ilusória de controle, quando se trata da dispersão da linguagem e dos discursos. Por não existir uma relação direta entre mundo, pensamento e linguagem; tampouco uma coincidência transparente entre 'sentimento' e 'sentido', verifica-se então, que os sentidos sempre estão em fuga, jamais estão colados nos enunciados (ORLANDI, 2012).

Considerações Finais

Considerando as diferentes formas de sociabilidade e interação na referida rede social, observou-se que nem sempre o 'Curtir' de uma postagem coloca o 'gostar' em funcionamento, sendo que pode produzir até mesmo uma relação com o usuário que postou. Assim, os deslizes de sentido do 'Curtir' ao modo do 'ver' movimentam-se no discurso de 'visualizar', considerando as condições de produção da rede social, a partir das derivas do 'Curtir', e não necessariamente o sentido de gostar.

A circulação dos discursos nas redes sociais perpassa pela materialidade digital; pelo funcionamento dos sentidos na ilusão de que com 'um só clique' a massificação dos relacionamentos, de suas diferenças e complexidades, se resolvam. Segundo Orlandi (2011), mesmo sabendo que os sentidos não são estanques, pensar em sentidos dominantes é trabalhar de uma outra forma a literalidade que, também como memória do dizer, produz incompletudes no jogo dos sentidos.

Conclui-se que a discursividade que funciona no ambiente virtual, utiliza de materialidades significativas para produzir sentidos, verificando-se que a linguagem não é transparente, nem tampouco linear, sendo justamente nesta opacidade que o discurso se constrói. A produção de sentidos nas redes sociais sofre constantes deslizes, considerando a relação entre o interdiscurso e a formulação enunciativa do intradiscurso.

Referências Bibliográficas

COSTA, Jurandir F. A Externalização da Subjetividade. **Encantos e Contos**, 2 abr. 2011. Disponível em: <https://encantosemcontos.wordpress.com/2011/04/02/a-externalizacao da subjetividade/>. Acesso em: 30 mai. 2016.

KIRKPATRICK, David. **O efeito Facebook.** Rio de Rio de Janeiro: Intríseca, 2011.

NEGROPONTE, N. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NUNES, Silvia R. O discurso infográfico e a produção de uma posição-sujeito leitor de informação infografada. **Revista Ecos**, v.15, n. 2, p. 323-348, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento:** as formas do discurso. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CARROZA, Guilherme; SANTOS, Miriam dos; SILVA, Telma Domingues da. (orgs.) **Sujeito, Sociedade, Sentidos**. Campinas: RG, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso:** princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Papel da Memória.** 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2015b.

AS NOVAS TECNOLOGIAS E SEUS EFEITOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZADO[14]

EDMARA BARRA DOS SANTOS
Faculdade de Ciências Médicas Doutor José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Cel. Alfredo Custódio de Paula, 320 - Santa Elisa, Pouso Alegre - MG, 37550-000

edmarabarrasantos@hotmail.com

Resumo. *Interessa-nos investigar, à luz da perspectiva discursiva, como professores e alunos se subjetivam diante das possibilidades tecnológicas da contemporaneidade, com o objetivo de vislumbrarmos quais são as posições discursivo enunciativas e as funções assumidas por educadores e educandos, no cenário atual. Partindo do pressuposto de que com o advento das novas tecnologias as posições e funções exercidas por professores e alunos estão em constante deslocamento e transformação, levantamos a hipótese de sua posição de poder-saber do professor – historicamente constituída – suscita uma (des)construção e consequente (re)invenção, de modo que o professor consiga se subjetivar diante das possibilidades tecnológicas.*

Palavras-chave. *Perspectiva discursiva. Novas tecnologias. Subjetividade. Ensino.*

Abstract. *Based on the discursive perspective we are interested in investigating how teachers and students subject themselves towards the contemporary technological possibilities, so that we can glimpse the discursive positions and functions assumed by learners and educators in the present scenario. Assuming that the advent of the new technologies has affected teachers' and students' roles, we came up with the hypothesis that the knowledge and powerful position historically taken by educators claims for a deconstruction and reinvention, so that teachers can get to subject themselves towards the technological possibilities.*

Key Words. *Discursive perspective. New technologies. Subjectivity. Teaching.*

Introdução

O presente estudo encontra sua relevância social e educacional ao possibilitar reflexões e contribuições teoricamente fundamentadas acerca da temática bastante atual e relevante aqui abordada, a saber: os efeitos das novas tecnologias na subjetividade de educadores e educandos. Este estudo visa a fornecer considerações e encaminhamentos relevantes sobre a presença das novas tecnologias no espaço escolar e sobre o modo como incidem nas posições discursivas, portanto ideológicas, de alunos e professores. Dias (2011, p 12) diz que a ideologia desse movimento cibernético traz efeitos no interior das ciências e das sociedades, da vida e dos movimentos intelectuais, sobretudo para a constituição dos sujeitos.

[14] Este estudo resultou de uma pesquisa de Iniciação Científica, sob supervisão da Profa. Dra. Juliana Santana Cavallari, e contou com o financiamento da FAPEMIG.

Interessa-nos investigar as implicações das possibilidades tecnológicas nas relações estabelecidas no processo de ensino-aprendizagem. O objetivo deste artigo é a análise e compreensão de como educadores e educandos se subjetivam diante das possibilidades tecnológicas na contemporaneidade, a fim de vislumbrarmos, à luz da perspectiva discursiva, mais especificamente da Análise de Discurso francesa (AD), quais são as posições enunciativo-discursivas e as funções assumidas por professores e alunos, nesse novo cenário educativo e trabalhar em torno de questões relevantes e atuais que têm impactado o processo de ensino-aprendizagem na contemporaneidade.

Para coleta do material de pesquisa, selecionamos uma escola gratuita de contra turno, na cidade de Pouso Alegre, que atende alunos do ensino fundamental I e II, em horário diferente do período da escola regular.

Para atingirmos os nossos objetivos de pesquisa, formulamos os seguintes questionamentos que buscamos responder ao longo deste estudo:

- Quais são as posições discursivas assumidas por professores e alunos em um contexto educacional perpassado pelas possibilidades tecnológicas?

- Como o professor se subjetiva diante das possibilidades tecnológicas voltadas para a educação, tendo em vista que o educador não é mais imaginado ou representado como o único detentor do conhecimento e da informação a ser transmitida para o aluno?

- De que modo o discurso da tecnologia, sustentado pela ideologia da comunicação e da informação (Dias 2012, p.11), afeta e transforma as relações estabelecidas no espaço escolar?

Na sequência, abordaremos alguns conceitos norteadores deste estudo e das discussões aqui propostas, bem como a metodologia de pesquisa e a análise do corpus discursivo.

1. Discurso

A Análise de Discurso toma o discurso como objeto de análise. Orlandi (2003, p.30) destaca que não se trata da língua ou da gramática, ainda que essas coisas lhe interessem, mas se trata do discurso, e a palavra discurso para ela se refere a ideia de curso, de percurso, sendo assim de movimento. Podemos, assim, considerar o discurso como palavra em movimento, e através do estudo do discurso observa-se o homem falando. O discurso está carregado de ideologias; então, não podemos dizer que o discurso é neutro, mas carrega em si efeitos de sentido. Segundo Orlandi, “A Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente” (Orlandi, 2003, p.17), ela carrega sentidos, que são materializados através do discurso. A autora acrescenta que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós” (Orlandi, 2003, p.43.). Podemos, assim, considerar o discurso como algo que já chega para nós carregado de sentidos, e que nós não temos consciência disso; repetimos algumas palavras, sem muitas vezes nos darmos conta de como os sentidos são produzidos.

As posições discursivas que o enunciador assume acontecem e significam no momento sócio histórico no qual se insere, trazendo à tona o interesse da nossa pesquisa que é entendermos, através de práticas discursivas, como educadores e educandos se subjetivam diante das possibilidades tecnológicas da contemporaneidade, e quais as funções assumidas por professores e alunos, nesse novo cenário educativo. Para desenvolvermos nossa análise iremos nos pautar na noção de equívoco. De acordo com Santos "O equívoco ocorre quando a enunciação do sujeito nos permite entrever à deriva dos sentidos uma vez que sentidos muitas vezes indesejados vêm à tona na materialidade linguística." (Santos, 2011, p.19) O equívoco nos mostra a noção da ausência de domínio do sujeito em relação ao que ele fala.

1.1. Ideologia

A ideologia, segundo Orlandi (2003 p.48), deve ser considerada não como um conjunto de representações, como visão de mundo, ou como ocultação da realidade, já que não há realidade sem ideologia. A ideologia aparece como uma relação necessária entre o sujeito, a língua e a história para que haja sentido, ela é o ponto chave que se esconde atrás da fala do sujeito.

"Os sentidos não estão nas palavras elas mesmas, estão aquém e além delas" (Orlandi, 2013 p. 42). Podemos considerar que as palavras que sempre falamos produzem um efeito de evidência no/pelo discurso que é sempre atravessado pela ideologia. "Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa" (Orlandi, 2013 p. 38). A Análise do Discurso busca compreender como a ideologia se materializa no discurso e atribui sentidos ao nosso dizer.

Não nos damos conta do funcionamento ideológico do discurso: "(...) temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos quando, na realidade, retornamos sentidos preexistentes" (Orlandi, 2013 p. 35). Esses sentidos pré-existentes chegam até nós, e acabamos reproduzindo já-ditos sem nos darmos conta disso. Orlandi (2013, p. 35) diz que quando nascemos os discursos já estão em processo é nós adentramos esse processo. Assim sendo, o discurso não se se inicia em nós: a língua e a história nos afetam, e as mesmas se materializam em nós.

1.2 Sujeito

A noção de sujeito proposto pela Análise do Discurso é diferente do sentido de sujeito proposto pelo iluminismo, como o centro de si mesmo. A AD nos traz o sujeito como afetado pela ideologia e pela língua. Orlandi afirma que "É também a ideologia que faz com que haja sujeitos" (Orlandi 2013, p. 48)

O sujeito, assim como o discurso, não é transparente nem possui uma neutralidade, ele é determinado sócio-historicamente. Orlandi (2013, p. 49) diz que o sujeito só tem acesso a parte do que diz, e não "ao não dito" que se esconde atrás do "dito", ele é sujeito à linguagem e à história, pois para se constituir sujeito e produzir sentidos ele é afetado por elas, pois se ele não for submetido à linguagem e à história ele não se constitui, ele não fala, e não produz sentidos.

A Análise de Discurso compreende o sujeito como sendo livre para falar, mas submisso no que fala, pois se submete às questões históricas e ideológicas do que fala. Orlandi (2013, p. 50) diz do assujeitamento do sujeito que é livre para dizer mas que precisa se submeter a língua para saber: "o assujeitamento é a própria possibilidade de se ser sujeito. Essa é a contradição que o constitui: ele está sujeito à (língua) para ser sujeito de (o que diz)" (Orlandi, 1999, p. 19). "O sujeito não é origem dos sentidos que seu dizer produz, mas se "esquece" disso para que possa se comunicar" (Santos 2011, p. 11). Para desenvolvermos nossa análise é importante considerar que o sujeito não é a origem do que diz e que é sempre afetado pelo momento sócio-histórico.

2. Procedimentos Metodológicos

Para coleta do material de pesquisa foram realizadas algumas entrevistas que foram gravadas em áudio e depois transcritas pelo pesquisador. As entrevistas foram realizadas em um colégio, na cidade de Pouso Alegre, no estado de Minas Gerais com cinco professores e três alunos do quinto ano do Ensino Fundamental I. O colégio escolhido é bastante singular por ser uma escola de contra turno, que funciona em período e horário diferente das escolas regulares. Esses colégios foram criados para atender as crianças cujos pais trabalham e não podem ficar com eles no período em que não estão na escola regular. O colégio atende alunos do Ensino Fundamental I e II, de segunda a sexta-feira, por 5 horas por dia. A seleção dos alunos que ingressam no colégio é feita sobre algumas condições como: renda familiar baixa, se os pais trabalham ou não, se os alunos estão matriculados regularmente nas escolas regulares, entre outras exigências, um dos objetivos é que as crianças e adolescentes tenham um outro lugar seguro para ficar, e com isso não fiquem nas ruas.

O Colégio oferece para as crianças aulas de teatro, música, natação, inglês, reforço escolar de todas as matérias, entre outras atividades. O colégio onde o material de pesquisa foi coletado atende cerca de 250 crianças no total. Trata-se de uma instituição filantrópica, que conta com uma verba do governo e várias doações de colaboradores para ajudar a manter o colégio. A escola consegue algumas bolsas integrais de estudo em um colégio particular da cidade para alguns alunos que são escolhidos por suas notas e rendimento escolar satisfatório. Os alunos entrevistados em nossa pesquisa são todos bolsistas de uma escola particular da cidade de Pouso Alegre, com a faixa etária de 10 anos de idade.

Todos os professores da escola de contra turno são contratados por outras escolas estaduais da cidade. Todos eles possuem formação e são licenciados para darem aulas. O colégio de contra turno não é responsável pelo pagamento do salário desses professores, mas sim o colégio que os contratou, sendo que cada professor responde de forma direta a esses colégios.

A pergunta feita aos professores e alunos para mobilizar suas falas foi a mesma: "Como você vê o uso da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem?". Buscou-se fazer uma pergunta bem ampla e genérica para não direcionar a resposta dos entrevistados.

A partir das respostas obtidas, buscamos algumas regularidades enunciativas e propusemos alguns eixos de análise, sem perder de vista nosso tema de pesquisa. Ao longo das análises, procuramos observar como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em rastrear como os gestos de interpretação e os efeitos de sentido e de evidência discursiva são produzidos.

Em função da temática abordada nesse estudo, traremos, no próximo item, uma discussão sobre a noção de tecnologia e suas consequências sociais e educacionais.

3. As Novas Tecnologias e alguns de seus efeitos

Vivemos em uma sociedade onde a cada dia se faz mais forte o uso das chamadas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Parece que já não conseguimos mais pensar em um mundo onde não estejam presentes celulares, computadores, tabletes e outros aparatos eletrônicos. É interessante lembrar que nem sempre foi assim, pois há alguns anos este tipo de tecnologia nem existia e todos conseguiam viver, interagir, ensinar e se comunicar, mesmo sem ter acesso às TICs. Podemos observar, hoje, quantas mudanças resultam do uso das novas tecnologias e como essas mudanças têm trazido impactos em nossas vidas. Nesta pesquisa, em especial, nos interessa ver os efeitos delas em nosso meio, sobretudo no processo de ensino e aprendizagem.

Na sociedade contemporânea, a tecnologia parece estar automaticamente relacionada à informática e às ciências exatas, mas, a priori, a tecnologia é muito mais ampla e diversificada do que isso. Ferreira (2011, p. 4) nos traz o sentido da palavra tecnologia pelo dicionário:

> **tecnologia**[15]
> tec.no.lo.gi.a
> ***sf*** (***tecno+logo***[2]***+ia***[1]) **1** Tratado das artes em geral. **2** Conjunto dos processos especiais relativos a uma determinada arte ou indústria. **3** Linguagem peculiar a um ramo determinado do conhecimento, teórico ou prático. **4** Aplicação dos conhecimentos científicos à produção em geral: ***Nossa era é a da grande tecnologia. T. de montagem de superfície, Inform:*** método de fabricação de placas de circuito, no qual os componentes eletrônicos são soldados diretamente sobre a superfície da placa, e não inseridos em orifícios e soldados no local. ***T. social, Sociol:*** conjunto de artes e técnicas sociais aplicadas para fundamentar o trabalho social, a planificação e a engenharia, como formas de controle. ***De alta tecnologia, Eletrôn*** e ***Inform:*** tecnologicamente avançado: ***Vendemos computadores e vídeos de alta tecnologia***. ***Sin: high-tech***.

Ferreira (2011, p. 4) diz que temos quatro diferentes acepções a respeito do que venha ser tecnologia, sendo a primeira delas tratado das artes em geral, a segunda seria relativo a arte ou indústria, terceira tecnologia como linguagem, e a última que nos traz maiores números de definições do que vem a ser tecnologia está relacionada ao campo da informática e da sociologia. Nota-se que nem sempre a tecnologia esteve ligada à

[15] O verbete está disponível no site do dicionário Michaelis no seguinte endereço eletrônico: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=tecnologia. Acesso: fev 2015.

informática, o que nos ajuda a entender a tecnologia como algo muito mais amplo do que o que até então temos compreendido e relacionado como sendo tecnologia, e que nos remete a técnicas e procedimentos específicos.

Para nos ajudar a compreender o impacto produzido pelas novas tecnologias é interessante retomar o que Lafontaine nos traz:

> **O mundo que adentramos se parece estranhamente com aquele sonhado pelos primeiros ciberneticistas ao sair da Segunda Guerra Mundial. Um mundo sem fronteiras, totalmente voltado a comunicação e a troca de informações, no seio do qual as antigas barreiras entre humano, animal e máquina parecem definitivamente abolidas**. Um mundo tornado mais racional pelo controle e a gestação informacionais. Um mundo povoado de seres híbridos tais como as máquinas inteligentes, esses robôs e esses ciborgues dos quais as mídias anunciam a cada dia novas descobertas. Enfim, um mundo melhor onde o humano pode, enfim, esperar atingir tecnicamente a imortalidade (Lafontaine 2014, p. 13).

Na citação acima, quero chamar a atenção para o trecho em destaque (grifo nosso) É interessante o quanto isso é difundido em nosso meio; é comum ouvirmos as pessoas dizendo "hoje não existe mais barreiras para a comunicação", "Hoje em dia tudo é mais fácil". Caberia aqui alguns questionamentos. De que facilidade estamos falando? Se olharmos para 50 anos atrás o que hoje para nós é comum, como por exemplo se comunicar por whats app, não o era antigamente. O que interessa para nós é ver como essas mudanças trouxeram grandes impactos para o mundo, para o sujeito em suas relações uns com os outros, no seu modo de vida. Não podemos mais afirmar que nos comunicamos da mesma forma após o advento das novas tecnologias, nem que as coisas continuam iguais.

De acordo com Galeano (2006), a tecnologia da comunicação, em nossos dias, é frequentemente aperfeiçoada, mas, no entanto, cada vez mais parecemos estar em um reino de mudos, fazendo, o referido autor, uma séria crítica ao que temos vivido, pois parece termos avançado muito nas tecnologias de comunicações, mas estamos regredindo em nossa forma de comunicação tradicional, interpessoal. A esse respeito, Augé (2006) afirma que a relação dos indivíduos com as tecnologias da comunicação pode gerar uma certa passividade, na medida em que expomos nosso cotidiano ao espetáculo de uma realidade efêmera, mas que nos leva a solidão, na medida em que a telecomunicação abstrai a nossa relação com o outro, substituindo com o som e as imagens a relação corpo a corpo e cara a cara.

Essas mudanças afetam a constituição do sujeito como um ser histórico, político, social, pois, segundo Dupuy, a "personalidade dos indivíduos é moldada pelo meio social e cultural em que eles vivem, mas inversamente esse meio é o reflexo da personalidade de base dos que o habitam" (Dupuy, 1996, pp. 102-103) e isso é gerador de mudanças na vida e na forma de viver de cada um. Isso muito nos interessa para podermos compreender e problematizar os efeitos que essas mudanças produzem sobre professores e alunos em sala de aula diante das novas tecnologias.

As novas tecnologias causam o excesso da modernidade que parece ser vista em nosso meio sempre como algo ideal, que sempre nos traz facilidade, é como se a tecnologia viesse a ser a solução para todos os problemas que temos, mas queremos questionar essa

verdade, com base em Augé (2006) que diz em seu texto sobre a substituição dos mitos em nossa sociedade. Segundo esse autor, antes tínhamos os mitos do passado que se referiam aos mitos da sociedade, sobre a origem, mitos de fundação de todos os tipos de crenças que procuravam o sentido presente da sociedade em seu passado. No século das luzes o homem se vê como dono de si mesmo; a razão já não mais se vincula aos deuses. Começa um novo mito: o mito do futuro, dessa modernidade como algo perfeito, como possuiria a solução de tudo, mas que acaba sendo uma grande utopia e por consequência disso chegamos à três excessos que a modernidade nos traz, sendo eles: o excesso de informação, de imagem, e de individualismo.

Abordamos, no próximo item, algumas formulações de professores e alunos, de modo a compreender como eles se subjetivam diante do uso dos novos aparatos tecnológicos, no contesto escolar.

4. Como o professor e o aluno se posicionam diante do uso dos novos aparatos tecnológicos em sala de aula

Em nosso estudo sobre os efeitos das novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem, conseguimos observar diferentes posicionamentos de professores e alunos em relação ao uso das tecnologias no espaço escolar: enquanto os alunos se mostram favoráveis ao seu uso, por estarem inseridos no discurso da tecnologia que imaginariamente proporcionaria e facilitaria a comunicação e a informação, os professores, por sua vez, se mostram mais reticentes, pois o uso das novas tecnologias exige um novo formato de aula, além de produzir mudanças na posição de professor enquanto detentor do saber. Nos registros que se seguem, retirados de trechos das entrevistas realizadas com os professores da escola de contra turno, buscamos ancorar e aprofundar as considerações anteriores.

Ao ser perguntado sobre o uso das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem, um dos professores pesquisados (P-1) nos respondeu:

> RD 1[16] (P-1) Então eu acho que a tecnologia pode ser usada bem e ruim [sic] tudo depende da maneira que você usa ela né, eu dou aula de teatro então eu acho que a tecnologia para mim é mais prejudicial do que vantajosa porque eu acredito que e ta gente numa era que os alunos já ficam muito na tecnologia em casa, filme, fala de filmes, já assiste muito filme em casa, não tem a parte de produzir, então eu acho acredito que na escola você tem que fortalecer mais essa parte de produção de autoconhecimento distanciando um pouco da tecnologia usando ela só quando for necessária e for para ser um ganho e não um prejuízo.

Nesse recorte observamos, na fala do professor 1 (*eu dou aula de teatro então eu acho a tecnologia para mim é mais prejudicial do que vantajosa),* uma visão da tecnologia como prejuízo e como possível dano para a prática de sala de aula. Para este professor, a tecnologia está associada à atividades de lazer e caseiras (assistir filme em casa) e não à educação, o que o faz penar que o uso da tecnologia na escola seria mais prejudicial do que vantajoso. Parece que do lugar de professor, P1 não conseguiu compreender de que modo a tecnologia seria produtiva na escola e para o ensino. Materializa-se, em seu dizer, uma

[16] [RD1, 2, 3, 4...] são os símbolos utilizados para enumerar os recortes discursivos apresentados.

oposição entre o uso da tecnologia em casa e o uso da tecnologia na escola como coisas totalmente distintas. Há uma resistência em relação ao uso da tecnologia na escola, pois ela parece estar associada ao lazer, já que P1 não consegue vislumbrar de que modo a tecnologia auxiliaria no ensino.

Ainda no dizer do professor 1, ao observarmos seu posicionamento contrário ao uso da tecnologia, nota-se também uma angustia presente no seu dizer, em especial quando se refere às suas aulas de teatro (*eu dou aula de teatro*). Se faz presente no imaginário do professor o fato de que a tecnologia não o ajuda, não tem nada a contribuir a não ser para a as aulas regulares, não sendo possível estabelecer nenhum gancho entre os dois. Nota-se que ele se coloca fora desse processo, se coloca à parte. Como justificativa para se opor ao uso da tecnologia, P1 destaca a disciplina que leciona: teatro. A visão de tecnologia de P1 está colada à informática, sendo que, como já destacado no item anterior, o tipo de disciplina que a professora leciona necessita de diversas tecnologias (no sentido de técnicas) para funcionar: o cenário, as roupas, os papéis, o som, entre outros.

Na fala do professor 1 (P-1), (*e ta gente numa era que os alunos já ficam muito na tecnologia em casa, filme, fala de filmes, já assiste muito filme em casa*), conseguimos apreender uma certa angustia, em função de o conteúdo a ser trabalhado ou apresentado em sala de aula não ser mais novidade para o aluno, visto que os mesmos acreditam já ter acesso a tudo o que precisam saber em casa, por meio da internet e de outras TICs. Isso faz com que o professor se distancie da sua posição de detentor do saber até então estabelecida e legitimada em nossa sociedade. É como se esse papel fosse sendo perdido pela inserção dos novos aparatos tecnológicos tão presentes na vida dos alunos, e isso é causador de angustia para o professor. Coracini (2016, p. 215) afirma que a sensação de incompetência e de inutilidade da tarefa assumida pelo professor se vê ampliada diante do desenvolvimento tecnológico que parece vir substituir sus tarefas como professor, e ainda fazê-las melhor do que ele.

Ao entrevistarmos mais um dos professores vemos que sua fala parece dialogar com a resposta analisada anteriormente, já que ambos os professores se inserem em uma mesma posição discursiva e ideológica sobre o uso das novas tecnologias na sala de aula. O Professor 2 (P-2), que também dá aula no colégio pesquisado, nos diz:

> RD2 (P-2) Bom é faz pouco tempo que eu dou aula, mas então não tenho muita experiência no assunto, mas eu sempre busco utilizar as tecnologias, vídeo coisas que eu acho mesmo que eu consigo encontrar na internet porque isso me ajuda, me da por exemplo quando eu vou planejar uma aula mesmo eu utilizo a internet para poder estar me atualizando, para ver o que eles estão o que eu posso trazer de mais atual para os alunos, isso é muito bom, quando eu comento com eles que eu vou passar algum tipo de vídeo para eles isso é como se fosse um prêmio eles gostam, eles sempre me pedem para usar o celular, mas eu não deixo, mas eu estou buscando tentando achar alguma maneira de estar trabalhando e utilizar a tecnologia a favor da educação, ainda não consegui encontrar alguma coisa nesse sentido, mas eu estou buscando alguma maneira porque eu sei que isso é interessante para eles, e eles sempre "tia pode usar o celular?" "A tia devia deixar usar o celular", entendeu, porque eles gostam muito, eu acredito que no futuro vai ser, não vai ter como evitar, vai ser essencial tudo o que puder trazer de tecnologia mesmo para as aulas para escola vai ser isso, o nosso futuro é esse porque eles já chegam com muita informação por causa da tecnologia, então se a gente quiser manter daquela maneira de ensinar daquela tecnologia tradicional

> cada vez mais a gente vai perder os alunos, então a gente tem que estar atualizado a gente tem que estar por dentro das tecnologias, é tentando casar o conteúdo com a tecnologia para poder trazer mesmo puxar a atenção deles para nossas aulas para as atividades propostas.

Novamente a angustia do P-2 se mostra presente em vários momentos do seu dizer, que parece estar centrado na perda de poder-saber produzida pela suposta necessidade de o professor inserir o uso dos novos aparatos tecnológicos em suas aulas, visto que, imaginariamente, se isso não acontece suas aulas podem parecer obsoletas e desinteressantes e, assim, o professor experimenta uma sensação de insegurança, de incompetência e de frustação, tal como sugere o trecho a seguir (*então se a gente quiser manter daquela maneira de ensinar daquela tecnologia tradicional cada vez mais a gente vai perder os alunos*...). O medo e a insegurança de perder o aluno, já que o professor não é mais visto como detentor exclusivo do saber, se materializa no dizer do professor que agora parece estar à margem do processo de ensino-aprendizagem, sempre buscando (como aparece repetidas vezes no recorte acima) adequar sua prática a um fazer tido como ideal na atualidade, para manter o desejo ou interesse do aluno por suas aulas. Coracini (2016, p. 210) diz que a consequência da naturalização das novas tecnologias, como base para um bom desempenho pedagógico, se instala no imaginário do professor como uma situação de conflito, no qual ele tem o desejo de dominar essas novas tecnologias, e a angústia que se cria diante da constatação do seu desconhecimento e dificuldade que colocam em xeque sua autoridade ou poder que é associado ao seu suposto saber, que começa a ser questionado.

Parece se instalar, no imaginário do professor, a necessidade de dominar as novas tecnologias a todo custo, pois se ele não der conta de inserir as novas tecnologias em seu fazer pedagógico, sua função como professor não será vista como significativa por parte do aluno, para quem as novas tecnologias ou o digital já são estruturantes de sua subjetividade. No trecho *a gente tem que estar atualizado a gente tem que estar por dentro das tecnologias...*, o professor parece se dar conta de que precisa fazer parte desse universo digital e tecnológico, que já constitui seu aluno e a relação que ele estabelece com o mundo, para tornar suas aulas mais significativas e para estabelecer algum tipo de laço com esse aluno, embora ainda não saiba como fazê-lo. Há um pré-construído que aponta para o que seria uma aula ideal hoje e isso passa, necessariamente, pelo uso das novas tecnologias. O professor se vê às voltas com isso: pois parece haver uma relação de causa e efeito entre o uso das tecnologias e uma aula dinâmica, mas o próprio professor não consegue fazer essa relação.

Ainda na fala do pesquisado, quando o mesmo diz *daquela maneira de ensinar, daquela tecnologia tradicional* parece se materializar, em suas formulações, uma ideia de que a forma tradicional de ensino, praticada antes da presença maciça das novas tecnologias no contexto escolar, não se pratica mais e está ultrapassada, pois está longe de ser o modelo de aula considerado como ideal pelo aluno atual e que, necessariamente, faria uso das novas tecnologias para se efetivar. Por outro lado, diferentemente do professor 1, este professor (P2), ao afirmar *tecnologia tradicional* ao invés de aula tradicional, parece se dar conta de que o modo tradicional de se ensinar também é uma tecnologia, ainda que não esteja vinculada ao universo da informática, do digital. A demanda por uma nova forma de ensinar se coloca, a todo momento, para o professor, cuja forma tradicional de ensinar não parece ser mais efetiva (*é tentando casar o conteúdo*

com a tecnologia para poder trazer mesmo puxar a atenção deles para nossas aulas para as atividades propostas). Essas considerações vão ao encontro das afirmações de Coracini (2016, p.216) que destaca que as máquinas e aparatos tecnológicos parecem ser mais valorizados do que os próprios professores, que hoje parecem estar vivendo uma possível crise indentitária que é causada pela anulação do seu papel até então estabelecido como profissional, que se vê menos valorizado. Observa-se no dizer do professor essa desvalorização do seu trabalho, o que o leva a se ver como um profissional menos valorizado. O próprio professor, sem se dar conta disso, acaba reproduzindo e reforçando essa desvalorização de sua prática docente.

No dizer do professor, em vários momentos, notamos a repetição do vocábulo "busco", "buscando", que aponta para a necessidade que o professor tem de saciar o que ele acredita ser a necessidade do aluno, de se ter um ensinamento que o sacie, atendendo a todas as supostas necessidades e demandas do aluno, como se esse fosse o dever do professor: não deixar que falte nada ao aluno. Segundo Cavallari, "a psicanalise nos ensina que a falta não pode nem deve faltar, pois se não há falta não há desejo que, por sua vez, mobiliza o sujeito" (Cavallari 2016, p. 172). Contraditoriamente, no espaço escolar, o que vemos sendo cobrado do professor é que ele não deixe faltar nada para o aluno, conforme observamos na fala de P 2, no trecho (*buscando tentando achar alguma maneira de estar trabalhando e utilizar a tecnologia a favor da educação,* ainda não consegui encontrar alguma coisa nesse sentido,*mas eu estou buscando alguma maneira porque eu sei que isso é interessante para eles*). No entanto, para que a aprendizagem ocorra é preciso haver falta. Entendemos, então, que essa busca constante que o professor relata em seu dizer á a busca de atender o que ele imagina ser o desejo do aluno. No entanto, essa busca se mostra incessante, já que ele não encontra uma resposta. Consequentemente, como afirma Cavallari, "vê-se, atualmente, um grande número de professores angustiados e de alunos que não se implicam na construção do saber, pois não parecem dispostos a dar um pouco de si e a suportar a falta que os tornaria desejastes" (Cavallari 2016, p.175).

Na fala do professor (*eles já chegam com muita informação por causa da tecnologia*) entende-se que o aluno já chega saturado de informações nas salas de aulas, uma informação que não é necessariamente conhecimento, como enfatizou Orlandi (2016) em uma comunicação oral: o excesso de informação não configura, necessariamente, excesso de conhecimento. Sendo assim, precisamos entender a diferença entre informação e conhecimento visto que as duas coisas não estão necessariamente interligadas e se diferem. O que muitas vezes é possibilitado aos alunos através da internet é um excesso de informação que não gera, por si só, conhecimento, mas que busca a completude, a saturação dos sentidos, onde, mais uma vez, a falta não pode existir.

O Professor 2 também emprega em seu dizer a palavra "futuro", sempre tentando adiar o uso dessas tecnologias de informação, já que o mesmo parece não conseguir estabelecer esse elo entre os novos aparatos tecnológicos e a sala de aula (*eu acredito que no futuro vai ser, não vai ter como evitar, vai ser essencial tudo o que puder trazer de tecnologia mesmo para as aulas para escola vai ser isso, o nosso futuro é esse).*

Já na fala dos alunos se percebe outro posicionamento em relação ao que observamos na fala dos professores, visto que os alunos parecem gostar e solicitar o uso dos aparatos tecnológicos em sala de aula, conforme formula o Aluno 1, a partir da mesma

pergunta feita aos professores de como ele via o uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizado.

> (A-1) Eu acho que deve ser legal por que as vezes a gente precisa de dúvidas que não consegue até as vezes ver com o professor, ai a gente consegue ver pela internet tudo, fazer pesquisas que a gente não faz na sala porque não tem internet

Nas formulações acima, observamos o lugar dado ao professor diante das novas tecnologias: o saber do professor aparece como incompleto, tal como sugere a formulação (*não consegue as vezes ver com o professor*), ao passo que a internet seria a detentora de um saber totalizante (*a gente consegue ver pela internet tudo*). Quando o aluno diz (*a gente precisa de dúvidas que não consegue até as vezes ver com o professor, ai a gente consegue ver pela internet tudo*), o aluno 1 fala afetado pelo imaginário de que a internet é a fonte de informações de fácil acesso e que através dela ele pode encontrar tudo o que deseja e precisa. A 1 concebe a tecnologia como o "tudo", como a completude onde se consegue encontrar tudo o que o ele deseja. Como afirma Dias "É esse sujeito que, individuado nessa formação discursiva, realimenta o sentido da tecnologia como mola propulsora do mundo, da cultura, do conhecimento, das relações sociais e afetivas" (Dias 2012, p. 21). Também neste recorte, a repetição do verbo "ver" que aparece inúmeras vezes na fala do aluno, nos remete à necessidade do aluno, principalmente desta faixa etária, de ver uma imagem, de ver algo para que o que está sendo aprendido ou ensinado faça sentido.

O mesmo aluno 1 afirma (*fazer pesquisas que a gente não faz na sala porque não tem internet)*. Nota-se, nesse dizer, uma relação de total dependência em relação ao uso da internet, não só para buscar informações mais pontuais, mas para conseguir realizar qualquer tipo de pesquisa. Tudo vira pesquisa na internet e o sentido de pesquisa se banaliza e se perde. O aluno acredita não ser possível fazer pesquisa em uma sala de aula sem o uso de internet, como se pesquisa e internet estabelecessem uma relação de causa e consequência. No entanto, até alguns anos atrás muitos alunos não tinham qualquer acesso à internet. Nos dias de hoje ainda temos salas de aula e escolas onde alunos não fazem uso desses recursos e, mesmo assim, conseguem fazer as suas pesquisas escolares, através de outros aparatos, tais como livros, revistas entre outros. No imaginário de A 1 a tecnologia se mostra como um "todo" em que nada falta, onde ela pode fazer todas as pesquisas que precisar. Sobre o efeito de completude das TICs, Dias diz que "se dá então o sentido de onipotência, completude, onipresença, ao discurso da tecnologia" (Dias 2012, p. 22).

O segundo aluno entrevistado, ao qual foi dirigido a mesma pergunta sobre como ele via o uso da tecnologia no processo de ensino aprendizado, ele responde:

> (A-2) Eu acho muito bom, porque todos os alunos tem aquela vista melhor do que a gente pode fazer na sala de aula, nos estudos tem tipo aquele portal do aluno do colégio que mostra as notas as coisas que tem nas provas daí a gente antes de ir na prova a gente pode olhar lá vê o que qual é a matéria e estudar, ai você pode ir bem na prova ou não pode rsrs por isso eu acho muito bom a tecnologia dentro da sala de aula

Mais uma vez, nota-se uma relação de dependência do aluno em relação à internet, principalmente quando o mesmo diz que (*nos estudos tem tipo aquele portal do aluno do colégio que mostra as notas as coisas que tem nas provas daí a gente antes de ir na prova*

a gente pode olhar lá vê oque qual é a matéria e estudar, ai você pode ir bem na prova ou não pode). O aluno faz a relação de que para se estudar para as provas ele precisa acessar o portal do aluno, pois se ele não acessar ele não consegue estudar, e até mesmo não consegue ir bem na prova, como se tudo estivesse relacionado e numa relação de dependência com os aparatos tecnológicos, o que parece retirar do aluno toda a responsabilidade de se preparar e estudar para fazer a prova. Dias (2012), em um de seus estudos sobre o imaginário da tecnologia e sua relação com o mundo e a produção de conhecimento, afirma: "o que podemos compreender é o modo como a história intervém na relação sujeito-linguagem-mundo, como efeito imaginário da tecnologia como uma instância científica que dará todas as soluções ao mundo" (Dias 2012, p.22). Ainda na fala do aluno, observamos, mais uma vez, a repetição do verbo "ver", "vista", que parece imperar para esses alunos em suas relações com o saber: é uma relação que se significa pela imagem, só fazendo sentido(s) através da imagem e não mais da linguagem verbal.

O aluno destaca como positivo o uso da tecnologia dentro da sala de aula, mas, no entanto, o exemplo que aponta do uso da internet em sala de aula (a consulta ao portal do aluno), que é uma consulta geralmente feita individualmente, pelo próprio aluno, geralmente ocorre fora da sala de aula, o que mostra que mesmo o aluno que parece desejar o uso dos aparatos tecnológicos em sala de aula, não consegue fazer esse gancho de como utilizar tais recursos no processo de aprendizagem.

No enunciado (*antes de ir na prova a gente pode olhar la vê*), nota-se um imaginário da tecnologia como uma instância que dará todas as soluções ao mundo, e isso produz algumas consequências no espaço de sala de aula e, principalmente, no modo como o aluno se posiciona em relação à construção do conhecimento. O aluno, por imaginar que tudo é oferecido pela tecnologia e está fácil de ser acessado, parece assumir uma postura cômoda e de imediatismo, como se estudar e aprender fosse algo instantâneo e fácil, que não exige muito esforço, bastaria acessar o portal e "ver" as matérias antes da prova, e isso já é tido como suficiente para se sair bem na prova.

Considerações Finais

Para concluir, buscaremos retomar e contemplar alguns dos questionamentos que levantamos no início desta pesquisa e que ancoraram nossas análises, discussões e considerações. Passemos a eles:

Quais são as posições discursivas assumidas por professores e alunos em um contexto educacional perpassado pelas possibilidades tecnológicas?

Entendemos, a partir da análise empreendida, que se tratam de posições discursivas diferentes assumidas por professores e alunos: os professores se mostram contrários ao uso das novas tecnologias, talvez pelo fato de precisarem transformar e repensar o seu fazer docente, de modo que o uso das novas tecnologias de fato contribua de forma significativa para o processo de ensino-aprendizagem. Já os alunos que estão em constante contato com os aparatos tecnológicos e cuja relação com o mundo e com o saber parece ser inviável sem tais aparatos se mostram favoráveis ao uso das TICs no espaço de sala de aula.

Como o professor se subjetiva diante das possibilidades tecnológicas voltadas para a educação, tendo em vista que o educador não é mais imaginado ou representado como o único detentor do conhecimento e da informação a ser transmitida para o aluno?

Diante das novas possibilidades tecnológicas voltadas para educação, o professor parece se subjetivar como alguém que ainda não consegue inserir as TICs no seu fazer pedagógico de forma harmoniosa e se mostra angustiado por não o fazer, pois imagina que este seja um desejo do seu alunado.

De que modo o discurso da tecnologia, "sustentado pela ideologia da comunicação e da informação" (Dias 2012, p.11), afeta e transforma as relações estabelecidas no espaço escolar?

Observamos que a cada dia se torna mais difícil despertar no aluno o desejo de saber, de estudar e de construir o saber, tendo em vista que o aluno imagina que tudo o que ele precisa saber e aprender já se encontra disponível na internet. Assim, concluímos que o professor parece estar à margem do processo de ensino aprendizagem, já que para o aluno toda a informação que ele precisa está disponível on-line. Esse imaginário afeta a relação até então estabelecida em sala de aula entre alunos, professores e a produção de conhecimento, bem como a função do professor em sala de aula, afetada e transformada pelo discurso da tecnologia que produz um efeito de total comunicação e de fácil acesso ao saber.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Marcos. Sobremodernidade: do mundo tecnológico de hoje ao desafio essencial do amanhã. In: MORAES, Denis. (Org.). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 99-117.

CAVALLARI, Juliana. A Angústia Constituitiva da Identidade de Professores em Formação. In: Coracini, Maria José, - Ghiraldelo, Claudete Moreno. (Orgs.). **Nas Malhas do Discurso: Memória, Imaginário e Subjetividade.** Campinas: Editores Pontes, 2011, pp. 125-138.

CORACINI, Maria José. **Pós-modernidade e novas tecnologias no discurso do professor de língua**. São Paulo: Alfa,2006.

DIAS, Cristiane. **Sujeito sociedade e tecnologias:** a discursividade da rede (de sentidos). São Paulo: Hucitec, 2012.

DIAS, Cristiane. Movimento da cibernética, saberes linguísticos e constituição do sujeito. In: Ferreira Ana Cláudia, Martins, Ronaldo. (orgs.). **Linguagem e tecnologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012, pp. 11-23.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia. **Entremeios.** Pouso alegre 2015. pp. 75-98.

GALEANO, Eduardo. A caminho de uma sociedade da incomunicação? In: MORAES, Denis. (org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. pp. 149-154.

LAFONTAINE, Céline. L´empire cybernétique: **des machines á pensar á la pensée machine**. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.

SANTOS, Tatiana. **As Práticas Neoliberais no Processo de Ensino e Aprendizado de Língua Inglesa.** 2011. 130f. Tese (Mestrado em Linguística) – Universidade de Taubaté, Taubaté, SP.

SOBRE O PROJETO DE PESQUISA "CÂMERAS DE VIGILÂNCIA URBANA: UM OLHAR ELETRÔNICO NAS RUAS"

LUIZ ROBERTO SILVA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

Resumo. *Este artigo apresenta parte da pesquisa de mestrado, que tem fundamentação teórica na Análise de Discurso. Procuro compreender as câmeras de vigilância nas áreas urbanas da cidade de Pouso Alegre, MG, considerando na perspectiva da linguagem a interpelação do sujeito que circula em áreas como praças, bancos, ruas, escolas etc. Observa-se grande quantidade de câmeras nesses espaços, com o propósito de proteção e segurança. O objetivo da pesquisa é compreender, por meio do funcionamento discursivo das câmeras, a relação segurança-privacidade no espaço urbano, questionando acerca dos sentidos produzidos, das posições-sujeito constituídas e do modo de vida do sujeito, afetado pelas imagens registradas.*

Palavras-chave*. Câmeras de vigilância. Espaço urbano. Privacidade*

Abstract. *This article presents the best proposals of my master's research project, whose theoretical basis is the French Discourse Analysis, and seeks to show the functioning of the surveillance cameras in the urban areas of the city of Pouso Alegre, MG, in its relation with the Social-historical language interpellating subjects that circulate in urban areas such as squares, banks, streets, schools, and other public spaces. The motivation of the theme is the great amount of cameras installed in these spaces with the purpose of protection and security of the people as well as of their patrimony. The main objective of this research is to understand, through the discursive functioning of the cameras, how the security-privacy relationship of the subjects that use the urban space of the city of Pouso Alegre happens. This project will ask about the structure and training of meanings that surveillance cameras bring to the lives of ordinary people, what subject positions will be formed, and how they affect their lifestyles by the images recorded by those cameras.*

Keywords. *Surveillance cameras. Urban space. Privacy*

Introdução

Motivado pela ideia de que o sujeito e a linguagem não são transparentes e que somos na verdade forte resultado do inconsciente, busquei entendimento sobre o fato de que interrogamos constantemente o nosso imaginário para flagrar o processo de

significação e assim perceber que nas diversas posições discursivas que o sujeito ocupa, não haverá ocultação do funcionamento da ideologia já que ela é condição para constituição do sujeito. Partindo de alguns construtos teóricos da Análise de Discurso, como a base linguística para atingir a questão objetiva do discurso que são os sentidos, percebemos a forte interpelação do simbólico ao homem biológico fazendo com que funcione sua formação ideológica, principalmente na formação de evidências, que terá como objeto o discurso na sociedade. A Análise de Discurso trabalha com os sentidos produzidos pelos sujeitos em determinadas condições históricas, diferentemente de outras abordagens que compreendem a linguagem de um ponto de vista estrutural, deixando de fora o falante. Procurando considerar o lugar do sujeito no funcionamento da linguagem, a Análise de Discurso aborda a produção de sentido e as suas evidências tendo como objeto central o discurso.

> Um tratamento adequado a questão do sentido demanda um novo deslocamento teórico, demanda uma mudança de terreno que faça intervir conceitos exteriores à região da linguística atual (PÊCHEUX [1969], 1997)

Pêcheux afirma que o discurso, longe de se configurar como um lugar de liberdade humana, é sempre produzido a partir de condições de produções dadas, assim o sentido é constitutivo de uma certa base linguística, isto é, a partir dessa base linguística chega-se aos sentidos. Na materialidade da língua, nas suas condições sócio-históricas, serão dadas as condições de produção necessárias para a Análise de Discurso que não trabalha somente com as questões destacadas por Saussure, como funções da linguagem ou os sistemas linguísticos, mas com aquilo que vem a partir daqui, para onde Michel Pêcheux colocou o seu olhar, que é língua em movimento, a produção de sentidos. Quando trabalhamos com a noção de formação discursiva, estamos falando do interdiscurso que vai além da linearidade linguística, além dos enunciados e das suas formulações. O movimento da língua pelo interdiscurso é que vai dar ao discurso a dimensão do atravessamento dos sujeitos, fazendo funcionar a ideologia dependendo da posição que o sujeito estiver falando. Consideram-se, assim, as condições de produção dos acontecimentos no discurso. A Análise de Discurso, portanto, jamais vai apontar para um fechamento linguístico, ao contrário, ela vai se afastar da influência dominadora do sujeito racional ou cartesiano, trabalhando sempre com a incompletude da linguagem, com a opacidade, os deslizamentos dos sentidos no texto, entendendo que a língua sempre será um sistema passivo de falhas e o falante um sujeito do jogo do inconsciente.

1. Objetivo e justificativa

"Era possível que ela controlasse todo mundo o tempo todo... todo movimento examinado meticulosamente", como fábula Orwell (1984, p. 13). O objetivo dessa pesquisa é compreender discursivamente como acontece a relação entre câmeras de vigilância e sujeito histórico social na cidade de Pouso Alegre, no Sul do estado de Minas Gerais. Averiguar o quanto as câmeras criam novas movimentações dos sujeitos nesses espaços públicos, pois segundo Orlandi (1985, p.15), "diante do objeto simbólico o homem é levado a interpretar, a entender significantes e novos sentidos do seu cotidiano, configurando-se em uma nova prática social para o viver das pessoas". Imaginariamente, as câmeras são

instaladas com o propósito de trazer benefícios de segurança, de integridade física e patrimonial, assim como diminuição e resistência a crimes cometidos contra os cidadãos que utilizam os espaços públicos urbanos para o trabalho ou para o convívio social.

No século XXI, a mobilidade tem se mostrado uma grande e nova plataforma de convivência e construção de laços sociais pelo uso de tecnologias cada vez mais avançadas com a intenção de colaborar com pessoas que têm menos tempo para afazeres do cotidiano. Este mesmo período trouxe também uma grande preocupação com a segurança das pessoas e de seus patrimônios, visto o grande aumento da criminalidade em territórios urbanos. As câmeras de vigilância urbanas têm aparecido como um tema central em várias discussões relacionadas à vida em sociedade, formas de viver e conviver. O aspecto da segurança também é assunto repetidamente mencionado no cotidiano social, aparecendo de diversas nas formas, como em matérias jornalísticas e comentários em redes sociais na internet, alertando a sociedade para os riscos eminentes em locais públicos. Entre as várias formas de abordar o tema segurança, encontramos o funcionamento simbólico-político das câmeras de vigilância, que são aparatos eletrônicos que funcionam fazendo a gravação de imagens, em locais públicos.

.

2. Quadro teórico

"A vigilância hierarquizada organiza-se como um poder múltiplo, automático e anônimo" (Foucault 1987, p. 148), como a grande presença das câmeras de vigilância em nossa sociedade. Como pressuposto teórico deste trabalho e como mencionam os teóricos pós-estruturalistas Michel Foucault e Roland Barthes, a linguagem não pode ser estudada separadamente da sociedade que a produz. Com essa motivação, considerando o alto índice das câmeras de vigilância nos espaços públicos, esta pesquisa se ocupará de verificar os efeitos de sentidos do sujeito interpelado por essas câmeras na sociedade de Pouso Alegre, sujeito este que demonstra estar sob forte influência do medo.

Além do crime organizado que promove uma imagem assustadora nos espaços públicos brasileiros, composta por menores infratores, traficantes de drogas, ladrões de automóveis, e a mídia que colabora na semeadura do medo, que segundo Bauman, (2008, p. 8), "é o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito. Vivemos numa era onde [sic] o medo é sentimento conhecido de toda criatura viva". Este mesmo medo, aliado a casos concretos de assaltos, roubos, sequestros e corrupção, terrorismo – principalmente após os ataques de 11 de setembro, nos Estados Unidos, quando o mundo assistiu em tempo real a um dos maiores ataques terroristas da nossa história –, a vigilância eletrônica por meio de câmeras de vigilância tomou uma dimensão de maior grandeza em boa parte dos espaços urbanos do mundo.

A mais recente materialização desse fenômeno de intensificação da necessidade de vigilância são os drones, objetos sofisticados eletronicamente, usados para fazer imagens mais difíceis em locais menos acessíveis às câmeras convencionais e que veem ganhando lugar de destaque como grandes aliados dos setores de investigação, controle e identificação em vários países do mundo contemporâneo. Os drones são capazes de atravessar grandes distâncias monitorados por controle remoto e fazer navegações de rota programada com alta autonomia para servir a interesses de investigações ou levantamentos geográficos. Segundo Bauman, "os drones das próximas gerações poderão

ver tudo, ao mesmo tempo que permanecem invisíveis em termos literais e metafóricos. Não haverá abrigo impossível de espionar – para ninguém" (Bauman, 2013, p. 27).

O fenômeno do medo, sobretudo do crime organizado, causa intimidação ao cidadão, já que ameaça o patrimônio e a moral pela ação em pequenos grupos que se aproveitam de momentos específicos para infringir a lei. Este cenário aumenta a cada dia no Brasil, desafiando a segurança pública dos Estados e municípios, causando efeitos condicionantes que afetam decisivamente a vida e o comportamento das pessoas que utilizam os espaços públicos. O objetivo principal das câmeras de segurança em locais públicos é gerar uma ideia de inibição da criminalidade por meio de dados armazenados eletronicamente, para supostos crimes cometidos em áreas públicas.

Essa inibição inicia-se pelos próprios enunciados e dizeres que anunciam a presença das câmeras de vigilância no modo imperativo ou indicativo. Comuns em espaços públicos, avisos como "Sorria, você está sendo filmado" ou "Este ambiente é controlado por câmeras de vigilância" mostram à população que em determinados ambientes existe vigilância eletrônica por câmeras. Essas imagens captadas pelas câmeras em empresas, residências, shoppings, praças, bancos e escolas são usadas pela polícia quando acontece algum tipo de crime, nas investigações de imagens e identificações de suspeitos com grande precisão e eficácia. O uso da imagem das câmeras para fins de segurança e vigilância se naturalizou socialmente com grade facilidade, fazendo esquecer que elas podem servir a outros fins, como captar imagens para levantamentos de fins sociais como melhorias de vias públicas, melhorias no trânsito urbano, dimensionamento de benfeitorias para a população, melhorias de transito de pedestres em calçadas, tempo de espera em atendimento do serviço público e outras utilidades.

O questionamento que faço é sobre o funcionamento das câmeras de vigilância na relação espaço público-sujeito histórico social, mediante uma nova forma de viver e conviver pela constante observação dessas câmeras, bem como a sua funcionalidade e efeitos sobre a vida em sociedade, destacando que há um sentido de administrar com a intenção de proporcionar segurança e vigilância, causando uma relação de causa e consequência, na qual o sujeito observado será inibido de atos ilícitos mas também do viver com liberdade no andar, no observar a cidade, no assentar numa praça, no relacionamento com outras pessoas, quando será atravessado pela ideologia e interpretação no sentido da sua privacidade.

Essa ideologia se materializa enquanto práticas sociais pelas inúmeras câmeras colocadas em espaços públicos, interpelando os indivíduos, constituindo esses indivíduos em sujeitos regulados socialmente, "a ideologia tem uma existência material" (Althusser 1970, p. 85). Assim, a ideologia não representa somente um sistema de (falsas) ideias que atuam somente na imaginação, na compreensão da realidade ou na representação do mundo. Ela tem, sobretudo, existência material.

3. Movimento de análise

Segundo Orlandi (1984, [2001]), "O discurso é a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando", portanto tomar a língua como materialidade é entender a tríade sujeito-discurso-ideologia, na qual as falhas acontecem em consequência do real do sujeito que é o inconsciente, do equívoco que se

configura como o real da língua e da contradição que é o real da história. Sendo assim, o equívoco, as falhas, são constitutivos da própria língua e não casuais ou acidentais. Tomar um texto, um dizer ou um enunciado em uma dada condição de produção é localizar sua historicidade, suas falhas, seus equívocos como parte integrante da linguagem. Por isso, a Análise de Discurso trabalha com funcionamento da ideologia na constituição de posições-sujeito atravessadas pelo simbólico no funcionamento pendular do discurso e dos seus efeitos de sentidos.

A ideologia está em nossas práticas sociais. Ela não é apenas um conjunto de ideias, regras e normas que funcionam como um aparelho manipulador de ações sociais a todo instante. A ideologia não é um ideário qualquer, mas um ideário histórico-social que pode, de forma consciente ou não, direcionar o sentido da realidade e das ações humanas.

Imaginariamente, a intenção de um objeto simbólico como as câmeras de vigilância urbana pode ser a de um grande controle ou seleção de atitudes, exatamente por haver uma diferença sociológica na relação sócio-política-econômica. Essa desigualdade pode encontrar respostas em ideologias diversas, independentemente da posição-sujeito constituída por ela, confirmando que a ideologia não pode ser compreendida apenas como um conjunto de regras e normas ou que pode ser trocada por antigas e modernas ideologias, dependendo das movimentações socioculturais ou pelos produtos alienantes preparados por uma relação de poder social.

O funcionamento da ideologia é bem complexo do que isso, já que ela direciona as relações de sentido na sociedade. Ela tem anterioridade histórica, tem a participação de acontecimentos diversos dentro de uma realidade simbólica na qual diversas posições-sujeito se constituem. Sendo assim, o homem sempre vai produzir sentidos novos para o seu viver, seja em seus atos, sua completude, suas formações discursivas ou em seus grupos de convivência. Por isso, a sociedade muda e a relação homem-história está sempre sendo constituído, nunca está acabada, encerrada completamente. Ela vai se constituindo conforme o processo de individuação dos sujeitos vai formando ideologias diferentes e torna-se um dos maiores instrumentos da reprodução de status e atitudes da própria sociedade, fazendo com que as diferenças apareçam de acordo as relações entre formas de vida, linguagem, subjetividade e história.

O sujeito é sempre atravessado pelo discurso e surge, emerge da linguagem, pois o seu posicionamento discursivo será sempre um jogo da ideologia e da sociedade em que está inserido, não como uma pessoa orgânica e sim do lugar que ele ocupa no discurso. A ideologia não pode ser exclusiva de uma classe, ela é a condição dos sentidos, que por sua vez não está colado as coisas, portanto terá o sentido dado pelo sujeito de lugares diversos e em suas filiações históricas-sociais. Não se trata, pois, de um sujeito parado, inerte e inserido no mapa de uma história com apenas uma constituição, mas de viver a história com todas as suas referências sociais usando a linguagem como forma de ler o mundo. Tudo passa pela linguagem e tudo está filiado historicamente.

> Tomadas em redes de memória, dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação: a transferência não é uma interação, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são máquinas de aprender (PÊCHEUX, [1967], 1991).

Como nós não somos a origem dos sentidos e por sermos diferentes falamos de um lugar social diferente, produzimos efeitos de sentidos diferentes, configuramos assim uma formação discursiva ideológica única. Por esse motivo, a língua é tomada como materialidade na Análise de Discurso, na qual se entrevê os processos discursivos constitutivos do sentido e para abordar cientificamente as evidências de um enunciado, partindo do dispositivo de análise, Michel Pêcheux (1975, p.160 e 161) aponta para a ordem a seguir:

A) Base Linguística→ forma material / superfície linguística
B) Processos Discursivos→ Contradições, polissemias, paráfrases, sinonímias
C) Formação Discursiva→ Atravessamento e assujeitamento pela ideologia
D) Produção de Sentidos→ Efeitos de evidências/ Efeito de sentidos

Apoiados na teoria da Análise de Discurso, observamos que as câmeras de segurança instaladas em áreas urbanas da cidade de Pouso Alegre têm um efeito discursivo sobre a sociedade indicando e demarcando uma condição de produção de sentido dado pelo seu contexto sócio histórico de representação de segurança e proteção e ideologicamente construída pela interpelação do simbólico quando, na condição de sujeitos urbanos, concordamos com a instalação dessas câmeras em locais públicos, mesmo que nossa privacidade tenha sido ameaçada através das nossas imagens que serão registradas e vistas por outras pessoas. A pesquisa visa entre outras investigações, a descoberta de deslizamentos e equívocos através da materialidade linguística no programa do governo de Minas, que contempla Pouso Alegre e que tem o nome de "Olho Vivo", iniciado em dezembro de 2014, com o objetivo de diminuir o crime organizado no estado de Minas Gerais. Todo material analítico, que faz parte da base linguística, mostra várias contradições como processo discursivo que é assunto fundamental para essa pesquisa e será alvo de análise pela sua discursividade e consequentemente a sua formação de sentidos. Na busca de elucidar a questão da privacidade, do medo, do controle e da segurança institucionalizada é que essa pesquisa vai se valer da Análise de Discurso para abordar cientificamente a questão dos sentidos que terá como objeto o discurso e as formações discursivas das câmeras de segurança instaladas nas áreas urbanas da cidade de Pouso Alegre. Na noção de discurso como prática, forma-se o sujeito da ideologia atravessado pelo simbólico no transitar pela cidade, pelo centro urbano, onde as câmeras de vigilância estão instaladas, trazendo uma nova significação para esse sujeito que se vê protegido do crime organizado mas também se encontra inserido num discurso neoliberal cada vez mais forte de que as imagens não mentem ou que uma imagem vale mais do que mil palavras, paráfrases e contradições fortemente encontradas na linguagem de um mundo estabilizado, fazendo com todos discutam a criminalidade porém sem nenhuma preocupação em discutir os limites de controle e da falta da privacidade.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis, **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1970.
BAUMAN, Zygmunt, **O medo líquido**, Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
BAUMAN, Zygmunt, **Vigilância Líquida**, Rio de Janeiro: Zahar, 2013
FOUCAULT, Michael, **Vigiar e Punir**, Petrópolis: Vozes, 32º ed., 1987

MELGAÇO, lucas, **A Cidade de Poucos**: condomínios fechados e a privatização do espaço público em Campinas, Boletim Campineiro de Geografia, V.2, N.1, 2012

ORWELL, George, **1984**, São Paulo: Companhia das Letras, 27º ed., 2009

ORLANDI, Eni, **Análise de Discurso**, Princípios e Procedimentos, 3º ed. Campinas: Pontes, 2001

ONUKI, Gisele Miyoko – SALGADO, Luiz Antônio Zahdi, **CAMVIG: Da câmera de vigilância para a câmera de proteção**, Revista Conexão do Núcleo de Arte e Tecnologia da Faculdade de Artes do Paraná, ed. Agosto, 2011

PECHÊUX, Michel, **Semântica e Discurso,** Campinas, Unicamp, 5º ed., 2014

ESTUDO DE CASO DE UMA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E HIPOPLASIA DO CORPO CALOSO

GRAZIELLE DE LIMA CLARO[1], ELIANE SOUSA DE OLIVEIRA FERNANDES[2]

Faculdade de Ciências da saúde Dr. José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Coronel Alfredo Custódio de Paula, 320 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

grazi12@live.com[1], elianeof_psi@yahoo.com.br[2]

Resumo. *Tomando o caso de uma criança diagnosticada com TEA e uma alteração neurológica no corpo caloso (hipoplasia), este estudo de caso relata os aspectos cognitivos e comportamentais da criança estudada, a fim de relacionar estes aspectos ao diagnóstico de TEA e hipoplasia do corpo caloso. Os resultados apontam que a criança apresenta comportamentos compatíveis com os critérios diagnósticos de TEA. O quadro de hipoplasia do corpo caloso e o quadro de prematuridade podem contribuir para o entendimento do funcionamento cerebral no TEA assim como as causas deste transtorno, visto serem estes dois fatores muito estudados e não totalmente elucidados.*

Palavras-Chave. *Autismo; hipoplasia do corpo caloso; Estudo de caso.*

Abstract. *Before the case of a child diagnosed with ASD and neurological changes in the corpus callosum (hypoplasia), this case study reports the cognitive and behavioral aspects of the studied children in order to relate these aspects to the diagnosis of ASD and hypoplasia of the corpus callosum. The results indicate that the child has behavior consistent with the diagnostic criteria for ASD. Already hypoplasia framework of the corpus callosum and prematurity framework can contribute to the understanding of brain functioning in ASD as well as the causes of this disorder, since it is these two very studied and not fully elucidated factors.*

Keywords. *Autism; hypoplasia of the corpus callosum; Case study.*

Introdução

Este trabalho surgiu devido a necessidade de investigar os fatores associados aos quadros de autismo, analisando se os mesmos aparecem como uma comorbidade de outros transtornos, se podem estar associados a malformações congênitas, dentre outros. O DSM-V ampliou o conceito para transtorno do espectro autista (TEA) e com isso as confusões aumentam (DSM-V, 2012). Não necessariamente, pessoas que apresentam alguns traços presentes no quadro de TEA, possuem este diagnóstico, já que para se estabelecer este transtorno existem alguns critérios a serem respeitados.

Para aumentar a complexidade do diagnóstico de TEA, as causas são multifatoriais e diferentes para cada pessoa, assim como a manifestação do transtorno que acomete as pessoas desde o grau mais leve ao mais grave e com comportamentos distintos.

1.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O autismo pode ser definido como um distúrbio do desenvolvimento, que traz consigo alterações neurológicas que afetam principalmente três áreas: 1) as interações sociais; 2) o comportamento verbal; 3) a variabilidade de repertórios comportamentais. (Guilhardi, Romano, Bagaiolo & Santos, 2011 citado por Carvalho, 2012).

As características essenciais para o diagnóstico de transtorno do espectro autista são: prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (Critérios C e D) (DSM-V, 2012).

Segundo DSM-V, (2012, p. 50) seguem-se os critérios diagnósticos bem detalhados:

> Critério A. Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia .
>
> 1. Déficits na reciprocidade socioemocional variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais.
>
> 2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.
>
> 3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares. Especificar a gravidade atual: A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos.
>
> Critério B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia.
>
> 1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotipias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas).
>
> 2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação,

necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente).

3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos).

4. Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento). É importante especificar a gravidade atual: A gravidade baseia-se em prejuízos na comunicação social e em padrões restritos ou repetitivos de comportamento.

Critério C. Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida).

Critério D. Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente (DSM-V,2012).

O diagnóstico é dentro do transtorno do espectro autista, o que muda é a intensidade, ou seja, o grau de autismo que vai de leve, passando por moderado e grave.

Segundo DSM-V (2012), os especificadores de gravidade podem ser usados para descrever, de maneira sucinta, a sintomatologia atual (que pode situar-se aquém do nível 1), com o reconhecimento de que a gravidade pode variar de acordo com o contexto ou oscilar com o tempo.

Ainda de acordo com o DSM-V (2012), existem níveis de gravidade do TEA. O nível 3 "Exigindo apoio muito substancial' quanto ao critério A, diz respeito a déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal, limitação em iniciar interações sociais e baixa resposta a abertura social que parte dos outros. Quanto ao Critério B, diz respeito à inflexibilidade, extrema dificuldade em lidar com mudanças e comportamento restritos/repetitivos que interferem significativamente na vida do sujeito.

O nível 2"Exigindo apoio substancial' quanto ao critério A, diz respeito a déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal, prejuízos sociais que aprecem mesmo na presença de apoio, certa limitação em iniciar interações sociais e resposta baixa ou anormal a interações sociais iniciadas por outros. Quanto ao critério B, diz respeito a inflexibilidade, dificuldade com mudanças ou comportamentos restritos/repetitivos que aparecem frequentemente e que interferem na vida do sujeito, além de dificuldade em mudar o foco ou as ações.

O nível 1 "Exigindo apoio" quanto ao critério A, diz respeito a déficits na comunicação social que causam prejuízos notáveis na ausência de apoio. Dificuldades em iniciar interações sociais e respostas inadequadas ou sem sucesso à abertura social que

parte dos outros. Pode demonstrar pouco interesse em interesse por interações sociais. Quanto ao critério B, diz respeito a inflexibilidade de comportamento que interfere em um ou mais contextos. Dificuldade nas trocas de atividades e problemas de organização e planejamento. O TEA é considerado uma síndrome comportamental, porém existem importantes alterações cognitivas que estão presentes neste diagnóstico, como alterações nas funções executivas, em coerência central e em teoria da mente que serão abordadas a seguir.

As Funções Executivas compõem um conjunto de capacidades que possibilitam ao indivíduo realizar de forma independente e auto organizada comportamentos orientados para objetivos definidos. Vários teóricos buscam explicar como as Funções Executivas são organizadas e quais são seus componentes cognitivos. De modo geral, sobre as Funções executivas a literatura traz os seguintes componentes: volição, planejamento mental, flexibilidade, capacidade de uso e alternância de estratégias cognitivas, capacidade de inibição de estímulos irrelevantes e auto monitoramento (LIMA, TRAVAINI & CIASCA, 2009).

Segundo Klin (2006) pessoas com diagnóstico de TEA apresentam dificuldades no planejamento mental, na manutenção e na realização de um objetivo, déficits no aprendizado por meio de feedbacks e inibição de respostas irrelevantes e ineficientes, o que caracteriza prejuízo nas funções executivas.

Características como inflexibilidade, perseveração, foco nos detalhes ao invés do todo, dificuldade nos relacionamentos interpessoais e dificuldades no brincar, podem ser explicadas por um comprometimento no funcionamento do lobo frontal, área esta responsável pela execução de tarefas a partir de informações recebidas pelas regiões posteriores do córtex (DUNCAN, 1986).

Anteriormente foram citadas algumas características de acometimentos em pessoas diagnosticadas com TEA e dentre estas, foco nos detalhes ao invés de uma visão geral e contextualizada das situações, o que envolve o conceito de coerência central que será abordado a seguir.

O conceito de coerência central está relacionado a tendência em focar em detalhes ou em partes de uma figura, ao invés de focar no todo dando a este um significado (coesão central). Há também a propensão a preferir uma sequência aleatória em vez de uma sequência com significado (contexto) (BOSA, 2001). A teoria da coerência central fala de comprometimento somente nas funções executivas que estão associadas à integração de um estímulo dentro de um contexto (BOSA & CALLIAS, 2000).

Outra alteração cognitiva frequente no TEA é a Teoria da Mente que segundo Bosa e Callias (2000) é a capacidade para atribuir estados mentais a outras pessoas e fazer inferências sobre o comportamento das mesmas. Envolve um sistema de inferências sobre estados que não são observáveis. Ainda segundo a autora, há um impulso inato para esta habilidade, porém o processo é aprendido por meio das interações sociais. O déficit em teoria da mente envolve dificuldades em deduzir o sentimento dos outros, além de expressão de sentimentos e emoções de forma inadequada para a situação social.

As causas do TEA são multifatoriais e entre os fatores relacionados a este, incluem-se as malformações congênitas, que nada mais são do que defeitos na forma, estrutura

e/ou função de órgãos, células ou componentes celulares que surgem antes do nascimento e em qualquer fase do desenvolvimento fetal (BRITO, FRANÇA, GADELHA, REGO, SOUSA, & SOUTO, 2010).

1.2 Malformações congênitas: hipoplasia do corpo caloso

As malformações congênitas podem ter como causas: condições socioeconômicas, deficiências nutricionais, causas ambientais (radiação ionizante ao metil-mercúrio e ao chumbo), interações medicamentosas, alcoolismo, rubéola, sífilis congênita e outras doenças transmitidas pela mãe, traumatismos, distúrbios genéticos, e a idade avançada da mãe (BRITO ET. AL, 2010).

As malformações congênitas em algumas partes do mundo, representam a primeira causa de óbitos neonatais. Aproximadamente 20% das gestações que apresentam malformações terminam em aborto espontâneo e os 80% restantes nascerão mortos ou vivos, resultando estes últimos em 3% a 5% de recém-nascidos com malformações congênitas. No Brasil, as malformações congênitas são a segunda causa de mortalidade infantil, determinando 11,2% dessas mortes (BARROS, FERNANDES, MELO, PORTO, MAIA, GODINHO, FERRÃO & PEREIRA, 2012).

Segundo o autor citado acima, as malformações congênitas que afetam o sistema nervoso central (SNC) têm alta prevalência, atingindo de 1 a 10:1.000 dos nascidos vivos. Essa estatística pode variar de acordo com a região ou quando observada em serviços de diagnóstico pré-natal e de neonatologia. Entre todas as malformações congênitas que ocorrem no mundo, aproximadamente 21% delas envolvem o sistema nervoso central, constituindo um dos defeitos congênitos mais comuns, podendo ocorrer de forma isolada ou em combinação com outras malformações, desse ou de outro segmento.

Dentre as malformações congênitas do Sistema Nervoso Central, encontra-se a disgenesia do corpo caloso, que diz respeito a vários graus de malformação, que vão desde a ausência total até mínima deficiência no seu desenvolvimento. Assim, existem várias desordens ou alterações relacionadas à formação do corpo caloso, entre elas estão as agenesias total e parcial, a hipoplasia e os lipomas da fissura inter-hemisférica (LOBO, MONTANDON, MONTANDON JR.,RIBEIRO & TEIXEIRA, 2003).

O corpo caloso começa a completar seu desenvolvimento por volta da 17ª semana de gestação, quando começa a crescer com a maturação do córtex cerebral. Seu desenvolvimento se dá geralmente da parte anterior para a posterior. As anormalidades do corpo caloso, geralmente, estão associadas a anomalias do telencéfalo, devido a serem formados na mesma época de desenvolvimento. Isto sugere que estas alterações estão relacionadas com a mesma embriogênese (LOBO ET. AL, 2003).

Ele é constituído de fibras nervosas que passam de um hemisfério cerebral para o outro. Logo o corpo caloso é uma comissura, um conjunto de fibras que cruzam o plano mediano do sistema nervoso central (COSENZA, 2005).

A função do corpo caloso é interligar os hemisférios e permitir a transferência de informações entre eles, fazendo com que atuem de forma harmônica. A alteração no corpo caloso vai de sua ausência parcial até a total. Estas alterações são encontradas em 1 a 3:

1000 crianças nascidas vivas. Geralmente essa malformação acontece de forma isolada, porém pode ser encontrada associada com cerca de 25 síndromes genéticas, erros inatos do metabolismo e em associação com o uso de álcool e de drogas pela mãe (AGOSTINI, FURTADO & MINGUETTI, 1998).

A hipoplasia do corpo caloso tem sua origem a partir de anormalidades na migração neuronal ou na laminação das camadas corticais, ou seja, na displasia cortical. A etiologia é desconhecida, porém acredita-se ser decorrente de um acometimento no córtex cerebral ou na substância branca após o corpo caloso estar completamente formado, por volta da 18° à 20° semana. A maior parte dos pacientes com hipoplasia do corpo caloso não apresentam sintomas. Alguns apresentam síndrome de desconexão cerebral, em que o aprendizado e a memória não são partilhados entre os dois hemisférios. Podem apresentar convulsões e retardo do desenvolvimento neuropsicomotor (LOBO ET. AL, 2003).

1.3 Relação das alterações do corpo caloso com o TEA

Artigos encontrados na literatura discursam sobre as alterações neurológicas mais frequentes no TEA e mostram que existem determinadas áreas que são mais afetadas em um número considerável de pessoas com este diagnóstico, além de discursarem sobre as consequências destas alterações.

Boddaert, Meresse e Zilbovicius (2006), em artigo, relatam três estudos independentes que encontraram anormalidades na anatomia cerebral, no funcionamento em repouso do lobo temporal (área responsável pela percepção de estímulos sociais), além de hipoativação de áreas envolvidas na percepção social em pacientes diagnosticados com TEA. Esses achados foram obtidos por meio de exames de neuroimagem funcional como tomografia por emissão de pósitrons, tomografia por emissão de fóton único e ressonância magnética funcional.

Segundo os autores citados acima, os exames de ressonância magnética funcional podem ser usados para investigar anomalias cerebrais que podem estar associadas a transtornos de neurodesenvolvimento, com o intuito de compreender as relações entre o cérebro e o comportamento durante o desenvolvimento infantil normal e anormal. A partir desses exames verificou-se que entre as áreas afetadas no cérebro autista estão: o cerebelo com hipoplasia dos lóbulos vermianos VI e VII; amigdala; giro do cíngulo; maior volume total do cérebro no autismo; além de alterações no corpo caloso como sua diminuição.

Minshew e Williams (2007) em revisão bibliográfica discursam sobre a neurobiologia do TEA, especificando alterações do córtex cerebral, conectividade e organização neuronal presentes em pacientes com este diagnóstico. Este artigo relata achados sobre a associação de alterações genéticas e TEA. Relata também, do ponto de vista da neurologia comportamental, disfunção generalizada do córtex de associação, com preservação do córtex sensorial e motora primária e da substância branca, aumento do volume total do cérebro e aumento do volume de substância branca, o que sugere padrões de crescimento do cérebro anormais em pessoas com TEA.

Ainda segundo o autor, quanto à conectividade foi encontrado um aumento global na espessura cortical, redução do tamanho do corpo caloso (relacionado ao aumento do

volume total do cérebro e de forma independente do volume), alterações na substância cinzenta, disfunção dos neurônios-espelhos, anormalidades nas minicolunas com aumento em número e mais estreita na largura com espaço neurópilo reduzida, com os corpos celulares do neurônio menor e nucléolos entre outras alterações descritas no artigo.

Visto na literatura a relação estabelecida entre alteração do corpo caloso e TEA, pretendeu-se com este trabalho relatar o caso de uma criança que apresentava o diagnóstico de TEA e um quadro neurológico de hipoplasia do corpo caloso. A partir das observações desta criança foi feito um levantamento dos seus aspectos cognitivos e comportamentais, a fim de se estabelecer uma possível associação entre eles.

2 Método

2.1 Delineamento

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descrita como um estudo de caso que envolve uma criança com hipoplasia do corpo caloso e TEA. A pesquisa constitui-se de duas etapas: a primeira etapa de caráter teórico, na qual se buscou na literatura artigos que discursavam sobre os aspectos cognitivos e comportamentais do TEA e a relação de TEA com alterações do corpo caloso; a segunda etapa de caráter prático, nas quais foram realizadas observações da criança na escola e em sua casa, além de entrevistas realizadas com os responsáveis fora do ambiente escolar.

2.2 Participantes

Participaram desta pesquisa a criança na qual se baseia o estudo de caso e seus pais.

2.3 Procedimentos

Após o resultado de aprovação concedido pelo Comitê de Ética, deu-se início a coleta de dados. Os dados sobre a criança para o estudo de caso, foram coletados na escola onde a criança estudava localizada em uma cidade do Sul de Minas Gerais e no ambiente familiar da mesma, mediante autorização da escola e dos pais. Foi aplicada uma anamnese nos pais e um questionário de avaliação de autismo.

2.4 Instrumentos

Para a coleta de dados foi utilizado o método de observação da criança em seus ambientes sociais (escola/casa) durante o período de um ano e seis meses, com foco em levantar seus aspectos cognitivos e comportamentais. Utilizou-se de anotações como forma de registro das informações.

Durante a fase de investigação foi realizada com a mãe uma anamnese com o intuito de levantar o histórico da criança, desde sua gestação até o período desta pesquisa, buscando informações relevantes. Também foi aplicado um “Questionário de avaliação de autismo” (tradução do inglês de *Social Communication Questionnaire -SCQ*) com o objetivo de levantar aspectos relacionados ao diagnóstico de TEA observados pelos pais e ou cuidadores. Este questionário é baseado na Entrevista para Diagnóstico de Autismo Revisada (Autism Diagnostic Interview – Revised ADI-R) e mede três áreas de funcionamento: a reciprocidade e interação social, linguagem e comunicação e

comportamentos repetitivos e estereotipados. O questionário de avaliação do autismo é composto por 40 questões cujas opções de respostas são SIM ou NÃO e a pontuação é de 1 ou 0 ponto para cada resposta. O primeiro item não está incluído na pontuação, pois sua finalidade é determinar se a criança tem linguagem suficiente para justificar a aplicação dos seis itens seguintes.

A correção envolve pontuar as questões de acordo com a resposta que elas exigem (os itens 4,5,6,7,8,9,11, 12,13,14,15,16,17,18 e 19 irão pontuar 1 ponto se a resposta for SIM e os demais itens pontuam 1 ponto se a resposta for NÃO). O ponto de corte é 15 para Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e 22 pontos para Autismo Clássico, de acordo com o DSM-IV. Já de acordo com o DSM-V o ponto de corte passa a ser de 15 pontos para Transtorno do Espectro Autista. (RUTTER ET AL., 2003 TRADUZIDO POR PAULA, C. S.; SANTOS, A. V.; MERCADANTE, M. C. P.; AGUIAR, C. C; D'ANTINO, M. E. B.; SCHWARTZMAN, J. S.; BRUNONI, D. & MERCADANTE, M. T., OBTIDO EM SATO, 2008).

2.5 Procedimento Éticos

O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Sapucaí conforme CAAE 55637516.1.0000.5102 em 24/05/2016. Os pais da criança assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como requisito para participação deles e de sua filha na pesquisa, conforme orienta a Resolução do Conselho Nacional de Saúde N° 466/12.

2.6 Resultados

2.6.1 Relato do caso

As informações colhidas na anamnese realizada com a mãe serão expostas a seguir. A idade da criança na qual se baseia o estudo é de cinco anos, sexo feminino e está inserida na educação infantil de uma escola particular de uma cidade no sul de Minas Gerais, cursando em 2016 o Maternal II pela segunda vez, por opção dos pais e aconselhamento da escola para melhor rendimento e adaptação. A criança residia até a data da pesquisa com os pais e com a irmã de 13 anos. A criança nasceu prematura, com oito meses, pois a mãe apresentava quadros de pressão alta e para diminuir os riscos tiveram que antecipar o parto. Segundo relatos da mãe, a criança nasceu às sete horas da manhã e só foi liberada para ir para o quarto às três horas da manhã do dia seguinte.

A gravidez não foi planejada, o casal já tinha uma filha diagnosticada com TDAH e dificuldade de aprendizagem e que apresentava comportamentos semelhantes aos da criança utilizada no estudo, como impulsividade, agressividade, entre outros. Durante o pré-natal, a única intercorrência foi a pressão alta da mãe que esteve presente nas duas gestações.

A irmã que já fazia acompanhamento com neurologista e psicólogo comentou durante uma das consultas que a criança chorava muito, o tempo todo. A neurologista informou à mãe que o choro em excesso não era normal e que o ideal seria uma

investigação. A criança que na época tinha apenas 6 meses, a partir de exames clínicos, foi diagnosticada com diminuição do corpo caloso (hipoplasia).

Após o diagnóstico, o médico informou à mãe que a criança poderia não se desenvolver normalmente e que poderia não vir a falar, andar e realizar tarefas cotidianas. Desde, então, a criança faz acompanhamento com neurologista, psiquiatra e psicólogo.

Já o quadro de transtorno do espectro autista foi diagnosticado quando a criança tinha quatro anos pelo psiquiatra que a acompanhava, porém a mãe desconfiou que havia algo além da alteração no corpo caloso quando esta ingressou na escola com dois anos, pois apresentou muita resistência, chorava muito e não se relacionava com outras pessoas, apenas com a mãe. Um dos indicativos para o diagnóstico de TEA é o atraso do desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM), no qual a criança foi acometida. Ela não engatinhou apenas se arrastou. Andou com um ano e oito meses e começou a falar poucas palavras depois dos três anos. Quanto ao desfralde ocorreu por volta dos três anos e seis meses, mas a criança continuou a usar fralda durante a noite até os quatro anos e quatro meses. Sobre a sua alimentação, a criança foi amamentada pela mãe até os sete meses, em seguida apresentou intolerância à lactose e passou a tomar leite de cabra. A mãe apresentou dificuldade em introduzir alimentos sólidos, a criança só tomava sopa, isto é, todos os alimentos liquidificados (arroz, feijão, proteínas, legumes, verduras). Mesmo, aos cinco anos (idade completada no ano de 2016) a criança rejeitava em alimentar-se, não desenvolveu a mastigação adequada e acabava expelindo a comida. A mãe relatou também que a criança tinha hipersensibilidade a cheiros.

Quanto às interações sociais, a mãe relatou que a filha não chegava perto de ninguém. Só aceitava o contato da mãe e há pouco tempo passou a aceitar a aproximação do pai. Em suas brincadeiras mantinha os brinquedos organizados e enfileirados, tinha o seu favorito que era de madeira. A criança não apresentava muito interesse por filmes ou televisão e não conseguia se concentrar para assistir.

A criança passou a ser acompanhada por uma equipe multidisciplinar que conta com psicólogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, além de uma professora de apoio que a auxiliava na escola.

Começaram-se as observações da criança no início do ano letivo de 2015, quando inserida no maternal II no segmento de educação infantil, apresentando comportamentos relevantes como: agressividade, resistência ao contato e atraso na fala (não estabelecia diálogo, não formava frases) dentre outros. Demonstrava uma dificuldade em socializar-se e como não tinha uma linguagem desenvolvida, acabava por agredir os colegas (morder, puxar cabelo, arranhar) ao desejar algo que estes estivessem brincando, pois foi a forma encontrada para se comunicar.

Apresentava comportamentos de auto-agressão (se mordia/beliscava) e mostrava-se alheia aos sentimentos dos outros. Em certos momentos queria fazer carinho nas crianças, porém sem controle da sua força acabava por agredir.

Quanto à resistência ao contato, havia situações em que acompanhada por um adulto que mesmo brincando com ela e fazendo cócegas, a criança não sorria, não demonstrava sentir e por vezes agredia saía correndo e gritando. Os gritos eram constantes e, além disso, apresentava risos sem motivos. Demonstrava dificuldade em realizar as

atividades com e sem apoio, andava muito pela sala, atirava objetos e falava alguns "palavrões" como: boba, burrinha, feia e chata.

Quanto ao ano de 2016, três meses após o início das aulas, estabeleceu-se o vínculo da criança com a monitora da turma e isto aconteceu utilizando-se de reforço positivo, isto é, cada vez que a criança demonstrava interesse em estabelecer um diálogo mesmo que por meio de frases simples, este comportamento era reforçado. Um exemplo de início do diálogo que foi reforçado positivamente:

Criança: "- Olha minha unha!"

Acompanhante responsável "- Que linda sua unha! Ela é rosa?"

Foi possível perceber o interesse da criança em cabelo, unhas, batom entre outras coisas e esta estratégia foi utilizada para o estabelecimento do vínculo, então, inicialmente era elogiada: "Que lindo seu cabelo! Que linda a sua unha! Que cor ela é? "; a partir disso ela começou a demonstrar interesse em estabelecer o diálogo chegando na escola já mostrando o esmalte, o cabelo, esperando um reforço.

Começou a falar por meio de frases simples como:

" - Nany tá lá em casa! "

" – Irmã tá na escola! "

" –Mãe fez meu cabelo! "

Gostava muito de brincar com um carrinho de encaixe de peças e ao brincar com ele, era estimulada a indicar as formas geométricas e as cores. Ainda na questão do brincar, como mencionado anteriormente, a criança não compreendia as regras sociais. Um evento muito observado acontecia quando a criança mostrava interesse em brincar com um brinquedo em posse de outro colega. Ao invés de pedir educadamente: "me empresta, por favor", ela reagia com agressão e a consequência era reforçadora, pois o colega com receio e medo deixava ela brincar. Como a situação terminava de maneira negativa, a questão foi trabalhada de forma que a criança interiorizasse as regras sociais. Acompanhada por uma monitora, quando queria brincar com algo que estava sendo utilizado por outro era ensinada pelo exemplo, isto é, a monitora pedia para o colega emprestar o brinquedo: "- Você me empresta, por favor?", e ela repetia.

Este processo utilizado chama-se modelagem, que nada mais é que um procedimento que faz uso de reforçamento diferencial de aproximações sucessivas de um comportamento, sendo o resultado final é o aprendizado de um novo comportamento. O reforço diferencial diz respeito a reforçar algumas respostas que se aproximam do comportamento que se deseja ensinar, baseado em um critério e em não reforçar outras respostas similares. O reforço neste caso deve vir imediatamente após o comportamento que se deseja reforçar (Moreira & Medeiros, 2007).

Apresentava também rigidez em rotinas. Este fato ficava bem claro em situações no final das aulas, isto é, toda vez em que via a monitora guardando as pastas e mochilas a criança já sabia que era hora de ir para casa e ficava ansiosa em sair logo. Quando queria ir embora ficava perguntando constantemente: "- Você não vai guardar as pastas?".

Ainda sobre a questão de rotina, no ano anterior, a escola propôs uma atividade que estruturasse o dia da criança. Foi elaborada uma tabela organizada em colunas intercalando as informações de "lazer e atividade" associadas a formas geométricas e cores conhecidas pela criança: (lazer = quadrado azul; atividade = círculo vermelho). A cada atividade terminada retirava-se um círculo vermelho e isto significava que a criança poderia ir para o lazer. Este trabalho surtiu efeito na organização da rotina, porém não foi possível dar continuidade devido à falta de um professor de apoio.

2.6.2 Aspectos Cognitivos da Criança

Durante o período de investigação e observação da criança foram levantadas informações relevantes sobre sua cognição, as quais serão descritas neste tópico.

A criança apresentava dificuldade em solucionar problemas sem apoio, demonstrava inflexibilidade, rigidez de pensamento, dificuldade em manusear informações e etc. No ambiente escolar não conseguia focar em atividades realizadas dentro da sala de aula e nas explicações, se distraía facilmente tanto pelos estímulos externos (barulho, outras crianças, etc.) como também por estímulos internos, nas situações em que gritava, corria, saía do seu lugar sem autorização e por consequência perdia o foco na atividade. Apresentava também dificuldade em reter e processar informações mentalmente e em compreender situações sociais e acadêmicas, isto era evidenciado em situações em que, quando a criança agredia um colega e era colocada fora de sala de aula para conversar, mesmo após várias explicações ela demonstrava não entender o que tinha acontecido e também não expressava arrependimento. Demonstrava pensamento concreto com dificuldade em abstrair como, por exemplo, se chegava na escola com uma picada e quando questionada: "- O pernilongo te deu um beijinho? Ela respondia: - Não! Ele picou!."

Quanto à percepção, possuía hipersensibilidade a cheiros, como quando durante uma atividade em sala de aula, as crianças vendadas tinham que cheirar algumas coisas e identificá-las a criança demonstrava passar mal com os cheiros fortes (vinagre, limão e etc), além de insensibilidade a dor.

A criança apresentava dispraxia, isto é, dificuldade na coordenação motora demonstrada pela imprecisão de movimentos. Em atividades de psicomotricidade na qual tinha que pular com um ou dois pés dentro do bambolê, ela não conseguia realizar e corria sem ordem entre os bambolês sem cumprir o objetivo. Também em atividades nas quais tinha que traçar os pontilhados ou andar em cima da corda, não conseguia realizar devido à dificuldade na coordenação motora global. Tinha boa preensão do lápis, porém pintava de forma descoordenada, rabiscando e não obedecendo aos limites do desenho.

2.6.3 Aspectos Comportamentais da Criança

A criança apresentava hipercinesia (agitação psicomotora), corria sem parar em diversas situações, ria sem motivo aparente, explorava objetos de forma inadequada como,

por exemplo, atirava objetos, alimentos e etc. Por vezes se agredia, se mordia e se beliscava sem demonstrar sentir dor. Às vezes agredia os colegas sem nenhum motivo, outras vezes porque o colega estava usando algum brinquedo, o giz ou algo que ela queria estar usando e, pela falta de habilidade comunicativa acabava agredindo.

Durante as aulas gritava constantemente, às vezes, saía correndo e rindo bastante. Não tinha controle da força e mesmo com a intenção de brincar machucava os colegas. Tinha dificuldade no equilíbrio e quando saía correndo esbarrava em objetos e em pessoas.

Na realização da rotina em sala de aula, a criança demonstrava dificuldade em entender que cada aluno cumpria uma tarefa diferente, ela queria fazer tudo e ficava chateada quando não era a escolhida, ficando por vezes, agressiva**.** Por exemplo, todos os dias, uma criança aleatória era escolhida para contar quantos alunos tinha na sala e verificar as faltas, durante a contagem, a criança observada sempre gritava: "- Sou doze." E quando ela não era a de número doze, ficava brava.

A criança, em algumas circunstancias, aparentava muito sono, mas não conseguia dormir na escola, resistia até a hora de ir embora. Costumava atribuir tudo o que via e gostava como sendo seu, por exemplo, via a bolsa da colega e dizia: "- É minha". Costumava repetir palavras fora de contexto na escola como: "burrinha, lerda, cala a boca, anda logo, vou bater e etc". Quando alguém fazia algo que ela não gostava, costumava fazer cara feia e dizer: "- Não sou mais sua amiga.".

Em relação ao Questionário de avaliação do autismo, que foi aplicado na mãe, este obteve pontuação de 18 pontos. Considerando que os pontos de corte para o diagnóstico é 15, pode-se inferir que a criança apresenta comportamentos compatíveis com o transtorno do espectro autista, de acordo com o diagnóstico médico. Cabe ressaltar que a partir das observações realizadas, pode-se aumentar a pontuação do questionário, pois em algumas respostas da mãe na qual esta respondeu NÃO, ou seja, negando que a criança apresentasse determinado comportamento, foi possível, com as observações, verificar que a criança apresentava alguns destes comportamentos. Um exemplo disso está nas questões sobre interesse restrito nas quais a mãe relatou que a filha não apresenta nenhum, mas nas observações pode-se considerar que pula-pula é um interesse restrito da criança já que esta além de gostar muito de brincar neste brinquedo, fala constantemente sobre ele.

3 Discussão

O corpo caloso é uma estrutura do cérebro responsável por conectar os hemisférios cerebrais direito e esquerdo. A criança apresentava quadro de hipoplasia do corpo caloso, ou seja, redução em seu tamanho, e em geral está associada a importantes alterações no córtex cerebral. Artigos que falam sobre a neuroimagem do TEA e sua neurobiologia relatam algumas áreas que estão afetadas em uma amostra considerável de pessoas diagnosticadas com o mesmo transtorno e entre estas áreas está o corpo caloso, o que sugere déficit de processamento inter-hemisférico (BODDAERT & COLS. 2006; MINSHEW & WILLIAMS, 2007).

Alterações no corpo caloso estão descritas na literatura como fator de risco para o desenvolvimento do TEA, porém estas estão englobadas no grupo de malformações congênitas, isto é, qualquer alteração neurológica durante o desenvolvimento normal pode ser considerado fator de risco para o TEA por se tratar de uma interrupção, um insulto que pode modificar o curso normal do desenvolvimento (MINGUETTI, FURTADO & AGOSTINI, 1998).

Considerando que qualquer interrupção do desenvolvimento fetal normal pode ser considerado fator de risco para o TEA, artigos da literatura relatam a prematuridade como um destes fatores. A criança que foi observada neste estudo, nasceu de oito meses devido a um problema de hipertensão durante a gravidez da mãe que já tinha desenvolvido o mesmo quadro na gestação anterior.

Segundo Hadjkacema e colaboradores (2016) a prematuridade está relacionada a condições tais como descolamento prematuro da placenta, ameaça de parto prematuro, cesariana de emergência, fórceps, aborto espontâneo o que leva a vários graus de danos cerebrais. Segundo o autor, as complicações durante o parto e as condições citadas acima podem levar ao sofrimento fetal, asfixia e privação de oxigênio que podem resultar em danos cerebrais e aumentar o risco de TEA.

Levando em consideração o caso da criança, pode-se dizer que houve um insulto no desenvolvimento do cérebro da criança que afetou, especificamente, a formação do corpo caloso e que levou ao quadro de hipoplasia. E também que o fato de ter nascido prematura pode ter aumentado as chances de desenvolver o transtorno, já que estas duas condições são fatores de risco para o TEA.

As observações realizadas e o resultado do questionário aplicado na mãe apontam para um quadro comportamental associado ao TEA. Segundo estudo realizado por Pellicano, Maybery, Durkin, & Maley (2006) verificou-se que considerável número de pessoas diagnosticadas com TEA apresentam déficits em funções executivas, em teoria da mente e uma fraca coerência central. Estes são considerados supostos endofenótipos cognitivos para o TEA e que devem ser mais bem estudados e tratados a seguir.

A Literatura, ao falar sobre as disfunções executivas presentes no TEA relatam dificuldades no planejamento mental, na manutenção e na realização de um objetivo, déficits no aprendizado por meio de feedbacks e inibição de respostas irrelevantes e ineficientes, entre outras (KLIN, 2006).

Uma revisão bibliográfica sobre avaliação neuropsicológica das funções executivas em crianças e adolescentes com TEA verificou em suas amostras prejuízos executivos em controle inibitório, planejamento, flexibilidade cognitiva, fluência verbal e memória de trabalho (CZERMAINSKI, BOSA & SALLES, 2013).

Em relação ao controle inibitório, que diz respeito à habilidade de inibir respostas automatizadas, ineficientes e irrelevantes e de interromper respostas que estejam em curso (CZERMAINSKI ET. AL, 2013), pode-se perceber que a criança estudada apresenta prejuízo. Este prejuízo foi observado nas situações em que a criança agredia os colegas e a professora de apoio, ou seja, na falta do controle inibitório ela não consegue evitar a resposta em “bater”.

As agressões ocorriam em diversas situações em que acontecia algo que a desestabilizava por não conseguir entender o que estava acontecendo e por não conseguir pensar em outras formas de solucionar o problema. Um exemplo de situação em que ocorriam as agressões com frequência eram nas aulas de ballet, quando ela ficava livre com as colegas e havendo muitos estímulos como música, dança, bambolê, a criança se desestabilizava. Então ela corria sem direção certa e gritava o que demonstrava a dificuldade de controle inibitório. Outra situação que deixava explícito o prejuízo no controle inibitório era em determinadas falas da criança, porque como não compreendia o que é socialmente aceito falava tudo o que pensava e o que sentia. Falas como: "A Nanny comeu cocô"; "Peguei o peru dele"; "Vou bater nela".

Planejamento mental diz respeito a habilidade de criar um caminho ou etapas para atingir uma meta ou completar uma tarefa (CZERMAINSKI ET. AL, 2013). Pôde-se verificar prejuízo na criança também neste aspecto, pois ela não conseguia planejar suas ações e apresentava dificuldade em seguir etapas para completar uma tarefa, só conseguia se tivesse apoio e mesmo assim sem muito sucesso ao final. Nas atividades em sala de aula a explicação da professora não era suficiente, ela não compreendia conforme o esperado e então precisava da intervenção da professora de apoio dizendo o que ela precisava fazer e dando dicas. Muitas vezes mudava o foco de sua atenção antes mesmo de terminar a atividade, sendo necessário que a professora de apoio retomasse sua concentração.

Relação à flexibilidade cognitiva é a habilidade de alternar diferentes pensamentos e ações de acordo com o que o ambiente ou o contexto exigem, isto é, capacidade em se adaptar (CZERMAINSKI ET. AL, 2013). Neste aspecto observou-se prejuízo na criança também, uma vez que esta apresentava diversos componentes rígidos. A rigidez se explicita em situações como já citadas anteriormente referente ao comportamento da criança. Durante a rotina em sala de aula quando um colega contava quantas crianças tinha na sala para verificar quem faltou, a criança estudada sempre gritava: "sou doze". E quando ela não era quantificada como a de número doze fica brava, nervosa e agitada. A criança também demonstrava rigidez com rotinas em outras situações como quando associava à hora de ir embora com alguém abrindo o armário da sala para pegar alguma pasta, então ela ficava perguntando várias vezes: "- Você não vai pegar a pasta?", e se, durante a aula era preciso abrir o armário ela já ficava irritada caso não fosse hora da saída. A mesma coisa acontecia na entrega dos livros de histórias infantis referentes ao projeto literário que eram enviados todos os dias para casa, com exceção das sextas-feiras. Neste dia em que não era enviado, a criança ficava brava mesmo explicando a ela várias que se tratava de fim de semana.

Devido à dificuldade em compreender o social, a criança aprendia a lidar com o meio a partir de regras sobre o que é socialmente aceito e nesse ponto ela demonstrava ainda mais rigidez. Observou-se nas situações de agressões, em que a criança era ensinada que bater não era legal e que o legal era fazer carinho nos colegas, a partir daí ao invés de agredir, ela passava a querer fazer carinho o tempo todo, abraçava e beijava e muitos não gostavam ou não queriam naquele momento. Quando isso acontecia e se o colega não retribuía com um sorriso ou não expressava nenhuma reação, ela acabava por agredir novamente.

Quanto à fluência verbal que é a capacidade de emitir comportamentos verbais e não-verbais, obedecendo a regras pré-estabelecidas, sejam elas implícitas ou explícitas (CZERMAINSKI ET. AL, 2013), a criança apresentava prejuízo, pois tinha pouco vocabulário e dificuldade para se expressar com frases completas, além de repetir palavras sem sentido de forma aleatória como palavrões, xingamentos e até elogios fora do contexto.

A memória de trabalho, que nada mais é que a habilidade de armazenar informações na mente, enquanto executa tarefas, ou seja, um sistema de armazenamento de informações temporário que permite ao indivíduo manipular informações mentais necessárias para a realização de determinadas tarefas, como resolução de problemas matemáticos (CZERMAINSKI ET. AL, 2013). Esta área na criança apresentava-se prejudicada, pois a mesma demonstrava dificuldade no aprendizado e na retenção de informações (fato este que levou os pais a decidirem que ela se manteria no ano seguinte no maternal II). No quesito aprendizagem a criança reconhecia formas geométricas e as vogais, porém algumas vezes não sabia identificá-las e apresentava dificuldade em reconhecer seu nome e sua letra inicial, por exemplo. Este fato ficava explícito quando a criança era solicitada para buscar seu estojo no armário e como ela não reconhecia sua letra inicial, era preciso explicar novamente e ajudá-la a encontrar o estojo. Memória operacional também engloba a identificação de uma sequência lógica, na qual a criança apresentava dificuldade, pois ao ouvir uma história esta não conseguia recontá-la e organizar em uma sequência lógica. Isto também ficava explícito em uma atividade com imagens sobre os cuidados diários e as crianças precisavam colocá-los em ordem (exemplo: acordar, levantar, escovar os dentes, tomar café, almoçar, ir pra escola, tomar banho e dormir) e a criança não conseguia realizar a atividade sozinha, necessitava de bastante apoio e dicas.

Outra área que encontra-se prejudicada em pessoas com TEA, como foi falado anteriormente, é o que chamamos de Teoria da Mente que nada mais é que a capacidade de atribuir estados mentais a outras pessoas e fazer inferências sobre os comportamentos das mesmas (BOSA & CALLIAS, 2000). Durante as observações da criança foi possível identificar déficits nesta área nas situações em que ficava explícito que ela não conseguia deduzir o que o outro estava sentindo e que ela também apresentava emoções e sentimentos inapropriados para a situação. Um exemplo é quando ela agredia e ao invés de pedir desculpas ou ficar triste pelo que tinha feito, ela sorria bastante e demonstrava estar contente. Mesmo sendo retirada da sala ou de alguma atividade em que gostava muito para poder conversar sobre o que tinha feito e mesmo a professora de apoio ficando brava e mostrando que não tinha gostado da atitude, ela ainda continuava sorrindo, aparentando não ter entendido que sua atitude foi errada. Esta questão da criança em não manifestar nenhum tipo de mudança mesmo que alguém a corrigisse demonstrava bastante prejuízo nesta área, já que existem outras crianças bastante sensíveis às expressões faciais do outro e, assim, aprendem por imitação, o que não é o caso da criança estudada.

Pessoas diagnosticadas com TEA podem apresentar-se muito rígidas e literais, uma vez que aprendem muito por meio de regras. No caso da criança estudada, quando batia, cuspia ou fazia algo que ela percebesse que a pessoa não havia gostado, imediatamente após entender o que tinha feito, pedia desculpa, queria abraçar, beijar e fazer carinho. Reagia em instantes totalmente o oposto do que acabava de fazer e devido ao prejuízo em teoria da mente ela não conseguia entender que mesmo pedindo desculpas as pessoas se

chateavam. O fato de quando queria fazer carinho e os outros não retribuíam ou não aceitavam naquele momento a deixava mais irritada e acabava por agredir novamente. Isto porque a criança tinha dificuldade em entender que o outro pensava diferente dela (ela gostava de fazer carinho, então o outro precisava gostar também) e ainda porque aprendia por regras. Uma vez que entendia que fazer carinho é bom e legal (socialmente aceito), bastava para que pensasse que todos precisariam gostar de fazer e receber carinho também a qualquer momento.

A terceira área em que a literatura considera com prejuízo em uma amostra considerável, é a coerência central, que nada mais é que a tendência em focar em detalhes ou em partes de uma figura, ao invés de focar no todo dando a este um significado (coesão central). Também há tendência em preferir uma sequência aleatória em vez de uma sequência com significado (contexto) (BOSA, 2001). Com as observações da criança também foi possível verificar déficits nesta área, em que apresenta foco nos detalhes ao invés do todo. Um exemplo era uma das rotinas da professora que lia histórias para os alunos, a criança raramente se concentrava para ouví-la e costumava ficar bastante agitada por não conseguir ficar em silencio enquanto que toda a sala estava nesta condição. Durante a coleta de informações a mãe relatou que a filha não gostava de nenhum filme específico e que não conseguia assistir a nenhum programa ou desenho na TV por muito tempo porque não ficava parada.

O déficit em coerência central identificado na dificuldade em ouvir histórias, está na questão de que a criança não conseguia entender o contexto do que era contado, mesmo assim, algumas vezes se mostrava interessada. Nestas situações, ao ser questionada sobre o que tinha ouvido ficava evidente que ela não tinha entendido, mas se mostrava interessada por ter gostado ou considerado bonito um personagem específico. Em um destes episódios em que a criança estava muito interessada na história "A ovelha rosa da Dona Rosa", durante a leitura ela se mostrou atenciosa, porém agitada dizendo: "-Quero levar esse livro para casa". Ela demonstrou interesse nesta história por causa da "ovelha rosa" e não porque achou interessante o contexto. Ainda nesta situação, pôde-se perceber a perseveração, pois depois desta história ela não queria ouvir nenhuma outra e todo o dia perguntava do mesmo livro.

O déficit em coerência central também ficou explícito nas aulas de psicomotricidade quando a professora ministrava alguma atividade com bambolê, pois em vez de se interessar pela atividade ou pela função desta, a criança se mostrava feliz por gostar dos bambolês e pedia para escolher um de uma determinada cor. Mesmo que lhe entregassem o ela tinha escolhido, ainda assim não fazia a atividade proposta, mas ficava brincando de forma aleatória.

É extremamente importante que os profissionais/professores tenham conhecimento sobre essas questões, uma vez que, quando questionados a respeito dessas situações ele poderá explicar que a criança se interessava por histórias, porém não se concentrava no contexto ou no objetivo do livro, enquanto a criança demonstrava-se interessada apenas em certos personagens específicos ou simplesmente nas ilustrações e não no contexto. Quando também demonstrava atitude participativa nas aulas de psicomotricidade e se mostrava atenciosa, na verdade ela se interessava pelos bambolês e não pela atividade em si.

Segundo o DSM-V (2012), os critérios diagnósticos para transtorno do espectro autista são: prejuízos persistentes na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B).Esses sintomas precisam estar presentes desde o início da infância e trazerem prejuízo para o sujeito.

Em relação ao Critério A do DSM- V, outra área que se mostra bastante afetada no TEA é a linguagem e cabe aqui diferenciar linguagem de comunicação, já que estes fazem parte dos critérios diagnósticos do TEA. Linguagem pode ser definida como um conjunto de palavras e de métodos que o homem as interpreta de acordo com a comunidade na qual está inserido (MINUZZI & FACCIN, 2012). Já a comunicação é um processo de troca que possibilita o homem compreender o meio e ser compreendido (MIILHER, 2009). Logo, o ser humano precisa da linguagem para desenvolver a comunicação efetiva que tem uma função social. A criança adquire a linguagem pelas interações sociais, momento em que se torna possível a reconstrução da língua e a apropriação da mesma (SIM-SIM, SILVA & NUNES, 2008).

É neste ponto que falha a comunicação nas pessoas diagnosticadas com TEA, pois como não conseguem estabelecer interações sociais efetivas desde bebê isto prejudica a aquisição da linguagem e, consequentemente, a comunicação social. Outra dificuldade encontrada na linguagem do TEA engloba a questão da teoria da mente, devido à dificuldade em compreender e expressar seu próprio estado mental/emocional e o dos outros, estes não conseguem estabelecer diálogos efetivos por não serem capazes de pensar do ponto de vista do outro.

A criança estudada apresentou atraso no desenvolvimento neuropsicomotor com atraso na fala, dando início a este desenvolvimento apenas aos 3 anos de idade com frases curtas. A criança aos 4 anos apresentava a linguagem desenvolvida e era capaz de estabelecer diálogos, porém ao iniciar uma conversa utilizava de assuntos somente de seu interesse. Quando outra pessoa iniciava uma conversa e ela não se interessava não dava atenção e dispersava. Um exemplo disso é quando a criança estabelecia diálogos sobre livros que foram lidos e pelo qual ela tinha gostado do personagem “ovelha rosa”. “- Tia, gostei do livro. Vou levar para casa”. “- Já está na hora de ir embora?”; “- Quero o livro”; “- Tia, o livro é meu”. Estes eram exemplos de falas nos quais a criança demonstrava iniciar um diálogo. O que parece um diálogo, na verdade pode ser um ritual verbal, pois ela falava passando uma informação ou esperando que o outro respondesse o que ela estava pensando, sem uma conotação de troca social.

Outra característica observada da linguagem da criança era a fala estereotipada com emissão de palavras inapropriadas e fora de contexto como xingamentos (boba, chata, feia, palhaça e etc.) e repetição de palavras e frases que escutava e se apropriava: “esquenta não”, “não sou obrigada”, “me dá paz”. Situações nas quais esta característica da linguagem da criança ficava explícita é quando chegava na escola e ao cumprimentar dizia para qualquer um “- Oi palhaça”, “- Oi boba”, “- Oi chatinha”; também quando ia embora ao se encontrar com a irmã mostrava a língua, gritava e dizia coisas como: “- Chata, feia, sai daqui”.

Já em relação ao Critério B, pelo relato da mãe, constatou-se que a criança não apresentava nenhum interesse restrito por objetos ou por determinados brinquedos,

porém durante as observações verificou-se que ela falava repetidamente sobre pula-pula ainda que a mãe não o tenha mencionado inicialmente. Quando a mãe foi questionada sobre o pula-pula ela informou que havia vendido o brinquedo e que a criança tinha ficado doente então tiveram que comprar outro. Até o dia da chegada do pula-pula a criança perguntava dele todos os dias. Pode-se dizer que a criança apresentava interesse restrito por pula-pula, pois demonstrava outra característica de perseveração ao falar repetidamente sobre ele. Também segundo a mãe a criança queria passar o dia todo brincando e que muitas vezes tinha que parar o que estava fazendo para ficar com ela no pula-pula, inclusive tinha que cozinhar na área externa para que a criança pudesse brincar. Todas estas falas da mãe demonstraram que o interesse restrito da criança ter inferência em suas próprias atividades, como também na rotina da casa.

Considerações finais

Como mencionado anteriormente, o objetivo deste trabalho não foi determinar a causa específica que levou ao desenvolvimento do quadro de Transtorno do Espectro Autista na criança estudada, pois este apresenta causas multifatoriais e ainda necessita de muitos estudos para isso. Então, neste trabalho buscou-se elucidar todas as alterações presentes na criança, a nível cognitivo e comportamental, que na literatura são descritas como fatores relacionados ao quadro de TEA para contribuir com os futuros estudos e não para determinar uma causa.

Os resultados das observações e entrevistas apontaram que a criança apresentava comportamentos compatíveis com os critérios para diagnóstico de TEA segundo o DSM-V, pois esta demonstrava tanto prejuízos na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A), quanto nos padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Considerando o diagnóstico da criança com quadro de hipoplasia do corpo caloso, este relato de caso pode contribuir para o entendimento do funcionamento cerebral no TEA assim como ampliar as possíveis causas deste transtorno, visto que estes dois fatores ainda que muito estudados ainda não estejam totalmente elucidados. Deve-se ressaltar que a criança deste estudo também apresentava quadro de prematuridade, outro fator relacionado com maior risco de TEA. No entanto, esta relação não foi objetivo deste estudo, mas contribui como dado para a literatura e para a compreensão dos fatores relacionados a este transtorno.

Espera-se com esta pesquisa fomentar outros estudos, a fim de contribuir com uma maior compreensão do TEA, já que trata-se de um tema de extrema relevância e que ainda há muito a ser descoberto.

Referências Bibliográficas

APA **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais dsm-5 ®.** American Psychistric Associstion, Associação brasileira de psiquiatria. *Artmed.* Porto Alegre. 2012.

BARROS, Marcela Leonardo; FERNANDES, Daniel Alvarenga; MELO, Enaldo Vieira; PORTO, Roseane Lima Santos; MAIA, Maria Carolina Andrade; GODINHO, Atilano Salvador, FERRÃO; Thiago Oliveira & PEREIRA, Carlos Umberto. Malformações do SNC e Malformações associados. **Radiologia Brasileira,** 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Daniel_Fernandes11/publication/262665424_Central_nervous_system_malformations_and_associated_defects_diagnosed_by_obstetric_ultrasonography/links/5450e6bd0cf249aa53dc8625.pdf. Acesso em: 25 março 2016.

BODDAERT, Nathalie; MERESSE, Isabelle & ZILBOVICIUS, Mônica. Autismo: neuroimagem. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. vol.28 suppl.1 São Paulo May 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462006000500004. Acesso em: 30 março 2016.

BOSA, Cleonice Alves. As relações entre autismo, comportamento social e função executiva. **Psicologia: reflexão e crítica**. 14(2). 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n2/7855.pdf. Acesso em: 04 abril 2016.

BOSA, Cleonice Alves & CALLIAS, Maria. Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. 2000. **Psicologia: Reflexão e crítica**. 13. 167-17. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/107464/000293770.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 abril 2016.

BRITO, Virgínia Rossana Sousa; FRANÇA, Inácia Sátiro Xavier; GADELHA, Francisco Henrique, REGO, Ana Raquel Figueiredo, SOUSA, Francisco Stélio & SOUTO, Rafaela Queiroga. Malformações congênitas e fatores de risco materno em campina grande — paraíba. **Rev. Rene. Fortaleza**, v. 11, n. 2, abr./jun.2010. Disponível em: http://www.revistarene.ufc.br/vol11n2_html_site/a03v11n2.htm. Acesso em: 15 jun 2016.

CARVALHO, Larissa Helena Zani Santos. **Caracterização e análise das habilidades sociais e problemas de comportamento em crianças com autismo.** 2012. Ufscar. (Tese de mestrado). 147 f. São Carlos – SP. Centro de Educação e Ciências humanas.

COSENZA, Ramom M. **Fundamentos de Neuroanatomia**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 2005.

CZERMAINSKI, Fernanda Rash, BOSA, Cleonice Alves & SALLES, Jerusa Fumagalli. Funções Executivas em Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro do Autismo: Uma Revisão. **Psico, Porto Alegre***, PUCRS.* v. 44, n. 4, pp. 518-525, out./dez. 2013. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11878/10844. Acesso em: 20 jun 2016.

DUNCAN, J. Disorganization of behavior after frontal lobe damage. **Cognitive Neuropsychology**. Vol. 3. 1986.

HADJKACEMA, Imen, AYADI, Héla, TURKI, Mariem, YAICHB, Sourour, KHEMEKHEMA, Khaoula, WALHAA, Adel, CHERIF, Leila, MOALLAA, Yousr. & GHRIBI, Farhat. Prenatal, perinatal and postnatal factors associated with autism spectrum disorder.

Jornal de Pediatria *(Rio J), 2016.* Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.jped.2016.01.012. Acesso em: 10 outubro 2016.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.28, n.1. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf. Acesso em: 25 julho 2016.

LIMA, Ricardo Franco; TRAVAINI, Paula Pinheiro & CIASCA, Sylvia Maria. Amostra de desempenho de estudantes do ensino fundamental em testes de atenção e funções executivas. **Revista Psicopedagogia**, 26(80). 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862009000200004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 10 jun 2016.

LOBO, Leonardo Valadares Barbosa; MONTANDON, Cristiano, MONTANDON JR., Marcelo Eustáquio, RIBEIRO, Flávia Aparecida Sousa & TEIXEIRA, Kim-Ir-Sem Santos. Disgenesia do corpo caloso e más-formações associadas: achados de tomografia computadorizada e ressonância magnética**. Radiol Bras** v.36 n.5. 2003. São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-39842003000500011 http://dx.doi.org/10.1590/S0100-39842003000500011. Acesso em: 10 agosto 2016.

MIILHER, Liliane Perroud. **Linguagem nos Transtornos do Espectro Autístico: relações entre uso, forma e conteúdo.** 2009. 149 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo.

MINGUETTI, Guilberto, FURTADO, Karine & AGOSTINI, Lisandra Carla. Tomografia computadorizada na agenesia do corpo caloso: achados em 27 casos. **Arq. Neuro-Psiquiatr.** vol.56, n.3B, pp.601-604. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1998000400013 http://dx.doi.org/10.1590/S0004-282X1998000400013. Acesso em: 15 agosto 2016.

MINSHEW, Nanci J., WILLIAMS, Diane L. The New Neurobiology of Autism:. Cortex, Connectivity, and Neuronal Organization. **Arch Neurol**. 2007. Disponível em: http://archneur.jamanetwork.com/article.aspx?articleid=794123.doi:10.1001/archneur.64.7.945. Acesso em: 25 agosto 2016.

MINUZZI, Crislaine & FACHIN, Paulo César. **Estudo sobre língua e linguagem: considerações.** Trabalho de Conclusão de Pós-graduação lato sensu em Arte e Educação – FAG – Faculdade Assis Gurgacz. 2012. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/marco2012/portugues_artigos/linguagem.pdf. Acesso em: 15 julho 2016.

MOREIRA, Márcio Borges & MEDEIROS, Carlos Augusto. **Princípios básicos de análise do comportamento.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PELLICANO, Elizabeth; MAYBERY, Murray; DURKIN, Kevin; & MALEY, Alana. Multiple cognitive capabilities/defi cits in children with an autism spectrum disorder: "Weak" central coherence and its relationship to theory of mind and executive control. **Development and Psychopathology**. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/7297570_Multiple_cognitive_capabiliti

esdeficits in children with an autism spectrum disorder Weak central cohere nce and its relationship to theory of mind and executive control. doi:10.1017/ S0954579406060056. Acesso em: 21 agosto 2016.

SIM-SIM, Inês, SILVA, Ana Cristina & NUNES, Clarisse. **Linguagem e comunicação no jardim-de-infância: textos de apoio para educadores de infância.** Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação. 2008. Disponível em: http://biblioteca.esec.pt/cdi/ebooks/docs/Linguagem_comunicacao_jardim_infancia.PDF. Acesso em: 5 outubro 2016.

DISCREPÂNCIAS NORMATIVAS EM TESTES PSICOLÓGICOS PARA CRIANÇAS ATENDIDAS EM CLÍNICA ESCOLA

RAFAELA DOS SANTOS VITAL1, MARCOS ANTÔNIO BATISTA2

Faculdade de Ciências da Saúde Dr. José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Cel. Alfredo Custódio de Paula, 320 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil
rafaelasantos_94@hotmail.com[1], marcosantoniobatista@yahoo.com.br[2]

Resumo. *Esta pesquisa teve como objetivo uma análise dos resultados do Teste Gestáltico Visomotor de Bender (B-SPG) em crianças apontadas pela escola com dificuldades de aprendizagem. Com delineamento quantitativo, descritivo e analítico, a amostra foi por conveniência e, fizeram parte do banco de dados, protocolos de crianças avaliadas no Laboratório de Avaliação Psicológica do curso de Psicologia da Univás. Os resultados por faixa etária variaram de forma não esperada hipoteticamente e apontaram para a necessidade de atualização constante dos estudos normativos para o teste psicológico em questão, conforme a realidade educacional e cultural na região que a criança está inserida.*

Palavras-Chave. *Desenvolvimento Neuromotor; Teste Projetivo; Avaliação Psicológica.*

Abstract. *This research aimed to analyze the results from the Bender Gestalt Visualmotor Test (B-SPG) on children pointed by their schools as having learning difficulties. Presenting a quantitative, descriptive and analytical delineation, this study used a convenience sample, investigating protocols of children who had been previously evaluated at the Laboratory of Psychological Evaluation from the Psychology Graduation Course in Univás, using this information as database. The results by age have varied in a way that was not expected hypothetically and pointed to a necessity of constant updating of the normative studies to the Test above-mentioned, adjusting it to the educational and cultural reality in which the child is embedded.*

Keywords. *Neuromotor Development. Projective Test. Psychological Evaluation.*

Introdução

O desenvolvimento humano é um processo que acontece durante toda a vida do indivíduo, um processo contínuo que apresenta sequência ontogenética, porém se diferencia pela velocidade de progressão em que acontece. Este desenvolvimento é influenciado por aspectos afetivos, cognitivos, motores e psicossociais, podendo se entrelaçar no decorrer do processo (NETO et al, 2007).

No desenvolvimento humano, a aprendizagem é vista como um dos processos mais importantes e muito complexo e, para que a aprendizagem ocorra naturalmente, é necessário que as funções específicas sejam elaboradas e as estruturas cerebrais estejam maturadas (SILVA, 2003).

O desenvolvimento infantil é considerado uma das fases mais importantes. Na segunda infância e idade escolar acontecem progressos rápidos e significativos para aprendizagem, a criança passa a adquirir novas aptidões físicas e motoras, desenvolve consciência de si e do mundo exterior, conquista independência e se adapta socialmente. Para que a criança se desenvolva intelectualmente, é importante que ela adquira um bom controle motor e assim construa as noções básicas essenciais (NETO et al, 2007).

Além das características apontadas anteriormente, Sisto (2001) relata que ao identificar a necessidade de disposições afetivas na aprendizagem, muitos pesquisadores têm se voltado para o estudo da relação dos aspectos emocionais com os cognitivos. A criança evidencia essa disposição por atitudes, confiança e interesse na capacidade cognitiva, favorecendo seu desempenho.

Por outro lado, quando a criança não responde ao desenvolvimento que se supõe ou espera do seu potencial intelectual, ela tende a apresentar desempenhos abaixo do esperado. O estudo das dificuldades de aprendizagem torna-se complexo, pois elas acabam sendo confundidas com os distúrbios de aprendizagem. No entanto, o distúrbio de aprendizagem é um quadro de disfunção neurológica e a dificuldade de aprendizagem é inerente a criança. A dificuldade de aprendizagem está ligada a fatores psicológicos e/ou socioculturais, não estando centrada apenas na criança, sendo portanto, diagnosticada apenas em crianças que não apresentem problemas neurológicos (FELIPE & BENEVENUTTI, 2015).

Segundo Neves e Araújo (2006), as causas da dificuldade de aprendizagem só podem ser encontradas quando se investiga aspectos neurológicos, culturais, familiares, funcionais e pedagógicos. As integrações do histórico subjetivo e das interações sociais dão sentido às questões envolvidas na dificuldade de aprendizagem do indivíduo.

No entanto, um bom desenvolvimento psicomotor é importante para desenvolvimento global, tendo um papel preventivo. Assim, ao proporcionar experiências motoras e psicossociais às crianças, podem-se prevenir comprometimentos da aprendizagem. Embasando o desenvolvimento comportamental da criança, as vivências da infância promovem interações sociais e incorporação de regras morais da cultura predominante (ROSA NETO et al, 2007).

Os alunos da educação infantil com dificuldades de aprendizagem ocasionam transtornos para o seu processo de escolarização. É necessário que realize investigações específicas das causas e, dessa forma, busque estratégias para intervenções, visando à resolução das questões apresentadas. Nessas circunstâncias, a psicologia utiliza o processo de avaliação psicológica com o objetivo de produzir conhecimentos e intervenções profissionais sobre dimensões e fatos psicológicos que precisam ser descritos, obedecendo a padrões de cientificidade e garantindo a fidedignidade dos resultados obtidos (CHIARATTO, 2015).

A avaliação psicológica é uma área de conhecimento e prática da psicologia, sendo um processo amplo, que inclui procedimentos, metodologias e técnicas variadas, por isso é importante que se faça a distinção entre a avaliação psicológica e os instrumentos utilizados no processo. Buscando orientar ações e decisões futuras, a avaliação psicológica sustenta-se nos conhecimentos sobre o funcionamento psicológico das pessoas. Já os instrumentos, são procedimentos metódicos utilizados para a coleta de dados fidedignos que servem de esteio para o processo avaliação psicológico, que é considerado amplo e complexo (PRIMI, NASCIMENTO & SOUZA, 2004).

O processo de avaliação psicológica requer metodologias específicas, conforme cada área de conhecimento. É um processo técnico e científico realizado de forma individual ou coletiva. É dinâmico e de caráter explicativo, constituindo uma importante fonte de informações sobre os aspectos psicológico e tem como finalidade dar subsídio a diferentes campos de atuação do psicólogo. Cada demanda ou fins destinados, requer um planejamento cuidadoso e prévio (CFP, 2013).

A avaliação psicológica deu-se no início no começo do século XX, desenvolvendo instrumentos que atendiam necessidades práticas. A psicometria e os testes voltados para investigação das aptidões de crianças também foram desenvolvidos nesse período histórico por de Binet e Spearman (PASQUALI, 2001).

Segundo a resolução nº 07/2003:

> os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica (CFP, 2003, p.3).

O surgimento dos testes psicológicos se deu no início do século XX, no entanto, já existia precursores da testagem psicológica moderna em diversos contextos e culturas, e em seleção de candidatos para funções específicas, visando a verificação e levantamento de habilidades e características das pessoas. Nesse sentido, o uso principal dos testes psicológicos é como ferramenta para tomadas de decisões que envolvem pessoas, embora possam ser utilizados para explorar e investigar diversas variáveis (URBINA, 2007).

A resolução nº 002/2003, do Conselho Federal de Psicologia, afirma que os testes psicológicos são

> procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos (CFP, art. 1º, parágrafo único).

Segundo Anache (2011), os testes psicológicos têm o objetivo de avaliar características psicológicas, sendo considerados instrumentos sistematizados. No entanto, os testes psicológicos precisam obedecer a critérios de validade, precisão e normatização para serem considerados confiáveis.

Tendo delineado o significado dos testes psicológicos, torna-se notório a importância do uso desses instrumentos pelos psicólogos para o fornecimento de informações e, contribuições na elaboração de um diagnóstico. Para tanto, esses instrumentos passam por estudos que comprovam suas qualidades psicométricas, garantindo seu reconhecimento e credibilidade por parte da comunidade científica (NORONHA & VENDRAMINI, 2003). A legitimidade das características obtidas nos testes psicológicos se dá a partir da validade, fidedignidade e normatização (ARGIMON & MANFREDINI, 2011).

A resolução 002/3003 do CFP, dentre outras coisas, foca seus esforços nos parâmetros de validade e precisão que estão ligados a legitimidade e confiabilidade dos testes psicológicos, ou seja, os critérios de validade e precisão são importantes para a aceitação e qualidade dos mesmos, conforme estabelecimento do órgão regulamentador da profissão de psicólogos.

Segundo Pasquali (2001), o teste deve medir o que ele realmente se propõe a medir, determinando sua validade; e a precisão (ou fidedignidade), avalia o quanto os escores do teste se mantêm iguais em situações distintas, ou seja, a variância de erro.

No entanto, embora a validade seja importante para a qualidade de um teste e para a medida psicológica, é possível verificar sérias dificuldades em três momentos do processo de elaboração do teste, sendo eles: a teoria, a coleta empírica e a análise estatística. Porém, no momento da teorização essa dificuldade é mais evidente, pois ainda existe confusão teórica nos construtos, o que dificulta a elaboração de hipóteses claras e precisas (PASQUALI, 2003).

A precisão (ou fidedignidade) de um teste está relacionada ao quanto os escores do teste são confiáveis e consistente, livres de erros de mensuração além do grau permitido, isto é, o quanto o teste é estável (URBINA, 2007).

Embora a precisão de um teste cubra aspectos distintos, ela está relacionada ao quanto os escores do indivíduo se mantêm mesmo em ocasiões diferentes, ou seja, avalia se o escore obtido aproxima-se do escore verdadeiro do sujeito. A precisão está ligada ao conceito de variância erro (PASQUALI, 2001).

Os resultados de um teste podem ser influenciados negativamente por fatores como distração, cansaço e outros elementos intervenientes que são quase inevitáveis. No entanto, ao uniformizar os procedimentos a serem seguidos na aplicação de um teste psicológico, a padronização das condições da testagem tem a função de controlar esses fatores intervenientes, tornando-se necessária para a validade e precisão. Ao uniformizar as condições para a aplicação do teste psicológico, é estabalecido as precauções e cuidados necessários para que o resultado do teste não sofra influências (PASQUALI, 2001).

A normatização, tão importante quanto a validade e precisão, para interpretação de escores de um teste psicológico é exigida para que possa responder as influências que podem interferir na testagem, estando relacionada a contextualização do teste. Ao realizar

a intepretação dos resultados do teste, é necessário considerar o contexto, suas características e especificidade, visto que faz diferença e torna-se um elemento importante para análise. A normatização de um teste busca o perfil da população para qual ele foi elaborado, isto é, ao elaborar normas para a interpretação dos resultados, fundamenta-se no conhecimento que se tem sobre as diferenças que existem ou podem vir a existir de um grupo para o outro. A sociedade brasileira é exemplo das diferenças existentes. Ao considerar a sociedade brasileira, suas dimensões territoriais e culturais, pode-se observar significativas diferenças de uma região para outra, podendo ser diferenças culturais, políticas e/ou econômicas. Portanto, é necessária a contextualização da testagem e a existência de normas que acolham as diferenças (URBINA, 2007).

O estabelecimento de normas para a interpretação dos escores do teste psicológico parte da utilização de padrões baseados em grupos específicos de pessoas e no desempenho obtido. Os resultados alcançados proporcionam as informações que são utilizadas para a interpretação dos escores do teste. Diante disso, a normatização do instrumento está relacionada ao grupo ou população para qual o teste foi destinado. Uma vez que a normatização é elaborada com o intuito de avaliar e comparar as diferenças entre os grupos e as características mensuradas pelo teste, torna-se fundamental que se comprove a eficácia do instrumento (URBINA, 2007).

O Conselho Federal de Psicologia é responsável pela fiscalização da qualidade dos testes psicológicos, tendo o direito de aprovar ou não o instrumento para o uso profissional. O CFP exige que os testes psicológicos tenham em seus manuais, que é item obrigatório, fundamentação teórica e as evidências de validade, precisão e normatização, para que assim sejam aprovados e tenham sua qualidade comprovada cientificamente (CFP, 2010).

A última década foi marcada por grandes avanços e discussões na área da Avaliação Psicológica. Os critérios de avaliação dos testes psicológicos acrescentaram indicadores de análise que garantem os direitos humanos e reforçaram as precauções e cuidados necessários e impostos para a contsrução e aprovação de instrumentos psicológicos. Os Conselhos Regionais de Psicologia vem promovendo ações que resultaram em importantes conquistas para a Avaliação Psicológica, como a nomeação do ano de 2011 com a temática "Avaliação Psicológica". Tal evento promoveu reflexões em todo o Brasil (SATEPSI, 2013).

Soma-se a estes esforços, o aumento no número de pesquisas, congressos científicos, a criação de grupos de estudos com o objetivo de incentivos e discussões que possam contrubuir com o avanço e crescicmento da área (CARVALHO & AMBIEL, 2009).

Nesse contexto, novas ferramentas foram construídas ou novos estudos foram executados para atualizações de validades, precisões e normatizações de testes que atingiram seu prazo e sua vida útil. Pode-se citar o Teste Gestáltico Visomotor de Bender (B-SPG), criado por Lauretta Bender, como o objetivo avaliar a maturação perceptomotora por meio da análise de distorção de formas, tendo como referência os desenhos elaborados por Wertheimer em 1923. A autora selecionou nove figuras consideradas por ela como mais representativas para avaliar a ação sensória motriz, que segundo ela, pode variar conforme o desenvolvimento da criança, seu nível maturacional e seu estado funcional. Em 2004 pesquisadores brasileiros criaram um novo sistema de pontuação para mensuração deste teste e chamaram de Bender – Sistema de Pontuação Gradual (B-SPG) (SISTO, NORONHA & SANTOS, 2004).

Preocupados com a calibração desta ferramenta em nossa região com vistas a minimização do erro da medida em psicodiagnósticos em escolares sul mineiros, esta pesquisa teve como objetivo uma análise comparativa dos resultados por idade do Teste Gestáltico Visomotor de Bender (B-SPG) de crianças submetidas a avaliação psicológicas pelo Laboratório de Avaliação psicológica (Clínica Escola) da Univás e resultados de crianças normativas do Manual do Bender.

1. Metodologia

1.1 Participantes

Utilizou-se a abordagem de pesquisa com delineamento retroativo, descritivo, quantitativo e analítico. A amostra foi composta por 86 prontuários de crianças, de ambos os sexos, sendo 70,9% do sexo masculino e 29,1% do sexo feminino, que foram avaliadas em processo de psicodiagnóstico no Laboratório de Avaliação Psicológica com demanda relacionada às dificuldades de aprendizagem. A faixa etária ficou compreendida entre 6 e 10 anos, com média de idade de 8,05 com desvio padrão de 1,34. Todos os participantes estavam matriculados em escolas públicas do Sul de Minas Gerais.

1.2 Instrumento

Utilizou-se, para a coleta de dados o Teste Gestáltico Visomotor de Bender (B-SPG), que tem o objetivo de avaliar a maturidade perceptomotora, pela análise da distorção de forma. Essa distorção é entendida como o desrespeito aos aspectos estruturais do desenho, de modo que pontos, linhas, retas, curvas e ângulos são desenhados sem precisão. Segundo SISTO, SANTOS & NORONHA (2004), a correção atribui nota de 0 até 3 para a reprodução gráfica dos 9 modelos de Bender, o que varia em razão da qualidade do desenho. Este sistema de correção permite uma quantificação da análise e rigor na consistência da avaliação.

O teste foi criado por Lauretta Bender em 1938, e a autora usou como referência os desenhos elaborados por Wertheimer em 1923. Desses desenhos, foram selecionadas nove que ela considerou mais representativos para avaliar a ação sensóriomotriz e a maturação, que variam conforme o desenvolvimento da criança (SISTO, SANTOS & NORONHA, 2004).

Segundo Silva e Nunes (2007), a percepção está além do ver, pois ela pressupõe a possibilidade da interpretação do que está sendo visto, e essa percepção visomotora é viabilizada pela maturação e consolidação de quatro etapas: o sujeito vê o estímulo; compreende o que está sendo visto (percepção); traduz o que percebe por meio de uma ação ou expressão motora e coordena a ação motora.

1.2 Procedimentos Éticos

Após o cadastro do projeto na Plataforma Brasil, a aprovação pelo comitê de Ética da Universidade do Vale do Sapucaí – Univás por meio do Parecer Consubstanciado CAAE: 55630416.8.0000.5102, iniciou-se a pesquisa.

É importante ressaltar que não foi necessária a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pois foram analisados apenas os protocolos dos atendimentos realizados no Laboratório de Avaliação Psicológica. Sendo assim, foi solicitada a dispensa do TCLE. Após a obtenção do Termo de Consentimento do responsável pelo Laboratório de Avaliação Psicológica, a coleta de dados foi realizada.

1.3 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada no Laboratório de Avaliação Psicológica (LAP), da Universidade do Vale do Sapucaí. O Laboratório de Avaliação Psicológica presta serviço filantrópico na área de avaliações psicológicas à comunidade interna, que corresponde aos funcionários da instituição e seus familiares. Estes, por sua vez tem preferência no atendimento; e à comunidade externa que não tem condições de arcar com uma avaliação ou tratamento psicológico.

1.4 Análise dos Dados

Os dados foram coletados e compilados em *software* estatístico SPSS versão 16 para efetivação das análises estatísticas. As variáveis quantitativas foram submetidas às medidas de tendência central e variabilidade com intuito de descrever e resumir os escores do teste. Respeitando indicadores de significância estatística $p \leq 0{,}05$, os dados passaram por estudo do Teste t de Student.

2. Resultados

A Tabela 1 mostra uma comparação das médias do teste Bender para os protocolos pesquisados com os dados normativos e Teste T entre os resultados por faixa etária.

Tabela 1. ***Comparação de médias, Teste t de Student entre os resultados da amostra pesquisada e as normas do manual do Bender (B-PSG) filtrado por idade.***

IDADE	AMOSTRA	N	MÉDIA	DP	*t*	*p*
6 anos	Normativa	111	11,41	5,05	-2,01	0,06
	Pesquisa	12	14,36			
7 anos	Normativa	160	11,20	4,02	0,72	0,47
	Pesquisa	24	10,61			

8 anos	Normativa	303	6,50	3,65	-2,47	0,03*
	Pesquisa	12	9,11			
9 anos	Normativa	210	8,70	4,26	1,83	0,08
	Pesquisa	24	7,11			
10 anos	Normativa	268	9,14	4,99	2,81	0,02*
	Pesquisa	14	5,39			

*A correlação é significativa no nível de $p \leq 0,05$

Com relação à média dos resultados para o teste Bender (B-SPG), as crianças dos protocolos da pesquisa, com 6 anos de idade, obtiveram 11,41 com desvio padrão de 5,05; para 7 anos de idade obtiveram média 11,20 com desvio padrão de 4,02; para 8 anos de idade obtiveram média 6,50 com desvio padrão de 3,65; para 9 anos de idade obtiveram média 8,70 com desvio padrão de 4,26 e finalizando, para 10 anos obtiveram média 9,14 com desvio padrão de 4,99.

Para a faixa etária de 6 anos, não houve significância estatística ($p \leq 0,06$), porém, observou-se que as crianças da pesquisa apresentaram média abaixo da média normativa, ou seja, obtiveram menos erros, foram melhores, apesar da demanda de dificuldades de aprendizagem. Este dado contradiz o imaginado para esta situação, fato este que sugere continuidade na investigação para esta faixa etária, independentemente da não obtenção da significância estatística.

Os achados apontaram significância estatística ($p \leq 0,03$) para a faixa etária de 8 anos. Observou-se que nos protocolos das crianças da pesquisa a média ficou abaixo da média normativa, ou seja, embora as crianças tenham sido avaliadas com demanda de dificuldade de aprendizagem, elas tiveram classificação melhor que as crianças da amostra normativa.

Para a faixa etária de 10 anos, a significância estatística ($p \leq 0,02$), indicou que as crianças da pesquisa obtiveram média acima das crianças normativas, apontando para deformidade e imaturidade perceptomotora para as crianças encaminhadas para o LAP. Com base na literatura Gestáltica, este resultado era hipoteticamente esperado.

3. Discussão

O teste Bender (B-SPG) avalia a maturação do desenvolvimento perceptormotor e a análise dos dados indicou correlações parciais significativas para a faixa etária de 8 e 10 anos, sendo classificadas como correlações moderadas. No entanto, este achado justifica a preocupação em estar sempre atualizando os dados normativos para qualquer teste psicológico, seja por idade, série escolar ou sexo, principalmente levando em consideração a população ou amostra regional. Pois são as normas que dão sentido ao construto avaliado e se as normas estão descalibradas, o profissional terá uma visão um tanto distorcida de seu paciente e, por consequência, a técnica interventiva planejada pode não ser tão eficaz.

Para a faixa etária de 6 anos, embora não tenha acontecido significância estatística, ao comparar os resultados das crianças da pesquisa na pontuação média com a média das crianças normativas do teste, observou-se que a amostra da pesquisa ficou abaixo da normativa, indicando melhor desempenho. No entanto, é importante ressaltar que as crianças foram avaliadas em processo de psicodiagnóstico com demandas de dificuldade de aprendizagem, segundo encaminhamento da escola. Uma possível explicação para este resultado nos faz pensar ou que as professoras se equivocaram em sua visão ao classificar estas crianças com dificuldades de aprendizagem ou crianças da amostra normativa apresentavam também dificuldades de aprendizagem ou até mesmo possa haver diferenças entre os modelos de alfabetização entre os estados destas crianças. Independentemente do que for, é certo que este problema precisa ser investigado com números maiores de participantes e que selecione participantes com maior rigor a fim de evitar vieses no estudo.

Da mesma forma, crianças com a faixa etária de 8 anos, a comparação das médias e a significância estática ($p \leq 0{,}03$) indicaram que a amostra da pesquisa obteve média abaixo da amostra normativa. Isto é, o desempenho das crianças avaliadas foi melhor que o das crianças do manual. Seria necessário a realização de uma avaliação qualitativa, na qual se verificaria a confirmação da demanda de dificuldade para aprender conteúdos pedagógicos. O mesmo raciocínio se aplica nesta condição, porém invertido, ou seja, teoricamente nossas crianças não deveriam ter se saído melhor que as do Manual.

No entanto, ao observar que a média da amostra da pesquisa ficou abaixo da média normativa para duas faixas etárias, pode-se salientar novamente a necessidade e a importância de estudos normativos de acordo com a realidade local da criança atendida e verificação que as crianças que compõe a amostra normativa não tenham dificuldade de aprendizagem.

Para a faixa etária de 10 anos, a comparação das médias e significância estatística ($p \leq 0{,}02$) indicou maior deformidade e imaturidade do desenvolvimento perceptomotor das crianças da amostra da pesquisa, podendo levá-los a apresentar dificuldade para aprender, visto o desenvolvimento neurológico está comprometido. Para a faixa etária de 9 anos, não houve significância estatística ($p=0{,}08$). Porém, embora não tenha respaldo estatístico, enquanto estudantes e profissionais de Psicologia, torna-se preocupante, sendo necessário que se esteja atento para que o comprometimento não seja maior.

Os resultados por faixa etária variaram de forma não esperada hipoteticamente e apontaram para a necessidade de atualização constante dos estudos normativos para o teste psicológico em questão de acordo com a realidade na qual a criança está inserida e submetida ao processo avaliativo.

Considerações Finais

Concluiu-se sobre a importância de estudos normativos para a utilização dos testes psicológicos, em função das diferenças de médias obtidas nesse estudo. Logo, ressaltou-se a necessidade de atualização das normas conforme a realidade da criança que é submetida à aplicação do teste e/ou Avaliação Psicológica, com vistas às discrepâncias no sistema de ensino praticado nos Estados e até mesmo diferenças de ordem cultural.

Ao considerar a diferença regional e cultural e as influências no desenvolvimento da criança e no processo de escolarização, as normas adaptadas conforme a realidade apresentada pela criança atendida faz com que o instrumento utilizado seja fidedigno e o resultado seja mais assertivo.

Contudo, é importante a realização de novas pesquisas no teste Bender (B-SPG) com amostras maiores e a certificação de que as crianças que compõe amostras normativas não apresentem dificuldade de aprendizagem, de modo que possam ser construídas Tabelas normativas que considerem a realidade do sujeito e assim garanta a eficácia do instrumento e segurança na utilização para a avaliação da maturidade perceptomotora. No entanto, é evidente que se o Conselho Federal de Psicologia aprovou o teste psicológico e o estudo normativo não condiz com a realidade de todas as regiões e culturas brasileiras, cabe as categorias que defendem a profissão, alunos de graduação e iniciação científica, mestrado e doutorado a garantia da qualidade dos testes psicológicos utilizados no processo de Avaliação Psicológica.

Referências Bibliográficas

ANACHE, A. A. Notas introdutórias sobre os critérios de validação da avaliação psicológica na perspectiva dos Direitos Humanos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Ano da avaliação psicológica:** textos geradores. Brasília: CFP. 2011. p. 17-20

CARVALHO, L. F.; AMBIEL, R. A. M. Uma proposta de discussão na área de avaliação psicológica no Brasil. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v.8, n. 2, p. 285-288, ago. 2009.

CHIARATTO, F. A. importância da avaliação psicológica na educação infantil. **Revista científica SMG**, v. 3, n. 1, p. 18-32, 2015,

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Avaliação psicológica:** diretrizes na regulamentação da profissão. Brasília: CFP, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Cartilha de avaliação psicológica**. Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 002/2003**.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 007/2003.**

FELIPE, S. M. Dificuldade de Aprendizagem. **Maiêutica-Curso de Pedagogia**, v. 1, n.1, p. 61-64, 2015.

ROSA NETO, Francisco et al. Desenvolvimento motor de crianças com indicadores de dificuldades na aprendizagem escolar. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v. 15, n. 1, 2007. p. 45-51.

NEVES, M. M. B. J.; MARINHO-ARAUJO, C**.** A questão das dificuldades de aprendizagem e o atendimento psicológico às queixas escolares. **Aletheia**, v. 24, n.1, p. 161-170, 2006.

NORONHA, A. P. P.; ALCHIERI, J. C. Conhecimento em avaliação psicológica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 43-52, 2004.

PASQUALI, L. **Técnicas de exame psicológico** - *TEP.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

PASQUALI, L. **Psicometria:** teoria dos testes na psicologia e na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

PRIMI, R. **Inteligência:** avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. Avaliação psicológica, v. 2, n. 1, p. 67-77, 2003.

PRIMI, R.; NASCIMENTO, R. S. G. F.; SOUZA, A. S. **Avaliação dos testes psicológicos:** SATEPSI – Sistema de avaliação de testes psicológicos. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

REPPOLD, C. T.; GURGEL, L. G.; HUTZ, C. S. O processo de construção de escalas psicométricas. **Avaliação Psicológica**, v. 13, n. 2, p. 307-310, 2004.

SILVA, V. G. **Dificuldades de aprendizagem**. Monografia (Curso de Psicopedagogia) Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, R. B. F.; NUNES, M. L. T. Teste Gestáltico Visomotor de Bender**:** revendo sua história. **Avaliação Psicológica**, v. 6, n. 1., p. 77-88, 2007.

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICO, 2013. Disponível em satepsi. cfp.org. br.

SISTO, F. F. Dificuldades de aprendizagem. In: Sisto, F. F. et al (orgs.) **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico**. (2ª ed.) Petrópolis, RJ: Vozes 2001. pp. 19-39

URBINA, S. **Fundamentos da Testagem Psicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO: EFICÁCIA DO SERVIÇO DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

LUCIENE PEREIRA MIRANDA[1], MARIA INES BUSTAMANTE[2]

Faculdade De Ciências Da Saúde Dr. José Antônio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Cel. Alfredo Custódio de Paula, 320– 37550-000 –Pouso Alegre– MG – Brasil
nanypmiranda@yahoo.com.br[1],minesbustamante@yahoo.com.br[2]

Resumo. *Aconselhamento Psicológico é uma técnica de atendimento psicológico pela qual o aconselhador busca auxiliar o aconselhando a fazer suas próprias escolhas. O objetivo desse estudo foi verificar a eficácia do serviço de Aconselhamento Psicológico em uma clínica escola de uma Instituição do Ensino Superior na cidade de Pouso Alegre, MG, no decorrer dos anos de 2012 a 2015. Para a realização deste estudo, foi imprescindível a autorização do usuário através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após esta autorização foram colhidos os dados sociodemográficos e aplicado o questionário de satisfação.*

Palavras Chave: Aconselhamento Psicológico. Eficácia. Clínica Escola

Abstract. *Psychological Counseling is a psychological treatment technique in which the auxiliary counselor seeks counseling to make their own choices. The aim of this study was to verify the efficiency of the Psychological Counseling service in a school clinic of a Higher Education Institution in the city of Pouso Alegre, MG, during the years of 2012 to 2015. To make this study possible, it was essential the user's authorization through the Terms of Consent Free and Clear. After this authorization were collected sociodemographic data and applied the satisfaction questionnaire.*

Key-words*: Psychological Counseling. Efficiency. SchoolClinic*

Introdução

A modalidade de atendimento psicológico, denominada Aconselhamento Psicológico, surge como disciplina em cursos de psicologia ao ser utilizada em clínicas-escola como campo de estágio. "O Aconselhamento Psicológico segue um formato de atendimento clínico, que visa atender à demanda da comunidade, funcionários da instituição e também como campo de experiência e aprendizado para os estagiários" (EISENLOHR, 1999, p. 137-138).

A atuação do psicólogo e os serviços psicológicos têm evoluído, vencido paradigmas e ganhando novos, não se limitando somente a classes mais favorecidas, com seu modelo tradicional. Tem-se ampliado a forma dos psicólogos trabalharem, promovendo uma visão mais ampla, na qual a clínica ganha espaço e o profissional vai se adequando, criando novos modelos de atendimento. "Ao passar a ter um olhar diferenciado, o psicólogo vem chegando às classes menos favorecidas" (MOTA & GOTO, 2009, p. 521-529).

De acordo com Tassinari e Durange,

> a Clínica Ampliada transforma o trabalho do profissional de saúde, coloca-o em contato mais direto com as pessoas. Isto proporciona ao indivíduo a capacidade de se desenvolver e vivenciar o processo de doença, mostrando que esse processo de saúde não é apenas a ausência de doença e que essa doença não o impede de viver outras coisas em sua vida (TASSIRANI & DURANGE, 2011, p. 41-64).

De acordo com Perfeito e Melo,

> cabe ressaltar que a psicologia clínica é aprendida somente no contato com o paciente. É extremamente importante, nas universidades que estão ligadas a clínicas- escola, e é complexa no sentido de atuar em segmentos variados, em práticas diferenciadas de disciplina, que envolvem estágios supervisionados, projetos de extensão e pesquisas. (PERFEITO & MELO, 2004, p. 34-35-36).

O surgimento das clínicas-escola nos cursos de psicologia ocorreu paralelamente ao reconhecimento da profissão de psicólogo, que, de acordo com Broaz e Nunes, citando a Lei nº 4.119 de 1962,

> garante à população o serviço clínico pela instituição, promovendo atenção especial aos usuários, qualificação e aprendizagem aos estagiários nas clínicas-escolas e em outras instituições. No entanto, torna-se importante caracterizar a população que recorre aos serviços das clínicas-escola, para nortear os serviços de maneira que a população se beneficie. (BROAZ & NUNES, 2010, p. 151-156).

Pensando nessa população, Maravieski e Serralta (2011) afirmam que,

> ao entrar em contato com a clientela e conhecendo suas características, o atendimento torna-se mais eficaz. Ou seja, conhecer a realidade da população atendida em um serviço escola facilita a comunicação com o paciente, que se beneficia com o atendimento prestado, tendo um caráter mais fidedigno e os estagiários também se beneficiam, pois adquirem experiências, vivências e trocas com outros estagiários ao levarem seus casos atendidos para supervisão. (MARAVIESKI & SERRALTA, 2011, p.48-490).

Nesta supervisão, o acadêmico, juntamente com o supervisor do seu campo de estágio, vai elucidar as narrações dos casos para uma compreensão do que está sendo

realizado com o paciente, o que se deve fazer e o que não se deve fazer, levantar hipóteses, buscar soluções.

> Isto ocorre tendo em vista que o estagiário, em uma clínica-escola, não está só, ele tem todo o aparato da supervisão e da instituição, com ampla diversidade de práticas e o contato com a teoria, o que auxilia na sua atuação e expansão da prática do estágio. (MARCOS, 2012, p. 852-873).

De acordo com Cerione (2014),

> nas clínicas-escola de psicologia, os usuários superam suas expectativas com a qualidade do trabalho desenvolvido, o que permite aos estagiários se aproximarem mais da demanda trazida. Além disso, é favorecida a adesão ao tratamento psicoterápico, restringindo-se o índice de desistência. (CERIONE, 2014, p. 21-24).

No entanto, as clínicas-escola dentro das universidades não necessariamente seguem um modelo padrão, cada uma atua de acordo com suas necessidades, estrutura física e cultura da instituição. Os serviços prestados são diferenciados, mas há necessidade de que o usuário faça contato por telefone ou pessoalmente, para que possa ser agendado seu atendimento. Havendo disponibilidade de dia e horário, o usuário será atendido pelo estagiário, que vai ressaltar a importância do contrato terapêutico e as regras da instituição.

> A clínica-escola passa a ter as informações do usuário por meio de um cadastro e os usuários que seguem atendimentos em Aconselhamento psicológico, ou em psicoterapia, terão seus protocolos arquivados em prontuários individuais, aos quais somente terão acesso os supervisores e os estagiários responsáveis pelo seu atendimento. (SIMÔES & COLS. 2013, p. 481-490).

Ao disponibilizar atendimentos à população, a clínica-escola torna a relação terapeuta-paciente com características especiais, pois os pacientes, ao serem atendidos pelos estagiários, demonstram um grau elevado de satisfação; o que, de acordo com Campezatto e Nunes (2007, s/p) e Suda e Cols. (2009, p.127-128) “tem características específicas de um público com poder aquisitivo baixo, devido a terem poucas escolhas e impossibilidade de buscarem outras alternativas”, sendo unânimes em citar que a renda familiar baixa dos pacientes está associada com escolaridade baixa.

> É evidenciada outra característica importante das clínicas-escola com relação às salas de espera, pois aproximam pacientes, que costumam relatar suas histórias e trocar experiências. Também neste local, os acompanhantes e pacientes interagem e refletem sobre seu processo de saúde-doença e, dependendo do contexto de como esta conversa surge, isto pode favorecer a promoção de saúde. (SANDOVAL & JAPUR, 2003, p. 86-96).

De um lado, Eisenlohr (1999, p. 139, 141, 142) expressa que, “por meio dos estágios em Aconselhamento Psicológico nas clínicas-escola, o estagiário torna-se mais preparado

para atender às demandas da população, visto que se facilita um serviço de ajuda psicológica à comunidade, bem como a formação dos alunos". Entretanto Benetti e Cunha (2008, s/p) consideram que "as relações de não continuidade ao tratamento podem estar relacionadas a terapeutas em formação, que não têm manejo clínico, e/ou instituições com dificuldade em proporcionar um atendimento de qualidade à comunidade".

> Contudo, é necessário que haja clínicas-escola para o aprendizado do estagiário de psicologia, pois diante de todo embasamento teórico aprendido em sala de aula sobre os campos de conhecimento das técnicas, como acolhimento, triagem, grupos e em especial o Aconselhamento Psicológico e Psicoterapias, esta facilitará a prática e o exercício da formação do psicólogo, ampliando o seu olhar, sua escuta no contato direto com o paciente na clínica. (RIBEIRO e COLS. 2013, p. 98).

Nos Estados Unidos, devido ao ritmo de vida frenético, utilizava-se o Aconselhamento Psicológico, a Teoria de Traço e Fator, que colocava o aconselhando em um enquadramento no qual a forma de atuação do aconselhador era diretiva e ativa, sendo bastante específica para a orientação vocacional. Com a chegada de Carl Rogers ao campo de Aconselhamento Psicológico, que trouxe uma visão mais humanista, a trajetória do Aconselhamento nos Estados Unidos mudou: "Com sua técnica não diretiva, cujo foco era o indivíduo, aos poucos foi mudando o perfil do trabalho dos psicólogos que atuavam com técnicas diretivas, passando eles a ocuparem uma posição de facilitadores" (MORATO,1999, p. 79-80-81).

No Brasil, com o crescente aumento das faculdades de Psicologia, o Aconselhamento Psicológico foi associado ao âmbito acadêmico e, aos poucos, foi se diferenciando da psicoterapia. Assim, o Serviço de Atendimento Psicológico teve a necessidade de incorporar o Aconselhamento Psicológico à clínica-escola, como linha psicoterápica a princípio (SHMIDT, 2012, p. 9-,93).

Iniciou-se, assim, um movimento pelo reconhecimento do Aconselhamento Psicológico como campo de trabalho específico do psicólogo, inaugurado com a publicação do Livro de Ruth Scheeffer, em 1964, "Aconselhamento Psicológico", no Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que psicoterapia e o Aconselhamento Psicológico são técnicas exclusivas do psicólogo e se diferem um do outro. De acordo com a resolução do Conselho Federal de Psicologia (2000),

> a psicoterapia é considerada uma técnica com finalidade de prestar ajuda, promover a saúde psíquica, auxiliar o indivíduo no enfrentamento de seus problemas de ordem social, emocional e física. Já o Aconselhamento Psicológico é uma técnica com foco mais definido e tempo menor de tratamento, centrado nas potencialidades e demandas do cliente, engloba vários segmentos como prática educativa, preventiva, e apoio situacional. (SCHMIDT, 2012, p. 9-92-93).

Nascimento (2004), Quayle (2007) e Pereira e Cols (2007) comungam das mesmas ideias em relação à psicoterapia ao afirmarem que a atividade clássica do psicólogo tem sua eficácia comprovada junto ao paciente, pois, na atualidade, tal atividade é repleta de

técnicas, teorias, métodos que levam o terapeuta a ter a liberdade de escolher qual a melhor abordagem para aderir, o que irá promover ajuda ao paciente. O terapeuta deve ser criativo para abrir possibilidades para escutar exatamente o que não está sendo dito, ou seja, nem sempre o que o paciente diz é o verdadeiro sintoma ou queixa trazida, para não correr o risco de rotular o paciente, não o enquadrar em uma teoria que só enxerga a doença, mas abrir possibilidades para o novo de maneira sensível.

A psicoterapia pode ser considerada como busca pessoal do indivíduo. Neste sentido, Amatuzzi (1988, p. 3-4) e Aletti (2008, p. 117-121) afirmam que é por meio da "fala" do indivíduo que os significados aparecem e vão dar vazão aos seus sentimentos, seus medos. Onde a fala transcende é que se sustenta o discurso, que vai dando forma aos seus próprios significados e faz emergirem situações novas, o que tem efeito terapêutico.

Contudo, cabe ressaltar que o Aconselhamento Psicológico, no percurso de sua história, teve várias definições, tais como fornecer informações, dar conselhos, criticar, orientar, pontuar. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa **Aurélio** (2008, p-91), "aconselhamento é o ato ou efeito de aconselhar-se... forma de assistência psicológica para solução de leves ajustamentos de conduta". Com o passar do tempo diversos autores foram dando suas contribuições e interpretações para o termo Aconselhamento Psicológico.

> O aconselhamento Psicológico é visto como uma área da psicologia que abrange importantes técnicas de apoio e suporte para cuidar de indivíduos que apresentam uma demanda mais imediata. A prática de Aconselhamento Psicológico está associada a um leque de possibilidades de atuação para profissionais como psicólogos, terapeutas, conselheiros, aconselhadores, orientadores e profissionais de saúde. Inicialmente, ele era utilizado para orientações vocacionais e profissionais, também em clínicas de reabilitação, em escolas, instituições de assistência social, orientação e encorajamento. (SCHIMIDT, 2012, p. 92-93-94).

Breschigliari e Jafelice (2015, p. 225-237) exaltam "a formação que o estagiário da disciplina de Aconselhamento Psicológico adquire no contato com o cliente desde o primeiro encontro, o modo como este chega na clínica, a queixa trazida, o modo como a vivencia". O aconselhador cria uma ansiedade que é considerada normal, pois as únicas coisas que sabe do paciente são seu nome, idade, endereço e algumas informações superficiais de um colega estagiário que tenha visto na sala de espera ou até mesmo conversando com ele.

Schmidt (2012) reconhece que o Aconselhamento Psicológico "trata-se de uma área bastante ampla do conhecimento, que engloba vários segmentos, como a prática educativa, preventiva e apoio situacional, em um período de tempo menor de tratamento, centrado nas potencialidades e demandas do paciente".

Mesmo se tratando de um período menor de tratamento, Breschigliari e Jafelice (2015, 225-237) acrescentam que o Aconselhamento Psicológico "se constitui como terapêutico, o paciente vai reconhecendo sua capacidade de evolução, de transformação

e de abertura para novas possibilidades, mesmo que a queixa trazida seja apenas para tirar dúvidas ou até mesmo para uma simples informação".

> Todo processo de Aconselhamento Psicológico tem como meta levar o aconselhando a atingir uma evolução psicológica para que este possa fazer suas próprias escolhas, de maneira que se sinta responsável para vivenciar experiências que a vida lhe propiciar. Para tanto, é indispensável que o Aconselhamento Psicológico forneça um ambiente facilitador para que aquilo que é inato ao desenvolvimento do ser humano possa emergir sem obstáculos (PINANESCHI, 2009, p. 69-85).

"Pode-se afirmar que Aconselhamento Psicológico é um procedimento voltado para auxiliar as escolhas do paciente. Para tal objetivo, volta-se na compreensão da personalidade, autoconhecimento e questões de aprendizagem" (STEFFLRE, 1976, p. 14-22).

> O Aconselhamento é visto como uma ajuda às pessoas "normais", ou seja, pessoas com desajustes no âmbito familiar, social, de aspectos emocionais, sem, no entanto, apresentarem patologias psíquicas severas. O Aconselhamento Psicológico possibilita, na verdade, a obtenção de um nível mais elevado de adaptação, que se manifesta através de um desenvolvimento crescente de amadurecimento, independência, integração pessoal e responsabilidade (SCHEEFFER, 1993, p. 19-20-21-22-23).

May (1996, p.33) traz contribuições quanto ao processo de Aconselhamento Psicológico, pois cita a importância do Aconselhador ser empático, pois é neste processo de empatia que ocorre a compreensão e identificação. Para o autor, esta é a "chave" do Aconselhamento, porém, ser empático não necessariamente é uma condição inata do aconselhador, pode ser adquirida através de suas habilidades nas relações, no modo de usar a linguagem como um processo que facilite a comunicação entre o aconselhador e o aconselhado.

De acordo com Morato (1999),

> o Aconselhamento Psicológico é uma região de fronteira, ou seja, fronteira das práticas que são identificadas dentro da própria psicologia e que surgem das necessidades e das demandas da sociedade, refazendo o percurso da própria psicologia, mas com distinções da psicoterapia como material teórico, tipo de clientela, técnicas específicas, duração. (MORATO, 1999, p. 75-76-77).

A mesma autora infere que o Aconselhamento Psicológico teve influências europeias e norte-americanas, sendo que para os europeus essa prática tinha a preocupação de acolher o indivíduo e reafirmá-lo na sua própria história, resgatando suas experiências, pois lá o Aconselhamento era sustentado por influências filosóficas e fenomenológicas. A missão era cuidar de indivíduos destruídos pela guerra, sendo que sua prática era entendida como de curta duração, justamente para solucionar uma crise imediata do indivíduo, no entanto, não tinha uma rigidez quanto à aplicação da técnica.

Morato (1999, p.79-80-81) ainda infere que Scheeffer foi referência para o ensino de Aconselhamento Psicológico no Brasil, “fez contribuições generosas a respeito da Teoria de Traço e Fator, que foi considerada uma prática importante para o Aconselhamento, associando Orientação Vocacional com Psicometria” e tendo como ponto central as competências e potencialidades do indivíduo através de uma medição objetiva.

Scheeffer (1993, p.21-22-23) trouxe contribuições quanto aos métodos utilizados em Aconselhamento Psicológico que, ao longo da história, foram sofrendo modificações. A princípio, ela se caracterizava pelo Método Autoritário e tinha como proposta repreender, ameaçar os orientandos, o que, na atualidade, está em desuso, pois somente repreendia e não modificava o comportamento. Porém outros métodos como o Método Exortativo, Método Sugestivo, Cartase, Método Interpretativo, Método Diretivo, Não Diretivo e o Método Eclético ainda são utilizados. Na visão da autora, os mais usados em Aconselhamento Psicológico são os últimos.

O Método Diretivo é considerado de grande importância, pois o aconselhador direciona o aconselhando a resolver o problema, baseia-se no foco do problema e não na pessoa. Muito parecido com o modelo médico. Já o Método Não Diretivo baseia-se na teoria de Rogers, cujo foco é a pessoa e não o problema. Isto faz o aconselhando achar sozinho a resposta ou a solução de um problema, clarificando-o até ele atingir o autoconhecimento. E o Método Eclético caracteriza-se por um conjunto de métodos, ou seja, o aconselhador utiliza-se de várias técnicas pelas quais o aconselhando vai se direcionando e orientando-se conforme suas necessidades.

> Com relação aos métodos e técnicas utilizadas no Aconselhamento Psicológico, pode-se dizer que são distintos de uma psicoterapia, as sessões são em menor número e é eleito um foco para ser trabalhado. Há uma preocupação maior com problemas atuais do indivíduo, nitidez dos fatos, e, de certa forma, menor preocupação com transferências. O objetivo é ajudar o aconselhando considerado “normal” a desempenhar seus papéis de forma mais elaborada e eficiente em suas escolhas. (STEFFLRE, 1976, p. 14-22).

Outro nome importante para a história do Aconselhamento Psicológico no Brasil foi Osvaldo de Barros Santos que, por volta de 1965, criou um serviço no qual alunos estagiários passaram a atender a comunidade em Aconselhamento Psicológico. “Seu pensamento alinhava-se à abordagem centrada na pessoa, definindo o exercício de aconselhar como o processo de indicar caminhos, direções e procedimentos, ou de propiciar possibilidades para que a pessoa faça, ela própria, o posicionamento das alternativas e formule suas próprias opções” (COMIN, 2014, p.1-2).

> Com um modo de pensar extremamente semelhante ao de Santos, Rachel Léa Rosenberg contribuiu bastante com o desenvolvimento do serviço de Aconselhamento Psicológico à comunidade, que era gratuito e contava com a participação dos estagiários. Com a participação de Rosenberg o serviço deixa de ser restrito e modesto, ganhando novas dimensões e reestruturações. (MORATO, 1999, p. 79-80-81).

Comin (2014, p. 4) comenta, ainda, que "o profissional tem que ter transparência nas técnicas utilizadas no Aconselhamento para que apresente segurança diante do paciente para ajudá-lo em sua evolução, nos seus desafios, nas transferências e contratransferências, mesmo que esse processo seja mais curto".

> No entanto, o paciente que busca o Aconselhamento Psicológico pode buscar, ao mesmo tempo, vários tipos de ajuda, ou até mesmo uma simples dúvida, mas pode apresentar dificuldades de se expressar, causando um certo desconforto tanto para o terapeuta como para o próprio paciente. Neste momento, cabe ao terapeuta acolher a pessoa e compreendê-la, e juntos buscarem a real necessidade do paciente, que pode ter sua demanda atendida em um único encontro (CHALOM & COLS., 1999, p. 178-180-181).

Kóvacs (2009, p. 237-238) ressalta que "o estagiário é um facilitador do processo de transformação do paciente ao ter uma escuta clínica e não apenas passiva". Ele envolve o paciente na sua própria transformação, o terapeuta não resolve os problemas ou apresenta soluções fáceis, ele o direciona a buscar suas respostas e soluções na evolução dos seus conflitos emocionais e na elaboração de sua própria história.

Forghieri (2007) afirma que

> os conflitos emocionais, que fazem parte da estrutura psíquica do indivíduo, sempre estarão presentes na sua personalidade, como a tristeza, angústia, desânimo, ansiedade, mas em certos momentos da vida, alguns estarão mais presentes, causando aflições, agitação, impedindo-o de reagir ou até mesmo tomar alguma atitude diante de algum problema pessoal, familiar ou do trabalho. É neste momento que o Aconselhamento Psicológico é extremamente importante, pois o terapeuta se mostra presente, aberto para o paciente em um envolvimento existencial, como se fosse uma relação de amor, de companheirismo, visando atingir os aspectos saudáveis do paciente, mesmo que os aspectos negativos estejam em maior proporção. (FORGHIERI, 2007, p.125-126)

Perches e Cury (2013, p.313) ressaltam que "o aconselhador deve oferecer-se ao outro como apoio, suporte, com abertura para ouvi-lo, para que o aconselhando se mobilize e seja capaz de buscar significados às suas experiências". Tornando, assim, o Aconselhamento Psicológico um processo de mudança psicológica que afeta ambos e por se tratar de uma intervenção mais imediata, essa dimensão temporal torna-se facilitadora, possibilitando ao aconselhando fazer ressignificações em sua vida.

Furigo (2006, p.13-14-15) admite que "a eficácia do Aconselhamento Psicológico não está diretamente ligado à resolução das queixas trazidas pelo paciente, mas em como ele vai direcioná-las para uma tomada de consciência, tratando de demandas mais urgentes, imediatas e emergenciais". Contudo, o psicólogo tem que estar atento e facilitar tomadas de decisões mais assertivas.

> O paciente no Aconselhamento Psicológico é visto como um ser biopsicossocial, no entanto, o aconselhador caminha ao seu lado, proporcionando abertura para o processo de mudança, de responsabilidades, contribuindo com seu autoconhecimento, reestruturando o paciente no desenvolvimento de suas potencialidades e novas aquisições, através do diálogo e da escuta (SOUZA & COLS., 2012, p. 82-107)

Ainda,

> O Aconselhamento Psicológico, por se tratar de um atendimento breve, atende o paciente em seu momento de necessidade, no entanto, trabalha com o que ele traz em seu momento de crise, trabalha com o inesperado, com o novo, naquilo que necessita intervenção imediata. Já os casos que não são resolvidos no Aconselhamento Psicológico são encaminhados quando necessário. (GOMES, 2008, p. 39-44).

Oliveira (2012, p.5-6) saliente que "o termo 'encaminhar', no Aconselhamento Psicológico, se refere a colocar o paciente em atendimentos ou atividades adequadas, que possam promover desenvolvimento, solucionar ou amenizar seus problemas ou dificuldades, e direcioná-lo a tratamentos adequados para os casos em questão".

> Conforme foi apresentado, o Aconselhamento Psicológico tem grande importância como modelo de atendimento psicológico que torna acessíveis os processos de vida em que o aconselhando se encontra. O papel do aconselhador é de escuta, pois cabe a ele ouvir a pessoa, como ela se depara com as questões que a incomodam, pois é a partir dessa escuta que as intervenções vão ocorrer (ROCHA, 201, p. 252-253-256).

Importante frisar aqui a escassez de trabalhos científicos sobre as técnicas de Aconselhamento Psicológico e suas utilizações, evidenciando a necessidade de mais pesquisas. Assim, um dos objetivos deste trabalho é verificar a eficácia do serviço de Aconselhamento Psicológico em um Centro Universitário de Atendimento Psicológico.

1. Método

A presente pesquisa teve abordagem Descritiva, Transversal, Qualitativa e Quantitativa. A amostra foi composta por 105 usuários, mulheres e homens que finalizaram os atendimentos no serviço de Aconselhamento Psicológico no Centro de Atendimento Psicológico, nos anos de 2012 a 2015, com idade acima de 18 anos e que concordaram em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Após a aprovação pelo comitê de Ética em pesquisa da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), protocolo nº: 1.506.864, deu-se prosseguimento às análises dos prontuários de atendimento. Foram levantados os dados dos usuários que foram

necessários para a pesquisa em questão, ou seja, nome, endereço e telefone e a conclusão do caso atendido.

Os pacientes que tiveram finalizados seus atendimentos foram procurados para responderem a um questionário sobre sua satisfação quanto ao serviço prestado e quanto à sua eficácia. O questionário foi elaborado pela pesquisadora, composto por 13 questões, com respostas em escala likert, de 2 e 3 pontos, havendo a possibilidade de comentários ao final.

O primeiro contato foi feito via telefone, quando foi combinada, de acordo com a disponibilidade do entrevistado, a forma como responderia à pesquisa, por meio da internet, em sua residência, ou no CAP, conforme horários disponibilizados. De acordo com o que foi agendado previamente, o participante então assinou o TCLE e respondeu à pesquisa individualmente, respeitando-se a ética em pesquisa.

2. Resultados e Discussões

Após a coleta de dados, foi verificado um total de 105 pacientes acima de dezoito anos, de ambos os sexos, que frequentou o serviço de Aconselhamento Psicológico no CAP, entre 2012 e 2015. Destes, 46 não responderam à pesquisa por não terem sido encontrados números de telefone fixo ou móvel em seus prontuários. Outros 11 pacientes não responderam à pesquisa em função de mudança de número telefônico ou pelo fato do não atendimento a várias tentativas feitas pela pesquisadora. Ainda outros 10 pacientes não quiseram participar da pesquisa. A amostra, então, ficou composta por 38 pacientes.

Considerando o total de pesquisados, observamos uma predominância do sexo feminino, com 86,84% para 13,16% masculino. A significativa predominância de mulheres na população atendida está corroborada em outras pesquisas voltadas à caracterização de usuários de clínica-escola: geralmente há maior procura de atendimento psicológico pelo sexo feminino que, de acordo Lopez (1981, p. 123-135), “busca ajuda psicológica nas clínica-escolas por iniciativa própria e com perfil de poder aquisitivo baixo, desvalorizadas socialmente e com queixa de problemas relacionados à esfera afetiva”.

Explorando os dados coletados referentes à faixa etária, os usuários foram separados em quatro faixas, sendo que houve uma maior procura por pessoas entre 18 e 38 anos (47,4%). Quanto ao estado civil, constatou-se que 55,26% são casados. “Contrapondo-se a estes dados, pode-se ver nos estudos que a maior frequência em clínicas-escola é de jovens, solteiros e crianças do sexo masculino com dificuldade de aprendizagem” (CAMPEZATTO & NUNES, 2007; SANTOS & COLS, 2012).

Conforme os dados coletados da variável escolaridade, a maior parte da clientela possui nível médio completo, atingindo 36,84% da amostra e de acordo com Campezatto e

Nunes (2007, p. 363-374) este dado é coerente com a renda familiar dos pacientes, pois famílias com uma baixa renda estão associadas com escolaridade baixa.

Quanto à queixa inicial, pode-se perceber que as queixas mais referidas foram quanto a sintomas de depressão, ansiedade e conflitos familiares. Devendo ser enfatizado que, em alguns casos, apareciam mais de um desses sintomas como queixa.

Em relação ao questionário: na questão dois, quanto ao recebimento do paciente na chegada ao CAP, 94,74% disseram que foram bem recebidos; na questão três, 94,74% disseram que o local de atendimento era confortável. Dados bastante expressivos à pesquisa e que corroboram os achados no estudo de Sandoval e Japur (2003, p. 86-96). Estes autores ressaltam que as salas de espera de clínicas-escola são locais que aproximam pacientes e acompanhantes em suas trocas de experiências, ajudando no processo de saúde doença, enfatizando a importância do local e da forma de atendimento do paciente no momento em que ele chega na clínica.

Em relação à questão quatro, 86,84% responderam que o estagiário compreendeu o problema relatado, o que vai de encontro com Marcos (2012, p. 852-873), ao considerar que o estagiário, ao narrar os casos para seu supervisor, terá maior compreensão do que está sendo realizado com o paciente, o que se deve fazer e o que não se deve fazer, levantar hipóteses, buscar soluções. Isto se deve ao fato de que o estagiário, em uma clínica-escola, não está só. Ele tem todo o aparato da supervisão e da instituição, com ampla diversidade de práticas e o contato com a teoria que auxilia na sua atuação e expansão da prática do estágio.

Na questão cinco, verificou-se que 91,89% ficaram satisfeitos com a atenção dada pelos estagiários. Isto mostra que, no "Aconselhamento Psicológico nas clínicas-escola, o estagiário torna-se mais preparado para atender às demandas da população, visto que facilita um serviço de ajuda psicológica à comunidade e de formação dos alunos" (EISENLOHR, 1999, p. 139-141-142).

Na questão seis, quanto à satisfação com as informações dadas pelos estagiários, a pesquisa apontou que 78,95% dos pacientes disseram terem ficado satisfeitos com as informações dadas pelo estagiário, o que condiz com a fala de Suda e Cols. (2009, p. 127-128), que relatam que "a satisfação do paciente é extremamente elevada devido ao baixo nível socioeconômico, que impossibilita à população de buscar outras alternativas".

Quanto à questão sete, se o atendimento prestado ajudou o paciente a lidar melhor com os seus problemas, 70,27% dos pacientes disseram que sim, o que é confirmado na fala de Schmidt (2012, p. 91-92-93), que afirma que o "Aconselhamento Psicológico abrange importantes técnicas de apoio e suporte em um período de tempo menor de tratamento, centrado nas potencialidades e demandas do paciente, auxiliando-o a lidar melhor com seus problemas".

A questão oito questionou se o paciente obteve o tipo de ajuda de que necessitava, sendo que 67,57% disseram que obtiveram, sim, a ajuda pedida. Na literatura, Gomes (2008, p. 39-44) narra que o "Aconselhamento Psicológico, por se tratar de um

atendimento breve, atende o paciente em seu momento de necessidade, trabalha com o que ele e traz, em seu momento de crise, o inesperado".

A questão nove trouxe as expectativas que os usuários tiveram ao buscar o serviço de Aconselhamento Psicológico. Neste sentido, a pesquisa apontou que 67,57% disseram terem sido atendidos quanto às suas expectativas, dados estes que Cerione (2014, p. 21-24) também encontrou em sua pesquisa, narrando que "nas clínicas-escola de psicologia os usuários superam suas expectativas com a qualidade do trabalho desenvolvido, permitindo que os estagiários se aproximem da demanda trazida, favorecendo aderir ao tratamento psicoterápico e restringindo o índice de resistência".

Na questão dez**,** com relação à finalização do Aconselhamento Psicológico, 63,98% dos pacientes foram encaminhados. Oliveira (2014, p. 5-6) em seus estudos relata que os pacientes que passam pelo Aconselhamento Psicológico, ao serem finalizados os atendimentos, "podem ser encaminhados e direcionados a outros atendimentos ou atividades adequadas, contribuindo com melhor desenvolvimento e amenização de problemas".

Já quanto ao seguimento e encaminhamento, 79,41% dos participantes disseram que seguiram as orientações passadas pelos estagiários e 75% disseram que procuraram o serviço para qual foram encaminhados. Na literatura, porém, não foram encontrados estudos que tratem especificamente do seguimento em Aconselhamento Psicológico, pois isto nem sempre é possível, principalmente quando o atendimento é em clínica e ao término dos atendimentos se perde o contato com o cliente.

Há uma escassez de estudos relativos ao tema Aconselhamento Psicológico, cabendo, portanto, mais pesquisas em relação ao seguimento dado ou ao encaminhamento ofertado pelo estagiário de psicologia ao paciente quando finaliza o Aconselhamento Psicológico em um serviço de clínica-escola.

Quanto à questão treze, 70,37% disseram terem dado continuidade ao atendimento para qual foram encaminhados. Estes dados achados na pesquisa diferem de outras pesquisas na literatura, que apontam um crescente abandono ao tratamento psicoterápico em uma clínica-escola. Benetti e Cunha (2008, p. 48-59) ainda consideram que "as relações de não continuidade ao tratamento podem estar relacionadas à terapeutas em formação, que não têm manejo clínico e instituições com dificuldade de ter um atendimento de qualidade à comunidade".

Os comentários abertos foram opcionais quanto a respostas sobre o Aconselhamento Psicológico do CAP. Somente nove pessoas responderam e o foco central das respostas foi que o atendimento oferecido na clínica é de ótima qualidade.

Considerações finais

O presente estudo identificou as principais queixas trazidas ao atendimento em um serviço escola de psicologia e trouxe resultados relevantes quanto à caracterização do perfil dos usuários e suas respectivas demandas de atendimento psicológico. Essa pesquisa, por sua vez, pode contribuir de forma significativa, tanto para as discussões e reflexões sobre as práticas preventivas em psicologia e saúde, quanto para a verificação das condições de oferta dos serviços prestados às diferenciadas solicitações da comunidade.

Acreditamos que o Aconselhamento Psicológico é uma relação de ajuda na qual o aconselhador busca auxiliar o aconselhando a fazer suas próprias escolhas. E que, em uma clínica-escola, desde o primeiro momento, com a chegada do usuário à clínica, ele tem consciência de que será um aluno estagiário que realizará seu atendimento durante o tratamento. Desse modo, cabe ao estagiário atendê-lo de forma confiável, segura, ética, embasado nas teorias aprendidas em sala de aula e tendo o respaldo dos seus supervisores.

Foi extremamente relevante para a pesquisa conhecer esse perfil e a forma com que os usuários chegam ao local, visto que a harmonia do local, e a forma dos estagiários os recepcionarem é que irá transmitir confiança, segurança e garantirá a eficácia do atendimento psicológico. Nesta pesquisa ficou clara a eficácia do Aconselhamento Psicológico na clínica-escola, garantindo a qualidade do atendimento à saúde da população adscrita.

Referências Bibliográficas

ALETTI, M Atendimento psicológico e direção espiritual: semelhanças, diferenças, integrações e... confusões. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2008. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000100014>. Acesso em: 06 ago 2015. pp.117-121

AMATUZZI, M. M. **O resgate da Fala Autêntica Uma Aproximação Filosófica da Tarefa do Psicoterapeuta e do Educador**. 1988 [Tese de Doutorado]. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. pp.3-4

BENETTI, S. P. C & Cunha, T. R. S. Abandono de tratamento psicoterápico: implicações para a prática clínica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 2008. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672008000200007 >. Acesso em: 02 ago 2016. pp.48-59

BOAZ, C, & Nunes, M. L. T. Revisão da literatura brasileira sobre a problemática do desenvolvimento de crianças assistidas por clínicas-escola. **Aletheia**, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942010000300013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 23 ago 2016. pp.151-156

BRESCHIGLIARI, J. O & JAFELICE, G. T. Plantão Psicológico: Ficções e Reflexões. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000112014>. Acesso em 17abril 2016. pp. 225-237

CAMPEZATTO, P.V.M & NUNES, M. L. T. Caracterização da Clientela das Clínicas-Escola de Cursos de Psicologia da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Psicologia: Revisão Crítica.** v. 20. n. 03. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a05v20n3.pdf>. Acesso em: 31 ago 2016. pp.363-374

CHALOM, M.H. & Cols. **Aconselhamento Centrado na Pessoa.** Novos Desafios. São Paulo, Casa do Psicólogo 1999. pp. 178-180-181

CERIONE, R. A. N. **Expectativas de Pacientes Acerca do Atendimento Psicológico em um Serviço- Escola: Da Escuta à Adesão**. (Dissertação de Pós- Graduação em Psicologia Clínica) Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-28052014-152248/publico/cerioni_corrigida.pdf>. Acesso em: 27 ago 2016. pp.21-24

COMIN, F. S. Elementos do aconselhamento multicultural aplicados à psicoterapia em contexto etnopsicológico. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Uberaba, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/17660/13057>. Acesso em 30 ago 2016. pp.4.

EISENLOHR, M. G. V. Novos Desafios. Em: Serviço de Aconselhamento Psicológico do IPUSP: Breve Histórico de sua criação e Mudanças Ocorridas na Década de 90. **Aconselhamento Centrado na Pessoa**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999. pp.56-85-137-138

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 6 ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008. p.91

FORGHIERI, Y. C. O aconselhamento terapêutico na atualidade. **Revista da Abordagem Gestáltica**. Goiânia, vol.13, no.1, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672007000100009>. Acesso em:18 ago 2015. pp.125-126

FURIGO, R. C. P. L. **Plantão psicológico: Uma Contribuição da Clínica Junguiana para Atenção Psicológica na Área de Saúde**. (Monografia de Pós-Graduação). Pontifícia Católica de Campinas, 2006. p. 313

GOMES, F. M. D. Plantão psicológico: novas possibilidades em saúde mental. **Revista da SPAGESP**. Ribeirão Preto, vol,9., no.1, 2008. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677297020080001 00007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 01 maio 2016. pp.39-44

KOVÁCS, M. J. Autonomia e o Direito de Morrer com Dignidade. **Revista Bioética**, 2009. Disponível em: <http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/326 /394>. Acesso em: 30 ago 2015. pp. 237-238

MARAVIESKI S. & SERRALTA F. B. Características clínicas e sociodemográficas da clientela atendida em uma clínica-escola de psicologia. **Temas em psicologia**. Ribeirão Preto, vol.19, np.2, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2011000200011>. Acesso em:23 ago 2016. pp. 481-490

MARCOS, C. M. A Supervisão em psicanálise na clínica escola: breve relato de uma pesquisa. **Revista Mal Estar e Subjetividade**. Fortaleza, vol.12, no.3-4, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000200015&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 02 abr 2016. pp. 872-873

MAY, R. **A Arte do Aconselhamento Psicológico**. 12º edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1996. pp. 61-75

MORATO, H. T. P. **Aconselhamento Centrado na Pessoa. Novos Desafios**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1999. pp.83-90

MOREIRA JR., Cesar Sandoval, & JAPUR, Marisa. Grupo de sala de espera: sentidos do envelhecimento humano. **Paidéia**. Ribeirão Preto, vol.13, no25., 2003. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2003000200008>.Acesso em: 26 ago 2016. pp.86-96

MOTA, S. T, & GOTO, T. A. Plantão psicológico no CRAS em Poços de Caldas. **Fractal:** Revista de Psicologia. Rio de Janeiro. vol.21, no.3, 2009. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922009000300007>. Acesso em: 30 ago 2016.pp.521-529

NUNES, M. L.T. Revisão de Literatura Brasileira sobre a Problemática do Desenvolvimento de Crianças Assistidas por Clínicas-Escola. **Aletheia**. Canoas, no.33, 2010. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000300013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 23 ago de 2016. pp. 363-374

OLIVEIRA, R.S.. **Um Estudo sobre a Demanda do Plantão Psicológico do Centro de Formação em Psicologia Aplicada**. (Monografia de Conclusão de Curso), Apresentada à Universidade Católica de Brasília, 2012. Disponível

em: <http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/1280/1/Raquel%20Souza%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 27 ago 2016. pp. 5-6

PERCHES & CURY. **Psicologia: Plantão Psicológico em Hospital e o Processo de Mudança Psicológica**. Teoria e Pesquisa. 2013. pp.115-133

PEREIRA, L. F. F; CALDAS, M. T & FRANCISCO, A. L; (2007). Da experiência da fala de sujeitos usuários na clínica psicológica às suas possíveis repercussões. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, vol.27, no.3, 2007. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932007000300009>.Acesso em: 01 maio 2016.pp. 2-3

PERFEITO, H. C. C. S e MELO. S. A;. Evolução dos processos de triagem psicológica em uma clínica- escola. **Estudos de Psicologia**. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v21n1/a03v21n1>. Acesso em: 18 abr 2016. pp.35-36

PISANESCHI, V.. **Contribuições do Aconselhamento psicológico para a prática da Direção Espiritual**. (Tese de Mestrado). Pontifícia Universidade de São Paulo, 2009. pp.69-85

QUAYLE, J. A formação do psicólogo em psicoterapia: desafios. **ABRAP** - Membro da Diretoria da ABEP biênio 2005-2007. Disponível em: <http://www.abrap.org/ideias/Julieta.pdf>. Acesso em: 30 ago 2015.pp. 1-2-3

Conselho Federal de psicologia (2000). **Resolução CFP N.º 010/ de 20 de Dezembro. Especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do Psicólogo.** Disponível em:<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000_10.pdf>. Acesso em 30 ago 2015. pp.1

RIBEIRO. A., BRANDÃO. B. H., RIBEIRO. D & SAVIOTTI, S. O Acolhimento no Contexto da Clínica-escola: Uma Intervenção? **Revista de Psicologia**. Edição 1 Centro Universitário Nilton Paiva. pp. 98

ROCHA, M. C. (2011). Plantão psicológico e triagem: aproximações e distanciamentos. **Revista do NUFEN**. São Paulo, vol.3 ,no.1, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000100007&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 06 set 2015. pp. 252,-253,-256

SCHEEFFER, R. **Aconselhamento Psicológico**. São Paulo: Editora Atlas, S.A., 1993. pp.21-22-23

SCHIMIDT, M. L. S.. O Nome, a Taxonomia e o Campo do Aconselhamento Psicológico. Em: **Aconselhamento Psicológico numa Perspectiva Fenomenológica Existencial**, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. pp. 91-92-93-94

SIMÕES, A. & SAMPAIO, A. Clínica-Escola de Psicologia: Caracterização do Perfil da Clientela Atendida. **Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS**, 2013. Disponível em: <http://aems.edu.br/iniciacao-cientifica/download/3ac28c7130.pdf>

SOUZA, E. L. C, NETA, F. T. B. & VIEIRA, E. M. Interface do plantão psicológico e as políticas de assistência social. **Revista do NUFEN**, São Paulo, vol.4, no.2, 2002. ,. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175259120120 00200008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 30 abr 2016. pp.82-107

SUDA, E. Y.; UEMURA, D.M. & VELASCO. E. Avaliação da satisfação dos pacientes atendidos em uma clínica-escola de Fisioterapia de Santo André, SP. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, vol.16, no.2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-29502009000200006> Acesso em:26 ago 2016. pp. 127-128

STEFFLRE, B. **Teorias de Aconselhamento**. Editora McGraw Hill do Brasil Ltda. São Paulo, 1976. pp.14-22-23

TASSINARI, M. A. & DURANGE, W., Plantão psicológico e sua inserção na contemporaneidade. **Revista do NUFEN**, São Paulo, vol.3 no.1. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000100004&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 29 set 2015. pp.41-64

ADOÇÃO HOMOPARENTAL: UM ESTUDO SOBRE AS PERCEPÇÕES DO ADOTADO

MAYRA EVELYN DE FARIA[1], EMILENE BUENO RODRIGUES[2]

Faculdade de Ciências Médicas Dr. José Antonio Garcia Coutinho
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Alfredo Custódio de Paula, 320 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG - Brasil

mayraw11@gmail.com, psicojudicial@yahoo.com.br

Resumo. *O artigo tem como objetivo analisar como acontece a percepção da criança frente o seu processo de adoção homoparental. Teve a participação de duas crianças com idades entre 14 e 17 anos que vivenciaram a adoção. Os dados foram alcançados através de uma ficha de identificação, um desenho da Família Real e Ideal, e uma entrevista semiestruturada. Os dados coletados na entrevista foram analisados a partir da técnica de Análise de Conteúdo e os desenhos foram conforme a proposta do HTP e Família. Os resultados da pesquisa apontaram que pouco é falado sobre a adoção homoparental com a criança adotada.*

Palavras-Chave. *Família homoparental. Adoção. Percepção. Crianças.*

Abstract. *This article has as objective analyze how the child`s perception happens front of its homoparental adoption process. It had the participation of two children aged betwenn 14 and 17 years old that experienced the adoption. The data was reached through a identification sheet, a Real and Ideal Family drawing, and a semi structured interview. The collected data during the interview were analyzed through the Content Analisis technique, and the drawings were according to HTP and Family proposal. The research`s results pointed that is little talked about the homoparental adoption with the adopted child.*

Keywords. homoparental families. Adoption. Perception. Children.

Introdução

O conceito de família evoluiu muito nas últimas décadas e continua em constante modificação. A família atual não é exclusivamente aquela formada por ligações de sangue, há a família por afinidade que tem as mesmas garantias e direitos da família natural. Existem três tipos de família mais comuns em nossa sociedade: família matrimonial, família informal e família monoparental. Há também a família homoparental, aquela que é formada por indivíduos do mesmo sexo, estabelecida por uma união estável, já que, no

Brasil, ainda é complexa a questão de casamento homoafetivo, tanto pela questão jurídica, quanto pela social (MACHADO, 2013).

Ainda há na sociedade uma grande resistência em aceitar a possibilidade de casais homoafetivos habilitarem-se para a adoção. Existem dúvidas quanto ao sadio desenvolvimento da criança. Há a equivocada crença de que a falta de referências comportamentais de ambos os sexos possa acarretar sequelas de ordem psicológica e dificuldades na identificação sexual do adotado. Além do temor de que a inexistência dos dois sexos possa trazer transtornos ao desenvolvimento psicológico das crianças, outras fantasias povoam o imaginário social como risco de abuso sexual e a submissão das crianças a mais preconceitos, visto que a sociedade ainda estranha uma unidade familiar formada por um casal de pessoas do mesmo sexo.

Apesar de uma grande evolução nos direitos humanos, nas liberdades e no princípio da dignidade humana, a homoafetividade ainda é vista de forma discriminatória. Os relacionamentos entre casais homoafetivos até os dias de hoje são considerados como ofensa à moral e aos bons comportamentos permitidos pela sociedade. Tratar de direitos relacionados aos homossexuais é sempre polêmico, sendo assim, abordar-se-á o direito destes indivíduos em constituir uma família, ou seja, ter filhos e quais as percepções desses filhos diante da família homoafetiva.

1. Conceito de família

A família é uma instituição em constante mudança e sua conceituação vem se tornando cada vez mais difícil, em virtude do desenvolvimento do mundo globalizado e da aquisição de novos valores e costumes que foram sendo introduzidos na sociedade até os dias de hoje. (MORAIS, 2013).

Esse conceito vem se ampliando, possibilitando novas formas de configurações familiares. A nomenclatura sexual do casal, como semelhante ou diferente, não se constitui como característica fundamental, pois os vínculos parentais estão se efetivando independentemente do caráter da procriação, como acontece em relação à adoção, que tem uma compreensão que vai mais além do que a questão biológica. Está acontecendo a ampliação do que antes era denominado família. E essas mudanças não devem ser interpretadas como efeitos de uma crise na família e sim como evolução da sociedade. (FERREIRA, 2010).

Para Flavia Biroli (2014), a família pode ser definida como um conjunto de normas, práticas e valores.

Diz ela:

> A família se define em um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas

> cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família. (BIROLI, 2014, p. 07).

Família, também pode ser definida como a união de pessoas estabelecidas por vínculos consanguíneos ou afetivos. Não é mais algo pré-determinado como ocorria anteriormente, uma vez que as famílias já não são mais contidas por um modelo ou padrão. (MACHADO, 2013). Não podemos nos apegar a uma única definição, considerando que esse assunto está em constante mutação.

Nos dias de hoje é possível que se encontre diversas organizações familiares e para diferenciá-las e nomeá-las, a sociedade recorre a como o casal parental se organiza; famílias monoparentais, homoparentais e recompostas. As novas configurações de família não param de surgir, exigindo um novo olhar a esse respeito. Elas, incluindo as homoparentais, necessitam de uma ética que leve em conta suas demandas afetivas. Esta ética deve estar assentada nas diferentes formas de conjugalidade, parentalidade e filiação que configuram um contexto familiar baseado nos laços de afeto. A multiplicidade de formas revelada pela família hoje, exige flexibilidade para assegurar que posições pré-concebidas ou preconceituosas não prejudiquem a compreensão dos distintos laços que as estruturam (PASSOS, 2005).

2. União homoafetiva: um novo conceito de família

Durante muito tempo a união entre o homem e a mulher foi vista de forma natural, tendo como objetivo dessa união a procriação e o aumento da espécie. Entretanto, ao longo dos anos foram acontecendo transformações e novas realidades nas relações afetivas foram surgindo. A relação homoafetiva é uma delas, sendo atualmente uma realidade no Brasil e no mundo. A emergência de novos arranjos familiares, neste contexto de transformações e novos significados, convida a enfatizar as relações homoafetivas concedendo-lhes caráter de visibilidade.

Podemos conceituar a união homoafetiva como uma união de duas pessoas do mesmo sexo, carregada de características de um relacionamento. Essas características podem ser um convívio público e duradouro. Conforme conceitua o código civil “Art. 1.723, CC. É reconhecida como entidade familiar à união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”. É possível perceber com clareza que a única diferença entre união estável e a união homossexual está no fato da diferenciação dos sexos para a união estável e na igualdade dos sexos na união homoafetiva, porém, os direitos e deveres são semelhantes em ambas as relações. A união homoafetiva é fundada no afeto e na valorização de forma particular dos integrantes, com o objetivo de buscar a felicidade, o bem-estar, o respeito e o desenvolvimento pessoal de seus parceiros.

Os homossexuais lutam por uma equiparação de direitos e reconhecimento de suas obrigações. Como qualquer cidadão que cumpre seus deveres na sociedade brasileira, os homossexuais são titulares de direitos inalienáveis, eleitores e contribuintes de impostos. Sendo assim, não podem ser vistos como inferiores, não tendo direito a proteção legal para suas relações de afeto, como são garantidos aos demais brasileiros.

A desembargadora Maria Berenice Dias, acredita ser o afeto o fator preponderante na relação entre pessoas do mesmo sexo. Isso implica em enxergar o homoafetivo enquanto ser humano, que, como qualquer outro, possui necessidade de afeto, de ter um parceiro que ame, respeite e que compartilhe com este as alegrias e as dificuldades presentes no cotidiano. Pessoas do mesmo sexo também podem optar por viver sob o mesmo teto e constituir família.

As famílias plurais devem ser respeitadas e reconhecidas, tendo seus aspectos psíquicos e afetivos considerados. Já que "os casais homoafetivos se auto definem como famílias e exigem não apenas o direito à cidadania a nível individual, mas também o direito à constituição de famílias enquanto sujeitos sociais" (MELLO, *apud* ARAÚJO et al., 2007), os quais possuem o direito e a responsabilidade pela criação, educação de seus filhos biológicos ou adotivos, pois a sua sexualidade se encontra no campo da individualidade não sendo empecilho para constituição de família.

Nesse contexto de transformações, busca-se a oportunidade de igualdade diante das necessidades humanas. Porém, a sociedade ainda não superou os estereótipos rotulados para os homossexuais, como: doença, pecado, crime, desencadeando, assim, segregações, rejeições e preconceitos manifestados de diversas formas.

Os casais homoafetivos há muito vem lutando pelos mesmos direitos dos casais heterossexuais, no entanto ainda há uma falha relevante do legislador no que diz respeito às relações homoafetivas. A lentidão e até mesmo o silêncio, se constituem como frutos do preconceito, originados muitas vezes pela tentativa de manter os padrões da família patriarcal, vistos como corretos, como modelo de família amparado pelas leis e que deve ser seguido. Contudo, é importante reconhecer os expressivos avanços com a família monoparental, união estável, casamento homoafetivo dentre outros, embora ainda exista muito para se conquistar (DINIZ, 2008).

Pensando em preservar os direitos de cada cidadão ao recorrer a Constituição Brasileira, esta deixa bem claro no Art. 3º, parágrafo IV, a promoção do bem de todos "sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". E conforme atesta o Art. 5º, "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". (MORAIS, 2013).

Sobre a homossexualidade, a jurista Maria Berenice Dias diz:

> Não é crime nem pecado; não é uma doença nem um vício. Também não é um mal contagioso, nada justificando a dificuldade que as pessoas têm de conviver com homossexuais. É simplesmente outra forma de viver. A origem não se conhece. Aliás, nem interessa, pois quando se buscam causas, parece que se está atrás de um remédio, de um tratamento para encontrar cura para algum mal (DIAS, 2010, p. 193).

Analisando a homossexualidade pela visão da psicologia moderna, diz Silva Junior:

> Para a moderna Psicologia, a homossexualidade (assim como a hetero e bissexualidade) não se trata de uma simples opção, mas de uma das possíveis orientações afetivas humanas. De fato, muito mais do que nas tentativas de explicação e de visualização desta manifestação no corpo

> (teses genéticas, hormonais, por exemplo), na influência do meio ou no contato puramente sexual (entre duas pessoas do mesmo sexo biológico), ela se apresenta como clara movimentação dos desejos e sentimentos, daí o porquê de a livre orientação afetivo-sexual ser, constitucional e internacionalmente, tutelada. (SILVA JUNIOR, 2008, p. 29)

A flexibilização dos conceitos vem permitindo que os relacionamentos, antes clandestinos e marginalizados, adquiram visibilidade, o que acaba conduzindo a sociedade à aceitação de todas as formas de convívio que as pessoas encontram para buscar a felicidade (DIAS, 2010, p. 41-42). É necessário encarar a realidade sem discriminação, pois a homoafetividade não é uma doença nem uma opção livre. Hoje o cenário está mais evoluído, é bem mais aceito ver homoafetos se relacionando publicamente, e a legislação está começando a introduzir esta unidade familiar nos direitos de família.

É essencial deixar em pauta esse assunto tão importante e conseguir toda regulamentação possível, pois é uma realidade presente, onde humanos têm direitos e necessitam deles. O preconceito não pode tomar conta.

Assim, Patrícia Silva de Almeida completa:

> Nesse sentido, as relações homoafetivas que apresentem os requisitos da notoriedade, publicidade, coabitação, fidelidade, com lastro no princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e da igualdade, se decorrentes de uma verdadeira comunhão de afetos, deve ser vista como uma unidade familiar. (ALMEIDA, 2011, p. 54)

Ou seja, em nenhuma hipótese a orientação sexual de alguém pode tirar seus direitos e sua dignidade. A união entre pessoas do mesmo sexo deve ter todos os direitos garantidos pelo Estado, seja com assistência material, partilha dos bens em caso de divórcio, benefícios previdenciários, direitos sucessórios, dentre outros, além do direito da adoção. (ADURA, 2014).

3. Conceito de adoção

A palavra adoção tem origem latina e deriva da expressão *Adoptio* que significa dar seu nome a (VAZ, 2010).

A adoção é o ato pelo qual uma família recebe em seu âmbito uma criança ou um adolescente para lhe proporcionar carinho e cuidados como se a criança e adolescente fosse de fato filho natural.

Para Venosa (2010, p.14), a adoção nada mais é do que modalidade artificial de filiação que busca imitar a filiação natural. Daí também ser conhecida como filiação civil, pois não resulta de uma relação biológica, mas de manifestação de vontade, conforme o sistema do Código Civil de 1916, ou de sentença judicial, no atual sistema.

Dias (2010, p. 434) a define como a “modalidade de filiação constituída no amor, gerando vínculo de parentesco por opção”. Já para Miranda (2001 *apud* PENA JR., 2008), a

adoção é ato solene pelo qual se cria, entre o adotante e o adotado, relação de paternidade e filiação. Assim, adoção é um procedimento legal que transfere todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta e concede às crianças e aos adolescentes todos os direitos e deveres inerentes a condição de filho, desde que esgotados todos os recursos para a manutenção da convivência com a família de origem.

Os conceitos de adoção são diversos e de várias maneiras, porém, nos dias de hoje, os juristas consideram como mais atual o de Caio Mario da Silva Pereira (2009, p. 409). Diz ele: "A Adoção é, pois, o ato jurídico pelo qual uma pessoa recebe outra como filho, independente de existir entre elas qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim".

A adoção de crianças e adolescentes, como toda e qualquer prática social, reflete as crenças, os valores e os padrões de comportamento construídos historicamente; assim, a conceituação da adoção modifica de acordo com a época e com as tradições. Na legislação encontramos inúmeros conceitos que foram se alterando pela evolução e enfoque dado ao instituto.

No atual estágio da adoção na legislação, deve prevalecer o interesse do adotado sobre os interesses dos outros envolvidos. Foi com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente que o conceito de adoção começou a ter maior abrangência, apontando, principalmente, para os interesses do adotado.

Do ponto de vista psicológico, a adoção se fundamenta na premissa de que a integração a uma nova família possibilita à criança reconstruir sua identidade a partir do estabelecimento de um relacionamento satisfatório com as novas figuras parentais. Os pais adotantes podem oferecer à criança uma base segura para o desenvolvimento de suas potencialidades, proporcionando a satisfação de suas necessidades básicas e uma elaboração dos traumas provenientes da ruptura dos primeiros laços afetivos (PEREIRA & SANTOS 1998).

Por maior que seja a variedade de conceitos, num ponto todos concordam, a partir do instante em que seja finalizado o processo de adoção, com a sentença judicial e o respectivo registro de nascimento, o adotado passa a ter todos os direitos inerentes à condição de filho, integrando-se plenamente a sua nova família.

A adoção tem por finalidade proporcionar à criança um ambiente familiar, que seja favorável ao seu desenvolvimento educativo, psicológico e afetivo, designada a crianças ou adolescentes que por algum motivo não tenham mais sua estrutura familiar originaria (PENHA, 2008).

4. Adoção homoparental

É comum da natureza humana a vontade de dar continuidade a sua família, e essa vontade também se faz presente nos casais homoafetivos. Para muitos, a única solução é recorrer à adoção. Esta é uma maneira muito bonita de se constituir uma família de amor e afeto, porém a sociedade e também a carga cultural proveniente da educação religiosa das pessoas colocam diversos obstáculos para a concretização desta unidade familiar.

Segundo Guilherme Freire de Melo Barros:

> Muito já discutiu sobre a possibilidade, ou não, da adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos. Décadas atrás, por força de ideias preconceituosas e dogmas religiosos, ainda muito presente em nosso Estado (laico!), proibia-se a adoção nessa hipótese. Argumentava-se que o ambiente de uma família formada por um casal homossexual era inadequado para a criança ou adolescente. (BARROS, 2012, p.85).

As críticas em relação à capacidade de um casal homoafeto criar um indivíduo ainda é muito presente em nossa sociedade. Coloca-se em questão a forma de criação da criança ou adolescente ao apresentar a possibilidade da orientação sexual dos pais interferir no desenvolvimento da afetividade dos filhos. Surgem, também, considerações sobre os possíveis prejuízos vindos da falta dos referenciais materno e paterno na educação do menor, as possibilidades da mudança de sexualidade da criança ou do adolescente, a vulgarização da relação do casal, os problemas que esta criança pode enfrentar num futuro, além dos aspectos psicológicos que poderá ter por ter "dois pais" ou "duas mães".

A Desembargadora Maria Berenice Dias diz:

> Como as relações sociais são marcadas predominantemente pela heterossexualidade, é enorme a resistência face a crença de haver um dano potencial futuro por ausência de referências comportamentais e, por consequência, a possibilidade de ocorrerem sequelas de ordem psicológica. (DIAS, 2000, pg. 93).

Diz ainda:

> A grande dúvida sempre suscitada como fundamento para não se aceitar a adoção por um indivíduo ou por um par homossexual está centrada em preocupações quanto ao sadio desenvolvimento do adotado. Questiona-se a ausência de referenciais de uma dupla postura sexual poderia eventualmente tornar confusa a própria identidade de gênero, havendo o risco de o menor torna-se homossexual. Também causa apreensão a possibilidade de a criança ser alvo de repúdio no meio que frequenta ou vítima de escárnio por parte de colegas e vizinhos, o que, em tese, poderia acarretar-lhe perturbações de ordem psíquica. (DIAS, 2000, p. 98).

Como visto anteriormente, não existe nenhum impedimento legal acerca da adoção por casais homoafetivos. A maior dificuldade, além do preconceito, ainda é a falta de legislação específica. Porém, na falta desta, a Constituição Federal garante que deva ser olhado os princípios norteadores das relações jurídicas do caso.

Em referência ao não impedimento de legislação específica, ensina desembargadora:

> Na ausência de impedimento, deve prevalecer o princípio insculpido no art. 43 da lei menorista: "A adoção será deferida quando apresentar reais

> vantagens para o adotando e fundar-se em motivo legítimo". Diante de tal preocupação do legislador com o bem-estar do infante, atentando-se à nossa realidade social, com um enorme contingente de menores abandonados ou em situação irregular, nenhum motivo legítimo existe para deixar uma criança fora de um lar. Cumprindo os parceiros – ainda que do mesmo sexo – os deveres da lealdade, fidelidade e assistência recíproca numa verdadeira comunhão de vida, legítimo o interesse na adoção, não se podendo deixar de ver reais vantagens ao menor. (DIAS, 2000, pg. 94)

Além disso, após 2012, se o casal homoafetivo demonstrar união estável ou casamento e for do melhor interesse da criança ou adolescente, deverá ser aplicada por analogia os mesmos direitos de casais heterossexuais, concedendo a adoção.

Guilherme Freire de Melo Barros diz:

> Está é a forma de materializar o princípio da isonomia para o casal homossexual, que tem o direito de postular a adoção de uma criança, tal e qual um casal formado por um homem e uma mulher. Além disso, o princípio da dignidade da pessoa humana se concretiza nessa hipótese, pois não se faz da orientação sexual um obstáculo à realização e à satisfação de outros direitos. (BARROS, 2012, p. 90, 91).

A Constituição Federal garante a todos os cidadãos, independente da orientação sexual, direito de guarda, tutela, além de adoção. Ao proibir a um homossexual de exercer qualquer um dos direitos acima, pode se caracterizar como infringido o princípio da dignidade humana e igualdade. Além disso, nossa Constituição também visa garantir à criança e ao adolescente o direito a dignidade, respeito, liberdade, que serão encontrados dentro de um lar de afeto, independente da orientação sexual dos pais. (DIAS, 2000).

Explica a desembargadora Maria Berenice Dias:

> A sexualidade integra a própria condição humana. É direito humano fundamental que acompanha a pessoa desde o seu nascimento, pois decorre de sua própria natureza. Como direito do indivíduo, é um direito natural, inalienável e imprescindível. Ninguém pode se realizar como ser humano se não tiver assegurado o respeito ao exercício da sexualidade, conceito que compreende tanto a liberdade sexual com o a liberdade à livre orientação sexual. O direito a tratamento igualitário independe da tendência afetiva. Todo ser humano tem o direito de exigir respeito ao livre exercício da sexualidade, pois é um elemento integrante da própria natureza humana e abrange sua dignidade. (DIAS, 2010, p. 194, 195)

Ligado com o princípio da dignidade humana está o princípio da liberdade e igualdade, onde todos têm plena liberdade para escolher com quem desejam se relacionar sem sofrer qualquer tipo de preconceito.

Explica Maria Berenice Dias:

> A liberdade e a igualdade – correlacionadas entre si – foram os primeiros princípios reconhecidos como direitos humanos fundamentais, integrando a primeira geração de direitos a garantir o respeito à dignidade da pessoa humana [...]. Esses princípios, no âmbito familiar, são consagrados em sede constitucional. Todos têm a liberdade de escolher o seu par, seja do sexo que for, bem como o tipo de entidade que quiser para constituir sua família. [...]. Em face do primado da liberdade, é assegurado o direito de constituir uma relação conjugal, uma união estável hetero ou homossexual. (DIAS, 2010, p. 64).

Já que reconhecido que famílias não são apenas laços de sangue, o princípio da afetividade deve ser levado em consideração para conceder a adoção por casais homoafetos. Sendo assim, ensina Silvana Maria Carbonera *apud* Dias:

> Ao serem reconhecidas como entidade familiar merecedora da tutela jurídica as uniões estáveis, que se constituem sem o selo do casamento, tal significa que a afetividade, que une e enlaça duas pessoas, adquiriu reconhecimento e inserção no sistema jurídico. (CARBONERA, O papel jurídico do afeto, 508 *apud* DIAS, 2010, p. 70)

Paulo Lôbo *apud* Dias observa:

> [...] identifica na Constituição quatro fundamentos essenciais do princípio da afetividade: (a) a igualdade de todos os filhos independentemente da origem (CF 277 § 6.º); (b) a adoção, como escolha afetiva com igualdade de direitos (CF 277 §§ 5.º e 6.º); (c) a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo os adotivos, com a mesma dignidade da família (CF 226 § 4.º); e (d) o direito à convivência familiar como prioridade absoluta da criança, do adolescente e do jovem (CF 227). (LÔBO, Código Civil – famílias, p. 43, *apud* DIAS, 2010, p. 70)

Além destes, diversos outros princípios podem ser aplicados ao caso, como o princípio da solidariedade, da não intervenção estatal, da paternidade, dentre muito outros. Assim, fica claro que apesar da falta de legislação específica que permita e regulamente a adoção por homoafetos, nosso ordenamento jurídico encontra-se banhado de princípios que garantem ao menor fazer parte do seio familiar, aos homossexuais o direito de reconhecerem sua união estável, da união estável ser convertida em casamento, e por fim, desses casais homoafetos com união estável reconhecida ou casados, de adotarem.

5. Método

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, do tipo exploratório e descritivo. Segundo Santos (1999), a abordagem qualitativa possibilita descrever as qualidades de determinados fenômenos e aprofundar em aspectos particulares da realidade do estudo proposto neste trabalho. De acordo com o mesmo autor, as pesquisas exploratórias têm como interesse conhecer um fenômeno. Portanto, tal pesquisa é um levantamento das características conhecidas, comportamento de fato, fenômeno ou problema. Normalmente é desenvolvida na forma de levantamento ou observações sistemáticas do objeto escolhido como estudo. A pesquisa bibliográfica foi realizada em periódicos indexados, publicados e em livros publicados em português, utilizando como descritores: Adoção homoparental, adoção no Brasil. Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ - Pouso Alegre - MG

A coleta de dados foi realizada no domicílio da família com o auxílio de um gravador. Inicialmente foi utilizada uma ficha de identificação, em que as mães preencheram com as principais informações relativas à vida familiar da criança. Após foi solicitado que as crianças produzissem dois desenhos: o da Família Real e o da Família Ideal, seguido de uma entrevista para exploração do desenho. Os desenhos da Família Real e Ideal têm a finalidade de identificar conteúdos inconscientes no que diz respeito às relações do examinando com os objetos internos e externos que pertencem a sua dinâmica familiar (Retondo, 2000, p. 123). De acordo com a mesma autora, outra finalidade seria a identificação e implicações de conflitos que provém das relações familiares.

Os desenhos foram analisados conforme proposta do Desenho da família de Origem e Ideal sugerido por Retondo (2000), contidos no Manual Prático de Avaliação do HTP (Casa – Árvore – Pessoa) e Família. De acordo com a autora, os desenhos da família de Origem e Ideal têm contribuído para se conhecer a situação do examinando dentro do seio familiar. É essencial que durante a aplicação seja realizada a observação global dos desenhos das famílias, para posteriormente avaliar determinados detalhes individuais, como: posições das figuras: simboliza a forma que o examinando apresenta a sua família, o espaço ocupado, o grau de envolvimento do examinando com o próprio eu e com os membros da família; proporções do desenho: fornece um paralelo das atitudes do examinando para com os membros da família; omissões: representa os sentimentos de proximidade, ciúmes, rejeição e conflitos entre os familiares; figuras parentais: reflete a origem, a estrutura e as modalidades dos vínculos familiares, como são atribuídos os papéis e funcionamento dos mesmos dentro da dinâmica familiar; comparação entre as duas famílias real e ideal: busca verificar as formas de representações, que se mantêm ou se modificam, onde e de que maneira (Retondo, 2000, p. 122-123).

Contudo, informamos que, em consulta sobre a utilização do teste, foi-nos orientado pelo Conselho Federal de Psicologia, que o HTP é passível de uso somente para pesquisa, não podendo ser utilizado com a finalidade de avaliação.

6. Análise e Discussão dos Resultados

De acordo com os relatos das mães, os procedimentos para a adoção ocorreram fora dos trâmites judiciais, já que uma delas é a mãe biológica. São casadas legalmente, tiveram problemas judiciais para legalizarem a adoção das crianças, sendo que não foi possível modificar os documentos para alteração dos sobrenomes e as mesmas nunca tiveram contatos com o pai biológico.

A técnica do desenho nos permitiu compreender um pouco mais a dinâmica familiar nas quais as crianças estão inseridas, entretanto, a intenção do trabalho não foi fazer um comparativo dos desenhos entre as crianças, mas sim perceber como esses desenhos foram projetados quando se tratava da família Real e quando se apresentava a família Ideal. Perceber as diferenças, bem como relacionar com a realidade apresentada pela respectiva criança, as crianças têm consciência da configuração dos papéis de sua família Real, no entanto, ao projetar a família Ideal, surgem as discrepâncias. O ponto mais significativo nas representações dos desenhos encontra-se nas semelhanças. Nos desenhos elaborados, há semelhança na posição da família quando a criança simboliza a forma que apresenta tanto a sua família Ideal quanto a família Real, bem como o espaço ocupado, o grau de envolvimento dele com o próprio eu e com os membros da família, incluídos em ambos os desenhos, denotando sentimentos de pertinência e/ou proximidade e de fazer parte da família. Essa característica fica evidenciada através do relato da criança sobre a sua vivência familiar, em que é apontada a pessoa com a qual a criança estabelece mais diálogo e afirma maior envolvimento com ambas mães, descrevendo harmonia no cotidiano.

A técnica do desenho comparando os desenhos da Família Real e Ideal pode nos indicar como é sentido pelas crianças o seu ingresso na nova família; o lugar que ocupa na família, o grau de envolvimento com os membros familiares, o sentimento de pertença e os sonhos ainda a serem conquistados.

Considerações Finais

Neste trabalho, procurou-se, embora sem esgotar o assunto, demonstrar as percepções da criança/adolescente adotados por casais do mesmo sexo; e entender as diversas realidades sobre a família homoparental e a criação de crianças/adolescentes por casais homoafetivos. Destacando que as relações homoafetivas também são relações que se baseiam no vínculo afetivo, de amor, carinho, respeito entre os membros dessa modalidade de entidade familiar.

Contudo, diante do objetivo do trabalho desenvolvido, que foi analisar como acontece a compreensão da criança frente o seu processo de adoção, foi possível ter acesso sobre a perspectiva da criança ao ingressar na nova família, sobre o conteúdo da comunicação estabelecida, bem como as formas que as famílias adotantes encontram para falar ou não sobre a história de vida passada da criança, associado ao processo de adoção e inserção na família homoparental.

Referências Bibliográficas

ADURA, Luciana de Fraga Balan. **Judicialização da adoção homoafetiva.** Monografia (Bacharel em Direito). Universidade Tuiuti do Paraná. Disponível em < http://tcconline.utp.br/media/tcc/2014/08/JUDICIALIZACAO-DA-ADOCAO-HOMOAFETIVA.pdf >. Acesso em: 18 out 2016

ALMEIDA, Patrícia Silva. **As relações homoafetivas e a possibilidade jurídica da adoção no Direito brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCPR, 2011.

ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes. A adoção de crianças no contexto da homoparentalidade. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro: UFRJ, v. 68 n. 1. 2016. Disponível em <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/285/249 >. Acesso em: 18 out 2016

BARROS, Guilherme Freire de Melo. **Direito da criança e do adolescente.** Salvador: Jus Podium, 2012.

BIROLI, Flavia. **Família:** Novos conceitos. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 7. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

_____. **União Homossexual:** O Preconceito & a Justiça. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro:** direito de família. v.5, 23 ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 539.

FERREIRA, Kátia Catrin Gomes. Contribuições da psicologia em relação à adoção de crianças por casais homoafetivos: uma revisão de literatura. In: **(Inter)subjetividades.** UNIJORGE, N. 01, 2010. Disponível em

< http://revistas.unijorge.edu.br/intersubjetividades/pdf/2010_1_Artigo29_49.pdf >. Acesso em: 16 out 2016

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção:** doutrina e prática. 4ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2009

MACHADO, Débora Cristina Ferreira. **Adoção por pares homoafetivos: melhor interesse para a criança e adolescente**. Monografia (Bacharel em Direito). Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2013. Disponível em

<http://repositorio.ucb.br/jspui/bitstream/10869/2043/1/D%C3%A9bora%20Cristina%20Ferreira%20Machado.pdf >. Acesso em: 16 out 2016

MORAIS, Aldenise Bezerra. Adoção por casais homoafetivos: novos arranjos de família. In: **Psicologia.pt**: portal dos psicólogos, s/d. Disponível em < http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0731.pdf >. Acesso em: 16 out 2016

OLIVEIRA, Anna Karolyne Xavier Siqueira. **Adoção homoafetiva – possibilidade do surgimento de uma nova família.** Monografia (Bacharel em Direito). Faculdade cearense, 2014. Disponível em <http://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/DIR/ADOCAO%20HOMO

AFETIVA%20POSSIBILIDADE%20DO%20SURGIMENTO%20DE%20UMA%20NOVA%20FAMILIA.pdf >. Acesso em: 18 out 2016

PASSOS, Maria Consuêlo. Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família. In: **PSIC. CLIN.**, Rio de Janeiro, vol.17, n.2, 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/pc/v17n2/v17n2a03.pdf >. Acesso em: 16 out 2016.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil.** Rio de Janeiro. Forense, 2007.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família:** uma abordagem psicanalítica. 2. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

REALE, Miguel. **Fundamentos do Direito**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

RETONDO**. Manual prático de avaliação do HTP (casa-árvore-pessoa) e família.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

RODRIGUEZ, Brunella Carla. Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. In: **Vínculo – Revista do NESME**, v. 1, n. 6, 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v6n1/v6n1a03.pdf>. Acesso em: 16 out 2016

SILVA JUNIOR, Enézio de Deus. **A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

VAZ, Bianca Lais. **A evolução legislativa do instituto da adoção.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito). Marília: UNIVEM, 2010. Disponível em <http://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/531/A%20Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Legislativa%20do%20Instituto%20da%20Ado%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1 >. Acesso em: 18 out 2016

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil:** Direito de família. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2006.

DE VOLTA AO ABRIGO: ESTUDO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS NA VIDA DE CRIANÇAS DESTITUÍDAS DA ADOÇÃO.

ELLEN MORGANA SANTANA BARBOSA[17], CAMILA CLAUDIANO QUINA PEREIRA[18], THIAGO RIBEIRO DE FREITAS[19]

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Pref. Tuany Toledo, 470 – 37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

ellenjavenissi@hotmail.com[1], camila.fuvs@gmail.com[2], thiagorf84@gmail.com[3]

Resumo. *O abandono de bebês recém-nascidos e de crianças nas ruas era comum nos séculos XVII e XVIII. Assim, houve a necessidade de instituições que pudessem acolher estas crianças. Estas evoluíram para os abrigos onde acontecem os processos de adoção. Mas, não raras as vezes, a família não se adapta à adoção, destituindo-a. Os objetivos deste trabalho compreendem, verificar situações familiares que levam ao abandono da criança adotada e compreender os efeitos psicossociais do duplo abandono para a criança. Trata-se de uma pesquisa de campo realizada em um Centro de Reeducação Municipal (CREM) de uma cidade do sul de Minas Gerais.*

Palavras-Chave. *Destituição da Adoção. Institucionalização. Duplo Abandono.*

Abstract. *The abandon of recent-born babies and children on the streets was a common practice during XVII and XVIII centuries. Therefore, it has been shown the necessity of institutions which could receive these children. These institutions involved into shelters, where the processes of adoption happen. However, not rarely, the family do not adapt to adoption, abandoning the child. The objectives of this study are, to verify the familiar situation which lead to the abandon of the adopted child, and to comprehend the psychosocial effects of this double abandon to the child. This study brought a field research made in a Center of Municipal Reeducation (CREM) in a city at the south of Minas Gerais.*

Keywords. *Destitution of Adoption. Institutionalization. Double Abandon.*

1. Apresentação

[17] Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS.

[18] Psicóloga Social, Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP.

[19] Psicólogo Social, Mestre e Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC – SP.

A adoção tem sido um conjunto de fatores e processos muito complexo na vida da criança adotada. Esta, na maioria das vezes, não tem sua autonomia levada em consideração ao ser colocada como objeto de um processo jurídico e, apesar de ser o tema central destes processos, tem ficado aquém de toda a metodologia jurídica adotada. Atualmente são 6.592 crianças inscritas no Cadastro Nacional de Adoção, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2016). É importante compreender o processo de adoção pensando na criança como elemento principal no que tange as suas motivações.

O que ocorre, e não são raras as vezes, é que alguns fatores levam ao fracasso da adoção e, no período de adaptação, a criança é "devolvida" à instituição. Sendo esta criança obtida por esta família como objeto, o termo "devolvida" infelizmente não possui análogo neste processo de ruptura. O tempo de adaptação subentende-se que é o período de adaptação da criança à família que de fato já realizou a adoção. Mas este período é compreendido como um *test drive* de adaptação da família à criança e não da criança à família. No Brasil não há estatísticas consistentes sobre devolução de crianças, mas os dados americanos, já que possuem o maior número de adoção no mundo, apontam uma média de 3% a 12% de adoções destituídas (conforme Souza, 2012, citado por Goes, 2014).

Assim, este trabalho abrange uma pesquisa de campo realizada em uma instituição de acolhimento infantil em uma cidade do sul de Minas Gerais, cujo objetivo é entender as consequências psicossociais para a criança destituída da adoção e em contexto institucional. A motivação para pesquisa sobre esta temática surgiu durante um projeto de extensão universitário realizado na instituição em questão.

2. Os Caminhos Mencionados: percursos, procedimentos e considerações metodológicas iniciais.

> *Ao [20]ser escolhido o tema para o estudo e o campo de observação, o Centro de Reeducação Municipal (CREM), a princípio, houve muitas dificuldades subjetivas. Muitos profissionais disseram que eu não conseguiria "entrar" na instituição, como eles mesmos não conseguiram realizar nenhum trabalho na mesma. Uma psicóloga relatou ter necessitado de uma autorização judicial para realizar o atendimento de um menor interno. Entre idas e vindas, ou tentativas e erros, o contato com uma assistente social se tornou uma porta aberta a um outro contato, desta vez com a psicóloga da instituição. A comunicação de fato foi realizada e esta abriu a oportunidade de uma reunião com a equipe da instituição. Ainda não era a porta almejada, mas o caminho.*
>
> *Neste caminho, na casa-lar ou instituição de acolhimento para meninas adolescentes – porque a instituição de acolhimento infantil ainda não era um campo por mim explorado – que era uma casa comum, sem nenhuma referência institucional, fui chamada a uma "reunião" com a equipe. Era a diretora, a psicóloga que me acolheu e mais duas assistentes sociais. Era uma equipe de*

[20] Ressalta-se que, entre os capítulos, foram adicionados interlúdios a fim de melhor posicionar as experiências vividas pela pesquisadora no campo. Subvertendo algumas das formalidades básicas da pesquisa científica, tais interlúdios têm a pretensão de apresentar, de forma breve, uma ótica singular e pessoal a fim de aproximar e sensibilizar o leitor para o tema do capítulo subsequente.

guardiãs prontas e devidamente preparadas para romper com qualquer sinal de invasão ou risco às "suas" crianças. Inicialmente, eu sentida por elas como uma acadêmica com intenções desconhecidas. Elas, sentidas por mim como que repressoras de uma curiosidade formalmente acadêmica. Esta repressão foi sendo compreendida ao passo que eu adentrava as peculiaridades deste serviço.

Muitas foram as perguntas que me fizeram, muitas foram as considerações, as críticas, os anseios, os temores e as insistentes orientações. Falavam como mães suficientemente boas, aquelas que estão prontas a dar segurança, conforto e atender a todas as necessidades de seus filhos, vestidas de formalidade e profissionalismo. Muitas foram as perguntas simples emaranhadas de significados como "Quais suas verdadeiras intenções com esta pesquisa?", "Você pretende conhecer as crianças?", "Você vai levar algo de nossa instituição e o que você poderá contribuir conosco?" e estas foram se desenrolando quando a diretora justificou: "Muitos já fizeram algum trabalho na instituição e quebraram o sigilo"... Também compreendi tamanha maestria em segurança quando perguntei "Porque aqui não tem placa?" e a psicóloga veio a me responder: "Porque não colocamos placas em nossas casas e aqui é a casa deles.". Tais questões posicionaram-me de uma forma como jamais havia parado para pensar, isto é, nas implicações e nos efeitos que uma pesquisa mal conduzida poderia ocasionar.

Ao final da reunião em clima de interrogatório, visto que eu tinha sido devidamente orientada sobre os aspectos éticos da instituição e a defesa das crianças e, visto ainda, que eu pude justificar convincentemente que gostaria de fazer uma pesquisa científica, atendendo aos requisitos da instituição sem ferir a história de cada criança envolvida, e sem questioná-las com a ambição de especular quesitos jurídicos, elas se entreolharam como um parecer compartilhado de que estaria "apta" a este estudo, dizendo: "Tudo bem!" Agora, eu sentida por elas como uma pesquisadora. Elas sentidas por mim como agentes e benfeitoras daquelas que seriam meu público de pesquisa: as crianças! (Trecho do Diário de campo, Abril de 2015).

Este estudo compõe-se como uma pesquisa exploratória bibliográfica, de abordagem qualitativa, descritiva, de campo e participante. É relevante destacar que esta pesquisa, embora escrita dentro do gênero científico, em alguns momentos escapa do tradicional formalismo imposto sobre o ato de escrever ciência e apresenta um ensaio textual um pouco distinto do convencional. Neste estudo não há um capítulo dedicado exclusivamente à análise e discussão dos dados, e sim capítulos teóricos já emaranhados da discussão advinda da vivência e da experiência da pesquisadora e dos materiais coletados e produzidos no percurso da pesquisa. Deste modo, são apresentados como capítulo inicial os procedimentos, a fim de melhor situar o leitor no caminho trilhado para este estudo.

O campo de pesquisa descreve uma instituição de acolhimento situada no sul do estado de Minas Gerais, denominada CREM, para crianças com idades entre 0 a 10 anos. Uma instituição que abriga crianças cadastradas para a adoção e crianças sob medida protetiva totalizando, em média, 20 crianças. Aqui não é possível definir um número estatístico fixo devido à rotatividade imprevisível de crianças acolhidas e saídas de crianças para a adoção. Este Centro de Reeducação Municipal, como prefere a legislação, ou instituição de acolhimento infantil, como preferem as funcionárias internas, é uma casa provisória, já que, há anos, a construção de um lugar fixo não se conclui. É uma casa situada

em um bairro de classe média alta de extensão ampla, sem muitos móveis e com mínimos aspectos lúdicos. Os quartos são compartilhados, assim como os pertences das crianças, que, quando entram na instituição, tem até mesmo os seus brinquedos inseridos ao material coletivo, mesmo os brinquedos de maior vínculo afetivo.

Além da pesquisa bibliográfica, a extensão prática deste trabalho se deu por outros dois modos de produção de material discursivo: entrevistas e conversas informais realizadas com a psicóloga e com a assistente social responsáveis pela instituição, e o diário de campo para registrar experiências vividas na aproximação com as crianças e na observação do abrigo. É importante destacar que, assim como o conteúdo das entrevistas, as informações registradas no diário de campo também foram contrastadas com o material teórico, permitindo uma discussão mais singular do processo do duplo abandono. Quanto à inserção do conteúdo deste diário, foram utilizados trechos no decorrer do conteúdo teórico, sendo transcritos em itálico.

Este estudo iniciou-se após autorização da responsável legal pela instituição de acolhimento infantil e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS, conforme preconiza a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº. 466/12 e pela resolução do Conselho Federal de Psicologia nº. 016/2000, que firma a necessidade de entrega do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a todos os participantes, o sigilo das informações prestadas e a possibilidade de o colaborador retirar sua participação a qualquer momento. Além dos TCLE endereçados aos profissionais maiores e letrados, foi necessária uma autorização por escrito, consentida pela responsável legal, para a realização da observação e registros em um diário de campo do cotidiano das crianças internas.

3. Instituições na história da infância e suas interfaces com o abandono

> *Diante de tantos procedimentos éticos, positivos ou não, pensando nas crianças ou pensando nas burocracias, precisava de uma documentação alegando, pela parte responsável, autorizar a continuidade do trabalho e a utilização das anotações realizadas no diário de campo, o que incluía o relato das crianças. Com este fim, precisava (não uma única vez) ir até à Secretaria de Desenvolvimento Social. Uma rua com casas vistosas, uma o CREAS (Centro de Referência em Assistência Socia)l, outra a Secretaria de Desenvolvimento Social.*
>
> *A Secretaria de Desenvolvimento Social... Ao entrar nesta última, fui imediatamente estimulada a observar os detalhes, não passariam por despercebido. Uma casa de dois andares, na entrada uma ampla garagem, ao entrar uma sala de trabalho, uma copa, uma cozinha e uma escada com entrada ao segundo andar. A sala de trabalho possuía várias mesas com variados instrumentos de trabalho, computadores, telefones, mesas e cadeiras confortáveis, rústicas. Na copa uma mesa grande de madeira também rústica. Uma mesa convidativa como um quadro ambiente cuja moldura era uma parede vestida de um espelho enorme. Uma decoração vistosa e bem ajeitada. O restante da mobília não foi possível adentrar, mas os funcionários que ali estavam, sorriam, pareciam confortáveis, à vontade, para passar apenas 8 horas de um período diário naquele amplo conforto. Esta visão ressaltou aos meus olhos ao se contrapor à imagem que registrei do CREM.*
>
> *O CREM... Quando cheguei ao CREM pela primeira vez já me deparei com a fotografia de capa da instituição: uma criança segurando nas grades como um*

detento olhando fora da prisão. Ela, que imediatamente me chamou de mãe. Uma casa em um bairro de classe média alta, aparentemente grande para uma família comum de 4 membros... mas não para a média de 20 crianças que ali moram. Uma sala grande com mesa de alimentação e uns bancos nem um pouco confortáveis, um sofá, uma TV na parede, no alto. Uma cozinha sem muita estrutura. Uma casa sem muitos elementos, sem nenhum aspecto lúdico, sem nada que transmitisse que ali moram crianças. Os quartos com beliches e um pequeno guarda-roupas. Um berçário, um banheiro... uma casa com cheiro de solidão. Uma casa sem muito conforto, uma promessa de um lugar fixo em construção, e por trás, tentativas de doação de brinquedos, de móveis, de remédios, de coisas que "são de direito" das crianças. As crianças internas tem horário para comer, regras – e muitas! – e fazem quase todas as atividades em conjunto. Às vezes não há espaço para a individualidade entrar e prosperar.

Na "casa dos adultos" liberdade e conforto. Na "casa das crianças", prisão e desconforto. Na casa dos adultos conforto para 8 horas do dia. Na casa das crianças desconforto para viver quanto tempo? Não se sabe! Na casa dos adultos há recursos suficientes para a execução do trabalho diário. Na casa das crianças há doações insuficientes para as necessidades diárias.

Tanto a Secretaria de Desenvolvimento Social como o CREM são mantidos pela Prefeitura local. A primeira atua na gestão ideal para os grupos vulneráveis. O segundo é um grupo vulnerável. Os extremos incompatíveis... realidades distantes! Em que caminho parou o olhar ao vulnerável? Por onde passou a legislação com vista ao menor? Deve ter sido impedida de entrar pelas grades ao redor da institucionalização de crianças, aquelas grades que permitem que estas crianças sejam esquecidas.

E o Centro de Reeducação Municipal: centro ou moradia? Reeducar ou acolher? Paradoxos aos quais as respostas devem estar flutuando nos artigos, parágrafos únicos... ou devem estar jogadas no chão daquela copa de mesa convidativa e parede espelhada, onde os funcionários passam com suas xícaras de café e pisam em cima "sem querer"(Diário de Campo, setembro de 2016).

2.1. As instituições em linha cronológica

Desde os tempos antigos, grupos de crianças são submetidos a situações de vulnerabilidade social. Para Torres (2006) o abandono de bebês recém-nascidos ou de crianças era comum nos séculos XVII e XVIII no Brasil colonial, sendo que eram abandonados em calçadas, praias ou terrenos baldios, chegando a falecer por falta de alimento, pelo frio e por causa de animais e outras situações de rua. Com o passar do tempo, muitas famílias e, principalmente mães solteiras e de classe baixa, não tinham condições ideais para o desenvolvimento de seus filhos, chegando a abandoná-los. Assim, houve a necessidade de instituições que pudessem acolher estas crianças.

A partir do século XIII, na Itália, Espanha, Portugal e França foram criadas casas de caridade e instituições voltadas a retirar os bebês do caminho do limbo por meio do sacramento do batismo. Em Portugal, no século XV já era usada a expressão enjeitados ou expostos. O abandono das crianças intensificou-se entre a população portuguesa no século XVII, especialmente com a dinamização econômica e incremento demográfico.

Renato Venâncio (2004, citado por Torres, 2006), elaborou uma cronologia de quatro séculos da história do abandono infantil no Brasil:

-1550 a 1650: as crianças eram abrigadas em casas de famílias, e os meninos maiores de sete anos eram enviados para Colégios Jesuíticos.

-1650 a 1700: havia o auxílio domiciliar mantido pelas Câmaras Municipais.

-1700 a 1750: passa a ser adotado o auxílio domiciliar mantido pela Casa da Roda dos Expostos das Santas Casas da Misericórdia. Os meninos maiores de sete anos eram enviados para Seminários Diocesanos de Meninos Órfãos e as meninas maiores de sete anos eram enviadas para os Recolhimentos de Meninas Órfãs.

-1750 a 1800: os meninos maiores de sete anos eram enviados para os Arsenais da Marinha.

-1800 a 1850: instituem-se as Casas Pias e Companhias de Aprendizes Marinheiros e de Aprendizes Artífices dos Arsenais da Marinha.

-1850 a 1900: surgem os orfanatos. Meninos e meninas com mais de sete anos eram enviados para Manufaturas e também para Conventos de Órfãs (meninas) e Colégios Agrícolas (meninos).

-1900 a 1926: instituem-se as Creches (Dispensários). Os meninos maiores de sete anos eram enviados a Manufaturas, Colégios Agrícolas, Casas Pias, Colônias Correcionais, Abrigos de Menores Delinquentes, Companhias de Aprendizes Marinheiros e de Aprendizes Artífices dos Arsenais da Marinha.

-1927 a 1940: é criado o Código de Menores e acontece o fechamento das Rodas dos Expostos. O sistema de abrigo se generaliza e o trabalho infantil passa a ser proibido.

-1941 a 1964: cria-se o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - Funabem.

A partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente - E.C.A. em 1990, novas mudanças foram ampliadas: a criança passou a ser indivíduo devidamente assistido e provedor de direitos, tendo atenção intra e extrafamiliar (conforme Art. 101), sendo "o acolhimento institucional e o acolhimento familiar medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade" (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

2.2.A institucionalização e os contrastes do primeiro abandono

Santos (2010) ressalta que, desde tempos antigos o modelo de família nuclear definia que os pais deveriam assegurar a vida material de seus filhos, mas que isto tem sido falho pois, quando os pais não têm condições de assegurar as necessidades básicas de seus filhos, este fato é visto como abandono. Em consonância com este autor, Riede e Sartori (2013) defendem a possibilidade de que a entrega do filho a um abrigo pode ser um ato de amor, uma vez que esta mãe não possua meios para criar esta criança dignamente e dar afeto à mesma.

Crianças abandonadas, encontradas sozinhas em situação de rua, vítimas de maus-tratos e encontradas em outras situações de risco são encaminhadas para um serviço de

acolhimento até que os responsáveis sejam encontrados e seja esclarecido o motivo que levou a vida da criança a ser exposta a riscos (Serviços de Acolhimento do Distrito Federal, 2013). Após avaliado o contexto e a situação em que a criança foi encontrada, todos os esforços devem ser tentados para manter o convívio com a família nuclear ou extensa, sendo o afastamento da criança uma medida excepcional, aplicada apenas quando houver grave risco à sua integridade física ou psíquica (Orientações Técnicas aos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009).

Através de denúncias, encaminhamento policial e encaminhamento escolar ao conselho tutelar, a situação da criança é analisada pensando em sua melhor convivência social. Gonçalves (2009) explica que o Estado tem a função de fiscalizar podendo, em situações específicas, suspender o poder familiar, sendo que este posicionamento não tem intuito punitivo já que o objetivo é a preservação dos filhos. Caso a família perca o pátrio poder sobre a criança, esta é encaminhada a uma instituição de acolhimento para ser preservada de situações de risco.

Contudo, como se observa no exemplo a seguir, este ato é menos linear do que se reflete sendo dicotômico quando, ao reduzir a discussão do poder familiar à preservação dos filhos, cria-se uma violência com os desejos e com as justificativas da criança, os quais são frequentemente negligenciados pelos adultos:

> *Gio (nome fictício), menina de 6 anos que se encontrava na instituição por medida protetiva, abraçou-me com muita força não querendo soltar. Disse que sentia muita falta da mãe. Perguntei por qual motivo ela estava na instituição. Ela respondeu: "Porque minha mãe me deixou com fome, mas é porque eu não queria comer". Disse ainda que pensava na mãe todos os dias, chegando a chorar de saudade algumas vezes (Fragmento do Diário de campo, setembro de 2015).*

Observa-se que os desejos da criança são negligenciados pela instituição jurídica, uma vez que suas necessidades básicas são colocadas como a única questão a ser considerada no processo. "Gio" percorre por uma ação onde, pensando-se em sua melhor qualidade de vida, paradoxalmente é colocada em distância provisória da família biológica, ficando a legislação aquém da compreensão do vínculo afetivo, o que já ilustra uma forma de exclusão.

Ao se pensar nestas possibilidades para a criança, encontramos outra dicotomia digna de ser explorada. Todo este processo de reinserção social é pensado com intenção de manter a dignidade do menor. Mas ao mesmo tempo, as instituições ferem o ambiente familiar deste, separando-o do meio social livre para juntá-lo a um grupo em meio delimitado, submisso a um poder hierárquico. No exemplo a seguir, observa-se o posicionamento da assistente social ao ser questionada se a estrutura física e de funcionários da instituição é ideal para o acolhimento destas crianças, onde afirma que:

> *Podemos observar que a instituição não chega a ser ideal, porém hoje existe um trabalho voltado para cuidadoras de crianças, no qual o objetivo é a atenção individualizada, referencial importante durante os processos vivenciados. Mesmo sendo um lugar bom para as crianças viverem, a instituição tem que ser considerada como excepcional e provisória, pois o melhor lugar para a criança é integrada à família. (Fragmento da entrevista realizada com a assistente social, 2016).*

Orionte e Sousa (2005) apontam a limitação dos abrigos: se atentam às necessidades básicas das crianças, mas não possuem o amparo afetivo que a criança necessita. Assim, a criança perde repentinamente o vínculo familiar sem, muitas vezes, ser esclarecida dos procedimentos judiciais aos quais ela está sendo submetida. Para Goffman (2010) o novato chega à instituição com uma concepção de si mesmo embasada nas disposições sociais do mundo em que vivia, ou mundo doméstico, como denominado por ele e, ao entrar, é restringido imediatamente destas disposições. Goffman aponta, desta forma, que as instituições possuem padrões que rebaixam, degradam, humilham e profanam o eu.

Para Orionte e Sousa (2005) os abrigos, diferentemente das orientações do ECA, muitas vezes não são casas de passagem e sim local em que a criança permanece por longo período de sua vida, criando sua história, laços afetivos e elaborando sofrimentos. Por este motivo, as autoras entendem os abrigos como dispositivos importantes na construção da subjetividade, uma vez que esta é compreendida como constituição existencial que abrange as relações vividas, e cada relação promove nova configuração. Os efeitos da institucionalização podem, neste contraste de sentimentos, propiciar meios de ressignificar o abandono, como também de ampliar em si o sofrimento deste, sendo demonstrado pelas crianças nos mais diversos comportamentos e relações, conforme relata a psicóloga:

> *Estou falando de cinco crianças que vivenciaram esta ida e volta. No geral, apesar dos momentos do primeiro abandono e do afastamento da família, tinham a doçura e alegria de qualquer criança. Destas cinco, três estavam na primeira infância necessitando desta atenção básica, criando e significando as relações, talvez, pela primeira vez. Os outros dois já tinham uma personalidade mais formada, com desejos e vontades mais evidentes e claros, buscando a ressignificação das relações. Elas se comportavam bem, interagindo e criando vínculos entre elas. Estas crianças, não eram crianças consideradas "problema", sendo seres em desenvolvimento, aprendendo e desaprendendo as maneiras de comportar e agir de maneira integral. No início de todo o acolhimento eles tem maior dificuldade em compartilhar. Na rotina da instituição começam a perder a sensação de pertencimento de tudo gerando um distanciamento de objetos, dificultando até o cuidar dos mesmos. Atualmente, a instituição tem trabalhado muito a questão de individualização, resgatando os valores de cuidar do que é seu (Fragmento da entrevista realizada com a psicóloga, 2016).*

Sob esta nova configuração, a criança passa por um processo de adaptação forçado, longe da liberdade existente no âmbito familiar. Ela passa a criar uma nova identidade. Na construção de si, Immanuel Kant defendia que o homem retira de si mesmo os meios para se tornar homem, se tornando intersubjetivo e autônomo ao buscar as razões universais, enquanto que para Paulo Freire a intersubjetividade, a autoconstrução é produto da ação dialógica com o mundo (Zatti, 2007). Neste contexto, o indivíduo que chega à instituição de acolhimento, perdendo a familiaridade com alguns elementos culturais, busca compreender esta nova identidade e, ao passar do tempo, assumi-la, submetendo-se às contingências desta instituição, trazendo um aparente conformismo para camuflar um desconforto profundo, como no caso de uma das crianças ouvida na instituição estudada:

> *Em um momento na instituição, José (nome fictício), 4 anos, pediu para brincar. Ao ser chamado para outra atividade da rotina, foi solicitado a José que guardasse os lápis de cor e organizasse os brinquedos. Havia na mesa uma caixa com lápis e outra com giz de cera. José, misturando os lápis na caixa de giz disse: "Eu quero que os lápis fiquem aqui". Perguntei a ele por que gostaria de colocar*

> *os lápis ali. Ele respondeu: "Porque o juiz quer que eu fique aqui". Ao ser questionado sobre quem era o juiz ele apenas respondeu: "O juiz!"(Diário de campo, setembro de 2015).*

Segundo Hycner (1995, citado por Orionte & Sousa, 2005), impedir a criança de participar de sua própria vida é tê-la como objeto, submetida ao poder do adulto. A coisificação se dá quando o outro passa a ser um meio para se atingir um fim, desvalorizando sua alteridade. Ainda apontam que a invisibilidade manifesta-se quando a criança se submete àquilo que a autoridade considera mais importante, fazendo com que ela se torne assujeitada, uma criança diminuída por não poder expressar seu desejo a uma autoridade judicial. Isto pode ser ilustrado através de Michel Foulcault (2012), quando se refere ao fato de que

> [...] a noção de "classe dirigente" nem é muito clara nem muito elaborada. "Dominar", "dirigir",' "governar", "grupo no poder", "aparelho de Estado" etc. é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (Foucault, pág. 75).

3. As Perspectivas da Adoção: as portas abertas e os caminhos indesejados

Lamento de uma Criança Institucionalizada

Pra você menino, que mora na frente do internato, tem casa, flores e jardim
Para mim, que vivo dentro da instituição, só tem um corredor sem fim
Você é acordado com um beijo suave no rosto
Eu acordo com o som estridente da campainha do posto
Para você tem leite, yogurte e margarina
Para mim tem chafé e pão amanhecido na cantina
Depois do café você brinca com seu irmão
Eu pego o balde e a vassoura para limpar o chão
Você tem um quarto com videogame e computador em rede
Eu fico no quintal olhando as manchas na parede
Para você, sua mãe serve o almoço com bife, arroz e feijão
E eu, fico todos os dias na fila do bandejão
No domingo sua mãe escolhe uma roupa especial
Aqui no internato nada é de ninguém, tudo é sempre igual
Você deita em seu quarto quando está cansado
Eu fico na escada porque meu quarto tem cadeado
O teu pai, quando sai e quando volta, sempre te abraça
Eu sempre invento partidas e chegadas mas a tristeza não passa
Se você chora à noite sua mãe vem para te afagar
Se eu tenho um pesadelo, só tenho o travesseiro para abraçar
Para você tem dia das mães e dos pais sempre com festa
Para mim é só uma grande ausência que resta
Sua família leva você à escola, ao judô e para passear
A minha família, há três anos não vem me visitar
Você tem uma bela rotina de família em ação
Eu não tenho ninguém, sou filho da solidão
O seu maior desejo é o novo brinquedo da televisão

O meu maior sonho é ter uma família do coração

Lídia e Marcus Weber, Informativo do Grupo de Apoio à Adoção de Rio Claro. n 15. Laços de Ternura, Lídia Natalia Dobrianskyj, 2003, p. 59, citado por Nunes, 2005.

3.1. O adotar em suma

A prática da adoção é mostrada em vários contextos, como na história de deuses da mitologia grega; na Bíblia, com o personagem principal, Jesus, que tem José como pai adotivo; nos desenhos animados e quadrinhos, como Super Homem, que foi criado por uma família com características diferentes de sua família biológica. É uma ação vista historicamente como ato de fraternidade e coragem, já que, na maioria dos fatos relatados em histórias verídicas da antiguidade ou fictícias, o adotado chegava à família adotante de uma forma atípica, repentina, sem o preparo destas famílias para tal acolhimento, e as histórias (como na dos exemplos de adoção citados acima) relatam sucesso nesta adaptação e bom desenvolvimento para o adotado.

Instituição com finalidade cultural, religiosa, política, econômica e afetiva, mediada por um processo jurídico, a adoção transfere a um filho adotivo os direitos e deveres de um filho biológico para com uma família substituta e vice-versa, possibilitando novas formas de agregação familiar independente dos laços de consanguinidade (Magalhães, 2014), sendo uma medida excepcional e irrevogável que deve ocorrer apenas quando são esgotados os recursos de manutenção da criança em família natural ou extensa (conforme Art. 39, ECA,1990).

3.2. Legalizando a adoção: as portas abertas

Caso não seja possível à criança voltar à família biológica por motivos legais, é procurada a família extensa. De acordo com o ECA (1990), a família extensa ou ampliada é aquela que se estende para além da unidade do casal, formada por parentes próximos da criança (Art. 25). Não havendo também possibilidades legais para o reestabelecimento da criança em família extensa, a criança é habilitada em um cadastro estadual e nacional para adoção (Art. 50). Este cadastro único possibilitará o cruzamento dos dados das crianças cadastradas e das famílias pretendentes em âmbito nacional dando celeridade ao procedimento (Gonçalves, 2009).

Para adotar, o CNJ orienta sobre o processo, explicado aqui em seis etapas. Na primeira deve ocorrer, de fato, a decisão dos pretendentes. Esta deve ser consciente e madura. Os mesmos devem procurar a Vara de Infância e Juventude do seu município e se informar sobre a documentação necessária. A segunda etapa é o início do processo, onde um defensor público ou advogado particular faz uma petição para dar início ao processo de inscrição, no cartório da Vara de Infância. Depois de aprovado, o nome dos pretendentes constará no cadastro local e nacional de pretendentes à adoção.

Na terceira etapa é exigido que passem pelo curso de preparação psicossocial e jurídica para adoção. Com a participação no curso comprovada, os candidatos são

submetidos à avaliação psicossocial. Esta compreende entrevistas e visita domiciliar realizadas pela equipe técnica interprofissional. O CNJ ressalta que algumas comarcas avaliam a situação psicoemocional dos adotantes apenas com as entrevistas e visitas. O resultado desta avaliação é encaminhado ao Ministério Público e ao juiz da Vara de Infância. Durante a entrevista técnica, o pretendente descreverá o perfil da criança desejada, definindo o sexo, a faixa etária, o estado de saúde, os irmãos etc. No caso de crianças com irmãos à espera da adoção, a lei define que este grupo não seja separado. Vale salientar que ainda que o curso de preparação psicossocial e todas as outras manifestações avaliativas viáveis sejam realizados, eles não garantem, como uma relação de causa-efeito, que a adoção resultará em êxito. Por mais que os pretendentes sejam submetidos a toda uma série de procedimentos avaliativos podem emergir conflitos no percurso pós-adoção.

Na quarta etapa será estabelecido o Certificado de Habilitação onde, a partir do laudo da equipe técnica e do parecer do Ministério Público, o juiz dará sua sentença. Em seguida, o nome dos candidatos serão inseridos nos cadastros válidos por dois anos em território nacional. Pode ser que o nome dos pretendentes não seja aprovado por motivos que inviabilizem uma adoção, tais como estilo de vida incompatível com a criação da criança ou razões equivocadas (para preencher a solidão, para superar uma perda, para superar uma crise conjugal etc.). Caso isto ocorra, os candidatos podem se adequar e começar o processo novamente.

A quinta etapa ocorre quando a Vara da Infância encontra uma criança com o perfil desejado. O histórico de vida da criança é apresentado aos pretendentes e, se houver interesse, ambos os lados serão apresentados. A criança também é entrevistada após o encontro decidindo se quer ou não continuar com o processo. Durante o estágio de convivência, que é monitorado pela Justiça e pela equipe técnica, é permitido que os adotantes visitem o abrigo onde a criança mora e realizem pequenos passeios para se conhecerem melhor. Se o relacionamento der continuidade de forma positiva para ambas as partes, a criança é liberada e os adotantes ajuizarão a ação de adoção, compreendendo a quinta etapa. Ao entrar com o processo, os adotantes recebem a guarda provisória, que terá validade até a conclusão do processo de adoção e a criança passa a morar com esta família. Neste período, a equipe técnica continua realizando visitas periódicas e apresentará uma avaliação conclusiva. Tendo esta avaliação conclusiva, na sexta etapa o juiz profere a sentença de adoção determinando a lavratura do novo registro de nascimento com o sobrenome da nova família. Existe a possibilidade de trocar o primeiro nome da criança adotada. A partir desta etapa, a criança passa a ter todos os direitos de um filho biológico.

3.3. A Avaliação dos Pretendentes Cadastrados em Possíveis Deslizes

Os cursos de capacitação não seguem estruturas padronizadas, levando em consideração que cada região e cada instituição apresenta uma demanda diferenciada. Assim, na entrevista com a psicóloga buscou-se compreender os aspectos compatíveis a este curso realizado no fórum da comarca da mesma cidade da instituição estudada:

Pesquisadora (P1): Em relação ao curso de capacitação, qual seu objetivo?

Psicóloga (P2):O Curso de Capacitação do Judiciário tem o objetivo de esclarecer e trabalhar as questões pertinentes à adoção.

P1: É constituído de quantos encontros?

P2: Atualmente está dividido em três encontros.

P1: Qual o conteúdo proposto?

P2: Tudo que envolve as questões jurídicas da adoção, desenvolvimento infantil, relacionamento familiar, desejo de ser mãe e pai, entre outros.

P1: Existe um padrão de estrutura ou os profissionais são flexíveis em relação ao conteúdo?

P2: Todo o conteúdo tem flexibilidade. O nosso tema, que é a Desmitificação do Abrigo, já abordou diversas demandas, em geral fatos que fazem parte da rotina das crianças, inclusive o tema da devolução já foi utilizado.

P1: Existe algo marcante na fala dos pais sobre a expectativa em relação à criança?

P2: As expectativas variam de acordo com a vivência de cada um. A princípio é o bebê, menina, branca, mas muitos fogem ao padrão. Alguns pelo fato de este padrão ser o mais demorado na fila, ou por não fazer sentido com o momento de vida em que se encontram. Em muitas falas, se observa a necessidade da perfeição, da tranquilidade e da ausência de problemas que esperam dessa criança adotada.

P1: O curso tem cumprido o objetivo? De que forma é avaliado?

P2: O curso tem o objetivo de iniciar as reflexões, e nisto tem cumprido sim. No entanto, quando falamos de seres humanos passíveis de mudanças, comportamentos e pensamentos ampliados ou não, se faz necessário muito mais que três encontros, sendo importante que esse casal tenha outras formas de refletir e sentir tudo o que a experiência do adotar pode trazer.

(Trecho de Entrevista com a psicóloga, setembro de 2016).

O curso de capacitação ainda possui brechas e falhas, uma vez que não é veículo consistente o suficiente para demonstrar toda a realidade da criança envolvida, ainda que os profissionais da equipe técnica se esforcem para tal. Também não é possível prever o caminho em que as expectativas dos adotantes irão levar, ressaltando que os adotantes que devolveram as crianças ao abrigo passaram pelo curso de capacitação e pelos outros instrumentos de avaliação, realizados não por um profissional, mas por uma equipe técnica, recebendo desta um parecer favorável à adoção, ou seja, sendo reconhecidos como "aptos" a adotar e a criar um vínculo saudável com a criança em questão.

Participei hoje do Curso de Capacitação para os pais pretendentes, na condição de observadora. Quanto à equipe técnica, todos muito motivados e capacitados, não deixando quaisquer resquícios de curiosidade e esclarecendo a realidade das crianças que tem levado ao insucesso de algumas adoções. Quanto aos casais, a maioria numa faixa etária de 40 a 60 anos. As mulheres demonstravam demasiado interesse na adoção, algo que não foi perceptível em todos os homens. A equipe técnica preparou uma dinâmica fazendo com que todos os casais presentes lessem uma das justificativas apresentadas por famílias substitutas ao devolverem uma criança ao abrigo. Os casais liam e

> *demonstravam surpresa, achavam impactante e afirmavam que não eram justificativas viáveis (Fragmento do Diário de Campo, maio de 2015).*

É importante que os pais pretendentes sejam esclarecidos das expectativas das crianças, não pensando apenas nas expectativas pessoais, pois estas podem não ir ao encontro com aquelas e vice-versa. A psicóloga compreende este fato quando aponta que:

> *As crianças apresentam felicidade em conhecer a nova família, depois de algum contato tem dúvidas, algumas até mencionam o fato de não querer serem adotadas mais, desejando ficar na instituição para sempre. A equipe procura entender os conflitos existentes e buscar maneiras de trabalhar esses medos e sentimentos novos que surgem juntamente com a nova família. Já tivemos crianças que não conseguiram se aproximar do casal, a priori, e outras que pulam no colo e não soltam mais. As reações são diversas e cabe ao adulto que deseja a adoção saber lidar com a rejeição ou aproximação.*

Goffman (2010) estudou uma dicotomia presente no processo de desinstitucionalização. Esta dicotomia se dá quando o comportamento já modelado pela instituição entra em conflito com as possibilidades do meio externo:

> ...a liberação tende a ocorrer exatamente quando o internado finalmente aprendeu a manejar "os fios" no mundo interno, e conseguiu privilégios que descobriu, dolorosamente, que são muito importantes. Em resumo, pode descobrir que a liberação significa passar do topo de um pequeno mundo para o ponto mais baixo de um mundo grande. Além disso, ao voltar para a comunidade livre, pode encontrar alguns limites à sua liberdade (Goffman, 2010, p. 68).

4. Uma interrogação para o prelúdio do sofrimento: a destituição da adoção

> Existem caminhos que não se podem prever. Em um curso da área de humanas o chão é o *equilíbrio e o oxigênio a respirar é a ética. Quando se pensa em um trabalho científico, ainda que seja em nome da cura, reflete-se a possibilidade de ferir o que não é do pesquisador. Este, por sua vez, se torna (ou tenta vir a ser) um instrumento neutro, um instrumento cuja função é captar informações e fazê-las fluir a jorrar benefícios. O que não é permitido, em nome da ciência ou da ética científica, é deixar que desta fonte (a fonte da pesquisa) caia uma gota no pesquisador e este tenha parte no campo. E o pesquisador "não pode" ter parte no campo de pesquisa, ainda que seus pés estejam lá... Em quem confiar a ética de cada profissional? A ele mesmo... e ele, à sua consciência!*
>
> *Durante o período de pesquisa, conheci uma família que, por coincidência, por sincronicidade, ou por nenhuma ligação a se declarar, adotou duas crianças. Juca, de 11 anos e Paulinho, de 6 anos (nomes fictícios). Despindo-me da roupagem de acadêmica e pesquisadora, pude conhecer os aspectos mais sutis do relacionamento daquela família, uma vez que estas crianças começaram a fazer parte do meu ambiente social por uma via comunitária, em uma atividade social exercida no bairro. A amizade com os familiares já existia antes mesmo de estas crianças serem adotadas. E estas foram adotadas pouco tempo antes do início da pesquisa.*
>
> *Juca e Paulinho sofreram com o abandono dos pais biológicos, com o abandono da família substituta e agora ingressavam em uma segunda tentativa de adoção. Juca é um menino de forte personalidade, no qual os comportamentos agressivos trazem uma releitura da violência maior que sofrera ainda em sua pré-infância. Paulinho, o oposto do irmão, despertava afetividade em si com todas as*

pessoas que se aproximavam. Um menino alegre e comunicativo. Quando me via, me abraçava a não querer soltar-se, em todos os momentos queria estar perto.

A vida social deu continuidade e, sem nenhum objetivo de ligar o fato ao tema de minha pesquisa, dei continuidade também à mesma focando no quesito duplo abandono com as crianças que se encontravam ainda na instituição. Hoje fui à mesma a fim de prosseguir a rotina de pesquisas. Ao adentrar e conversar com as crianças, deparei-me com Paulinho – de volta à instituição! Não soube qual comportamento ter naquele momento ou o que dizer... apenas o vi! A surpresa foi maior que o padrão de perguntas e cumprimentos realizados com as crianças. Não soube usar o padrão... apenas o vi! Mais tarde soube, pela psicóloga, do ocorrido de fato: seus pais adotivos não se adaptaram ao comportamento de Juca (o que realmente foi justificado com situações agravantes ocorrentes) e, sendo irmãos, para destituir a adoção de um era necessário fazê-lo com os dois. Assim foi feito! Juca foi para uma instituição de meninos adolescentes, enquanto Paulinho permaneceu no CREM.

Voltei à sala onde Paulinho estava e o cumprimentei pelo nome. Olhou como se não me conhecesse. Não via o Paulinho de onde o conheci, uma criança alegre, comunicativa e afetiva. Vi uma criança com uma postura de adulto, com frieza no olhar, face triste e aborrecida. Não havia espaço para sorriso, no seu mais profundo sentir não havia espaço. Uma criança quieta, que, segundo a psicóloga, demonstrou surpreendente e curiosamente uma boa adaptação a esta segunda volta. Agia como se nada tivesse acontecido, como se não tivesse sido adotado novamente, como se não tivesse me conhecido. Já não sabia mais o meu nome, já não queria se aproximar!

Se foi viável ou não este triplo abandono, não se sabe. O fato é que o sofrimento opera como bicho-papão, não aquele que se esconde debaixo da cama ou sai do guarda-roupas de noite, mas aquele que Paulinho ainda não soube dar nome (mas um dia saberá) e o aterroriza na escuridão da alma, no quarto da mente, de onde a cada dia ele arrancará uma fotografia da parede, uma fotografia de seu pai adotivo, uma fotografia de sua mãe adotiva, e fotografias e mais fotografias serão arrancadas e lançadas ao fogo. O fogo também não tem nome, só se sente. Quando o alarme de incêndio tocar, ele estará pronto para sair deste quartinho, e transformar o vazio deste em palavras ou em um pedido de socorro. Saberá jogar fora a rigidez de um pequeno adulto tentando compreender o que aconteceu e voltar a ser criança. E vai fechar novamente a porta daquele cômodo que o faz lembrar que todo este processo está sendo realizado pela terceira vez... fotografia por fotografia... E espero que um dia ele perca o medo deste bicho-papão!

Não coube, nem caberão aqui julgamentos, não é de minha parte. O prosseguir está para todos, seja dentro da instituição ou fora dela. O prosseguir está para Juca, com o qual não tive mais contato. O prosseguir está para os pais quase-adotivos, cujo sofrimento da separação pude acompanhar de longe. O prosseguir está para a psicóloga e para a assistente social que se preocupam com estas crianças diariamente e com seus sentimentos. O prosseguir está para Paulinho, que um dia vai recuperar seu sorriso, ou sorrir melhor, já que o velho sorriso ficou em um endereço com um pai e uma mãe que não mais viu. O prosseguir está para esta pesquisa, e para outras que encontrarão novos "Paulinhos" a enfrentar bichos-papões, e a vencê-los! (Trecho do Diário de Campo, novembro de 2015).

4.1. O Repentino Voltar: a suspensão do poder familiar e a trilha para o segundo abandono.

A devolução pode passar a ser cogitada quando há dificuldades por parte dos adotantes de lidarem com eventuais conflitos que surgem com a convivência. Em geral, os pais ficam perdidos quando a criança, antes calma e dócil, se transforma em rebelde e questionadora. Frequentemente, atribuem este fato à sua origem o que acaba intensificando o conflito ao invés de contorná-lo. É normal que a criança queira testar os pais desobedecendo-os ou questionando-os como uma forma de se reafirmar como membro da família. Caso os pais não tenham feito a adoção de forma clara, tranquila e pensada e não tenham o desejo legítimo de amar, cuidar e aceitar o filho como ele é, poderá haver problemas nesta fase que, muitas vezes, resultarão na devolução (Silva e Silva, 2012). A devolução se torna uma ação fria tendo a criança obtida como desprovida de autonomia, como reflete o autor:

> Nessa lógica, a criança virou coisa e, coisificada, passou a ser tratada como um objeto nas mãos de adultos que tinham o poder de decisão sobre a sua vida: a criança, colocada nesta cena, parece se tornar apenas um objeto, ou uma mercadoria [...] E, como em um processo em que a mercadoria apresenta um problema, o cliente retorna para devolvê-lo (Goes, 2014).

Estes conflitos são, muitas vezes, camuflados por justificativas que não alcançam a intensidade do convívio obtido:

> *As justificativas são questões comportamentais, principalmente das crianças maiores, algo do tipo: "fulano não me obedece", "ameaçou matar a mim e minha filha"; "essa criança não gosta de ninguém, não consigo gostar dela"; "a criança está depressiva porque só chora, eu queria uma criança feliz"; "essa criança precisa de médico e psicólogo, ninguém nunca dará conta dela"; "parece que não quer ser adotada, dou tudo para ela e não me dá nada em troca". Frases assim são citadas nos processos, comportamentos cotidianos de qualquer criança viram motivos para a devolução daquele que nunca pertenceu àquela família. Digo isto pois, quando se analisa mais profundamente o contexto da devolução, sempre há muito mais envolvido do que só esta culpabilização das crianças. (Trecho da entrevista com a Psicóloga, setembro de 2016).*

Apesar de existirem recursos para que estes pais adotivos se responsabilizem pelos danos causados à criança, a mesma fica submetida às burocracias, não tendo parecer favorável do juiz em todos os casos, sendo a família isenta das penalidades do acontecido de fato, que se trata de ato de danos morais.

> *A equipe técnica, nas últimas devoluções, teve como procedimento solicitar ao judiciário, o pagamento das sessões de psicoterapia clínica da criança. Já a família é encaminhada para o procedimento de reavaliação com a equipe do judiciário, para visualizarem a possibilidade da mesma se manter no CNA (Trecho da entrevista com a psicóloga, setembro de 2016).*

4.2.O Desprazer da Ruptura: efeitos psicossociais na vida das crianças destituídas da adoção.

Mattos, Hernandes e Eloy (2011) descrevem que a devolução é sentida como um segundo abandono, em que a criança já rejeitada ou abandonada pelos pais biológicos, é novamente abandonada pelos pais adotivos, levando a uma imensa frustração. Este sofrimento, ainda que em fragmentos ou comportamentos atípicos, pode ser percebido

nos três casos de devolução na instituição estudada, onde a criança também se mostra consciente da ruptura, ainda que com defesas menos elaboradas:

> Dos três casos, em um a criança era muito pequena e tem dificuldades na fala, não conseguindo verbalizar tal entendimento. Nos outros, as crianças falavam muito sobre o retorno, sobre a ação do juiz. Diziam, por exemplo: "o juiz não deixou a gente ficar mais com minha mãe", além de citarem conversas e momentos com as técnicas do fórum e outros profissionais envolvidos antes do retorno. Das crianças menores a fala era que logo a mãe voltaria para buscar e levar para casa, em alguns momentos davam até prazo para isso, por exemplo, "até sexta ela vem me pegar, tia". Os maiores chegavam com algo pesado para a idade deles, como: "eu era o problema", "agora eles estão livres de mim, o demônio", "ninguém gosta de mim", apontando uma baixa na autoestima, agressividade e embotamento de emoções (Trecho da entrevista com a Psicóloga, setembro de 2016).

Conforme o psiquiatra Içami Tiba (citado por Rocha, 2001) a devolução é como uma bomba para a autoestima do adotado sendo melhor que não tivesse sido adotado a ser adotado e devolvido, demanda responsabilidade uma vez que a devolução é quase como um aborto. A criança ainda pode vivenciar um luto repentino, da mesma forma que foi o rompimento do vínculo familiar.

> Quando conversava com a psicóloga, Paulinho (nome fictício), 6 anos, que já sofre o terceiro abandono, entrou na sala e começou um diálogo um tanto curioso. Disse que seus pais tinham morrido, referindo-se aos pais da última adoção. A psicóloga o questionou sobre o conhecimento deste fato (que não era real). Ele respondeu: "A minha mãe veio aqui à noite e me disse que eles morreram". A psicóloga comentou que desde que Paulinho voltou para a instituição pela terceira vez, apresenta um comportamento digno de atenção, já que não toca no assunto dos pais e não demonstra sofrimento, pelo contrário, tem demonstrado boa adaptação nesta volta. Ainda comentou que foi necessário "matar os pais" de uma forma simbólica para conseguir elaborar este fato (Fragmento do Diário de Campo, novembro de 2015).

Segundo Souza (2012, citado por Goes, 2014), o retorno ao abrigo é visto como uma dupla frustração, fazendo com que a criança sinta-se culpada pelo insucesso do convívio familiar e, ao mesmo tempo, envergonhada por ter que retornar ao abrigo. A criança é capaz de compreender o ocorrido, ainda que os adultos não a esclareçam sobre a situação. Assim como é capaz de compreender da sua forma, é capaz de sentir culpa, de sentir um vazio existencial que fere até mesmo sua autoestima e sua identidade, levando à invisibilidade:

> Theo, de seis anos, e seu irmão José, de quatro anos (nomes fictícios), voltaram para a instituição após a destituição da adoção. José apresenta um "ótimo" comportamento, enquanto Theo tem tido (relatado pelos pais adotivos) um "comportamento agressivo". A psicóloga chamou os dois para brincar. Primeiro, entrou José. Depois de alguns minutos, José saiu para uma atividade e entrou Theo na sala de brinquedos. Começamos a brincar e, a princípio a minha intenção foi apenas deixá-lo livre destes assuntos, queria apenas brincar e não questioná-lo. Como seu irmão havia entrado primeiro, Theo perguntou: "Do que vocês estavam brincando?" Eu respondi que estávamos brincando com as bolinhas e com os carrinhos. Ele ficou aborrecido dizendo: "Não era disto. Fala, do que vocês estavam brincando?" Eu perguntei do que ele gostaria de brincar. Ele respondeu: "Do que vocês estavam brincando!" Passamos então, pouco mais de trinta minutos brincando com bolinhas e carrinhos. Theo pegou um brinquedo e ficou

> olhando por um tempo. Eu perguntei se era dele, ele respondeu imediatamente: "Não tem nada meu aqui, é tudo do meu irmão, (se referindo aos brinquedos coletivos) todos os brinquedos são do meu irmão". Depois pediu para brincar de esconde-esconde, dizendo "Você vai tentar me achar." No início da brincadeira eu disse: "Achei você Theo!" Ele respondeu: "Meu nome não é Theo, é José!" e se escondeu novamente pedindo para eu encontrá-lo (Fragmento do Diário de Campo, outubro de 2015).

A fala mais comum dos pais que desistiram da adoção envolve o incômodo com a agressividade apresentada pela criança. Para Orionte e Sousa (2005) a transgressão é o meio mais utilizado pelas crianças para não se assujeitarem, contrapondo-se à invisibilidade, e para demonstrar sua insatisfação, tendo o objetivo de representar a ruptura com o abandono e produzir o enfrentamento de uma situação ansiogênica, buscando autonomia. Em concordância, Campos e Castro (2011) afirmam que os comportamentos de uma criança que vivencia novamente o trauma do abandono são facilmente observados, tendo como exemplos a agressividade e a interiorização. Também complementam que a criança que passa pela adoção mal sucedida procura entender os porquês do acontecido podendo atribuir a culpa da falha da adoção a si mesma. Assim, entende-se que a agressão, o aborrecimento e a irritação destas crianças não são expressões sem sentido, mas podem ser significantes de um sentimento mais profundo não demonstrado, com uma tentativa exaustiva de tentar contê-lo.

O menor destituído da adoção nem sempre vivencia seu tempo de "luto" por direito, seu tempo único de tentar compreender a situação que muitas vezes não lhe é esclarecida. Para Orionte e Sousa (2005) o pouco que possuem das relações vividas é guardado como um tesouro, e ainda há uma grande disponibilidade em criar novos vínculos, apesar de uma anterior desconfiança, natural e saudável como meio de proteção, já que experimentaram o abandono por outras pessoas. Quando a criança está legalmente destituída da adoção, esta é avaliada e acompanhada até que a equipe entenda como favorável uma nova adoção. Mas este acompanhamento não condiz com o proceder jurídico, uma vez que no fórum esta criança é um número protocolado em uma extensa lista de crianças a serem adotadas que deve ser reduzida em pouco espaço de tempo.

De acordo com o ECA (1990) a criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento institucional deverá ter sua situação reavaliada a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária, com base em relatório elaborado pela equipe, decidir pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta (Art. 28). Este processo é continuado quando a criança é destituída da adoção, ela é novamente inserida no cadastro nacional de adoção.

A volta das crianças adotadas à instituição caracteriza consequências também para as outras crianças institucionalizadas, uma vez que as mesmas vivenciam o duplo abandono e perdem suas esperanças e o olhar positivo para uma possível adoção.

> *As crianças acolhidas ficam confusas com a volta dos adotados, misturam sentimentos de alegria pela volta do colega, com medo de ser adotado e ser devolvido. Alguns chegam a verbalizar não ter o desejo de serem adotados diante tal situação (Trecho da entrevista com a Psicóloga, setembro de 2016).*

Considerações finais: o sujeito autônomo na roupagem da infância

Foi realizada a observação participante, a análise dos relatos das crianças e o conteúdo das entrevistas com a psicóloga e assistente social da instituição, comparando-as com análises realizadas em outras pesquisas e com o conteúdo teórico sobre Institucionalização, Adoção e Destituição da Adoção. A institucionalização abrange um paradoxo de origem causal, onde a criança, vista como vulnerável (efeito) é separada do convívio familiar por uma política de promover o bem estar da mesma quando a família não o faz (causa). Coloca a criança forçadamente submissa a uma hierarquia jurídica, do qual a mesma não possui conhecimento, ferindo sua identidade e causando sentimento de invisibilidade.

Durante o processo de adoção, é obrigatória a participação no Curso de Capacitação para os Pretendentes. Este possui falhas a serem repensadas, já que os casais que "devolveram" as crianças após a adoção passaram por todos os meios de avaliação e capacitação oferecidos. Neste espaço contextual, salienta-se que o curso oferecido não é o suficiente para evitar que os pais adotivos burlem a irrevogabilidade da adoção.

Como consequências do duplo abandono, a criança já rejeitada pelos pais biológicos cristaliza em si uma nova rejeição, revivendo, ao voltar à instituição, todo o processo de luto antes vivido no primeiro abandono. Passa por uma reflexão que fere novamente sua identidade, trazendo para si o sentimento de culpa pelo insucesso da adoção, culminando em sua baixa autoestima. Buscando atenção em seu profundo sofrimento, as crianças observadas apresentaram comportamentos agressivos entrando em um processo de transgressão, como forma de tentar conter o sentimento de luto. Este comportamento de agressividade nem sempre é compreendido pelos profissionais e, principalmente, pela nova família substituta. Assim, esta não suporta o período de convivência e não permite o tempo de aceitação da criança, podendo gerar novos abandonos.

O objetivo deste estudo foi, entre todos os seus percursos, trazer a criança como sujeito que sente e compreende, atesta e conclui, se desconforta e expressa. A criança deve ser compreendida em todo seu contexto. A invisibilidade foi possível de ser constatada através desta pesquisa com as crianças estudadas, mas o fato de assujeitar, submeter a criança a novas configurações de vida, ainda que sejam pela sua segurança, já produz nela o sentimento de invisibilidade, não permitindo à mesma a expressão de seu desejo simplesmente pelo fato de ser criança.

Este estudo baseou-se nas concepções da Psicologia enquanto ciência e da Psicologia Social enquanto linha teórica. Na construção do corpus deste trabalho, houve a necessidade de se buscar pesquisas da área de Ciências Sociais e Direito para compor os aspectos sociais da problemática. Grande parte das pesquisas de psicologia com crianças institucionalizadas se atentam aos fatores clínicos e/ou se baseiam na Psicanálise para compreensão do comportamento individual destas crianças. A psicóloga que atua dentro da instituição de acolhimento aqui citada está mais diretamente envolvida com os trâmites jurídicos e não com o atendimento psicoterápico da criança. Este atendimento é realizado por um psicólogo clínico externo à instituição, caso haja necessidade. Assim, entendeu-se como prioridade o entendimento psicossocial e não somente clínico destas crianças. A busca de conteúdo no campo das Ciências Sociais e do Direito se deve, portanto, à

precariedade de estudos sociais no campo da Psicologia, já que esta ciência é, na maioria das vezes, compreendida como área unicamente clínica.

Referências

CAMPOS, Ryane; CASTRO, Stelffi de. **A Devolução das Crianças no Processo de Adoção**: análise das consequências para o desenvolvimento infantil. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, MA, 2011. Disponível em <https://psicologado.com/ psicologia-geral/desenvolvimento-humano/a-devolucao-das-criancas-no-processo-de-adocao-ana lise-das-consequencias-para-o-desenvolvimento-infantil.>Acesso em: 20 de outubro de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016 <Disponível em www.cnj.jus.br> Acesso em: 20 de setembro de 2016.

Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> Acesso em: 05 de agosto de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

GOES, Alberta Emília Dolores de. **Criança não é Brinquedo! A devolução de crianças e adolescentes em processos adotivos.** Synthesis, vol. 7, nº 1. Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, RJ, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos.** 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GONÇALVES, Raquel Valenti. **Adoção** – Reflexos do procedimento. Monografia apresentada ao curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS, 2009. Disponível em <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos 2009_2/raquel_goncalves.pdf> Acesso em: 05 de maio de 2015.

MAGALHÃES, Natália Rolim de. **Adoção de Crianças Negras:** a necessidade de um novo olhar. Fortaleza, 2014. Disponível em <http://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CSS/ADOCAO%20 DE%20 CRIANCAS%20NEGRAS%20A%20NECESSIDADE%20DE%20UM%20NOVO%20OLHA R.pdf> Acesso em: 20 de setembro de 2016.

MATTOS, M.P.; HERNANDES, M.A.F.; ELOY, C.B. **Adoção e Devolução:** a criança devolvida. Anais, IV Congresso de Psicologia da Unifil, 2011. Disponível em

http://www.unifil.br/portal/images/pdf/documentos/anais/psicologia/iv-congresso-de-psicologia.pdf Acesso em: 20 de setembro de 2016.

NUNES, Denise Caminha. **Da Institucionalização à Desinstitucionalização** - um caminho a ser percorrido. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. Disponível em < http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial287472.PDF> Acesso em: 20 de setembro de 2016.

Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009) Brasília. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/orientacoes-tecnicas.pdf> Acesso em: 05 de setembro de 2015.

ORIONTE, Ivana; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. **O Significado do Abandono para Crianças Institucionalizadas**. Psicologia em Revista, nº 17, Belo Horizonte, 2005. Disponível em <http://pucmg.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20051220153856.pdf>Acesso em: 05 de setembro de 2015.

RIEDE, Jane Elisabete; SARTORI, Giana Lisa Zanardo. **Adoção e os Fatores de Risco:** do afeto à devolução das crianças e adolescentes. Perspectiva, Erechim. v.37, n.138, 2013. Disponível em <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/ perspectiva/ 138_354.pdf> Acesso em: 05 de setembro de 2015.

ROCHA, Maria Isabel de Matos. **Crianças "desenvolvidas": Os "filhos de fato" também têm direito?** (Reflexões sobre a "adoção à brasileira", guardas de fato ou de direito mal sucedidas). In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, II, n. 7, nov 2001. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5541&revista_caderno=12> Acesso em: 11 de agosto de 2015.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros. **Um Novo Olhar sobre o Conceito de Abandono de Crianças.** São Paulo, 2010. Disponível em <file:///C:/Users/cliente/Downloads/7210-33846-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: 20 de setembro de 2016.

Serviços de Acolhimento do Distrito Federal. Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, 2013. Disponível em <http://www.tjdft.jus.br/cidadaos/infancia-e-juventude/publicacoes/colecao/acolhimento.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

SILVA, Juliana Castelo Branco e; SILVA, Eduardo Castelo Branco e. **Adoção:** da idealização ao fracasso. Niterói, RJ, 2012. Disponível em <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20I%20CONITER/GT17%20Estudos%20de%20fam%EDlia%20e%20gera%E7%F5es/ADO%C7%C3O%20DA%20IDEALIZA%C7%C3O%20AO%20FRACASSO%20-%20Trabalho%20completo.pdf> Acesso em: 15 de agosto de 2015.

SOUSA, Jokasta da Costa; LIMA, Juliana Bezerra; MAGALHÃES, Maria do Socorro Rodrigues. **Orfandade Incerta:** devolução de crianças e adolescentes adotados. Sobral, CE, 2013. Disponível em <http://www.faculdade.flucianofeijao.com.br/site_novo/seminarios_tematicos/servico/pdfs/Artigos/Orfandadeincerta_devolucaodecriancaseadolescentesadotados.pdf> Acesso em: 20 de setembro de 2016.

TORRES, Luiz Henrique. **A Casa da Roda dos Expostos na Cidade do Rio Grande.** Biblos, Rio Grande, 2006. Disponível em <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/724/218> Acesso em: 15 de maio de 2015.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Edipucrs, Porto Alegre, 2007. Disponível em <http://www.pucrs.br/edipucrs/online/autonomiaeeducacao.pdf> Acesso em: 11 de agosto de 2015.

OS ASPECTOS SUBJETIVOS DO PROCESSO DE DIVÓRCIO

OLÍVIA RIBEIRO GABRIEL[1]; EMILENE BUENO RODRIGUES[2]

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Eugênio Pacelli
Universidade do Vale do Sapucaí
Av. Cel. Alfredo Custódio de Paula, 320–37550-000 – Pouso Alegre – MG – Brasil

oliviargzorzi@gmail.com[1],psicojudicial@yahoo.com.br[2]

Resumo: *Este trabalho teve como objetivo compreender como homens e mulheres vivenciam o processo de separação conjugal. Para isso, foi feito uma pesquisa qualitativa em campo com 3 homens e 3 mulheres, através de entrevistas semiestruturadas, com faixa etária de 27 a 53 anos, atendidos no Escritório Modelo da FDSM, em Pouso Alegre - MG. Este estudo contribuiu para que o fenômeno da separação seja visto de maneira holística, o que favorece o diálogo interdisciplinar e o bem-estar das famílias em processo de separação.*

Palavras-chave: *Separação conjugal 1. Divórcio 2. Subjetividade 3. Psicologia 4.*

This study had as objective to understand how men and women experienced the marital separation process. For this, was made a field qualitative research with 3 men and 3 women, through semi-structured interviews, aged between 27 and 53 years, attended at the FDSM's Model Office in Pouso Alegre-MG. This study contributed to the separation phenomenon is seen in a holistic manner, which promotes interdisciplinary dialogue and well-being of families in the separation process.

Keywords: *Marital separation 1. Divorce 2. Subjectivity 3. Psychology 4.*

Introdução

No cenário atual, é frequente o aumento de separações e divórcios, o que é visto, na maioria, das vezes como um evento natural. Um casal que se separa hoje raramente sofre preconceitos, e as pessoas têm maiores oportunidades em reconstruir uma nova família. O que se tornou raro na época atual são os casamentos firmados no compromisso eterno. A lendária frase “até que a morte os separe” tornou-se antiquada (BAUMAN, 2004).

E embora hoje a forma de construir vínculos seja diferente do passado e a sociedade esteja mais aberta a mudanças, muitos que desejam construir uma família apostam no casamento. Todavia, os dados do IBGE (2014) – Instituo Brasileiro de Geografia e Estatística não são tão convidativos para os que desejam subir ao altar, pois indicam que divórcio aumenta a cada ano e que para cada quatro casais que se casam um se separa.

O casamento ainda é uma instituição valorizada e que faz parte do cenário familiar e do imaginário de muitos. Tal fato leva a reflexão de que a alta incidência do divórcio não

significa total descrença ao matrimonio, mas sim que a sociedade mudou e que os relacionamentos atuais foram reconfigurados. As expectativas que se tinham no passado em relação ao matrimônio não são mais as mesmas, o que faz muitos casais, diante das dificuldades e desacordos, recorrerem a ele como solução imediata para o sofrimento, e pouco refletem sobre o relacionamento (Diniz; Féres, 2005).

As pessoas que entram em um processo de divórcio acreditam que o casamento em crise será substituído por algo melhor, mas essa busca por um novo estilo de vida pode tornar-se mais significativo que a própria crise conjugal (WELLERSTEIN&BLAKESLEE,1991). Autores como Ferez-Carneiro (1998), Jablonski (2001) e Zordan (2010) falam que embora o divórcio possa ser considerado como um evento normativo, ele envolve particularidades que abalam toda a família, podendo se tornar um grande sofrimento em todos os envolvidos.

A juíza Pachá (2014, pg. 5), no livro **Segredos de Justiça**, relata o fim do amor em histórias marcantes em que teve que julgar, e diz que: "Embora a experiência da dor seja individual, a nossa humanidade nos faz pouco originais nas contradições, nos afetos e nos desamores". A juíza e escritora fala que mesmo tentando manter o distanciamento profissional, se via envolvida pelas tristezas experimentadas pelos casais. E mesmo diante de casos diferentes de separação, os sentimentos eram parecidos.

Em entrevista, Pachá (2013) também ressalta que o processo de separação é um momento de dificuldade e quando chega a hora de assinar os documentos, o casal muitas vezes expõe ao juiz suas angústias de uma vida inteira. Segundo ela, o que levaria anos para ser dito em uma sessão de terapia, pode ser falado em pouco tempo e para um estranho.

O divórcio é uma ação complexa, pluridimensional e que deve ser visto como processo singular, que envolve questões econômicas, sociais, culturais e religiosas e que depende das redes de apoio que se estabelecem ou não (PECK, 1980; MANOCHERIAN, 2001). Roudinesco (2003) concorda com essa ideia e acrescenta que os profissionais e instituições que acompanham os casais deverão considerar todos esses aspectos.

Contudo, a decisão de divorciar-se pode acarretar mudanças na vida de quem atravessa esse processo e é uma realidade cada vez mais presente na sociedade brasileira. A maneira como a pessoa encara o divórcio e vivencia as suas consequências envolve subjetividade, algo que dificilmente será discutido em um ambiente jurídico. O rompimento pode ser um processo com diferentes impasses, apuros e complicações, que desperta diversos sentimentos nos cônjuges e nos familiares.

Pode-se afirmar afirma que o divórcio é uma situação que envolve a elaboração de um luto em vida. Mas em uma sociedade onde as relações se modificaram, fica o questionamento se a experiência da separação ainda é sofrida ou se é possível maior aceitação das pessoas. Dessa maneira, o presente estudo pesquisou os aspectos subjetivos envolvidos no processo de divórcio e buscou compreender como mulheres e homens vivenciam tal processo e se reestruturam após o rompimento. Nessa pesquisa foram investigadas também as causas atribuídas ao fim do relacionamento, os diferentes estágios desde a história do relacionamento até como a família buscou se reorganizar. (CARUSO, 1982).

A separação conjugal é um momento onde novos padrões de relacionamento, onde novos papéis e funções deverão ser assumidos (CARTER & MCGOLDRICK, 2001). A psicologia está envolvida com este tema, pois, através de suas ações e intervenções, contribui para maior adaptação e elaboração psíquica recorrente às mudanças.

1. MÉTODO

1.1 Procedimentos

O presente estudo é uma pesquisa de campo, bibliográfica, de abordagem qualitativa, do tipo exploratório e descritivo. A abordagem qualitativa possibilita descrever as qualidades de determinados fenômenos e aprofundar em aspectos particulares da realidade do estudo proposto (SANTOS, 1999).

A pesquisa qualitativa em campo foi realizada através de entrevistas com mulheres e homens atendidas em triagem pelo Escritório Modelo da FDSM – Pouso Alegre - MG, que demandavam processo de separação. A entrevista semiestruturada foi composta com os seguintes temas: a história do relacionamento, a decisão de viverem juntos, as expectativas, o momento de crise, a iniciativa à assinatura do divórcio e como a família se reorganizou. Ao final das perguntas, foi deixado um momento para que o entrevistado pudesse expressar o momento vivido da separação. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas através da metodologia de análise de discurso, que valoriza os aspectos qualitativos (BARDIN, 1979).

1.2 Participantes

A pesquisa de campo foi realizada com 6 pessoas, sendo 3 mulheres e 3 homens. A idade das mulheres entrevistadas variou entre 27 a 44 anos e dos homens entre 34 a 53 anos. Os participantes são separados legalmente (e apenas um homem ainda não havia oficializado) do primeiro casamento com duração mínima de sete anos e máxima de vinte e nove anos, com filho(s) deste casamento, e ainda não estavam recasados. O tempo de namoro, antes do casamento, foi mínima de um ano e máxima de dois anos. A idade dos filhos variou de dois anos a vinte sete anos. Sobre a escolaridade dos participantes, apenas uma mulher cursou ensino superior e os demais até o ensino médio.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro a seguir caracteriza o grupo entrevistado para trazer melhor compreensão da apresentação e da discussão do que foi analisado em campo:

Caracterização do Grupo de Mulheres e Homens Entrevistados

Participantes	Idade	Escolar.	Idade com que se casaram	Tempo de namoro	Tempo de casamento	Tempo de separação	Casamento formal/ informal	Filhos do relacionamento
Mulher 1 (M. 1)	27 anos	Ens. Médio	18 anos	2 anos	2 anos	2 anos	Informal	Sim, 1 filho.
Mulher 2 (M.2)	29 anos	Superior	22 anos	1 ano	7 anos	2 meses	Formal	Sim, 1 filho.
Mulher 3 (M. 3)	44 anos	Ens. Médio	20 anos	1 ano	22 anos	1 ano	Formal	Sim, 3 filhos.
Homem 1 (H.1)	34 anos	Ens. Médio	29 anos	2 anos	5 anos	2 meses	Informal	Sim, 1 filho.
Homem 2 (H.2)	40 anos	Ens. Médio	21 anos	1 ano	19 anos	2 anos	Formal	Sim, 3 filhos.
Homem 3 (H.3)	53 anos	Sétima série	25 anos	2 anos	29 anos	9 meses	Formal	Sim, 2 filhos.

Início do Relacionamento e a Decisão de Morar Juntos

M.1: *"O início foi bom, ai minha mãe faleceu e meu pai faleceu, aí fomos morar juntos após 1 ano de namoro... depois a situação se transformou... eles falam que no início é mil maravilhas..."*

M.3: "*Ah a gente olha e se apaixona sei lá amor à primeira vista. A gente trabalhava em loja em frente ao outro lá em São Paulo, e começou daí o relacionamento."*

H.1: *"O início foi tudo bom, começo é bom. A gente namorava, terminou depois voltou. Eu morava sozinho. Agente conversou de morar juntos ai decidiu, o pai dela deixou."*

H.3: "*Depois voltamos a falar e depois resolveu casar... não sei se é porque gostava muito ... não sei se é devido ao tempo que você tem com a pessoa, enfim uma coisa meia que...acho que por causa de idade também..."*

Em relação ao início do relacionamento até a decisão de casamento percebe-se na fala dos entrevistados que a mudança de status de solteiros a casados não foi algo bem planejado. M.1, por exemplo, relata que a decisão de morar junto foi tomada após a morte de seus pais.

Quando uma pessoa toma a decisão de se unir a outra pessoa a partir da perda do progenitor ou após qualquer outra perda ou evento traumático que surge no ciclo da vida familiar, pode aumentar as chances de que o relacionamento seja construído de forma inadequada. Os sentimentos de solidão e perda podem deixar a pessoa alheia aos aspectos

reais dos cônjuges e buscar nele uma intensa idealização de que o outro o completará (CARTER E MC GOLDRIDRICK, 1995).

Já M.3 ressalta o amor e a paixão que surgiram quando se conheceram. Uma das mudanças positivas que ocorreu no casamento está na escolha do parceiro através do amor. O amor pode ser considerado algo novo nas relações matrimoniais. No passado a união a outra pessoa se dava através de fatores econômicos, sociais e a função do casamento estava associada a procriação (ARAÚJO,2002)

As mudanças no casamento começaram na modernidade quando o amor individual passou a ser valorizado. Desde então surgiu um novo ideal de casamento que implicava no amor entre os cônjuges. Essa idealização trouxe consequências aos relacionamentos, pois muitos casais passaram a intensificar suas fantasias em relação ao amor e felicidade no casamento. O que resulta em conflitos, principalmente pela desilusão das expectativas não alcançadas (ARIÉS, 1978).

Na fala dos homens também é possível identificar que a decisão surgiu de forma inesperada, sem avaliar as implicações do casamento. Principalmente na fala de H.3 onde ele fala que antes de se casar o que foi avaliado foi o tempo de relacionamento e a idade que eles estavam. Todos os entrevistados se casaram entre um a dois anos de namoro.

A Experiência da vida em comum'

M.2: *"No começo eu tive muita dificuldade. O primeiro ano eu achei que foi o mais difícil pra eu me adapta. Eu achava muito chato assim, reclamava demais... até de dormir junto eu achava chato... me incomodava no primeiro ano... os hábitos são diferentes. "*

M.3: *"Me traiu, era um cara mesquinho, um cara muito ciumento, sempre foi, a gente brigava muito ciumento, um cara antissocial... não se envolvia dentro da minha família. A gente carregava aquele negócio de que casou tem que ficar casado... eu frequentava muito igreja. Depois de um tempo com uma certa idade uma independência já posso trabalhar...não vou ficar nessa vida por conta de religião. "*

H.1*: "Namorar é uma coisa, morar junto é outra. É diferente... Muda tudo... Completamente sua vida. Deixa muita coisa pra trás. "*

Em relação a fala de M.2, é importante considerar que tornar-se um casal é uma complexa tarefa, pois requer investimento afetivo e intimidade (Féres-Carneiro, 2003). Para Carter e McGoldrick (1995), casamento requer que duas pessoas renegociem juntas questões que já foram definidas para si ou por influências da família de origem, desde as mais simples até as mais complexas. Como, por exemplo, a rotina que envolve o horário de dormir, horários de comer até as visitas de final de ano, férias, etc. Enfim, diversos assuntos que não poderão ser vistos através de uma perspectiva individual, mas sim do casal. A troca de alianças significa mudanças no ciclo de vida familiar, muitos casais não

tem ideia do que está implícito nesse compromisso e a união acontece de forma rápida sem analisar esses aspectos que podem ser significativos no dia a dia do casal.

M.3, descreve uma série de insatisfações, o que remete a pensar que até cinquenta anos atrás as mulheres eram obrigadas e engolir suas insatisfações conjugais devido ao seu frágil papel na sociedade. A história aponta, que com a emancipação feminina, o surgimento dos métodos anticoncepcionais e das técnicas de reprodução, houve uma revolução social. Tais mudanças contribuíram para que a moral sexual se tornasse menos repressiva e para que o casamento se distanciasse da procriação. Hoje se um relacionamento não vai bem, as mulheres dificilmente permanecem no relacionamento e optam pelo divórcio.

No discurso dos homens é possível ver o peso da decisão de morar juntos ou do casamento. H.1, por exemplo, fala que "morar junto significa abrir mão de muita coisa". Carter e McGoldrick (1995) diz que é possível que se os casais avaliassem por completo a complexidade emocional das negociações que deverão ocorrer no casamento e desde o início talvez não aceitassem essa proposta. Além dos projetos individuais que não deverão ser analisados individualmente, as negociações a serem feitas envolvem também o relacionamento com todos os familiares e colegas. O que faz surgir um estresse, pois significa que a família será afetada por uma nova pessoa que vem com sua história de vida, seus costumes e seus familiares. A família terá que se abrir a esse novo membro o que pode gerar diversos sentimentos e modificar a relação entre todos.

Convém lembrar que na época do namoro tudo pode ser considerado mais fácil, pois os casais ficam voltados aos aspectos românticos da relação e possuem uma certa privacidade. Quando se unem, toda a família é envolvida. Neste momento se houver questões significativas não resolvidas dos parceiros com a família de origem, o equilíbrio conjugal pode ser afetado (CARTER &MCGOLDRICK, 1995).

Expectativas

M.1: "*Eu esperava conto de fadas... uma família com pai, mãe juntos, comer juntos, passear.*"

M.2: *"Eu não tinha vontade de casar não, eu não tinha uma boa expectativa não."*

M.3: **"***Na verdade a tanto anos atrás o que você espera? Um pai de família, que vai trabalhar, os filhos que ele vai criar... E outra coisa que você espera, você nunca vai estar casando pensando na separação, casamento pra mim é eterno. Com ele seria eterno... seria pra sempre.*"

H.2: *"Eu esperava sempre fala que melhorava de vida... os dois trabalhando juntos e pensando na família... porque é o que penso. E não sei o que aconteceu que ela chega em casa seis e meia sete horas e ela ta roncando no sofá... as crianças... querendo mamadeira... às vezes vai deitar e ela não arruma... ela não leva a criança no banheiro pra escovar o dente...e ela não era assim... de um tempo pra cá ficou*

assim...e tem bastante coisa que ela deixou de fazer e eu desconcordo... acho que ela abandonou."

É possível verificar que M.1 criou expectativa em relação ao matrimônio. Antes de se casar, cada pessoa tem a sua compreensão acerca do casamento e seu ideal de como ele deve ser vivido. Essa percepção a respeito do casamento é construída socialmente e as ideias são influenciadas pelas vivências, pela literatura, meios de comunicação, experiências próprias na família, na comunidade, entre outros (BARICH&BIELBY, 1996 et al WAGNER, 2005). Jablonski (2001) confirma tal ideia ao dizer que a sociedade desperta nos indivíduos desejos em relação ao cônjuge que são difíceis de serem alcançados, desde quando o amor-paixão e casamento passaram a ser vistos como sinônimos. E assim, o sentido, o motivo e as expectativas no relacionamento conjugal modifica-se de acordo com o contexto sociocultural e também pela etapa de vida no qual o indivíduo está. Pode-se dizer que uma visão romantizada acerca do casamento prejudica o relacionamento.

Já M.2 relata a expectativa negativa em relação casamento, o que leva a confirmar a ideia de que após tantas mudanças sociais as expectativas em relação a ter um casamento que eram comuns às mulheres, não são mais os mesmos que se têm hoje. Tais expectativas estão associadas à história da família e a diversas vivências que devem ser observadas pelos profissionais que se dedicam a trabalhar a conjugalidade.

No discurso de M.3 pode-se destacar que sua idealização a respeito do casamento segue padrões do casamento tradicional, que prevaleceu por muitos anos. Tal modelo se destacava principalmente pelo relacionamento rígido nas funções e papéis que homens e mulheres desempenhavam. O homem tinha uma única função, a de prover o sustento financeiro da família. A mulher se satisfazia com o "bom marido" que fornecia o alimento e era responsável. Embora a sociedade tenha se modificado, as influências do modelo antigo permanecem na vida das pessoas, mesmo na das que buscam novos padrões (PERLIN, 2006).

Na fala de M.3 surgiu a expressão "*para sempre*". O fato de a entrevistada morar no sul de Minas Gerais, uma região onde os aspectos tradicionais por muito tempo foram preservados e valorizados, pode ser determinante para esse tipo de crença matrimonial. Pensar na possibilidade de ruptura pode parecer algo "*absurdo*". E em uma sociedade, onde as relações evoluíram e se tornaram mais frágeis, o "*até que a morte nos separe*" ainda tem peso.

As expectativas dos homens foram pautadas na ideia de que com o casamento a vida iria melhorar, principalmente na fala de H.2. Os casamentos, quando vistos como a solução para os problemas, seja os individuais ou com a família, surgem com demasiadas expectativas. É comum que por parte dos familiares o casamento também seja considerado o "remédio" para as dificuldades e nos discursos deixam escapar frases do tipo: "*até que enfim se ajeitaram*" ou "*já estava passando da hora de vocês acertarem a vida*". Esse tipo de comentário reforça a ideia de que o casamento é o meio para resolver as disfunções ou amenizá-los. A esperança de que após o casamento as coisas vão melhorar pode despertar nos cônjuges a sensação de que o parceiro oferecerá soluções. Essa expectativa é cruel, pois quando as coisas não vão bem o que espera soluções pode culpar a si mesmo ou ao

parceiro pelos desapontamentos. E o parceiro que é cobrado sente-se unicamente responsável pela infelicidade do outro.

Nas palavras de H.2 ainda é observado também a influências do modelo de casamento tradicional. A única função do homem era a de fornecer o sustento e a responsabilidade da mulher era de cuidar da casa e dos filhos com louvor. Para um homem se satisfazer, a mulher precisava se dedicar aos afazeres domésticos, culinários e cuidar dos filhos. A família atual ainda é muito pautada nesse tipo de relacionamento, mas já se admitem outras formas de ser casal. O problema surge quando o relacionamento não se adapta às modificações sociais.

O momento de crise

M.2: "*Passei por algumas crises sim... questão financeira. Foi difícil, eu até pensei em separar... mas ai a gente foi insistindo mais 1 ano ou 2... mas o fim do relacionamento foi a rotina. "*

M.3: *"Foi a traição na minha gravidez. Eu não tinha ido pra vida... não busquei trabalhar mais... cuidar mais de mim... Ai quando eu acordei pra isso, foi quando eu falei eu posso. Ele me traiu, mas eu me dou valor. Você perdoa Olívia, mas muitas vezes da boca pra fora..."*

H.1: *"Eu sou muito preocupado com monte de coisas... contas... Tudo. Tudo eu. E isso eu acho que acabou afetando o relacionamento. Sempre trabalhei sozinho, ela nunca me ajudou. Só ajudou com ovos de páscoa, essas coisas que ela faz daí entra um dinheirinho, mas o resto só eu. Eu esperava uma união melhor. Nós nos tornamos amizade de novo, não tem mais aquele amor como era do início. "*

H.2: *"A gente mora na mesma casa, mas já faz um bom tempo que meio que ta cada um pro seu lado e estamos tentando viver para as crianças não sofrer. Eu acredito que da parte dela escutou pessoas da família dela... pessoal do trabalho... aconselhando pro mal de não pensar no melhor pra família...não ta aconselhando pro mal. Eu trabalho também...trabalho pesado e chego em casa seis e meia da tarde...ela dormindo no sofá...esquecer das crianças...tem que prepara janta... por pra escovar o dente... eu fico chateado..."*

H.3: *"Eu acredito que teve...Tem dia que você não ta disposta mas sempre não ta disposta daí é complicado...o cara chega do serviço e ta fim de ficar com a mulher... Você sente que esta desprezado... Isso começa desgastar de uma certa forma..."*

M.2 relata que seu casamento atravessou crises relacionadas a questão financeira, mas nada superou a rotina. No momento atual, em que a sociedade se encontra, é comum que a escolha de grande parte das pessoas seja a de não enfrentar os problemas que surgem no relacionamento e a ideia do "até que a morte nos separe" vem se dissipando. Como a sociedade mudou, os problemas conjugais também mudaram. No passado, dificilmente o casamento acabava por ter entrado na rotina.

Bauman (2004) acredita que os casamentos na atualidade se tornaram mais vulneráveis perante as dificuldades da vida conjugal e a perseverança em buscar soluções para os problemas está cada vez mais rara, pois as pessoas acreditam que a dissolução é o melhor a se fazer.

Para Gomes e Paiva (2003) o casamento na pós-modernidade deve estar vinculado a noção de mutatividade e criatividade, pois o casamento envolve concessões, flexibilidade e o casal deve conceder ao outro um espaço de desenvolvimento pessoal. O desafio é manter a individualidade enquanto dupla.

Ao apontar a traição, M.3 relembra um momento de profunda dor e mágoa no casamento. Pesquisas de Féres-Carneiro(2003) afirmam que a traição ainda é algo muito comum nas relações amorosas, porém no passado os homens tinham suas esposas em casas para procriar e cuidar da casa, mas vivenciavam na rua o prazer e o amor (ARAÚJO, 2002). Já na atualidade, baseado nas pesquisas de Féres-Carneiro (2003), a infidelidade está relacionada a afirmação da sexualidade. Nolasco (1998) acrescenta que a identidade masculina está associada à identidade sexual e isso é um fator para que a traição ocorra mais por parte dos homens. Culturalmente, a traição masculina é vista com maior naturalidade perante a sociedade do que a traição feminina.

Outro ponto no discurso de M.3 que é importante ressaltar está no sentimento vivenciado no período de crise. Os sentimentos envolvidos em um período de crise matrimonial são diversos, pois há predominância do sentimento de desamparo, de falta de controle da vida, de incapacidade social e sexual, perda, solidão, raiva e problemas de identidade (CARTER &MCGOLDRICK, 2001).

M.3 também traz à tona a questão de gênero, em que por se dedicar ao lar e aos filhos, deixou de lado sua vida. Ao ser traída, descobriu que perdeu sua autonomia e não teve realizações pessoais durante o casamento. A mulher independente, na atualidade, é valorizada. Hoje há muitos lares chefiados por mulheres, mães solteiras por opção e até as que optam por se casar com o trabalho. A realização pessoal é algo indispensável para a mulher moderna, que muitas vezes abrem mão do casamento e não o encaram como prioridade.

Castells (1999) e Badinter (1986) discutiram a postura patriarcal que sustenta toda a organização da sociedade. O domínio masculino ainda é muito forte, mesmo com as modificações e os avanços na sociedade ocidental. Todavia, a igualdade de gênero ainda está mais no discurso do que na prática e pode ser exemplificado nas falas dos homens entrevistados. Algumas mulheres ainda deixam de lado aspirações pessoais para se dedicar às atividades domésticas e dos filhos, mas o mesmo dificilmente ocorre com os homens. Nas falas de H.1 e H.2, percebe-se a não valorização do trabalho doméstico exercido por elas, nem o reconhecimento de que talvez pudessem ter contribuído com ajudas nos serviços em casa ou com os filhos.

H.2 diz que ele e sua esposa trabalham fora, tal fato os encaixam na família de dupla renda. Esse tipo de casal, que tem o seu trabalho e carreira, possui maiores atribuições do que os outros casais e o vínculo conjugal requer cuidados especiais. Os casais de dupla carreira terão que desenvolver estratégias para conciliar a profissão com os afazeres do lar

e a dedicação aos filhos. A família, para os casais que apreciam o trabalho ou a carreira, dificilmente estará em primeiro plano. E a tendência é que esse estilo de casal seja dominante no mundo contemporâneo (MONTEIRO, 2001).

Já H.3 coloca em pauta a sexualidade, assunto de extrema importância para a vida do casal. Na atualidade, a sexualidade vem assumindo um papel cada vez mais valoroso na relação matrimonial, funcionando muitas vezes como o principal motivador da relação. (BOZON 2001).

De uma maneira geral, os entrevistados não falaram sobre esse assunto e na entrevista de H.3 foi possível notar, tanto na sua fala quanto em sua expressão, a dificuldade em expor sua vivencia sexual. Ele buscava o melhor jeito para falar o que gerou a crise de seu casamento que consequentemente estava atrelada ao fator sexual. Por se tratar de um assunto íntimo, nenhum outro entrevistado alegou problemas sexuais na crise do relacionamento. O sexo no casamento pode ser considerado o termômetro para a relação, a vivencia sexual não é o mais importante para manter um casal unido, mas quando o casal não vai bem é a primeira coisa que esfria no relacionamento.

A decisão até a assinatura do divórcio

M.2: *"Eu tomei a iniciativa. Foi muito rápido. "*

M.3: *"Fui eu. Porque assim você fica naquele negócio um dia vou te dar o troco. E eu conheci outra pessoa, e aquela coisa...traí..." "Meus filhos falam assim, mãe velozes furiosos, em pouso alegre, risos. Assim, me seguiu bastante, me humilhou muito, me queimou muito, ele jogou minha moral no lixo... foi tenso. "*

H.1: *"Eu decidi e falei com pai dela. Não adianta nada viver junto e não gostar um do outro, viver como amigo. Eu achei melhor pôr um fim. A gente conversou e ela falou, vê o que acha melhor. O bom é ta junto todo dia... só final de semana é ruim. Mas agora..."*

H.2: *"Eu... tudo isso que ta acontecendo...por lado dela esfriou... então viver junto ta difícil ta cada dia ficando pior... vamos separar e pensar nas crianças e tocar a vida pra frente... pra ver se melhora... porque do jeito que ta não ta legal..."*

As três mulheres tomaram a iniciativa do divórcio. Os dados do IBGE (2016), noticiado pelo Jornal do EPTV – Sul de Minas (2016) falam que 70% das mulheres é que tomam esta iniciativa. Nesses casos, embora com realidades diferentes, partiu delas a busca para o rompimento afetivo. M2 descreve a rapidez com que tudo ocorreu e sem dificuldades. O divórcio hoje, quando em comum acordo, torna-se algo rápido e fácil. O jornal EPTV- Sul de Minas (2016) ainda apresenta que as separações e os divórcios têm ocorrido de forma consensual, o que dificilmente caminha para discussões e litígios. Este fato, leva a pensar que hoje o fim do relacionamento tornou-se algo habitual. A sociedade moderna tem como característica o efêmero.

E nesse contexto, Catherine Jarvie apud Bauman (2004, p.36) diz que as relações conjugais podem ser chamadas de "relações de bolso", pois "você as guarda no bolso de modo a poder lançar mão quando for preciso". Goldenberg (2000) problematiza a fragilidade dos vínculos e diz que na atualidade os corpos não possuem valor e são considerados como um capital de consumo.

A M.3 descreve que quando decidiu se separar vivenciou momentos difíceis onde diversas discussões ocorreram. Ela também fala que conheceu outra pessoa e que se sentiu culpada por isso, o que confirma Féres-Carneiro (2003), que em sua entrevista fala que as mulheres ao trair relatam sentimento de culpa. Carter e McGoldrick (1995) cita Ahrons (1980) para descrever os estágios de ajustamento no processo de divórcio. Eles falam que, no primeiro estágio, o cônjuge que já considera o divórcio inicia o processo de separação emocional. Neste período, com o estresse aumentado, podem ocorrer brigas intensas, angústia, acusações, desvalorização do parceiro, depressão, ansiedade e ambivalência emocional. Quando surge um caso amoroso, a decisão ainda é mais apressada. E para que toma a decisão, os sentimentos de culpa e remorso são frequentes e difíceis de serem administrados, mesmo com o casamento depreciado. É possível observar que o momento descrito por M.3 se enquadra a esse estágio.

Embora a decisão de separação seja predominante feminina, partiu de H.1 e H.2 a busca oficial do fim do relacionamento, embora reconheçam que tomaram essa decisão por ver que suas esposas já não queriam continuar na relação. Eles demonstraram tristeza ao falar sobre a ruptura, sobre os filhos e das mudanças que ocorreram desde a decisão.

Culturalmente, as pessoas acham que os homens ao se separar não pensam nos filhos. Existem pesquisas de pais separados, em que os homens reclamam por estar longe dos filhos e a nova forma de se relacionar com eles geralmente é estabelecida pela ex-esposa. Assim na pesquisa sobre a diferença entre homens e mulheres na forma de encarar o divórcio, pelo fato de o homem entender o casamento como estrutura familiar, o momento de separação dos filhos é muito sofrido para eles, que geralmente não ficam com a guarda (BRITO, 2010; FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Organização da família pós-rompimento conjugal:

> M.2: "*Meu filho mora comigo, mas a gente separou conversando, nós não brigamos então está tudo do mesmo jeito. Só que em casas separadas. O meu filho mora comigo, mas ele é um bom pai sempre foi e ele convive com ele normalmente. Assim, um leva pra escola outro busca. A noite eu venho pra faculdade o meu filho com ele, não mudou muita coisa não. Por enquanto."*

> M.3: "*Não tenho ódio dele mas assim, ele se tornou um cidadão comum da rua. Os filhos ficaram comigo. Ele sempre deixou a desejar como pai, nunca foi aquele cara de jogar bola, nunca chamou filho pra ir jogar um jogo. Tanto que o meu de 20 anos cobra muito essa parte, ele nunca foi pai. Hoje eu luto para tirar meus filhos da drogas."*

H.1: *"O filho ficou com ela. Ela ta deixando eu visitar. Teve um dia lá que ela falou que não ia deixar. Ai eu falei que ia procurar os direitos meu que eu quero dar pensão e queria ver ele... Ela disse não hoje não. Daí eu decidi entrar contra ela também. Se der certo hoje já cancela automaticamente. Só quero ajudar entendeu. Jamais vou deixar meu filho."*

H.2: *"Continua do mesmo jeito... a casa é espaçosa... não mudou nada...vamos pensar nas crianças... as crianças não sofrendo é a melhor coisas que tem... vamos ver o que vai acontecer daí depois que tiver todo mundo certinho... daí posso procurar uma coisa pra mim..."*

H.3: *"Só fiquei sabendo risos porque eu vi o papel... E ela escreveu num pedacinho de papel pra eu ir em tal lugar. Moro na mesma casa com ela. Ela fica num quarto e eu fico na sala. "*

O período de organização da família pós divórcio é um momento complexo, pois é o momento de definir novas maneiras de convívio, os bens do casal e a guarda dos filhos. Esse período para grande parte das famílias é dramático, envolve mudanças que refletem na estrutura familiar. Nessa etapa, a forma como foram vivenciadas as etapas anteriores interferem em como a família vai se restabelecer. O estresse que os pais passam pode afetar a capacidade de serem pais, e os filhos são emocionalmente atingidos. E quanto mais o progenitor que não ficou com a guarda dos filhos é excluído, maior a probabilidade de disfunção familiar (CARTER & MCGOLDRICK 1995).

M.2 demonstra em sua fala que os papéis de pais não mudaram devido ao divórcio e que ambos se esforçam para que a ajuda mútua para cuidar do filho seja mantida. O divórcio de M.2 ocorreu na época, na fase que seu filho possuía idade inferior a cinco anos. É muito comum que o divórcio aconteça em família com filhos pequenos, pois, quando os filhos nascem, novos papéis deverão ser assumidos e desenvolvidos tanto na família como na sociedade, e se o casal já possuir problemas, nessa fase eles podem vir à tona com maior intensidade. Os filhos nesse período são afetados profundamente com a separação dos pais, pois perdem a referência da estrutura familiar (CARTER & MCGOLDRICK, 1995).

Os adolescentes têm condições de aceitar e compreender o divórcio de seus pais. No entanto, a compreensão mais objetiva da situação não significa ausência de ressentimentos e tristezas. Os adolescentes geralmente encaram o divórcio como uma boa solução para a família, mas sentem solidão, isolamento ou incapacidade de buscar fontes de apoio. E, assim, o período da separação é muito significativo tanto para os pais quanto para os filhos. (SOUZA 2000).

O entrevistado H.1 voltou a falar sobre o afastamento do filho após a separação e assim é importante citar Brito (2010), que fez pesquisa com pais separados, o que revelou as queixas dos homens relacionados a parentalidade. De acordo com essa pesquisa, uma das queixas apresentadas pelos homens estavam no controle exercido pelas mães para o encontro com os filhos. E no momento da separação, a perda do filho gera diversos sentimentos, reforçando a ideia de que todos os envolvidos precisam de apoio, pois se os sentimentos não forem cuidados, logo no início da separação, novos conflitos podem surgir

ou aumentar os já existentes. A visão de que a mulher é a única capaz de ser a detentora da guarda dos filhos, ainda é forte na sociedade atual.

O momento de mudanças na vida de H.2, em sua fala, ainda está sendo elaborado por ele. Ele ainda não saiu de casa e não houve afastamento dos filhos. No ponto de vista de Carter e McGoldrick (1995), quando o casal está no processo de pôr fim ao relacionamento conjugal, poderá ainda ser mais difícil se tiverem que manter o laço como pais. A nova relação terá que ser aprendida por todos, o que demanda orientação e elaboração do processo, pois, dependendo do comportamento exercido, pode-se cair na falsa percepção de que o outro quer manter-se ao outro.

Em relação ao H.3, o participante estava no Escritório Modelo da FDSM, para passar por uma mediação, onde os alunos do último ano, que cursam a FDSM, orientam os casais de quais são as providencias necessárias para o divórcio e esclarecem os direitos e deveres. Portanto, não houve diálogo em casa sobre a hipótese de separação. E ele relata que descobriu o desejo da esposa naquele dia. A mediação oferecida nesse serviço foi uma estratégia utilizada por sua parceira para que pudessem discutir os problemas vividos.

Aspectos importantes que expressam o momento de separação

M.1: "*É difícil a gente não ter família pai e mãe para ajudar... arrumar marido que quer espancar a gente... ai se tem um filho quer educar e os outros quer intrometer... Eu passo pelo psiquiatra, ele encaminhou o meu filho para o psicólogo. Filho chora muito pelo pai. Não tenho coragem de falar para a família, tudo que passei durante o casamento. E ainda sofro muito com tudo. "*

M.2: *"O que eu acho mais importante é ter bom senso. Priorizar a criança, que não tem culpa de nada. É difícil a parte de adaptação de me acostumar a voltar a viver sozinha e eu tive que me mudar... Eu gosto muito dele assim, mas é uma amizade eu acho mesmo ... eu não sofri... por enquanto... eu sinto falta da companhia... você acostuma ter a pessoa casa todos os dias... chegar e conversar."*

H.1: *"Olha Pra quem tem filho é difícil. Morar sozinho. Agora eu tô sozinho. Se fica pensando... pensa em fazer bobeira com a gente... ai se pede a Deus... Não sei... o motivo é a criança mesmo. Desejo tudo de bom pra ela acho não volta não tem mais nada. É sério mesmo. Não dorme direito. Fica pensando como é que tá. Você vê que o olhar do filho tá triste. Existir sentimento existe... mas voltar acho que não. E eu não sei... você vai chamar ela pra conversar?"*

H.2: *"O que eu penso é tentar melhorar porquê do jeito que está complicado. Lógico que tem sentimento, mas fazer o que? Não tem diálogo é difícil. Já passei por isso meu pai se separou... nós tudo criança sofrendo... e achei que nunca mais ia passar por isso... Eu tô vivendo... Às vezes não tem prazer no meio das pessoas, de sair, no trabalho e as vezes almoço e vou pro canto. É ruim fazer isso, mas eu tô desse jeito. Mas se Deus quiser vai passar. É um momento difícil, bem complicado. Tem que ser forte... se apegar com Deus...só Ele para nos ajudar a sair desse momento. "*

Nos discursos é possível observar o modo como cada um tem procurado enfrentar a situação. As mulheres vivenciaram situações diferentes e a experiência mais traumática foi M.1, que se casou após a perda de seus pais e vivenciou intensas agressões físicas e verbais. Ela demonstra que houve pouco apoio para enfrentar tal situação, onde teve ajuda apenas do psiquiatra que prescreveu medicação. Ela fala que não tem família para apoiá-la ou conversar sobre seu sofrimento. A violência contra a mulher é grave e as sequelas, muitas vezes, são irreparáveis, o que atinge também os filhos. M.1 e seu filho necessitam de acompanhamento específico para que seja possível superar o trauma.

Já para M.2, a separação e o divórcio oficial são recentes e ainda estão no processo de redefinição de papéis. Mas é visto em sua fala que ambos estão com disposição em apoiar um ao outro para cuidar do filho. Quando o relacionamento pós divórcio é cooperativo, a família se reorganiza mais facilmente. Porém, ela fala da dificuldade em se adaptar a morar sozinha. Esse momento pode ser muito difícil e vivenciado com tristeza e solidão.

Para Carter e McGoldrick (1995), mesmo o casamento que termine em comum acordo, quando um dos cônjuges sai de casa, é a constatação de que o casamento terminou e isso desperta a tristeza. A maioria das pessoas foge deste sentimento, buscando outras preocupações para preencher o vazio.

Os homens se mostraram abatidos e perdidos em relação ao fim do relacionamento. H.1 e H.2 que estavam ali para oficializar a dissolução em suas respostas encaram o processo com muita dificuldade e tristeza. H.1 fala de solidão, a falta de hábito de estar sozinho e a dificuldade de deixar o filho.

Brito (2005) fala que a função paterna se torna ofuscada com rompimento conjugal, pois a mulher torna-se responsável, porto das as decisões referentes aos filhos. E os homens, considerados agora visitantes, se sentem exonerados do seu papel, o que pode contribuir para seu afastamento.

H2 também fala que sente tristeza pelos filhos e que faltou diálogo com a esposa. Neste momento ele relata a dor que vivenciou na separação de seus pais. E assim, para ele é um momento que revive o que passou. Se a história de separação dos pais não foi totalmente elaborada, o sofrimento atual se amplia.

Tanto H.1 quanto H.2 descrevem como estratégia para amenizar a dor o apego em Deus, o que pode ser uma tentativa de solucionar a dor. Os dois também falaram sobre o sentimento ainda em relação às parceiras, o que contribui para que o ajustamento seja mais demorado. Para os homens, o sentimento de perda do lar é muito difícil, e que por isso a chance de recasamento pode ser mais rápida, o que não significa que a dor foi totalmente elaborada. (CARTER E MCGOLDRICK, 1995).

A fragilidade emocional que homens e mulheres vivenciam ao romper um relacionamento os deixam mais propensos a doenças físicas e emocionais e assim, deprimir-se com maior facilidade, deixar de ir ao trabalho, e maiores chances de sofrer acidentes (BEE,1997). Na fala de H.1 e H.2 fica claro que os dois estão fragilizados e correndo riscos de piorar sua condição emocional.

H.3 ainda está no processo de discussão sobre o divórcio e durante a entrevista foi possível ver que ele estava refletindo sobre o relacionamento, na medida em que as perguntas eram feitas. E ele falou, contou detalhes de sua história, o que se passou, o que ele esperava e espera de um relacionamento, as diferenças entre eles e até nos motivos que levou a esposa a procurar a separação. Como já falado anteriormente, ele está no primeiro estágio, onde o divórcio ainda está sendo considerado pelos cônjuges. Estão vivenciando o período de distanciamento emocional e de todas atividades que antes faziam juntos.

Para Shabbel (2005), seja a separação legalizada ou não, ela revela socialmente os desacordos e o desequilíbrio entre o casal, em que há o desejo de uma das partes, ou das duas, em definitivamente pôr fim ao relacionamento. É considerado um processo complexo, pois mobiliza sentimentos ambivalentes em todas as fases (pré e pós-separação), pois encontram novas situações, que repercutem afetivamente e internamente. Os participantes compartilharam suas experiências, todos demonstraram necessidade em falar sobre o assunto e em desenvolver estratégias para lidar com o momento vivido.

May (1987) relata um importante problema contemporâneo que está no vazio que as pessoas têm dentro de si. Por não se conhecerem, nem buscarem o conhecimento de si próprio, não sabem discernir as próprias vontades e sentimentos. Essa problemática faz com que as pessoas se sintam frágeis e vazias, aumentando ainda mais as dificuldades nas relações afetivas. Sendo o divórcio um momento que altera toda a estrutura psíquica e emocional, uma pessoa que tem pouco conhecimento de si mesma pode vivenciar essa fase com grandes dificuldades e voltar a repetir os mesmos comportamentos em relações futuras, ou até mesmo evitar outros relacionamentos.

3. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou compreender os aspectos subjetivos de homens e mulheres que estão envolvidos no processo de separação e divórcio e como foi reestruturada as identidades individuais após o rompimento afetivo. A pesquisa em campo conta a história do relacionamento, a vida em comum, as expectativas, crises, iniciativa do rompimento e por fim como a família buscou se reorganizar após o divórcio. Essa trajetória de investigação é importante para maior compreensão sobre o fim dos relacionamentos.

Nas falas dos entrevistados nota-se que o amor fez parte das escolhas conjugais. Mas o amor também não foi suficiente para manter a relação e o rompimento foi visto como a solução mais acertada. Embora em algumas situações o divórcio seja a melhor escolha, as pessoas não estão preparadas emocionalmente paras as mudanças. Nas entrevistas foi identificado que o fim se tratava de um processo difícil, mesmo para os que estavam convictos de suas escolhas.

Outros aspectos identificados nos diálogos estão na forma como as pessoas se casam e em suas expectativas. Homens e mulheres se mostraram despreparados para o enlace. Os novos papéis foram encarados como um árduo trabalho. Alguns vivenciaram o

casamento com velhas concepções dos papéis a serem exercidos e foram atingidos por novos padrões. Outros, com altas expectativas, que talvez impediram o rompimento de forma mais rápida. E ainda teve os que foram comandados por novos padrões e acometidos pelo antigo. Em meio a tantas influencias contraditórias, é comum que as pessoas se sintam fragilizadas e na dúvida se continuam ou não no relacionamento.

É comum os casais refletirem pouco na conjugalidade, sem se aterem às complicações, incompatibilidades e mudanças pós-casamento. Assim, quando os conflitos surgem não sabem como agir, não buscam ajuda ou muitas vezes não querem enfrentar as dificuldades e persistir no relacionamento.

Há alguns anos, não era fácil divorciar-se. O que não significa que o modelo antigo era o ideal e que um casal tem a obrigação de viver junto a qualquer custo e aguentar eternamente suas insatisfações no relacionamento. A mulher não tinha voz na sociedade, os casamentos eram acordos econômicos e o amor só era experimentado fora do matrimônio. As obrigações das mulheres e dos homens eram bem definidas e ambos tinham responsabilidades, e as expectativas eram formadas através do papel que cada um deveria cumprir. Mas, os casais hoje são desafiados a encontrar um meio termo, reavaliar as expectativas, estar aberto a novas concepções e compreender as mudanças que ocorreram na sociedade.

Casar-se ainda é algo muito forte nas expectativas das pessoas e quando surgem dificuldades em seus relacionamentos, muitos sentimentos se misturam como incapacidade, frustração, raiva, mágoa, desamparo, solidão, entre outros e com isso o fim do amor ou do relacionamento torna os indivíduos mais vulneráveis e até dispostos a adoecer. Os sentimentos se não bem administrados ou elaborados podem comprometer o desenvolvimento dos novos papéis sociais a serem assumidos, favorecendo futuros conflitos ou ampliando os já existentes.

A grande maioria dos casais que se separam não buscam apoio psicológico, pois muitos não têm condições para isso, outros desconhecem os efeitos de uma Terapia de Casal ou até mesmo não sabem da importância do Aconselhamento Psicológico. É importante a terapia de casal não para buscar manter ou romper o relacionamento, mas sim promover a saúde emocional de toda família. Mas ainda é comum as pessoas acreditarem que a terapia de casal apenas previne o fim da união (FÉRES-CARNEIRO,1998).

Em suas expressões e nos discursos, os entrevistados demonstraram a necessidade e a vontade em falar sobre o momento vivido, em maioria se sentiam tristes e indecisos sobre o fim da relação, além de reviverem o momento ao narrarem as suas histórias. Alguns ainda não sabiam o que iriam fazer de suas vidas, pensavam nos filhos, com dúvidas de como seria a relação. Mesmo as mulheres que estavam seguras de suas escolhas sentiam-se sozinhas, demonstraram insegurança ao voltar para vida de solteira e o peso da responsabilidade sobre os filhos.

Outro destaque damos para a busca realizada por homens e mulheres na FDSM, que fazem motivados a se separar, mas são automaticamente são encaminhados para a mediação, onde nesse momento é dado a eles oportunidade de conversar com o cônjuge sobre os problemas conjugais. Tal fato mostra que muitos casais vão em busca da mediação

na tentativa de falar com o cônjuge sobre o que não consegue ser dito ou resolvido em casa, demonstrando a necessidade dos casais em ser amparados desde quando buscam o serviço.

Por fim, o acolhimento aos casais que atravessam o processo de ruptura matrimonial é fundamental. Fica claro que, no trabalho interdisciplinar, psicologia e direito devem estar em sintonia e caminhar juntos. Ao Direito fica evidente que seu papel não está apenas em resolver situações que se restringem ao processo, mas o de promover a prevenção de futuras situações conflituosas como, por exemplo, o litígio e a alienação parental.

O Jornal Bom dia Amazônia (2016) noticiou que o Tribunal de Justiça vem promovendo oficinas com foco na parentalidade para pessoas que se separam ou pretendem separar-se. O juiz Gildo Alves, coordenador das varas das famílias no Amazonas, propõe e favorece o trabalho entre Psicologia, Direito e Serviço Social, onde há orientação a toda a família, afim de maior elaboração a respeito do rompimento e cunho preventivo.

Contudo, falar em casamento, amor, divórcio na atualidade torna-se complexo, pois não existe um manual do casamento perfeito ou do divórcio sem complicações. Dificilmente as pessoas estarão preparadas para essas situações da vida, que muitas vezes vem de forma súbita. O amor acontece, mas com o passar do tempo os sentimentos mudam, os problemas surgem e o fim por vezes é inevitável.

Para compreender os aspectos das relações amorosas, é preciso ter a sensibilidade e aceitar que as pessoas atribuem diferentes significados para essas vivências, sob a influência da história da família e das mudanças da sociedade. Ao lidar com o fim de um relacionamento torna-se necessário compreender e questionar o significado que tem essas vivências para cada pessoa, para que se consiga então ajudá-las a compreender suas escolhas e que no processo de elaboração enfim consigam dar novos significados a sua história.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. In: **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 22, n. 2, p. 70-77, Junho 2002 .

ARIÈS, P. **História social da infância e da família**. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT, 1978.

BADINTER, Elisabeth. **Um é o Outro –** A Relação entre Homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido**: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEE, H. (1997). **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas.

BOZON, Michel. Sexualidade, conjugalidade e relações de gênero na época contemporânea. **Interseções de estudos interdisciplinares**. Rio de Janeiro: UERJ, ano 3, n.2, p. 133-145, jul/dez. 2001.

BRITO, L. M. T. D; & APASE. **Guarda compartilhada**: um passaporte para a convivência familiar. Guarda compartilhada: aspectos psicológicos e jurídicos, 2005.

BRITO, L. M. T. C. Debates entre pais e mães divorciados: um trabalho com grupos. In: **Psicol. cienc. prof.**[online]. v.30 n.4, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura. O Poder da Identidade. Vol. II. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARUSO, Igor A. **A Separação dos Amantes**: Uma fenomenologia da morte. Cortez-Diadorim; São Paulo, 1982.

CARTER, B., & MCGOLDRICK, M. **As mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

DINIZ Neto, Orestes, & FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Psicoterapia de casal na pós-modernidade: rupturas e possibilidades. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 22(2), 133-141, 2005. Disponível emhttp://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2005000200003&script=sci_abstract&tlng=pt, consultado em 09 jun 2016

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento Contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. In: **Psicologia**: Reflexão e Crítica, 11(2), p. 379-394, 1998. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721998000200014Consultado em: 01/04/16

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. In: **Estudos de Psicologia** (Natal), 8(3), p. 367-374, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2003000300003&lng=pt&nrm=iso. Consultado em 05 abr 2016.

GOLDENBERG, M. **Os Novos Desejos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, Isabel Cristina; PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding?. **Psicol. estud.**, Maringá , v. 8, n. spe, p. 3-9, 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300002&lng=en&nrm=iso. Consultado em 11 nov. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 ago 2016.

TRIBUNAL REALIZA OFICINAS SOBRE DIVÓRCIOS, NO AM. In: **Jornal Amazonas**. Notícia transmitida em 28/09/2016 às 03:48. Disponível em

http://g1.globo.com/am/amazonas/bom-dia-amazonia/videos/v/tribunal-realiza-oficinas-sobre-divorcios-no-am/5337302/. Acessado em: 09 set 2016.

LEVANTAMENTO DO IBGE REVELA QUE MULHERES EFETUAM 70% DOS PEDIDOS DE DIVÓRCIO. In: **Jornal EPTV – Sul de Minas**. Varginha - MG**.** 28/09/2016 às 02:55. Disponível em http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/jornal-da-eptv/videos/v/levantamento-do-ibge-revela-que-mulheres-efetuam-70-dos-pedidos-de-divorcio/5337873/. Acessado em 09 out 2016.

JABLONSKI, B. Atitudes Frente à Crise do Casamento. In: Féres-Carneiro, T. (Org). **Casamento e Família**: do social à clínica. Rio de janeiro: NAU, 2001.

MAY, R. **O Homem a Procura de Si Mesmo.** 13 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MONTEIRO, André Maurício. Avanços no estudo da conjugalidade: os casais de dupla carreira. In: **Psicologia**: Ciência e Profissão, 21(3), 10-19, 2001. Consultado em 08 jun 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000300003

NOLASCO, S. **Um homem de verdade**. São Paulo: SENAC, 1998.

PACHÁ, Andréa. A felicidade não é um direito. Entrevista **Revista Época**, 2013. 23/01/2013. Disponível em: http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2013/01/andrea-pacha-felicidade-nao-e-um-direito.html Consultado em: 20/06/2016

PACHÁ, Andréa. Segredos de Justica. Entrevista no **Programa Toda Mulher**. 27/03/2013 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9lXubQHf3HA Consultado em: 20/06/2016

PACHÁ, Andréa. **Segredos de Justiça**. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira Participações S.A., 2014.

PECK, J.S.; MANOCHERIAN, J. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Org.) **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 291-315.

PERLIN, G.D.B. (2006). **Casamentos Contemporâneos**: Um Estudo sobre os impactos da interação família-trabalho na satisfação conjugal. Tese apresentada ao curso de pós-graduação no Instituto de Psicologia da Faculdade de Brasília, DF. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9274/1/2006_GiovanaDalBiancoPerlin.pdf Acessado em: 03/05/2016.

SATIR, V. A mudança no casal. In: M. Andolfi; C. Angelo, & C. Saccu (Orgs.). **O casal em crise**. São Paulo: Summus Editorial, 1995.

SCHABBEL, Corina. Relações Familiares na separação conjugal: Contribuições da Mediação. In: **Psicol. Teor. Prat.**, São Paulo, v.7, n.1, jun. 2005.

SOUZA, A. M. L. M. **Aspectos polêmicos da união estável**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

ZORDAN, E. P. **A separação conjugal na contemporaneidade**: motivos circunstâncias e contextos. Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande, 2010. Disponível em: http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4828/1/000422211-Texto%2BCompleto-0.pdfdo Sul, Porto Alegre, RS). Consultado: 05/03/16

WALLERSTEIN, J. S; &BLAKESLEE, S. **Sonhos e realidade no divórcio**: marido, mulher e filhos dez anos depois. Editora: Saraiva, 1991.

WAGNER, A.; FALCKE, D. &MEZA, E, B. Crenças e valores dos adolescentes acerca de família, casamento, separação e projetos de vida. In: **Psicologia**: reflexão e crítica, 10 (1), 155-167, 1997.